

Antônio Henrique Duarte Lacerda

NEGÓCIOS DE MINAS
Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas
Minas Gerais — A Família Ferreira Armonde (1751-1850)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

Área de Concentração: História Contemporânea.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (PPGH-UFF)

Niterói – abril de 2.010

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

L131 Lacerda, A. H. D.

Negócios de Minas: família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais - a família Ferreira Armonde (1751/1850) / Antônio Henrique Duarte Lacerda. – 2010.

2 v. ; il.

Orientador: Carlos Gabriel Guimarães.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2010.

Bibliografia: f. 486-504.

1. Família - Minas Gerais - História - Séculos XVIII-XIX. 2. História econômica. 3. História social. I. Guimarães, Carlos Gabriel. II.

Antônio Henrique Duarte Lacerda

NEGÓCIOS DE MINAS
Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas
Minas Gerais — A Família Ferreira Armonde (1751-1850)

BANCA EXAMINDORA

Prof. Dr. Carlos Gabriel Guimarães (orientador)

Prof. Dr. Afonso Alencastro Graça Filho (UFSJR)

Prof. Dr. Angelo Alves Carrara (UFJF)

Prof^a Dr^a. Sheila de Castro Faria (UFF)

Prof. Dr. Théo Labarinhos Piñeiro (UFF)

Niterói, abril de 2010

“Minas, são muitas. Porém, poucos são aqueles que conhecem as mil faces das Gerais”.
João de Guimarães Rosa.

“O homem nasceu para aprender, aprender tanto quanto a vida lhe permita”.
João de Guimarães Rosa.

Para Arthur e Elione, que são as âncoras de minha vida.

Para José Henrique Albuquerque, guardião de memórias da família Ferreira Armonde.

AGRADECIMENTOS

A conclusão de um projeto de pesquisa é sempre um momento de grande contentamento. Faz parte desta satisfação reconhecer que por mais que se tenha feito jamais chegaremos ao fim, todo resultado de pesquisa longe de ser um produto final é apenas mais um passo, que aponta outras tantas possibilidades, que suscita muitas outras perguntas – e é justamente por isto que sentimos a alegria e a satisfação de acreditar que estamos contribuindo para o avanço das pesquisas em História.

Cumprir a trajetória que permitiu apresentar os resultados alcançados neste texto só foi possível porque no caminho muitas redes de amizade e de solidariedade foram tecidas, ampliadas e solidificadas. Manifesto a todos a minha gratidão e carinho, mesmo que nem todos sejam aqui nomeados, pois a memória, além de seletiva, às vezes é falha. A algumas destas pessoas, jamais poderei agradecer o suficiente.

Meu agradecimento mais que especial ao Professor Carlos Gabriel Guimarães, que tem tido a paciência de me orientar desde o mestrado. Reconheço que sua tarefa não foi das mais fáceis, pois não raras vezes lhe dei trabalho. E nos momentos em que pensei em desistir, ele me incentivou a seguir em frente, espero não tê-lo decepcionado.

Os professores João Fragoso e Sheila Faria estiveram presentes na qualificação e fizeram críticas, sugestões e indicações que, na medida do possível, procurei atender. Agradeço a eles a generosidade de suas contribuições.

Aos que a eles se somaram para a defesa da tese – Professores Angelo Carrara, Afonso Alencastro e Théo Labarinhas Piñeiro – meus agradecimentos.

Igualmente importante foi a persistência de Elione Guimarães, companheira na vida e na profissão. Nela encontrei o estímulo para realizar esta pesquisa e para dela não desistir nos momentos em que me pareceu que não seria possível seguir em frente.

Ao José Henrique Lins Albuquerque, proprietário da fazenda Santa Sofia, descendente de Marcelino José Ferreira Armonde e de Camilo Maria Ferreira Armonde, guardião da memória de seus antepassados, sou imensamente grato. Vem de alguns anos nosso convívio, numa luta conjunta e que envolve muitas outras pessoas, para continuarmos a preservar o acervo documental que seus antepassados tiveram o cuidado de conservar. A ele agradeço a confiança, as conversas e informações trocadas e as delícias de uma mesa farta e recheada das tradições da maravilhosa comida mineira... com o especial toque das receitas de sua família.

Marco Antonio Moreira, amigo incondicional, é de certa forma o responsável pela realização deste estudo. Foi ele quem me incentivou a participar de um projeto para o resgate da história e memória da micro-região de Juiz de Fora, a partir do qual ele me levou até a fazenda Santa Sofia, me colocando em contato com o maravilhoso conjunto documental existente nesta unidade rural. A ele minha estima e agradecimento.

Agradeço ao Paulo Ribeiro Luz, genealogista que possui laços com os Ferreira Armonde. Ele cedeu-me suas anotações de pesquisa criteriosa, realizada em arquivos variados e me indicou leituras preciosas.

Ao Tarcísio Manccini, companheiro de pesquisa há longos anos, agradeço pelas agradáveis trocas intelectuais, regadas de humor, e pela realização primorosa do *abstract*.

À Prefeitura de Juiz de Fora, onde há longos 25 anos trabalho na recuperação de fontes documentais, agradeço pela sensibilidade de seus administradores que apóiam uma atividade que nem sempre lhes dá visibilidade. Agradeço também pela liberação necessária para que esta tese pudesse ser realizada.

A todos os funcionários das instituições onde pesquisei sou igualmente grato, pois em geral fui atendido com competência e comprometimento. Ao longo da pesquisa tive a oportunidade de apresentar resultados parciais em alguns eventos, recebendo dos debatedores e do público críticas construtivas e muitos incentivos, todos contribuíram muito para um resultado melhor do texto.

Alguns amigos foram fundamentais pela ajuda e/ou pelo incentivo e a eles registro minha gratidão: Francisco Carlos Limp Pinheiro, Coronel Menezes, Rômulo Andrade, Rita Almico (que se diz sobrevivente de minhas caronas), Luiz Fernando Saraiva, Fernando Lamas, Cristiano Christilino e a todos os estagiários do Arquivo Histórico de Juiz de Fora, que ao longo dos anos trabalharam no projeto de recuperação do acervo documental da fazenda Santa Sofia.

Juiz de Fora

Fevereiro de 2010

Sumário

RESUMO.....	11
ABSTRAT.....	12
LISTA DE ABREVIATURAS.....	13
LISTA DE TABELAS.....	14
LISTA DE QUADROS.....	17
LISTA DE ORGANOGRAMAS.....	18
LISTA DE MAPAS.....	19
LISTA DE IMAGENS.....	20
CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	22
1- O ASSENTAMENTO DA FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE NAS MINAS GERAIS (1751-1850).....	42
1.1- A Comarca do Rio das Mortes e o assentamento da família Ferreira Armonde nas Minas Gerais (1751-1850).....	43
1.2- Francisco Ferreira Armonde: descendência e negócios de um tropeiro.....	55
1.2.1- Manoel Ferreira Armonde: viandante do Caminho do Rio de Janeiro e senhor de terras.....	84
1.2.2- Ana Maria de Jesus: seus dois maridos e os muitos filhos.....	88
1.2.3- A tutela dos filhos menores de Francisco Ferreira Armonde: José e Francisco.....	92
1.2.4- José Ferreira Armonde e seu filho o Capitão José Ferreira Armonde.....	96
1.3- As redes de sociabilidade tecidas pelo Capitão José Ferreira Armonde.....	118
2- RIQUEZA, NEGÓCIOS, PODER E REDES DE RELACIONAMENTO: FRANCISCO FERREIRA ARMONDE (FILHO) E SUA DESCENDÊNCIA:.....	128
2.1- Francisco Ferreira Armonde (filho): a construção do patrimônio e do prestígio.....	129
2.2- Riqueza, prestígio e poder: a descendência de Francisco Ferreira Armonde (filho) e Felizarda Maria Francisca de Assis:.....	165
3- RIQUEZA, PODER E ENOBRECIMENTO DA FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE	227
3.1. De Minas para a Corte e da Corte para Minas – A diversificação econômica da Família Ferreira Armonde.....	231
3.1.1.- Homens do Caminho Novo e Senhores de Tropas.....	237
3.1.2- Senhores de Terras: criadores e agricultores.....	248

3.1.3- Dinheiro a prêmio e outros créditos.....	259
3.1.4- Sortimentos para as vendas de Minas Gerais.....	307
3.1.5- Produtos exportados para o Rio de Janeiro.....	317
a) Produtos diversos: subsistência, couro, solas e outros.....	317
b) Produtos de Exportação: Poaia.....	320
c) Produtos de Exportação: Café.....	325
3.1.6- Comércio de Negos.....	332
3.1.7- Marcelino José Ferreira Armonde: A consolidação de uma fortuna.....	345
4- COTIDIANO E PODER NA MINAS GERAIS OITOCENTISTA – O CASO DA FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE.....	354
4.1- Cotidiano e poder na segunda metade do oitocentos.....	355
4.1.1- O cotidiano em ‘bem traçadas linhas’.....	356
4.1.2- Riqueza e poder: trocas simbólicas e redes de sociabilidades – a prática do “Dom”.....	366
4.1.3- A atuação dos Ferreira Armonde na vida pública.....	372
4.1.3.1- Atuação Política.....	372
4.1.3.2- O Comandante Superior da Guarda Nacional do Termo de Barbacena.....	385
4.1.3.3- Aspectos da Revolução Liberal de 1842 nas Minas Gerais.....	394
4.1.4- Dar e Receber favores.....	403
4.1.4.1- a prática do “Dom” no cotidiano.....	403
4.1.4.2- a prática do “Dom” na vida pública.....	409
4.2- Bastardos Nobres: a família Armonde e a nobreza Imperial.....	421
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	462
ANEXOS.....	466
1- Liquidação dos Créditos pertencentes à testamentária do finado Antônio José Ferreira Armonde.....	467
2- Lista da criação pertencente à Fazenda Ponte Nova vendida ou morta desde o dia 4 de fevereiro de 1852 até 1857 – criação cavalар, muar e vacum.....	468
3- Lista de pessoas que trocaram correspondência com os Ferreira Armonde.....	472
BIBLIOGRAFIA.....	486
FONTES DE PESQUISA.....	499

NEGÓCIOS DE MINAS

Família, fortuna, poder e redes de sociabilidades nas Minas Gerais — A Família Ferreira Armonde (1751-1850)

Este texto discute questões concernentes à atuação de uma das mais ricas, influentes e poderosas família de Minas Gerais – os Ferreira Armonde, entre os anos 1751-1850. Esta família foi o fio condutor a partir do qual busquei compreender a formação e atuação das redes de sociabilidades – familiares, econômicas, sociais e políticas – estabelecidas pelos abastados fazendeiros/comerciantes das Minas Geras e suas relações com a praça comercial do Rio de Janeiro. A partir dela discuti o comércio de cargas, de poaia, de café e de negros estabelecidos entre os fazendeiros/comerciantes com os comissários do Rio de Janeiro; as atividades de prestamistas e a prática da troca de favores (“economia do dom”); a formação dos laços de compadrio familiar e consangüíneo. Analisei, também, o poder emanado e construído a partir do poderio econômico e a atuação política dos Armonde em sua localidade, na província e na Corte.

BUSINESSES IN MINAS
Family, fortune, power and networks of sociabilities in Minas Gerais –
The Ferreira Armonde Family (1751-1850)

This text discusses questions about the formation, enrichment and performance of the one of the most influential and powerful families of Minas Gerais – Ferreira Armonde – between 1751 and 1850. This family was the main link from which I tried to understand the formation and performance of the networks of sociabilities – familiar, economic, social and political – set up by the wealthy landlords/traders of Minas Gerais and their relationships with the trading post of Rio de Janeiro. From this family I discussed the trade of cargo, “poaia”, coffee and slaves set up among the landlords/traders and the commissioners of Rio de Janeiro; the activities of the moneylenders and the exchange of interests (“dom’s economy); the formation of the links of familiar and consanguineous favouritism. I also analysed the power emanated and built from the economical power and the political performance of the Armondes in their district, province as well as at the Court.

LISTA DE ABREVIATURAS

AHJF– Arquivo Histórico de Juiz de Fora

AHMPAJS – Arquivo Histórico Municipal Professor Altair José Savassi (Barbacena – MG)

AHUFJF– Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

CUI – Companhia União & Indústria

FME – Fórum de Mar de Espanha (Dr. Geraldo Aragão Ferreira)

MRSJDR – Museu Regional de São João del Rei

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1- Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde -1751.....	70
TABELA 1.2- Composição da riqueza, em mil-réis, nos inventários da Comarca do Rio das Mortes no período – 1750-1779.....	71
TABELA 1.3- Distribuição da riqueza na Comarca do Rio das Mortes – 1750-1779.....	73
TABELA 1.4- Número de animais de Francisco Ferreira Armonde comparado ao número médio de animais presentes nos rebanhos da Comarca do Rio das Mortes.....	75
TABELA 1.5- Monte-mor médio (em libras) nas diversas faixas de fortuna na Comarca do Rio das Mortes por subperíodos comparado com os bens de José Ferreira Armonde.....	100
TABELA 2.1- Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Rita Maria da Conceição – 1775.....	135
TABELA 2.2- Animais de carga do casal Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Rita Maria da Conceição – 1775.....	137
TABELA 2.3- Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis – 1814.....	145
TABELA 2.4- Produção, Consumo e Exportação das Paróquias do Termo da Vila de Barbacena -1806.....	146
TABELA 2.5- Relação do gado vacuum, muar e cavalar de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis – 1814.....	149
TABELA 2.6 – Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis e seus filhos – 1845.....	157
TABELA 2.7 – Comparação dos bens de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis– 1814-1845.....	159
TABELA 2.8 – Relação do gado vacuum, muar e cavalar de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis e seus filhos – 1845.....	160
TABELA 2.9 – Comparativo do gado vacuum, muar e cavalar do casal Francisco Ferreira Armonde e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis –1814-1845.....	161
TABELA 2.10- Síntese da distribuição da herança do casal Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis – 1845.....	164
TABELA 2.11- Participação da Família Ferreira Armonde na relação das famílias da Zona da Mata mineira inseridas no tráfico de escravos para Minas Gerais (remessa acima de 20 cativos) – 1809-1830.....	168
TABELA 2.12- Participação dos comerciantes marianenses no tráfico de escravos. 1817-1832.....	173
TABELA 2.13 – Relação dos bens herdados pelo padre Joaquim José Ferreira Armonde no inventário de seus pais - 1845.....	178
TABELA 2.14- Resumo geral dos bens pertencentes a Antônio José Ferreira Armonde no seu inventário – 1852.....	183

TABELA 2.15-Relação dos bens herdados por Antônio José Ferreira Armonde no inventário de seus pais em 1845 e no inventário do irmão padre Joaquim José Ferreira Armonde – 1849.....	184
TABELA 2.16- Relação dos bens de Antônio José Ferreira Armonde – 1852.....	185
TABELA 2.17 – Relação dos bens herdados pelo padre Francisco Antônio Ferreira Armonde no inventário de seus pais - 1845.....	194
TABELA 2.18- Relação dos bens herdados por Flávio José Ferreira Armonde no inventário de seus pais – 1845.....	197
TABELA 2.19- Relação dos bens de Flávio José Ferreira Armonde – 1864.....	198
TABELA 2.20- Relação dos bens herdados por Ana Quitéria Umbelina de Barbosa no inventário de seus pais e a terça legada por sua mãe – 1845.....	202
TABELA 2.21- Relação dos bens de Ana Quitéria Umbelina de Barbosa – 1865.....	202
TABELA 2.22- Relação dos bens herdados por Lino José Ferreira Armonde no inventário de seus pais – 1845.....	205
TABELA 2.23- Relação dos bens de Lino José Ferreira Armonde – 1870.....	206
TABELA 2.24- Relação dos bens de Mariano José Ferreira Armonde – 1837.....	214
TABELA 2.25- Dinheiro de Mariano José Ferreira Armonde aplicado a prêmio – 1837.....	216
TABELA 2.26- Bens de Mariano Procópio Ferreira Lage – 1867-1872.....	224
TABELA 3.1- Despesas de Marcelino José Ferreira Armonde na Fazenda Cachoeira – 1813.....	250
TABELA 3.2 – Despesas de Marcelino José Ferreira Armonde na Fazenda Cachoeira – 1814.....	253
TABELA 3.3 – Dinheiros despendidos com a Fazenda Cachoeira e dinheiros recebidos de créditos-1817-1825.....	254
TABELA 3.4 – Relação dos bens herdados por Marcelino José Ferreira Armonde no inventário de seus pais – 1845.....	259
TABELA 3.5- Relação dos dinheiros recebidos dos devedores de Marcelino José Ferreira Armonde –1816.....	261
TABELA 3.6 – Dívida de Florentino José Ferreira com Marcelino José Ferreira Armonde – 1841.....	284
TABELA 3.7- Relação de haver das contas de Marcelino José Ferreira Armonde – 1840.....	284
TABELA 3.8 – Dinheiros emprestados a prêmio por Marcelino José Ferreira – 1836.....	290
TABELA 3.9 – Conta de Marcelino José Ferreira (Barbacena) com José da Silva Carvalho (Rio de Janeiro), 1848.....	293
TABELA 3.10 – Conta corrente dos dinheiros e metais de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto 1828-1835.....	296
TABELA 3.11- Conta dos juros que Honório José Ferreira Armonde pagou a Antônio José Moreira Pinto, 1833-1835.....	301

TABELA 3.12- Conta corrente de Marcelino José Ferreira Armonde (Barbacena) Com Manoel Machado Coelho (Rio de Janeiro), 1836-1838.....	302
TABELA 3.13- Produtos enviados do Rio de Janeiro por Antônio Moreira Pinto para Minas Gerais, para Honório José Ferreira Armonde – 1827- 1834.....	308
TABELA 3.14- Conta de deve de Manoel de Barros Araújo com Honório José Ferreira Armonde – 1827.....	315
TABELA 3.15- Produtos diversos mandados de Minas Gerais para o Rio de Janeiro conta de deve e haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, 1827-1829.....	317
TABELA 3.16- Poaia mandada de Minas Gerais para o Rio de Janeiro – 1827-1831.....	321
TABELA 3.17- Café exportado para o Rio de Janeiro conta de deve e haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro e outros recibos, 1828 a 1835.....	326
TABELA 3.18- Conta de Marcelino José Ferreira Armonde com José da Silva Carvalho – 1836.....	328
TABELA 3.19- Escravos mandados do Rio de Janeiro por Antônio José Moreira Pinto para Honório José Ferreira Armonde em Minas Gerais – 1828-1835.....	333
TABELA 3.20- Despesas com compra e envio de negros para Minas Gerais – de Antônio José Moreira Pinto para Honório José Ferreira Armonde – 1828 (1).....	340
TABELA 3.21- Despesas com compra e envio de negros para Minas Gerais – de Antônio José Moreira Pinto para Honório José Ferreira Armonde – 1828 (2).....	341
TABELA 3.22- Dinheiros recebidos dos negócios de Marcelino José Ferreira Armonde – 1833.....	348
TABELA 3.23- Dinheiros despendidos com os negócios de Marcelino José Ferreira Armonde – 1833.....	349
TABELA 3.24- Dinheiros recebidos e despendidos com os negócios de Marcelino José Ferreira Armonde – 1845.....	350
TABELA 4.1-Despesas com a construção de trecho da Estrada do Paraibuna – Janeiro de 1838.....	383
TABELA 4.2- Despesas com a construção de trecho da Estrada do Paraibuna – Fevereiro de 1838.....	384
TABELA 4.3- Conta de Marcelino José Ferreira Armonde com Manoel Machado Coelho 1835-1838.....	433
TABELA 4.4- Rendimentos da Fazenda Santa Ana –1844-1845.....	443
TABELA 4.5 – Síntese dos bens dos filhos de Marcelino José Ferreira Armonde – segunda metade do séc. XIX.....	447
TABELA 4.6 – Relação de compras feitas por Antônio Marques Pereira da Silva a Tristão Ramos da Silva – 1843.....	452

LISTA DE QUADROS

QUADRO 2.1- Lista de família de Mariano José Ferreira Armonde – 1831-1832.....	212
QUADRO 3.1- Condutores/Tropeiros que trabalharam para os Ferreira Armonde.....	241
QUADRO 4.1- Relação de armas distribuídas na 2º legião-1845.....	391
QUADRO 4.2- Relação das armas recebidas pertencentes à nação – 1845.....	391
QUADRO 4.3- Relação dos moradores no fogo de Possidônia Eleodora Marques da Silva – 1831-1832.....	426

LISTA DE ORGANOGRAMAS

Organograma 1.1- Ascendência de Francisco Ferreira Armonde.....	57
Organograma 1.2- Descendência de Antônio Ferreira Armonde.....	59
Organograma 1.3- Descendência de Francisco Ferreira Armonde (pai).....	63
Organograma 1.4- Manoel Ferreira Armonde e Catarina Maria de Jesus.....	85
Organograma 1.5- Descendência de Ana Maria de Jesus.....	92
Organograma 1.6- Descendência de José Ferreira Armonde.....	98
Organograma 2.1- Descendentes de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis.....	143
Organograma 2.2- Ascendência e Descendência de Mariano José Ferreira Armonde e Maria José de Santana (Baronesa de Santana).....	210

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1- Comarca do Rio das Mortes.....	45
Mapa 2.2- Caminho Novo.....	69

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1- Assinatura de Honório José Ferreira Armonde – 1825.....	39
IMAGEM 2- Assinatura de Marcelino José Ferreira Armonde – 1839.....	40
IMAGEM 3- Assinatura de Lino José Ferreira Armonde – 1849.....	40
IMAGEM 4- Assinatura de Antônio José Ferreira Armonde – 1844.....	41
IMAGEM 5- Assinatura de Honório Augusto Ferreira Armonde – 1841.....	41
IMAGEM 2.1- Estrada da União e Indústria – trecho de Paraibuna.....	223
IMAGEM 3.1 – Recibo de contas pagas a João da Silva Moirão – 1810.....	255
IMAGEM 3.2- Carta de Francisco de São Tiago para Marcelino José Ferreira Armonde – 1817.....	265
IMAGEM 3.3 - Lista para eleitores da Paróquia de Barbacena – 1849.....	286
IMAGEM 3.4 - Carta de Joaquim José Gomes de Barros para Marcelino José Ferreira Armonde- 1822.....	304
IMAGEM 3.5 – Carta de Tristão Ramos da Silva para Marcelino José Ferreira Armonde – 1846.....	305
IMAGEM 3.6 – Carta de Antônio Fernandes Pereira Carvalho para Marcelino José Ferreira Armonde -1824.....	318
IMAGEM 3.7 – Carta de Constantino Dias Pinheiro para Marcelino José Ferreira Armonde – 1821.....	319
IMAGEM 3.8- Conta de venda da poaia remetida por Honório José Ferreira Armonde – 1828.....	322
IMAGEM 3.9 – Carta De Joaquim José Gomes De Barros para Marcelino José Ferreira Armonde – 1822.....	326
IMAGEM 3.10 – Carta enviada por Antônio José Moreira Pinto para Honório José Ferreira – 1830.....	329
IMAGEM 3.11- Conta de venda de café mandado por Marcelino José Ferreira Armonde para o Rio de Janeiro – 1836.....	331
IMAGEM 3.12- Carta de José Lourenço Dias para Marcelino José Ferreira Armonde – 1822.....	337
IMAGEM 3.13 – Carta enviada por Tristão Ramos da Silva para Camilo Maria Ferreira – 1850.....	353
IMAGEM 4.1- Nomeação de Marcelino José Ferreira Armonde para Juiz de Órfãos – 1840.....	380
IMAGEM 4.2 – Nomeação de Marcelino José Ferreira Armonde para Juiz Municipal – 1846.....	382
IMAGEM 4.3. – Estrutura e hierarquia de comando da Guarda Nacional.....	388
IMAGEM 4.4 – Nomeação de Antônio José Ferreira Armonde para a Guarda Nacional Assinatura de 1842.....	397
IMAGEM 4.5 – Clareza de empréstimo de Antônio José Ferreira Armonde para o governo interino de Minas Gerais durante a Revolução de 1842.....	398
IMAGEM 4.6 – Recibo da passagem de Camilo Maria Ferreira na galera francesa – 1832.....	429
IMAGEM 4.7 – Recibo de dinheiro para ser entregue a Camilo Maria Ferreira em Paris – 1832.....	430

IMAGEM 4.8 – Certificado de recibos de missas por alma de Clotilde Francisca de Assis – 1839.....	436
IMAGEM 4.9 – Carta de Antônio Marques da Silva Pereira para Marcelino José Ferreira Armonde – 1827.....	448
IMAGEM 4.10 – Solicitação de aviamentos feitos a Antônio Marques Pereira da Silva – caixeiro da loja dos Armonde em Barbacena – (s/d).....	450
IMAGEM 4.11– Solicitação de aviamentos feitos a Antônio Marques Pereira da Silva – caixeiro da loja dos Armonde em Barbacena – 1841.....	451

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nesta pesquisa realizo um diálogo entre a História Econômica e Social e a História da Família, mais especificamente, sobre as redes de sociabilidade desenvolvida pela família Ferreira Armonde, como estratégia de poder e de acumulação de riqueza.¹ Para conduzir as minhas reflexões inspirei-me em Michel Bertrand, que observou que *“la reconstitución de las redes no es en ningún momento un fin en si. En la medida en que las fuentes lo permiten, debe responder al problema planteado inicialmente”*.²

Analiso as relações sócio-econômicas e política estabelecidas pelos Ferreira Armonde com os representantes comerciais da praça do Rio de Janeiro, a partir da segunda metade do século XVIII até a primeira metade do XIX. As articulações entre esses fazendeiros/capitalistas e os comissários da Praça do Rio de Janeiro eram múltiplas. Os fazendeiros dedicavam-se à produção, ao comércio e à usura, eram detentores do poder local, ocupantes de cargos político-administrativos de relevo na Capitania, e depois na Província, e na Corte. Eram eles que, através das extensas redes de poder pessoal, estabeleciam qual de seus pares iria ocupar estes cargos. Os comerciantes do Rio de Janeiro, por sua vez, recebiam e vendiam a produção, forneciam créditos, gêneros e produtos manufaturados e, não raras vezes, possuíam relações familiares ou de compadrio

¹ REVEL, J. *A História ao rés-do-chão*. In: LEVI, Giovanni. **A Herança Material**: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Prefácio de Jacques Revel; tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp. 30-32.

² BERTRAND, Michele. *De la familia a la red de sociabilidad*. In: **Revista Mexicana de Sociologia**. Num.2. vol. 61. abril-junho de 1999, p.114.

com os fazendeiros interioranos.³ As funções desempenhadas pelos comerciantes do Rio de Janeiro eram reportadas pelos principais capitalistas/fazendeiros do interior para as suas localidades, reproduzindo localmente as relações de dependência econômica e ampliando-as para o campo político. Portanto, proponho realizar uma “identificação das redes através das quais fluíam as transações de crédito e a análise destas práticas à luz das relações interindividuais”⁴ da família Ferreira Armonde. Para melhor qualificação da proposta, reporto-me a um breve diálogo historiográfico.

Caio Prado Júnior, cuja obra – *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942)⁵ – constitui um marco da historiografia brasileira, realizou um estudo aprofundado da economia escravista brasileira no período colonial, do qual resultou o rompimento com a chamada “teoria dos ciclos”, isto é, a periodização da História do Brasil segundo certos produtos dominantes;⁶ como também refutou a tese do caráter feudal da sociedade brasileira, defendida por Nelson Werneck Sodré. ⁷ Prado Júnior, através de uma análise da estrutura econômica e social, procurou demonstrar que a produção econômica brasileira do período colonial e imperial, calcada na plantation escravista estava subordinada aos interesses do

³ No seu trabalho clássico sobre Vassouras, Stanley Stein já destacava tais relações, que foram alargadas com as novas pesquisas. Cf. STANLEY, J. Stein. **Vassouras**: um município brasileiro do café, 1850-1900. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

⁴ ROCHA, Maria Manuela Ferreira Marques. **Crédito privado num contexto urbano. Lisboa, 1770-1830**. Tese de Doutoramento. Departamento de História e Civilização. Instituto Universitário Europeu: Florença, 1996, p. 32.

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 13^a ed., São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁶ Embora cite em vários momentos a obra de Roberto Simonsen, Caio Prado Jr. não enfatiza os ciclos. Cf. SIMONSEN, Roberto C. **História Econ mica do Brasil 1500-1820**. 8^a ed.. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1978. (Coleção Brasiliana, v. 10).

⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1971. Além de Nelson Werneck Sodré, outro intelectual do PCB que defendeu a tese de feudalismo no campo foi Alberto Passos Guimarães. Cf. GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 2^a ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

mercado europeu. Tal interesse europeu, aliado às condições naturais da colônia lusitana na América (fartura de terras) e à falta de braços portugueses, favoreceu a formação de uma sociedade de estrutura agrária baseada na tríade monocultura-latifúndio-escravidão. Polarizada entre senhores e escravos, esta sociedade comportou número significativo de homens livres pobres, reunidos ao redor da agro-exportação. Deste modelo, resultou a apropriação e a transferência do excedente mercantil para as mãos da burguesia metropolitana e também as limitações estruturais para que se constituísse no Brasil um mercado interno vigoroso e capaz de gerar circuitos internos de acumulação primitiva de capital. Disto resultou o atraso e a dependência econômica do Brasil.

Iniciador da tese que se convencionou chamar de “o sentido da colonização”, a obra de Prado Júnior teve continuidade com Celso Furtado, seja na sua tese de doutorado, defendida em Sorbonne, 1948, seja no clássico *Formação Econômica do Brasil*, cuja 1ª edição é de 1958⁸, e Fernando Novais, *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*,⁹ que inegavelmente lhe conferiram avanços. Celso Furtado defende que a economia brasileira colonial, organizada a partir da expansão da empresa comercial capitalista européia, sofreu com as flutuações do mercado internacional. Embora destaque uma dinâmica interna proporcionada pela mineração, a predominância da estrutura da agro-exportação não gerou um mercado interno significativo, como também estava a mercê das flutuações do mercado externo. Continuando com esta perspectiva de

⁸ FURTADO, Celso. **Economia Colonial no Brasil séculos XVI e XVII**. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001 (2ª Parte, Capítulo 2, O Sentido da Colonização); _____. **Formação Econômica do Brasil**, 11ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

⁹ NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. 1777-1808. São Paulo: Hucitec, 1979.

Caio Prado e Celso Furtado, Fernando Novais, reforçou a predominância da relação de **dependência** entre a colônia e a metrópole no Antigo Sistema Colonial, como enfatizou na tese da apropriação do sobretrabalho na colônia pela burguesia metropolitana, o que impedia uma acumulação endógena na colônia. Embora ressalte que uma parcela do mesmo permaneceu na colônia, nas mãos dos senhores de terras e de homens, Fernando Novais enfatiza que esse capital era reinvestido na continuidade da dinâmica colonial, ou seja, da plantation.

A crítica a tese de Caio Prado e aos defensores da visão de um “sentido da colonização” teve início nos anos de 1970. Ciro Flamarion Cardoso¹⁰ e Jacob Gorender¹¹, embora divergindo em alguns aspectos, principalmente no que toca à brecha camponesa e ao mercado interno defendidas pelo primeiro, criticaram a tese do “sentido da colonização” a partir da hipótese da existência de um **Modo de Produção Escravista Colonial**. Os autores questionaram a ênfase excessiva na transferência do excedente colonial e a impossibilidade de acumulação endógena. Ciro Flamarion Cardoso defendeu que a sociedade colonial foi elemento integrante da economia européia, entretanto possuía um grau de autonomia e complexidade que extrapolava a plantagem escravista. Jacob Gorender, por sua vez, buscando a economia política da escravidão (“as leis do seu funcionamento”), destacou a possibilidade de que as atividades agrícolas coloniais permitiram um modo de produção com a retenção do sobretrabalho escravo.

¹⁰ Ver: CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Observações sobre o dossiê preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial*. In: PARAIN, C. et. Al. **Sobre o feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1973, p. 71-73; ——. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979; ——. **Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas** (estudos Econômicos). São Paulo: Fipe/USP, 1983; — & BRIGNOLI, Héctor P. **História econômica da América Latina**. São Paulo: Graal, 1983.

¹¹ GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. 4 ed., São Paulo: Ática, 1985.

Os defensores do Modo de Produção Escravista Colonial sofreram críticas por parte de autores ligados a tese do sentido da colonização, vindas principalmente de João Manoel Cardoso de Mello¹² e José Jobson Arruda.¹³ Para estes autores, uma vez que o tráfico transatlântico de escravos era controlado pelo capital mercantil metropolitano, a reprodução das relações de produção do Modo de Produção Escravista Colonial não seria endógena, sendo, portando, desprovido de lógica. José Jobson de Andrade Arruda chamou atenção de que o setor de subsistência e, sua produção campesina, não foi um setor reflexo do setor exportador. Porém, para o autor, não se pode generalizar tal setor como elemento caracterizador do processo econômico colonial.¹⁴

A partir do final da década de 1970, surgiu uma verdadeira onda de revisão dos modelos explicativos anteriores, relativos à economia brasileira do período colonial e imperial. A proliferação dos cursos de pós-graduação e a organização dos arquivos locais permitiriam a realização de pesquisas empíricas que lançariam luzes sobre questões até então obscuras, chamando a atenção para as especificidades das histórias regionais e contribuiriam para a realização de futuros trabalhos de sínteses. Muitos estudos se preocuparam com o mercado interno colonial e as atividades para ele voltadas, como a de produção de alimentos e abastecimento. Vale destacar o pioneirismo na década de 1970 de Maria Yeda Linhares, Kátia Mattoso, Alcir Lenharo, e nas décadas de 1980 e

¹² MELLO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo Tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

¹³ ARRUDA, José Jobson. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980; ——. *A produção econômica*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **O Império Luso-Brasileiro. 1750-1822**. Lisboa: Estampa, 1986. (caps. 3 e 4).

¹⁴ ARRUDA, op. cit., 1980, p. 125.

1990, orientados por Maria Yeda Linhares, os trabalhos de Francisco Carlos Teixeira da Silva, João Fragoso, Hebe de Castro, Sheila Faria e muitos outros.¹⁵

Esta revisão e renovação historiográfica não se restringiram à **História Econômica**, mas alcançaram as diversas áreas do conhecimento histórico, incluindo a **História da Família**. A inquietação dos historiadores pelos temas relacionados à família cresceu na medida em que passaram a se preocupar com as questões familiares que extrapolam o ambiente privado (questões relacionadas aos direitos e deveres, autoridade paterna, divórcio, contracepção, aborto etc.).

A partir da segunda metade do século passado o retorno às fontes tradicionais (registros de batismo, casamento e óbito), com base em novas técnicas e metodologias, revigorou os **estudos demográficos**. Proliferaram estudos que fizeram ruir muitas visões consolidadas sobre a família – padrão de casamento, número de filhos por casais, número de solteiros, variações na estrutura familiar, dentre outros. Nos últimos 25, 30 anos a História da Família tornou-se ainda mais abrangente, com a diversificação de temas e a inclusão de novos objetos e fontes documentais.¹⁶

¹⁵ LINHARES, Maria Yeda Leite. **História do abastecimento**: uma problemática em questão (1530-1918). Brasília: Binagri, 1979; —. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990; —. & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981; MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Bahia**: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX. São Paulo: HUCITEC, 1978; CASTRO, Hebe Maria de. **Ao sul da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987; LENHARO, Alcir. **As tropas da Moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979; FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento**: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa ventura**: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

¹⁶ SILVA, Tânia Maria Gomes. *Família e Historiografia*. **Politheia**: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 2, n. 1, p. 37-46, 2002.

Tomando por base o funcionamento da praça comercial do Rio de Janeiro, na virada do século XVIII para o XIX (1790-1830), João Fragoso preocupou-se com as formas de acumulação que perpassavam a economia colonial no período em análise. O autor demonstrou que não obstante ser uma economia agro-exportadora, a economia colonial não se esgotava nestes elementos estruturais, e que gerou um mercado interno, de acumulação endógena, com dinâmica própria. Isto é, a economia colonial possuía flutuações econômicas com certo grau de autonomia e a formação social brasileira controlava parte do sobretrabalho. Para o autor, as grandes fortunas coloniais eram mercantis, ou seja, estavam nas mãos dos comerciantes, principalmente dos **negociantes de grosso trato**. Todavia, mesmo com a ascensão dos negociantes, também conhecidos como **homens de negócio**, o poder político colonial estava nas mãos dos proprietários agrários.¹⁷ A respeito desses negociantes e suas estratégias de inserção social e política, João Fragoso destacava que tais negociantes “cujas atividades se estendiam a diversos recantos do império ultramarino luso – de Mato Grosso a Goa, passando por Angola, Lisboa e outras praças – tenderam a abandonar o comércio, transformando-se em potentados de escravos e terras”.¹⁸

¹⁷ FRAGOSO, João. op. cit.; FRAGOSO, João. *Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro: um ensaio sobre a economia colonial*. In: **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, vol. 6, nº 1, jan-jun de 2000; GOUVEA, Maria de Fátima. *Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro (1790-1822)*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 18, nº 36, 1998, pp. 297-330.

¹⁸ FRAGOSO, João. & MARTINS, Maria Fernanda. *Grandes Negociantes e Elite Política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880*. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003, p. 143. Conferir, também, FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

É importante destacar que, no mesmo trabalho citado, João Fragoso admitia que nem todos os negociantes de grosso trato migraram para o agro e que muitos de seus descendentes permaneceram nos centros urbanos, atuando no segmento empresarial, controlando o tráfico de escravos, o crédito e o comércio do Centro Sul. Muitas destas famílias adequaram-se às transformações econômicas, trocaram as atividades escravistas por aplicações nas finanças, atravessaram com sucesso as mudanças dos ventos.¹⁹

Minas Gerais, lócus de estudo central desta proposta de pesquisa, não ficou alheia a esta onda revisionista e renovadora. Nos anos 70 e 80 Amílcar Martins Filho e Roberto Borges Martins, João Heraldo Lima, Peter Blasenhein, Ana Lúcia Duarte Lanna, e Robert Slenes são nomes de relevo no esforço para se demonstrar a presença, na Minas pós-mineradora, de uma significativa economia escravista agrícola e pecuária, ligada ao mercado interno.²⁰ Roberto Borges Martins demonstrou que a Província Mineira concentrou, no século XIX, a maior população de escravos do Império. Para o autor, ao contrário dos trabalhos que privilegiaram a plantation escravista exportadora, esses cativos estavam empregados em unidades agrícolas de subsistência, produzindo para autoconsumo, portanto, com baixo grau de mercantilização. O autor afirma, ainda,

¹⁹ Idem, p. 143-164.

²⁰ BLASENHEIN, Peter. **Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906**. In: V Seminário de Estudos Mineiros. PROEP/UFMG, Belo Horizonte, 1982; LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981 e LANNA, Ana L. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais 1870 – 1920**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1995. SLENES, Robert W. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, 17. MARTINS, Roberto B. Slavery in a non-export economy: nineteenth century Minas Gerais revisited, **Hispanic American Historical Review**, 63 (3), ago.-1983 ; —. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil**. Tese de Doutorado, Vanderbilt University, 1980. cf. nota 33, cap. I.

que o café não foi o elemento de atração desses cativos para a Província Mineira. Robert Slenes, Francisco Luna e Wilson Cano²¹ procuraram entender como um baixo grau de mercantilização poderia ser combinado com pesadas importações de cativos. A explicação de Luna e Cano foi de que o baixo grau de mercantilização teria promovido um relaxamento nos costumes e possibilitou o crescimento demográfico da escravaria. Robert Slenes questionou a hipótese dos irmãos Martins, observando que não obstante estarem empregados na agricultura e pecuária de subsistência, os cativos também eram utilizados na expansão das lavouras cafeeiras e demais atividades agro-exportadoras de Minas Gerais.²²

As palavras do poeta, tantas vezes lembradas, resumem a problemática de um estudo sobre Minas Gerais: “Minas é muitas. São, pelo menos muitas Minas” (João de Guimarães Rosa). Cientes desta máxima, o debate acima iniciado foi ouvido por grande número de pesquisadores mineiros, que procuram explicar regionalmente em que atividades econômicas estes municípios estiveram empregados após a desaceleração da produção mineradora, sem se esquecerem de que o território mineiro é por demais vasto, e que suas várias regiões possuem características diferenciadas, carecendo de muitas pesquisas regionalizadas que permitam futuras sínteses. Estudos mais recentes – calcados em forte base empírica e local, possíveis à medida que se intensificam os trabalhos de recuperação e organização dos arquivos – têm aprofundado, revisitado e lançado novas luzes sobre a economia mineira dos séculos XVIII e XIX.

²¹ SLENES, op. cit. LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, 10: p.1-14. out. 1983.

²² SLENES, Robert. *Os múltiplos de porcos e diamantes*, op.cit.

Angelo Alves Carrara pesquisou a dinâmica da economia de subsistência e seus vínculos com o mercado interno, priorizando as localidades da Zona da Mata não dedicadas à economia de exportação.²³ Silvia Brügger e Afonso de Alencastro nos brindaram com excelentes e ricas pesquisas sobre São João Del Rei, assim como Carla Almeida para Mariana.²⁴ Mônica Oliveira analisou a origem da riqueza investida na montagem das fazendas cafeeiras da Mata.²⁵ Estes autores procuraram demonstrar a diversidade, o dinamismo e a prosperidade econômica das diversas regiões de Minas Gerais, indo na contramão das teses que defendiam a decadência mineira com a desaceleração da produção mineradora.

No que concerne à região de economia agro-exportadora de Minas Gerais no século XIX, como foi a Zona da Mata, autores como Ana Lana e João Heraldo, grosso modo, apresentam esta economia como uma extensão da cafeicultura do Vale do Paraíba Fluminense e defendem o predomínio de propriedades de pequeno e médio porte.²⁶ As pesquisas desenvolvidas por Rômulo Andrade, Anderson Pires, Rita Almico e Luiz Fernando Saraiva, baseadas em farto conjunto documental – principalmente inventários post-mortem e registros paroquiais de terras – comprovaram o predomínio, em Juiz de Fora, principal centro produtor de

²³ CARRARA, Angelo Alves. **A Zona da Mata Mineira: diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993; —. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

²⁴ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII_XIX)**. São Paulo: Annablume, 2007; GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais (São João Del Rei, 1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana, 1750-1850**. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1994.

²⁵ OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Negócios de Família: mercado, terra e poder na formação da agricultura mineira – 1780-1870**. Bauru, SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

²⁶ LIMA, João Eraldo, Op. cit.; LANNA, Ana. Op. cit.

café da Mata mineira, de propriedades de grande porte e a acumulação de capitais capazes de gerar multiplicação da riqueza.²⁷

Marcelo Godoy, Mário Rodart e Clotilde Paiva apontam para a necessidade de pesquisas que se detenham sobre o setor mercantil de Minas Gerais no período de ‘transição’ entre a desaceleração da produção aurífera e a expansão da economia cafeeicultora. Para os autores, “*no setor mercantil está a chave para o deslindamento desse debate historiográfico*”.²⁸

É no compasso das recentes pesquisas que este estudo se inseriu. Tive como fio condutor de análise a família Ferreira Armonde e sua rede de relações econômica, política e social. Em fontes múltiplas resgatei a trajetória de Francisco Ferreira Armonde [pai] – que na primeira metade do século XVIII deixou Portugal para se instalar em São João del Rei, Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais – e seus filhos e netos. As datas limites abrangem o período 1751-1850, e corresponde à data de morte de Francisco e à morte de seu neto mais ilustre, Marcelino José Ferreira Armonde (1785-1850), o primeiro Barão de Pitangui (1848). Naturalmente as datas não foram amarras, pois, em alguns momentos, foi necessário para uma melhor compreensão do texto, recuar ou avançar.

²⁷ ANDRADE, Rômulo Garcia. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco**: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1995. PIRES, Anderson. **Capital Agrário, investimento e crise da cafeeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Niterói: UFF/ICHF, Dissertação de Mestrado, 1993. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Fortunas em Movimento**: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal — Juiz de Fora/1870-1920. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2001. SARAIVA, Luiz Fernando. **Um correr de casas, antigas senzalas**: a transição do trabalho escravo para o livre em juiz de fora – 1870/1900. Niterói: UFF, 2001.

²⁸ GODOY, Marcelo Magalhães, RODART, Mário Marcos Sampaio e PAIVA, Clotilde. *Negociantes e Tropeiros em um território de contrastes*: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX. **Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica (5:2003)** — Caxambu (MG). Anais/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica. Belo Horizonte: ABPHE, 2003, Cd-rom, p. 1.

Destaco que para a finalidade desta pesquisa, considere a ‘família’ em sentido lato, isto é, os parentes de Francisco Ferreira Armonde: irmãos, filhos, genros e sobrinhos. Maria Beatriz Nizza da Silva, em *História da Família no Brasil Colonial*, estabeleceu uma ‘tipologia’ de famílias, dentre as quais há um tópico dedicado à família dos negociantes, chamado de “Negócios em Família”.²⁹ Avaliando a produção historiográfica sobre o tema, a autora notou que “mais do que os outros tipos de famílias, a dos comerciantes apresenta especificidades que cumpre analisar em relação aos negociantes da Bahia e do Rio de Janeiro, pois os das demais capitanias ainda estão exigindo maiores pesquisas”.³⁰

Há que se observar que nos últimos anos houve um crescente interesse em analisar a dinâmica do mercado interno mineiro a partir da crise da mineração, enfatizando as atividades voltadas para o abastecimento da praça comercial do Rio de Janeiro e das ligações dos comerciantes das Minas com os comissários da Corte. Com a intensificação dos estudos **micro-históricos** hoje contamos com um conjunto de obras que abordam direta ou indiretamente algumas famílias de comerciantes mineiros, os quais serão abordados no texto.

No intuito de analisar a família Ferreira Armonde, seus negócios e suas redes de sociabilidade, utilizei o conceito de “redes de sociabilidades” tomado de Michel Bertrand, por sua vez baseada nas definições de S. Nadel e de J.C. Mitchell. Segundo Bertrand, o conceito de rede de sociabilidades compreende uma dupla acepção, a saber:

²⁹ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Tipologias*. In: **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 51-144.

³⁰ Idem, p. 107.

1- “uma estrutura construída pela existência de laços ou de relações entre diversos indivíduos”, que nos leva a reflexões quanto à sua forma, limites, “articulações ocasionais em subredes” e à identificação de tipologias de formas de redes. Isto é, a *pessoal* – construída exclusivamente ou predominantemente a partir de um indivíduo – ou as redes de *relações fragmentadas* – estruturadas em torno de vários centros;

2- um sistema de intercâmbios no seio do qual formam-se vínculos e relações que permitem a realização da circulação de bens ou de serviços – materiais e imateriais. São os intercâmbios realizados pelo grupo que caracterizam e qualificam os vínculos. Sua realização supõe que as trocas são transversais, isto é, afetam não somente as duas pessoas diretamente postas em relação no marco do intercâmbio, mas, também, repercutem nos vínculos e relações próximas aos demais atores.³¹

Observo que as redes de sociabilidades analisadas são as do tipo *relações fragmentadas*, isto é, estruturada a partir de vários centros, qual seja todos os irmãos Ferreira Armonde, filhos de Francisco Ferreira Armonde, o “velho”.

É a par destas questões que esta pesquisa se desenvolveu. Neste processo de “interiorização da metrópole”, aos poucos ampliaram os laços familiares, sociais, de compadrio e econômicos – transformando-se em colonos. Marcelino, nascido em Barbacena, deu continuidade aos negócios desenvolvidos

³¹ BERTRAND, Michel. *Op. Cit.*. As obras de Nadel e Mitchell referenciadas por Bertrand são: NADEL, S. F. “The Theory of Social Structure”.Cohen and West, Londres, 1957 e MITCHELL, J. C. “Social Network in Urban Situation”, Manchester Univesity Press, Manchester, 1969.

por seu pai e seu avô e, juntamente com seus irmãos, ampliou estes negócios para as Minas Gerais³² e os estreitou na Corte.

Esta pesquisa pautou-se na metodologia da microanálise de contextualização social, isto é, interessada na reconstrução de redes de relações. Para Jacques Revel “a escolha do individual não é vista como contraditória à do social”, ela torna possível uma abordagem diferente, que tem como fio condutor o destino de um indivíduo e de seu grupo de relacionamentos, permitindo a “multiplicidade dos espaços e dos tempos”.³³ É assim que, tendo a família Ferreira Armonde como fio condutor da análise, procurei compreender as relações sócio-econômica e política entre os representantes comerciais da Praça do Rio de Janeiro e os ricos fazendeiros/capitalistas de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que vislumbrei como se dava a reprodução local das relações de dependência econômica, social e política.

Portanto, foi a partir do indivíduo que interroguei o passado e reconstitui o tecido social em busca da multiplicidade dos atos sociais. Desta forma, apresento algumas das estratégias político-econômicas efetuadas pelos Ferreira Armonde, considerando as premissas de Bourdieu³⁴ e de Rosental,³⁵ de que “os comportamentos individuais não são mecanismos determinados: eles refletem o

³² Júnia Furtado observou as atividades comerciais dos mineiros se estendiam pelas diversas regiões das Gerais e também para outras Capitanias, principalmente Rio de Janeiro e Bahia, e, algumas vezes, chegavam ao Reino. FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas**. São Paulo: HUCITEC, 1999, p. 122.

³³ REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21.

³⁴ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

³⁵ ROSENTAL, Paul-André. *Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a microstoria*. In: REVEL, op. cit, 151-172.

uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo de possíveis”, e assim, procurei “trabalhar para a identificação de processos e não da simples descrição de formas”.³⁶

As principais fontes primárias utilizadas nesta pesquisa foram os inventários e testamentos dos diversos personagens, as correspondências comerciais e particulares estabelecidas entre a família Ferreira Armonde e os seus representantes comerciais na Praça do Rio de Janeiro, entre os familiares e o grupo de relacionamento e credores locais – neste último caso, a partir de Marcelino e seus irmãos, que realizaram minuciosa escrituração de seus negócios. Seus descendentes, da mesma forma, constituíram excepcional acervo documental, e tiveram o cuidado de manter e preservar os “papéis da família”. O acervo particular da família Ferreira Armonde encontra-se depositado na fazenda de Santa Sofia (Santana do Deserto-MG). Parte do acervo foi levado por um dos descendentes (Antônio Luiz Porto de Albuquerque), para o Rio de Janeiro, e foi parcialmente reproduzido e editado pela Xerox do Brasil, merecendo significativo prefácio do Professor Ilmar Rohloff de Mattos.³⁷ Os documentos preservados em Santa Sofia, e que foram utilizados nesta pesquisa, datam de aproximadamente 1796 a 1950.³⁸ Merece destaque neste acervo a enorme correspondência comercial, trocada com os comissários de café/representantes comerciais da praça do Rio de Janeiro, cartas e recibos de créditos firmados com os homens

³⁶ Idem, p. 159 e 161.

³⁷ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. **Formação e Apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais — 1808-1888**. Rio de Janeiro: Xerox, 1988. O acervo levado para o Rio de Janeiro foi, posteriormente, transferido para o Museu Imperial, em Petrópolis, onde encontra-se atualmente.

³⁸ Dentre os mesmos, destaca-se a rica biblioteca do Conde de Prados, composta de obras raras de história, economia, ciência política, filosofia, literatura, astronomia, medicina e, principalmente, botânica.

livres da localidade onde atuou, e mesmo alguns créditos firmados com escravos, livros de escrituração da fazenda, correspondência particular, rica biblioteca de direito e botânica e muito mais. Também foram utilizados outros tipos de processos civis ou criminais relacionados aos personagens a serem analisados, assim como cartas de sesmarias e correspondências oficiais nos quais os mesmos se fizeram presentes.

O conjunto documental acumulado pelos descendentes dos Ferreira Armonde permitiu mapear o grupo de relações, o tipo de comércio e de relações estabelecidas entre eles. Estes documentos permitiram a identificação dos indivíduos com os quais os Armonde estabeleceram relações e o tipo/grau destas. Há, ainda, correspondências de articulações políticas trocadas entre os Ferreira Armonde e a elite política, principalmente a elite política mineira liberal.

A tese foi elaborada em quatro capítulos. O primeiro deles intitula-se *O Assentamento da família Ferreira Armonde nas Minas Gerais (1751-1850)*. Nele discuto a chegada de Francisco Ferreira Armonde, “o velho” na Comarca do Rio das Mortes e suas atividades econômicas e sociais, investindo no apossamento de terras e no comércio. Após sua morte, seus filhos deram continuidade aos negócios e dois deles, José e Francisco, ampliaram suas riquezas, suas terras e atividades comerciais, estabelecendo importantes alianças sociais e políticas, que dariam início à trajetória de poder da família Armonde.

No capítulo dois analisei a trajetória de Francisco Ferreira Armonde (filho) e de seus filhos. Com o título de *Riqueza, negócios, poder e redes de relacionamento: Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua descendência*, o

capítulo discute a segunda geração dos Armonde em Minas Gerais. Já enriquecida diversificariam seus negócios, investindo na produção de gêneros e animais para o mercado interno, no comércio de negros.

O terceiro capítulo é o principal: *Riqueza, poder e enobrecimento da família Ferreira Armonde*. Este capítulo foi elaborado a partir, principalmente, do acervo preservado na fazenda Santa Sofia. Nele discuto os negócios dos irmãos Ferreira Armonde, tais como o comércio de poaia e de café, o tráfico negreiro e as atividades de prestamista. Pela natureza dos documentos preservados, Marcelino José Ferreira Armonde foi o fio condutor da discussão.

No capítulo quatro – *Cotidiano e Poder nas Minas Gerias oitocentistas: o caso da família Ferreira Armonde* – discuto a inserção e a atuação política dos Armonde em sua localidade, na Província e na Corte, inclusive a participação da família na Revolução Liberal de 1842. Analiso, ainda, a ascensão social da família, que culminou com o título de enobrecimento conferido a Marcelino José Ferreira Armonde, em 1848. Enobrecimento este que foi alcançado por todos os seus filhos: Camilo Maria Ferreira, o Conde de Prados, Honório Augusto Ferreira Armonde, o segundo Barão de Pitangui e Camila Maria, a Baronesa de Juiz de Fora – casada com José Ribeiro de Rezende, o Barão de Juiz de Fora.

Optei por grafar o sobrenome da família da forma que o encontrei majoritariamente nas fontes utilizadas: Armonde. Mas ao transcrever documentos ou obras de referência respeitei a grafia utilizada, Armondes ou Armond. Para facilitar a leitura, atualizei a grafia dos textos documentais.

Finalmente, para encerrar estas considerações iniciais, observo que há autores que destacam que alguns dos Ferreira Armonde nem sempre assinavam o Armonde.³⁹ Em texto anterior eu mesmo já havia afirmado isto.⁴⁰ Todavia, a pesquisa me demonstrou que esta afirmativa deve ser relativizada. Em geral na correspondência recebida eles eram tratados por Armonde e com freqüência assim assinava, como fica patente nas imagens a seguir.

IMAGEM 1-

Assinatura de Honório José Ferreira Armonde - 1825

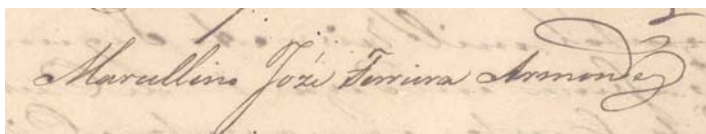
A close-up photograph of a handwritten signature in dark ink on aged, slightly textured paper. The signature is written in a fluid, cursive script. The first part of the signature appears to read 'Honório José' followed by 'Ferreira Armonde' with a large, decorative flourish at the end.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 22 de maio de 1825.

³⁹ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. op. cit.; RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo:** ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840). Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, tese de doutorado, 2008.

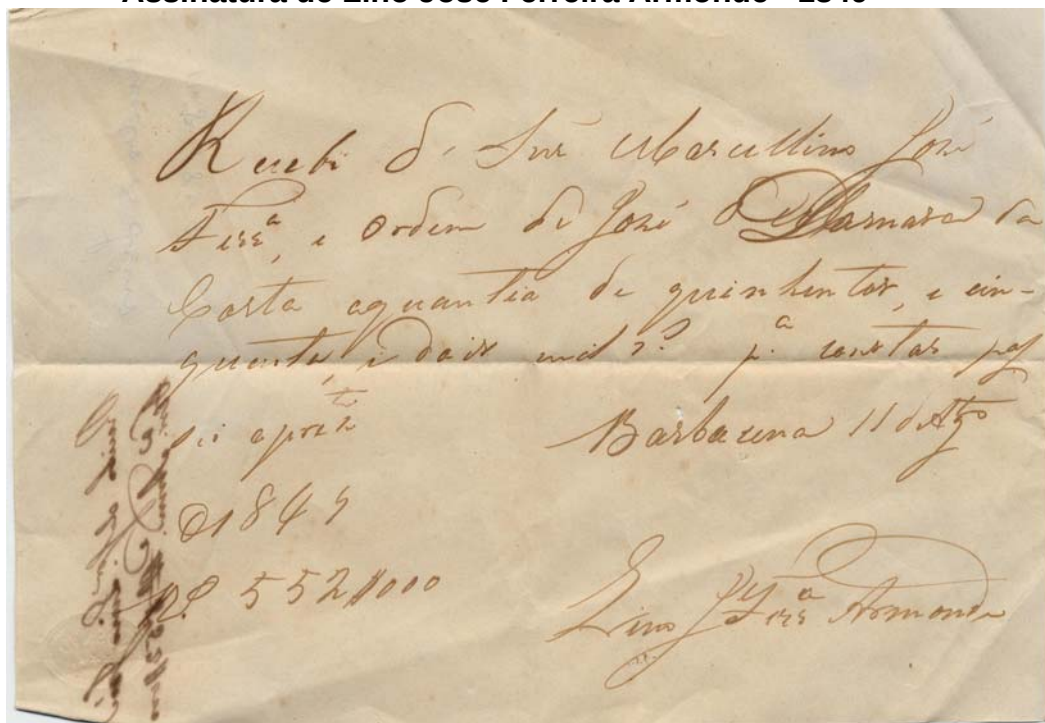
⁴⁰ LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais, 1751-1800)*. In: GUIMARÃES, Elione e MOTTA, Márcia. **Campos em Disputa:** História Agrária e Companhia. Annablume: São Paulo, 2007, p.63-86.

IMAGEM 2-
Assinatura de Marcelino José Ferreira Armonde - 1839



Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Partilha dos bens de Clotilde Francisca de Assis. 05 de setembro de 1839.

IMAGEM 3-
Assinatura de Lino José Ferreira Armonde - 1849



Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibos diversos, 11 de agosto de 1849.

IMAGEM 4-
Assinatura de Antônio José Ferreira Armonde - 1844

Sor Antonio

Mandamos pelo Portador 4
on, Cay Sical de Glauber e
2 libras de chumbo como oq

Foi 22 de
1844
2 libras de chumbo - 560
4/10 de dala Glauber. 320

Seo obs.
Antonio Armonde

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibos diversos, 11 de fevereiro de 1844.

IMAGEM 5-
Honório Augusto Ferreira Armonde - 1841

Regatta mandamos 48.

Collegio 18 $\frac{2}{4}$ 1
120

Honorio Armonde

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência expedida por Honório Augusto Ferreira Armonde, 02 de fevereiro 1841.

CAPÍTULO I

O ASSENTAMENTO DA FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE NAS MINAS GERAIS (1751-1850)

1.1- A Comarca do Rio das Mortes e o assentamento da família Ferreira Armonde nas Minas Gerais (1751-1850)

A proposta deste capítulo é analisar a **trajetória** da família Ferreira Armonde, particularmente do núcleo que deixou os Açores para se assentar na próspera vila de São João del Rei, então cabeça de Comarca do Rio das Mortes, Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII. Adotamos o conceito de família de Giovanni Levi, isto é:

Falaremos de família no sentido de grupos não-co-residentes mas interligados por vínculos de parentela consangüínea ou por alianças e relações fictícias (...) que serviam de auto-afirmação diante das incertezas do mundo social (...). As histórias de famílias que serão narradas aqui (...) não devem ser vistas como a reconstrução de situações típicas, mas servem para ressaltar os elementos constitutivos de um modelo (grifos nosso).⁴¹

Da mesma forma que para Levi a história de Giovan Battista Chiesa não foi um fim em si mesmo, mas “o pretexto para a reconstituição do ambiente social e cultural da cidade”,⁴² também pretendemos inserir a história da família Ferreira Armonde no contexto local das Vilas de São João del Rei e Barbacena, lugares onde eles viveram e atuaram. Desta forma, resgatar e reconstruir os fragmentos possíveis da trajetória de três gerações dos Ferreira Armonde significou, também, reconstituir aspectos do tecido social e econômico da Comarca do Rio das Mortes, ou, mais especificamente, das vilas citadas. Um estudo microscópico do cotidiano dos Ferreira Armonde, em suas relações com os atores sociais que com eles conviveram – fazendeiros, negociantes, políticos, religiosos, trabalhadores livres

⁴¹ LEVI, Giovanni. Op. cit., 98-99.

⁴² Idem, p. 47.

pobres e escravos – permitiu ampliar o conhecimento sobre o “universo das relações” estabelecidas nas localidades em que estes personagens viveram.

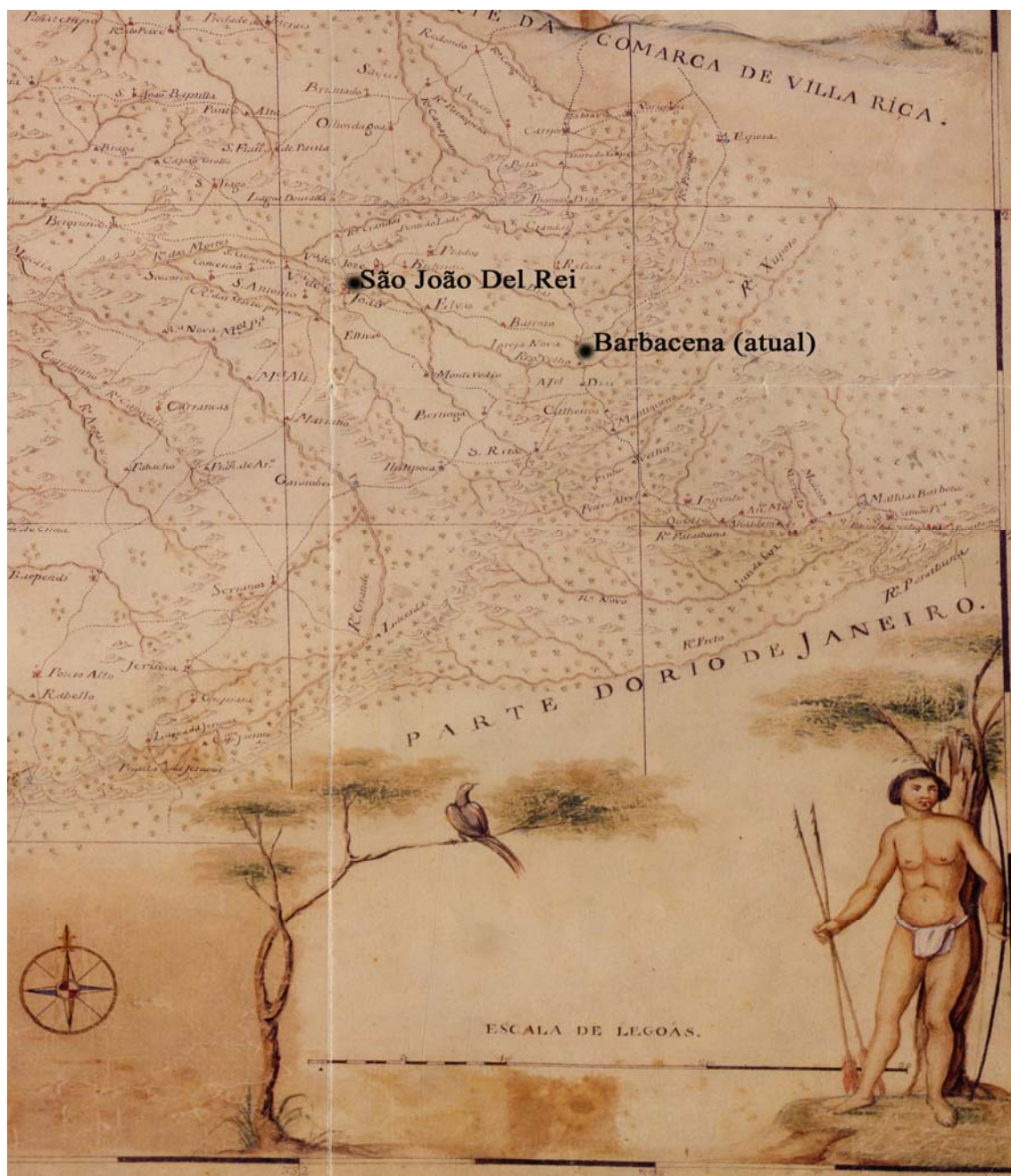
A Comarca do Rio das Mortes, no período 1750-1850, era a mais extensa das Minas Gerais. Esse espaço de um século foi marcado por intensas transformações sociais, políticas e econômicas no Brasil e nas Minas Gerais e, sem dúvidas, elas balizaram e determinaram as trajetórias e estratégias dos integrantes da família Ferreira Armonde.

No intuito de compreender melhor as questões que se pretende investigar, necessário se faz uma breve incursão pela Comarca do Rio das Mortes, com particular interesse, nesse primeiro momento, pelo Termo de São João del Rei e do arraial da Igreja Nova de Campolide (Borda do Campo), este último elevado a Vila de Barbacena, em 1791 (mapa 1.1). Afonso Alencastro Graça Filho, citando Saint-Hilaire, nos informa que:

A Comarca do Rio das Mortes, a mais setentrional das cinco que compunham a Província de Minas, tinha como limites: a leste, a Comarca de Vila Rica; a norte, a de Sabará e Paracatu; a oeste as províncias de Goiás e São Paulo; ao sul esta última e a do Rio de Janeiro. Subdividia-se em oito termos, a leste o de Barbacena e Queluz (atual Conselheiro Lafaiete); a oeste, os de São José (atual Tiradentes) e São João del Rei; a noroeste, o de Santa Maria de Baependi; ao centro o de Campanha da Princesa; ao norte, o de Tamanduá (atual Itapeçerica) e no extremo-oeste, o de São Carlos do Jacuí.⁴³

⁴³ GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. Op. cit., p. 32-33.

MAPA 1.1 **COMARCA DO RIO DAS MORTES**



Fonte: ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC), 1995, 228p. (mapas).

Atribui-se a Tomé Portes del Rei a instalação do primeiro núcleo populacional na margem esquerda do Rio das Mortes, lugar que ficaria conhecido como “Porto Real da Passagem”, no final do século XVII. Originalmente o objetivo da instalação era a produção de mantimentos para abastecer os passantes que se dirigiam à região mineradora.

No início do século XVIII descobriu-se ouro nas paragens próximas ao Rio das Mortes, formando-se o povoado do Arraial Novo de Nossa Senhora do Pilar. A mineração, ao lado da agricultura, impulsionou o desenvolvimento da região, atraindo significativo contingente populacional. Em dezembro de 1713 o arraial foi elevado à Vila, com o nome de São João del Rei e tornou-se cabeça da Comarca do Rio das Mortes, abrangendo extensa área das Minas Gerais, conforme explicitado. Ao longo dos anos, sucessivos desmembramentos alterariam a configuração político-geográfico da Comarca, mas a permanência da pujança econômica de São João del Rei pode ser atestada pela sua elevação a cidade em 1838.⁴⁴

As fontes documentais, entre as quais os relatos dos viajantes, e as recentes produções historiográficas apontam que as atividades econômicas desenvolvidas em São João del Rei e suas imediações, no período em análise, eram diversificadas: agricultura e pecuária, mineração e comércio, local de pouso de tropeiros e entreposto comercial entre o Rio de Janeiro e as diversas regiões de Minas Gerais.⁴⁵

⁴⁴ BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Op. cit. p. 26. Cf. tb. GRAÇA FILHO, op. cit.

⁴⁵ Embora não tenha destacado somente a Comarca do Rio das Mortes, Mafalda Zemella chamou a atenção da região ao tratar do comércio do abastecimento das MG no século XVIII. Cf.

Em São João del Rei, no período 1750-1779 cerca de 43% das unidades produtivas estavam ligadas à mineração, caindo para 23% no período 1780-1822.⁴⁶ Já as atividades comerciais são consideradas como as responsáveis pelo enriquecimento da maior parte dos habitantes do lugar, sendo esta prática recorrentemente mencionada nos relatos dos viajantes.⁴⁷ Todavia, coube às atividades agrárias – lavoura e criação – o destaque econômico alcançado pela região, que ficou conhecida como “o celeiro de Minas Gerais”.⁴⁸

Favorecida pela geografia – terreno plano e abundante em águas – e pelo clima, na região cultivava-se raízes tuberculosas, algodoeiros, canaviais, milharais, hortaliças e frutos.⁴⁹ No início do século XIX o município se destacava pela excelência de seus pastos e pelo gado, que para os contemporâneos era de primorosa qualidade. Com a vinda da Corte para o Brasil, 1808, o eixo econômico se deslocou para o Rio de Janeiro e São João del Rei passou a fornecer para a Corte, principalmente, gado vacum, porcos, mulas, cavalos, queijos, toucinho, chapéus, couro e tecidos de algodão, além de ouro e pedras preciosas.⁵⁰ A Comarca do Rio das Mortes abastecia de gêneros de subsistência o Rio de

ZEMELLA, Mafalda. **O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990.

⁴⁶ Idem, p. 29.

⁴⁷ POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil**. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976; SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil**. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974; _____. **Viagem pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**, Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975; _____. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco**. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975; SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl. F. Philipp von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820**. Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 3 vol.

⁴⁸ GRAÇA FILHO, op. cit.

⁴⁹ A respeito do açúcar em Minas Gerais cf. GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais**. São Paulo. FFLCH/USP, Tese de doutoramento, 2004.

⁵⁰ GRAÇA FILHO, op. cit, pp. 36-38 e p. 56. Conferir, também, MARTINS, Roberto Borges. **A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais. Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2008.

Janeiro e, ao mesmo tempo, distribuía para as demais regiões das Minas e para os vendeiros do entorno os produtos que vinham da Corte: sal, azeite, gêneros secos, ferragens, vinhos e, principalmente, escravos.⁵¹ Mais tarde, no século XIX, essa riqueza se desdobraria na montagem das fazendas cafeeiras da Mata mineira⁵² e/ou Vale do Paraíba mineiro, quando o “ouro verde” somaria à riqueza dos fazendeiros mineiros os títulos nobiliárquicos – dando origem aos “barões do café”.⁵³

A multiplicidade da econômica da região, e a localização privilegiada, principalmente de São João del Rei, Campanha e Barbacena e a proximidade com o Rio de Janeiro, – favorecidas pela existência do Caminho Novo e das estradas do Comércio e da Polícia –, estreitaram as relações econômicas com a Corte. Os viajantes que passaram pela região frequentemente dão testemunhos desta pujança econômica, como se pode notar nas descrições de Saint-Hilaire e Spix e Martiux,⁵⁴ que por lá passaram em 1818:

Os comerciantes, muitos dos quais bem ricos, compram no Rio de Janeiro todos os objetos que podem ser consumidos no interior; os vendeiros das pequenas vilas da Comarca do Rio das Mortes e das comarcas mais distantes têm certeza de encontrar numa mesma casa em São João, quase todos os artigos de que necessitam.⁵⁵

⁵¹ GRAÇA FILHO, op. cit., p. 38.

⁵² OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. Op. cit. Para uma crítica à tese de Oliveira, cf. TEIXEIRA, Adriano Braga. **População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena (1791-1822)**. Rio de Janeiro: UFRJ/PGHS, Dissertação de Mestrado, 2007, p. 162.

⁵³ A respeito da nobreza mineira do século XIX cf. SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Niterói: PPGH/UFF, Tese de Doutorado, 2008.

⁵⁴ Naturalmente não estou considerando os depoimentos dos viajantes sem críticas, mas não se pode ignorar que eles são indicativos das situações que descrevem. Para uma crítica ao olhar dos viajantes, cf. SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Coleção História do Brasil), 1999.

⁵⁵ SAINT-HILAIRE, Auguste, op. cit, 1974, p. 111.

E

Quanto é aqui animador o comércio, logo se vê pelo fato de fazerem quatro tropas, cada uma de cinqüenta mulas cargueiras, contínuas viagens para lá e para cá, anualmente, levando o toucinho, queijos, algum tecido de algodão, chapéus de feltro, gado bovino, mulas, galinhas e barras de ouro para vender ali; pelo valor de seus produtos trazem de volta mercadorias européias, sobretudo portuguesas e inglesas, como chitas, panos, rendas, utensílios de ferro, vinho, cerveja Porter, licores, etc.⁵⁶

Os depoimentos de Saint-Hilaire e Spix e Martius são evidências da força da economia de gêneros de abastecimento e da efervescência do comércio da Comarca do Rio das Mortes, o que a recente produção historiográfica comprova. A respeito destes agentes, os comerciantes e os negociantes, Afonso Graça Filho observa que, de fato, eram poucos os grandes comerciantes de São João del Rei, mas que dentre estes, muitos mantinham vínculos estreitos com a praça comercial do Rio, fundando casas comerciais com parentes lá estabelecidos.⁵⁷ Estas relações demonstram a força da família como base articuladora da organização econômica.⁵⁸

O dinamismo econômico de São João del Rei e sua proximidade com o Rio de Janeiro são elementos explicativos, tanto para viajantes da época quanto para os historiadores de hoje, para a atração que a região exercia sobre os imigrantes, sobretudo os portugueses. É Saint-Hilaire, novamente, quem informa que

⁵⁶ SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl. F. Philipp von. op. cit., pp. 195-196.

⁵⁷ GRAÇA FILHO, op. cit. Cf., também, TEIXEIRA, Paula C. *Família e Negócios: as redes comerciais de Gervasio Pereira Alvim (1850-1880)*. **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2008.

⁵⁸ A este respeito cf. BRUGGER, op. cit., p. 72-73.

... como o Rio das Mortes é mais vizinho do Rio de Janeiro que as outras partes da Província de Minas, os imigrantes europeus receiam menos estabelecerem-se aí; ademais eles têm melhores oportunidades de fazer alguma fortuna, no meio de um povo dado ao comércio e à agricultura, que nas zonas auríferas, onde não se pode esperar um verdadeiro sucesso senão com o auxílio de um capital já adquirido.⁵⁹

E

... a população comercial da Vila é renovada incessantemente por jovens vindos das províncias as mais distantes, de Portugal (...) após servirem como caixeiros, esses jovens começam a negociar por conta própria; tornando-se negociantes... Por sua vez fazem vir da Europa, para aprender o comércio, homens de suas famílias...⁶⁰

Graça Filho, baseando-se nas informações de Kenneth Maxwell, observa que entre 1776 e 1821 a Comarca do Rio das Mortes vivenciou uma explosão demográfica da ordem de 158%, passando de 82.781 habitantes para 213.617. O próprio Graça Filho destaca que a Comarca concentrava, então, 47% dos cativos de Minas Gerais (84. 995), expressão de seu dinamismo econômico, relativizando a idéia de crise da economia mineira como um todo.⁶¹

Quanto aos imigrantes portugueses, Carl Seidler, em 1830, registrou que a elite mercantil de São João del Rei era majoritariamente formada de “portugueses natos, cuja influência é notória sobre a população da província, pois que quase todos os moradores do interior devem aos negociantes de São João e por isso em muitos sentidos lhes são sujeitos”.⁶² Até meados do oitocentos, segundo Robert Rowland, predominava a imigração masculina, em geral, os filhos

⁵⁹ SAINT-HILAIRE, Auguste, op. cit, 1974, p. 106.

⁶⁰ Idem, p. 113.

⁶¹ GRAÇA FILHO, op. cit., p. 39.

⁶² SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 302, *apud* GRAÇA FILHO, op. cit., p. 75.

“excedentes” eram enviados ao Brasil para fazer fortuna e voltar, o mais rápido possível, ao país de origem.⁶³

No entanto, muitos portugueses acumularam riqueza e não retornaram a Portugal. Carla Almeida, estudando a elite mineira setecentista, verificou uma significativa fixação de portugueses nas Minas Gerais. Para a autora, a permanências destes homens nas Minas se explica pela posição que conseguiram ocupar nas terras mineiras e que dificilmente alcançariam na terra natal. Nas Minas Gerais eles formaram famílias, estabeleceram alianças importantes, ocuparam cargos políticos de prestígio e acumularam fortunas – este é o caso da família em estudo, conforme demonstraremos no desenvolver do texto.⁶⁴

Concordando com a leitura dos autores citados, partimos da hipótese de que as atividades econômicas fundamentais de Minas Gerais no período em estudo são: a exploração mineratória, a agricultura voltada para o abastecimento – que possibilita a existência da anterior – e o transporte/comércio, necessários ao escoamento e distribuição das duas primeiras. Portanto, são atividades dependentes. Em relação à economia mineradora, segundo Angelo Carrara, já

⁶³ GRAÇA FILHO, op. cit., p. 69.

⁶⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Trajetórias imperiais: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista*. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Nomes e Números: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social**. Juiz de Fora: ED. UFJF, 2006, p. 72. Ver também: _____. *Uma Nobreza da Terra com projeto imperial: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados*. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). **Conquistadores e Negociantes: História de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 121-193; _____. *Homens ricos em Minas colonial*. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar: idéias e práticas políticas no império português, séc. XVI a XIX**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 361-384; SILVEIRA, Marco Antônio da. **O Universo do indistinto: Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

nasce com um padrão monetário, pois, “o ouro em pó, como principal meio de troca e principal reserva de valor, circulou livremente como moeda”.⁶⁵

A sociedade mineira face à sua dinâmica e complexidade teve necessidades crescentes de transações monetárias e creditícias.⁶⁶ A atração pelo “ouro das Minas”, mesmo que tal moeda se concentrasse nas mãos de poucos,⁶⁷ possibilitou colocações como a de “um certo Domingos de Abreu Lisboa”, citada por Laura de Mello e Souza: “que as Minas foram descobertas, conquistadas e povoadas pelo povo, sem socorro nem despesa da Majestade”.⁶⁸ O ouro e as atividades do abastecimento constituíram-se no amálgama de uma sociedade nascente composta em boa parte de indivíduos, às vezes, expulsos da velha Europa, e que através da catarse da conquista e ocupação de um território inóspito, se tornavam elementos “úteis” às nações conquistadoras, para seus concertos econômicos e políticos na Europa.⁶⁹

A família Ferreira Armonde ao longo do período em estudo, se tornou uma das mais prósperas das Minas Gerais, não obstante ter chegado em Minas, aparentemente sem relações familiares e/ou redes de sociabilidades que lhes dessem sustentação para o início de sua escalada socioeconômica. Os Ferreira

⁶⁵ Sobre a economia mineradora e o ouro como padrão de troca, cf. CARRARA, Angelo Alves. **Ouro, Moeda e Mercado Interno: Um Modelo Contábil da Economia de Minas Gerais, 1700-1808.** Uma primeira versão foi apresentada na VIII Reunião Internacional de Historiadores de la Minería Latinoamericana, realizada entre 23 e 27 de março de 2004 em Guanajuato, México. Digitado, 2008.

⁶⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. Op. cit.

⁶⁷ Segundo Marco Antônio Silveira, “o problema da concentração da riqueza no mercado mineiro não passou despercebido pelos contemporâneos”. SILVEIRA, Marco Antônio. op. cit., p. 94-95.

⁶⁸ SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.163.

⁶⁹ Sobre a importância econômica, política e social do ouro para Portugal cf. BOXER, Charles P. **A Idade de Ouro do Brasil.** São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963.

Armonde atuaram em todos os recantos das Minas Gerais e estenderam suas redes de relações e atuações para a Província do Rio de Janeiro.

Os personagens em estudo se instalaram nas margens do Caminho Novo, cuja abertura foi iniciada por volta de 1698. O arraial da Igreja Nova de Campolide, e depois arraial da Igreja de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, primitivamente pertencente a São João del Rei, daria origem a Vila de Barbacena (1791). Nessa região funcionou o chamado “Registro Velho”, posto de fiscalização da Coroa Portuguesa. As sesmarias instaladas nessas paragens caracterizavam-se pela produção agrícola ou pela associação de atividades agrárias com as pastoris.⁷⁰ Como ponto de paragem dos viandantes que trafegavam pelo caminho novo, a localidade desenvolveu significativo comércio vivenciando um rápido crescimento demográfico e econômico. Barbacena e seu Termo pertenceram à Comarca do Rio das Mortes até 1833, quando foi desmembrada e a Vila passou a ser a sede da Comarca do Paraibuna.⁷¹

Isto posto, vale observar que estarei trabalhando com uma sociedade assentada no arraial da Igreja Nova de Campolide (Borda do Campo)/Barbacena, compreendida no contexto de sua região, qual seja a Comarca do Rio das Mortes – na capitania e depois Província de Minas Gerais. Devido à escassez de pesquisas a respeito do arraial da Igreja Nova de Campolide/Barbacena e um maior número de estudos sobre a Comarca do Rio das Mortes, sempre que

⁷⁰ A respeito das sesmarias nas Minas Gerais cf. CARRARA, Angelo Alves. Contribuição para a História Agrária de Minas Gerias, séculos XVIII-XIX. [HTTP://HISTORIA_DEMOGRAFICA.TRIPOD.COM/PESQUISADORES/ANGELO/](http://historia.demografica.tripod.com/pesquisadores/angelo/) [03/ de janeiro de 2010].

⁷¹ Para maior conhecimento sobre o desenvolvimento da Vila de Barbacena, cf. TEIXEIRA, Adriano Braga. Op. cit..

necessário tento compreender a localidade a partir dos resultados de pesquisa elaborados para a sua região.

Parto de 1751, ano em que faleceu Francisco Ferreira Armonde, o patriarca e fundador da “dinastia”. Ele veio de Portugal, mais precisamente do arquipélago dos Açores, e se estabeleceu nas Minas Gerais, operando como comerciante e pequeno produtor. Finalizo a pesquisa em 1850, data de morte de Marcelino José Ferreira Armonde, neto de Francisco, que morreu dono de uma grande fortuna; foi negociante, fazendeiro, traficante de negros escravizados e obteve o título de nobreza – foi o primeiro Barão de Pitangui. A riqueza gerada e acumulada pelas duas primeiras gerações foi multiplicada e diversificada por Marcelino e seus irmãos. No texto darei destaque (itálico) ao nome de alguns personagens que com os Armonde se relacionaram, cujas inclusões serão retomadas oportunamente.

Na análise das duas primeiras gerações da família, o fio condutor da análise documental foram os inventários *post mortem*. Primeiro o de Francisco Ferreira Armonde pai (1751), que teve por inventariante sua segunda esposa, Ana Antônia de São José, feito na Borda do Campo,⁷² freguesia de Nossa Senhora da Piedade (arraial da Igreja Nova de Campolide/Barbacena), no sítio chamado Moinho, então pertencente à Comarca do Rio das Mortes. O segundo inventário estudado foi o de Rita Maria da Conceição, mulher de Francisco Ferreira Armonde filho, passado em 1775 na freguesia de Nossa Senhora Piedade, fazenda da Cachoeira, Comarca do Rio das Mortes. Por último, o inventário de Francisco

⁷² Nome dado pelos caçadores de esmeralda à região onde se desenvolveu o arraial da Igreja Nova de Campolide, depois Vila de Barbacena, cf. TEIXEIRA, Adriano, op. cit, p. 21.

Ferreira Armonde filho, inventariado por sua segunda esposa, Felizarda Maria Francisca de Assis, aberto na Fazenda dos Moinhos, em 1814, então Termo da Vila de Barbacena e Comarca do Rio das Mortes.

No tocante a terceira geração, além da análise dos inventários post-mortem, a documentação particular e comercial existente na Fazenda Santa Sofia foi de suma importância. Estes últimos perfazem um total de aproximadamente oitocentos itens documentais.

1.2- Francisco Ferreira Armonde: negócios e descendência de um tropeiro:

Francisco Ferreira Armonde nasceu entre 1691 e 1694 ⁷³ e era “natural da Ilha Terceira da Freguesia da Vila de São Sebastião em Portugal. Filho legítimo de Gaspar de Souto Maior e de sua mulher Margarida das Candeyas, já defuntos”⁷⁴ no ano de seu testamento, datado de 1751. Era neto paterno do

⁷³ No inventário *post mortem* de Manuel Nunes da Cruz encontra-se um termo de fiança em que Francisco Ferreira Armonde atesta ter 50 anos de idade no ano de 1747, data do dito inventário. **Museu Regional de São João Del Rei** (doravante MRSJDR). Inventário *post mortem* de Manuel Nunes da Cruz, 1747.

⁷⁴ **MRSJDR**. Testamento juntado ao inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 17. Esta informação está presente também em algumas mensagens eletrônicas trocadas entre pesquisadores de genealogias de famílias. Através de pesquisas nos arquivos dos mórmons e mesmo em Portugal, estes genealogistas compartilham informações quanto à família dos Armonde, objeto de minhas reflexões. Margarida das Candeyas (batizada em 29 de maio de 1667, na Vila de São Sebastião, da Ilha Terceira, Açores, faleceu em 9 de abril de 1693, na mesma vila) foi a primeira esposa de Gaspar de Souto Maior (batizado em 23 de setembro de 1657 e falecido em 2 de dezembro de 1727), que após a viuvez contraiu segundas núpcias com Maria Mendes Borba. <<http://archiver.rootsweb.com/th/read/AZORES/2005-05/1117156232>> [02 de abril de 2007]. Algumas destas informações estão disponibilizadas no site do *Projeto Compartilhar*, coordenado por Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira, <<http://geocities.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, outras estão sendo preparadas para serem

Alferes Belchior da Ponte Cardoso e de sua segunda esposa Mariana Fagundes – todos naturais da mesma Ilha – e neto materno do Capitão Francisco Ferreira Ermonde ou Armonde (1601-1672) com Ana Machado, também conhecida por Maria Machado ou Maria das Candeyas (1631-1704).⁷⁵

Francisco Ferreira Armonde possuía o nome do avô materno, pai de Margarida das Candeyas Machado, que era o Capitão Francisco Ferreira Armonde (ou Ermonde) e é curioso notar que a família, em nenhum momento, retomou o uso do Souto Maior, sobrenome da família do avô paterno.⁷⁶ O irmão Antônio também adotou o sobrenome do avô materno. Outro fato curioso e sugestivo é que Francisco, apesar de ser neto de um Alferes e de um Capitão, era analfabeto,⁷⁷ o que pode sinalizar para um empobrecimento da família em Portugal, – organograma 1.1. Embora, como destaca José Damião, “no plano individual, micro-histórico, é difícil apreender as motivações dos actores sociais, perceber quais as razões efectivas que geravam a mobilidade, pois muitos outros,

compartilhadas, mas me foram gentilmente cedidas por Paulo Ribeiro Luz, a quem agradeço a atenção e confiança. Estas informações foram coletadas a partir de pesquisas realizadas nos arquivos de Portugal, nos documentos microfilmados pelos Mórmons (registros de casamento, nascimento e morte), em inventários e testamentos de diversos arquivos do Brasil. Doravante: LUZ, Paulo Ribeiro, **Material genealógico sobre a família Ferreira Armonde**, digitado, 2008.

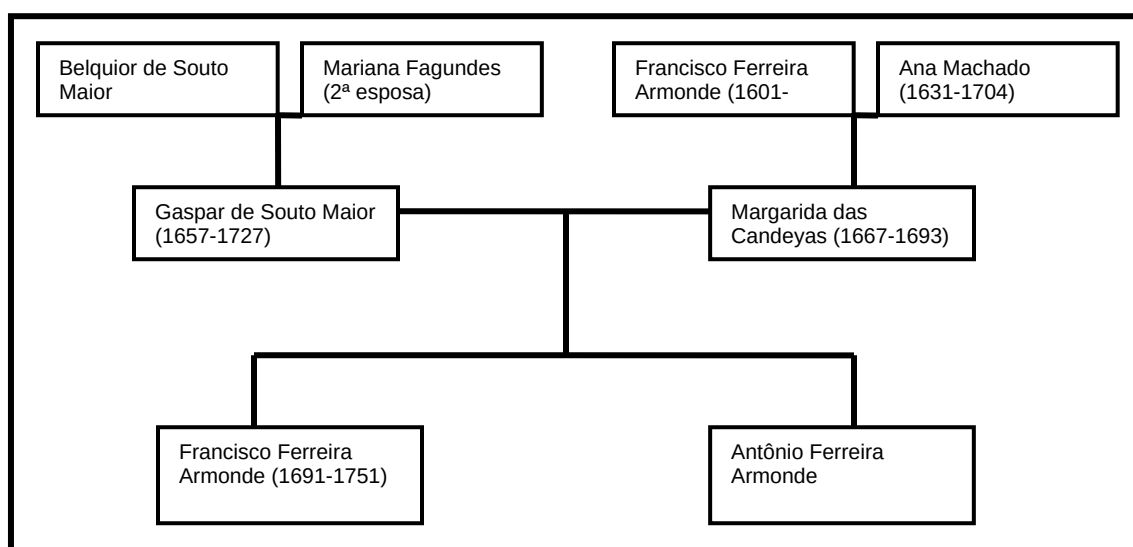
⁷⁵ Mariana Fagundes foi a segunda esposa de Belquior da Ponte Cardoso. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit. A respeito da variação dos nomes ver: ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 'Dar nomes aos brasileiros: Joaquins, Lycurgos, Rosalindas, Caios, Jeffersons e Bismarcks'. —. Vida Privada e Ordem Privada no Império. In: **História da Vida Privada no Brasil: Império: a Corte e a modernidade nacional**. Coleção dirigida por Fernando A. Novais, Volume Organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 53-59.

⁷⁶ A respeito da participação de indivíduos da família Souto Maior na política colonial desde o século XVII cf. FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Bases da Materialidade do Império*: algumas das formas ultramarinas de acumulação de riquezas. **Penélope**, nº 23, 2000, pp. 67-88.

⁷⁷ É importante destacar que ser analfabeto não consistia num impedimento de ascensão social e econômica, pelo menos no mundo mercantil. O homem de negócio Francisco Pinheiro era analfabeto, e nem por isso deixou de construir fortuna e poder no século XVIII. Cf. FURTADO, op. cit; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O “Fidalgo-mercador” Francisco Pinheiro e o “Negócio da carne Humana”, 1707-1715. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana**: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 2007, p. 35-64.

nas mesmas condições, optaram pela permanência”⁷⁸, o empobrecimento, a difícil situação econômica e social no arquipélago dos Açores, a descoberta das Minas e a necessidade do seu povoamento constituíram-se, ao nosso ver, nos atrativos para a migração dos irmãos Antônio e Francisco em busca de melhores oportunidades no Brasil. Em outras palavras, “o Brasil surgia aos olhos de muitos açorianos como uma espécie de terra prometida, onde era possível atingir a riqueza e, quem sabe, a felicidade”.⁷⁹

ORGANOGRAMA 1.1 Ascendência de Francisco Ferreira Armonde



Fonte: LUZ, Paulo Ribeiro, **Material genealógico sobre a família Ferreira Armonde**, digitado, 2008.

⁷⁸ RODRIGUES, José Damião. *Entre duas margens: a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII*. **ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA**, 2ª série, VI (2002), pp. 225-245.

⁷⁹ Idem, p. 246. Com relação a imigração açoriana conferir também: MENESES, Avelino Freitas de. *Os Açores na colonização do Brasil: do descobrimento ao advento de Pombal*. **Ciênc. let.**, Porto Alegre, nº 41, pp. 9-34, jan./jun. 2007. <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>; HAMEISTER, Martha Daísson. *Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao século XVIII*. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 12, nº. 21/22, pp. 53-101, jan./dez. 2005.

As evidências indicam que Francisco Ferreira Armonde nasceu entre 1691 e 1694⁸⁰ e que chegou em Minas Gerais pelas proximidades de 1725-1730, então com 34 anos de idade, pouco mais ou menos. Há informações de que Francisco Ferreira Armonde teria se casado pela primeira vez com “Ângela Maria da Conceição Camelo em 25 de janeiro de 1721 na Freguesia da Vila de São Sebastião da Ilha Terceira dos Açores”, Portugal.⁸¹ Portanto, poucos anos após o consórcio o casal embarcou para o Brasil.

É importante reforçar que Francisco tinha um irmão, por nome Antônio Ferreira Armonde, que veio para Minas Gerais possivelmente em 1725, junto com ele. Antônio Ferreira Armonde também deixou Portugal já casado com Maria dos Remédios, natural da Ilha de São Sebastião, mas não resgatei descendência deste casal - organograma 2. Todavia, sabe-se que Antônio contraiu segundo consórcio com Joana Ignácia, filha de Domingos Correia e Ignez da Silveira, visto que em 13 de dezembro de 1753 este casal batizou um filho, homônimo do pai, em Nossa Senhora da Glória dos Matos Gerais, atual município de Caranaíba (MG).⁸² Posteriormente, em 1756 e 1759, respectivamente, batizaram, na mesma localidade, a menina Quitéria e o menino José Ferreira Armonde. As evidências indicam que este ramo da família se fixou nesta localidade, onde teve sua descendência. Nos registros de batismo dos filhos, Antônio Ferreira Armonde se apresentou como “proprietário e lavrador”,⁸³ o que sugere ser senhor de uma

⁸⁰ No inventário *post mortem* de Manuel Nunes da Cruz encontra-se um termo de fiança em que Francisco Ferreira Armonde atesta ter 50 anos de idade no ano de 1747, data do dito inventário. **MRSJDR**, Inventário *post mortem* de Manuel Nunes da Cruz, 1747.

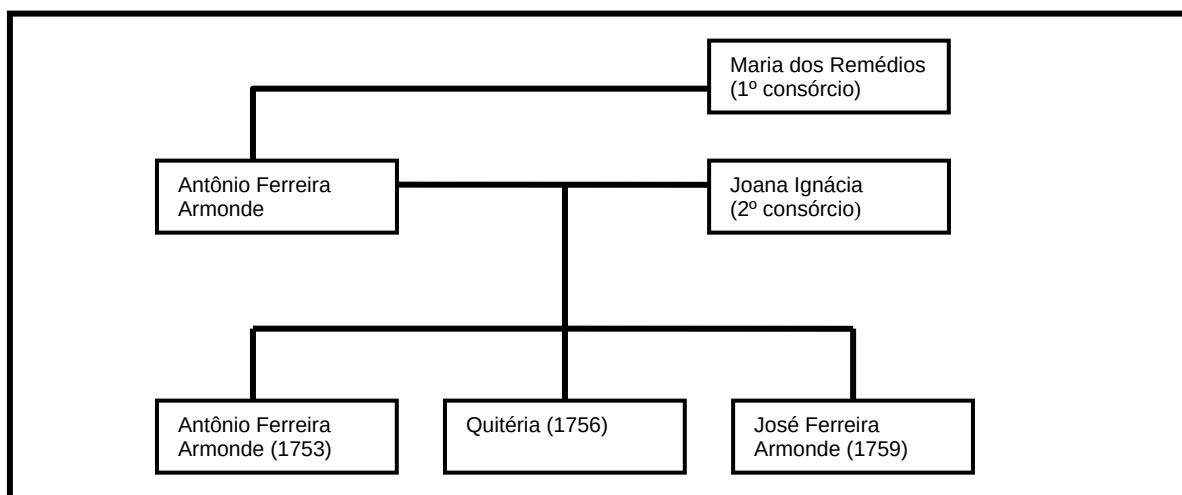
⁸¹ <<http://archiver.rootsweb.com/th/read/AZORES/2002-11/1037265125>> [02 de abril de 2007].

⁸² Localizada no Campo das Vertentes, entre a Zona da Mata mineira e o Sul de Minas Gerais. São João del Rei, Barbacena e Tiradentes também situam-se na região do Campo das Vertentes.

⁸³ LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

propriedade rural. Porém, até o momento, não encontrei informações de que os irmãos Francisco e Antônio tenham estabelecido relações de qualquer natureza nas Minas Gerais. Também não posso afirmar que tenha havido uma imigração planejada ou que a decisão de vir para o Brasil tenha sido uma estratégia com ligação de apoio mútuo. Esses dois núcleos da mesma família, aparentemente se desenvolveram de forma independente.

ORGANOGRAMA 1.2 Descendência de Antônio Ferreira Armonde



Fonte: LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

Observe-se que os dois irmãos, Francisco e Antônio, vieram já casados, e esse modelo está de acordo com o encontrado por Manolo Florentino e Cacilda Machado para a freguesia de Inhaúma (RJ), que complementa, sem divergir, o modelo apontado por Robert Rowland e Carla Almeida.⁸⁴ Comentando a respeito

⁸⁴ ROWLAND, Robert. *Brasileiros do Minho: imigração, propriedade e família*. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). **História da Expansão Portuguesa. Do Brasil para a África (1808-1930)**. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 4, 2000, pp. 324-47. ALMEIDA, 2006, op.cit.

da imigração portuguesa para o Brasil, Manolo Florentino e Cacilda Machado notaram que os portugueses estabelecidos em Inhaúma eram originários...

do Atlântico, do Douro e do Minho, dos Açores e da Madeira. A migração estava marcada, por um notável predomínio masculino: nada menos do que nove entre cada dez anotados no livro [de registro de batismo] eram homens. Tratava-se de um padrão nada peculiar: fora assim, desde o início da colonização. As mulheres portuguesas não casavam com homens brasileiros. Em termos gerais, ou bem elas desembarcavam no Brasil com os seus cônjuges (o que parece ter sido o caso sobretudo daquelas provenientes das ilhas do Atlântico e do Algarves), ou, quando vinham solteiras, uniam-se quase que exclusivamente a seus próprios compatriotas (grifos nosso).⁸⁵

Observe-se que a situação destacada no trecho acima se conforma com a dos irmãos Antônio e Francisco Ferreira Armonde e também, como veremos na seqüência deste capítulo, com a estratégia matrimonial da filha de Francisco, Ana Maria de Jesus, que se casou duas vezes, ambas com portugueses.

Nas Minas Gerais, Francisco Ferreira Armonde se instalou no arraial da Igreja Nova de Campolide/Borda do Campo, futura Vila de Barbacena. Segundo os historiadores da região, o núcleo originário do arraial foram as fazendas Borda do Campo e do Registro Velho, onde havia funcionado um posto de fiscalização, cuja ocupação remonta à abertura do Caminho Novo, em 1698. Note-se que Francisco chegou à localidade por volta de 1725, pouco tempo após a criação da Capitania de Minas Gerais, ocorrida em 1720.⁸⁶

⁸⁵ FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*. In: **Portuguese Studies Review**, 2002, p. 67.

⁸⁶ TEIXEIRA, Adriano, op. cit. p. 26-27.

A localização do arraial foi fundamental para o desenvolvimento da paragem, pois, conforme anotou Robert Walsh, que por lá passou no início do século XIX, ela situava-se:

na estrada que liga a capital à província de Minas Gerais, no ponto onde se bifurcam as estradas que vão para São João del Rei e Vila Rica, tornando-se, assim, um centro de ligação entre as mais importantes regiões da província, convergindo para ali sal e artigos manufaturados tanto nacionais quanto estrangeiros.⁸⁷

A localidade, no momento da chegada de Francisco Ferreira Armonde, compunha uma região de fronteira aberta, ligada à mineração, mas, principalmente, relacionada às atividades econômicas impulsionadas por ela: a pecuária e a agricultura. Era, portanto, uma região atraente para os que buscavam oportunidades associadas à cultura da terra, à criação de animais e ao comércio.⁸⁸ Francisco Ferreira Armonde se fixou nesta localidade e nela desenvolveu estratégias e alianças que futuramente colocariam sua família entre a “nobreza da terra”⁸⁹ da futura Vila de Barbacena.

De acordo com os dados do testamento e do inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1751, ele era analfabeto e se casou duas vezes.⁹⁰ A primeira esposa, Ângela Maria da Conceição Camelo (1700-1746), nasceu na Vila de São Sebastião, Ilha Terceira, Açores (Portugal), filha de Bento Faleiro e Francisca

⁸⁷ WALSH, Robert. **Notícias do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1985. p. 115.

⁸⁸ TEIXEIRA, Adriano, op. cit., passim.

⁸⁹ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Potentados coloniais e circuitos imperiais*: notas sobre uma nobreza da terra supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIN, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.). **Optima Pars**. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 139.

⁹⁰ **MRSJDR**, inventário post mortem de Francisco Ferreira Armonde, 1751, 16-20. Cf. tb: Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro D-10 (1749-1752), Casamentos na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, fls. 234 - “Aos 16 de fevereiro de 1751, na Matriz, casou Francisco Ferreira Armonde, natural de São Sebastião da Ilha Terceira, viúvo de Ângela Camelo, filho de Gaspar de Souto Maior e de Margarida das Candeias, com Ana Maria de São José, das Ilhas”. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

Nunes. No arraial da Igreja Nova de Campolide/Barbacena, no lugar denominado Rio Fundo, Francisco fundou uma propriedade com o nome de Moinhos, com Ermida de Santana; segundo Paulo Ribeiro Luz, “possivelmente, para lembrança de sua terra natal: a Ribeira dos Moinhos, que atravessa a Freguesia de São Sebastião e a Capela de Santana, a primeira erguida na Ilha Terceira.”⁹¹

O casal Francisco e Ângela teve seis filhos, que no ano do inventário (1751), foram qualificados da forma seguinte: 1- Maria Vicência de Jesus: 29 anos, casada com José Ferreira dos Santos; 2- Manoel Ferreira Armonde: 27 anos, tropeiro, solteiro (posteriormente se casou com Catharina Maria de Jesus); 3- Vicente, 16 anos, solteiro;⁹² 4- Francisco, 14 anos⁹³ (que se casou primeiramente com Rita Maria da Conceição e segunda vez com Felizarda Maria Francisca de Assis); 5- Ana Maria de Jesus, 11 anos⁹⁴ - que mais tarde se casou com Pedro de Paiva Coimbra (1753), primeiro casamento, e depois com Francisco Pereira da Cunha (1756); 6-José Ferreira Armonde, nove anos,⁹⁵ que se casou, posteriormente, com Ana Maria de Jesus (em 1772). Os dois filhos mais velhos nasceram nos Açores. Após a morte de Ângela Camela (1746), Francisco contraiu

⁹¹ Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

⁹² Batizado em 19 de fevereiro de 1736 e falecido em 5 de março de 1736. Não deixou descendente. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro F-3 óbitos e testamentos (1747-1750), Óbitos da Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, fls. 113 v - 05 de março de 1756, solteiro, com testamento de 02 de março de 1756, filho de Francisco Ferreira Armonde e de Ângela Camelo. Cf., LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

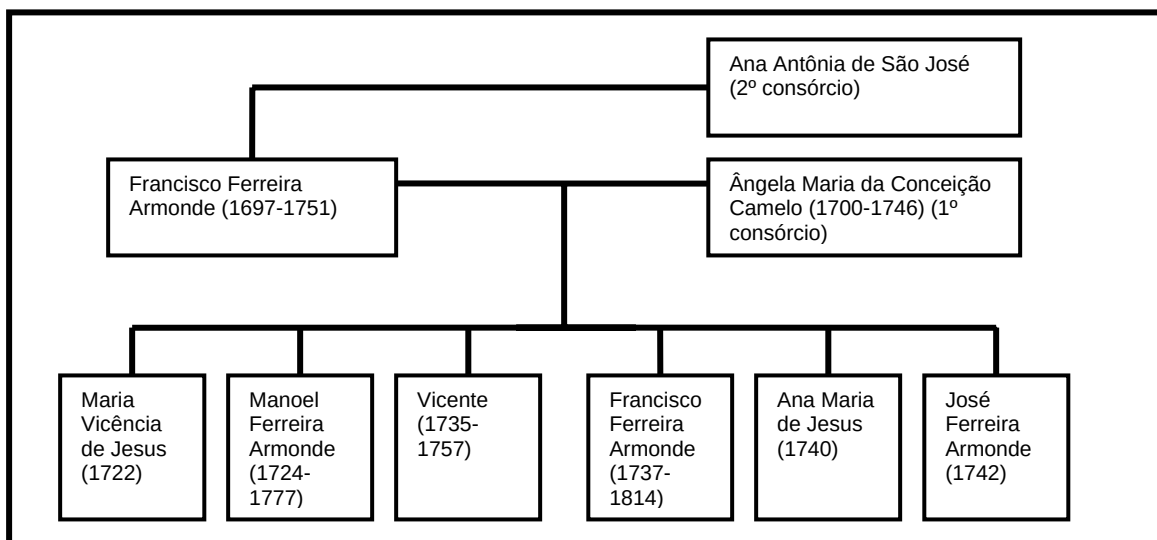
⁹³ Nasceu na fazenda dos Moinhos. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, batizado aos 20 de setembro de 1737, filho de Francisco Ferreira Armonde e de Ângela Maria. Padrinhos: Manuel Dias de Sá e Ana Maria dos Santos. Cf., LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

⁹⁴ Batizados da Matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, Livro de Batismo (1737-1740), fls. 24 v - 14 de dezembro de 1739. Cf., LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

⁹⁵ Arquivo da Paróquia de Nossa Senhora da Piedade de Barbacena, batizados da Capela de Nossa Senhora da Piedade da Cachoeira, filial da Matriz da Borda do Campo (1733-1748); livros 1-A (1726-1741) e D-10 (1737-1751) – fls. 41 v. – Aos 15 de junho de 1741. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

segundo casamento com Ana Antônia de São José,⁹⁶ aos 16 de fevereiro de 1751, com quem não deixou descendência – organograma 1.3.

ORGANOGRAMA 1.3
Descendência de Francisco Ferreira Armonde (pai)



Fonte: LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit. e **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751.

Analisando os testamentos e o cotidiano da morte no Brasil, Sheila Faria e João Reis observaram que os testamentos eram documentos elaborados para que o testador quitasse suas dívidas espirituais e mundanas e, também, representavam um momento de “reparação moral”. Elaborar testamentos, ação dos que tinham algo a deixar, era uma das regras fúnebres católicas para a salvação da alma. Os dois autores notam que a maior preocupação das pessoas que elaboravam testamentos era quitar as contas com os indivíduos com os quais

⁹⁶ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro D-10 (1749-1752), Casamentos na Freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo, fls. 234. Aos 16 de fevereiro de 1751. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

havia feito negócios.⁹⁷ Sheila Faria lembrou que os testamentos seguiram padrões homogêneos ao longo dos séculos XVIII e XIX, e isto por todos os recantos do Brasil.

A respeito do simbolismo da morte, João Reis chamou a atenção para o fato de que “A morte representava, por exemplo, um importante mecanismo de ordenação econômica (...) o morto não descansaria enquanto não visse pagas suas dívidas comerciais com os vivos”.⁹⁸ Sheila Faria acrescenta que dentre os testamentos por ela analisados foram os “que viviam de seus negócios” os que mais descreveram pendências anteriores, tais como dívidas e retenção de dinheiro alheio. Na hora da morte, buscando ficar em paz com as suas consciências, não foi incomum reconhecer pendências passadas.

Multiplicam-se nos testamentos dos séculos XVIII e XIX registros de verbas para celebração de missas “pelas almas das pessoas que negocie e que foram prejudicadas não por malícia, mas por engano”⁹⁹ ou dinheiros para que sejam rezadas missas ou distribuídas esmolas em intenção “daquelas pessoas com quem tenho tido contas ou de algum dinheiro que inadvertidamente me

⁹⁷ FARIA, Sheila de Castro. *Testar para bem morrer-finalidade do testamento e justiça do moribundo*. In: _____. **A Colônia em Movimento: Fortuna e família no cotidiano colonial**, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998, pp. 265-277. REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*. In: NOVAIS, Fernando A (coordenador geral da coleção); ALENCASTRO, Luiz Felipe (organizador do volume). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol.2, pp. 95-141.

⁹⁸ REIS, João José, op. cit., p. 102.

⁹⁹ Testamento de André Pereira Maciel, juntado a seu inventário *post mortem*, APERGS, 1º cart. Órfãos e Ausentes. Poa, nº 253, mç. 14 A, 1800, *apud* OSÓRIO, Helen. *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa*. In: **Revista Brasileira de História**, vol.20, n.39, São Paulo 2000, <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100005&script=sci_arttext&lng=en> [03 de janeiro de 2009].

ficasse na mão”.¹⁰⁰ Ou, ainda, “se aparecer alguma pessoa de conceito, que diga que eu lhe devo alguma quantia, meu testamenteiro lhe satisfaça”.¹⁰¹

Max Weber, fazendo uma análise sobre os juros no período pré-capitalista, destacou que a Igreja combateu a usura, “lutando contra os juros, forçando a muitos, no seu leito de morte, a que restituíssem os juros cobrados”. O autor prossegue informando que, com o desenvolvimento da economia monetária, “tal proibição foi sendo burlada, a ponto de que a Igreja se viu obrigada a ter em conta este fato através de indulgências gerais”.¹⁰² Em outras palavras, na impossibilidade de forçar os homens que cobravam juros a restituí-los, a Igreja teria incentivado a sua “devolução” na forma de concessão de esmolas destinadas aos pobres ou, em proveito próprio, às irmandades e no emprego de missas. A permanência dessa mentalidade pode estar no cerne das declarações presentes nos testamentos brasileiros dos séculos XVIII e XIX, corroborando a força da Igreja.

Francisco Ferreira Armonde faleceu em novembro de 1751, com testamento que não fugiu ao padrão acima descrito. Foram indicados para testamenteiros, respectivamente, a esposa Ana Antônia de Jesus, o vizinho João Álvares de Araújo e o genro José Ferreira dos Santos. De acordo com as anotações testamentárias, Francisco Ferreira Armonde pertencia à Irmandade do Santíssimo Sacramento e à Irmandade das Almas. Embora não tenhamos

¹⁰⁰ Testamento de Domingos da Fonseca Carneiro, 1762. Arquivo do Cartório do 3º Ofício de Notas de Campos dos Goitacases, Livro de Registro de Testamentos, *apud* FARIA, Sheila, op. cit., p. 272.

¹⁰¹ **MRSJDR**, Testamento juntado à Prestação de Contas Testamentária de José Ferreira Armonde, 1821, fls. 3v.

¹⁰² WEBER, Max. *Os juros no período pré-capitalista*. In: _____. **História Geral da Economia**. 2ª Ed. Tradução de Klauss Von Puschén. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 252-255 (citação na p. 254).

informações concretas para afirmar que a família Ferreira Armonde fosse de cristãos-novos creio que esta hipótese não pode ser descartada. Júnia Furtado¹⁰³ nota que os cristãos-novos que emigraram para as Minas procuravam preservar sua ligações, congregavam-se em determinadas irmandades, como a de São Miguel e Almas, da Borda do Campo, e “eram os donos do comércio, rancheiros à margem das estradas, compradores de ouro de contrabando, comboieiros de negros e ambulantes, tendo em suas mãos quase todo o comércio de movimento”.¹⁰⁴ Francisco Ferreira Armonde residia na Borda do Campo e pertencia à irmandade das Almas daquela localidade; a família Ferreira Armonde estabeleceu arranjos familiares com patrícios e estava inserida nos negócios citados por Júnia Furtado.

As recomendações testamentárias para seu funeral indicam que ele era uma pessoa de distinção e de alguma posse no contexto de sua época e localidade e também com relações econômicas no Rio de Janeiro. Evidência disto é a determinação de última vontade para que fossem rezadas, no Rio de Janeiro 56 missas, dando-se esmolas por cada uma \$320. Ainda deveriam ser ditas 78 missas, dando-se \$640 réis de esmolas por cada uma, que deveriam ser rezadas exclusivamente pelo Reverendo Vigário da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade.¹⁰⁵

A chegada de Francisco de Portugal para o arraial da Igreja Nova de Campolide/Barbacena (Comarca do Rio das Mortes), assim como de outros,

¹⁰³ FURTADO, Júnia Ferreira. Op. cit., p. 157.

¹⁰⁴ LIMA JÚNIOR, Augusto de. **A Capitania de Minas Gerais**: Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1978 *apud* FURTADO, op. cit., p. 157.

¹⁰⁵ Sobre as preocupações e rituais em torno da morte, para o século XIX, ver: REIS, 1997, op. cit., pp. 95-141.

estava relacionada com a busca de melhores oportunidades, oferecidas pela mineração e pela riqueza dela derivada – o apossamento de terras, a agricultura, a pecuária e o comércio. Entretanto, por volta de 1750, a mineração estava em declínio na região, mas a Comarca do Rio das Mortes já se destacava como um importante entreposto comercial. Nesse cenário, os condutores de mercadorias foram personagens fundamentais, possibilitando o escoamento da produção de Minas Gerais para a Capitania do Rio de Janeiro. Conforme já destacamos, Francisco Ferreira Armonde se estabeleceu exatamente em uma localidade à margem do Caminho Novo.

Para mensurar a importância econômica do Caminho Novo para as Capitanias de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, reporto-me a Mafalda Zemella, que observa que até a descoberta do ouro o Rio de Janeiro era um pequeno núcleo urbano, de pouca importância demográfica e econômica, circundado por terras ocupadas com currais e plantações com poucas possibilidades de exportação.¹⁰⁶ Após a descoberta das minas de ouro, num primeiro momento, o Rio de Janeiro pouco se beneficiou da riqueza aurífera, devido às dificuldades do caminho marítimo-terrestre que ligava as duas províncias. Com a abertura do Caminho Novo, nos primeiros anos do século XVIII, extremamente curto para os padrões da época, o Rio de Janeiro passou a desempenhar o papel de “boca das minas”, para onde escoavam “os maiores lucros do comércio com as Gerais”.¹⁰⁷ Todavia, ressalto que outros estudos demonstram que a cidade do Rio de Janeiro

¹⁰⁶ ZEMELLA, Mafalda P. op. cit.

¹⁰⁷ ZEMELLA, Mafalda P. op. cit., p. 65.

estava crescendo demográfica e economicamente desde a segunda metade do século XVII.¹⁰⁸

Cabe lembrar que a “picada” do Caminho Novo, já era utilizada desde épocas remotas, anterior à abertura oficial. Utilizadas primeiramente pelos índios, que a realizaram,¹⁰⁹ e, posteriormente, também pela população de migrantes que adentravam as Minas Gerais, em busca do ouro, dando início ao processo de ocupação. Mesmo antes da abertura oficial realizada por Garcia Rodrigues Paes, o caminho já era utilizado pelos viandantes e sua “abertura” foi realizada para facilitar os meios de transporte e atender às demandas do comércio. Os melhoramentos propiciaram mais economia no transporte, contribuindo para elevar as perspectivas de lucro dos colonizadores. Ao longo do Caminho Novo as terras foram ocupadas por sesmeiros (ocupação oficial) e por posseiros.¹¹⁰

¹⁰⁸ Análises contrárias às de Zemella, que destacam a importância do Rio de Janeiro no século XVII são, dentre outras, as de LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial Ibero-Americana**. Rio de Janeiro: 1963; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégia de classe na produção da exclusão** (Rio de Janeiro, c. 1650-c. 1750). PPGH/UFF, Tese de Doutorado, 2000; e as obras referenciadas de João Fragoso.

¹⁰⁹ LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF-FUNALFA, s/d.

¹¹⁰ VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: A longa duração*. In: **Varia História** – Códice Costa Matoso (número especial). Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, n. 21, jul. 1999, Belo Horizonte: Depto. de História da FAFICH-UFMG, 1985, p. 181-189.

MAPA 1.2: Caminho Novo



FONTE: http://www.caminhonovorj.com.br/historia/historia_vcjaouviu.html# [30 de março de 2009].

Conforme se depreende da tabela 1.1, os bens de Francisco Ferreira Armonde compunham-se, principalmente, de bens de raiz, seguidos de escravos e de uma pequena tropa. Ele possuía três partes de um sítio, composto de matos virgens e capoeiras, com “cinco ou seis alqueires de mato plantado”¹¹¹ com milho, casa de vivendas e senzala e um moinho. A outra quarta-parte pertencia a Manoel Cardoso Pires. O sítio fazia divisas com José Ferreira dos Santos (o genro), com Manuel Fagundes de Castro, com o dito Manoel Cardoso Pires (dono de $\frac{1}{4}$ parte

¹¹¹ MRSJDR, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 17v.

do sítio Moinho junto com Francisco), com Antônio Luiz e com João Álvares de Araújo (o segundo testamenteiro).

**TABELA 1.1-
Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde -1751**

BENS	VALOR	%
Bens de raiz	1:480\$000	49,578
Escravos (quatro escravos homens)	640\$000	21,439
Cavalos (5 cavalos)	58\$000	1,942
Bestas muares (7 bestas)	287\$000	9,614
Gado vacum (9 vacas, 04 garrotes e 08 bois de carro, avaliados em 80\$000)	170\$460	5,710
Porcos (28), cabras (18) e ovelhas (02)	62\$200	2,083
Ouro lavrado	156\$129	5,230
Cobre	71\$300	2,388
Estanho	7\$020	0,235
Prata	2\$250	0,075
Ferramentas (foices, machados, enxadas, cavadeiras e uma espada)	15\$200	0,509
Roupas	23\$620	0,791
Dívida ativa	12\$000	0,401
Monte-mor	2:985\$179	100
Dívida passiva*	43\$338	

* Não entraram as dívidas das legítimas dos órfãos.

Fonte: **MRSJDR**. Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751.

Os dados apresentados na tabela 1.1, estão em consonância com os resultados de pesquisa de Carla Almeida para a Comarca do Rio das Mortes. Segundo a autora, a economia da Comarca, já em 1750, era bastante diversificada, com predomínio da agropecuária mercantilizada, destacando-se neste ramo o termo de São José¹¹² – ao qual pertencia ao arraial da Igreja Nova de Campolide. A tabela 1.2, adaptada de Carla Almeida, nos permite considerar as posses de Francisco Ferreira Armonde no contexto de sua região.

¹¹² ALMEIDA, Carla. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas Colonial – 1750-1822. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2001, p. 93-102.

TABELA 1.2
Composição da riqueza, em mil-réis, nos inventários da
Comarca do Rio das Mortes no período – 1750-1779

Ativos	CRM
Dinheiro	482,000
%	0,49
Metais preciosos	559,362
%	0,56
Comércio	5.867,024
%	5,93
Jóias	1.112,792
%	1,12
Móveis	2.449,360
%	2,48
Instrumentos	1.209,719
%	1,22
Imóveis	28.299,525
%	28,61
Colheitas	730,337
%	0,74
Rebanho	6.059,550
%	6,13
Escravos	30.859,400
%	31,20
Dívidas ativas	20.895,979
%	21,13
Outros	388,395
%	0,39
Totais	98.913,443
%	100
Total de invs.	49

Fonte: Inventários *post-mortem* do **MRSJDR**. Adaptado de ALMEIDA, Carla. **Op. cit.**, 2001, p. 172.

Foram eliminados desta tabela os inventários para os quais só foi possível considerar o monte-mor.

Os dados agregados por Carla Almeida revelam que no período 1750-1779 os principais ativos dos moradores da Comarca do Rio das Mortes, cujos inventários foram abertos no período e que ficaram preservados, eram, nesta ordem, os escravos, os bens imóveis e as dívidas ativas. No inventário de Francisco Ferreira Armonde estes mesmos ativos correspondem, respectivamente, a 21,53%, 49,57% e 0,4%. Observa-se que o ativo bens de

raiz, no inventário em análise, é superior ao de cativos e que as dívidas ativas são insignificantes.

Carla Almeida apresentou um padrão de riqueza para a Comarca do Rio das Mortes¹¹³ – tabela 1.3, uma região caracterizada pela “pequena circulação monetária, fortes mecanismos de acumulação mercantil, prática produtiva extensiva”.¹¹⁴ A autora considerou pequenos proprietários aqueles que possuíam um patrimônio avaliado em até 500 libras; os que possuíam patrimônio avaliado entre 501 e 2.000 libras foram classificados de médios proprietários e acima de 2.001 libras, grandes proprietários.¹¹⁵

Aplicando esta mesma lógica para Francisco Ferreira Armonde, cujo monte mor foi estimado em R\$ 2:985\$179, e convertendo este valor para libras,¹¹⁶ podemos afirmar que o patrimônio dele correspondia a aproximadamente 839,712 libras. Ou seja, ele estava na faixa média de riqueza. Mesmo ignorando o “capital inicial” com que este açoriano chegou a Minas Gerais, creio poder afirmar que suas conquistas foram significativas no intervalo de tempo entre sua chegada ao Brasil (1725) e sua morte (1751).

¹¹³ FRAGOSO, João. **Homens de grossa aventura: op. cit.** OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América:** Rio Grande de São Pedro, 1737-1822. Niterói: UFF – Departamento de História, Tese de Doutorado, 1999. MATTOSO, Kátia M. de Queirós Mattoso. **Bahia, século XIX: uma província no império.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

¹¹⁴ ALMEIDA, Carla. Op. cit., 2001, p. 189.

¹¹⁵ TEIXEIRA, Adriano, op. cit., pp. 127-130.

¹¹⁶ Para as conversões em libra consideramos a mesma à razão de 3,555 réis por libra esterlina-ouro, conforme estimado por BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação.* Rio de Janeiro: APEC, 1973, p. 106. Ver também: MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 254. ALMEIDA, Carla. **Alterações nas unidades produtivas mineiras: Mariana – 1750/1850.** Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1994, p. 74; TEIXEIRA, Adriano Braga, op. cit., p. 130.

TABELA 1.3
Distribuição da riqueza na Comarca do Rio das Mortes – 1750-1779

Faixas de fortuna em libras	CRM		
	A	B	C
0- 200	12	1352,595	20
%	23,5	4,0	4,6
201-500	19	6363,809	124
%	37,3	18,5	28,7
501-1000	12	9630,162	141
%	23,5	28,0	32,6
1001-2000	5	6542,698	100
%	9,8	19,0	23,1
2001-5000	2	4372,852	30
%	3,9	12,7	7,0
+ 5000	1	6113,811	17
%	2,0	17,8	4,0
Totais	51	34375,927	432
+ 2000	3	10486,663	47
%	5,9	30,5	11,0

Fonte: Inventários *post-mortem* da Comarca do Rio das Mortes. A: N^o e % inventários da faixa. B: Valor dos invs. da faixa. C: N^o e % de escravos da faixa. Adaptado de ALMEIDA, Carla. Op. cit., 2001, p. 191.

Analisando a tabela 1.1 notamos que a propriedade de Francisco Ferreira Armonde era bastante diversificada. Das 21 cabeças de gado vacum, sete eram bois de carro (animais de tração, que provavelmente eram empregados no transporte) e as demais eram vacas e vitelos/vitelas. A propriedade contava, ainda, com pequenos animais, necessários à sua subsistência, como os porcos, as cabras e as ovelhas (para o fabrico de lã). Os quatro cativos, com os instrumentos de trabalho próprios da lavoura (foices, machados, enxadas e cavadeiras), todos homens e com idades não reveladas, provavelmente eram responsáveis pelo cultivo das lavouras e os cuidados com a criação. Embora do inventário não conste nenhuma roça ou gêneros estocados, a presença de bois de

carro e dos instrumentos de trabalho arrolados são indicativos das práticas agrícolas.

Corroborando, mais uma vez, com a pesquisa de Carla Almeida, neste inventário, também, os bens de uso doméstico foram poucos e de pequeno valor.¹¹⁷ Dentre as posses havia uma imagem de Nossa Senhora da Conceição; duas colheres e um garfo de prata; um forno de cobre e três tachos e uma bacia de cobre; uma bacia e jarro, 25 pratos, todos de estanhos. O casal possuía, ainda, dois catres e uma caixa toscos, duas mesas e uma banca, além de um vestido de baião, uma casaca e um par de brincos com diamantes.¹¹⁸

Dentre as dívidas ativas a viúva declarou o pagamento de vencimentos a um feitor, responsável pela vigilância dos cativos; havia uma dívida com remédios na botica; além de alguns débitos por crédito, o casal também devia à Irmandade da freguesia da Senhora da Borda do Campo o que “constar dos assentos” e ainda era necessário quitar as legítimas dos filhos – tanto de Manoel quanto dos menores.¹¹⁹

¹¹⁷ Cf. ALMEIDA. Carla. Op. cit., 2001, p. 93.

¹¹⁸ **MRSJDR.** Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, p. 3v-14.

¹¹⁹ **MRSJDR.** Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, p. 10.

TABELA 1.4
Número de animais de Francisco Ferreira Armonde comparado ao número
médio de animais presentes nos rebanhos da
Comarca do Rio das Mortes

Rebanho	CRM	FRANCISCO FERREIRA ARMONDE
	1750-1779	1751
Bovino	35	13
Suíno	64	28
Caprino	14	8
Tiro	8	8
Muar	6	7
Eqüino	4	5

Fonte: Inventários *post-mortem* da MRSJDR. Adaptado de ALMEIDA, Carla, op. cit., 2001, p. 132.

Os dados presentes no inventário indicam que entre as atividades econômicas de Francisco Ferreira Armonde estavam o comércio e o transporte com tropas e possivelmente, ele negociava a venda de escravos. A condução do ouro/alimentos para o Rio de Janeiro e de produtos para as Minas dependia do transporte, realizado por tropas de mulas, muitas vezes efetivados por “empresas familiares”.¹²⁰ Carla Almeida destacou que “na rude região das minas as bestas muares, por serem mais resistentes, eram preferencialmente utilizadas como meio de transporte de cargas e muitas vezes como tração animal.”¹²¹ Esta utilização e a reprodução desses animais em Minas Gerais iria crescer nos anos seguintes – questão que será retomada quando formos analisar o inventário de Francisco Ferreira Armonde filho e suas duas esposas.

¹²⁰ Sobre o transporte de tropas nas Minas Gerais ver: GODOY, Marcelo Magalhães, RODART, Mário Marcos Sampaio e PAIVA, Clotilde. *Negociantes e Tropeiros em um território de contrastes*: op. cit.; GUIMARÃES, Elione Silva. *Tropas e tropeiros na Minas Gerais oitocentista*: Francisco Garcia de Mattos, um tropeiro na Zona da Mata mineira. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas**. Conservatória, 2005, Cd-rom.

¹²¹ ALMEIDA, Carla. Op. cit., 2001, p. 118.

No inventário de Francisco Ferreira Armonde (o velho) foram avaliadas sete bestas muares. Mais de um terço dos inventários levantados por Adriano Teixeira para Barbacena (entre 1791-1822) registraram a presença de mulas – exatamente 126 proprietários, dos quais 53% possuíam menos de cinco animais. Na avaliação do autor a presença de cinco ou mais destes animais era indicativo de uma atividade “mais especializada”, isto é, voltada para o transporte.¹²² Para Teixeira, a sociedade barbacenense constitui-se em uma “sociedade agropastoril mercantilizada, capaz de valer-se da localização estratégica da Vila e fazer com que a comercialização dos produtos produzidos na Vila não fosse atividade a cargo exclusivamente de um grupo social.”¹²³

Francisco Ferreira Armonde conjugava as atividades agrícolas e criatórias com a de tropeiro. Embora no inventário de Manoel Nunes da Cruz, de 1747, ele tenha sido qualificado, no termo de fiança juntado, como “morador no sitio do Pinhão na Borda do Campo, que vive de sua roça, de idade de 50 anos (grifos nosso),”¹²⁴ é sabido que ele também tropeirava. Possivelmente, por esta ocasião, já com 50 anos, tenha deixado de seguir com a tropa, transferindo esta função para o filho, visto que, quando da realização de seu testamento, ele se declarou doente, razão pela qual o filho Manoel Ferreira Armonde conduzia sua tropa; o que ainda fazia por ocasião da morte do velho Francisco.

Um detalhe do testamento de Francisco Ferreira Armonde me leva a apresentar a hipótese de que ele comerciava escravos:

¹²² TEIXEIRA, Adriano, op. cit., p. 88.

¹²³ Idem.

¹²⁴ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Manoel Nunes da Cruz, 1747.

declaro que João da Rocha Barão me é devedor de certos capitais que paguei por ele de uma escrava por nome Leonor, de nação mina, que ele melhor dirá, e mais me deve o dito João da Rocha Barão seis cortes de saias de baeta ordinária que lhe dei às suas escravas.¹²⁵

O trecho acima nos permite inferir que Francisco Ferreira Armonde vendeu a escrava Leonor para João Barão e, também, que ele trouxe escravas, sob encomenda, para o dito Barão, fornecendo-lhes as saias de baeta. O fornecimento de vestimenta é também indicativo da atividade comercial.

Pesquisas indicam que alguns dos fazendeiros das Minas Gerais possuíam a “tropa da casa” para o transporte de seus produtos para o mercado. Preferencialmente a “tropa da casa” era utilizada nas lidas diárias da unidade produtiva, embora alguns fazendeiros possuíssem tropas maiores, utilizadas para o transporte até o Rio de Janeiro. Afonso Alencastro encontrou, também, evidências de pagamentos realizados pelos fazendeiros sanjoanenses aos condutores de tropas, uma vez que nem todos os fazendeiros possuíam tropa própria.¹²⁶ Portanto, a utilização de tropas de profissionais era fundamental para a maioria dos fazendeiros, principalmente os grandes, que não podiam se afastar de suas propriedades por longo tempo.

As atividades de tropeiros e comerciantes, exercidas pela família Ferreira Armonde, no caso, eram complementares. A tropa seguia para o Rio de Janeiro conduzindo os produtos dos fazendeiros da região e retornavam trazendo mercadorias que ele comercializava na localidade, diretamente ou repassando-as aos vendeiros. Às vezes, a tropa trazia negros encomendados.

¹²⁵ MRSJDR, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 18.

¹²⁶ GRAÇA FILHO, op. cit., p.108-109.

Além de complementares, essas atividades exigiam certo grau de especialização, que se traduzia em relações comerciais complexas para que as atividades tivessem sucesso. Era necessário estabelecer uma rede de relações comerciais/pessoais que se traduziam em relações econômicas pautadas na confiança entre as partes contratadas. Muitos tropeiros/comerciantes tinham que deixar suas mercadorias em consignação aos representantes comerciais das localidades onde negociavam. A **confiança e o crédito** eram muito importantes entre as partes, pois, concordando com Antônio Carlos Jucá Sampaio, “muito freqüentemente o crédito circulava na forma de mercadorias que eram concedidas contra um pagamento futuro”.¹²⁷

Quando Francisco Ferreira Armonde faleceu seu filho Manoel Ferreira Armonde estava para o Rio de Janeiro com a tropa, formada por oito bestas – todos machos arreados. Ele prestou contas detalhadas dos gastos e lucros desta viagem, as quais foram juntadas ao inventário. Segundo Manoel, o pai havia lhe entregado oito bestas para que ele as conduzisse carregadas do Rio de Janeiro para Minas Gerais. O lucro seria de seu pai, que havia lhe dado certa quantia (R\$ 170\$000) para as despesas com a tropa e outras mais. Manoel descreveu detalhadamente seus gastos com a alimentação tanto da alimária (o milho e o pasto), quanto com a gente da tropa (a farinha, o feijão, o peixe seco, a carne); as despesas com ferragens, cangalhas, cravos, rabichos, cordas e arames; fretes de saveiros (para levar as cargas ao porto), impostos e outras.¹²⁸

¹²⁷ SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá. **Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750.** www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_75.pdf.

¹²⁸ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 14-15v.

Ele informou também que, dos oito animais sob sua administração, pertencentes a seu pai, somente seis deram pleno lucro. O macho de nome Orelha esteve doente e não pôde ser carregado, e com ele só se teve despesas. Provavelmente este animal morreu, uma vez que no inventário consta somente a avaliação de sete mulas. O cavalo ruço foi carregado com as coisas da tropa. As seis bestas ficaram ganhando com aluguéis, os quais renderam R\$ 68\$000. Por fim, Manoel apresentou uma relação de bens pertencentes ao seu pai que, provavelmente, comprou no Rio de Janeiro para serem vendidos em Minas Gerais. Embora não seja possível informar o valor dos mesmos, devido à dificuldade de leitura do documento, da relação constam tecidos, linhas, fitas, sapatos, bombachas, roupas, vinagre e sal (dentre outros cuja leitura ficou comprometida).¹²⁹

Antes de prosseguirmos na análise do inventário de Francisco Ferreira Armonde, faremos algumas rápidas considerações acerca do sistema de transmissão de heranças. Este era regulamentado pelas Ordenações Filipinas, Livro Quarto; mas podia haver casamento com contratos, estabelecendo as bases do mesmo. De acordo com a legislação os cônjuges eram meeiros. Cada uma das partes podia dispor de 1/3 da metade que lhe pertencia (a terça), por meio de testamento. O restante era dividido em partes iguais entre os filhos ou aos herdeiros destes. Na ausência de herdeiros legítimos, descendente ou ascendente, o indivíduo podia dispor livremente de todos os seus bens. Os filhos tidos fora do casamento, em estado de solteiro ou viuvez, podiam ser legitimados em testamento e habilitados à herança. Na prática havia uma série de arranjos e

¹²⁹ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 14-15v.

disposições que procuravam favorecer a um filho mais necessitado ou mais próximo e também os filhos “bastardos”. A legitimação podia ocorrer pelo casamento dos pais, por carta de perfilhação ou por disposição testamentária.¹³⁰

Seguindo o regulamento das Ordenações Filipinas, com a morte de Francisco, em 1751, seus bens foram divididos entre a viúva meeira, Ana Antônia de Jesus, e os seis filhos do primeiro casamento, descontadas as verbas testamentárias e as custas do processo. Do monte partilhável coube a Ana Antônia R\$ 1:014\$832. Cada filho recebeu de legítima R\$ 112\$759. Vicente, Ana Francisco e José receberam mais R\$ 184\$816 e $\frac{1}{2}$, correspondente à legítima materna que estava sob a administração do pai.

Em relação aos menores, sabemos que a soma das legítimas materna e paterna totalizaram R\$ 297\$575 e $\frac{1}{2}$, para cada um, que seriam pagos com parte do valor do sítio, parte do valor de um escravo, parte no valor de uma dívida e mais alguns móveis. O tutor dos menores foi José Ferreira dos Santos, marido da filha mais velha de Francisco Ferreira Armonde. Ele solicitou ao Juiz de Órfãos a venda dos bens, inclusive das partes no sítio, pelo maior preço que fosse possível conseguir, sob a alegação de que os menores não teriam condições de cultivá-lo e melhor seria dispor dele. A petição foi deferida pelo Juiz, mas os problemas do tutor com a gerência dos bens logo surgiram.

Em fevereiro de 1752 ele fez juntar ao inventário nova petição. Alegou que não tinha sido possível dispor dos bens dos menores porque os mesmos

¹³⁰ ORDENAÇÕES FILIPINAS. www.uc.pt/htj/proj/filipinas/ordenacoes.HTM. Cf. tb., LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

estavam em poder da viúva, que se negava a entregá-los. Requisitou que os bens fossem seqüestrados e a viúva responsabilizada criminalmente pelas perdas e danos, visto que a demora era prejudicial aos órfãos. A princípio, esta petição nos revela não somente prejuízo aos órfãos, mas um conflito entre as partes, no caso a viúva e o tutor, que representavam interesses divergentes.

Sob ordem judicial, Ana Antônia entregou os bens. O tutor, José Ferreira dos Santos, conduziu para a Vila os bens semoventes – quatro cavalos e dois escravos – para irem a leilão. Junto aos autos, sem dúvidas, está a solicitação do tutor para ser reembolsado de todas as despesas realizadas na condução e alimentação dos animais e dos negros, até que fossem arrematados. O tutor enfatizou a necessidade de que o leilão se realizasse com brevidade, para evitar aluguel de pastos para os animais, e “que do produto da rematação dos ditos bens seja pago com preferência”.¹³¹

Pouco depois, os bens móveis, de raiz e semoventes foram a leilão, sendo arrematados por Manoel Ferreira Armonde, conforme o auto de praça juntado ao processo de inventário:

O juiz mandou ao porteiro trouxesse em pregão de venda e rematação as partes que ficarão nos ditos órfãos na partilha no sitio chamado o Moinho na freguesia da Borda do Campo. Uma espada, um [ilegível] sete enxadas, um catre uma caixa pequena uma mesa pequena um cavalo russo um cavalo castanho duas selas, uma mesa, um negro por nome João Angola, um estrado, um catre, uma caixa grande, um bofete (sic) de duas gavetas, três [ilegível], um negro por nome Matheus mina, dois cavalos pequenos, uma banca (sic) e sendo pelo dito porteiro satisfeito depois de vários lances que nos ditos bens houveram finalmente lançou Manoel Ferreira principal um conto cento e trinta e seis mil quatrocentos oitenta e seis reis e sobre seus lances quinze mil reis que tudo [ilegível] um conto cinqüenta e seis mil quatro centos oitenta e seis reis com quatro centos dois mil setenta e seis reis a lista e por não haver quem mais

¹³¹ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 38.

lançar quisesse mandou ele juiz ao porteiro que aprontasse as contasse o que por ele tudo satisfeito aprontando tudo as pessoas que na dita praça se achavam e as mais que o houveram dizendo as palavras da lei que fazendo todos as mais solenidades delas me tendo um como [ilegível] na mão do arrematante Manoel Ferreira lhe houve os ditos bens na forma declarado por arrematados na sobredita quantia de um conto sento cinqüenta e um mil quatrocentos e oitenta e um mil quatro centos e oitenta e seis reis (1:151\$486) com quatrocentos dois mil setenta e seis reis (402\$076) a vista e o mais que são setecentos quarenta e nove mil quatrocentos e dez reis por tempo de um ano com os juros de seis e quarto (sic) por sento de que para tudo constar mandasse ele juiz fazer este auto de arrematação por nele convir o tutor dos ditos órfãos em que assinou com o dito arrematante porteiro e tutor eu Silvestre da Fonseca Rangel escrivão dos órfãos que escrevi.¹³²

O documento acima nos revela que Manoel Ferreira Armonde manteve a propriedade familiar quase que integralmente, excluindo-se somente a parte que coube à irmã Maria Vicência. Pagou uma parte à vista e outra a prazo, tendo assinado escritura pública. O dinheiro arrecada foi depositado no Cofre dos Órfãos.

Dois anos depois (1754), vencidos o prazo da lei, o tutor foi chamado para prestar as contas de tutela, informando o estado dos órfãos e de suas legítimas e rendimentos. Desta feita, José Ferreira dos Santos informou que Vicente contava de dezoito para dezenove anos e Francisco tinha dezesseis anos. Ambos os irmãos ocupavam-se dos serviços da roça e residiam em companhia de Manoel, o irmão mais velho. Ana havia se casado com Pedro Paiva. O mais jovem dos órfãos, José, tinha de dez para onze anos e vivia em companhia de João Alves de Araújo.

Lembro ao leitor que João Alves de Araújo era vizinho do velho Francisco Ferreira Armonde, e provavelmente eles eram amigos, visto que foi ele o indicado

¹³² **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 38v-39.

para ser o segundo testamenteiro. As relações de vizinhança, amizade e reciprocidade devem explicar, também, o casamento de João Alves de Araújo com a viúva, Ana Antônia. Portanto, o caçula, José, morava em companhia da madrasta e seu segundo marido.

O dinheiro correspondente às legítimas dos menores encontrava-se emprestado a juros, em mãos das seguintes pessoas: o tutor (cunhado dos menores), Manoel Ferreira Armonde (irmão deles) e o Alferes Francisco Ribeiro de Sousa. O juiz aceitou as contas apresentadas e também acatou a solicitação de dispensa feita pelo tutor. Sendo-lhe perguntado a quem indicava para substituí-lo, José Ferreira dos Santos indicou o irmão mais velho dos órfãos, Manoel Ferreira Armonde, ressaltando que ele era devedor aos menores da quantia que havia financiado na arrecadação dos bens (setecentos e oitenta mil reis). Como outra opção indicou o cunhado Pedro Paiva Coimbra, marido de Ana. O juiz determinou, então, que em vinte e quatro horas José Ferreira dos Santos depositasse o valor que devia aos órfãos, sob pena de ser preso. Indicou para substituí-lo na função de tutor a Pedro Paiva Coimbra, que deveria ser notificado e prestar juramento dentro dos oito dias seguintes.¹³³ Antes de dar seqüência a história destes menores, farei algumas considerações sobre os irmãos mais velhos.

A tarefa de pesquisar e produzir conhecimentos implica a disposição de lidar com frustrações. Nem sempre encontramos as informações que procuramos, estamos constantemente nos deparando com ausências de dados e com lacunas. Necessitamos de paciência para tecer a trama possível. No caso desta pesquisa, para alguns dos membros da família Ferreira Armonde recuperei apenas dados

¹³³ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751.

esparsos. Foi o caso de Maria Vicência e seu marido José Ferreira dos Santos, casados em 1739.¹³⁴ Esses personagens se fizeram presentes na documentação recuperada de maneira mais indireta. Como José Ferreira dos Santos, Manoel Ferreira Armonde foi tutor dos órfãos e nesta função compareceu perante o Juiz por diversas vezes, permitindo amealhar alguns dados. Para estes personagens embora as fontes desejadas não tenham sido localizadas, informações miúdas ajudaram a recuperar dados relevantes para suas trajetórias.

1.2.1- Manoel Ferreira Armonde: viandante do Caminho do Rio de Janeiro e senhor de terras

Manoel Ferreira Armonde era natural de São Sebastião da Ilha Terceira (Portugal), assim como sua irmã Maria Vicência, que também nasceu no mesmo lugar. Em 12 de novembro de 1759 Manoel se casou com Catarina Maria de Jesus, na capela do Rosário do Curral, em Barbacena. Foram testemunhas do enlace seus irmãos Francisco e José¹³⁵

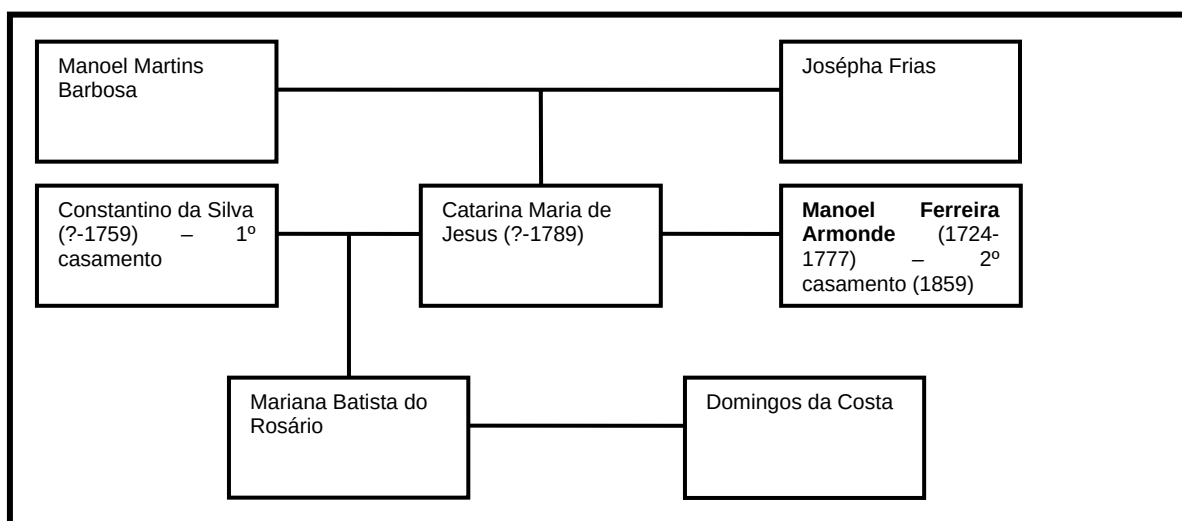
Catarina Maria de Jesus também era portuguesa, nascida na freguesia de São Sebastião da cidade de Ponta Delgada, Ilha de São Miguel, bispado de Angra. Era filha de Manoel Muniz Barbosa e Josepha de Frias. Manoel Ferreira Armonde foi seu segundo marido, pois, primeiramente ela se casou com

¹³⁴ Casamentos da Matriz da Borda do Campo (1731-1741), fls. 143 – Aos 12 de janeiro de 1739. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹³⁵ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, Paróquia de Barbacena – Livro de casamentos (1739-1795). Casamento aos 12 de novembro de 1759 na capela de Nossa Senhora do Rosário do Curral, filial da matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

Constantino da Silva, português, natural de Braga. Não temos informações de quando e em que condições Catarina chegou ao Brasil, se veio com os pais ou se já era casada com Constantino. O certo é que teve uma única filha, Mariana Batista do Rosário, nascida do primeiro casamento. Em maio de 1759 Constantino da Silva faleceu em Barbacena e seis meses depois, em novembro de 1759, Catarina contraiu segundas núpcias com Manoel Ferreira Armonde - organograma 1.4. Ela faleceu em Barbacena em 25 de fevereiro de 1789.¹³⁶

ORGANOGRAMA 1.4
Manoel Ferreira Armonde e Catarina Maria de Jesus



Fonte: Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>.

As atividades de tropeiro, que Manoel Ferreira Armonde já exercia tocando a tropa de seu pai, continuaram a ser o seu meio de vida nos anos

¹³⁶ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [27 de janeiro de 2009]. As informações foram pesquisadas no registro de óbito de Constantino da Silva, de 22 de maio de 1759, Igreja de Nossa Senhora da Piedade, Barbacena (MG); registro de casamento de Manoel Ferreira Armonde e Catarina Maria de Jesus, de 12 de novembro de 1759, Capela Nossa Senhora do Rosário do Curral, Barbacena (MG); registro de óbito de Catarina Maria de Jesus, de 25 de fevereiro de 1789, Igreja de Nossa Senhora da Piedade, Barbacena (MG).

subseqüentes. Num documento de 1765, em que solicita a dispensa do Real Serviço, ele foi qualificado como um “homem viandante do Caminho do Rio de Janeiro”, que “pessoalmente acompanha a tropa de que trata em todas as viagens”, sem filhos e nem feitor.¹³⁷ Já em 21 de janeiro de 1760 ele havia solicitado a concessão de uma **sesmaria** de meia légua de terra em quadra na Comarca do Rio das Mortes.¹³⁸ Nesta ocasião foi declarado que Manoel “estava cultivando uma fazenda de roça chamada Moinho na freguesia da Borda do Campo”, e, desejoso de “possuir a mesma fazenda com [legalidade] e mais verdadeiro título”, solicitou que lhe fosse passada a carta de sesmaria. Foram citados os confrontantes Antônio Gonçalves Ribeiro, Manoel Cardoso, Antônio Luis, Manoel de Araújo e Cosme da Costa. O pedido foi deferido.¹³⁹ Note-se que Manoel solicitou a carta de sesmaria para as terras na fazenda Moinhos, onde os pais haviam morado e que ele havia mantido ao comprar as partes dadas em partilha aos seus irmãos menores. Como não encontrei nenhum documento de sesmaria solicitado pelo velho Francisco Ferreira Armonde, suponho que ele tinha essas terras por posse ou por compra (de posse), como fez Manoel, que havia comprado as terras (leia-se a posse das terras) dos irmãos. Portanto, o que Manoel requereu foi, de fato, a legalização da posse.

As informações anteriores nos permitem dizer que Manoel seguiu a trilha do pai: o cultivo da terra conjugada à atividade de comboieiro e comerciante. E

¹³⁷ APM. Seção Colonial (SC), Imagens 9739, <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=31> [11 de novembro de 2007].

¹³⁸ A quadra de sesmaria equivale a 1.089 hectares (1 hectare=10.000 m²).

¹³⁹ APM. Seção Colonial (SC), Imagens 25869 a 25871-25873, <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=31> [11 de novembro de 2007].

também podemos inferir – a partir das declarações que os tutores, José Ferreira dos Santos e Manoel Ferreira Armonde prestaram sobre os tutelados – que Vicente, José e Francisco ajudavam Manoel nessas atividades, senão comboiando, com certeza na lida da roça. Segundo Felipe Rodrigues de Oliveira Manoel Ferreira Armonde ostentou o título de Tenente e foi sócio de seu irmão Francisco; juntos integravam o rol dos maiores mercadores das Minas Gerais.¹⁴⁰

A respeito de Manoel Ferreira Armonde sabemos, ainda, que faleceu sem deixar descendência e que os irmãos e a esposa disputaram o conjunto de seus bens. Embora seu inventário e testamento não constem da base de dados dos arquivos do Museu Regional de São João del Rei e nem do Arquivo Professor Altair José Savassi (Barbacena), região em que Manoel viveu e morreu, o documento abaixo, sob a guarda do Arquivo Ultramarino, evidencia que ele deixou testamento. Trata-se de um pedido de provisão, datado de sete de fevereiro de 1777, assinado pelos irmãos Francisco Ferreira Armonde, José Ferreira Armonde, Maria Vicência de Jesus, Ana Maria de Jesus, para acionarem judicialmente a esposa de Manoel, nos termos seguintes:

Senhor,

dizem (...) [o] testamenteiro e herdeiros do defunto seu irmão Manoel Ferreira Armonde, da freguesia de Nossa Senhora da Piedade da Borda de Campolide, Comarca da Vila de São João del Rei, do Rio das Mortes, no Brasil, que eles pretendem mover uma ação a Catharina Maria de Jesus, viúva do dito defunto, sobre quantia, que excede a determinada na Ordenação livro terceiro, ttº 59; e como não tem escritura pública, mas somente um escrito particular de arras celebrado entre a suplicada, e seu marido, sobre o que há de ser o litígio, e necessitam de fazer prova de

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Felipe Rodrigues. **Por homens e caminhos:** o contrato das entradas e o comércio nas Minas – 1762-1789. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, dissertação de mestrado, 2009, p.167.

direito comum, para isto suplicam a Vossa Majestade seja servido conceder-lhes, e mandar-lhes passar provisão para poderem provar pela prova de direito comum o referido contrato, não obstante a ordenação em contrário.¹⁴¹

No documento os irmãos Armonde informam que Manoel e Catharina se casaram com contrato informal de dote e arras, não fazendo ela jus à meação, conforme determinação das Ordenações Filipinas.¹⁴² Nessas circunstâncias, reivindicam-se herdeiros e manifestam-se determinados a mover contra a viúva uma ação judicial. Infelizmente o desdobramento dessa intenção – até o momento – não é de meu conhecimento.

1.2.2. Ana Maria de Jesus: seus dois maridos e os muitos filhos

As fontes, com relação aos demais irmãos Armonde, são um pouco mais abundantes. Ana Maria se casou, aos 13 anos com Pedro Paiva Coimbra, que foi indicado para sucessor da tutoria dos órfãos seus cunhados, em março de 1753, na Borda do Campo.¹⁴³ Ele era natural de Moinhos, Termo de Miranda do Corvo, Bispado de Coimbra (Portugal), filho legítimo de João de Paiva e de Maria Antônia, já falecidos por ocasião de seu casamento.¹⁴⁴ Após o consórcio Pedro

¹⁴¹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, caixa 111, rolo 98, p. 505, documento 9, cód. 8913, 07 de fevereiro de 1777, Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais, CD 31.

¹⁴² ORDENAÇÕES FILIPINAS. www.uc.pt/htj/proj/filipinas/ordenacoes.HTM, cf. livro 4.

¹⁴³ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana; Paróquia de Barbacena – Livro de casamentos (1739-1795) ,Aos 15 de março de 1753, nesta matriz de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁴⁴ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [11 de janeiro de 2009]. Informação obtida do registro de casamento de Pedro Paiva com Ana Maria de Jesus, na Igreja Matriz de Barbacena, em 15 de março de 1753, (Barbacena – MG).Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

Paiva requereu a entrega do dinheiro pertencente à sua esposa, tanto o que se encontrava no Cofre dos Órfãos (R\$ 19\$734 ½) quanto do que estava emprestado a juros em mãos do Alferes Francisco Ribeiro de Sousa (R\$ 294\$153 ½), de Manoel de Vasconcelos (R\$ 12\$398 ½) e Manoel da Silva (R\$ 6\$028).

O casamento durou poucos anos, pois Pedro Paiva faleceu em 12 de setembro de 1755. O casal, todavia, chegou a ter dois filhos, José Ferreira de Paiva,¹⁴⁵ nascido em 19 de março 1754, e Joana Maria da Conceição, que veio ao mundo em 15 de junho de 1755.¹⁴⁶ José teve como padrinhos os tios Maria Vicência e seu marido José Ferreira dos Santos. Joana foi batizada pelo viandante Manoel Cardoso Alves e Magda Maria, mulher de Manoel Cardoso Pires.¹⁴⁷ As relações com este último, Manoel Cardoso Pires, remontam aos tempos do velho avô, Francisco Ferreira Armonde. Manoel Cardoso Pires e Francisco Ferreira Armonde eram vizinhos e possuíam alguns negócios. Foram, também, sócios em um sítio, do qual o casal de Francisco possuía três partes e Manoel uma quarta parte; e, ainda, possuíam em comum uma barra de ouro de 119 oitavas, que estava na casa de Fundação do Rio das Mortes, avaliada em R\$ 189\$500, pertencendo 21 oitavas e meia (ou R\$ 34\$237) a Manoel Cardoso Pires e o restante a Francisco Ferreira Armonde.¹⁴⁸ Não foi possível determinar a

¹⁴⁵ Cúria Arquidiocesana de Mariana, Paróquia de Barbacena, microfilme 1252363, Livro de batismos nº 3 (1748-1862) – fls. 100. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁴⁶ Cúria Arquidiocesana de Mariana, Paróquia de Barbacena, microfilme 1252363, Livro de batismos nº 3 (1748-1862) – 122v e 123. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁴⁷ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [11 de janeiro de 2009]. Informações obtidas nos registros de batismo de José Ferreira de Paiva, em 31 de março de 1754 e registro de batizado de Joana Maria da Conceição, em 28 de junho de 1755, ambos na Igreja Matriz de Barbacena, (Barbacena – MG). Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁴⁸ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 17-18.

origem desta barra de ouro – isto é, se Francisco era minerador ou se a recebeu em pagamento.

Em fevereiro de 1756, Ana Maria requisitou ao Juiz a entrega do restante de sua legítima, que ainda estava em mãos de Manoel Vasconcellos, que então foi quitada, com pagamento em ouro. Foi tutor de seus filhos o irmão mais velho, Manoel Ferreira Armonde, que ao prestar contas de tutela, em outubro de 1766, informou que os sobrinhos, estavam com 11 e 12 anos, viviam com a mãe e com o padrasto, recebiam educação religiosa e moral, e eram criados nos “bons costumes da nossa fé”. O menino estava aprendendo a ler, a escrever e a contar e estudava a gramática “para com o sentido de se ordenar”. À menina era ensinada a arte de cozer e de bordar “e todas as mais partes que são permitidas a uma mulher, segundo a sua qualidade”. Na última prestação de contas, em novembro de 1774, Manoel Ferreira Armonde reafirmou a educação que dava ao sobrinho, então vivendo sob seu domínio, preparando-o para se ordenar, o que de fato se efetivou. Joana estava, nesta ocasião, casada com Francisco Ribeiro Nunes.¹⁴⁹

O marido de Joana Maria da Conceição era natural da freguesia de São Lourenço das Pias, Bispado do Porto (Portugal). O casal teve sete filhos: *Maria Emerenciana de Jesus*, Josefa Maria da Assunção, Antônio José Ribeiro, Joana Maria da Conceição, Ana Maria de Jesus, *Manoel Ribeiro Nunes* e Justina Maria de Jesus. Embora não seja nossa intenção nos alongarmos na genealogia para além do necessário, chamamos a atenção do leitor para alguns nomes, com destaque em itálico, pois esses indivíduos terão suas histórias parcialmente

¹⁴⁹ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Pedro Paiva Coimbra, 1755, fls. 40v e seguintes.

retomadas neste texto. Francisco Ribeiro Nunes faleceu em Barbacena, em junho de 1806 e Joana Maria da Conceição, no mesmo lugar, em 1813.¹⁵⁰

Conforme já se depreende da leitura dos últimos parágrafos, Ana Maria de Jesus não permaneceu viúva por muito tempo. Casou-se pela segunda vez em fevereiro de 1756, com o também português Francisco Pereira da Cunha, natural de Canedo da Horta, Arcebispado de Braga, filho de Francisco Pereira da Mota e de Maria da Cunha.¹⁵¹ O casal teve doze filhos, a saber: o padre Manoel Pereira da Cunha, o padre Francisco Pereira da Cunha, o Capitão Antônio Pereira da Cunha, Mariana Luiza de Jesus (que se casou com Antônio Carvalho Duarte), Genoveva Jacintha do Sacramento (solteira em 1813), Vicente Pereira da Cunha, Maria Teresa de Jesus (que se casou com João Machado de Santa Ana), João Pedro Pereira da Cunha, Lourenço Pereira da Cunha, Ana Maria de Jesus (casada que foi com Antônio Garcia), Rita Maria (casada com Manoel José Pereira) e Joaquim Pereira da Cunha – organograma 1.5.¹⁵²

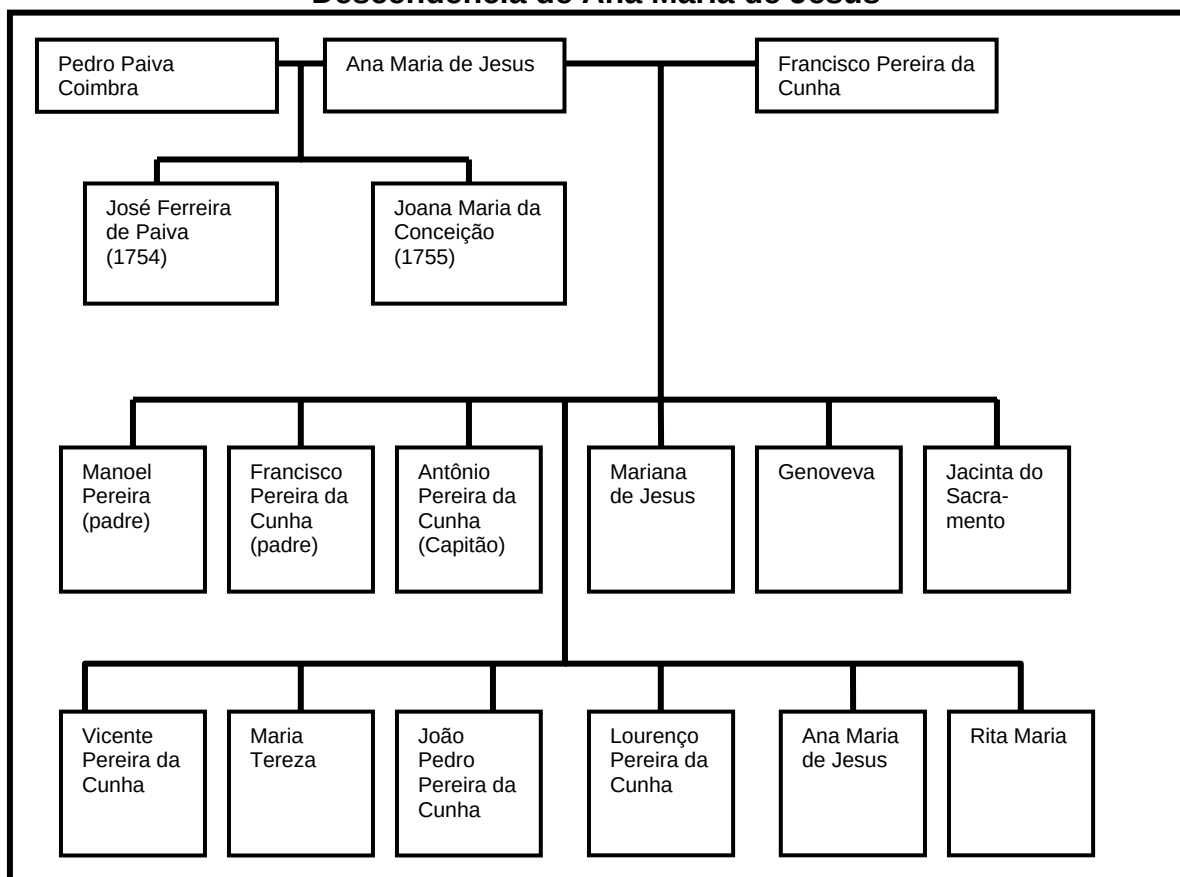
¹⁵⁰ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [11 de janeiro de 2009]. **Arquivo Histórico Municipal Prof. Altair José Savassi – Prefeitura de Barbacena** (doravante AHMPAJS), Inventário *post mortem* de Francisco Ribeiro Nunes, 1806, caixa 67, número de ordem 6.

¹⁵¹ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [11 de janeiro de 2009]. Informação obtida no registro de casamento de Francisco Pereira da Cunha com Ana Maria de Jesus, na Igreja Matriz de Barbacena, em 12 de fevereiro 1756, (Barbacena – MG). Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁵² **MRSJDR**, Testamento de Ana Maria de Jesus, 1813, caixa 62.

ORGANOGRAMA 1.5

Descendência de Ana Maria de Jesus



Fonte: Projeto Compartilhar, <<http://geocities.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>; LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.; **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Pedro Paiva Coimbra, 1755; **MRSJDR**, Testamento de Ana Maria de Jesus, 1813.

Com a morte do primeiro marido de Ana Maria, Pedro Paiva, a tutela de seus irmãos menores foi assumida pelo irmão Manoel Ferreira Armonde

1.2.3- A tutela dos filhos menores de Francisco Ferreira Armonde: José e Francisco

É preciso voltar agora à tutela dos órfãos filhos de Francisco Ferreira Armonde e Ângela Camela. As dificuldades de leitura do documento me

impediram, por exemplo, de saber as razões pelas quais Pedro Paiva não assumiu a tutela dos cunhados menores, em 1754, ou, se o fez, foi somente por um curto período. Talvez já estivesse doente quando foi indicado pelo juiz, uma vez que faleceu em 11 de setembro de 1755, no Sítio dos Moinhos. O certo é que em outubro de 1755 Manoel Ferreira Armonde foi intimado para assumir a tutela dos irmãos e o Juiz determinou que os “educasse com todos os bons costumes”.¹⁵³ Como já foi dito, Ana Maria se emancipou em março de 1753, quando tomou estado de casada com Pedro Paiva. Portanto, em 1754, Manoel Ferreira Armonde assumiu a tutela dos três irmãos menores que lhe restava: Vicente, Francisco e José.

São sem dúvidas histórias fragmentadas e compartimentadas as que pudemos recuperar sobre o cotidiano e a trajetória dos jovens Armonde. Migalhas que saltam dos documentos de prestação de contas de tutela juntadas ao inventário de Francisco Ferreira Armonde, revelando frestas das vidas de seus filhos.¹⁵⁴ O primeiro documento que encontramos juntado aos autos de inventário, após Manoel Ferreira Armonde ter sido nomeado tutor de seus irmãos, nos revela a morte do jovem Vicente. Em 1758 Manoel informou ao Juiz que o irmão falecera deixando testamento e seguiu os procedimentos para prestar contas da tutela deste irmão.

¹⁵³ **MRSJDR**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 54.

¹⁵⁴ Migalhas não no sentido crítico de François Dosse, que critica a redução da escala, mas sim o lado positivo, de “uma outra leitura do social”, como ressalva Jacques Revel no prefácio do livro de Giovanni Levi. Cf. DOSSE, François. **A História em migalhas**: dos Anais à nova história. São Paulo: Ensaio; Campinas, SP: ed. da UNICAMP, 1992 e REVEL, Jacques. A História ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni, op. cit., p. 16.

Vicente faleceu em estado de solteiro, tendo deixado testamento do qual foi testamenteiro o irmão Manoel Ferreira Armonde.¹⁵⁵ No testamento, datado de 10 de março de 1756, o jovem se declarou doente e em casa do irmão e tutor. Embora o documento seja de difícil leitura, algumas informações puderam ser recuperadas. Vicente deixou esmolas para as irmandades das Almas e do Santíssimo Sacramento. Declarou os nomes de seus devedores, dentre os quais o irmão Manoel Ferreira Armonde. Para testamenteiros indicou em primeiro lugar o referido irmão Manoel Ferreira Armonde, em segundo o primo Francisco Pereira da Cunha e por fim José Ferreira da Cunha. Manoel Ferreira Armonde foi nomeado herdeiro universal de Vicente.

Uma maior riqueza de informações é revelada a respeito de Francisco Ferreira Armonde (Filho) e de José Ferreira Armonde. Em 1760 Manoel Ferreira Armonde foi intimado a prestar contas sobre a educação e os bens destes seus irmãos.¹⁵⁶ A respeito de Francisco, declarou que

o dito órfão se acha em idade de vinte e três anos pouco mais ou menos e por ter boa capacidade e ser ágil para qualquer negocio impetrou Provisão de suplemento de idade e, com efeito, a conseguiu e está em termo de a apresentar para lhe ser entregue a sua legítima e vive na companhia de seu irmão e tutor tratando de sua vida...¹⁵⁷

Quanto a José, informou que “o dito órfão se acha em idade de dezoito para dezenove anos pouco mais ou menos vivendo na companhia dele tutor, seu irmão, tratando de sua vida, ganhando com que se veste e alimenta”.¹⁵⁸ Também

¹⁵⁵ **MRSJDR**, inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. 59v-67. Segue as formalidades, mas a leitura esta completamente comprometida.

¹⁵⁶ Idem, fls. 77v.

¹⁵⁷ Idem, fls. 78.

¹⁵⁸ Idem, fls. 79.

declarou o valor das legítimas e que as mesmas encontravam-se empregadas em empréstimos a juros em mãos de diversas pessoas. Conforme veremos adiante, e tem sido objeto de pesquisa de vários historiadores,¹⁵⁹ o crédito era uma atividade bastante disseminada na sociedade de então.

Em agosto de 1760 Francisco Ferreira Armonde se emancipou por suplemento de idade, por “ter juízo e capacidade” para “governar sua pessoa e seus bens”, mesmo procedimento foi seguido pelo irmão José Ferreira Armonde. Nos anos seguintes, os jovens requisitaram e receberam suas legítimas dando ao irmão e tutor a quitação das mesmas. O processo de inventário do velho Francisco Ferreira Armonde foi encerrado no ano de 1774, quando Manoel Ferreira Armonde foi intimado pela Justiça para prestar contas de tutela e compareceu para alegar que este procedimento já havia sido cumprido, pois à medida que foram se emancipando, os irmãos lhe passaram recibos, conforme os autos atestam.

¹⁵⁹ Dentre outros: TEIXEIRA, Paula Chaves, **Negócios entre mineiros e cariocas: família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, dissertação de mestrado, 2009. SANTOS, Rafael Freitas. **“Devo que Pagarei”**: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das velhas, 1713-1773. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de Mestrado, 2005; KUNIOCHI, Márcia Naomi. *Os negócios no Rio de Janeiro: crédito, endividamento e acumulação (1844-1857)*. **Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica (5:2003)** — Caxambu (MG). Anais/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica. Belo Horizonte: ABPHE, 2003, Cd-rom; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e Obrigação**: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX-XX. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2009.

1.2.4- José Ferreira Armonde e seu filho o Capitão José Ferreira Armonde

A trajetória de José Ferreira Armonde pôde ser retomada cinqüenta e três anos depois da sua emancipação, quando, já defunto, seu inventário nos permitiu conhecer fragmentos de sua atuação, relações, fortunas e infortúnios.¹⁶⁰ José Ferreira Armonde (1742-1812) se casou no arraial da Igreja Nova de Campolide (Barbacena), em 27 de julho de 1772, com Ana Maria de Jesus. Foram testemunhas o irmão Manoel Ferreira Armonde e o padre José Dias de Carvalho.¹⁶¹ José Ferreira Armonde faleceu no arraial da Igreja Nova de Campolide (Barbacena) aos 70 anos, pai de um único filho, seu homônimo, o **Capitão** José Ferreira Armonde. Por ocasião de sua morte seu filho andava “ausente, sem se saber o lugar de sua habitação”,¹⁶² e as razões de sua ausência serão dadas a conhecer oportunamente.

A viúva de José Ferreira Armonde (pai), Ana Maria de Jesus, era filha de Bartolomeu Gonçalves e sua mulher Maria do Rosário, natural da freguesia de Carijós, da Comarca do Rio das Mortes, batizada aos 28 de março de 1740.¹⁶³ Verificando o censo de 1831, nós a encontramos como moradora no Curral Novo

¹⁶⁰ AHMPAJS, inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, caixa 186, ordem 24.

¹⁶¹ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [28de junho de 2007]. Informação obtida no registro de casamento de José Ferreira Armonde com Ana Maria de Jesus, na Igreja Matriz de Barbacena, em 27 de julho de 1772, (Barbacena – MG). Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁶² AHMPAJS, inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, caixa 186, ordem 24, fls. 1.

¹⁶³ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [28de junho de 2007]. Informação localizada no Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana; Paróquia de Carijós, microfilme 1252374; Livro de batismos nº 1 (1728-1743) – Fl. 62. Foram padrinhos João Miguel e Ana Maria mulher de José Garcia, morador no Ouro Branco. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

(atualmente Antônio Carlos-MG), segundo quarteirão. Ela consta como chefe do fogo e foi qualificado com 86 anos de idade.¹⁶⁴

Por ora interessa informar que o Capitão José Ferreira Armonde, nascido em 1781,¹⁶⁵ foi casado com Constância Cândida Raimunda da Silva, nascida em 1785, na freguesia de Antônio Dias (Vila Rica), filha do **Coronel Carlos José da Silva** e de dona Inácia Rosa Angélica da Silva. O consórcio realizou-se em Barbacena, em 24 de setembro de 1801, celebrado pelo padre Francisco Antônio Ferreira Armonde, filho de Francisco Ferreira Armonde, portanto, seu primo, e foram testemunhas o **Coronel** Luiz Antônio Ribeiro Guimarães e o **Capitão** Mor *Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira*.¹⁶⁶ Este último era casado com uma irmã de Constância, Mariana Leocádia da Silva, portanto, co-cunhado de José Ferreira Armonde.

O casal José e Constância teve quatro filhos: Carlota Teotônia da Silva, José Ferreira Armonde (nascido em 1804)¹⁶⁷ – também chamado de José Ferreira Martins – e Francisco e, por ocasião do inventário de José Ferreira Armonde pai, Constância estava grávida de um menino, que recebeu o nome de Lino. Em dezembro de 1814 a viúva do velho José Ferreira Armonde foi intimada a apresentar-se em juízo para declarar o nome e a idade desta última criança. Em

¹⁶⁴ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>> [03 de janeiro de 2009], Informação constante do Censo do Curral Novo, 1831. Observe-se que na realidade ela teria em torno de 91, visto que foi batizada em 1740.

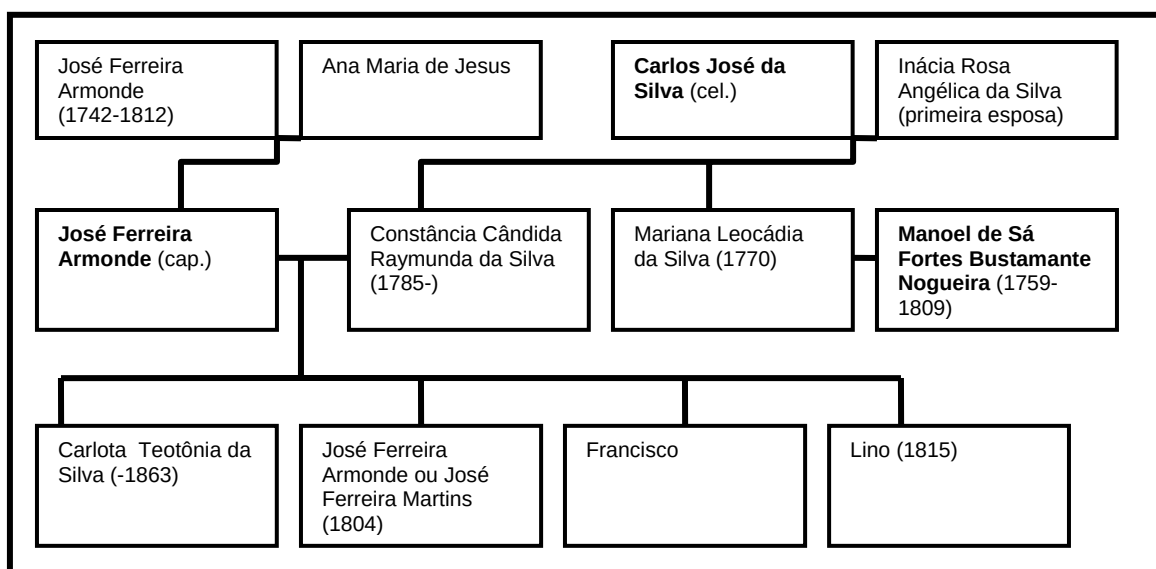
¹⁶⁵ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252364 – Paróquia de Barbacena. Livro de batismo, Tomo I (1780-1785) – batizado aos 26 de março de 1781, na Capela de Santana da Boa Vista, filial desta Matriz da Borda do Campo. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

¹⁶⁶ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [26 de junho de 2007]. Informação extraída do microfilme dos Mórmons, microfilme 1252369.

¹⁶⁷ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252365 – Livro 1 (1797-1809) - fls. 185. Aos 23 de julho de 1804, na capela da Sra. do Rosário do Curral, filial desta Matriz de Nossa Sra. da Piedade da Borda do Campo. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

quatro de junho de 1815 o procurador da viúva, Simplício José Ferreira Armonde, declarou que “o filho póstumo, filho do ausente Capitão José Ferreira Armonde (...) se chama Lino e que terá hoje de idade um ano pouco mais ou menos”. Suponho, portanto, que Lino nasceu em fins de 1813 ou início de 1814. Foram padrinhos desta criança seus primos Simplício José Ferreira e Ana Quitéria, ambos filhos do tio avô Francisco Ferreira Armonde.¹⁶⁸

ORGANOGRAMA 1.6 Descendência de José Ferreira Armonde



Fonte: Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>; LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, caixa 186, ordem 24.

Mas voltemos ao inventário de José Ferreira Armonde. Foi inventariante dos bens o sobrinho Simplício José Ferreira Armonde, procurador da viúva, filho

¹⁶⁸ Quando da abertura do inventário de José Ferreira Armonde pai, Carlota tinha 12 anos, José 10 anos e Francisco, oito. Lino nasceu durante o processo de inventário. **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, código 25vc, caixa 186, ordem 24, informação sobre as idades na fls. 10 e citação na fls. 14. Para o batismo de Lino: Cúria Arquidiocesana de Mariana, Paróquia de Barbacena, microfilme 1252366, Livro nº 2 (1813-1821) – fls. 81v – Aos 21 de março de 1815, na Capela do Curral Novo, filial de Barbacena. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

de seu irmão Francisco Ferreira Armonde. Já na abertura do processo de inventário Simplício apresentou uma escritura de compra e venda de bens de raiz, escravos e criações. A venda dos bens foi efetuada entre o falecido e seus sobrinhos Simplício José Ferreira Armonde, o inventariante, e Marcelino José Ferreira Armonde. O documento em questão estava datado de 26 de dezembro de 1812, exatamente um dia antes da morte de José Ferreira Armonde, o velho. Por esta escritura, José Ferreira Armonde vendeu aos sobrinhos praticamente todos os seus bens: a fazenda de campo denominada Cachoeira – com casa de vivenda, rancho, paiol, monjolo e mais benfeitorias – e a Fazenda Gerais, de mato, com uma sesmaria anexada; dezoito escravos (onze homens e sete mulheres) e 500 cabeças de gado (éguas, burros, potros, bois de carros e outras criações).¹⁶⁹ Os bens de raiz foram avaliados em R\$ 2:400\$000, os escravos em R\$ 1:540\$000 e as criações em R\$ 2:000\$000, totalizando R\$ 5.940\$000 ou £ 1.670,886 .

Se compararmos a composição da riqueza de José Ferreira Armonde no contexto de sua região, segundo as pesquisas de Carla Almeida para a Comarca do Rio das Mortes (cf. tabela1.2), verificamos que ele se encontra na faixa das fortunas médias, mas inserido em importante rede social da qual faziam parte, principalmente seu filho e os sobrinhos, conforme analisaremos na seqüência deste capítulo e no próximo.

¹⁶⁹ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, caixa 186, ordem 24, fls. 4 e seguintes.

TABELA 1.5
Monte-mor médio (em libras) nas diversas faixas de fortuna na Comarca do Rio das Mortes por subperíodos comparado com os bens de José Ferreira Armonde

Faixas de Fortuna	CRM		JOSÉ FERREIRA ARMODE
	1750-1779	1780-1822	1812
1-200	112,716	99,623	
201-500	334,937	340,075	
501-1000	719,172	770,396	
1001-2000	1.508,558	1.389,810	1.670,886
2001-5000	2.186,426	2.804,040	
+ 5000	6.113,811	6.397,229	

Fonte: Inventários *post-mortem* do **MRSJDR**. Adaptado de ALMEIDA, Carla. Op. cit., p. 201.

No documento de compra e venda, registrado no tabelionato do segundo ofício de Barbacena, livro quatro, folhas 22 verso e seguintes, ficou anotado que o objetivo da venda era quitar dívidas com os credores arrolados: Manoel Esteves, Justina Maria do Espírito Santo, herdeiros de Manoel Garcia, Felisberto Ferreira da Fonseca, padre Francisco Pereira da Cunha (o sobrinho), Capitão José Antônio Teixeira e o Capitão Francisco Leite, além das despesas com botica, obrigações com as irmandades e outras “dívidas particulares”, somando os débitos R\$ 2:968\$000. As dívidas foram transferidas aos compradores que de comum acordo com os credores se comprometeram a quitá-las em oito anos.¹⁷⁰

Faço aqui uma pausa na análise para um breve comentário sobre a devoção de José Ferreira Armonde e as dívidas com as irmandades. Vale destacar que consta do testamento de José Ferreira Armonde o pagamento às irmandades do Santíssimo Sacramento, da Nossa Senhora da Boa Morte e das Almas. Há, ainda, um pedido para que seu corpo fosse sepultado na Matriz de

¹⁷⁰ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, caixa 186, ordem 24.

Nossa Senhora da Piedade da Vila de Barbacena, levado no esquife da Irmandade das Almas.¹⁷¹ Note-se, portanto, a mesma devoção à Irmandade das Almas, já seguida por seu pai.

A devoção à Irmandade das Almas por José Ferreira Armonde, assim como pelo seu pai, estava relacionado a estratégia de **inserção e distinção** na sociedade traçada por alguns elementos da família Ferreira Armonde. Junia Furtado, analisando a inserção e distinção de 48 negociantes das diversas regiões das Minas Gerais no século XVIII, chamou atenção para o fato da grande presença desses nas Irmandades leigas, principalmente “as filiações às Almas (17), Santíssimo (16), Nossa Senhora do Carmo (8), Rosário (5) e São Francisco (4)”.¹⁷² Como podemos perceber, as irmandades das Almas e do Santíssimo eram as principais irmandades dos indivíduos ligados ao trato mercantil nas Minas desde o século XVIII.¹⁷³

Quanto à venda dos bens de José Ferreira Armonde para os sobrinhos, Simplício e Marcelino, na véspera de sua morte, a justiça suspeitou que a mesma pudesse ser “fantástica”. A viúva e os compradores foram intimados a comparecerem em juízo para jurarem “em suas almas” se a venda das fazendas, dos escravos e dos animais, entre as partes mencionadas, era “sã e verdadeira, se não havia dolo e nem ser fantástica”. A viúva jurou que a venda era justa e que

¹⁷¹ **MRSJDR**, Testamento juntado à Prestação de Contas Testamentária de José Ferreira Armonde, 1821, fls. 27v e seguintes.

¹⁷² FURTADO, Junia Ferreira. **Transitoriedade da vida, eternidade da morte**: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas Setecentistas. [HTTP://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/transitoriedadeda vidaaeternidadedamorteritosfunebresdeforroselivres.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/transitoriedadeda vidaaeternidadedamorteritosfunebresdeforroselivres.pdf), p. 10.

¹⁷³ A respeito da presença das Irmandades nas Minas Gerais cf. BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

havia sido necessária e os compradores, pela mesma forma, juraram que não havia simulação alguma na transação.¹⁷⁴ E as suspeitas, por certo, tinham a sua razão de ser.

Além dos bens vendidos a Simplício e seu irmão Marcelino, o casal possuía uma morada de casas na Rua do Rosário cujo valor não foi declarado. Embora o inventariante informe que o falecido deixara testamento, e a viúva tenha sido citada algumas vezes para apresentá-lo, esse não foi juntado aos autos. O último documento anexado ao inventário foi um despacho do Juiz, datado de 26 de julho de 1815, que determinava que a viúva deveria apresentar, em até oito dias, o testamento com que faleceu seu marido; e que fosse indicado um tutor para defender os interesses dos netos, e declarando que esta função não poderia ser exercida por nenhum dos compradores dos bens de José Ferreira Armonde, visto que os mesmos estavam sob notificação de seqüestro enquanto se verificava a legalidade da venda; e que a morada de casas da Rua do Rosário tinha que ser avaliada e seu valor declarado no inventário.¹⁷⁵ A partir de então o documento não teve prosseguimento.

Não obstante as muitas questões em aberto, o inventário de José Ferreira Armonde é bastante revelador. O documento deixa evidente que após receber o valor de sua herança, por ocasião da emancipação (1760), composto de R\$ 316\$288¹⁷⁶, José Ferreira Armonde se empenhou em multiplicar seus bens, e fez

¹⁷⁴ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, caixa 186, ordem 24, fls. 2.

¹⁷⁵ *Idem*, fls. 14v.

¹⁷⁶ Para se ter uma idéia do poder de compra desta legítima, reporto-me a André Figueiredo Rodrigues, que informa que, por volta de 1781, R\$ 200\$000 “correspondia ao valor médio de 30 vacas leiteiras ou ao de uma fazenda de médio porte na região dos sertões” de Minas Gerais.

sua fortuna.¹⁷⁷ Foi senhor de muitas terras e de alguns homens e as evidências indicam que era criador, assim como o irmão Francisco José Ferreira Armonde, de animais de transporte e, provavelmente, também tropeiro e comerciante. Apesar do inventário, e da escritura de compra e venda a ele juntada, não discriminarem o número de cada espécie de animais, a maioria deles, aparentemente, se compunha de éguas, burros, potros e bois de carro – evidências da prática da criação de animais de transporte e da atividade de tropeiro. Os onze escravos do sexo masculino, todos adultos, eram suficientes para as atividades criatórias e de tropa. Naturalmente é de se supor que já havia algum tempo ele não tropeirava mais, devido à avançada idade e aos possíveis problemas de saúde que a velhice e a conta na botica apontam, confirmadas pela declaração presente em seu testamento, datado de 12 de julho de 1812, de que ao fazê-lo, achava-se enfermo.¹⁷⁸ O mais certo é que, por esta época, ele somente administrasse a criação de animais, sob a responsabilidade de seus escravos, contando com a solidariedade dos sobrinhos, principalmente após a retirada do filho, momento que, como veremos no decorrer do texto, o amparo familiar foi fundamental.

As fazendas, das quais José Ferreira Armonde se desfez, confrontavam: a Cachoeira, com as terras do **Alferes** Francisco Ferreira Armonde (seu irmão), com dona Maria do Rosário (suponho que esta seja sua sogra), com a propriedade de dona Mariana Leocádia da Silva (cunhada de seu filho, viúva de Manoel Sá Fortes Bustamante Nogueira), terras de Manoel Mendes e de Antônio

RODRIGUES, André Figueiredo. **Um potentado na Mantiqueira**: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado. 2002, p. 103.

¹⁷⁷ **MRSJDR**, *inventário post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, fls. s/n.

¹⁷⁸ **MRSJDR**, Testamento juntado à Prestação de Contas Testamentária de José Ferreira Armonde, 1821, fls. 3.

Dias Machado. Já a fazenda denominada Gerais fazia limites com as terras do Alferes Manoel Antunes de Siqueira, com dona Maria Joaquina, com Domingos da Silva e “com quem mais deva e haja de partir as mesmas fazendas”.¹⁷⁹ Todo este patrimônio José Ferreira Armonde construíra, segundo suas próprias declarações, “com a minha indústria e o suor do meu rosto”.¹⁸⁰

Mas por onde andava o Capitão José Ferreira Armonde? Porque ele ausentou-se de sua gente, deixando os pais idosos e três filhos de tenra idade e uma vida estruturada em sua terra, abandonando seus amigos e suas alianças? Além do capital financeiro o Capitão era senhor de um significativo capital simbólico. A patente de Capitão fora conquistada em 1798, em atendimento a uma representação do Capitão Mor e demais oficiais da Câmara da Vila de Barbacena, Comarca do Rio das Mortes, o que por si já demonstra o seu prestígio em sua localidade. A representação solicitava a criação e o estabelecimento de uma Companhia de Ordenanças no distrito da Aplicação de Nossa Senhora do Curral Novo e indicava para o posto de Capitão o senhor José Ferreira Armonde.

Para melhor compreender o significado desta indicação faremos algumas breves considerações sobre a criação da Vila de Barbacena, em 1791. Segundo Adriano Teixeira, o arraial da Igreja Nova do Campolide, com sua economia agrária e pecuária, desenvolvia-se rapidamente, atraindo contingentes populacionais significativos. Em 1773 seus moradores solicitaram a sua emancipação e a criação de uma Vila, mas não foram atendidos. Somente em

¹⁷⁹ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, caixa 186, ordem 24, fls. 4 e seguintes.

¹⁸⁰ **MRSJDR**, Testamento juntado à Prestação de Contas Testamentária de José Ferreira Armonde, 1821, fls. 3v.

1791, exatamente em um contexto de crise – a Inconfidência Mineira –, mediante outra solicitação dos moradores do arraial da Igreja Nova do Campolide, o pedido foi atendido. Citando João Pinto Furtado, Adriano Teixeira nos informa que um número considerável de inconfidentes estavam assentados e inseridos na lógica econômica da Comarca do Rio das Mortes. Então, qual a explicação para, após um período de mais de cinquenta anos sem criar uma única Vila na Capitania de Minas Gerais, logo após a repressão ao movimento, tenha se criado as Vilas de Campanha e Barbacena, atendendo antigas reivindicações dos moradores do lugar? A criação destas Vilas significou exatamente uma concessão do Visconde de Barbacena às elites locais, batizando uma delas com o seu nome.¹⁸¹

Segundo Teixeira o requerimento que solicitou a criação da Vila e o seu “auto de criação” estão assinados pelos que podem ser considerados a “nobreza da terra local” – isto é, os primeiros povoadores e/ou os seus descendentes, os que ocupavam postos de mando e os que, em razão das características anteriores se viam e eram vistos como “superiores”, não somente em termos econômicos, mas também em razão dos títulos que ostentavam e que lhes conferiam prestígio e poder.¹⁸²

Embora nenhum dos Armonde tenha assinado o requerimento para instalação da Vila e nem o auto de criação da mesma, muitas das pessoas com

¹⁸¹ TEIXEIRA, Adriano, op cit, principalmente o capítulo III, “Poder e Privilégio: a criação da Vila de Barbacena e a inserção econômica de sua nobreza”, p. 138-167. Para a relação entre os inconfidentes e a criação da Vila, cf. FURTADO, João Pinto. **O Manto de Penélope**. História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1789-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

¹⁸² TEIXEIRA, Adriano, op cit, p. 148-149. O conceito de nobreza da terra foi adaptado de FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra no Setecentos*. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIN, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.). **Optima Pars**. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 139.

as quais eles comungavam uma **rede de sociabilidade**¹⁸³ o fizeram, a exemplo de Manoel de Sá Fortes Bustamante, Antônio de Miranda Magro, Joaquim Marques da Silva e Francisco da Costa de São Tiago. Este último, aliás, assina a correspondência trocada com Marcelino José Ferreira Armonde (1817) como “O primo Francisco”. Embora eu não tenha conseguido estabelecer a ligação entre Francisco e Marcelino, em documento de 1847, que será analisado no último capítulo, relacionado a questão de heranças, Marcelino citou os parentes até a quarta geração, entre os quais a prima Maria José Miquelina da Silva, a Baronesa de Bertioga, que era filha de Francisco da Costa de São Tiago.¹⁸⁴

Não podemos negar que por essa ocasião os Armonde compunham a “nobreza da terra local”. Como demonstrarei oportunamente, riqueza econômica, poder político e prestígio eles já possuíam, embora ainda estivessem privados dos títulos... mas não por muito tempo.

Ser uma Vila implicava ter uma Câmara e

As Câmaras se constituíam em um lugar privilegiado de negociação com o centro – a Coroa Portuguesa – ou seja, funcionavam como um espaço de interlocução entre o poder local e o poder central e, dessa forma, tornavam-se veículo de nobilitação e ostentação de privilégios.¹⁸⁵

¹⁸³ BERTRAND, op. cit.

¹⁸⁴ A correspondência referida consta do ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA – Santana do Deserto (MG). Correspondência de Francisco da Costa de São Tiago para Marcelino José Ferreira Armonde, 08 de dezembro de 1817. O documento que será analisado no capítulo três é a escritura de perfilhação dos filhos de Marcelino José Ferreira (1847). Cf. também o Testamento juntado à prestação de contas de testamentária de Maria José Miquelina da Silva, no Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (doravante AHUFJF). Prestação de Contas testamentária de Maria José Miquelina da Silva (baronesa de Bertioga), 1865, caixa 03 A. A lista dos assinantes está em: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (versão digital). Autos de criação da Vila de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes, vol. 1, ano 1896, jan.:Marc., fascículo 1: IMPRENSA Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto, p. 119-127, Cd. N. 001, pasta 01, imagens 66-70.

¹⁸⁵ TEIXEIRA, Adriano, op. cit. p. 141.

Portanto, criada a Vila, era hora de constituir e distribuir os poderes locais. Infelizmente o acervo documental administrativo de Barbacena não resistiu ao tempo. Assim, só é possível reconstituir informações aleatórias sobre os “donos do poder” nesta localidade.

Foi neste contexto de ordenamento da nova Vila e seu Termo que ocorreu o pedido da Carta Patente, anteriormente mencionada, para José Ferreira Armonde (filho). O Capitão General da Capitania de Minas Gerais, Bernardo José de Lorena, no documento analisado, declarava que José Ferreira Armonde possuía “os requisitos necessários” e que era apto a desempenhar a função “com pronta satisfação”, segundo “o conceito que formo de sua pessoa”. O Capitão Mor que assinou a mencionada representação junto com os vereadores era Manoel de Sá Fortes Bustamante, futuro co-cunhado de José Ferreira Armonde filho. Foi então criada a Companhia de Ordenanças do Distrito de Rosário, com assistência do Capitão Mor Manoel de Sá Fortes Bustamante, composta de 60 soldados, com seus competentes oficiais. José Ferreira Armonde foi nomeado Capitão da mesma Companhia, e exerceria o cargo “enquanto houver por bem”, “com o qual não vencerá soldo algum, mas gozará todas as honras, graças, privilégios, liberdades, isenções e franquezas que em razão dele lhe pertencerem”. José Ferreira Armonde estava obrigado a solicitar a Sua Majestade, pelo Conselho Ultramarino, a confirmação da Carta Patente, o que foi feito e deferido em 19 de novembro de 1800.¹⁸⁶

¹⁸⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, caixa 154, doc. 95, Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais.

Em uma notificação de 1809, em que o Capitão atuou como cessionário dos bens de um dos herdeiros de Antônio de Miranda Magro, ele foi apontado como um homem “bastante abonado”, “abastado de bens”. No mesmo processo, em documento juntado, o Capitão solicitou autorização para levantar certa quantia no Cofre dos Órfãos, para quitar uma execução por dívidas que moviam os credores de Antônio Magro aos herdeiros do espólio, sendo o Capitão cessionário de um destes legatários. No requerimento ele apresentou para serem seus fiadores o pai José Ferreira Armonde e o tio Francisco Ferreira Armonde, que foram aceitos pelos interessados que anuíram “visto a idoneidade dos fiadores” e em virtude da “grande abonação dos fiadores”.¹⁸⁷

Além do prestígio da família de sangue, havia as alianças, principalmente com os contra-parentes. O Capitão José Ferreira Armonde era genro do Coronel Carlos José da Silva e co-cunhado de Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, e isto não era pouco na sociedade mineira daqueles tempos. Este último, inclusive, já havia demonstrado o apreço por José Ferreira Armonde filho e a força de seu prestígio, ao indicá-lo para Capitão de Ordenanças do Distrito da Aplicação do Rosário. Estes dois personagens Carlos José da Silva e Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira serão reencontrados e comentados nas próximas páginas deste capítulo.

Mas persiste a questão, por que o Capitão José Ferreira Armonde estava ausente em lugar não sabido? Aqui novamente embora o inventário de seu pai não informe a razão desta ausência, muitos outros documentos a elucidam, a

¹⁸⁷ **AHMPAJS**, Notificação, caixa 49, ordem 14, notificação para depósito, cinco de agosto de 1809. Notificante: Juízo de Órfãos. Notificado: José Ferreira Armonde.

começar pelo testamento de José Ferreira Armonde pai. Ainda que não tenha sido juntado ao inventário, o testamento do velho José Ferreira Armonde se encontra junto à prestação de contas de sua testamentária. No testamento, que segue o padrão de praxe, José Ferreira Armonde declara ter tido um único filho, e alega:

e porque este meu filho, por causa de **um crime de morte** que lhe imputaram se ausentou e poderá não aparecer mais, e não há coisa alguma para que os meus bens sirvam para pagar penas pecuniárias em que pode a revelia ser condenado o meu dito filho neste caso pois, quando ao tempo de minha morte aconteça não aparecer o meu dito filho, não se achar livre deste crime, eu nomeio, instituo e substituo por meus legítimos herdeiros nas duas partes de meus bens, aos referidos meus netos (...) que, aliás, não devem ser aplicados para penas criminais em que eu não tiver parte.¹⁸⁸

José Ferreira Armonde, todavia, não havia abandonado o filho, tido como criminoso, à sua própria sorte. Ao contrário, na seqüência do documento ele diz que por várias vezes havia mandado o filho a São Paulo, a negócios (quem sabe para comprar animais de carga na Vila de Sorocaba?),¹⁸⁹ e que em razão disto ele tinha em seu poder cinco mil cruzados, pertencentes ao testador. E, além disto, já havia gastado mais de seis mil cruzados para o seu livramento.¹⁹⁰ Todos estes

¹⁸⁸ **MRSJDR**, à Prestação de Contas Testamentária de José Ferreira Armonde, 1821, fls. 3. Esse documento é de 1832, onze anos após a morte de José Ferreira Armonde, que havia dado à viúva 6 anos para cumprir suas disposições testamentárias.

¹⁸⁹ Sobre tropas e comércio de animais em Sorocaba, cf. BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império: comércio de animais e desenvolvimento urbano**. São Paulo: Annablume, 2003; STRAFORINI, Rafael. **No Caminho das Tropas**. Sorocaba (SP): TCM-Comunicação, 2001.

¹⁹⁰ “Durante os séculos XVI e XVII, a unidade monetária portuguesa e brasileira era o *real*, plural *réis*. Naquele período, quatrocentos réis eram chamados um cruzado. Pelo meados do século XIX, a unidade monetária foi se tornando o mil-réis, que se grafava 1\$000.” Cf. NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 13. Ver também: SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil – 1500-1820**. IIº Tomo, 2 ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944, p. 344. Portanto, os valores correspondem, respectivamente, a R\$ 2:000\$000 e R\$ 2:400\$000.

valores deveriam ir ao monte, por ocasião do inventário, para não prejudicar a terça.¹⁹¹

Um artigo publicado do Anuário Genealógico Brasileiro, em 1939, argumenta que José Ferreira Armonde deixou Barbacena, sua família e seus bens após ter sido acusado do assassinato de seu co-cunhado, o Coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, ocorrido em 1809. Segundo o artigo, o Capitão teria fugido para as bandas do sul do Brasil, onde faleceu em Porto Alegre em 15 de outubro de 1836, tendo adotada a alcunha de Antônio Martins Barbosa. O autor menciona a existência de um inquérito em Barbacena sobre o assassinato de Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, mas não localizei o referido processo.¹⁹²

Um documento transcrito pela Revista do Arquivo Público Mineiro, datado de 10 de março de 1810, dirigido ao Conde de Linhares (Secretário de Estado dos Negócios da Guerra) por Francisco de Assis Mascarenhas (Governador da Província de Minas Gerais) esclarece alguns pontos. O documento informa que o Tenente do Regimento de Cavalaria de Linha, Francisco de Paula Barbosa, estava conduzindo alguns presos para a Corte, quando fugiram dois deles. Os detentos que se evadiram foram o Capitão José Ferreira Armonde e o Alferes José Fernandes Lima, ambos “pronunciados na devassa da cruel morte feita ao Coronel Manoel de Sá Fortes”. Francisco Mascarenhas informou já ter expedido ordens para que se realizassem busca aos evadidos em toda a Capitania de Minas

¹⁹¹ **MRSJDR**, Testamento juntado à Prestação de Contas Testamentária de José Ferreira Armonde, 1821, fls. 3v.

¹⁹² Autor não identificado. Anuário Genealógico Brasileiro (Publicação do Instituto Genealógico Brasileiro), 1939, fls. 148-149. Também procurei o inquérito no Arquivo do Exército, no Rio de Janeiro, e não o encontrei.

Gerais. Também havia encaminhado carta ao governador de São Paulo, solicitando vigilância, pois acreditava que os suspeitos passariam por lá a caminho do Rio Grande, com pretensão de se refugiarem em estabelecimentos dos espanhóis.¹⁹³

Em outra carta, escrita em 20 de março de 1810, o Governador de Minas acusou o recebimento de uma Ordem do Príncipe Regente para mandar prender o Tenente Francisco de Paula Barbosa, que conduzia os presos quando ocorreu a fuga. O Governador também alegou ter oferecido à viúva qualquer socorro de que necessitasse, caso temesse insultos por parte dos acusados.¹⁹⁴

Além do Capitão José Ferreira Armonde e do Alferes José Fernandes Lima, também estava envolvido na morte do Coronel Manoel Bustamante o dito José Rodrigues Lima. Edna Resende anota também a participação do crioulo forro Manoel Dias e de Antônio Rodrigues da Rocha e argumenta que “os acusados encontravam-se livre, andavam ‘rodeados de caboclos e outros facinorosos, armados em sua guarda e com disposição para resistirem’ a prisão”.¹⁹⁵

Documentos reproduzidos pelas Revistas do APM relatam que a viúva de Manoel Bustamante, Mariana, e um irmão dele, Francisco Dionísio Fortes, solicitaram proteção da Guarda Real, temerosos de serem inquietados por José Rodrigues Lima e José Fernandes Lima. Trata-se da resposta do Conde de Palmas à Secretaria de Estado dos Negócios, relativo ao requerimento de Mariana e Francisco Bustamante. O documento, com data de 19 de fevereiro de 1814,

¹⁹³ **REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**, ano XVIII, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913, p. 356.

¹⁹⁴ Idem, p. 359.

¹⁹⁵ RESENDE, Edna, op. cit., p. 98 (cf. a nota 267).

esclarece que José Rodrigues Lima e José Fernandes Lima haviam sido absolvidos da acusação da devassa de morte do Coronel Manoel Bustamante e obtido livramento ordinário, e não faz nenhuma menção a José Ferreira Armonde. E, segundo o missivista, para além do fato de haver se estabelecido inimizade capital entre as partes (os Rodrigues e os Bustamante), nenhuma outra ameaça concreta havia chegado ao conhecimento das autoridades. Para a proteção de Mariana e Francisco Bustamante foram dadas ordens aos Ministros Territoriais da Comarca do Rio das Mortes para “tomarem todas as medidas e cautelas e vigia sobre o procedimento dos suplicantes”.¹⁹⁶

De acordo com o artigo do Anuário Genealógico, José Ferreira Armonde pai receando que seus bens fossem seqüestrados, em razão da acusação de assassinato feita a seu filho, fez venda fictícia dos bens aos seus sobrinhos Simplício e Marcelino. Sabe-se, agora, por que a Justiça suspeitou da falsidade da transação e intimou a viúva e os compradores a jurarem que a venda era firme e valiosa. O autor informa, ainda, que mais tarde o Capitão José Ferreira Armonde obteve absolvição e voltou a Minas Gerais para apoderar-se de seus legítimos bens, mas que os primos, Simplício e Marcelino, não concordaram em passar escritura de distrato de venda.¹⁹⁷

Do relatado chama a atenção alguns detalhes, que a fragmentação da documentação não permite esclarecer. Primeiro, as razões do assassinato do Coronel Manoel Bustamante de Sá. Segundo, o assassinato ocorreu em junho de

¹⁹⁶ **REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**, versão eletrônica, p. 405, pasta 20, imagens. 209-210. Revista do ano XX, 1924, p. 395, documento 40.

¹⁹⁷ Autor não identificado. Anuário Genealógico Brasileiro (Publicação do Instituto Genealógico Brasileiro), 1939, fls. 148-149. A compra dos bens de José Ferreira Armonde pelos sobrinhos Marcelino e Simplício será retomada no capítulo 3.1.

1809, mas entre agosto e outubro do mesmo ano, período em que correu na justiça a notificação já referida neste texto, José Ferreira Armonde permaneceu em Barbacena, aparentemente como pessoa acima de qualquer suspeita. Neste processo, conforme já destacamos, ele foi por vezes apontado como pessoa “bastante abonada”, “abastado de bens”. Naturalmente até então não eram somente seus bens que o abonavam, mas seu prestígio e reputação. Aparentemente o Capitão José Ferreira Armonde não foi considerado suspeito da morte do Coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, “no meio de sua fazenda”,¹⁹⁸ de imediato. Outra questão, o capitão evadiu-se, e acreditava-se que o havia feito para as terras do sul, isto no primeiro semestre de 1810. Mas é de crer que ele andava homiziado pelas bandas de Barbacena, ou pelo menos que por lá esteve por volta de 1813 ou 1814, visto que sua esposa Constância deu a luz a um menino, Lino, batizado em 1815, cuja paternidade foi atribuída ao Capitão José Ferreira Armonde.

O testamento de José Ferreira Armonde pai dá mais um testemunho das relações de amizade e reciprocidade familiar. Ele nomeou para seus testamenteiros em primeiro lugar a sua esposa; em segundo o sobrinho, o padre Francisco Antônio Ferreira Armonde e, em terceiro, o sobrinho Simplício José Ferreira Armonde. Estabeleceu seis anos para que suas determinações fossem cumpridas e indicou um prêmio de R\$ 200\$000 para aquele que assumisse o encargo.

¹⁹⁸ TEIXEIRA, Adriano Braga, op. cit., p. 66. Teixeira comenta sobre o assassinato de Manoel Bustamante, informando que este ocorreu em sua fazenda, mas não dá mais detalhes. Uma discussão sobre as possíveis motivações deste assassinato será empreendida no capítulo 4.1.

Sua terça deveria ser usada para:¹⁹⁹

- _ o pagamento das obrigações com as irmandades – Santíssimo Sacramento, Senhora da Boa Morte e Senhora das Almas;
- _ obras de Igrejas, como a Capela (sem identificação), Capela da Senhora do Monte do Carmo de São João del Rei, obras do Senhor do Matozinhos de Congonhas,
- _ o Hospital de São João del Rei;
- _ R\$ 100\$000 para Cândida, exposta, e R\$ 50\$000, para Antônio, filho de Joaquina;
- _ também pequenas quantias para as duas filhas de seu sobrinho e afilhado Leandro Pereira Bahia (cuja paternidade ainda desconheço);²⁰⁰ e para a sobrinha Ana, filha de Maria Vicência;
- _ Alforria para o escravo João, menor;
- _ Diversos valores para as missas de corpo presente, para as almas do purgatório, e por sua alma etc.;
- _ “Cem missas, ditas no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro”.²⁰¹

Do exposto nesta seção concluímos que José Ferreira Armonde pai se preocupou em proteger o patrimônio familiar. Embora não tenha poupado

¹⁹⁹ **MRSJDR**, Testamento juntado à Prestação de Contas Testamentária de José Ferreira Armonde, 1821, fls. 4f/v.

²⁰⁰ No censo dos habitantes de Nossa Senhora do Rosário do Curral Novo – Termo de Barbacena, de 1831, consta um Leandro Pereira Bahia, qualificado como branco, 66 anos, casado, lavrador. Cf. Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>> [03 de janeiro de 2009].

²⁰¹ A devoção a Santo Antônio pode ser herança da descendência portuguesa, uma vez que o Santo era muito popular em Portugal e que atribui-se aos lusos a difusão da devoção a Santo Antônio no Brasil. Helen Osório, em sua pesquisa sobre comerciantes, também se deparou com legados para a realização de missas no Convento de Santo Antônio do Rio de Janeiro. OSÓRIO, Helen, op. cit., 2000. Sobre a devoção a Santo Antônio, principalmente na região em estudo, cf. FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. **Devoção a Santo Antônio em Juiz de Fora – “O Santo Fuião”**. Funalfa: Juiz de Fora, 2008.

despesas para defender o filho da acusação da morte do Coronel Manoel Bustamante ele deixou claro em seu testamento que seus bens não deveriam mais ser utilizados para este fim. Temendo um provável seqüestro dos bens, que corromperia o patrimônio dos netos, não é improvável que ele tenha acordado com os sobrinhos Simplício e Marcelino, uma venda fictícia de suas posses.

Quanto ao Capitão José Ferreira Armonde, pouco sabemos sobre ele para além do já analisado. Sua esposa, Constança Raimunda da Silva, estava presente no fogo da sogra Ana Maria de Jesus, no censo de 1831. Ela contava então, de acordo com o censo, com 40 anos, era casada e foi qualificada com a atividade de rendeira. No mesmo fogo estava o filho José Ferreira Martins, de 22 anos, solteiro e lavrador. A família era possuidora de 29 cativos.²⁰² Ana Maria de Jesus, a mãe do Capitão, faleceu por volta de 1836.²⁰³ Quanto ao Capitão José Ferreira Armonde, aparentemente, morreu por volta de 1838, pois neste ano sua esposa Constança Raimunda da Silva fez partilha amigável dos bens com os filhos.

O processo de partilha está datado de 21 de agosto de 1838 e nele Constança informa que o marido havia falecido e que ela queria fazer inventário e partilha dos bens do casal. Por esta ocasião, além da viúva meeira havia dois herdeiros, filhos que tinham sobrevivido ao pai: José e Carlota Teotônia. Dentre

²⁰² Projeto Compartilhar, <<http://geocities.yahoo.com.br/projetocompartilhar>> [03 de janeiro de 2009], Informação constante do Censo do Curral Novo, 1831. Observe-se que na realidade ela teria em torno de 46 anos, visto que foi batizada em 1785, cf. Projeto Compartilhar, <<http://geocities.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [26 de junho de 2007]. Informação extraída do microfilme dos Mórmons, microfilme 1252369. Já José Ferreira Martins nasceu em 1804 e teria então 27 anos aproximadamente, cf. Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252365 – Livro 1 (1797-1809) - fls. 185. Aos 23 de julho de 1804, na capela da Sra. do Rosário do Curral, filial desta Matriz de Nossa Sra. da Piedade da Borda do Campo. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

²⁰³ A base para esta afirmativa está em documentos que serão analisados no capítulo 3.

os bens constam as fazendas Cachoeira e Matos da Serra da Mantiqueira – ambas em campos e capões de matos – com suas benfeitorias e cerca de 18 cativos.²⁰⁴ Nas propriedades foram avaliadas uma roça de arroz e duas de milho; mantimentos colhidos – 31 carros de milhos, 11 alqueires de feijão e cinco de arroz –; alguns muares, gado vacuum e porcos. As fazendas estavam aparelhadas com dois fornos de torrar farinha, dois teares e duas rodas de fiar. O monte mor somou R\$ 29:363\$980. A viúva reservou para si a terça, correspondente a R\$ 4:893\$996, e entregou aos filhos as legítimas materna e paterna, o que perfez para cada um R\$ 12:234\$996.²⁰⁵

Carlota Teotônia da Silva, a filha mais velha do Capitão José Ferreira Armonde, casou-se com o Capitão Manoel Ribeiro Nunes, com quem teve seis filhos: Constança, José, Francisca, Carlos, Carolina e Rita. O casamento entre Carlota e Manoel Ribeiro Nunes foi um consórcio entre primos. Manoel era filho de Joana e neto de Ana Maria, esta última, por sua vez, era irmã de José Ferreira Armonde – portanto, um casamento na “família”, parentesco de sexto grau, ou, segundo o censo comum, Manoel e Joana eram “primos de segundo grau”.²⁰⁶

A respeito da relação casamento, família e negócios (terra e comércio) da família Ferreira Armonde, o padrão matrimonial consistiu no padrão endogâmico, onde o parentesco e o compadrio eram fundamentais.²⁰⁷ O “enlace”, termo

²⁰⁴ Do final da página de avaliação de cativos está faltando um pequeno pedaço, por isto não posso precisar se eram 18 cativos ou se havia algum mais. Também nas páginas de partilha alguns pontos estão danificados e não pude usá-la para confirmar o quantitativo de cativos.

²⁰⁵ **AHMPAJS**, partilha amigável de Carlota Teotônia, 1838, caixa 129, ordem 20, código 1SVC.

²⁰⁶ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Carlota Teotônia da Silva, 1863, caixa 46, ordem 4.

²⁰⁷ Além dos trabalhos já citados, existe uma extensa bibliografia sobre o tema. Uma síntese está em SCHNOOR, Eduardo Cavalcanti **Na Penúria: o entrelace de negócios e famílias** (Vale do Paraíba, 1770-1840). São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 2005 (Capítulo III: O Entrelace Familiar, pp. 35-50).

utilizado por Carlos Bacellar, ou a “política matrimonial” no dizer de Eduardo Schnoor, não era tão simples como se poderia pensar. Segundo Carlos Bacellar, “havia dois tipos de enlaces:

Os geograficamente endogâmicos e os geograficamente exogâmicos. Aceitavam-se cônjuges provenientes de outras regiões, desde que satisfizessem às exigências familiares.

Na verdade, o casamento de filhos das famílias abastadas não era nada simples. Cada cônjuge tinha por trás de si uma ampla carga de responsabilidade, sobre as quais deveria prestar contas à família. Carregava consigo o patrimônio econômico, político e social, herdado dos pais, e que não podia ser dispersado, mas sim acrescido a outro pelo matrimônio. Assim, um casamento poderia significar o reforço de uma aliança política ou econômica, ou mesmo a criação de uma nova aliança (...)

A seleção de cônjuges fazia parte de uma estratégia de vida previamente pensada, visando à estruturação de uma rede de relações familiares complementares as relações de cunho comercial. Quanto mais amplas e sólidas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso sócio-econômico da família.²⁰⁸

O casal Carlota e Manoel foram proprietários da Fazenda da Cachoeira (herança dos pais de Carlota), da Fazenda Velha, da Fazenda do Quilombo, de uma porção de terras de cultura no lugar denominado Bananeiras, de uma porção de terras de cultura na Costa da Serra e de outras partes de terras menores. Eles eram moradores na Fazenda Quilombo, no arraial do Quilombo (pertencente a Barbacena). Manoel morreu em cinco de junho de 1862 e Carlota em 12 de maio de 1863.²⁰⁹

O filho José Ferreira Martins casou-se com Eufrásia Felismina de Jesus, com quem teve cinco filhos: Antônio Ferreira Martins, Carlos Ferreira Martins,

²⁰⁸ BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. São Paulo: CMU/UNICAMP, 1997 (Coleção Campeniana), pp. 91-92. In: SCHNOOR, op. cit., p. 40.

²⁰⁹ AHMPAJS, inventário *post mortem* de Manuel Ribeiro Nunes, 1862, caixa: 2, Ordem 6.

Joaquim Ferreira Martins, Balbina e Francisca. Ele herdou dos pais a fazenda Matos da Serra da Mantiqueira²¹⁰

Constança Raimunda da Silva faleceu em 1884 com solene testamento, elaborado em 1881, portanto, morreu aos 99 anos. Ela declarou-se moradora na freguesia do Quilombo (Bias Fortes – MG). Seus filhos Carlota Teotônia e José Ferreira Martins já haviam falecido, e ela deixou para netos, bisnetos e tetranetos os bens que lhe restavam, incluindo parcelas de terras nas fazendas Cachoeira e Matos da Serra da Mantiqueira.²¹¹

1.3. As redes de sociabilidade tecidas pelo Capitão José Ferreira Armonde

No intuito de se compreender melhor a teia das relações tecidas pelos Armonde são necessárias algumas considerações sobre Carlos José da Silva e

²¹⁰ Informações sobre Antônio Ferreira Martins - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252367 – Livro 3 (1844-1847) - Fl. 2 – “Aos 23 de setembro de 1844, na capela de N. Sra. do Rosário do Curral Novo, batizei solenemente e pus os santos óleos a Antônio, inocente, branco, filho legítimo de José Ferreira Martins e de sua mulher D. Eufrásia Felisbina de Jesus, nascido a 13 de julho pp. e foram padrinhos Antônio Marques da Silva e D. Mariana Leocádia da Silva e para constar fiz este assento”; Informações para Balbina: Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252367 – Livro 3 (1844-1847) - Fl. 31 – “Aos 30 de abril de 1843, na capela de N. Sra. do Rosário do Curral Novo, batizei solenemente e pus os santos óleos a Balbina, inocente, branca, filha legítima de José Ferreira Martins e de sua mulher D. Eufrásia Felisbina de Jesus, nascida a 12 de março deste mesmo ano e foram padrinhos o Tenente Antônio José Ferreira Armonde e D. Rita Leocádia de Sá e para constar fiz este assento”; Informações para Francisca - Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252367 – Livro 3 (1844-1847) - Fl. 43 – “Aos 12 de janeiro de 1842, na capela de N. Sra. do Rosário do Curral Novo, batizei solenemente e pus os santos óleos a Francisca, inocente, branca, filha legítima de José Ferreira Martins e de sua mulher D. Eufrásia Felisbina de Jesus, nascida a 12 de março deste mesmo ano e foram padrinhos Antônio de Sá Fortes e sua irmã Joana Leocádia de Sá e para constar fiz este assento.” Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

²¹¹ **AHMPAJS**, contas testamentárias de Constança Cândida Raimunda da Silva, 1884. Caixa 68, ordem 4.

Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, sogro e co-cunhado, respectivamente, do Capitão José Ferreira Armonde.

Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira foi batizado no arraial da Igreja Nova de Campolide, onde nasceu, em 21 de outubro de 1759, filho do Capitão-Mor Manoel Antunes Nogueira e sua mulher dona Rita Luiza Victória de Bustamante. O pai era natural da freguesia de São Romão de Nogueira, Termo da Barca, Arcebispado de Braga e a mãe era natural da freguesia da Candelária, da cidade do Rio de Janeiro.²¹² Era neto paterno de Brás Antunes e de Páscoa Taveira e neto materno de Luís Fortes de Bustamante e Sá e de sua mulher dona Luísa Maria Xavier da Fonseca. O avô materno ocupou o cargo de Juiz de Fora, tendo possuído sesmarias nas paragens onde hoje se localiza a cidade de Juiz de Fora (MG), aliás, o topônimo é uma referência à sua propriedade, que então era conhecida como a “fazenda do Juiz de Fora”. Os padrinhos de batismo de Manoel Bustamante foram José Antônio Freire de Andrade, Governador das Minas - representado por procuração por João Pedro de Bustamante – e dona Maria Angélica de Sá e Meneses, viúva de Roberto Car Ribeiro, moradora no Rio de Janeiro, representada por seu procurador José Fortes de Bustamante e Sá.²¹³

Manoel Antunes Nogueira faleceu em 1779 ou 1780, em São João del Rei, deixando para os seus descendentes quatro moradas de casa na Vila de São João del Rei e mais duas em seus subúrbios, terras minerais, dois sítios com

²¹² Segundo José de Sousa Azevedo Pizarro e Araújo, Manoel Antunes Nogueira era Ouvidor em Cuiabá no ano de 1742. Cf. PIZARRO E ARAÚJO, José de Sousa Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas a jurisdição do Vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas ao El Rei o Sr. D. João VI**. Tomo IX. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822, p. 20.

²¹³ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [28 de junho de 2007]. Informação obtida no registro de batismo de Carlos José da Silva, Freguesia de São Nicolau, Lisboa, fls. 271 e no registro de batismo de Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, na Igreja Matriz de Barbacena, em 21 de outubro de 1759, (Barbacena – MG).

matos virgens, campos e capoeiras, uma sesmaria, uma fazenda, 47 cativos e muitas dívidas ativas. O capitão faleceu deixando cinco filhos vivos e a viúva e seu monte líquido foi estimado em R\$ 49:368\$094.²¹⁴

Nas imediações do ano de 1786 Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira era contratador do pedágio da ponte que ligava São João del Rei a São José del Rei.²¹⁵ Foi, também, juiz de sesmaria, aproximadamente entre 1790 e 1798.²¹⁶ Em 1799 ele era Capitão-mor da Vila de Barbacena e foi indicado para o posto de Coronel de Regimento de Cavalaria de Milícias da Vila de São José, sendo nomeado um ano depois. Ele morreu em 11 de junho de 1809. O monte mor de seu inventário somou R\$ 24:465\$468, apontado por Adriano Teixeira como a maior fortuna de Barbacena no período 1791-1822.²¹⁷ Suas posses foram sintetizadas por Teixeira da seguinte maneira:

A maior parte de sua riqueza estava concentrada nos bens de raiz (62,23%), divididos em duas sesmarias de terras com matos virgens, capoeiras e campos, sendo que uma possuía casas de vivenda, moinho, monjolo, paiol e senzalas. Era proprietário da fazenda denominada o Curral, com três sesmarias que se compunham de matos virgens, campos e capoeiras, com casas de vivenda e sobrados, cozinha, senzalas, paiol, moinho e monjolo, tudo cobertos de telha, com quintal cercado de mourão e curral de madeira. Tantas terras serviram para o seu grande rebanho, nada menos que 347 cabeças de boi; 88, de porcos; 43, de eqüinos; 3

²¹⁴ Cf. BRUGUER, Silvia, op. cit, p. 221-226. A referencia do inventário é: MRSJ, cx. 555, inventário post mortem do Capitão Mor Manoel Antunes Nogueira.

²¹⁵ HENRIQUES, José Cláudio, **Matosinhos**: berço da cidade de São João del Rei <http://www.ograndematosinhos.com.br/downloads/CAP_TULO_1___DE_CASOS_A_HISTORIA_II.doc> [29 de janeiro de 2009].

²¹⁶ APM. Casa dos Contos (CC), caixa 153, rolo 546, Barbacena, imagem 21508 <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=12> [3 de janeiro de 2009].

²¹⁷ É interessante constatar que o monte do inventário do seu pai, o Capitão-Mor Manoel Antunes Nogueira, foi de R\$ 59:212\$156, “sendo que depois de pagas as suas despesas, ficou para sua esposa e sua inventariante, Dona Rita Luiza Vitória de Bustamante Sá, 24:684\$047 e para cada herdeiro o valor de 3:291\$206”. Cf. *Inventário (1780) de Manoel Antunes Nogueira e sua mulher Rita Luiza Vitória de Bustamante Sá*. www.ograndematosinhos.com.br/downloads/Manoel%20Antunes_invetario.doc [20 de março de 2009].

muares e o maior rebanho de ovinos com 150 cabeças. Toda a criação e propriedade contava ainda com a presença de 57 escravos.²¹⁸

Manoel Bustamante casou-se com Mariana Leocádia da Silva por volta de 1791, ele com 31 anos e ela com 20 anos. Tiveram cinco filhos: Inácia Carolina, Rita Leocádia, *Carlos de Sá Fortes*, Antônio de Sá Fortes e Maria Luisa.²¹⁹ Desde a elevação de Barbacena a Vila, em 1791, até a morte do Coronel Manoel Bustamante, em 1809, ele “esteve na câmara por oito vezes, das quais seis vezes em anos consecutivos”.²²⁰

Mariana Leocádia, esposa de Manoel Bustamante, era filha do casamento do Coronel Carlos José da Silva com dona Inácia Rosa da Silva, esta última falecida em Vila Rica por volta de 1790. Carlos José da Silva foi batizado na freguesia de São Nicolau de Patriarcado de Lisboa em quatro de novembro de 1741, filho legítimo de Francisco Gomes da Silva e sua mulher dona Teodora Maria dos Reis. Carlos José se casou em 14 de agosto de 1768, na Igreja Matriz de Santa Rita, com Inácia Rosa Angélica, natural da freguesia da Candelária, filha legítima de Feliciano de Almeida Carvalho e sua esposa Margarida Tereza da Cruz.²²¹

O casal Carlos José e Inácia Rosa deixou sete filhos: Mariana Leocádia, Antônio Luiz de Noronha e Silva (Coronel), Josefa Ernestina Vieira (ou Pereira de

²¹⁸ Adriano Teixeira levantou 214 processos de inventário, abertos na 1º e 2º vara civil, relativos à Vila de Barbacena. De todos os monte mor descritos nestes processos, o maior foi o de Manoel Bustamante. TEIXEIRA, Adriano Braga. op. cit., p. 165.

²¹⁹ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [28 de junho de 2007].

²²⁰ TEIXEIRA, Adriano Braga, op. cit., p. 166.

²²¹ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [28 de junho de 2007]. Informação obtida no registro de casamento de Carlos José da Silva com Inácia Rosa Angélica, Livro 7º da Igreja da Candelária, 14 de agosto de 1768, certidão emitida pelo Cônego Cipriano Bastos, Chanceler do Arcebispado do Rio de Janeiro.

Souza), Tomásia Joaquina da Silva, Maria José Bernardina, Miguel José da Silva, Constância Cândida Raimunda da Silva e Luiza Angélica da Silva. Viúvo, o Coronel Carlos José da Silva contraiu segundo casamento com Maria Angélica de Sá Meneses,²²² irmã do Coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira (seu genro). Da segunda união teve mais cinco filhos: Francisco Teodoro da Silva (Barão de Pouso Alto), Carlos José da Silva, Teodoro Carlos da Silva (Coronel), Rita Leocádia da Silva e Carlota Camila da Silva.²²³

Segundo Rui Vieira da Cunha,²²⁴ os pais do Coronel Carlos José da Silva teriam vindo para o Brasil, deixando o filho em Portugal, após o famoso terremoto de 1755. Em Portugal, Carlos José habitava o Beco do Balueiro, à ilhargia da Ermida de Nossa Senhora da Palma, freguesia de São Nicolau. Rui Vieira da Cunha acredita que foi ainda na terra natal que Carlos José se iniciou nos trabalhos da repartição fazendária. Ele veio para o Brasil em 1767, “para formalizar os livros da arrecadação dos rendimentos reais”.²²⁵ No Rio de Janeiro, Carlos José foi acolhido na casa paterna e introduzido “em um círculo de relações e amizades fortalecidos por laços de pertença ao temido Santo Ofício”.²²⁶ Em 1771 Carlos José da Silva candidatou-se a Familiar do Santo Ofício. Produziram-se provas testemunhais para a confirmação da carta. O depoente Antônio Ramalho Lisboa informou que ele era

²²² Maria Angélica de Sá Meneses havia sido contratada para se casar com o primo, em 1778, quando tinha 16 anos, o Tenente Francisco Roberto Car Ribeiro, filho de Roberto Car Ribeiro e dona Maria Angélica de Sá Meneses (homônima da noiva), mas o casamento não se realizou. Cf. BRUGGER, fls. 221-226.

²²³ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [28 de junho de 2007].

²²⁴ CUNHA, Rui Vieira. *A Vida de Carlos José: um servidor do Real Erário*. **Revista da ASBRAP**, nº 3, 1996.

²²⁵ PIZZARO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, 2ª ed., 7º vol., p. 150, Rio, 1948, *Apud* CUNHA, Rui Vieira, op. cit., p. s/n.

²²⁶ CUNHA, Rui Vieira, op. cit., p. s/n.

Pessoa de bom procedimento, vida e costumes capaz de ser encarregado de negócios de importância, e segredo, e de servir o Santo Ofício no cargo de Familiar, trata-se com limpeza, e asseio, e tem bom ordenado na sua ocupação com que se possa tratar.²²⁷

Alguns depoimentos acrescentam que Carlos José da Silva havia sido mandado para as Minas Gerais para estabelecer outro Erário Real e ainda, “que tinha dois mil cruzados de ordenado, e em Minas há de ter mais”, sendo que um outro depoente alegou que “vive limpamente, com bom trato, e tem ordenado de três mil cruzados”.²²⁸ Portanto, em 1771 Carlos José da Silva deixou a junta fluminense e dirigiu-se para Ouro Preto, onde foi responsável pela escrituração da Junta da Real Fazenda de Minas Gerais, criada a sete de julho de 1771.²²⁹ Ele foi nomeado em setembro de 1771, com ordenado de um conto e duzentos mil réis em cada ano.²³⁰ Eram seus fiadores seu irmão, o vigário Silva e o padre Francisco Ferreira da Rocha.²³¹

Em 1774 Carlos José da Silva, Escrivão Deputado da Junta da Real Fazenda da Vila Rica do Ouro Preto requereu, a título de premiação pelos serviços prestados, a mercê do hábito de Cristo. Junto ao requerimento estava uma certidão do Capitão Geral da Capitania de Minas Gerais atestando que entre oito de maio de 1772 e 12 de janeiro de 1773, o solicitante havia feito fundir

²²⁷ Idem.

²²⁸ Idem. Correspondendo a R\$ 800\$000 e R\$ 1:200\$00, cf. NAZZARI, Muriel, op. cit, p. 13 e SIMONSEN, op. cit., p. 344.

²²⁹ Idem.

²³⁰ **Arquivo Histórico Ultramarino**, caixa 101, documento 38, Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais.

²³¹ RISCHITELLI, Augusto. **O Bairro Fabrício**. <http://www.arquivopublicouberaba.com.br/memoria/arquivo_08.pdf> [29 de janeiro de 2009].

Na Real Casa de Fundição desta Vila, em trezentas parcelas, oito arrobas, trinta e dois marcos, seis onças, três oitavas e trinta e seis grãos de ouro das quais se tirou de quinto uma arroba, quarenta e quatro marcos, sete onças, cinco oitavas e trinta e seis grãos de ouro.²³²

Satisfazendo os requisitos determinados na lei para solicitar o benefício.²³³ Não tenho elementos para afirmar se este requerimento foi ou não deferido. Carlos José da Silva foi também Coronel da Cavalaria Auxiliar de Minas Gerais, posto alcançado em agosto de 1786 e em junho de 1800 ele foi confirmado Coronel do Primeiro Regimento de Milícias da Comarca de Vila Rica.²³⁴

Em 1788 Carlos José da Silva sentiu-se ameaçado, em razão de suas atividades profissionais,²³⁵ visto ter encaminhando carta ao Secretário de Estado e da Marinha e Ultramar – Martinho de Mello e Castro, solicitando a sua proteção. No documento Carlos José deixou registrado o seu temor:

Ninguém mais do que eu necessita de proteção, e a nenhuma maior sombra me poderei chegar do que a de Vossa Ex^a de me proteger na lembrança de que eu sou o Escrivão da Junta da Fazenda de Minas Gerais, eu assim o espero, assim como em ser fiel aos meus deveres e aos preceitos de Vossa Ex^a, a quem respeito.²³⁶

²³² **Arquivo Histórico Ultramarino**, caixa 114, documento 31, Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais.

²³³ Cita a Lei de três de dezembro de mil setecentos e cinqüenta, no Alvará de trinta de janeiro de mil setecentos e cinqüenta e oito, na Ordem de vinte e nove de agosto de mil setecentos e setenta.

²³⁴ **Arquivo Histórico Ultramarino**, caixa 15, documento 21; caixa 153, documento 27; caixa 149, documento 12, Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais.

²³⁵ Para mais informações a respeito da atuação de Carlos José da Silva na Junta da Real Fazenda da Vila Rica do Ouro Preto cf. CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província**: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2007, principalmente a terceira parte “Contos dos Reinos e das Minas: Fazenda, Estados e seus agentes” e CARRARA, Angelo Alves. *Rubricas e Rotinas Contábeis*, in: **Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009, p. 25-34.

²³⁶ **Arquivo Histórico Ultramarino**, caixa 129, rolo X, documento 37, Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais.

Certamente o que atordoava o Escrivão da Junta da Fazenda de Minas Gerais era a movimentação em torno do pagamento do imposto do quinto que acabou resultando na Inconfidência Mineira. Consta de uma nota do livro **Autos da Devassa da Inconfidência** que Carlos José gozava de grande prestígio junto ao Secretário de Estado Martinho de Melo e Castro, por sua “probidade e diligência” e que o Visconde de Barbacena escrevia-lhe “papéis e segredos”.²³⁷ O Coronel Carlos José da Silva era amigo pessoal e compadre do Mestre de Campo Inácio Correa Pamplona, um dos delatores da Inconfidência Mineira. José Cláudio Henriques informa que ele era homem de confiança do Governador de Minas, o Visconde de Barbacena. Foi Carlos José da Silva quem entregou ao Visconde de Barbacena a carta denúncia do Coronel Pamplona delatando os planos de “conspiração”, datada de 20 de abril de 1789.²³⁸

André Figueiredo, ao analisar as relações entre os inconfidentes e o envolvimento dos sediciosos da Comarca do Rio das Mortes na exploração e acumulação de riquezas, nos permite constatar que os temores do escrivão da Junta da Real Fazenda não eram infundados. Segundo os dados levantados pelo autor,

Os inconfidentes, ao aventarem a hipótese de decapitar o governador e as pessoas fiéis à monarquia, especialmente o ouvidor de Vila Rica, Pedro José de Araújo, o escrivão da Junta da Real Fazenda, Carlos José da Silva, e o ajudante-de-ordens do governador, Antônio Xavier de Resende, cometeram traição. A pena aos conjurados deveu-se mais a

²³⁷ CÂMARA DOS DEPUTADOS – GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**, vol. I. Brasília – Belo Horizonte, 1976, nota 1, p. 108.

²³⁸ HENRIQUES, José Cláudio. **Matosinhos**: berço da cidade de São João del Rei <http://www.ograndematosinhos.com.br/downloads/CAP_TULO_1__DE_CASOS_A_HISTORIA_II.doc> [29 de janeiro de 2009]. Cf. a carta denúncia in: CÂMARA DOS DEPUTADOS – GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**, vol. I. Brasília – Belo Horizonte, 1976, p. 108-117.

esse projeto do que a qualquer outro estipulado em suas reuniões (grifos nosso).²³⁹

Carlos José estava na mira direta dos sediciosos. Mas, frustrados os planos dos inconfidentes, ele continuou exercendo suas funções até que, segundo Augusto Rischitelli, o “Coronel Carlos, com seus gastos e dissipações seguidos, levou ao desfalque a Fazenda Pública. Para pagá-lo sacrificou tudo quanto possuía e mais os haveres de seus fiadores”.²⁴⁰ O Coronel Carlos José da Silva faleceu em Vila Rica, aproximadamente em 1808.²⁴¹

Sintetizando a discussão até aqui empreendida, podemos afirmar que a trajetória de vida dos filhos do açoriano Francisco Ferreira Armonde foi marcada pelas relações de reciprocidades e solidariedade. Embora a ajuda mútua, cuidados, amizades e fortalecimento dos laços, inclusive pelo compadrio ritual, tenha sido evidentes entre todos eles, aparentemente foram mais fortes entre os dois mais novos, Francisco Ferreira Armonde e José Ferreira Armonde, e seus filhos.

Os dados levantados e analisados até o momento também indicam que a rede de sociabilidade estabelecida por estes dois, principalmente por José Ferreira Armonde e seu filho o Capitão, de mesmo nome, fortaleceram ainda mais a família. Essa rede possibilitou à ascensão econômica e política da família, e

²³⁹ RODRIGUES, André Figueiredo. **Estudo Econômico da Conjuração Mineira**: análise dos seqüestros de bens dos inconfidentes da Comarca do Rio das Mortes. São Paulo: PPGHS-USP, 2008.

²⁴⁰ RISCHITELLI, Augusto. **O Bairro Fabrício**. <http://www.arquivopublicouberaba.com.br/memoria/arquivo_08.pdf> [29 de janeiro de 2009].

²⁴¹ CÂMARA DOS DEPUTADOS – GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**, vol. I. Brasília – Belo Horizonte, 1976, nota 1, p. 108.

permitiu aos seus filhos alcançar riqueza, poder e títulos nobiliárquicos – o que se realizou principalmente para os filhos de Francisco Ferreira Armonde. O crime de que foi acusado o Capitão José Ferreira Armonde, cujas razões e detalhes não pudemos recuperar, e a sua fuga para o Rio Grande do Sul, se é que ocorreu, por certo prejudicou os sucessos deste ramo da família, mas não a riqueza e ascensão dos filhos de Francisco Ferreira Armonde (filho), que serão objeto de análise dos próximos capítulos. Neste caso, o ato criminoso de que o capitão foi acusado não implicou na perda do prestígio familiar. Aliás, Carlos de Sá Fortes, filho do Coronel Manoel Bustamante, por vezes aparecerá no capítulo seguinte, ao lado dos filhos de Francisco Ferreira Armonde (filho).

CAPÍTULO II

RIQUEZA, NEGÓCIOS, PODER E REDES DE RELACIONAMENTOS: FRANCISCO FERREIRA ARMONDE (FILHO) E SUA DESCENDEÊNCIA

2.1- Francisco Ferreira Armonde filho: a construção do patrimônio e do prestígio

Francisco Ferreira Armonde filho foi personagem enunciado nas páginas do capítulo anterior, quando o conhecemos menino, órfão sob tutela do irmão Manoel Ferreira Armonde. Sua trajetória é retomada no ano de 1760, quando em uma das prestações de conta de tutela dos órfãos seus irmãos, Manoel Ferreira Armonde declarou que “o dito órfão [Francisco] se acha em idade de dezoito para dezenove anos pouco mais ou menos vivendo na companhia dele tutor, seu irmão, tratando de sua vida, ganhando com que se veste e alimenta” (grifos nosso).²⁴² Em seguida, Francisco Ferreira Armonde filho solicitou sua emancipação por suplemento de idade e requisitou a entrega de sua legítima, que então orçava em R\$ 294\$575 ou £ 82,862. Se considerarmos as faixas de fortuna estabelecidas por Carla Almeida para a Comarca do Rio das Mortes verificamos que neste momento Francisco Ferreira Armonde se encontrava no nível mais baixo, isto é, na faixa da pobreza.²⁴³

Sabe-se que o jovem Francisco nos anos 1760 já vivia sobre si e com a emancipação intensificou suas atividades econômicas. Por alguns anos, perdemos a sequência de sua trajetória. Mas as informações sobre Francisco Ferreira Armonde filho e de seu patrimônio podem ser reavaliadas em 1775, vinte e quatro anos após a morte de seu pai, e 15 anos após ter se emancipado, quando ele contava 38 anos. Esses dados foram recuperados no inventário de Rita Maria da

²⁴² MRSJDR, inventário *post-mortem* de Francisco Ferreira Armonde [pai], 1751, fls. 79.

²⁴³ Cf. tabela 1.5 adaptada de ALMEIDA, Carla. Op. cit., 2001, p. 201.

Conceição, primeira esposa de Francisco Ferreira Armonde, falecida abintestada em 1775.²⁴⁴ Francisco Ferreira Armonde e Rita Maria se casaram em Barbacena em oito de novembro de 1773.²⁴⁵ A paternidade de Rita Maria revela as redes de relacionamento tecidas nos tempos do velho Francisco Ferreira Armonde e mantidas por seus filhos. Ela era filha do vizinho e segundo testamenteiro de Francisco pai, João Alves de Araújo e de sua mulher Ana Maria de São José, natural de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo.²⁴⁶ Este arranjo matrimonial confirma os resultados das pesquisas de historiadores e antropólogos, que apontam que os interesses comuns, com base na localidade, somados à herança identitária – pertencer a um grupo –, determinam as escolhas matrimoniais. Lembro ao leitor que Ana de São José foi a segunda esposa de Francisco Ferreira Armonde pai e que foi em companhia dela e de seu marido que viveu por alguns anos o menino José Ferreira Armonde.

O inventário de Rita Maria da Conceição é um tanto quanto confuso, o que não é incomum aos processos desse período. Em petição de Francisco Ferreira Armonde, juntada no início do documento, ele informa a morte da mulher e declara que ela faleceu sem testamento e sem filhos, mas que tinha pais “ainda vivos e que existiam nesta freguesia”.²⁴⁷ Todavia, há um despacho de Bento Coelho de Araújo, tesoureiro da arrecadação da Fazenda dos Órfãos e Ausentes,

²⁴⁴ **MRSJDR**, inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775.

²⁴⁵ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro de casamentos - Aos 8 de novembro de 1773. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

²⁴⁶ A este respeito ver: WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec: Edunb, 1995, p. 67-93; ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders**. Rio de Janeiro: Zaar, 2000; LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba**: um estudo de caso da oligarquia familiar. Rio de Janeiro: Record, 1993, p.163. Dentre outros, conferir SCHNOOR, Eduardo Cavalcanti. op. cit. e BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. op. cit.

²⁴⁷ **MRSJDR**, inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775, fls.1.

informando que Rita Maria da Conceição falecera sem testamento e sem filhos e que, por este motivo, “pertence a arrecadação da meação da abintestada a este Juízo dos Ausentes”. Os bens foram divididos em duas partes, uma para o viúvo e a outra como “Pagamento à abintestada Rita Maria da Conceição de sua meação”. No despacho o juiz determinou que se realizasse a partilha, abatidas as despesas com funeral e dívidas legitimamente comprovadas, do tempo da sociedade conjugal e que “do líquido se façam duas partes, uma para o cônjuge vivo e outra para quem for herdeiro da intestada...”²⁴⁸ Em nenhum momento do documento qualquer parente de Rita Maria foi citado ou se fez presente por si ou por procuração no inventário. Sabe-se, todavia, que João Álvares de Araújo, seu pai, estava vivo e residia na Borda do Campo (Comarca do Rio das Mortes) por esta ocasião, pois em 27 de janeiro de 1788 ele solicitou à rainha D. Maria I licença para a construção de um engenho de cana de açúcar em suas fazendas, e se qualificou como possuidor de fortuna e família numerosa e morador na Borda do Campo.²⁴⁹ O testamento de João Alves de Araújo está sob a guarda do Museu Regional de São João del Rei, e data de 1816, embora tenha sido registrado que ele faleceu em 20 de agosto de 1794. No testamento ele declarou ter tido seis filhos com Ana de São José, que então já havia falecido, que eram: João, José, Manoel, Antônio, Vicente e Rita. Esta última havia sido a primeira esposa de Francisco Ferreira Armonde.²⁵⁰

²⁴⁸ Idem, fls.5-6.

²⁴⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, caixa 128, doc.7. Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais.

²⁵⁰ **MRSJDR**, Testamento de João Alves de Araújo, 1816, caixa 7.

O intervalo entre a morte do velho Francisco Ferreira Armonde (1751) e a de Rita Maria (1775) foi marcado por uma intensificação das transformações na conjuntura econômica de Minas Gerais, algumas já abordadas no capítulo anterior. A derrocada do ouro, em processo crescente na segunda metade do século XVIII, promoveu o aumento dos investimentos nas atividades agrárias, pastoris, mercantis e de transportes. A produção das lavouras e as criatórias necessitavam ser comercializadas e escoadas, abastecendo não somente a Capitania de Minas Gerais, mas, também, a Capitania do Rio de Janeiro, demandando investimentos no melhoramento das estradas e nos meios de transportes – ainda as tropas de bestas.

Conforme já discutido no início do capítulo anterior, a historiografia revela, para o início do século XIX, a importância de Minas Gerais na produção e exportação de gêneros de subsistência (milho, feijão e arroz) e dos derivados da pecuária (toucinho, queijos, porcos e gado vacum), com destaque para o Sul de Minas e da Comarca do Rio das Mortes.²⁵¹ Para Afonso Alencastro Graça Filho a proximidade da Comarca do Rio das Mortes com o Rio de Janeiro transformou a região em abastecedora de alimentos para aquela província, com destaque para as atividades econômicas da Comarca do Rio das Mortes.²⁵²

Naturalmente não podemos ignorar que as estratégias e escolhas individuais são pautadas pela conjunção de projetos pessoais com oportunidades conjunturais – políticas, econômicas e sociais. Neste sentido, é pertinente lembrar que a vinda da Família Real para a até então Colônia, em 1808, a elevação do

²⁵¹ GRAÇA FILHO, op. cit.; LENHARO, Alcir.op. cit.; ALMEIDA, Carla, 1994.

²⁵² GRAÇA FILHO, op. cit., pp. 36-41.

Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 16 de dezembro de 1815, tiveram impacto direto sobre a Província Mineira. Segundo Roberto Borges Martins,

De todas as conseqüências da mudança da Corte sobre Minas Gerais, provavelmente a mais importante e de efeito mais duradouro, foi o grande incremento da participação da capitania no abastecimento do Rio de Janeiro e de sua integração física, política e comercial com aquele mercado.²⁵³

Embora haja controvérsias sobre o quantitativo populacional do Rio de Janeiro no início do século XIX, é inegável que a vinda da família real fez aumentar significativamente o contingente populacional da Corte e, conseqüentemente, a necessidade de suprimentos. Nessas circunstâncias, Minas Gerais viu o seu potencial agropecuário ser estimulado e respondeu com incremento na produção e no comércio. É ainda Roberto Martins que observa que

Assim, a partir de 1808 cresceu muito a presença e a importância econômica e política dos pecuaristas, tropeiros e fazendeiros de Minas Gerais no cenário da Corte, especialmente os da Comarca do Rio das Mortes e de São João del Rei, que era o grande centro coletor e distribuidor das mercadorias de uma vasta região.²⁵⁴

Esta transformação, em acelerado processo desde a segunda metade do século XVIII e que se consolidou no início do século XIX, pode ser observada na comparação da relação dos bens descritos no inventário de Rita Maria, em 1775, com os apresentados no inventário de seu marido Francisco Ferreira Armonde (filho), em 1814, conforme demonstraremos oportunamente.²⁵⁵ A transformação

²⁵³ MARTINS, Roberto Borges. **A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais**, <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina_2008_2.php>, p. 8 [24 de janeiro de 2009]

²⁵⁴ Idem, p. 10.

²⁵⁵ **MRSJDR**, inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775.

na riqueza está intimamente relacionada à importância política e social que os Armonde adquiriram na sociedade mineira e brasileira do período em análise, principalmente após a Inconfidência Mineira, quando estiveram ao lado dos vitoriosos.

Inventariante dos bens do casal, por ocasião da morte da esposa, Francisco Ferreira Armonde filho declarou que do matrimônio com Rita Maria não teve filhos e que parte dos bens do casal estava em sociedade com seu irmão José Ferreira Armonde. Foram listados como bens pertencentes à sociedade entre os dois irmãos sete escravos, sendo um do sexo feminino e seis do sexo masculino, no valor de R\$ 510\$000; 60 cabeças de gado vacum, avaliados em R\$120\$000; 12 bois de carro, em R\$ 57\$600; 17 éguas (entre grandes e pequenas), perfazendo o valor de R\$ 102\$000, quatro cavalos, somando R\$ 60\$000; 20 porcos (grandes e pequenos), em R\$ 12\$000; uma mula, R\$ 30\$000, dois jumentos machos, em R\$ 102\$400 e duas fêmeas, R\$ 100\$000; quatro selas usadas, avaliadas em R\$ 48\$000; 30 carros de milho, no valor de R\$ 72\$000; dois carros ferrados, em R\$ 60\$000, seis cangas avaliadas em 1\$00 e mais R\$ 200\$000 em ouro em barra.

O viúvo declarou como bens do casal seis escravos, sendo três homens e três mulheres, no valor de R\$ 260\$000; oito cabeças de gado vacum, avaliadas em 16\$000; algumas peças de vestuário já usadas, valendo R\$ 38\$000; R\$ 1:499\$200 em dívidas ativas; o sítio Cachoeira, com matas e capoeiras e com suas benfeitorias – casa de morada, paiol, monjolo, rancho, senzalas, tudo coberto de telhas – avaliado em R\$ 600\$000; mais uma morada de casa no arraial, “tudo muito ruim”, no valor de R\$ 24\$00.

TABELA 2.1-
Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde (filho) e
sua mulher Rita Maria da Conceição – 1775

BEM	VALOR	%
Dívida ativa (que devem ao casal)	1:499\$200	38,313
13 escravos	770\$000	19,677
Sítio Cachoeira (terras e benfeitorias)	600\$000	15,333
Gado muar e cavalar	394\$400	10,079
Ouro em barras com suas guias	200\$000	5,110
80 cabeças de gado vacum (sendo 12 bois de carro)	193,600	4,946
20 porcos (grandes e pequenos)	12\$000	0,306
30 carros de milho	72\$000	1,840
Roupas	38\$000	0,816
Uma morada de casas no arraial	24\$000	0,613
02 carros ferrados	60\$000	1,533
06 cangas	1\$800	0,460
04 selas usadas	48\$000	0,037
Monte mor	3:913\$000	100%
Monte partilhável	3:885\$066	

Fonte: MRSJDR. Inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775.

Embora os bens tenham sido listados separadamente, os da sociedade e os do casal, a Justiça não considerou legítima a sociedade entre os dois irmãos, avaliando e partilhando como do casal todos os bens dados à descrição.²⁵⁶ É justo supor que a justiça tenha tido as suas razões para desconsiderar a sociedade entre os irmãos José e Francisco, embora estes motivos não tenham sido explicitados no documento. Todavia, não eram incomuns associações familiares que objetivavam unir forças e multiplicar a capacidade de trabalho e produção. Observe-se que os bens listados como pertencentes à sociedade eram, principalmente, escravos do sexo masculino, animais de transporte, evidenciando a criação para venda e também para uso de tropas, além de porcos e milho, este último necessário a alimentação dos animais e dos escravos. Os dois irmãos se

²⁵⁶ MRSJDR, inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775, fls. 5v.

emanciparam na mesma ocasião, apossando-se então de suas legítimas. Não é inverossímil crer que tenham se associado para fazer crescer seu patrimônio. Considerando-se, todavia, que os bens foram avaliados e partilhados como bens do casal, a tabela abaixo sintetiza o que foi descrito e seus valores:

Note-se que, se convertermos o valor do monte-mor deste inventário para libras – R\$ 3:913,000 ou £ 1.100,703 – , sempre seguindo as estimativas de Carla Almeida para a Comarca do Rio das Mortes,²⁵⁷ e o considerarmos em relação às faixas de fortuna de sua região, Francisco Ferreira Armonde aumentou seu patrimônio em mais de dez vezes, tornando-se um proprietário da faixa média.

Dois dados merecem ser destacados na tabela acima. Primeiro a importância do percentual das dívidas ativas no montante geral dos bens (38,313%), correspondendo à maior parte da riqueza de Francisco Ferreira Armonde. Esta informação revela, para o personagem em análise, questões observadas por Graça Filho para o conjunto dos maiores negociantes de São João, a “presença de grandes valores em dívidas ativas”, comum a uma região com restrição de numerários e na qual o alto comércio “transmutava a praça mercantil de São João em centro financeiro para uma ampla região de Minas Gerais”.²⁵⁸ Segundo, a importância dos animais de carga, em destaque na tabela 3.2, entre mulas e bois de carro, a presença de jumentos e mulas pequenas, indicando a criação de bestas e a permanência do padrão de investimentos em transportes, o qual ganhará relevância quando formos comparar esses bens com os do inventário de Francisco Ferreira Armonde, em 1814.

²⁵⁷ ALMEIDA, Carla. Op. cit., 2001, cap. 4.

²⁵⁸ GRAÇA FIHO, op. cit., p.72.

TABELA 2.2:

Animais de carga do casal Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Rita Maria da Conceição – 1775

Descrição	total
17 éguas (grandes e pequenas)	102\$000
04 cavalos	60\$000
01 mula mansa	30\$000
02 jumentos machos	102\$400
02 jumentos fêmeas	100\$000
12 bois de carro	57\$500
Total	394\$400

Fonte: MRSJDR. Inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775.

Totalizando o monte partilhável R\$ 3:885\$066, coube ao viúvo meeiro 1:942\$533. Para o pagamento de sua meação foram dados sete escravos, (seis homens e uma mulher); metade das 60 cabeças de gado vacum; seis bois de carro; a metade do valor das éguas; valor de dois cavalos; valor de duas selas; 20 porcos; uma mula mansa; 30 carros de milho; um carro ferrado; seis cangalhas; metade do ouro em barra; um jumento e uma jumenta; metade do valor do sítio Cachoeira; metade do valor das dívidas.

Se considerarmos que a sociedade entre Francisco Ferreira Armonde e seu irmão José Ferreira Armonde era verídica, concluímos que ao desconsiderá-la a justiça promoveu, no mínimo, uma situação de desconforto entre os irmãos. Ou José ficou com um prejuízo considerável, uma vez que os bens da sociedade foram avaliados em R\$ 1:412\$000, ou os dois irmãos entraram em acordo posteriormente. Observa-se que a meação de Francisco Ferreira Armonde totalizava um valor pouco acima do considerado para os bens da sociedade. O certo é que, qualquer que tenha sido o ajuste estabelecido, a questão não promoveu a quebra das relações de solidariedade e reciprocidade entre eles, visto

que vamos encontrá-los em outras transações, inclusive nas questões analisadas no capítulo anterior, quando tratamos de José Ferreira Armonde e seu filho Capitão. Neste momento, quando a ajuda familiar se fez necessária, Francisco Ferreira Armonde esteve ao lado do irmão afiançando as dívidas do sobrinho no processo de notificação analisado. Seus filhos, Simplício e Marcelino, estiveram com o tio quando este necessitou vender seus bens para saldar dívidas, independente da venda ter sido fantasiosa ou não, ela evidencia esta união. Se falsa, os sobrinhos o ajudaram a montar a estratégia para tentar proteger o patrimônio dos netos. Se verídica, eles estavam ao seu lado em um momento difícil, para comprar seus bens, evitando a sua desvalorização por venda em momento de aperto, e mesmo garantindo a sua manutenção nas mãos da família, o que no mínimo era um conforto.

Também é certo que após a morte da primeira esposa, tendo ou não feito a reposição ao irmão dos bens da sociedade, Francisco Ferreira Armonde necessitou reconquistar a posição econômica perdida com a partilha. Neste momento, sua fortuna foi, na melhor das hipóteses, reduzida à metade, embora ele permaneça no nível médio de fortuna.²⁵⁹

O patrimônio fundiário de Francisco Ferreira Armonde começou a se ampliar, aparentemente, por volta de 1784. Nesse ano ele solicitou a medição e demarcação de uma sesmaria de terras no Registro de Mathias Barbosa, freguesia de Nossa Senhora da Glória do Simão Pereira, então pertencente a Vila

²⁵⁹ Sempre considerando os dados compilados por ALMEIDA, Carla, op. cit. 2001.

de São João del Rei. Essa sesmaria lhe foi concedida por solicitação ao Juiz de sesmaria e o documento em apreço trata da sua divisão e demarcação.²⁶⁰

Mais tarde, Francisco Ferreira Armonde adquiriu outras duas sesmarias. Foram negócios entre os dois irmãos, José e Francisco, que garantiram ao segundo a propriedade da Sesmaria Ribeirão da Barra, em 1798. A referida sesmaria foi concedida a José Ferreira Armonde e não está claro se ao irmão de Francisco ou se ao filho deste, o Capitão, em 18 de junho de 1791, quando era Juiz de Sesmaria o nosso velho conhecido Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira. As terras solicitadas compunham-se de meia légua de terras em quadra, “terras de matas devolutas”, localizadas no Ribeirão da Barra, freguesia da Igreja Nova, Comarca do Rio das Mortes.²⁶¹ Confrontavam as ditas terras com a sesmaria do Alferes Francisco Ferreira Armonde, com as do Coronel José Aires Gomes (o inconfidente), com os herdeiros de José Francisco, com José de Azevedo e “com quem mais deva e haja de partir”.²⁶²

Essa sesmaria foi passada por cessão a Francisco Ferreira Armonde, que em maio de 1798 solicitou a sua divisão e demarcação. Por ocasião desta demarcação foram citados como confrontantes somente os herdeiros de José Francisco Pires e Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira, que ainda era o Juiz

²⁶⁰ **MRSJD**, sesmaria de Francisco Ferreira Armonde, 1784, caixa 32. O documento está bastante ilegível, impossibilitando uma melhor leitura e mesmo o conhecimento de detalhes, tais como os nomes dos confrontantes.

²⁶¹ A respeito de sesmarias e terras devolutas conferir os trabalhos de: CARRARA, Angelo Alves. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais** - séculos XVIII e XIX. Mariana: UFOP, 1999; NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Aposseamento de terras no Brasil Colônia*. **Economia**, Brasília (DF), v. 7, nº 3, pp. 587-606, set/dez 2006; PINTO, Francisco Eduardo. *As Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes nas nascentes do São Francisco*. **Anais da Associação Nacional de História** - ANPUH, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. São Leopoldo (RS).

²⁶² **AHMPAJS**, Processo de Medição de Sesmaria, 1798, caixa 127, ordem 15. Carta de Sesmaria transcrita nas fls. 4 e seguintes.

de Sesmarias. Medidas e demarcadas, o sesmeiro Francisco Ferreira Armonde solicitou ao escrivão que lhe desse posse judicial e que “a queria tomar com o protesto de não prejudicar aos seus vizinhos confrontantes e nem queria mais do que os que havia comprado”.²⁶³ Seguiu-se o ritual de posse, conforme descrito nos autos:

e sendo dia claro se fora adentradas as mencionadas terras desse o sobredito Francisco Ferreira Armonde em meios alto, claros e inteligível, primeira, segunda e terceira vez quebrando ramos, cavando terra e lançando para ver a quem se opunha a posse que tomo como cessionário de José Ferreira Armonde das terras medidas e demarcadas e concedidas pela carta de sesmaria aqui junta nestes autos e concedidas neste mesmo lugar e como não compareceu pessoa alguma que a dita posse se opusesse, eu Escrivão, em sessão da dita comissão, empossei ao mencionado sesmeiro Francisco Ferreira Armonde das mencionadas terras na forma de sua medição e demarcação.²⁶⁴

Foi nesse mesmo ano de 1798 que Mariano José Ferreira Armonde, filho de Francisco Ferreira Armonde, também cedeu ao pai a Sesmaria Moinhos. Mariano obteve a concessão da Sesmaria Moinhos em 17 de março de 1794, em “terras devolutas, composta de capoeiras e campos, por onde segue a Estrada Real que vai para a Vila de São João del Rei”. A dita sesmaria, de meia légua em quadra, fazia divisas com José Rodrigues de Souza, Jacinto Gonçalves, Francisco Antônio Ferreira, Manoel Faleiro, José Ferreira Armonde e Manoel Francisco Rosa.²⁶⁵

Mariano José Ferreira Armonde solicitou a divisão e demarcação da sesmaria em 18 de maio de 1798, e, no dia seguinte, tomou posse das terras em

²⁶³ Idem, fls. 10.

²⁶⁴ Idem, fls. 10-10v.

²⁶⁵ **AHMPAJS**, Processo de Medição de Sesmaria, 1798, caixa 157, ordem 17. Carta de Sesmaria transcrita nas fls.3 e seguintes.

ato idêntico ao já descrito, e foi empossado nas terras “mansa e pacificamente, sem oposição de pessoa alguma”. No mesmo dia, 19 de maio de 1798, cedeu e trespassou ao pai as mesmas terras.

Francisco Ferreira Armonde faleceu 39 anos depois da primeira esposa, no dia três de maio de 1814, aproximadamente com 67 anos. As informações contidas em seu inventário permitem inferir que, pouco após a morte da primeira mulher, Rita Maria da Conceição, ele se casou com Felizarda Maria Francisca de Assis, no dia oito de setembro de 1776,²⁶⁶ que o acompanhou até a sua morte, em 1814, e foi inventariante dos bens do casal.

Aqui necessitamos fazer uma pausa e estendermo-nos um pouco na genealogia de Felizarda Maria Francisca de Assis para que o leitor possa compreender importantes relações que serão retomadas no capítulo 4.1. Felizarda era neta paterna do casal Domingos Gonçalves Chaves e Micaela dos Anjos Coutinho e filha de Francisco Gonçalves Lage e Teodora Maria da Assunção. Era sobrinha de Bernardina Caetana do Sacramento (irmã de seu pai), que foi casada com José Lopes de Oliveira. Dentre os muitos filhos deste último casal destacamos os inconfidentes – padre José Lopes de Oliveira e Francisco Antônio de Oliveira Lopes – e Ana Quitéria Joaquina. Esta última, prima de Felizarda, casou-se com Luiz Alves de Freitas Bello e foi mãe de Bernardina Quitéria dos Reis, mulher de Joaquim Silvério dos Reis (o delator da inconfidência mineira) e de Maria Cândida de Lima e Silva, por sua vez mãe de Luiz Alves de Lima e Silva

²⁶⁶ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana, livro de casamentos – Aos 08 de setembro de 1776, na Igreja de N.S. da Glória do Caminho Novo do Rio das Mortes. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

– o Duque de Caxias. Portanto, Felizarda e Caxias eram parentes em sexto grau.²⁶⁷

Mas por ora voltemos ao casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda, pois já em 1777 nasceu o primeiro filho do casal. Este segundo casamento deu a Francisco uma dúzia de filhos: Francisco Antônio Ferreira (padre), José Joaquim Ferreira Armonde (padre)²⁶⁸, Marianno José Ferreira Armonde,²⁶⁹ Marcelino José Ferreira Armonde,²⁷⁰ Simplício José Ferreira, Ana Quitéria Umbelina, Joaquim Ferreira Armonde, Honório José Ferreira Armonde, Manoel Inácio Ferreira Armonde, Antônio José Ferreira Armonde,²⁷¹ Flávio José Ferreira²⁷² e Lino José Ferreira Armonde.²⁷³ Dos doze rebentos, uma única filha e onze filhos do sexo masculino, dos quais oito levaram o nome “José”, provável homenagem ao irmão com o qual Francisco sempre manteve laços de fraternidade, solidariedade, amizade e econômicos – organograma 2.1.

²⁶⁷ RESENDE, Edna Maria. Op. cit., 2008, p. 264

²⁶⁸ Matriz de Barbacena; Microfilme 1252364; Livro de Batismo nº 4 (1780-1785) - Aos 16 de novembro de 1780, na Capela da Piedade da Cachoeira, filial desta matriz da Borda do Campo. Padrinhos: Manoel de Araújo, por procuração que apresentou José Ferreira Armonde e Ana Rita, solteira, nascido no dia cinco do mesmo mês e ano. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

²⁶⁹ Matriz de Barbacena; Microfilme 1252364; Livro de Batismo nº 3 (1776-1780) – fls. 540v - Aos 5 de maio de 1779, nasceu em 29 de abril do dito ano. Padrinho: José Ferreira Armonde. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

²⁷⁰ Nasceu em 12 de abril de 1785, no Arraial da Igreja Nova, Barbacena-MG, e, faleceu em 17 de janeiro de 1850, em Barbacena. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

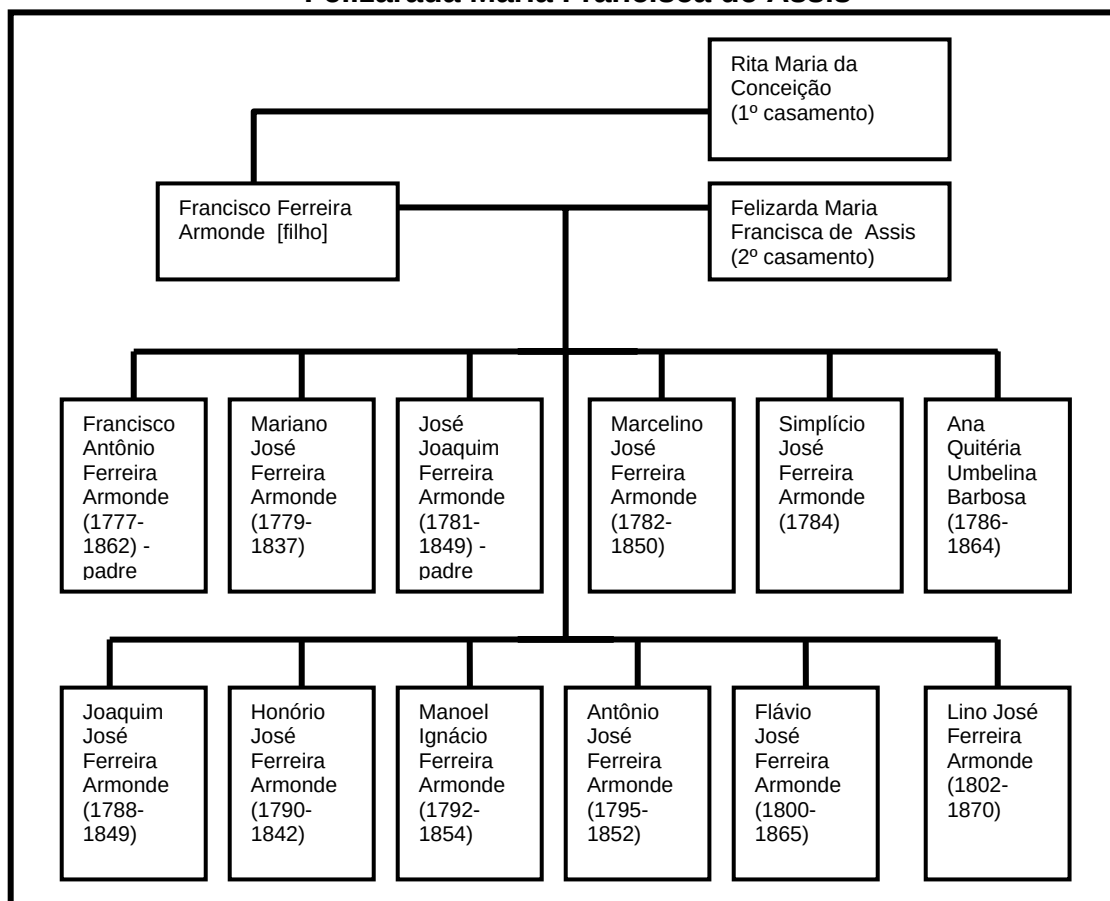
²⁷¹ Matriz de Barbacena, Microfilme 1252364. Livro de Batismo nº 5 (1785-1790) - Aos 19 de novembro de 1787. Foram padrinhos: José Vidal Barbosa por procuração em nome do Coronel Luiz Alves de Freitas Bello e Dona Ana Quitéria Joaquina de Oliveira. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

²⁷² Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252365 – Livro nº1 (1797-1809) - fls. 55 – Aos 9 de outubro de 1800, na capela de N. Sra. do Rosário do Curral, filial desta matriz de N. Sra. da Piedade da Borda do Campo. Padrinhos: Rev. Cônego Antônio Alves Ferreira Rodrigues e Ana Esméria. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

²⁷³ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana – microfilme 1252365 – Livro nº 1 (1797-1809) - fls. 118v – Aos 5 de setembro de 1802, na capela da Sra. do Rosário do Curral Novo, filial desta matriz de N. Sra. da Piedade da Borda do Campo. Padrinhos: Pe. Francisco Antônio Ferreira Armonde e D. Inácia Rita, filha do Coronel Manoel de Sá Fortes. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

ORGANOGRAMA 2.1

Descendentes de Francisco Ferreira Armonde e Felizarada Maria Francisca de Assis



Fonte: MRSJDR. Inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775; **Fonte:** MRSJDR. Inventário de Francisco Ferreira Armonde, **1814**; ordem 55; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarada Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Honório José Ferreira Armonde, 1845, caixa 28, nº ordem 10; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* José Joaquim Ferreira Armonde (reverendo), caixa 8, nº de ordem 11, 1849; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2. O testamento está juntado ao inventário; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Manoel Ignácio Ferreira Armonde, 1854. caixa 130, n. ordem 8; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Antônio Ferreira Armonde, 1863, caixa 28, nº de ordem 23; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Flávio José Ferreira Armonde, 1864, caixa 118, n. ordem 4; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Ana Quitéria Umbelina de Barbosa, 1865, caixa 04, nº de ordem 12; **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Lino José Ferreira Armonde, 1871, caixa 166, n. ordem 13; LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

Entre a morte de sua primeira esposa, em 1775, e a sua morte, em 1814, Francisco Ferreira Armonde acumulou uma considerável fortuna (tabela 2.3). Multiplicou suas posses em escravos, bens de raiz, gado e muares. Cresceu juntamente e no mesmo compasso em que crescia a Vila de Barbacena (tabela 2.4), mas naturalmente teve oportunidades que não foram extensivas a totalidade dos moradores da localidade. Ao morrer, em 1814, Francisco Ferreira Armonde possuía um patrimônio de R\$ 23:746\$640 ou £ 6.679,786 – Tabela 2.3, **uma grande fortuna para a época (e região)**. Riqueza esta que seria ampliada pelos filhos nos anos seguintes. As atividades econômicas de Francisco Ferreira Armonde inseriam-se na lógica de produção da região onde atuava e representam a diversificação de sua riqueza.

TABELA 2.3-**Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis – 1814**

BEM	VALOR	%
Bens de raiz	8:800\$000	37,057
81 escravos	7:477\$600	31,489
Dívida passiva (que devem ao casal)	1:720\$320	7,244
Gado Muar e Cavalar	1:507\$980	6,350
Gado Vacum	1:352\$400	5,695
Bens móveis	310\$140	1,306
Ferramentas (foices, enxadas, machados, arados)	78\$000	0,328
04 carros ferrados com 06 aparelhos	140\$000	0,589
Aparelhos e ferramenta de ferrar	6\$000	0,025
Bigornas de atarracar	2\$400	0,010
Outros (pilões, caldeirões, selas)	11\$300	0,047
250 porcos (grandes e pequenos)	100\$000	0,421
90 ovelhas	54\$000	0,227
Prata	84\$100	0,354
Outros metais	3\$980	0,016
Monte mor	23:746\$640	100%

Fonte: MRSJDR. Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814.

Considerando os resultados de pesquisa de Adriano Teixeira Braga para a Vila de Barbacena, os dados presentes na tabela 2.4 refletem as características do que a Vila de Barbacena produzia e consumia no início do século XIX. Destes produtos, 90% de toda a criação de gado era exportada, 92% do milho era consumido internamente (na alimentação dos porcos, galinhas, animais de carga e da escravaria), assim como 53,57% dos porcos.²⁷⁴

²⁷⁴ TEIXEIRA, Adriano Braga. op. cit, pp. 65-68.

TABELA 2.4
Produção, Consumo e Exportação das Paróquias do
Termo da Vila de Barbacena 1806.

Produto	Produção				Consumo					Exportação				
	arroba	alqueire	numero	dúzias	Arroba	alqueire	número	dúzias	(%)	arroba	alqueire	número	dúzias	(%)
Algodão	800				800				100					
Açúcar	4200				500				11,90	3700				88,10
Goma	30				30				100					
Café	160				60				37,50	100				62,50
Porcos	5600				3000				53,57	2600				46,43
Tabaco	50								100					
Linho	70								100					
Milho		500000				460000			92		40000			08
Feijão		6060				6060			100					
Arroz		9000				9000			100					
Gado			5000				500		10			45000		90
Couros			500				200		100					
Atanados*			300				300		100					
Cavalos			200				120		60			80		40
Muare			300				100		33,33			200		66,67
Ovelhas			1150				1150		100					
Madeira em Taboado**				200				200	100					

*Couro curtido em casaca de carvalho

**Tipo de palha para esteiras.

Fonte: APM – SG. Cx. 69. Doc. 12. *Apud* TEIXEIRA, Adriano Braga, op. cit, p. 65

Para dimensionar a importância econômica de Francisco Ferreira Armonde (filho) no conjunto da sociedade barbacenense de fins do século XVIII e início do XIX, reporto-me aos resultados apresentados por Adriano Braga Teixeira. No levantamento que este autor realizou para Vila de Barbacena, a partir de 214 inventários abertos no período 1791-1822, ele apontou Francisco Ferreira

Armonde como a segunda maior fortuna da localidade. O monte mor do Alferes Francisco Ferreira Armonde, em 1814, foi avaliado em R\$ 23:746\$640²⁷⁵ ficando atrás somente do apresentado para o Coronel Manoel Bustamante, de 1809, cujo monte mor somou R\$ 24:465\$468. Além disso, Adriano Teixeira Braga assinala que o rebanho de Francisco Ferreira Armonde era o “maior rebanho encontrado na pesquisa” e “também possuía o segundo maior plantel de escravos da região”.²⁷⁶

A propriedade possuía 46 bois de carro e muitos muares/cavalares, atestando a possibilidade do transporte tanto para os mercados locais quanto para os distantes. Afonso Alencastro Graça Filho observou que nem todos os produtores de São João del Rei tinham esquemas próprios de comercialização de seus produtos, necessitando contratar transportadores.²⁷⁷ Alguns poucos condutores controlavam o movimento das tropas, e a família Ferreira Armonde estava entre estes. O velho Francisco já comercializava com tropas, atuando como condutor e diversificando suas atividades, uma vez que as bestas voltavam do Rio de Janeiro carregadas com produtos que eram vendidos em Minas Gerais. Com o filho Francisco e os netos, o comércio de tropas se intensificou, como também a diversificação dos negócios, com a família formando uma empresa familiar informal de condutores de cargas com transporte de bestas, e que

²⁷⁵ Adriano Teixeira apresenta para o monte mor de Francisco Ferreira Armonde um valor ligeiramente inferior ao que eu encontrei. Este inventário não foi concluído e calculei o monte mor a partir da soma dos bens avaliados. O monte mor apresentado por Adriano Teixeira para Francisco Ferreira Armonde é R\$ 22:515\$440.

²⁷⁶ TEIXEIRA, Adriano Braga, op. cit., p. 97.

²⁷⁷ GRAÇA FIHO, op. cit., pp.108-109. Para o caso do Vale do Paraíba cf. SCHNOOR, op. cit, cap. VII.

também foram comerciantes negreiros e grandes fazendeiros.²⁷⁸ Sem dúvidas esta diversificação da riqueza foi fundamental para garantir a permanência da família entre as grandes fortunas, não obstante as mudanças econômicas vivenciadas no período.

Além de empregar seus animais na condução de gêneros para terceiros e para si próprio, o grande número de éguas parideiras, bestas novas e jumentos evidenciam que Francisco Ferreira Armonde investia na reprodução de bestas e burros, as quais provavelmente serviam tanto à sua tropa quanto para venda. Observe-se, também, o significativo número de bois de carros – tabela 2.5. O quantitativo de gado vacum, porcos e ovelhas indicam o comércio típico da região neste período: queijos, toicinho e animais. Em um relatório apresentado por Carlos José da Silva, em julho de 1788, relativo aos rendimentos que teve o contrato das entradas no Registro do Caminho Novo no mês de janeiro de 1787, consta que o Alferes Francisco Ferreira Armonde, viandante do Caminho Novo, passou crédito relativo ao pagamento de R\$ 60\$539, correspondente à carga de

²⁷⁸ Embora eu não tenha localizado nenhum contrato de sociedade entre os irmãos Armonde, acredito, conforme demonstrarei ao longo do texto, que eles formaram uma sociedade informal, que mesmo não sendo registrada em cartório funcionava e era reconhecida pelos contemporâneos como tal. Creio que muitas outras “sociedades informais” entre parentes próximos existiram no período em análise e no século XIX. Elione Guimarães analisou a sociedade agrícola dos irmãos Ferreira de Carvalho (Mar de Espanha-MG), que segundo declaração explícita de um dos “sócios” nunca foi registrada em cartório, mas que foi reconhecida como uma sociedade e assim tratada pelo sistema judiciário da localidade durante os mais de vinte anos em que o processo dos irmãos Ferreira de Carvalho e de sua “Firma” tramitou em busca de solução no Fórum de Mar de Espanha. Cf.: GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de preto: usos e ocupação da terra por escravos e libertos** (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EdUFF, 2009.

“10 fardos, 1 caixa de sera (sic.), 3 embrulhos de pregos, 26 cargas e meia, 26 libras de seco”.²⁷⁹

TABELA 2.5-
Relação do gado vacum, muar e cavalari de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis – 1814

Gado Vacum	
214 vacas (paridas com crias e solteiras)	204\$000
04 touros	38\$400
253 novilhas e novilhos	786\$000
48 bezerros	72\$000
42 bois de carro	252\$000
Gado muar e cavalari	
18 bestas crioulas novas (2 anos)	216\$000
15 bestas de um ano	120\$000
32 bestas arriadas	640\$000
36 éguas parideiras	216\$000
08 éguas de dois anos	24\$000
02 jumentos	60\$000
02 jumentas com 02 crias machos	91\$980
28 potros	124\$000
04 cavalos de campo	16\$000

Fonte: **MRSJDR**. Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814.

Embora no inventário não haja a descrição de gêneros, é provável que as fazendas de Francisco, denominadas Moinhos e Bairros, produzissem alimentos, pois as propriedades estavam equipadas com senzalas, moinho, monjolo, paiol, campos de criar e terras de cultura, terreiros cercados de pedra e com madeiras, além de outras benfeitorias não discriminadas. Francisco Ferreira Armonde contava, também, com a força de 81 cativos que, equipados com arados, foices, enxadas e machados cuidavam da criação e da plantação, além dos serviços com as tropas, que requeriam o uso de alguns negros. As dívidas ativas, mesmo

²⁷⁹ **Arquivo Histórico Ultramarino**, caixa 129, dos. 16, Vila Rica, 29 de julho de 1788, relatório elaborado por Carlos José da Silva, escrivão da Junta da Fazenda. Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais.

percentualmente menos significativas do que em 1775, ainda ocupam o terceiro lugar no montante dos bens de Francisco em 1814.

A riqueza de Francisco Ferreira Armonde veio junto com a distinção. Em algum momento de sua vida ele se tornou Alferes, uma vez que assim foi qualificado na documentação analisada. Consta de seu inventário que por ocasião do ordenamento do filho Francisco Antônio Ferreira Armonde, foi doado para o patrimônio do mesmo, uma morada de casa na rua direita do Rosário, na Vila de Barbacena, no valor de R\$ 280\$000, além de dois escravos, no valor de R\$ 800\$000. Para o outro filho padre, José Joaquim Ferreira Armonde, o casal doou uma sesmaria de terras de cultura nos fundos da fazenda denominada Medeiros, no caminho para o Rio de Janeiro (Caminho Novo), cujo valor não foi declarado, e um escravo avaliado em R\$ 150\$000.²⁸⁰

A viúva, Felizarda Maria Francisca de Assis, solicitou a tutela dos filhos menores, mas seu pedido foi indeferido, sendo indicado para a função o seu filho Simplício José Ferreira Armonde, solteiro, então com aproximadamente 30 anos. Juntado a este inventário encontramos uma certidão de batismo do filho mais jovem do casal Francisco e Felizarda, Lino José. Pela certidão sabe-se que Lino foi batizado no dia cinco de setembro de 1802, na capela da Senhora do Rosário do Curral Novo, pelo primo, o vigário Francisco Pereira da Cunha, e que foram seus padrinhos seu irmão mais velho, o padre Francisco Antônio Ferreira Armonde, e dona Inácia Rita, filha do Coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante Nogueira.²⁸¹

²⁸⁰ MRSJDR, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1814.

²⁸¹ Idem, fls. 25.

Retornando ao valor do monte-mor de R\$ 23:746\$640 (tabela 2.3), este foi calculado por mim a partir da soma dos bens listados, uma vez que deste inventário não consta o termo de encerramento e partilha dos bens. Não sei as razões porque este inventário ficou inconcluso, mas isto explica por que em 1845, ano em que Felizarda faleceu, foi aberto um “inventário dos bens do casal Francisco Ferreira Armonde e sua mulher Felizarda Francisca de Assis”.²⁸² Sheila Faria observou que o momento da realização de inventários representava situações delicadas, com a possibilidade de risco e fragmentação do patrimônio familiar. De acordo com a legislação em vigor, ainda calcada nas Ordenações Filipinas, a herança deveria ser distribuída igualitariamente entre todos os herdeiros, mas na prática, isso nem sempre acontecia. Acordos informais, rearranjos, postergação do pagamento das legítimas, tudo isto podia acontecer.²⁸³ Do inventário do casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda de Assis, embora as questões pendentes não estejam explícitas, se conclui que os bens do casal foram mantidos em comum por seus filhos, numa espécie de sociedade, que se desfez somente com a morte de Felizarda, em 1845. Aparentemente os irmãos Armonde além de manter a sociedade nos bens dos pais também tocavam seus negócios particulares.

Em 1831, no Censo dos Habitantes de Nossa Senhora do Curral Novo, Felizarda Maria Francisca de Assis, foi qualificada como lavradora, viúva, com 70 anos, e chefe de um fogo no qual convivia com sete de seus filhos, todos solteiros: Ana, Simplício, Antônio, Joaquim, Manoel, Flávio e Lino. As idades dos filhos iam

²⁸² **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845.

²⁸³ FARIA, Sheila, op. cit., p. 256-265.

de 28 a 46 anos. Antônio, Joaquim e Manoel foram qualificados como negociantes. Flávio e Lino, os dois mais novos, foram classificados como tropeiros. Simplício, aos 46 anos, não teve sua profissão discriminada, mas assina o censo do lugar na qualidade de Juiz de Paz. A casa contava com 66 mancípios.²⁸⁴

Quando Felizarda faleceu, em 1845, foi inventariante dos bens do casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria de Assis, a filha dona Ana Quitéria Umbelina de Barbosa. Ela foi também a testamenteira de sua mãe. O testamento de dona Felizarda, no que diz respeito às disposições religiosas, não fugiu ao costume. No mais, foi bastante simples, demonstrando preocupações e cuidados com a filha, manifestos na seguinte deixa:

Quero que da minha meação se faça terça, a qual deixo à minha filha Ana, e recomendo aos meus filhos que se arranjem nas duas fazendas de campo para se lhe inteirar a parte que lhe couber na fazenda do mato, porque assim pede a razão, porque sendo mulher não pode acudir ao mesmo tempo a um outro ponto que lhe seja assinalado, e muito desejo este cômodo para seu descanso em remuneração da boa companhia que me fez, tratando e zelando minha família.²⁸⁵

Em outubro de 1845, quando dona Felizarda faleceu, na fazenda dos Moinhos, onde a família vivia deste os tempos em que os Armonde se estabeleceram em Minas Gerais, ela possuía oito filhos vivos. Ana Quitéria, a filha inventariante, declarou que dos doze filhos do casal quatro haviam falecido depois do pai e antes da mãe, os quais eram: Mariano José Ferreira Armonde – casado, deixou filhos –; Simplício José Ferreira Armonde, solteiro; Joaquim José Ferreira

²⁸⁴ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>> [03 de janeiro de 2009].

²⁸⁵ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845, fls. 38.

Armonde, solteiro; Honório José Ferreira Armonde, solteiro. Dos demais, Francisco Antônio e José Joaquim eram padres, Manoel era casado e para os outros seis o estado civil não foi declarado, mas sabe-se que eram solteiros, embora alguns tenham mantido relações informais estáveis, como Marcelino José Ferreira Armonde, que em 1847 perfilhou três filhos ainda vivos dos quatro que teve em estado de solteiro. A trajetória de Marcelino José Ferreira Armonde e seus filhos será objeto de análise do próximo capítulo.

Uma análise comparativa entre os inventários de Francisco Ferreira Armonde e de suas duas esposas, Rita Maria e Felizarda Maria de Assis, deixam logo evidentes a transformação na fortuna da família. O monte-mor do inventário do casal em 1845 era de R\$ 321:751\$000, isto é, £ 90.506,610. Portanto, nos trinta anos que separam a morte de Francisco Ferreira Armonde da morte de Felizarda Maria de Assis o patrimônio foi aumentado em aproximadamente R\$ 300:000\$000, – tabela 2.6. Não pretendo me deter na análise e comparação da transformação da riqueza material a partir dos móveis, louças, jóias e trastes arrolados, mesmo porque os primeiros inventários não são tão detalhados. Mas as listas destes objetos, presente no inventário de 1845, é bastante extensa e reveladora. Constatamos a presença de ouro e jóias, objetos de prata, ermidas com seus pertences, colchas de damasco e de seda, “lençóis finos”, móveis, louças e utensílios de toda espécie. Especialmente o inventário descreve inúmeros instrumentos de trabalho, tais como: tachos e bacias de diversos tamanhos (de cobre e arame), forno de farinha, balanças e ganchos de tamanhos variados, cabeças, cabeçalhos e freios (para os animais de carga), alambiques,

instrumentos de trabalho para a roça (enxada, foices, machados), ferramentas de carpinteiros, formas de açúcar, barris de aguardente, cocho de azedar garapa.²⁸⁶

Na próxima seção deste capítulo analisarei a trajetória dos filhos de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, procurando demonstrar, para todos os que as fontes assim o permitirem como eles conquistaram fortuna e poder. Por ora, é necessário adiantar alguns pontos. Creio que o fato de a maioria dos filhos ter optado pelo celibato ou seguido a carreira religiosa contribuiu para o sucesso do acordo em manter os bens em comum, sob uma aparente sociedade. Isto não impediu que acordos, adiantamentos de legítimas e empréstimos tenham sido feitos aos que assim solicitaram. Na relação das dívidas ativas da Casa constam débitos dos herdeiros Flávio José, no valor de R\$ 1:340\$000; de Lino José, estimadas em R\$ 3:100\$000; de Francisco Antônio (padre), avaliadas em 6:056\$903 e de Honório José, considerada em R\$ 17:153\$353.²⁸⁷ E, há também um documento atestando que:

o herdeiro Manoel recebeu da casa para comprar a fazenda do Ribeirão Fundo em lugar dos bens de raiz desta herança, e para a compra de criações, como constará da escritura de compra e venda do Ribeirão fundo, a quantia de vinte e dois contos, setecentos e dezoito mil reis.²⁸⁸

Para que melhor se compreenda a evolução da riqueza e das atividades econômicas dos Armonde, partindo da comparação dos inventários de 1814 e de 1845, é necessário que se preceda, antes, a uma explicação detalhada de

²⁸⁶ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845.

²⁸⁷ *Idem*, fls. 25 e seguintes.

²⁸⁸ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845, fls. 23v.

questões fundamentais à análise e dos procedimentos jurídicos adotados em 1845 para a partilha dos bens. Nas declarações da inventariante, ela informou que

no monte deste inventário existiam de créditos cobranças feitas pertencentes ao herdeiro Simplício, falecido, a quantia de 48:275\$881. E assim mais, da mesma forma, pertencente ao herdeiro Joaquim, falecido, a quantia de 41:584\$561.²⁸⁹

Considerando as informações da inventariante, a justiça calculou o montemor do casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria de Assis em R\$ 321:751\$000, mas concluíram que deste monte deveriam ser abatidas as quantias relativas aos créditos que havia na casa e pertencentes aos herdeiros Simplício e Joaquim, que somavam R\$ 89:860\$000. Feito isto, restou R\$ 231:891\$000, que foi dividido em duas partes iguais: R\$ 115:945\$000 – metade correspondendo à legítima paterna e metade à legítima da falecida Felizarda.

Os R\$ 115:945\$000 da herança paterna foram divididos em 12 partes, uma para cada um dos doze filhos que existiam quando Francisco Ferreira Armonde faleceu. Aos R\$ 115:945\$000 relativos à parte de Felizarda Maria de Assis foram acrescidas “as quantias provenientes de créditos que existiam na casa pertencentes aos herdeiros falecidos Simplício e Joaquim, na importância de 89:860\$000”.²⁹⁰ Resolveram, também,

ajuntar todos os bens constantes do inventário do herdeiro falecido Honório José Ferreira Armonde, por ter sido o mesmo falecido sem herdeiros, na importância todos de trinta e sete contos, novecentos e oitenta e quatro mil e trezentos e cinquenta e três réis.²⁹¹

²⁸⁹ Idem, fls. 27f-v.

²⁹⁰ Idem, fls. 38.

²⁹¹ Idem.

Os juízes partidores entenderam, ainda, que a legítima paterna dos três filhos falecidos em estado de solteiro, Simplício, Joaquim e Honório, no valor de R\$ 28:986\$249 deveriam ser somadas na meação de dona Felizarda Maria de Assis, uma vez que ela era a legítima herdeira dos mesmos. Realizados todos estes ajustes, a herança deixada por Felizarda Maria de Assis somou R\$ 272:775\$602 e os juízes partidores determinaram que destes valores deveriam ser subtraídos os montantes correspondentes às dívidas passivas do herdeiro Honório José Ferreira Armonde, “que devia a casa e aos herdeiros seus irmãos falecidos, por estarem no monte os bens do mesmo, e era a quantia de 41:864\$380.”²⁹² Ao final, sobrou líquido R\$ 230:911\$000. Desta quantia abateu-se a terça, em cumprimento da disposição testamentária que elegeu Ana Quitéria herdeira deste legado, a qual somou R\$ 76:970\$407. Divididos os outros dois terços, R\$ 153:940\$815, entre os oito filhos vivos, a legítima materna de cada um deles foi de R\$ 17:104\$601.

Realizadas as considerações supra, apresento na tabela 2.6 uma síntese do *patrimônio familiar do casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria de Assis e seus filhos* em 1845. Creio ter deixado claro o porquê de estar chamando o patrimônio de familiar: pela não realização da partilha em 1814, pela provável existência de uma sociedade entre os irmãos e pela presença no monte de créditos de alguns dos irmãos falecidos, o que reforça a hipótese da existência de uma sociedade. Assim, para efeito dos cálculos das porcentagens de cada ativo vou considerar o valor de R\$ 321:751\$000.

²⁹² Idem, 38v.

**TABELA 2.6 –
Relação dos bens de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher
Felizarda Maria Francisca de Assis e seus filhos – 1845**

BEM	VALOR	%
Bens de raiz	106:170\$000	32,99
133 escravos*	60:360\$000	18,75
Dívida passiva (que devem ao casal)	64:140\$000	19,93
Gado Muar e Cavalar	2:683\$000	0,83
Gado Vacum	14:699\$500	4,56
Roças plantadas e gêneros	5:290\$000	1,64
349 Porcos de “toda sorte”	2:426\$000	0,75
83 carneiros	124\$000	0,03
Dinheiro	38:416\$900	11,93
Outros bens	27:858,500	8,65
Monte-mor	321:751\$000	100%

* Incluindo nove escravos sem valor.

Fonte: AHMPAJS, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845.

É importante destacar que o ativo *bens de raiz* incluía as fazendas Moinhos, composta de campos e culturas, benfeitorias (não discriminadas), terreiros e casa de morada; a fazenda Gerais, também denominada Bairros, com suas benfeitorias; a fazenda Campos do Vidal, com benfeitorias, além das “terras serra abaixo”. A fazenda Moinhos era a propriedade onde a família Armonde estava estabelecida desde que o velho Francisco Ferreira Armonde veio de Portugal e se fixou em Minas Gerais, ela possuía um sítio encravado, também denominado Moinhos, que possivelmente correspondia ao núcleo inicial de ocupação. Foi esta a sesmaria que em 1798 Mariano José Ferreira Armonde solicitou ao Juiz de Sesmaria e que logo depois transferiu ao pai. Provavelmente, as terras serra abaixo correspondem à sesmaria adquirida em 1784, no Registro de Mathias Barbosa, freguesia de Nossa Senhora da Glória do Simão Pereira, onde Marcelino Ferreira Armonde montou a próspera fazenda cafeeira

denominada Fazenda de Santa Sofia ou às terras onde ele estabeleceu a filha Camila e seu marido Cândido Ferreira da Fonseca – Fazenda Santa Ana.

A escravaria compunha-se de 133 peças, das quais nove não “possuíam valor” fiduciário (cinco homens e três mulheres). Além dos cativos que não foram avaliados, compunha o plantel 30 crianças, de idades que iam de 15 dias até 12 anos e 94 adultos, dos quais 34 mulheres e 60 homens. Apenas três dos cativos teve profissão discriminada: um telheiro, um carapina e um barbeiro.

As propriedades produziam milho, arroz, feijão e açúcar. Esta produção era destinada a suprir as necessidades das criações, da escravaria e dos proprietários e havia algum excedente que era comercializado. No item “outros” da tabela 2.6, inclui-se as jóias, as louças, os móveis e outros objetos da casa, mas também os pertences relacionados ao trabalho e a produção, tais como: alambique, tenda de ferreiro, aparelho de ferrar, enxadas, foices, ferramentas de carpinteiro, machados, martelos, bigornas e outros.

Fica evidente na tabela 2.6 que a família Armonde investia principalmente em terras e escravos. Os cativos eram empregados, prioritariamente, nas atividades criatórias e no cuidado com as roças, além dos demais serviços que subsidiavam a labuta necessárias à sobrevivência e ao bem-estar dos moradores das unidades produtivas. Alguns deviam acompanhar os irmãos e sobrinhos que tropeiravam, que, conforme veremos no desenrolar deste capítulo, compravam escravos para vender nas Minas Gerais, e, provavelmente, supriam as vendas dos outros irmãos, que negociavam, além de comerciarem poaia e café (questões que serão retomadas no capítulo três).

TABELA 2.7 –
Comparação dos bens de Francisco Ferreira Armonde (filho) e sua mulher
Felizarda Maria Francisca de Assis– 1814-1845

BEM	1814		1845	
	VALOR	%	VALOR	%
Bens de raiz	8:800\$000	37,05	106:170\$000	32,99
escravos	7:477\$600	31,48	60:360\$000	18,75
Dívida passiva (que devem ao casal)	1:720\$320	7,24	64:140\$000	19,93
Gado Muar e Cavalar	1:507\$980	6,35	2:683\$000	0,83
Gado Vacum	1:352\$400	5,69	14:699\$500	4,56
Roças plantadas e gêneros	Não consta	-	5:290\$000	1,64
349 Porcos de “toda sorte”	100\$000	0,42	2:426\$000	0,75
83 carneiros	54\$000	0,22	124\$000	0,03
Dinheiro	Não Consta	-	38:416\$900	11,93
Outros bens	695\$920	27,64	27:858,500	8,65
Monte-mor	23:746\$640	100%	321:751\$000	100%

* Incluindo nove escravos sem valor.

Fontes:

MRSJDR. Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814.

AHMPAJS. inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845.

A análise comparativa dos principais ativos do casal de Francisco Ferreira Armonde em 1814 e em 1845 – tabela 2.7 - revelou que dois ativos cresceram: os empréstimos realizados a terceiros e dinheiro. As dívidas passivas (que devem ao casal) não só continuaram compondo parte significativa da riqueza familiar, como também seu percentual foi superior ao conjunto dos escravos, perdendo somente para os bens de raiz. No tocante à grande quantidade de dinheiro em caixa, 11,93% do inventário de 1845, e que não existia em 1814, não era comum no período. Um grande número de trabalhos, seja para Minas Gerais²⁹³, seja para São Paulo,²⁹⁴ atestam a pouca representatividade do ativo dinheiro na composição

²⁹³ GRAÇA FILHO, op. cit; TEIXEIRA, Adriano, op. cit.; SILVA, Ana Rosa Closet. Entre o lucro e a distinção. Uma aproximação ao significado de ser “elite” nas Minas gerais oitocentistas. **Almanack Brasileiro**, nº 7, maio de 2008, pp., 62-79.

²⁹⁴ LOPES, Luciana Soares. *Alocação de Riqueza no Interior Paulista Oitocentista: o caso da Antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870. Anais do XIV Encontro*

da riqueza. Uma explicação possível para o montante do inventário de 1845 pode estar relacionada com o volume do crédito e do comércio concentrado na família Armonde, o que demonstra seu prestígio político e econômico na região.

**TABELA 2.8 –
Relação do gado vacuum, muar e cavalar de Francisco Ferreira Armonde
(filho) e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis e seus filhos – 1845**

Gado Vacuum	
362 vacas e novilhas em idade de parir	9:017\$000
70 novilhos (2 anos)	1:204\$000
11 novilhas (2 anos)	165\$000
148 bezerros (1 ano)	1:056\$500
64 novilhos (3 anos)	1:341\$000
08 marruás	246\$000
49 bois de “toda sorte”	1:470\$000
8 bois de carro	200\$000
Gado Muar e Cavalar	
15 jumentos	330\$000
47 éguas	702\$000
14 cavalos	206\$000
08 poldras	120\$000
15 bestas	811\$000
20 burros	514\$000

Fonte: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845.

A relação do gado vacuum e do gado muar/cavalal, de 1845, resumida na tabela 2.8 , quando comparada com a relação de 1814, apresentada na tabela 2.9, deixam evidentes pelo menos uma transformação. Os Armonde não investiam tanto quanto antes na reprodução de animais de transporte. É natural que eles ainda possuíssem estes animais, necessários aos serviços internos das fazendas e que os criassem em menor escala. Alguns animais eram indispensáveis às tropas dos irmãos viandantes, mas eram tropas de pequeno e médio porte. Creio também que como os irmãos traficavam prioritariamente cativos, não

necessitavam de tropas de primeira grandeza. Além disso, eles contratavam tropas de terceiros com frequência, o que discutiremos no próximo capítulo

**TABELA 2.9 –
Comparativo do gado vacuum, muar e cavalar do casal Francisco Ferreira Armonde e sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis –1814-1845**

1814		1845	
Gado vacuum		Gado vacuum	
214 vacas	204\$000	362 vacas	9:017\$000
04 touros	38\$400	08 touros/marruás	246\$000
253 novilhas e novilhos	786\$000	145 novilhos e novilhas	2:710\$000
48 bezerros	72\$000	-	-
42 bois de carros	252\$000	57 bois diversos	1:670\$000
Gado muar e cavalar		Gado muar e cavalar	
65 bestas	976\$000	15 bestas	811\$000
44 éguas	240\$000	47	702\$000
06 jumentos/as	151\$980	15	330\$000
28 potros	124\$000	-	-
04 cavalos de campo	16\$000	14	206\$000
-	-	08 poldras	120\$000
-	-	20 burros	514\$000

Fontes:

AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845.

MRSJDR. Inventário de Francisco Ferreira Armonde, 1814.

Mas vamos voltar ao inventário do casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis. Nele, a viúva do Capitão Mariano José Ferreira Armonde, *Maria José de Santana*, entrou com uma petição solicitando ao juiz de órfãos que não fosse dado para o pagamento dos legados pertencente aos seus filhos porções de terra. Os filhos menores de Mariano e Maria José eram: Marciano Maximiano Ferreira Lage, Mariana Barbosa de Assis Ferreira e Maria José Ferreira Barbosa. Dona Maria José argumentou que:

É provável que os partidores venham a encostar terras aos ditos órfãos persuadidos de que sendo os bens mais seguros de qualquer casal, será a estes herdeiros também útil. A suplicante vem por isso como tutora, requerer a V^aS^a que se não adjudique terras aos seus filhos, por isso que

havendo diferentes fazendas e desiguais ficam os quinhões dos órfãos encravados, e os interessados, que nelas moram, desfrutando, e quando aqueles crescerem, estarão destruídas as terras e sem valor, visto que a suplicante, tutora dos menores, se acha residindo na corte do Rio de Janeiro, para onde se mudou por causa mesmo da educação dos órfãos, a benefício dos quais quer a suplicante empregar em apólices a parte que a cada um couber nesta herança.²⁹⁵

O juiz deliberou que se o curador dos órfãos e os demais interessados não se opusessem, não havia razões para ele impugnar o requerimento. Todos os herdeiros concordaram com a solicitação. Foi procurador de dona Maria José o seu primogênito, *Mariano Procópio Ferreira Lage*, que por sua vez subscreveu seus poderes, e também nomeou como seu próprio representante no inventário dos avós, o tio Antônio José Ferreira Armonde.

Esta foi a única solicitação de herdeiros juntada ao inventário. Portanto, podemos passar agora ao ponto relativo à divisão dos bens, pois é a partir dela que seguiremos, na próxima seção, as atividades, o cotidiano e as relações pessoais dos filhos de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria de Assis. Por certo o leitor se lembra de quando descrevi os arranjos realizados para a discriminação dos valores das legítimas paterna e materna. A primeira foi estimada em R\$ 9:662\$083 e, a segunda, em R\$ 17:104\$601. Os filhos ainda vivos em 1845 teriam direito às duas legítimas, que juntas somavam R\$ 26:766\$684.

A tabela 2.10 sintetizou, em valores, a distribuição da herança dos filhos de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis. Cabe

²⁹⁵ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845, fls. 32v.

lembrar que a herdeira Ana Quitéria recebeu a terça parte da herança materna. Nas seções seguintes, em que analisarei separadamente a riqueza e a atuação econômica e política de cada um deles, retomarei as parcelas da herança de cada um nominalmente. A partilha foi julgada e aprovada por sentença em quatro de novembro de 1845.

TABELA 2.10-
Síntese da distribuição da herança do casal Francisco Ferreira Armonde (filho)
E sua mulher Felizarda Maria Francisca de Assis –1845

Bem	Francisco (padre)	Marcelino	José Joaquim (padre)	Ana	Manoel ¹	Antônio	Flávio	Lino	Mariano ² (herdeiros)
Escravos	4:840\$000	7:390\$000	7:570\$000	9:571\$428	3:100\$000	7:730\$000	8:110\$000	6:540\$000	-
Terra/ benfeitorias	6:500\$000	9:571\$428	10:871\$000	10:220\$000	-	11:051\$000	15:042\$000	14:751\$428	-
Dividas “falidas”	802\$040	802\$040	802\$040	802\$040	-	802\$040	802\$040	802\$040	802\$040
Dividas ativas	5:217\$000	2:369\$900	93\$363	93\$363	-	93\$363	153\$363	93\$363	-
Dividas próprias/ adiantamentos	6:127\$675	-	-	-	23:022\$000	-	-	3:100\$000	-
Gado vacuum	1:108\$000	3:282\$300	1:890\$000	260\$000	34\$000	2:035\$000	1:804\$000	1:734\$00	360\$000
Gado cavalari/ mular	270\$000	104\$000	246\$000	-	-	398\$000	333\$000	202\$000	32\$000
Suínos	218\$000	-	240\$000	341\$000	-	244\$000	230\$000	230\$000	-
Carneiros	-	-	-	124\$500	-	-	-	-	-
Dinheiro	-	2:346\$586	3:500\$000	3:184\$833	30\$000	3:437\$533	2:374\$183	85\$000	16:001\$216
Outros	1:681\$009	1:620\$430	2:086\$868	2:169\$520	-	975,748	6:479\$281	4:228\$853	9:571\$428 ³
Total	26:766\$684	27:486\$684	27:299\$271	26:766\$684	26:766\$684	26:766\$684	27:217\$867	31:766\$684	26:766\$684
Reposição	-	-	532\$587	-	-	-	4:571\$183	5:000\$000	-

Fonte: AHMPAJS. inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845.

Notas:

1- Mais 120\$000 “no valor de um moinho na Cachoeira”, sem explicar a razão.

2- “Este pagamento foi passado para o inventário do finado Mariano José Ferreira, em que a viúva tem parte, e remetido para a corte, a requerimento da mesma, em 12 de outubro de 1847” [fls. 62v].

3- Valor das reposições dos outros herdeiros.

2.2- Riqueza, prestígio e poder: a descendência de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis

Nesta seção pretendo reconstruir, dentro do possível face à documentação levantada, as trajetórias dos filhos de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, demonstrando como a riqueza e as redes de relacionamento tecidas pelas gerações anteriores, resultaram em prestígio, poder e nobreza para a terceira geração. Naturalmente, as fontes foram mais generosas na preservação de informações para uns do que para outros. Como diria Giovanne Levi, é “difícil controlar a seleção que o tempo casualmente produziu em relação à conservação de documentos que já tinham sido fruto de uma seleção social mais sistemática”.²⁹⁶

Sem dúvidas, o lugar social ocupado pelos Armonde na sociedade mineira e brasileira dos séculos XVIII e XIX foi significativo o bastante para que eles deixassem seus rastros marcados de forma indelével. Contudo, a participação de cada um deles nesta sociedade teve a sua particularidade, foi fruto de escolhas e possibilidades pessoais e sociais, que definiram os registros desiguais nas fontes que hoje nos são dadas a investigar. Para Joaquim, e Simplício José por exemplo, ambos falecidos antes de 1845, temos poucos dados, o que nos impossibilitou de explorar suas trajetórias individuais ou, no máximo, possibilitou abordá-las mais modestamente. Neste caso também se encontram os dois filhos padres. Para a seqüência da análise das trajetórias individuais de cada um dos filhos de Francisco e Felizarda pretendo seguir a data

²⁹⁶ LEVI, Giovanni. Op. cit., p. 90.

da morte, visto que os inventários *post mortem* foram as principais fontes analisadas.²⁹⁷

Uma última observação. Embora eu tenha estabelecido como recorte temporal final da pesquisa o ano de 1850, deixei claro que as datas não seriam amarras. Nas seções anteriores por vezes recuamos no tempo em relação à data inicial demarcada para esta investigação, 1751. E nesta seção ultrapassei a baliza 1850, mas o leitor por certo já percebeu que esta estratégia é necessária. Por um lado ela ajudou para uma melhor compreensão da trajetória dos Ferreira Armonde. Por outro, sabemos que se um inventário *post mortem* é o retrato de um momento específico, também temos consciência que não raro eles nos fornecem informações que nos permitem conhecer fatos pretéritos.

Procuramos identificar os irmãos Armonde, grosso modo, pelas atividades principais que desempenharam, mas não é demais lembrar que essas não foram estáticas, e que eles circularam por atividades múltiplas. Marcelino José,²⁹⁸ Simplício José, Honório José, Mariano José, Joaquim José, Antônio José, Flávio José e Lino José foram negociantes, fazendeiros e políticos de destaque nas Minas Gerais da segunda metade do século XVIII e primeira do XIX. Eles estavam entre os maiores comerciantes de negros das Minas Gerais oitocentista. Fábio Pinheiro reconheceu que Marcelino Ferreira Armonde estava entre os dez maiores comerciantes de escravos para Minas Gerais (entre 1809-1830) e demonstrou que

²⁹⁷ Não localizei os inventários *post mortem* destes dois personagens. Para Simplício encontrei uma ação de justificação de dívidas, que dá algumas pistas. Há em Barbacena um inventário feito por certo José Joaquim Ferreira dos bens de sua esposa Rita Angélica Rodrigues, no ano de 1833, mas nada indica que seja o mesmo Joaquim José Ferreira Armonde.

²⁹⁸ Lembro que Marcelino Ferreira Armonde não será objeto de discussão deste capítulo. Dedicarei a ele um capítulo a parte, tanto pelo papel de destaque que representou quanto por ter a seu respeito um maior número de informações.

a família Ferreira Armonde, dentre as que habitavam a Zona da Mata mineira, foi a que mais conduziu escravos para Minas Gerais (com remessas acima de 20 cativos) – tabela 2.11.²⁹⁹ Observe-se que dos doze filhos de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria de Assis apenas estão ausentes da tabela de comerciantes de escravos abaixo os dois padres, Manoel Ignácio, Flávio José e Ana Umbelina. Observo que “Silva Pinto” (futuro Barão de Bertioga) e Dias Tostes, que estão na tabela de maiores comerciantes de negros elaborada por Fábio Pinheiro, eram aparentados com os Armonde. O primeiro era casado com uma prima dos irmãos Armonde e o segundo era casado com uma tia da mãe deles. Ou seja, faziam parte da “parentela” de consideração e da mesma rede de sociabilidades.

²⁹⁹ PINHEIRO, Fábio W. A. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c. 1809-c. 1830**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 136. As fontes documentais do autor foram os passaportes e despachos de escravos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte (1809-1830). Códices 390, 421, 424 e 425 do Arquivo Nacional (Disponível no Banco de Dados do IPEA, Cd-rom). João Fragoso também detectou uma “Família Ferreira” como a principal traficante de escravos, mas não posso afirmar que fossem os mesmos Ferreira Armonde de Minas, embora a família Ferreira Armonde nem sempre assinasse o “Armonde”. Ver: FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 197. Cf. também: MARTINS, Roberto Borges. **A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais**, <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina_2008_2.php>, [24 de janeiro de 2009]. Para uma crítica à fonte “os passaportes e despachos de escravos emitidos pela Intendência de Polícia da Corte (1809-1830). Códices 390, 421, 424 e 425 do Arquivo Nacional”, ver RISTITUTE, Cristiano Corte. *Comércio e Tráfico de Escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes seriais*. **Anais do II encontro internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades UFRN**. Caiacó RN, v. 9, n. 24, set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais [acessado em 10 de dezembro de 2009].

TABELA 2.11-
Participação da Família Ferreira Armonde na relação das famílias da Zona da
Mata mineira inseridas no tráfico de escravos para Minas Gerais
(remessa acima de 20 cativos) – 1809-1830

FAMÍLIAS	NÚMEROS DE ESCRAVOS NEGOCIADOS
Família Ferreira Armonde	917
Marcelino José Ferreira Armonde	337
Honório José Ferreira Armonde	195
Simplício José Ferreira Armonde	133
Mariano José Ferreira Armonde	83
Lino José Ferreira Armonde	70
Joaquim José Ferreira Armonde	60
Antônio José Ferreira Armonde	39
Família Leite Ribeiro	668
Família Monteiro de Barros	567
Silva Pinto	99
Dias Tostes	96

Fonte: Adaptado de Fábio W. A. Pinheiro. **O Tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata, c. 1809-c.1830**, Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/ IFCS, 2007, p. 143.

Uma ação de justificação de dívidas, movida por Simplício Ferreira Armonde e outros contra Joana Maria da Conceição, também dão pistas da atuação deste personagem na Comarca do Rio das Mortes e das relações e “negócios” intra-familiares.³⁰⁰ Lembro que Joana Maria da Conceição era filha do primeiro casamento de Ana Maria de Jesus, irmã de Francisco Ferreira Armonde. Portanto, Joana e Simplício eram primos. A justificação em questão foi aberta em 1821, ano de morte de Joana, e tinha por objetivo que as dívidas apresentadas fossem reconhecidas como legais para que os autores pudessem entrar no inventário reivindicando o pagamento das mesmas. Várias pessoas, além de Simplício, apresentaram requerimentos, documentos de confissão de dívidas

³⁰⁰ **AHMPAJS**, Justificação de Dívida, justificante: Simplício José Ferreira e outros; Justificada: Joana Maria da Conceição, 1817, cx. 174, nº de ordem 9.

(“devo que pagarei” e escrituras), procurações etc. Mas interessa-me, somente, os relativos aos Ferreira Armonde e seus contra parentes.

Além de Simplício, outros parentes (de sangue ou consideração) de Joana requisitaram justificação de suas dívidas. Foram eles: o Tenente de Milícias *Joaquim José de Santana*, genro, marido de *Maria Emerenciana de Jesus*; Porcina Cerqueira de Jesus, nora, viúva de Antônio Ribeiro Nunes; Manoel Ribeiro Nunes e Josefa Maria da Assunção, filhos; além dos primos Simplício e Honório. As dívidas com os filhos, genro e nora eram relativas ao pagamento da legítima paterna, que Joana ainda não havia realizado. O débito com Simplício, de R\$ 240\$000, contraída em 18 de dezembro de 1818 era

procedentes de uma escrava nova que lhe comprei a meu contento, tanto em preço como em bondade. Cujá quantia de 240\$000 pagarei a ele dito ou a quem este me mostrar, da factura deste a quatro anos em por, digo, em quatro pagamento iguais para o que obrigo minha pessoa e bens havidos e por haver, especialmente a mesma escrava.³⁰¹

O crédito acima foi transferido por Simplício ao irmão Honório em dois de janeiro de 1819. Três testemunhas depuseram no processo de justificação e confirmaram saber por “ouvir dizer” ou por “ser público e notório” a respeito de todas as dívidas requeridas. Embora o processo de justificação de dívidas não nos permita grandes análises ele nos revela alguns pontos importantes para a proposta desta pesquisa. Em primeiro lugar, que o comércio de negros realizado pelos irmãos Armonde era uma espécie de empresa familiar. Foi Simplício quem vendeu a “negra” para dona Joana, em quatro parcelas que deveriam ser pagas

³⁰¹ **AHMPAJS**, Justificação de Dívida, justificante: Simplício José Ferreira e outros; Justificada: Joana Maria da Conceição, 1817, caixa. 174, nº de ordem 9, fls. 6. Na verdade esta ação é de 1821, mas como faltam as páginas iniciais, os organizadores do acervo adotaram o ano de 1817, data do documento de crédito da folha 6, a primeira preservada no processo.

anualmente. Mas, um mês depois, ele transferiu o crédito ao irmão. Em segundo lugar, ele confirma e reafirma as relações “financeiras” intra-familiares, tais como empréstimos, compra e venda, créditos etc. Mas, também deixa evidente que na prática vigorava a máxima do “família, família, negócios a parte”. Isto é, os compromissos financeiros que não eram quitados ou renegociados eram cobrados oportunamente, e, no caso em análise, a morte de Joana representava o momento da cobrança de todas as suas dívidas, fosse com terceiros ou com familiares.

Outro processo de justificação de dívidas, também de 1821, movido contra Tereza Maria Duarte e seu filho, nos revela outra atividade de Simplício, além do comércio de negros.³⁰² Na petição o autor informa que o marido da suplicada havia falecido e ficara lhe devendo R\$ 84\$040, resto de maior valor. As testemunhas que depuseram no processo confirmaram o débito. Uma delas, que havia sido feitor da propriedade de Tereza Duarte, informou que o mesmo era “relativo ao resto do valor de um burro” e as outras duas disseram que era “o restante de umas bestas” que o marido da suplicada comprara a Simplício. Confirma-se, assim, que além de vender negros, Simplício também comerciava animais de carga, seguindo a tradição do pai.

Simplício e seus irmãos – Mariano e Marcelino – figuram como arrematantes das obras de construção e melhoria que se realizaram no

³⁰² **AHMPAJS**, Justificação de Dívida, justificante: Simplício José Ferreira; Justificada: Tereza Maria Duarte, 1821, caixa 170, nº de ordem 30.

Caminho Novo, quando da Construção da Estrada Nova do Paraibuna, a partir de 1836, questão que retomarei no capítulo três.³⁰³

Dos filhos de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria de Assis falecidos antes da mãe, em 1845, somente localizei o inventário de Honório José Ferreira. Ele era o oitavo filho do casal, nascido em Barbacena no ano de 1790. De acordo com os dados apresentados por Fábio Pinheiro, na tabela 2.11, Honório foi o segundo irmão Armonde que mais comercializou escravos para Minas Gerais, perdendo somente para Marcelino José Ferreira Armonde. Fábio Pinheiro aponta que no período 1809-1830 ele foi responsável pela entrada de 195 cativos em Minas Gerais, número um pouco inferior do que o que foi apresentado por Leandro Braga Andrade. Este último autor, pesquisando a mesma fonte que Pinheiro, os “Passaportes e Remessas de escravos da corte”, informa que Honório José Ferreira Armonde, no período 1817-1832, traficou 214 cativos para as Minas Gerais (tabela 2.12).³⁰⁴

Honório José Ferreira Armonde está entre os comerciantes de Mariana destacados por Leandro Andrade em sua dissertação de mestrado, em capítulo dedicado aos comerciantes de Mariana e seu Termo. Segundo o autor, considerando a “dimensão de suas posses, [os negociantes] compunham o mais alto extrato econômico, mesmo se comparados aos fazendeiros, produtores de

³⁰³ **Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais.** www.uchicago.edu/info/brazil/mina/html. Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais, 1837 e seguintes.

³⁰⁴ ANDRADE, Leandro Braga. **Senhor ou camponês?** Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana 1820-1850. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, dissertação de mestrado, 2007, p. 191.

cana ou pecuaristas”.³⁰⁵ Estes negociantes investiam, majoritariamente, no empréstimo a juros, na venda de mercadorias no atacado e no comércio de negros. Andrade destacou nove dos principais negociantes, listados na Relação de Casas de Negócio do distrito de Mariana, dentre os quais Honório José Ferreira Armonde, arrolado no Censo dos Habitantes de Mariana, em 1831, como negociante. De acordo com os dados de Andrade, Honório José atuava em Mariana com armazém, possuindo, em 1831, três cativos que trabalhavam no serviço doméstico de sua residência e em sua loja. Ele destacou-se, dentre os comerciantes elencados por Andrade, como o principal traficante de negros, tendo realizado 12 registros de embarque de cativos para Minas Gerais, entre 1817-1828.³⁰⁶ No capítulo terceiro, ao tratar dos negócios dos irmãos Armonde, com foco na documentação particular da família e em Marcelino José Ferreira, retomarei as atividades comerciais de Honório José. Além do comércio, em Mariana, Honório José Ferreira também ocupou cargos públicos, sendo presidente da Câmara de Mariana nos anos de 1834 e 1835.

³⁰⁵ Idem, p. 188-189.

³⁰⁶ Idem, p. 191.

TABELA 2.12-
Participação dos comerciantes marianenses no
tráfico de escravos. 1817-1832.¹

Nome	Comércio ²	1817-1820	1821-1825	1826-1832
Manoel José de Carvalho	Loja	-	56	80
Honório José Ferreira Armonde	Armazém	44	134	36
José Alexandre Ramos	Armazém	-	8	8
José Ferreira de Oliveira	Loja	-	18	6
Manoel José de Magalhães Barros	Loja	-	-	21
Antônio José de Souza Guimarães	Não consta	-	10	52

Fonte: ANDRADE, Leandro Braga, op. cit. p. 190.

1- Fonte utilizada por Leandro Andrade: Passaportes e Remessa de escravos. Polícia da Corte. Códices: 421 e 424. Arquivo Nacional. Mantive na tabela o mesmo título dado por Andrade.

2- Tipo de estabelecimento em 1836.

O Coronel da Guarda Nacional Honório José Ferreira Armonde faleceu em Mariana, cidade que adotou para exercer seus negócios e a política, em fins do ano de 1842. Poucos meses antes, no mês de junho, ele ditou seu testamento, acrescentando ao final que “vai este escrito pelo desembargador Francisco de Paula Cerqueira Leite a quem o requeri o fizesse, e por mim só assinado, por mais não o poder fazer”,³⁰⁷ levando-me à conclusão de que o testador encontrava-se doente, razão pela qual não pôde fazer o testamento de próprio punho. Ele foi sepultado na Igreja Matriz de Barbacena, seguindo uma tradição da família, acompanhado por três sacerdotes da Irmandade da Boa Morte:

Aos 16 de julho de 1842, sepultou-se dentro desta matriz em sepultura do SS, Honório José Ferreira Armonde, branco, solteiro, com idade de 59 anos, com todos os sacramentos de moribundos, acompanhado por mim e mais três sacerdotes e irmandades do SS, Boa Morte.³⁰⁸

³⁰⁷ AHMPAJS, inventário post mortem de Honório José Ferreira Armonde, 1845, caixa 28, nº ordem 10. Testamento juntado, fls. 4v.

³⁰⁸ Arquivo da Cúria Arquidiocesana de Mariana; Paróquia de Barbacena; Livro de óbitos (1818-1827) – microfilme 1252372. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

Honório José Ferreira Armonde indicou para testamenteiros os irmãos Antônio, Marcelino e o padre José Joaquim, nesta ordem. Declarou ser devedor à sua mãe, a qual era ainda viva, e desejou que para a solução destes créditos fosse aplicada a sua “legítima paterna; se porém aprovada esta não bastar para a referida solução, quero que pelo melhor de meus bens se faça este pagamento”.³⁰⁹ Solteiro e sem filhos legítimos ou legitimados, nomeou sua mãe herdeira de seus bens, e na falta dela, os irmãos ainda vivos. Para a irmã Ana Quitéria deixou seus trastes de prata, a roupa de cama e de mesa e, ainda, um escravo de nação.

Visando o sossego de sua alma deixou verbas para que fossem rezadas missas, inclusive solicitou rezas “pela alma das pessoas, a quem servi de ruína espiritual, cinqüenta missas, e outras tantas pela alma de todos aqueles com quem tive negócios”.³¹⁰

Finalmente, determinou ao testamenteiro, que

Deixo mais a três meninos, em cumprimento de um voto por mim feito, a quantia de quatro contos de réis a cada um, que perfazem, ao todo, doze contos de réis; e estes órfãos ficam designados por mim ao meu testamenteiro, de cuja inteireza e qualidade confio não só a distribuição da quantia referida, de doze contos de réis, com partes iguais, como no caso de morte de algum dos designados, da entrega da referida cota em cotas aos que sobreviver[em]; e é minha vontade que na falta de todos os que ficam por mim designados reverta esta quantia para os nossos herdeiros. E nesta disposição, digo, no cumprimento desta disposição será meu testamenteiro acreditado em juízo por suas declarações com juramento sem que se lhe possa fazer mais outra exigência.³¹¹

³⁰⁹ Idem, fls. 4

³¹⁰ Idem.

³¹¹ Idem, fls. 4v

Sendo a determinação para dotar a três órfãos confidencial e sem necessidade de prestação de contas específica em juízo, não se sabe quais foram os beneficiados. Esta deixa, em cumprimento de um voto, tanto pode ser uma promessa feita no momento da doença que o levou á morte, quanto pode ser, bastante provável, uma forma de amparar filhos ilegítimos, o que, todavia, não posso afirmar.

O inventário do Coronel Honório José Ferreira Armonde só foi aberto em 1845, e desconheço as razões desta demora. Em julho de 1845 Antônio José Ferreira Armonde, o testamenteiro, solicitou a abertura do inventário de Honório. Declarou que os bens do Coronel em Barbacena eram os relativos à legítima paterna, se sobrasse algum, após o pagamento de suas dívidas. Solicitou que por carta precatória fossem adidos os bens que se encontravam em Mariana.

Ao analisar o inventário de dona Felizarda Maria de Assis, que se realizou no mesmo ano do de seu filho Honório José, já comentei a solução dada pelos juízes partidores para o pagamento das dívidas do Coronel com a família e da incorporação do que restou de seus bens à herança de sua mãe. Por esta razão, não faz sentido retomar esta questão, aqui analisarei outros aspectos de seu inventário.

Na carta particular que deixou para o testamenteiro, informando os nomes dos órfãos agraciados com os R\$ 4:000\$000, creio que o testador fez outras determinações, pois Antônio Ferreira Armonde declarou que foi desejo do Coronel que cada um de seus 32 afilhados recebesse R\$ 100\$000, e esta deixa não

consta do testamento. O número de afilhados de Honório é revelador de seu prestígio e posição na sociedade mineira oitocentista.

Antônio José Ferreira Armonde declarou que entre o falecimento do Coronel Honório José e a abertura de seu inventário ele havia pago pela manutenção da lavra a ele pertencente, revelando que o irmão também explorava a extração de ouro. Dentre os bens, em Mariana, Honório possuía umas casas térreas nas fraldas do morro de Sant'Ana, com seus pertences – dois engenhos de água, um moinho, rego da Cachoeira, tanque – e “partes de uma morada de casas assoalhadas, com seu quintal e várias minas e posses”, avaliados em R\$ 3:200\$000; as casas da Ladeira da Ponte das Areias, no valor de R\$ 200\$000; vertentes e matos, de um lado do córrego da Taquara Queimada, avaliada em R\$ 150\$000. Estes bens urbanos foram vendidos, assim mais como os móveis, ferramentas e outras miudezas.

Em Mariana, Honório José Ferreira Armonde possuía, também, uma parte de terras e benfeitorias no lugar denominado “Mata Cavalos” e 22 escravos. Estes bens não foram vendidos, mas sim incorporados à herança da mãe do Coronel, dona Felizarda, e redistribuído aos seus irmãos, com o falecimento dela.

Corroborando as afirmações de Leandro Braga Andrade para os comerciantes de Mariana e seu Termo, Honório José Ferreira também emprestava dinheiro a juros, inclusive para ilustres e outros comerciantes do lugar. Gomes Freire de Andrade devia-lhe R\$ 4:000\$000 “por escritura proveniente da compra da fazenda Gualasio”, e o Reverendo Chantre Antônio Ribeiro Bhering era devedor de R\$ 1:400\$000 “da compra da Chácara do Rosário”. Nos dois casos

não ficou claro se Honório vendeu as propriedades ou se emprestou o dinheiro para a compra. Além destes, a Casa falida de Torquato Claudiano de Moraes (com Loja de Fazenda Seca) também lhe devia por diversos créditos, inclusive por fiança para a realização de empréstimo pelo Cofre dos Órfãos, totalizando R\$ 2:857\$000.³¹²

Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis tiveram dois filhos que seguiram a carreira religiosa. Foram eles Francisco Antônio e José Joaquim. Os padres não nos deixaram muitos documentos, pelo menos não de seus feitos mundanos, embora é de se acreditar que abundam em Barbacena e em outras paragens de Minas Gerais, onde exerceram o seu ofício, os registros de casamento, nascimento e óbitos por eles realizados.

O padre José Joaquim Ferreira Armonde foi o terceiro filho do casal Francisco e Felizarda. Suas atividades religiosas não foram objetos de interesse desta pesquisa, portanto, pretendo analisar aqui seus laços familiares, sociais e sua riqueza material. Quando Joaquim José se ordenou ele recebeu dos pais uma sesmaria denominada Medeiros, nas margens do Caminho Novo, e um escravo. É a partir do inventário do casal Francisco e Felizarda que podemos conhecer um pouco a respeito do padre Joaquim José, ou, pelo menos, sobre suas posses. Aparentemente, os bens doados pelos pais por ocasião do ordenamento não foram apresentados no inventário de 1845.

³¹² Idem, fl. s/n.

O padre José Joaquim faleceu poucos anos depois de sua mãe, no dia cinco de setembro de 1849.³¹³ Seu testamento havia sido feito três anos antes, em outubro de 1846. Este testamento é documento simples, de uma lauda somente, no qual o padre declara não possuir herdeiros legítimos e, por esta razão, nomeia para sucessor de seus bens o irmão Antônio José Ferreira. Para testamenteiros ele indicou os irmãos Antônio, Marcelino e Flávio, respectivamente, informando que “meus bens são poucos e conhecidos de meus irmãos”.³¹⁴

Sumariamente indicou o pagamento de algumas dívidas com irmandades e determinou missas por sua alma e pela alma dos pais. Declarando que “nada devo, porém, se alguém houver que se diga meu credor, meu testamenteiro, examinando o negócio, pagará, se for quantia módica”.³¹⁵

**TABELA 2.13 –
Relação dos bens herdados pelo padre José Joaquim Ferreira Armonde no inventário de seus pais - 1845**

Bem	Valor	Descrição
Escravos	7:570\$000	15 escravos (12 homens e 3 mulheres. Havia dois casais)
Terra/benfeitorias	10:871\$000	Terras e benfeitorias nas fazendas Barros e Moinhos
Dividas “falidas”	802\$040	
Dividas ativas	93\$363	
Gado vacum	1:890\$000	13 vacas, 17 novilhos/as, 18 bezerros, 10 bois
Gado cavalari/muar	246\$000	13 animais (égua, bestas e poldras)
Suínos	240\$000	71, entre porcos, capados e leitões
Dinheiro	3:500\$000	
Outros	2086\$868	(arrozal, feijoad, roça de milho, alambique e seus pertences)
Total	27:299\$271	
Reposição	532\$587	

Fonte: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845, fls. 44-47.

³¹³ AHMPAJS, inventário *post mortem* José Joaquim Ferreira Armonde (reverendo), caixa 8, nº de ordem 11, 1849.

³¹⁴ Idem, fls. 3.

³¹⁵ Idem, 3v.

Os bens herdados pelo padre José Joaquim em 1845 estão sintetizados na tabela 2.13. Na ocasião de seu falecimento, em 1849, O padre possuía 16 escravos, sendo 14 do sexo masculino e duas mulheres. Dos 15 que ele recebeu em 1845, onze permaneciam com ele em 1849. Naturalmente pode ter ocorrido baixa, por morte, e também não é improvável que tenham ocorrido trocas com os irmãos.

O padre possuía uma propriedade bem montada. Ele era senhor de 77 vacas, entre paridas e solteiras; 30 novilhas de dois a três anos; seis novilhos de quatro anos; 34 novilhos de dois a três anos; 38 bezerros; dois touros, 14 bois de carro. A propriedade possuía, ainda, 12 éguas, três burros, duas poldras, um casal de jumentos velhos, uma besta de sela e quatro de cargas. Além destes, havia 105 suínos e quarenta carneiros. José Joaquim possuía 82 alqueires de terra na fazenda Bairros e 105 alqueires na fazenda Moinhos, nesta última estavam suas benfeitorias. A relação dos bens do padre indicam que ele empregava seus cativos nos serviços da roça, investindo na criação de suínos, gado de corte e de leite, provavelmente fabricando queijos. Os animais de carga serviam para os serviços da propriedade e transporte para a vizinhança.

O monte mor dos bens do padre José Joaquim Ferreira Armonde foi calculado em R\$ 19:038\$970. Após a quitação de algumas dívidas com as irmandades e poucos credores que se apresentaram, pagamento das missas encomendadas no testamento, sobrou R\$ 17:049\$600 para o herdeiro, Antônio José Ferreira Armonde, que não sobreviveu muito tempo ao irmão José Joaquim

Nascido em Barbacena em 1795 Antônio José Ferreira Armonde era o décimo filho de Francisco e Felizarda. Ele faleceu na cidade natal no ano de 1852,

aos 57 anos, provavelmente no mês de janeiro, solteiro e sem herdeiros forçados. Mais uma vez a data da morte não foi anotada no inventário, mas ele deixou solene testamento, feito no dia 23 de outubro de 1851, e aceito, após sua morte, em 12 de janeiro de 1852. Também Antônio declarou-se doente quando elaborou seu testamento.³¹⁶

Para seus testamenteiros indicou o sobrinho Camilo Maria Ferreira, filho de seu irmão Marcelino, Antônio Marques da Silva, e o irmão Flávio José, sucessivamente.³¹⁷ Seguindo a praxe dos testamentos de comerciantes, comentada no capítulo anterior, e presente também no testamento do irmão Honório, Antônio José Ferreira Armonde deixou verbas “por alma das pessoas a quem servi de ruína espiritual, cem, e por intenção das pessoas com quem comeciei, cem”.³¹⁸ Estas missas tinham o objetivo de minimizar suas dores morais nas relações humanas e comerciais e completava-se com outras tantas doações pias. Encarregou o testamenteiro de distribuir R\$ 600\$000 para famílias pobres da localidade; legou R\$ 200\$000 para cada um de seus seis afilhados, pelo menos um deles filho de uma escrava; para outra afilhada deixou uma porção de terras e para

Ignácia, consorte de Joaquim, e filha de Eva, escrava de minha irmã Ana Quitéria, seis contos, seis centos e sessenta mil reis, bem como as terras onde os mesmos moram, que comprei a Manoel José da Silva. Lego a

³¹⁶ AHMPAJS, inventário *post mortem* de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2. O testamento está juntado ao inventário.

³¹⁷ A respeito do senador e conselheiro Conde de Prados conferir MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007. v. 1

³¹⁸ AHMPAJS, inventário *post mortem* de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2, fls. 3v. A respeito de legado para escravos, alguns deles filhos ilegítimos dos doadores, cf. GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: Família, trabalho, terra e conflito** (Juiz de Fora – Minas Gerais, 1828-1928). São Paulo: Annablume – Juiz de Fora: FUNALFA, 2006. e _____. **Terra de preto**, op. cit.

Ernesto, exposto em casa de Francisco Antônio Barbosa, a quantia de seis contos, novecentos e noventa mil reis. Lego a Bárbara, exposta em casa de dona Emerenciana Euflávia (sic) Domithildes a posse de terra que tenho unida a sua casa. Deixo seis contos, seiscentos e sessenta mil reis e a casa que tenho na rua da Boa Morte, e que foram dos herdeiros do finado Felisberto, vulgo o Tomba Carro, a uma pessoa que indico ao meu testamenteiro em uma carta particular (...) Por meu falecimento meu testamenteiro passará carta de liberdade a meus escravos pardos Juliana e Leonardo, os quais hei por libertados. Lhes lego as terras que ficam além do Rio pertencentes a Fazenda da Ponte Nova, de que fiz exceção na doação acima fiz da referida fazenda a Casa de Caridade, a décima que os mesmos devem pagar a fazenda pública será deduzida de meus bens, bem como de dez vacas paridas, que deixo aos mesmos, digo a cada um dos mesmos (...) Lego a Francisca, exposta em casa de dona Constança Raymunda da Silva, viúva do finado José Ferreira Armonde, seis contos, novecentos e noventa mil reis (grifo nosso).³¹⁹

A pedido do irmão, o padre José Joaquim, determinou a libertação de todos os escravos que havia herdado do mesmo. O principal e mais generoso legado foi em benefício da criação e da manutenção de uma Casa de Caridade na cidade de Barbacena. Para este fim, Antônio deixou R\$ 20:000\$000. Para o patrimônio da mesma Casa de Caridade deixou sua fazenda denominada Ponte Nova, com todos os seus pertences e criações e mais:

Todos os meus bens e seus produtos, com exceção dos abaixo, serão aplicados para a Casa de Caridade desta cidade, onde tenho o desejo que se estabeleça uma casa de Irmãos da Caridade para tratar os enfermos do Hospital e preencher os mais pios ofícios de seu instituto; e quando isso se não possa conseguir, dará mais alguma quantia, a seu arbítrio, aos dois estabelecimentos da cidade de Mariana, isto é a casa das Irmãs da Caridade e ao asilo das órfãs já mencionados. (...) Instituo minha irmã, Ana Quitéria Umbelina, herdeira do restante de meus bens, que são as terras e benfeitorias que herdei de meus pais e de meu falecido irmão padre José Joaquim, e os que houver por compra a meu finado irmão Marcelino; mas, *por meu falecimento, estes bens e seus produtos serão todos aplicados para os fins pedidos e de caridade de que fiz menção na verba supra*, isto é, para a casa de caridade daqui e as de

³¹⁹ AHMPAJS, inventário *post mortem* de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2, fls. 3v, 5 e 6v.

Mariana, e a igreja matriz, constando que prefiro sempre que puder os estabelecimentos desta cidade, dando-lhe todo o impulso a fim de que cheguem, sobretudo, a Casa de Misericórdia, ao ponto de satisfazerem meus intentos, recolhendo-se o maior número possível de tantos desvalidos que se deverão recolher para a referida casa . (...) Constituída a irmandade e a Mesa da Misericórdia fica a árbitro de meu testamenteiro, passar-lhe a administração dos bens que lego a mesma na referida Mesa que inspirar-lhe confiança.

(...) Todas as doações que faço a escravos que liberto são inalienáveis, isto é, não podem revender a estranhos, sob pena de perdimento do quinhão respectivo para os que permanecerem na mesmas terras, mas dando-se a hipótese de todos se ausentarem ou a quererem vender, então perderão todo o domínio, direitos às mesmas terras e *estas serão anexadas ao patrimônio que doe a Santa Casa de Misericórdia desta cidade.*³²⁰

Mas sua benevolência não terminou nestes legados. Ele determinou a aplicação de R\$ 15:000\$000 em fazenda pública para serem destinados, anualmente ao casamento de duas donzelas pobres e honradas do distrito da cidade de Barbacena ou do Curral, que poderiam ficar sob administração da Santa Casa de Misericórdia, depois que esta fosse construída. Para o estabelecimento das irmãs de caridade de Mariana deixou R\$ 5:000\$000, mesmo valor determinado para doação ao hospício de meninas órfãs de Mariana, criado pelo Prelado Diocesano, e mais R\$ 2:000\$000 para obras da Igreja Matriz de Barbacena. Para a Irmandade da Boa Morte deixou o valor de uma casa, estimado em R\$ 1:000\$000, na rua da Boa Morte, e o produto da venda dos trastes que nela se encontrassem.

Os escravos que ele deixou para Ana Quitéria, em usufruto, após a morte dela teriam um destino confidenciado em carta particular entregue ao testamenteiro. Durante o processo de inventário Ana Quitéria desistiu do usufruto

³²⁰ Idem, fls. 5v,6 e 6v.

dos bens que o irmão havia lhe destinado a favor do patrimônio da Santa Casa de Misericórdia, com “a cláusula de lhe serem vendidas as mesmas terras e benfeitorias, parte de sociedade com Lino José Ferreira Armonde”.³²¹ Ela manteve o usufruto sobre quatro escravos, um dos quais ela declarou que havia entregado a Francisca Maria dos Reis, obedecendo a um pedido do irmão.

O primeiro testamenteiro indicado por Antônio, o sobrinho Camilo Maria Ferreira Armonde, foi quem assumiu o encargo de cumprir as determinações de última vontade do tio, e receber o prêmio por ele estipulado de R\$ 4:000\$000. Um testamento com tantas cláusulas não seria facilmente executado: avaliar os bens; liquidar as dívidas; mandar executar e quitar as missas; pagar as verbas deixadas para escravos, libertos e órfãos; administrar a construção da Santa Casa de Misericórdia, constituir a Mesa que iria administrá-la e gerir seu patrimônio...

TABELA 2.14-
Resumo geral dos bens pertencentes a
Antônio José Ferreira Armonde no seu inventário - 1852

Descriminação	Valor
Dívidas cobradas	55:314\$850
Dinheiro	35:054\$970
Produto de seis apólices da União Mineira	135\$500
Produto da venda da fazenda Moinhos (terras, benfeitorias e criações)	29:392\$200
Rendimento da fazenda Ponte Nova	8:392\$750
Rendimento de arrendamento da fazenda Ponte Nova e aluguel de seus escravos à Companhia União & Indústria	6:120\$000
Soma	136:340\$00

Fonte: AHMPAJS. inventário *post mortem* de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2. fls. 45v.

Em março de 1860, Camilo solicitou a conclusão do inventário, prestando contas da administração da fazenda Ponte Nova, que foi deixada para o patrimônio da Santa Casa, e solicitando a sua venda ou arrendamento, sob

³²¹ Idem, fls. 28.

alegação de que seria mais lucrativo. A tabela 2.14 nos dá uma idéia do patrimônio acumulado por Antônio José Ferreira Armonde ao longo de sua existência, mas para melhor dimensionar sua riqueza, precisamos comparar os bens descritos no inventário de 1852 com os herdados de seus pais em 1845 e os que ele recebeu do irmão, o padre José Joaquim, em 1849 – tabela 2.15.

**TABELA 2.15-
Relação dos bens herdados por Antônio José Ferreira Armonde no
inventário de seus pais em 1845 e no inventário do irmão padre
José Joaquim Ferreira Armonde - 1849**

BENS HERDADOS DOS PAIS – Francisco e Felizarda		
Bem	Valor	Discriminação
Escravos	7:730\$000	16 escravos (10 homens e 6 mulheres)
Terra/ benfeitorias	11:051\$000	Terras na fazenda Barros e Moinhos e benfeitorias no Mato
Dividas “falidas”	802\$040	
Dividas ativas	93\$363	
Dividas próprias/ adiantamentos	–	
Gado vacum	2:035\$000	44 vacas, 17 novilhas, 18 bezerros, 2 marruás, 13 bois
Gado cavalari/ muar	398\$000	1 poldra, 4 bestas, 7 éguas
Suínos	244\$000	43 suínos (porcos e capados)
Carneiros	-	
Dinheiro	3:437\$533	
Outros	975,748	
Total	26:766\$684	
Reposição	-	
BENS HERDADOS DO IRMÃO, Padre José Joaquim Ferreira Armonde		
Terras/ benfeitorias	6:705\$000	Terras e benfeitorias no Mato, Terras e benfeitorias no campo
Escravos	6:880\$000	15 escravos (13 homens e 2 mulheres)
Gado vacum	430\$000	2 touros e 14 bois
Gado cavalari/ muar	439\$000	14 (éguas, burros, poldras e jumentos)
Suínos	336\$000	198 (porcos de criar e de seva)
outros	2:259\$600	Objetos, móveis, ferramentas etc
Total	17:049\$600	
SOMA DOS DOIS	43:816\$284	

Fonte: AHMPAJS. inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845.

AHMPAJS. inventário *post mortem* de José Joaquim Ferreira Armonde (reverendo), caixa 8, nº de ordem 11, 1849.

A tabela 2.15 sintetiza os principais legados recebidos por Antônio José Ferreira Armonde de seus familiares em 1845 e em 1849. A seguir, descriminarei os bens descritos em seu inventário para que possamos comparar os bens herdados com os acumulados a partir de suas atividades – tabela 2.16.

**TABELA 2.16-
Relação dos bens de Antônio José Ferreira Armonde -1852**

BENS NA FAZENDA PONTE NOVA		
Bem	Valor	Discriminação
Terra/ benfeitorias	19:595\$000	
Gado vacum	4:891\$000	15 bois, 5 marruás, 48 novilhas, 14 machos e 135 vacas
Gado cavalari/ muar	556\$000	37 éguas, dois jumentos e um cavalo
Outros	194\$600	Móveis, carros e miudezas
SOMA	25:236\$600	
BENS NA FAZENDA MOINHO		
Bem	Valor	Discriminação
Gado vacum	3:364\$000	92 vacas, 16 novilhas, 27 bezerros, 31 bois
Gado cavalari/ muar	827\$000	18 éguas, 9 burros, 9 poldros, 4 cavalos, 1 jumenta
Outros	927\$000	Carro, ouro, prata, arma, foices
SOMA	5:118\$000	
OUTROS BENS		
Bem	Valor	Discriminação
Escravos	20:500\$000	31 escravos (26 homens e cinco mulheres)
Terra/ benfeitorias	23:907\$200	3 parte de terras na fazenda dos matos e 2 partes na fazenda de campos, denominadas Barros e Moinhos
Créditos	55:314\$850	Haviam alguns recibos de mão, restando 51:938\$585 (relação anexada ao fim do capítulo)
Dívidas que devem	1:346\$240	Francisco Álvares Machado, Joaquim Rodrigues da Costa e Manoel Gomes Pinto
Casa em Barbacena	722\$000	Morada de casas na rua da Boa Morte, com posse anexa e seus trastes e mais a posse unida a casa de d. Emerenciana
SOMA	101:790\$290	
SOMA GERAL	132:144\$890	

Fonte: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2.

O valor declarado no resumo geral dos bens do inventário foi de R\$ 136:340\$00, uma diferença de pouco mais de R\$ 4:000\$000 em relação a soma apresentada na tabela acima. A diferença talvez se explique pelo arrendamento

das terras da fazenda Ponte Nova e seus escravos. No mais, o inventário nos informa que o número dos escravos possuídos por Antônio, relacionados no inventário de 1852, totalizando 31 indivíduos, corresponde à soma dos escravos que ele recebeu dos pais (16), em 1845, com os que ele recebeu do irmão (15), em 1849. De todos os irmãos Armonde, Antônio foi o que menos escravos comercializou. Entre 1809-1830 ele comercializou 39 escravos (cf. tabela 2.11).

A soma dos bens que Antônio recebeu dos pais e do irmão padre totalizou R\$ 43:816\$284, valor que corresponde a 32,14% do valor do monte mor do seu inventário em 1852. O valor dos créditos, R\$ 55:314\$850, e dívidas, R\$ 1:346\$240, que Antônio tinha para receber, somavam R\$ 56:661\$090, isto é, 41,55% (cf. anexo 1).

A prestação de contas da fazenda Ponte Nova também foi reveladora de outras atividades executadas nas propriedades de Antônio José Ferreira Armonde (cf. anexo 2). Os dados indicam que Antônio se associava aos irmãos Ana Quitéria e Lino José na criação de animais de carga, que eram criados na fazenda Moinhos, uma vez que possuíam animais desta natureza em comum. Além disso, a fazenda Ponte Nova produzia leite, queijo e manteiga, que eram vendidos a varejo e a Cipriano Ferreira Coelho. Também vendiam algumas frutas, como figos e marmelos, além do couro de animais e os suínos.

Em 1856 Camilo Maria Ferreira Armonde solicitou autorização judicial para:

na qualidade de provedor e administrador do Hospital da cidade, fundado por seu falecido tio, que entre os bens deixados para o patrimônio do hospital estava a fazenda Ponte Nova deste distrito e não produzindo ela por falta de cômodos para a criação rendimentos correspondentes do capital e despesas de custeio, folga o suplicante que é mais conveniente

aliená-la e empregar o seu produto em apólices da dívida pública e por isso vem requerer a VS se digne de passar editais de praça para este fim. E porque as vezes acontece deixar de haver lançador por ser o preço da arrematação pago a vista, requer também a V^a S^a o autorize a vender fora da praça a referida fazenda ou a arrendá-la, tudo com as seguranças da lei.³²²

Após vários pregões a fazenda não foi vendida e Camilo entrou com outra petição, requerendo autorização judicial para arrendar os pastos da fazenda Ponte Nova para à Companhia União & Indústria, assim como para alugar os escravos da propriedade para a mesma Companhia. Alegou:

que não se tendo podido prosseguir na arrematação da fazenda da Ponte Nova e seus pertences, conforme fora ordenado por VS a requerimento do mesmo e sendo óbvio os inconvenientes que resultam de conservação da mesma fazenda, por administração, como atualmente se acha, já por não terem os rendimentos suficientes para cobrir as despesas de empregados, já por faltarem abrigos de mato onde se possa manter a criação na seca, o que aumenta a cifra de mortalidade animal, sendo além disto muito mais lucrativo o aluguel dos escravos pertencentes a casa, e dos campos respectivos por pequenos prazos, por isso requer a VS lhe conceda a precisa licença não só para vender detalhadamente toda a criação por haver vantagem real sobre sistema de praça; como para alugar os campos da fazenda e os escravos a ela pertencente quando a Santa casa deles não tenha mister, marcando V^aS^a o prazo máximo.³²³

Deferido o pedido, a criação da fazenda foi vendida e os pastos e escravos alugados à Companhia União & Indústria. Além da fazenda Ponte Nova (terras, benfeitorias e trastes), restou para o patrimônio da Santa Casa vinte escravos, tudo avaliado em R\$ 29:250\$000. Além deste valor, restava R\$ 465\$788 em créditos. Em 1860 finalmente a fazenda Ponte Nova foi vendida por R\$ 15:535\$700. Em maio do mesmo ano, Camilo Maria Ferreira Armonde entregou o produto da venda da Ponte Nova a João Fernandes de Oliveira Pena,

³²² Idem, fls. 30

³²³ Idem, fls. 37.

ecônomo (quem administrava as contas/finanças) da Santa Casa de Misericórdia de Barbacena.

Uma família de muitos filhos, como a de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda de Assis, muitas vezes assiste a uma sequência de mortes em período relativamente curto. Foi assim que poucos anos após enterrar Antônio, os Armonde perderiam também Manoel, o nono filho do casal Francisco e Felizarda.

Em 16 de junho de 1854, na fazenda Ribeirão Fundo, Termo de Barbacena, Manoel Ignácio Ferreira Armonde faleceu. Ele tinha 62 anos e era casado com Constança Constantina do Sacramento. Não sei quando Manoel e Constança se casaram, mas com certeza isto aconteceu após 1831, uma vez que no censo daquele ano ele era solteiro e residia com a mãe. Portanto, era um homem maduro, com mais de 40 anos, quando resolveu constituir a própria família. Foi por esta ocasião, suponho que ele solicitou à mãe o crédito para comprar a fazenda Ribeirão Fundo, conforme a declaração feita por Ana Quitéria no inventário de sua mãe, que ora repito:

o herdeiro Manoel recebeu da casa para comprar a fazenda do Ribeiro Fundo, em lugar dos bens de raiz desta herança, e para a compra de criações, como constará da escritura de compra e venda do Ribeiro Fundo, a quantia de *vinte e dois contos, setecentos e dezoito mil reis*.³²⁴

Suponho que Manoel não participou do comércio de negros junto com seus irmãos, uma vez que não consta da lista dos comerciantes desta família arrolados por Fábio Pinheiro (cf. tabela 2.11). No censo de 1831 ele foi qualificado

³²⁴ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845, fls. 23v.

como morador de Barbacena, com a profissão de negociante.³²⁵ Não localizei muitas informações a seu respeito. O Alferes Manoel Ignácio Ferreira Armonde faleceu em 1854, sem filhos, deixando solene testamento no qual instituiu sua esposa herdeira de sua terça.³²⁶

No ano de sua morte Manoel Ignácio Ferreira Armonde possuía uma propriedade composta de terras de campo e cultura, com casa de vivenda, paiol, senzalas, casa de ferreiro, dependências e instrumentos para fazer queijo e um quintal cultivado com arvoredos (árvores frutíferas), tudo isto no valor de R\$ 12:000\$000. Além desta fazenda, tinha ainda as terras que havia comprado de José Pereira Milheiro, incluindo a parte que pertencera a João Neto Carneiro, avaliada em R\$ 9:000\$000 e mais uma parte de terras anexas à fazenda do Ribeiro Fundo, no valor de R\$ 350\$000. Possuía, também, uma casa no arraial de Ibertioga (termo de Barbacena).

Manoel Ignácio e Constança criavam porcos (61 cabeças de porcos e capados); gado vacum (25 vacas falhadas e duas paridas, dez bois de carro, cinco touros, nove garrotes e nove bezerros e 35 novilhas); gado cavalari e muar (oito bestas, dois burrinhos, cinco éguas, três poldros/poldras, três jumentos, cinco éguas e três cavalos). A força de trabalho era composta por 23 cativos, sendo que somente um era criança (10 anos). Dos 22 adultos havia sete mulheres e os outros 15 eram homens.

³²⁵ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>> [03 de janeiro de 2009].

³²⁶ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Manoel Ignácio Ferreira Armonde, 1854. caixa 130, n. ordem 8.

Embora não haja razões para crer na existência de nenhum conflito entre Manoel Ignácio e os demais familiares, aparentemente ele seguiu uma trajetória afastada dos irmãos, embora em seu inventário haja evidências de que ele tenha trabalhado com ou para Marcelino Ferreira Armonde. Não deixa de ser digno de registro, todavia, que para testamenteiros ele indicou em primeiro lugar a esposa Constança Constantina do Sacramento; em segundo seu “sogro e compadre” Manoel Joaquim Dias e, em terceiro, o Reverendo Francisco Vicente. Nenhum de seus irmãos ou sobrinhos consta da lista de testamenteiros, como foi praxe no testamento de todos os demais irmãos Armonde. Além da terça, ele deixou para Constança o usufruto do restante de sua meação, quando então a mesma iria para seus “legítimos herdeiros que forem”, ou seja, os irmãos e sobrinhos, embora ele não faça referência direta a eles.

Manoel Ignácio Ferreira Armonde declarou possuir 16 afilhados e para cada um deles deixou R\$100\$000. Uma das afilhadas, Francisca, foi agraciada com uma escrava e um pedaço de terra, “na fazenda do Ribeiro Fundo, na margem pelo córrego abaixo até o rio grande, e deste até o valo de Maria Rita”, em reconhecimento por seus “bons serviços e administração”. Ele não se esqueceu de fazer um agrado para o cunhado Eliziário, deixando-lhe R\$ 500\$000; e também se lembrou dos pobres, deixando uma esmola de R\$ 100\$000 para ser repartido entre os desvalidos do lugar.

O casal Manoel Ignácio e Constança devia a muitas pessoas, somando todas as dívidas o valor de R\$ 9:913\$411. Estes débitos foram todas quitadas por Marcelino de Castro Guimarães, que se casou com a viúva Constança antes do

encerramento do inventário, por volta de dezembro 1855.³²⁷ Os bens de Manoel somaram 46:813\$600, que após o abatimento das custas, de um escravo falecido e dos créditos quitados por Marcelino Guimarães, restou líquido R\$ 35:663\$411 (sendo que cada metade equivalida a R\$ 17:831\$705). A terça, da qual Constança era legatária, correspondia a R\$ 5:943\$901.

Um dos recibos quitados por Marcelino Guimarães, no valor de R\$ 155\$780, era o restante de uma conta maior “que deve o sr. Manoel Ignácio Ferreira Armonde a Marcelino José Ferreira”,³²⁸ de agosto de 1841. Nas anotações do documento consta que Manoel havia entregado certos valores a Manoel Joaquim Dias (o sogro), para este apresentar a Marcelino José Ferreira; também havia dado um dinheiro ao Flávio [Ferreira Armonde] para ser entregue ao Camilo [Maria Ferreira Armonde]. Outros recibos são relativos à compra de bestas, alguns créditos, aquisição de ferraduras, jornais de escravos. Do pouco que as fontes revelaram sobre a trajetória de Manoel Ignácio Ferreira Armonde, o que podemos dizer é que ele foi um lavrador de porte médio, que criava suínos e comerciava com algumas bestas, criava gado vacum, produzindo leite, queijo e manteiga.

Quase uma década se passou após o falecimento de Manoel até que a morte novamente comparecesse para levar mais um dos irmãos Armonde, e novamente em seqüência, ela levaria o padre Francisco Antônio, em 1863, Flávio José, em 1864 e Ana Quitéria, em 1865.

³²⁷ Conclui que o casamento tenha acontecido nas proximidades de dezembro de 1855 porque esta é data da petição juntada ao inventário no qual Carlota informa que o segundo marido pagou os débitos do casal e que entraria com os recibos no inventário. Cf. **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Manoel Ignácio Ferreira Armonde, 1854. caixa 130, nº ordem 8, fls. 23.

³²⁸ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Manoel Ignácio Ferreira Armonde, 1854. caixa 130, nº ordem 8.

Voltemos a Barbacena no dia 30 junho de 1863. Neste dia a justiça da Cidade de Barbacena recebeu a seguinte petição:

Falecendo (...) o reverendo padre Francisco Antônio Ferreira Armonde, (...) na fazenda dos Moinhos, deste Termo, propriedade da primeira suplicante, *em cuja companhia viveu por muitos anos até a morte*, sem deixar testamento, e herdeiros necessários, e cumprindo proceder-se a inventário e partilha nos bens do mesmo finado entre os suplicantes, na qualidade de seus herdeiros colaterais, requerem os suplicantes a V^aS^a se sirva mandar dar vistas ao coletor municipal para por parte da fazenda provincial nomear e aprovar louvados, e depois disto assegurar V^aS^a dia e hora para feitura do inventário que devera ter lugar na fazenda acima referida, em cujo ato defira VS juramento de inventariante, a primeira suplicante, *em poder de quem se acham todos os bens do suplicado*.³²⁹

A petição estava assinada por Ana Quitéria Umbelina de Barbosa – a primeira suplicante –, o Capitão Lino José Ferreira Armonde, Flávio José Ferreira Armonde, o *Barão de Prados*, o *Barão de Pitangui (II)* e a *Baronesa de Pitangui*, o Coronel José Ribeiro de Rezende, por cabeça de sua mulher d. *Camilla de Assis Rezende*, Manoel Machado de Castro, por cabeça de sua mulher *Mariana Barbosa Machado* e pelo *Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage*.

Os três primeiro suplicantes eram irmãos do falecido reverendo padre Francisco Armonde e os demais eram seus sobrinhos. O Barão de Prados, o 2º Barão de Pitangui e Camilla de Assis Rezende eram filhos do 1º Barão de Pitangui – Marcelino José Ferreira Armonde, irmão do padre. Mariano Procópio Ferreira Lage, a Baronesa de Pitangui e Mariana Barbosa de Machado eram filhos de Mariano José Ferreira Armonde, também irmão do reverendo.

Os títulos que acompanham os nomes desses indivíduos revelam por si só o enobrecimento e a importância social, reflexo da riqueza, que alcançaram e

³²⁹ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Antônio Ferreira Armonde, 1863, caixa 28, nº de ordem 23.

das alianças políticas que realizaram: Barões, Coronéis, Capitães, e Comendadores. O Coronel José Ribeiro de Rezende e a esposa Camilla também alcançariam o título de nobreza, seriam o Barão e a Baronesa de Juiz de Fora.³³⁰ Portanto, todos os filhos de Marcelino José Ferreira Armonde, assim como ele, foram nobres do Império do Brasil.

O reverendo Francisco Antônio Ferreira Armonde nasceu em Barbacena em 1777. Quando se ordenou padre, em ano que não pude precisar, foi dotado com uma morada de casa na rua direita do Rosário, em Barbacena, e com dois escravos. Juntos estes bens foram estimados em R\$ 1:080\$000. Salvo engano, estes bens ou seus valores não foram ao inventário em 1845, ou, talvez, tenham sido incluídos na dívida que o padre possuía para com a casa. O padre Francisco Antônio Ferreira Armonde faleceu em Barbacena, sua cidade natal, aos 85 anos, no dia dois de agosto de 1862.

A Tabela 2.17 retoma o sumário da herança do reverendo padre Francisco Antônio Ferreira Armonde, agregando a descrição dos bens que lhe foram dados para pagamento das legítimas. As terras e benfeitorias que herdou em Mata Cavalos, avaliadas em R\$ 500\$000, na cidade de Mariana, originalmente pertenciam a Honório José Ferreira Armonde. Este legado compunha-se de “parte de terras, águas, regos e benfeitorias de engenho, moinho e casa”³³¹, e foram ao inventário do casal Francisco e Felizarda como herança desta última, visto Honório ter falecido antes dela e sem filhos. Não tenho notícias do que foi feito das

³³⁰ A respeito do Barão de Juiz de Fora cf. GENOVEZ, Patrícia Falco. *Os Barões e os trilhos: a Estrada de Ferro União Mineira e os laços de sangue na Zona da mata mineira*. **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2008. www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A090.pdf.

³³¹ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845, fls. 40v.

terras de Mata Cavalos, mas o reverendo Francisco Antônio não as possuía mais quando faleceu, em 1862.

Além das terras em Mariana, o padre recebeu, nos legados dos pais, parte de terras em campo e cultura na fazenda Cachoeira, avaliados em R\$ 6:000\$000. As terras da fazenda Cachoeira, no inventário dos pais em 1845, ficaram pertencendo somente a ele e à irmã Ana Quitéria. E, de acordo com documento juntado ao inventário, eles a dividiram amigavelmente em 1852. Provavelmente a nova propriedade constituída com esta divisão tenha recebido o nome de Lagoa e Pouso Alegre, pois este é o nome da propriedade que o padre possuía quando morreu, e ela estava localizada entre a fazenda Cachoeira (que lhe deu origem) e a fazenda Mutuca.³³²

**TABELA 2.17 –
Relação dos bens herdados pelo padre Francisco Antônio Ferreira Armonde
no inventário de seus pais - 1845**

Bem	Valor	Discriminação
Escravos	4:840\$000	15 escravos (12 homens e 3 mulheres)
Terra/benfeitorias	6:500\$000	Terras na fazenda Cachoeira e em Mata Cavallos (Mariana)
Dividas “falidas”	802\$040	
Dividas ativas	5:217\$000	Devedores: Cônego Antônio José Ribeiro Bhering, Torquato Claudiano de Moraes, João Evangelista Sisnando
Dividas próprias/adiantamentos	6:127\$675	Talvez neste item incluído o valor do dote, embora isto não esteja declarado no inventário
Gado vacuum	1:108\$000	16 vacas e 46 garrotes
Gado cavalari/muar	270\$000	12 burros
Suínos	218\$000	32 porcos, capados e leitões
Outros	1:681\$009	160@ de açúcar e outros objetos e utensílios
Total	26:766\$684	

Fonte: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845, fls. 39-41v.

³³² **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Francisco Antônio Ferreira Armonde, 1863, caixa 28, nº de ordem 23.

Quando morreu o padre não possuía animais de qualquer espécie. Seu patrimônio era relativamente modesto, o monte mor somou R\$ 9:680\$200 e excluídas as dívidas com as irmandades e as custas, restou para partilhar R\$ 8:479\$060. Nesse valor incluía-se a fazenda Lagoa e Pouso Alegre, avaliada em R\$ 6:000\$000; algum dinheiro, R\$ 419\$790; um “relógio de padre”, uma escrivaninha e uma ferramenta de ferrar, que juntos somaram R\$ 25\$000; e oito escravos, avaliados em R\$ 3:090\$000. Vimos que em 1845 o padre herdou 15 escravos e seis deles estão presentes entre seus bens em 1863.

No processo de inventário, do qual foi inventariante a irmã Ana Quitéria, todos os sobrinhos foram representados pelo Barão de Prados. No correr do processo o Capitão Lino Ferreira Armonde abriu mão da parte a que teria direito em benefício dos irmãos Ana Quitéria e Flávio. O Barão de Prados também desistiu de sua parcela em benefício da tia Ana Quitéria.

O trecho em destaque na citação que iniciou a narrativa a respeito da trajetória do padre Francisco Antônio Ferreira Armonde nos revela algumas questões importantes. Primeiro, que o padre viveu parte de sua vida junto com a irmã Ana Quitéria. Eles eram vizinhos e, quando a idade já não permitia que ele continuasse sozinho, foi compartilhar sua velhice com a irmã, que já não era uma jovem. Segundo, Ana certamente fez jus aos cuidados e deferências que a família lhe dispensou. Cuidou da mãe, dos irmãos solteiros e provavelmente dos sobrinhos. Em retribuição, eles deixaram para ela os seus bens, foi assim com a terça de Felizarda, a transferência dos direitos hereditários de Lino e do Barão de Prados no inventário do padre Francisco. Se for certo que, pela lógica, estes bens voltariam a eles, uma vez que Lino era mais jovem que a irmã e o Barão de

Prados também, o ato não deixa de ter seu significado simbólico como demonstração de amor, reconhecimento e união familiar. Todos procuraram retribuir materialmente a atenção, os cuidados e o afeto que ela lhes dispensou. Todos buscaram, de alguma forma, proteger e garantir o futuro da irmã que não constituiu família própria, talvez para cuidar da família que lhe deu origem.

Ana Quitéria faleceu sem concluir o inventário do irmão padre, em 1865. Os bens relacionados no inventário do reverendo foram divididos em cinco partes, uma para cada um dos seguintes irmãos ou seus representantes: Lino, Flávio, Ana Quitéria, os três filhos de Marcelino e os três filhos de Mariano. No ano que antecedeu à morte de Ana Quitéria, a família Ferreira Armonde perderia Flávio, no dia 13 de julho de 1864, aos 64 anos, exatamente nove meses antes do óbito da irmã. Lino José, o inventariante, declarou à justiça que o irmão faleceu:

com testamento que foi julgado nulo por falta de solenidades na sua aprovação, sendo por isso seus herdeiros seus irmãos, a saber, ele inventariante e d. Ana Quitéria Umbelina de Barbosa, e os sobrinhos filhos dos finados Coronel Marcelino José Ferreira Armonde e Mariano José Ferreira Armonde.³³³

Em 1831, quando da realização do Censo, Flávio foi qualificado como tropeiro. Deve ter exercido esta função da juventude à maturidade, conjugada a outras atividades, deixando-a mais tarde para dedicar-se à criação de animais e às atividades financeiras, emprestando dinheiro a juros. Em sua fazenda, denominada Cachoeira, cultivava feijão, milho e outros gêneros, criava gado muar, cavalos, porcos e gado vacum. Embora não tenha registros no inventário, supõe-se que vendia leite e produzia manteiga e queijos. As tabelas 2.18 e 2.19

³³³ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Flávio José Ferreira Armonde, 1864, caixa 118, n. ordem 4, fls. 12v-13.

resumem os bens herdados por Flávio José em 1845 e os por ele deixados em 1864.

TABELA 2.18-
Relação dos bens herdados por Flávio José Ferreira Armonde
no inventário de seus pais - 1845

Bem	valor	descrição
Escravos	8:110\$000	16 escravos (11 homens e cinco mulheres)
Terra/ benfeitorias	15:042\$000	Parte da fazenda Barros, parte da fazenda Moinhos e benfeitorias do sítio
Dividas “falidas”	802\$040	
Dividas ativas	153\$363	
Dividas próprias/ adiantamentos	—	
Gado vacuum	1:804\$000	32 vacas solteiras, e 11 paridas, 17 novilhas e 18 bezerros, 1 marruá e 6 bois de carro
Gado cavalari/ Muar	333\$000	1 poldra, 11 éguas, 2 bestas, 2 jumentas e 1 jumento
Suínos	230\$000	40 suínos (capados de seva, capadinhos e porcos do meio e grandes)
Carneiros	-	
Dinheiro	2:374\$183	
Outros	6:479\$281	
Total	27:217\$867	
Reposição	4:571\$183	

Fonte: **AHMPAJS**. inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845.

TABELA 2.19-
Relação dos bens de Flávio José Ferreira Armonde - 1864

Bem	Valor	Discriminação
Escravos	16:400\$000	25 escravos (20 homens e cinco mulheres)
Terra/benfeitorias	34:460\$000	120 alqueires de terras de cultura inferiores na Lagoa, com benfeitorias e um rancho ordinário; 100 alqueires de terras de cultura na fazenda Barros (Gerais); 850 alqueires de terras de cultura e campos na fazenda Cachoeira
Gado vacum	6:040\$000	64 vacas paridas e 120 falhadas; 35 novilhas, 69 bezerros, 60 garrotes, 5 marruás, 28 bois de carro e 3 rezes doentes
Gado cavalar/muar	1:376\$000	4 cavalos, 6 poldros, 1 poldra, 9 burros, 18 éguas, 2 jumentos
Suínos	370\$000	83 cabeças
Casa na cidade	1:716\$100	Casa baixa assoalhada com quintal e seus trastes
Outros		
Dinheiro	15:618\$716	Moedas de ouro, notas e dinheiro recebidos de créditos diversos
Dívidas ativas	61:833\$090	Casa Bancária de Souto & Cia (falida), Casa Bancária de Joaquim Vidal Leite & Cia., créditos de Francisco de Assis Pacheco, idem de Mariano Francisco Coelho, idem José Thomas de Aquino, idem Antônio Francisco de Assis e outros
Dívidas passivas	847,55	A maioria relativa a pagamento de empregados e despesas com a casa
Monte Mor	134:203\$163	
Monte Partilhável	101:305\$055	

Fonte: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Flávio José Ferreira Armonde, 1864, caixa 118, n. ordem 4.

Na relação das dívidas ativas uma era de recebimento duvidoso, exatamente a mais alta, e estava relacionada com a Crise do Souto de 1864³³⁴.

Dizia

Valor nominal existente na Casa Bancária falida, de Souto & Companhia, por intermédio e em nome da casa *Mello & Armonde*, sujeito aos prejuízos da liquidação da mesma Casa Bancária, na importância de trinta contos, seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e setenta e oito réis.³³⁵

³³⁴ A respeito da crise do Souto de 1864, que abalou a Praça do Comércio do Rio de Janeiro, cf. PELAEZ, Carlos M. e SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 1981; LEVY, Maria Barbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977; NOGUEIRA, Denio. **Raízes de uma Nação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988; GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **Bancos, Economia e Poder no II Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co., 1854-1866**. Tese de Doutorado (História Econômica), 1997. São Paulo, USP/FFLCH.

³³⁵ AHMPAJS, inventário *post mortem* de Flávio José Ferreira Armonde, op. cit., fls. 26v.

Embora o testamento de Flávio tenha sido anulado, por falta das solenidades, o inventariante e herdeiro, Lino José, juntamente com Camilo Maria Ferreira Armonde, herdeiro e representante dos demais legatários (seus irmãos e primos), entrou com uma petição em março de 1865, requerendo a libertação dos escravos Diogo e Antônio (pajem de Flávio), atendendo a um desejo de Flávio, manifesto no testamento:

os suplicantes firmados no princípio e práticas do direito, que fazem considerar válidas as verbas relativas à liberdade de escravos, embora por qualquer motivo se considere nulo o testamento, requerem a VS, haja de mandar eliminar na liquidação o que se haja de proceder pelo contador do juízo.³³⁶

O pedido para a libertação dos dois cativos foi deferido pelo Juiz. Em abril de 1865, os herdeiros, reunidos em Barbacena, fizeram a partilha amigável dos bens e encaminharam o documento à justiça requerendo a sua aprovação. Os bens foram avaliados em R\$ 134:203\$160 e sobrou liquido para divisão R\$ 101:305\$055, descontadas as custas, quitadas as dívidas passivas e descontados os valores que não conseguiram receber. Lino herdou duas partes, a sua por direito e a de Ana Quitéria, que estava viva quando Flávio morreu, mas faleceu pouco depois deixando o irmão Lino José Ferreira Armonde herdeiro de seus bens.

Foi Lino quem comunicou à justiça a morte da irmã, com testamento solene, solicitando a nomeação e aprovação de luvados para a realização do

³³⁶ Idem, fls. 36.

inventário.³³⁷ Ana Quitéria era a sexta filha de Francisco e Felizarda, nascida em Barbacena aproximadamente em 1786. Ela morreu no dia 24 de fevereiro de 1865, aos 79 anos, sem nunca ter se casado. O testamento ela havia feito 12 anos antes, em agosto de 1854. Ela o inicia declarando ter mais de 70 anos, mas com saúde perfeita. Calculei o ano de nascimento de todos os Armonde com base nas idades deles declarada nos inventários de Francisco e Felizarda, quando não obtive esta informação por documento de batismo, e com base nesses cálculos, Ana teria nascido em 1786, portanto, em 1854 ela teria 68 anos. Fica aqui registrado esta incerteza quanto ao ano exato de seu nascimento.

Talvez Ana tenha se assustado, em 1854, com a frequência com que a morte andava visitando sua família e, preveniu-se, registrando seus desejos para depois de seu falecimento. Quando fez o testamento Ana ainda possuía vivos três irmãos: o padre Francisco Antônio, Flávio José e Lino José. Contudo, ela nomeou para seu universal herdeiro o irmão caçula, depois de cumpridas suas deixas. Para testamenteiros indicou, nesta ordem, o irmão e herdeiro Coronel Lino José, ao sobrinho o Barão de Prados, e ao Major Antônio Marques da Silva Pereira. Fez questão de registrar que entre os bens que seriam herdados pelo irmão deveria ser separada a fazenda Moinhos, com suas benfeitorias e criações, além de determinar quais os escravos que seriam separados para seu pagamento: Dionísio crioulo, sua mulher e seus filhos, Romualdo e Joana, crioulos. Para o afilhado Teófilo ela deixou a escrava Tereza e seus filhos “já existentes e os que

³³⁷ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Ana Quitéria Umbelina de Barbosa, 1865, caixa 04, nº de ordem 12.

vierem a existir”,³³⁸ além de R\$ 1:000\$000 e dez novilhas. Deixou R\$ 100\$000 para o afilhado Simplício e R\$ 600\$000 para os filhos da afilhada Constância. Libertou o escravo Domingos e seus irmãos (sem discriminá-los) e mais sete escravos. Todos os escravos que restassem ficariam pertencendo à sobrinha Mariana, filha de Mariano José. Naturalmente havia esmolas para Igrejas e determinação para que fossem rezadas missas por sua alma e de seus familiares.

Ao morrer, Ana era proprietária da fazenda Moinhos e de 29 cativos, já excluídos os que foram alforriados e que não constam do arrolamento feito no inventário. Sua fazenda produzia arroz e milho (havia roças destes mantimentos) e ela criava gado vacum, muar, cavalar e porcos. Além dos bens que recebeu de legítima materna e paterna, da terça que lhe legou a mãe, ela também foi beneficiada com legados de seus irmãos Honório, Antônio e Francisco Antônio. Nesse último inventário, Lino e Camilo desistiram de suas partes em benefício de Ana Quitéria. Honório deixou para ela um escravo e as roupas de cama e mesa; Antônio legou o usufruto de terras e escravos, dos quais ela desistiu quase integralmente em benefício da Santa Casa de Misericórdia de Barbacena. Da herança do padre Francisco Antônio (incluindo as partes que lhe foram repassadas por Lino José e Camilo José), totalizando R\$ 3:108\$988, ela recebeu alguns objetos em ouro e parte nas terras da Lagoa e Pouso Alto. A tabela 2.20 e 2.21 resumem os bens que Ana Quitéria recebeu de seus pais, em 1845 e o que ela acumulou até sua morte, em 1865, permitindo-nos compará-los.

³³⁸ Idem, testamento juntado, fls. 4.

TABELA 2.20-
Relação dos bens herdados por Ana Quitéria Umbelina de Barbosa no inventário de seus pais e a terça legada por sua mãe - 1845

Bens	Recebidos dos pais em 1845		Pagamento da terça de Felizarda	
	valor	descrição	valor	descrição
Escravos	9:571\$428	20 escravos (12 homens e 8 mulheres)	11:642\$000	34 escravos (20 homens e 14 mulheres)
Terra/ benfeitorias	10:220\$000	Fazenda Barros e Fazenda Moinhos	29:500\$000	Terras e benfeitorias na Cachoeira, benfeitorias da fazenda do Mato e benfeitorias da fazenda Moinhos
Dividas “falidas”	802\$040		2:137\$786	
Dividas ativas	93\$363		23:371\$659	Diversos
Dividas próprias/ adiantamentos	-			
Gado vacum	260\$000	10 vacas solteiras	1:635\$000	45 vacas, 11 bois, 18 bezerros e novilhos
Gado cavalari/ Muar	-		548\$000	6 jumentos, 5 bestas, 2 burros, 11 égua e um macho
Suínos	341\$000	76 suínos (porcos de criar, capados de seva, capadinhos e leitões)	388\$000	62 suínos (porcos de seva, de criar e capadinhos)
Carneiros	124\$500	83 carneiros	-	
Dinheiro	3:184\$833		3:106\$222	
Outros	2:169\$520		4:650\$740	
Total	26:766\$684		76:979\$407	103:504\$091

Fonte: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845, fls. 47-52 e 62v-68.

TABELA 2.21-
Relação dos bens de Ana Quitéria Umbelina de Barbosa -1865

Bem	Valor	Discriminação
Escravos	17:160\$000	29 escravos (18 homens e 11 mulheres)
Terra/benfeitorias	28:000\$000	Fazenda Moinhos com suas benfeitorias
Gado vacum	4:963\$000	29 bois de carro, 66 vacas falhadas, 82 vacas paridas, 57 bezerros, 9 novilhas
Gado cavalari/muar	1:473\$000	9 bestinhas, 11 éguas paridas e 18 falhadas, 5 jumentas, 4 jumentos, 4 cavalos e 1 burro
Ovelhas	195\$000	65 ovelhas
Suínos	850\$000	183 porcos, capados e leitões
Dinheiro	5:695\$000	Moedas de ouro e prata
Outros	27:528\$165	
Total	85:864\$165	

Fonte. AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Ana Quitéria Umbelina de Barbosa, 1865, caixa 4, nº de ordem 12.

Já observei que há evidências de que Ana Umbelina criava animais, principalmente gado muar e cavalari, em sociedade com os irmãos Antônio, Flávio

e Lino. O quantitativo destas espécies de animais descritos na tabela 2.21 evidenciam que ela, particularmente, criava estes animais. Pela descrição do gado vacum verifica-se, também, que a criação de vacas permitia a produção de leite, queijos e manteiga. E criava-se porcos, outro produto típico da região em que a família vivia.

Lino José Ferreira Armonde, o caçula dos irmãos Armonde, faleceu no dia 17 de novembro 1870, solteiro e sem herdeiros necessários, visto já ter enterrado os pais e todos os irmãos. Nascido em 1802, morreu aos 68 anos na cidade de Barbacena. Foi o sobrinho, o Comendador Mariano Procópio Ferreira Lage, quem comunicou a morte à justiça de Barbacena, declarando ser testamentário e herdeiro, e requerendo a nomeação de louvados para proceder-se ao inventário. Mariano Procópio nomeou para seu procurador, para representá-lo no inventário e dar andamento aos procedimentos necessários, ao Tenente Coronel Antônio Teixeira de Carvalho.

O mais novo dos Armonde foi qualificado em 1831 como tropeiro, responsável pela entrada de 70 escravos em Minas Gerais, no período 1809-1830 (cf. 2.11), criador de gado vacum, muar/cavalar, e porcos foi, dentre os irmãos até aqui estudados, o que deixou maior riqueza. É verdade que sendo o último a morrer em uma família extensa, de pessoas que em sua maioria se mantiveram solteiras, ele concentrou parte do patrimônio acumulado por outros de seus irmãos. Ele foi herdeiro de duas partes dos bens deixados por Flávio José e dos remanescentes dos bens de Ana Quitéria, mas a maioria do valor do monte mor, apresentado em seu inventário em 1870, R\$ 655:126\$159, foi acumulado por seu mérito.

O testamento foi escrito no Rio de Janeiro 18 anos antes de sua morte, no dia 11 de outubro de 1852. Para testamenteiros indicou o sobrinho Mariano Procópio Ferreira Lage, Antônio Marques de Carvalho e Antônio Teixeira de Carvalho. Também ele deixou R\$ 10:000\$000 para serem utilizados no casamento de “cinco órfãs ou filhas de pais necessitados”.³³⁹ Da mesma forma que o irmão Antônio Ferreira Armonde, deixou R\$ 20:000\$000 para serem empregados em apólices da dívida pública, cujo produto deveria ser aplicado na manutenção da Casa de Caridade de Barbacena, se houvesse (lembro que o testamento é anterior à construção do Hospital). Caso ainda não existisse o tal estabelecimento, ele deixava R\$ 10:000\$000 para a sua construção ou para o seu melhoramento, se já existisse. Observe-se que o testamento de Lino foi elaborado no mesmo ano em que testou e faleceu o irmão Antônio.

Da mesma forma que Honório e Antônio, Lino José também deixou uma carta secreta com o testamenteiro, para que ele empregasse R\$ 40:000\$000 a favor de pessoas desvalidas, cujos nomes estavam na carta. E para Severino José Ferreira, que aparentemente é pessoa da família, mas que ainda não consegui rastrear o grau de parentesco, determinou que:

O meu testamenteiro converterá em apólices da dívida pública a quantia de vinte e cinco contos de réis cujo rendimento anual lego a Severiano José Ferreira, estas apólices serão inalienáveis e o seu rendimento, por morte do legatário, pertencerão unicamente aos seus descendentes, no caso de não ter o legatário descendentes, será o rendimento das ditas apólices aplicados para se casarem órfãs, ou filhas desvalidas que mereçam a aprovação de meu testamenteiro (grifado de vermelho no original).³⁴⁰

³³⁹ **AHMPAJS**, inventário *post mortem* de Lino José Ferreira Armonde, 1871, caixa 166, n. ordem 13. Testamento juntado, fls. 33.

³⁴⁰ *Idem*, fls. 33v-34.

Lino José não se esqueceu do irmão Manoel, teve a intenção de deixar para ele R\$ 2:000\$000 e se este falecesse antes dele, o que de fato ocorreu, seria este valor aplicado no casamento de órfãs. Deixou R\$ 2:000\$000 para as obras da Capela da Boa Morte de Barbacena, igual valor para a do Curral Novo e o mesmo para a de São Francisco, também no Curral Novo, e R\$ 600\$000 para a reparação da Matriz da mesma cidade. Para os pobres de Barbacena deixou R\$ 600\$000, a serem distribuídos a critério do pároco. Determinou que cinco de seus cativos ficariam livres por sua morte, caso não os tivesse libertado antes. Para Mariano Procópio deixou o sítio do Bairro com todos os seus pertences, animais e escravos. Finalmente, declarou que tudo o mais que sobrasse seria de Mariano Procópio.

TABELA 2.22-
Relação dos bens herdados por Lino José Ferreira Armonde
no inventário de seus pais - 1845

Bem	valor	descrição
Escravos	6:540\$000	15 escravos (11 homens e 4 mulheres)
Terra/ benfeitorias	14:751\$428	Parte da fazenda Barros (Gerais) e parte da fazenda Moinhos
Dívidas “falidas”	802\$040	
Dívidas ativas	93\$363	
Dívidas próprias/ adiantamentos	3:100\$000	
Gado vacum	1:734\$00	32 vacas solteiras, 11 vacas paridas, 12 novilhas/os, 18 bezerros, 1 marruá e 7 bois de carro
Gado cavalari/ Muar	202\$000	11 éguas, duas jumentas e um jumento
Suínos	230\$000	40 cabeças (porcos de seiva, de criar e grandes e leitões)
Dinheiro	85\$000	
Outros	4:228\$853	
Total	31:766\$684	
Reposição	5:000\$000	

Fonte: AHMPAJS inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845.

Tendo realizado seu testamento em 1852, distribuindo verbas generosas para os pobres e desvalidos, Hospital de Caridade e parentes, pode-se afirmar

que já por esta época Lino possuía uma fortuna considerável, muito superior às legítimas maternas que recebeu em 1845 – tabela 2.22.

**TABELA 2.23-
Relação dos bens de Lino José Ferreira Armonde - 1870**

Bem	Valor	Discriminação
Escravos	31:650\$000	38 cativos (27 homens e 11 mulheres)
Terra/benfeitorias	42:200\$000	Terras e benfeitorias da fazenda do Sítio; terras e benfeitorias da fazenda Moinhos
Gado vacuum	11:954\$000	70 vacas paridas e 46 solteiras, 99 novilhas, 65 bezeros, 28 bois de carros 40 bois de carros, 5 touros, 23 novilhos
Gado cavalari/muar	4:327\$000	13 éguas paridas e 39 falhadas, 5 éguas velhas, 15 bestas, 2 jumento, 13 cavalos, 4 poldros, 1 burro, 2 poldras, 2 poldros, 5 jumentas velhas
Carneiros	44\$000	22 carneiros
Suínos	1:349\$000	163 cabeças (porcos de criar, de seva, leitões)
Dívidas ativas	323:880\$317	Ferreira Lage & Cunha, Antônio Vieira da Cunha, Joaquim Pereira de Mello, Pedro Teixeira de Carvalho, Manoel Barbosa Costa & Silva, André José Vidal, Firmino Alves de Araújo
Dívidas de cobrança duvidosa	62:568\$994	Tristão Ramos da Silva e Padre Pedro Ribeiro de Rezende
Dívidas incobráveis	4:423\$171	Herculano Ferreira Paes, José Gonçalves Gomes de Souza, José Porfiro Gomes, Delfina Eulália de São José, Manoel Ferreira da Silva
Dinheiro	28:515\$520	
Apólices e ações	82:865\$000	54 apólices da dívida pública, 50 ações do Banco do Brasil, 105 ações da Companhia União & Indústria
Morada de casas na cidade	3:500\$00	Morada de casas na rua da Boa Morte, com quintal e uma casinha velha anexa
Outros	8:101\$81	Móveis, carros, gêneros, roças,
Monte mor	655:126\$600	
Líquido	528:032\$621	

Fonte: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Lino José Ferreira Armonde, 1871, caixa 166, nº ordem 13.

No inventário há referência à plantação de milho, arroz e feijão; criava-se porcos, carneiros, gado vacuum, muar e cavalari em quantidade considerável. O grande volume de seu patrimônio constituía-se de crédito, principalmente com a firma Ferreira Lage & Cunha, da qual era sócio o sobrinho e herdeiro Mariano

Procópio Ferreira Lage.³⁴¹ Lino investiu, também em ações do Banco do Brasil e da Companhia União & Indústria (CUI). A esta última, fundada por Mariano Procópio Ferreira Lage, voltarei adiante no texto. Por ora, ressalto que Sérgio Birchall observou que: “No relatório de 1857, o presidente [da CUI] agradeceu dois acionistas pelos serviços prestados à companhia: José Antônio da Silva Pinto [Barão da Bertioga – Juiz de Fora, MG, casado com uma prima dos irmãos Armonde] e Lino José Ferreira Armonde”.³⁴²

Parece não restar dúvidas de que Lino foi um grande incentivador do sobrinho Mariano Procópio, filho mais velho de Mariano José Ferreira Armonde. Ele possuía um crédito de mais de R\$ 300:000\$000 com a Companhia Ferreira Lage & Cunha, investia em ações da Companhia União & Indústria e, quando faleceu, deixou para Mariano Procópio uma grande fortuna.

Dos doze filhos de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis somente dois se casaram: Mariano José e Manoel Ignácio, e este último não deixou descendência. Já o Capitão Mariano José Ferreira Armonde³⁴³ deixou descendência ilustre, incluindo Mariano Procópio Ferreira

³⁴¹ BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia.** Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 2ª ed., 1991, a primeira edição é de 1960.

³⁴² BIRCHALL, Sérgio de Oliveira. **O mercado de trabalho mineiro no século XIX.** Ibmec MG working Paper – WP12, 2004, p. 11 <<http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp12.pdf>>, [21 de fevereiro de 2009].

³⁴³ No inventário de Ana Quitéria Umbelina, que a certa altura de sua vida passou a ser chamada de Ana Quitéria Umbelina de Barbosa, ela deixou alguns escravos para “Mariana, filha de meu finado irmão Mariano José Ferreira *Barbosa*”. Portanto, aparentemente, pode ser que Mariano José Ferreira Armonde apareça em alguns documentos com este sobrenome. Meu texto, sobre Mariano José e seus descendentes foram baseados no livro de Wilson de Lima Bastos. Este livro, embora seja referência sobre Mariano Procópio, contém uma série de informações equivocadas e o autor não menciona as instituições de guarda de suas fontes, impossibilitando que as informações sejam checadas. Sobre Mariano Procópio e sua mãe, outras fontes foram utilizadas e serão citadas oportunamente. Cf. BASTOS, Wilson de Lima. Op. cit.

Lage, seu primogênito, que para muitos historiadores e economistas, constituiu-se num dos principais mitos do empresariado da Minas Gerais oitocentista.³⁴⁴

Mariano José Ferreira Armonde nasceu no dia 29 de abril de 1779 e foi batizado no dia cinco de maio do mesmo ano, no oratório em casa de seus pais, pelo vigário José Ferreira Paiva, seu primo. Seu padrinho foi o tio José Ferreira Armonde.³⁴⁵ Mariano José Ferreira Armonde foi casado com dona Maria José de Santana (futura Baronesa de Santana).³⁴⁶ Ela era filha única do casal do Tenente Joaquim José de Santana e de dona Maria Emerenciana de Jesus. Joaquim José e Maria Emerenciana se casaram em Barbacena em 13 de agosto de 1799.³⁴⁷ Joaquim José fora exposto em casa de Izidora Maria de Menezes, em São João del Rei. Maria Emerenciana era filha de Francisco Ribeiro Nunes e Joana Maria da Conceição, esta última era filha do primeiro matrimônio de Ana Maria de Jesus. Portanto, Maria José, a esposa de Mariano José, era bisneta de Ana Maria de Jesus, irmã de Francisco José Ferreira Armonde, o pai de Mariano José, ou seja, havia um parentesco distante entre eles.

O Tenente Joaquim José de Santana faleceu no dia três de abril de 1845, com testamento solene no qual declarou ser natural de São João del Rei, exposto em casa de Izidora Maria de Menezes, então já falecida. Nomeou testadores, respectivamente, ao afilhado José Ferreira Nunes (genro do Coronel Francisco da

³⁴⁴ BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. op. cit., BASTOS, Wilson de Lima. op. cit.

³⁴⁵ Cúria Arquidiocesana de Mariana; Matriz de Barbacena; Microfilme 1252364; Livro de Batismo Nº 3 (1776-1780) – Fl. 540v, cf. LUZ, Paulo Ribeiro.

³⁴⁶ O título de Baronesa de Santana foi a conferido a dona Maria José de Santana em 1861. Segundo W. de Lima Bastos, o imperador pretendia conferir o título de Barão a Mariano Procópio Ferreira Lage, mas este solicitou que o mesmo fosse conferido à sua mãe. BASTOS, W. Lima. Op. cit. p. 62 e 64-65 e

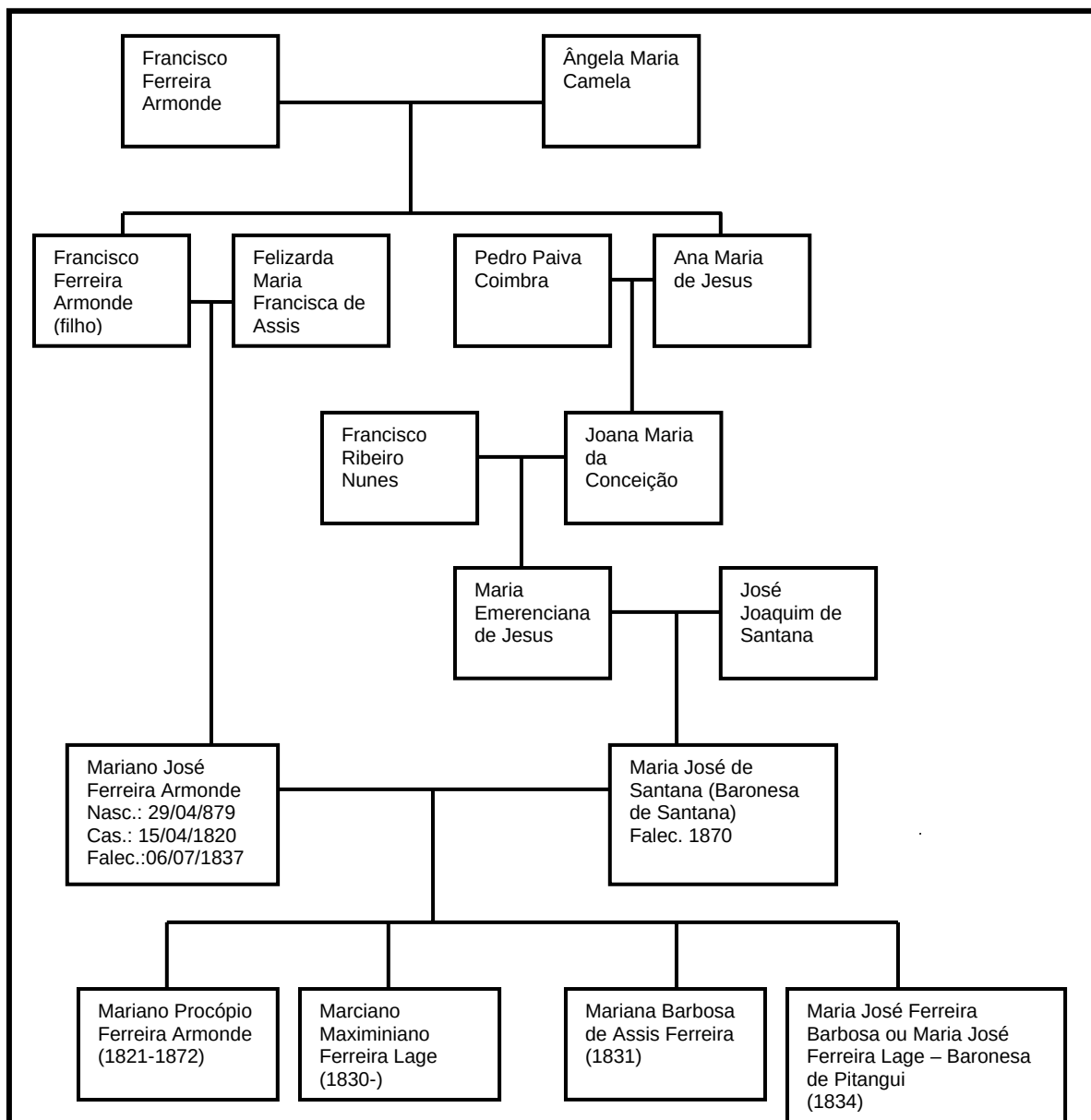
³⁴⁷ Projeto Compartilhar, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>, [11 de janeiro de 2009], informações pesquisadas nos registros de casamento de Barbacena (MG).

Costa Lage), o Alferes José Dutra Nicácio e o Tenente Coronel José Maria Mendes. Se falecesse no Rio de Janeiro, os testamenteiros seriam, nesta ordem, a filha Maria José de Santana, o neto Mariano Procópio Ferreira Lage e a esposa, Maria Emerenciana de Jesus.

Maria José de Santana foi declarada herdeira universal da meação de Joaquim José de Santana, que dispôs da terça deixando R\$ 2:000\$000 para o afilhado José Ferreira Nunes, R\$ 1:000\$000 para João José de Santana, exposto em casa de Antônio de Brito Ferreira, na cidade de Paracatu (MG) e os remanescentes da terça seriam divididos em duas partes iguais, uma para Honório, filho natural de Jacinta Pereira Leitão e outra para Joaquim, filho natural de Ana Rodrigues Cordeiro. Foram nomeados para louvados os senhores Domenciano Alves Garcia e Antônio Carlos Machado. Estes dois herdeiros da terça viviam em companhia do testador, que os educava. Joaquim José escolheu para tutor dos herdeiros da terça o afilhado José Ferreira Nunes. O testamento foi escrito a rogo, na fazenda Fortaleza de Santana, distrito de Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo, Termo de São João Nepomuceno, em 19 de janeiro de 1844. A viúva, meeira residia no Rio de Janeiro e nomeou seu procurador, para ser inventariante, o neto Mariano Procópio Ferreira Lage.³⁴⁸

³⁴⁸ **FÓRUM DR. GERALDO ARAGÃO FERREIRA** (Mar de Espanha – MG), inventário *post mortem* de Joaquim José de Santana, 24 de junho de 1845, caixa 4 e Prestação de Contas Testamentárias, 09 de dezembro de 1846, caixa 1.

**ORGANOGRAMA 2.2 –
Ascendência e Descendência de Mariano José Ferreira Armonde e Maria
José de Santana (Baronesa de Santana)**



Fontes: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Mariano José Ferreira Armonde, 1837, caixa 292, nº ordem 55; BASTOS, Wilson de Lima, op. cit.; LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

Mariano José Ferreira Armonde e Maria José de Santana³⁴⁹ se casaram em Barbacena em 15 de abril de 1820³⁵⁰ e tiveram quatro filhos: Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), Marciano Maximiano Ferreira Lage, Mariana Barbosa de Assis Ferreira e Maria José Ferreira Barbosa (organograma 2.2).

O censo de 1831 registrou que Mariano José Ferreira Armonde residia em Barbacena juntamente com a esposa e os dois filhos mais velhos, Mariano, então com 10 anos, e Marciano com apenas um ano. Ele foi qualificado como negociante e em seu fogo residia também uma família de agregados, ocupando o homem a profissão de ferreiro. Dos 44 cativos listados 30 eram do sexo masculino e 14 eram mulheres. Oito escravizados possuíam entre 3 e 12 anos e apenas um com 12 anos teve a profissão anotada. Dos adultos, 18 tiveram a profissão discriminada, os demais eram certamente roceiros. Dentre os especializados destaca-se a presença de sete tecedeiras. As especialidades dos mancipios são compatíveis com as necessidades da unidade produtiva, daí a presença de cozinheiras, lavadeiras, costureiras e alfaiates – Quadro 2.1.

³⁴⁹ Dentre as muitas pesquisas que analisaram a Baronesa de Santana e sua fazenda, a Fortaleza de Santana, destacamos: ANDRADE, Rômulo. Op. cit., 1995; ALMICO, Rita de Cássia da Silva. Op. cit., 2001; GUIMARÃES, Elione. **Terra de preto**, op. cit.; ROSA, Rita de Cássia Viana, **Em terras nobres**: fragmentos do cotidiano da Fazenda Fortaleza de Santana sob a ótica de um inventário post-mortem – Juiz de Fora, 1870-1888. Monografia de Especialização. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2001; SARAIVA, Luiz Fernando. Op. cit., 2001; SOUZA, Sônia Maria. **Terra, família, solidariedade....**: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920). Bauru, SP: EDUSC, 2007.

³⁵⁰ BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 203.

QUADRO 2.1
Lista de família de Mariano José Ferreira Armonde, 1831-1832

relchef	raca	cond	idade	estciv	ocup	nome
100	1	1	52	2	178	MARIANNO JOZE FERREIRA
200	1	1	30	2	0	MARIA JOZE DE S. ANNA
300	1	1	10	0	0	MARIANNO
300	1	1	1	0	0	MARCIANNO
701	4	0	36	2	FERREIRO- 82	JOZE BERNARDES
711	4	0	20	2	0	ANNA
721	4	0	2	0	0	JOZE
900	2	2	50	2	0	JOZE
900	2	2	30	2	0	MIGUEL
900	2	2	20	1	0	JOAQUIM
900	2	2	20	1	0	JOAM
900	2	2	20	1	0	PEDRO
900	2	2	20	1	0	PIO
900	2	2	20	1	0	DOMINGOS
900	2	2	16	1	0	PEDRO
900	2	2	20	1	FERREIRO- 82	MANOEL
900	2	2	36	1	PEDREIRO-124	FRANCISCO
900	2	2	16	1	0	LEANDRO
900	2	2	16	1	0	LOURENCO
900	2	2	16	1	0	CEZARIO
900	2	2	16	1	0	IZA
900	2	2	16	1	0	PAULO
900	2	2	16	1	0	RAPHAEL
900	2	2	16	1	0	DAMIAM
900	2	2	16	1	0	MARTINHO
900	2	2	16	1	0	TRISTAM
900	2	2	16	1	FERREIRO- 82	FRANCISCO
900	2	2	16	1	0	TORCATO
900	2	2	12	1	SAPATEIRO-136	JOZE
900	2	2	12	1	0	MANOEL
900	2	2	12	1	0	VENANCIO
900	2	2	26	1	COZINHEIRA-46	JOZE
900	2	2	12	1	ALFAIATE-8	VERISSIMO
900	2	2	12	1	0	LUIS
900	3	2	20	2	CARPINTEIRO-31	ANTÔNIO
900	3	2	20	1	0	CAETANO
900	3	2	20	1	COZINHEIRO-46	THOME
900	4	2	6	0	0	DOMINGOS
900	2	2	30	2	TECEDEIRA-145	JOAQUIMNA
900	2	2	25	2	LAVADEIRA-95	JOANNA
900	2	2	20	2	0	MARIA

relchef	raca	cond	idade	estciv	ocup	nome
900	2	2	16	1	COSTUREIRA-45	MAGDALENA
900	2	2	16	1	TECEDEIRA-145	DELFINA
900	2	2	16	1	COSTUREIRA-45	LUIZA
900	2	2	16	1	TECEDEIRA-145	GRACIA
900	2	2	14	1	TECEDEIRA-145	MARIANNA
900	2	2	14	1	TECEDEIRA-145	VICTORIA
900	2	2	25	1	TECEDEIRA-145	JOAQUIMNA
900	2	2	20	1	TECEDEIRA-145	RITTA
900	3	2	5	0		0 EVA
900	3	2	3	0		0 MARIA

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes do termo de Barbacena, 1831-1832, consultada a partir da base de dados elaborada pela professora Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/UFMG, op. cit..

Legenda:

Relação com chefe: 100- chefe do fogo; 370- enjeitados; 900- escravo.

Condição: 1- livre; 2- escravo.

Raça: 1- branco; 3- crioulo; 4- pardo; 6-africano.

Estado civil: 0- não consta; 1- solteiro; 2- casado.

Ocupação: 0- não consta; 45- costureira.

Mariano José participou ativamente dos negócios da família ao lado de seus irmãos, principalmente Marcelino José e Honório José, comprando produtos no Rio de Janeiro e encaminhando mercadorias para Minas Gerais. Ele também atuou politicamente em sua localidade. Segundo Wilson de Lima Bastos, Mariano José Ferreira Armonde foi vereador à Câmara Municipal de Barbacena em 1820. Entre 23 de abril de 1823 e primeiro de julho de 1824, nomeado pela Câmara de Barbacena, “serviu de tesoureiro da ‘Subscrição Voluntária’ oferecida a sua Majestade Imperial para a Marinha de Guerra do Império”. No mesmo ano, 1823 ofereceu-se para exercer, gratuitamente, o ofício de administrador do correio de Barbacena, junto à Fazenda Nacional da Província de Minas Gerais. Ele também foi deputado provincial por duas legislaturas.³⁵¹ Mariano José Ferreira Armonde também era um homem de visão; ele elaborou um “plano de estrada” que

³⁵¹ BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 203.

compreendia “um conjunto de ligações de Ouro Preto às regiões norte, sul, leste e oeste da Província de Minas Gerais”,³⁵² sonho que, de certa forma, seria parcialmente empreendido pelo filho Mariano Procópio Ferreira Lage.

Mariano José Ferreira Armonde faleceu em 06 de julho de 1837, aos 58 anos, deixando um monte líquido muito expressivo para o período e local em que viveu, R\$ 150:328\$127 ou £ 42.286,392, o que então era considerado uma grande fortuna – cf. tabela 1.5.

**TABELA 2.24-
Relação dos bens de Mariano José Ferreira Armonde - 1837**

Bem	Valor	Discriminação	%
Escravos	14:390\$000	42 cativos, sendo 30 homens e 12 mulheres	9,572
Terra/benfeitorias	5:935\$000	Fazenda Pinheiros (com 2 sesmarias de terras), 2 sortes de terras e benfeitorias na fazenda Domingos Francisco, dois pedaços de terras unidas à fazenda dos Pinheiros e um sítio com 40 alqueires de terras com benfeitorias	3,948
Gado vacum	1:349\$000	17 bois de carro, 25 vacas de criar, 60 novilhas e 2 touros	0,897
Gado cavalar/muar	572\$000	3 burros, 6 éguas de criar, 5 poldras, 1 cavalo e 5 bestas	0,380
Dívidas ativas	27:234\$249		18,116
Dinheiro a prêmio	78:741\$800	Dinheiros a prêmios, com juros que variavam de 6% ao ano até 18% ao ano	52,379
Casa de Negócio	5:055\$308		3,362
Apólices e ações	500\$000	Ações da Sociedade Mineradora na Lavra de Passagem	0,332
Dinheiro	5:637\$000		3,749
Ouro e prata	712\$470	Em utensílios e jóias	0,473
Morada de casas na cidade	2:600\$000	Uma morada de casas de sobrado fazendo divisa com o padre José Joaquim Ferreira, outra dividindo com Marcelino José Ferreira e mais uma casa de sobrado com quintal	1,729
Legítima paterna	1:000\$000	“legítima paterna de seu marido na fazenda dos Moinhos”	0,665
Outros	6:601\$300	Utensílio, mobiliários, equipamentos e ferramentas (1:617\$120) e o restante corresponde a diferença entre o monte declarado e soma dos bens.	4,391
Monte Mor	150:328\$127		100

Fonte: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Mariano José Ferreira Armonde, 1837, caixa 292, nº ordem 55.

³⁵²Cf. Decreto imperial 1031, de 07 de agosto de 1852, in: [HTTP://www.cetem.gov.br/publicacao/cts/ct2008-048000.pdf](http://www.cetem.gov.br/publicacao/cts/ct2008-048000.pdf) [acessado em 01 de novembro de 2009].

Antes de analisar a tabela 2.24, algumas explicações são necessárias. Primeiro, no inventário as dívidas ativas foram listadas separadamente dos dinheiros a prêmio. Creio, a princípio, que estas dívidas são prioritariamente relativas a serviços ou negócios (como por exemplo, carretos, compras de gêneros e produtos, etc.) que os devedores haviam realizado com Mariano José, o que não está explícito no documento. Mas, também incluíam créditos, como ficou anotado em dois casos. Segundo, a avaliação da Casa Negócios, não diz respeito ao imóvel, e sim às dívidas existentes na mesma. No inventário este item foi discriminado após as dívidas ativas e os dinheiros a prêmio, e ficou anotado, antes do valor: “E assim mais o que devem a casa de negócio constante de assentos”. Optei por manter os ativos separados, conforme foi organizado no inventário.

Analisando a tabela 2.24, verificamos que o principal investimento de Mariano José Ferreira Armonde foi o financeiro, isto é, ele aplicava dinheiro a prêmio, cobrando juros que iam de 6% (os ‘juros da lei’) até 18% ao ano, e esta aplicação correspondia a 52,379% dos seus bens. Mariano José investia seu dinheiro a prêmio – questão que será retomada no capítulo 3.1 – principalmente com Antônio José Moreira Pinto, comerciante estabelecido na Corte. Verifique-se na tabela 2.25 que ele possuía nas mãos deste comerciante R\$ 58:972\$614, ou seja, 74,893% de todo a sua aplicação de dinheiro a prêmio.

Além dos dinheiros a prêmio, havia as dívidas ativas, cujas origens não ficam claras, que correspondiam a 18,116% de sua fortuna. A relação dos devedores inclui 43 pessoas, dentre as quais o Capitão-Mor José Pereira Alvim, o Sargento-Mor Luiz da Silva Pinto e o Desembargador Manoel Inácio de Mello Souza. Também ficou registrada uma aplicação em apólices da Sociedade

Mineradora de Passagem de Mariana, no valor de R\$ 500\$000. Portanto, se considerarmos os ativos da tabela descritos como dívida ativa, dinheiro a prêmio, assentos da Casa de Negócios e Apólices, Mariano José Ferreira Armonde possuía 74,189% de seus bens em aplicações.

TABELA 2.25-
Dinheiro de Mariano José Ferreira Armonde aplicado a prêmio – 1837

DINHEIRO A PRÊMIO			
DEVEDOR	VALOR	% DOS JUROS	DATAS
Antônio José Moreira Pinto	37:310\$090	$\frac{3}{4}\%$ ao ano	01/01/1837
Antônio José Moreira Pinto	21:662\$524	6% ao ano	01/01/1837
José Mendes Ferreira	881\$226	1% ao mês	06/08/1835
Ezequiel de Araújo Padilha	830\$800	10% ao ano	10/03/1837
Ezequiel de Araújo Padilha	1:224\$000	10% ao ano	10/03/1837
João Marciano de Siqueira (padre)	4:000\$000	10% ao ano	21/04/1837
Manuel Pereira de Assis Alvim	332\$746	15% ao ano	09/04/1835
João Machado de Miranda Rezende	1:000\$000	15% ao ano	18/11/1835
Florentino José Ferreira	798\$700	1% ao mês	28/03/1837
Florentino José Ferreira	800\$000	1% ao mês	09/05/1837
José Anastácio Ferreira	944\$900	1% ao mês	11/04/1837
João Evangelista Sismando Alvim	1:664\$000	1% ao mês	07/07/1837
João Ferreira de Toledo	1:089\$414	15% ao ano	01/01/1837
Francisco Teixeira Braga	1:000\$000	15% ao ano	28/02/1837
Francisco das Chagas Alvim	1:075\$000	15% ao ano	23/06/1837
Vicente Gomes Ferreira Alvim	1:075\$000	15% ao ano	17/11/1836
José Gomes Pereira Alvim	2:000\$000	1% ao mês	01/12/1836
Justino José Teixeira	218\$000	18% ao ano	00/08/1836
Justino José Teixeira	545\$000	18% ao ano	17/11/1837
Justino José Teixeira	630\$000	15% ao ano	01/09/1837
Francisco Paula Alvarenga (Dr.)	140\$000	Sem prêmio	Não consta
Ponciano Antônio da Silveira	109\$000	18% ao ano	27/02/1838
José de Azevedo (morador na Ponte do Paraibuna)	634\$400	Não consta	Não consta

Fundo: AHMPAJS. Inventário *post mortem* de Mariano José Ferreira Armonde, 1837, caixa 292, nº ordem 55.

No sítio de 40 alqueires, cujo nome não foi especificado – creio tratar da “Fazenda do Sítio”, mencionada em outros documentos –, existia um moinho e “uma porção de café novo”. Segundo as declarações da viúva inventariante, havia uma fazenda de matas onde ficava a escravaria e as criações, que era a fazenda

Pinheiros – compostas de duas sesmarias de terras.³⁵³ Embora o inventário não tenha registrado nenhuma roça ou mantimentos colhidos é de se supor que a propriedade produzia gêneros para a subsistência da escravaria e dos animais. Consta da relação dos bens diversas ferramentas, tais como enxadas, foices, machados, cavadeiras, picaretas, serrotes, folhas de serra de engenho, ferramentas de carpinteiros e tendas de ferreiro. Mariano José Ferreira Armonde também investia na ampliação de sua propriedade rural, uma vez que o inventário revela a compra de duas porções de terras unidas à fazenda dos Pinheiros.

O monte-mor do inventário foi calculado em R\$ 150:328\$127, e este foi o valor partilhado. Observo que o inventário não possuía dívidas passivas, mas também não foram descontados os valores das custas. Na partilha coube à viúva, meeira, R\$ 75:164\$063 e a cada um dos quatro filhos uma legítima de R\$ 18:791\$015. Mariano Procópio Ferreira Lage, quando o pai faleceu, contava 17 anos, Marciano, Mariana e Maria estavam com sete, seis e três anos respectivamente. A viúva, dona Maria José de Santana foi a tutora dos órfãos e quando foi intimada para prestar contas dos bens pertencentes a seus filhos, informou à justiça que

Achando-se de residência na corte do Rio de Janeiro, onde conserva toda a sua família e bens pertencentes aos órfãos empregados em apólices (...) não pode a suplicante satisfazer com prontidão [a prestação de contas] (...) e como VS deve entender o cômodo e utilidade das viúvas e dos órfãos, requer remessa de seu inventário para o Juízo de Órfãos da corte.

Ou seja, após a morte do marido dona Maria José fixou-se no Rio de Janeiro, tendo se desfeito das propriedades rurais em Minas Gerais e aplicando a

³⁵³ Uma sesmaria de terras possuía 225 alqueires.

herança dos filhos em apólices. Este mesmo procedimento ela adotou quando da partilha dos bens dos avós paternos (1845), o que analisamos nas seções anteriores. O patrimônio rural preservado em Minas Gerais por dona Maria José foi a fazenda Fortaleza de Santana, que ela herdou de seu pai, falecido depois de seu esposo e onde o filho mais velho, Mariano Procópio Ferreira Lage, montou uma unidade agrária considerada modelo pelos viajantes que a conheceram.³⁵⁴

O primogênito de Mariano José Ferreira Armonde e Maria José de Santana nasceu em Barbacena no dia 23 de junho de 1821, sendo seus padrinhos de batismo o tio Simplício José Ferreira Armonde e a avó Felizarda Maria Francisca de Assis. O batismo foi realizado pelo padre e tio paterno José Joaquim Ferreira Armonde. Wilson de Lima Barros informa que Mariano Procópio aprendeu em casa as primeiras letras e aos quinze anos de idade foi estudar no Colégio de Congonhas do Campo, sob a direção dos padres do Caraça. Ao completar o curso transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde se iniciou nas atividades comerciais. Logo, porém, o pai o mandou para a Europa, com a finalidade de aperfeiçoar seus estudos. Da Europa, Mariano Procópio solicitou ao pai que permitisse sua ida para os Estados Unidos, onde conheceu duas novidades que: “o empolgaram porque vinham ao encontro do projeto que o pai há muito alimentava da construção de uma estrada de rodagem: o novo processo de pavimentação do leito de estradas e o sistema de cobranças de pedágio”.³⁵⁵ Note-se que a dar crédito às informações de Lima Bastos, Mariano Procópio teria feito estas viagens antes dos 17 anos, visto que seu pai faleceu em 1837.

³⁵⁴ AGASSIZ, Luís & AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil**, 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial 2000, Edição Eletrônica.

³⁵⁵ BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 14-15, citação na p. 15.

De volta ao Brasil, Mariano Procópio atuou em atividades comerciais, sendo sócio da Firma Ferreira Lage, Maia & Cunha, “importadora e atacadista de fazendas, estabelecida à rua dos Pescadores (hoje Visconde de Inhaúma)”. Foi negociante matriculado na Praça do Rio de Janeiro, com endereço na rua da Quitanda 139.³⁵⁶ E, ainda, empenhou-se na realização da construção da estrada de rodagem União & Indústria e na instalação de uma colônia de imigrantes em Juiz de Fora. Mariano Procópio foi fundador da Escola Agrícola União & Indústria e ocupou diversos cargos públicos: Diretor da Estrada de Ferro D. Pedro II, diretor das Docas da Alfândega, foi presidente do Prado Fluminense do Rio de Janeiro (Jockey Club Brasileiro) e elegeu-se deputado geral pelo Partido Conservador (1861-1864 e 1869-1872).³⁵⁷

Mariano Procópio e a irmã Mariana casaram-se com os filhos do negociante José Machado Coelho e Castro – importante negociante da Corte. Mariano esposou Amália Ferreira Lage (1851) e Mariana uniu-se a Manoel Machado Coelho. O sogro de Mariano Procópio ocupou as diretorias dos “principais bancos e companhias” da Corte e foi presidente do Banco do Brasil no período 1872-1877 e 1881-1886.³⁵⁸

Analisando o empreendedorismo de Mariano Procópio Ferreira Lage, Edna Resende argumenta que “O grande impulso para seus negócios deve ter sido dado pela herança recebida da família de sua esposa e pelas relações com os familiares do sogro”.³⁵⁹ Logo em seguida a autora nos informa que “em

³⁵⁶ Idem, p. 204-205.

³⁵⁷ Idem, p. 16.

³⁵⁸ RESENDE, Edna, p. 172.

³⁵⁹ Idem, p. 172.

testamento redigido em 1867, Mariano Procópio declarou pertencer à mulher, por contrato nupcial, tudo o que ela herdar dos pais e mais trinta contos de réis”.³⁶⁰ Portanto, nos parece infundada a hipótese de Resende de que a herança da família da esposa de Mariano Procópio teria impulsionado os negócios do mesmo. Em primeiro lugar, um contrato nupcial garantia a ela a totalidade dos bens herdados de seus pais; em segundo lugar o pai de Amália Ferreira Lage faleceu depois de Mariano Procópio; em terceiro, Mariano dotou a esposa com R\$ 30:000\$000, valor que não era de se menosprezar. Note-se que Amália adotou integralmente o sobrenome do marido, o que a princípio parece-nos ser um sobrenome de igual ou maior peso do que o ostentado por sua família de origem. José Machado Coelho de Castro foi Secretário da Companhia fundada por Mariano Procópio em 1852. No capítulo terceiro demonstraremos a extensão e a força da rede de relacionamento político e econômico dos Armonde. Contudo, reconhecemos que o prestígio do sogro de Mariano Procópio sem dúvidas foi importante para os seus negócios e não negamos a possibilidade dele ter entrado com quantia significativa para a Companhia União & Indústria. O prestígio de José Machado está evidente no Estatuto da Companhia, do qual consta que o secretário “acumulará substituição da Presidência nos impedimentos momentâneos [do presidente], uma vez que não passem de um mês”³⁶¹

³⁶⁰ Idem, 172-173

³⁶¹ **Arquivo Histórico de Juiz de Fora (AHJF).** Estatuto Provisório da Companhia União & Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia. 1862, art. 9, p. 4.

Em sete de agosto de 1852, pelo decreto nº 1.031, Mariano Procópio Ferreira Lage obteve concessão para a instalação da Companhia que iria construir, melhorar e conservar duas linhas de estradas:

que começando nos pontos mais apropriados à margem do rio Paraíba, desde a Vila deste nome até ao Porto Novo do Cunha, se dirijam uma até a barra do Rio das Velhas, passando por Barbacena, e com ramal desta cidade para a de São João del Rei e outra pelo município de Mar de Espanha, com direção à cidade de Ouro Preto; e desejando promover quanto possível, o benefício da agricultura e do comércio das indicadas localidades, facilitando as comunicações entre aqueles pontos e as relações entre as duas Províncias do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.³⁶²

A Companhia fundada por Mariano Procópio, da qual ele era diretor presidente, foi chamada de Companhia União & indústria e instalada em Juiz de Fora em sete de setembro de 1856. A construção da estrada de rodagem teve início nesse mesmo ano e foi concluída em 1861. A inauguração, realizada com “pompa e circunstância”, contou com a presença do Imperador Dom Pedro II, da Imperatriz Tereza Cristina, Ministros e Senadores do Império. Para Juiz de Fora, onde aconteceu a solenidade de inauguração, dirigiram-se oficiais da cavalaria da Guarda Nacional, preparado às custas e sob o comando do Tenente Coronel Lino José Ferreira Armonde “comandante de um esquadrão de cavalaria que tinha vindo de Barbacena (...) com alguns de seus oficiais, entre os quais os senhores capitães Barão de Pitangui [II], Joaquim Manoel Alves de Araújo e outros”,³⁶³ em número de 160 praças, alguns dos quais serviram de batedores à família imperial, enquanto outros a acompanharam a galope.

³⁶² Decreto 1.031, de 7 de agosto de 1852, *apud* BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 23.

³⁶³ BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 58.

A concessão incluía também a exploração da estrada por 50 anos com cobrança de pedágio. Nas palavras de Wilson de Lima Bastos, “uma empresa da mais complexa e gigantesca expressão”:

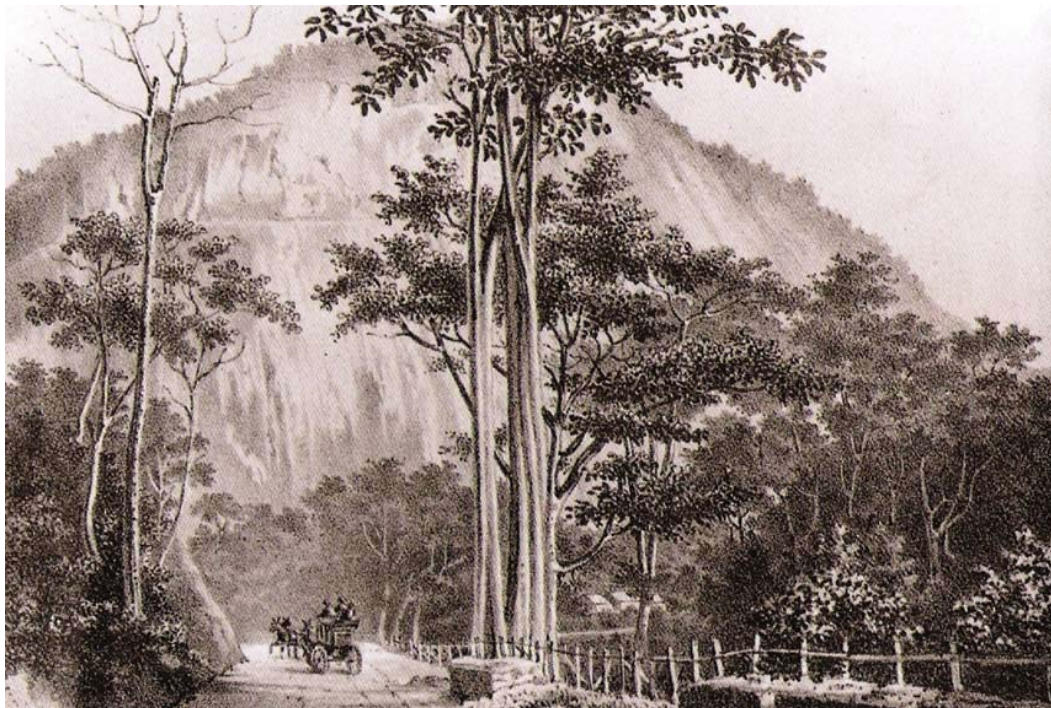
As carruagens de diversos tipos, as estações de mudas ao longo da estrada, as casas, as benfeitorias, a atividade agropastoril, a criação de cavalos, prestações de serviços para a comunidade e propriedades particulares. (...) contavam-se oficinas de serralheiros, ferreiros, de carpinteiros, de marceneiros, serviços de bombeiros, de mecânica, etc., com que empresa dava trabalho a mais de 150 operários livres (a Companhia não admitia o trabalho escravo), além de 100 aprendizes e serventes. (...) Notável era o número de animais, as estrebarias com capacidade para 200, que eram revezados conforme o movimento e na medida das necessidades.³⁶⁴

Sem dúvidas uma empresa magnífica para o seu tempo. Vários autores já destacaram a utilização de numerosa mão de obra escrava alugada por Mariano Procópio para a realização dos mais duros e variados serviços da CUI. Na documentação utilizada neste capítulo, na prestação de contas que Camilo Maria Ferreira Armonde apresentou no inventário de Antônio José Ferreira Armonde, ficou evidente o aluguel de escravos para os serviços da Companhia.³⁶⁵

³⁶⁴ BASTOS, Wilson de Lima. op. cit., p. 27.

³⁶⁵ Pouco antes de falecer, no final dos anos 1990, Wilson de Lima Bastos visitou o Arquivo Histórico de Juiz de Fora e nessa oportunidade eu lhe mostrei diversas escrituras de aluguel de escravos para a CUI, registradas nos livros de notas dos cartórios, e ele fez um artigo, publicado em jornal local, reconhecendo o seu equívoco neste livro. Dentre outros autores que já desfizeram esta imprecisão, sobre a não utilização da mão-de-obra escravos pela CUI, conferir: BIRCHAL, Sérgio de Oliveira, op. cit.; GUIMARÃES, Elione Silva & GUIMARÃES, Valéria Alves. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.

IMAGEM 2.1-
Estrada da União e Indústria – trecho de Paraibuna



Fonte: **Estrada da União e Indústria – trecho de Paraibuna.** *Álbum da Estrada União e Indústria.* Apud: Vasquez, Pedro Karp. *Álbum da Estrada União e Indústria.* 2ª edição. Rio de Janeiro: Quadratim G, 1998. In: NOVAES, Adriano. Os Caminhos Antigos do Território Fluminense. <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf>

O inventário de Mariano Procópio Ferreira Lage, que correu no Rio de Janeiro, não foi localizado. Uma precatória para a avaliação dos bens existentes em Barbacena, e outras fontes, nos dão uma idéia do montante que ele acumulou. No testamento elaborado em 1867 Mariano Procópio estimou seu patrimônio em R\$ 899:609\$000.³⁶⁶ Neste montante não foram considerados os bens que ele herdou do tio Lino José Ferreira Armonde, falecido em 1870 e provavelmente também não foram incluídos os bens que herdaria de sua mãe, a Baronesa de

³⁶⁶ Testamento de Mariano Procópio Ferreira Lage, apud BASTOS, Wilson de Lima. Op. cit. p. 170.

Santana, que também faleceu em 1870.³⁶⁷ Os bens avaliados em Barbacena somaram R\$ 123:300\$210 – em escravos, terras e propriedades urbanas e rurais – e neles creio estar incluído a parte que Mariano Procópio herdou de Lino no que concerne a estes ativos.³⁶⁸

TABELA 2.26
Bens de Mariano Procópio Ferreira Lage – 1867-1872

BENS REALACIONADOS NO TESTAMENTO DE 1867			valor
BENS DE RAIZ	Casa e Chácara na r. D. Luiza		50:000\$000
	Casa do Cais da Glória		10:000\$000
	Canto da Chácara de Juiz de Fora e mobília		160:000\$000
	Terreno atrás do cemitério da estação		4:000\$000
AÇÕES	600 ações do banco do Brasil		120:000\$000
	20 ações da Cia. Argos Fluminense		50:000\$000
	40 ações da F.F. Cantagalo – Cia. Sino Fluminense		10:000\$000
	805 ações da Cia. União & Indústria		161:000\$000
DÍVIDA ATIVA	Liquidação da Firma Lage, Maia & Cunha		75:932\$484
	Adiantamento para liquidar a praça – o que a casa me ficará a dever, feitos os dois adiantamentos por conta de minha mãe 24:000\$000		48:000\$000
	Pago a Drumond Bahia (que ele faliu), se ele fizer fortuna		24:000\$000
	Importância de meu capital e lucros na casa até 31 de dezembro de 1866		161:677\$472
ESCRAVOS	Em escravos, parte dos Lages de Barbacena e outras pequenas colônias de que eu me lembro		20:000\$000
TOTAL			899:609\$000
BENS INVENTARIADOS EM BARBACENA EM 1872			
Ouro e prata			1:642\$810
Mobiliário e utensílios			1:967\$600
Equipamentos e ferramentas			1:130\$000
ANIMAIS	Vacum (359 cabeças)		14:036\$000
	cavalar/muar (162 cabeças)		6:174\$000
	Carneiros (200 cabeças)		400\$00
ESCRAVOS			31:950\$000
BENS DE RAIZ	RURAI	1- Fazenda do sítio (180 alqueires)	57:500\$000
		2- Fazenda Moinhos	
	URBANOS	1- 3 casas	8:500\$000
		2- ¼ de prédio	
TOTAL			123:300\$410

Fonte: Testamento de Mariano Procópio Ferreira Lage, de 1867, apud BASTOS, Wilson de Lima. Op. cit. p. 170. **AHMPAS.** Traslado de inventário de Mariano Procópio Ferreira Lage, 1872. 1SVC. Cx. 122/23. Apud. RESENDE, Edna. Op. cit. p. 169

³⁶⁷ **Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora (AHUFJF)**, inventário *post mortem* da Baronesa de Santana, 1870, caixa 055/6. O inventário se estendeu até 1891, em razão das muitas dívidas e da presença de herdeiros menores.

³⁶⁸ **AHMPAS.** Traslado de inventário de Mariano Procópio Ferreira Lage, 1872. 1SVC. Cx. 122/23. Na tabela 2.26 Edna Resende considera que dos bens avaliados em Barbacena não constam os que foram deixados para Mariano Procópio pelo tio Lino Armonde. Discordo da autora, creio que os bens avaliados em Barbacena, em relação aos ativos dele constantes, são, em sua maioria dos deixados por Lino Armonde, o que a comparação dos inventários dos dois personagens evidencia.

Embora a cronologia proposta tenha sido deixada de lado nos últimos parágrafos, eu não poderia deixar de dedicar algumas palavras a Mariano Procópio Ferreira Lage e às suas realizações. Se por um lado elas se concretizaram na segunda metade do século XIX, por outro se tornaram possíveis pelas riquezas acumuladas por seus antecessores, que permitiram seus estudos na Europa e nos Estados Unidos, onde obteve conhecimentos tecnológicos para exercer seus ideais com a mais alta tecnologia de seu tempo. Não se pode menosprezar as teias políticas e as redes de sociabilidade tecidas por seus familiares, e por ele próprio, que sem dúvidas, abriram seus caminhos para obter a concessão do Imperador para a formação da CUI e a construção e exploração da estrada de rodagem.

O apoio político e financeiro dos tios Lino José Ferreira Armonde e Marcelino José Ferreira Armonde e do primo Camilo Maria Ferreira Armonde também foram fundamentais. O apoio financeiro de Lino, durante toda a sua vida e também na morte, além do apoio moral soma-se ao apoio que Mariano provavelmente recebeu do tio Marcelino, cujo prestígio por certo o beneficiaram. O primo Camilo também o ajudou financeiramente, emprestando-lhe dinheiro quando necessário, a exemplo dos R\$ 40:000\$000 emprestados em abril de 1850 e quitados cinco meses;³⁶⁹ foi vice-presidente da Companhia União Indústria, na qual investiu, e a ele com certeza prestou apoio político.

A construção e multiplicação da fortuna e do prestígio político, a construção de uma extensa rede de sociabilidade pela família Ferreira Armonde, mais especificamente pelos irmãos Marcelino, Mariano, Antônio e Honório é o

³⁶⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibos diversos, 25 de abril de 1850.

objeto de análise do próximo capítulo, com ênfase em Marcelino José Ferreira Armonde.

CAPÍTULO III

RIQUEZA, PODER E ENOBRECIMENTO DA FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE

RIQUEZA, PODER E ENOBRECIMENTO DA FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE

Nas últimas páginas do capítulo dois procurei desnudar a trajetória da família Ferreira Armonde evidenciando as atividades produtivas e comerciais de seu principal tronco. Naturais de Portugal eles se estabeleceram na Comarca do Rio das Mortes, mais especificamente na localidade que hoje corresponde à cidade de Barbacena. Nestas paragens, aos poucos, os Ferreira Armonde construíram uma rede social através dos laços de amizade, vizinhança, negócios e parentela. Se os primeiros Armonde se uniram por laços de parentesco endogâmicos e com os patrícios, com o passar dos tempos sua rede foi se ampliando através de casamentos fora do círculo familiar e do alargamento da teia de amizades e e negócios e se espalhando pelos diversos recantos das Minas Gerais e do Brasil, difundindo e consolidando sua riqueza e poder, ocupando cargos políticos na localidade, na província e no Império. Em outras palavras, promovendo a inserção social, política e econômica dos Ferreira Armonde deste lado do Atlântico do Império português.

A riqueza e o poder construído pelos Armonde, alcançaria seu ápice com a conquista do título de nobreza conferido a Marcelino José Ferreira Armonde em 1848,³⁷⁰ razão pela qual elegemos este personagem para conduzir a discussão deste capítulo. Todavia, como os Armonde desenvolveram seus negócios muitas

³⁷⁰ Título conferido pelo decreto de 11 de outubro de 1848. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit. e ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. op. cit.

vezes atuando de forma conjunta e/ou complementar, muitos dos irmãos de Marcelino tiveram parte de suas trajetórias complementadas neste capítulo.

Portanto, tendo como fio condutor a trajetória de Marcelino José Ferreira Armonde discutimos, de maneira intrínseca, aspectos da história econômica, da história sócio-política e da história da família na segunda metade do oitocentos. Partindo de Barbacena para o Império do Brasil, de Marcelino José Ferreira Armonde e das pessoas que com ele conviveram para a sociedade oitocentista; em outras palavras, saímos do geral para o particular e retornamos ao geral para compreender a multiplicidade social. Cada uma das sessões deste capítulo centrará o foco em uma das questões apontadas: economia, vida sócio-política e família.

A trajetória de Marcelino José Ferreira Armonde foi recuperada a partir de alguns documentos públicos localizados em Barbacena e, principalmente, da documentação particular, sob a guarda de seus descendentes na fazenda Santa Sofia, em Santana do Deserto (Minas Gerais). O acervo particular, que para o período em estudo se compõe de cerca de 800 peças documentais, comprova, para a família em questão e particularmente para Marcelino e seus irmãos, o que o relato dos viajantes e as recentes pesquisas historiográficas apontam a respeito do desenvolvimento econômico, social e político da Comarca do Rio das Mortes e da Vila de Barbacena nos séculos XVIII e XIX. Essa documentação nos possibilitou um olhar ao microscópio a respeito das práticas sociais que nortearam os homens e mulheres do período em estudo. É a partir da microanálise “que

podemos observar um indivíduo construindo as alianças, tecendo suas redes de sociabilidades, seus sucessos e fracassos”³⁷¹

A proposta de pesquisa e elaboração deste capítulo pauta-se na metodologia da microanálise de contextualização social, isto é, interessada na reconstrução de redes de relações. Para Jacques Revel “a escolha do individual não é vista como contraditória à do social”, ela torna possível uma abordagem diferente, que tem como fio condutor o destino de um indivíduo e de seu grupo de relacionamentos, permitindo a “multiplicidade dos espaços e dos tempos”.³⁷² É assim que, tendo a família Ferreira Armonde, principalmente Marcelino José Ferreira Armonde, como fio condutor da análise, pretendemos compreender as relações sócio-econômica e política entre os representantes comerciais da praça do Rio de Janeiro e os ricos fazendeiros/capitalistas de Minas Gerais. Ao mesmo tempo, almejamos vislumbrar como se dava a reprodução local das relações de dependência econômica, social e política. Pretendemos compreender a dinâmica dos mecanismos de créditos, negócios e poder.

Portanto, é a partir do indivíduo que interrogamos o passado, reconstruímos o tecido social e buscamos a multiplicidade dos atos sociais. Consideramos aqui as premissas de Bourdieu³⁷³ e de Rosental,³⁷⁴ de que “os comportamentos individuais não são mecanismos determinados: eles refletem o

³⁷¹ TEIXEIRA, Paula Chaves, op. cit., 2009, p. 16.

³⁷² REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: Revel, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, p. 21.

³⁷³ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

³⁷⁴ ROSENTAL, Paul-André. *Construir o ‘macro’ pelo ‘micro’: Fredrik Barth e a microstoria*. In: REVEL, op. cit, 151-172.

uso que cada um faz da margem de manobra de que dispõe numa situação dada, do seu universo de possíveis”.³⁷⁵

3. 1- De Minas para a Corte e da Corte para Minas – A diversificação econômica da Família Ferreira Armonde

Júnia Furtado, no livro **os Homens de Negócios nas Minas Gerais do século XVIII**,³⁷⁶ nos apresenta o resultado de sua pesquisa sobre o comércio e os comerciantes mineiros do século XVIII. Na obra a autora buscou compreender, através das atuações dos comerciantes das Minas Gerais, a forma de reprodução do poder metropolitano na sociedade colonial. O poder de que trata Júnia Furtado é tanto o público quanto o particular, aquele exercido no cotidiano. Partindo das observações de Maria Odila Dias, que chamou a atenção para a necessidade de se pesquisar as formas de enraizamento dos interesses portugueses no processo de “interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia”, Júnia pesquisou o papel do comerciante na ocupação das Minas Gerais. A autora notou certa dificuldade em classificar os comerciantes das Minas em grupos ou categorias estáticas, uma vez que as atividades desempenhadas eram muito diversificadas. Todavia, ela destacou que havia “uma camada de homens, portugueses, brancos e livres que se esforçava por se identificar com a elite local e diversificava seu

³⁷⁵ Idem, p. 159 e 161.

³⁷⁶ FURTADO, Júnia Ferreira. Op. cit.

investimento em terras, escravos e lavras, procurando os símbolos de dignificação”.³⁷⁷

Remeto o leitor ao capítulo anterior para afirmar que é exatamente neste grupo que podemos classificar os Ferreira Armonde. Em outras palavras, o estudo desta família em particular confirma o que o Júnia Furtado apresentou para os casos por ela analisados. Descendentes de portugueses que se assentaram na Comarca do Rio das Mortes, mais especificamente na localidade hoje chamada Barbacena, eles, aos poucos, desenvolveram atividades econômicas e sociais, aproveitando-se das oportunidades que se apresentaram. Francisco Ferreira Armonde, que chamamos “o velho”, foi um português pobre que chegou à Comarca do Rio das Mortes nas primeiras décadas do século XVIII, dedicou-se a alguma atividade mineradora, e, principalmente, ao transporte de carga e se apossou de algumas terras.

Os filhos, especialmente José e o homônimo Francisco, deram continuidade às suas atividades, e encontram nas transformações conjunturais oportunidades de fazer prosperar os negócios criatórios e ampliar a propriedade da terra. Fizeram multiplicar seus lucros e ampliaram suas riquezas, investindo na criação de animais de carga – que eram fundamentais para o comércio e o transporte, promovendo a substituição de um produto até então importado de outras províncias (os muares) – e emprestando dinheiros a juros (dinheiro a prêmio), valendo-se da estabilidade econômica e da ausência de um sistema bancário. A terceira geração, já enriquecida, encontra-se entre os mais abastados

³⁷⁷ Idem, p. 332.

moradores do lugar. Portanto, os Ferreira Armonde já no final do século XVIII e início do XIX faziam parte da chamada “nobreza da terra”.³⁷⁸ Suas atividades econômicas, conforme já destacamos nos dois primeiros capítulos e que reforçaremos neste em relação a Marcelino José Ferreira Armonde, eram muito diversificadas, o que podemos afirmar com base tanto nos inventários analisados quanto nas correspondências particulares e comerciais e outros papéis acumulados pela família.

Júnia Furtado, ao analisar a correspondência trocada entre Francisco Pinheiro, comerciante português, e seus agentes comerciais nas Minas Gerais, entre 1712-1744, destacou que à medida que as rotas de mercadorias se expandiam fez-se necessário o estabelecimento de uma linha de intercâmbio de informações, desenvolvendo-se aperfeiçoado sistema de trocas de correspondências, de caráter privado. Para a autora,

Nessas correspondências circulavam as mais diferentes notícias, desde as que se interessavam diretamente à atividade comercial, como contas, análise de mercado, balanço e acertos financeiros como as que se referiam às impressões do dia-a-dia da sociedade. (...) Além disso, eram fundamentais para reproduzir os laços sociais e políticos de maneira informal e, por isto, procuravam ordenar os homens e confiná-los numa rede de dependência e reciprocidade.³⁷⁹

Da mesma forma que o comerciante estudado por Júnia Furtado, a família Ferreira Armonde também acumulou uma considerável quantidade de correspondências e recibos que nos informam a respeito de suas atividades

³⁷⁸ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Potentados coloniais e circuitos imperiais: notas sobre uma nobreza da terra supracapitanias, no Setecentos*. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIN, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.). **Optima Pars**. Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005. p. 139.

³⁷⁹ FURTADO, Júnia. op. cit., p. 22 e 59.

comerciais e políticas. É verdade que a ação do tempo e dos homens provocaram o desaparecimento de muitas peças, comprometendo uma análise serial sobre o acervo. Se por um lado perdemos a possibilidade de um exame de conjunto, por outro ganhamos na oportunidade de acompanhar suas atividades ao longo do tempo, priorizando a análise qualitativa do acervo, garantindo um diagnóstico complexo e qualificado da vida funcional destes indivíduos. São migalhas que permitem recuperar a história vivida. De qualquer modo, o conjunto documental preservado pelos descendentes dos Ferreira Armonde possibilitou mapear o tipo de comércio e de relações estabelecidas por eles com seus agentes comerciais na praça do Rio de Janeiro, seus empregados, seus familiares, seus devedores e credores. O acervo é composto, também, por recibos de crédito e correspondência trocados entre os Ferreira Armonde e os seus prepostos em vasta extensão das Minas Gerais e os recibos de créditos com fazendeiros, agregados, homens livres pobres, escravos e os mais diversos segmentos sociais aonde chegavam seus negócios. Estes documentos, da mesma forma, permitiram a identificação dos indivíduos com os quais eles estabeleceram relações e o tipo/grau destas (cf. anexo 3).

Há que se observar que nos últimos anos houve um crescente interesse em analisar a dinâmica do mercado interno mineiro a partir da crise da mineração, enfatizando as atividades voltadas para o abastecimento da praça mercantil do Rio de Janeiro e das ligações dos comerciantes das Minas Gerais com os comissários da Corte do Rio de Janeiro. Cláudia Chaves, em **Perfeitos Negociantes**, procurou apresentar um “panorama geral do mercado colonial de

Minas Gerais”, apontando suas especificidades, seus agentes e sua estrutura de funcionamento. Segundo a autora, este mercado era muito diversificado e difundido e, principalmente, ligado ao setor agropecuário.³⁸⁰ Da mesma forma, esta pesquisa pretende contribuir para ampliar a compreensão a respeito da atuação destes negociantes e da estrutura de funcionamento de seus diversificados negócios.

A maior parte da documentação particular preservada, para o período em análise, diz respeito a Marcelino José Ferreira Armonde, sendo, portanto, a partir dele que analisamos as atividades de um grande comerciante mineiro, seus negócios e sua relação com os negociantes do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que o inventário de Marcelino José Ferreira Armonde não foi localizado, portanto,³⁸¹ a análise realizada se pautou prioritariamente na documentação particular. Não realizamos pesquisa específica sobre os negócios dos Ferreira Armonde na documentação cartorária e judiciária.³⁸²

³⁸⁰ CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes:** mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999. citação na p. 18.

³⁸¹ Não localizei o inventário de Marcelino José Ferreira Armonde nas localidades onde ele viveu e atuou: São João del Rei, Barbacena e Juiz de Fora. Embora sejam muitos os descendentes dos Ferreira Armonde que se dedicam às pesquisas genealógicas sobre a família, nenhum deles tem informações sobre a localização deste inventário. Fábio Pinheiro (2007:143) alega ter pesquisado o inventário da esposa de Marcelino Ferreira Armonde no Arquivo Histórico Prof. José Altair Savassi, em Barbacena. Trata-se do inventário de Anna Joaquina da Silva (1827 – inventariante Marcelino José Ferreira, caixa 20, nº de ordem 18). Embora nem sempre os Ferreira Armonde assinem o Armonde tenho certeza que o inventário a que se refere Pinheiro não trata de Marcelino José Ferreira Armonde pesquisado neste texto, mas de um homônimo, um forro ou homem livre pobre, talvez pertencente às relações de dependência da família Ferreira Armonde, que adotou o nome do rico negociante barbacenense. Conforme veremos no capítulo 4.2, ao perfilhar os filhos em 1847 Marcelino disse que nunca se casou. Também fiz uma comparação das assinaturas e elas não conferem.

³⁸² As fontes cartorárias de Barbacena estão sob a guarda do Arquivo Municipal Prof. Altair José Savassi, mas no início desta pesquisa não estavam disponíveis para a pesquisa. Quanto ao acervo do judiciário, também sob a guarda da mesma instituição, embora Edna Resende (op. cit., p158, nota 442) informe que há várias ações movidas por Marcelino José Ferreira Armonde contra seus

É, portanto, chegada a hora de conhecermos o que as fontes preservadas no acervo particular nos revelam a respeito destes personagens. Marcelino José Ferreira Armonde foi o quarto dos doze filhos do casal Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis. Ele nasceu no dia 12 de abril de 1785, no arraial da Igreja Nova (atual Barbacena), sendo batizado na Capela da Fazenda Cachoeira.³⁸³ Em 1831 ele figura no censo como um homem solteiro, de 48 anos, dedicado à agricultura e negócios, com um único escravo.³⁸⁴ Certamente o escravo que consta da lista de família é o que servia a Marcelino em sua residência urbana e logicamente não corresponde ao total dos escravos que ele possuía em suas unidades rurais. A este respeito Alexandre Cunha observou que

É importante, da mesma forma, perceber que muitas vezes a presença de um fogo pequeno, individual, ou com esposa, filhos e eventuais escravos domésticos, no ambiente urbano, pode ter por trás uma grande propriedade escravista rural dedicada a atividades agropecuárias, administrada por um parente ou minimamente associações nos termos

devedores no Arquivo de Barbacena, estas não constam da base de dados disponibilizadas como instrumento de busca para os pesquisadores, portanto, não tive acesso às mesmas.

³⁸³ Alguns genealogistas atribuem a data de nascimento de Marcelino José Ferreira Armonde ao dia 03 de maio de 1783 (cf., <http://www.arvore.net.br/>, [acessado em 29 de setembro de 2009]). Utilizei no texto a data de nascimento atribuída pelo genealogista Paulo Luz, de cujos resultados de pesquisa me vali nos capítulos anteriores. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

³⁸⁴ **Lista Nominativa de Habitantes do Termo de Barbacena, 1831-1832**, consultada a partir da base de dados elaborada pela professora Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/UFMG. Marcelino José Ferreira consta do banco de dados com a profissão 178, que engloba as seguintes atividades, segundo o índice elaborado pela pesquisadora: LAVRADOR Chácara e venda, NEGOCIANTE Chácara e venda, LAVRADOR Cultura e venda da terra, NEGOCIANTE Cultura e venda da terra, LAVRADOR Cultura e venda, NEGOCIANTE Cultura e venda, LAVRADOR Lavoura e negócio de carne, NEGOCIANTE Lavoura e negócio de carne, LAVRADOR Lavrador e negócio de fazenda seca, NEGOCIANTE Lavrador e negócio de fazenda seca, LAVRADOR Lavrador e negociante, NEGOCIANTE Lavrador e negociante, LAVRADOR Loja e cultura, NEGOCIANTE Loja e cultura, LAVRADOR Negociante e roça, NEGOCIANTE Negociante e roça, LAVRADOR Negociante e lavoura, NEGOCIANTE Negociante e lavoura, LAVRADOR Negociante de fazenda e lavoura, NEGOCIANTE Negociante de fazenda e lavoura, LAVRADOR Negócio e roça, NEGOCIANTE Negócio e roça, LAVRADOR Negócio e lavoura, NEGOCIANTE Negócio e lavoura, LAVRADOR Negócio e cultura, NEGOCIANTE Negócio e cultura, LAVRADOR Negócio e agricultura, NEGOCIANTE Negócio e agricultura, LAVRADOR Roceiro e negociante de gados, NEGOCIANTE Roceiro e negociante de gados, LAVRADOR Roceiro e negociante, NEGOCIANTE Roceiro e negociante, LAVRADOR Vive de negócio e roça, NEGOCIANTE Vive de negócio e roça, LAVRADOR Vive de cultura e negócio, NEGOCIANTE Vive de cultura e negócio.

dessas redes familiares que constituem a base material dessa elite política.³⁸⁵

Marcelino José Ferreira Armonde faleceu em Barbacena no dia 17 de janeiro de 1850, após um período acometido por doença, com cerca de 65 anos. Em sua cidade de origem, Marcelino José Ferreira Armonde dedicou-se a múltiplos negócios, que incluíam interesses ligados à mineração, ao comércio, ao tráfico de escravos, às “atividades capitalistas”, à expansão de suas terras, à produção de gêneros e à plantagem escravista ligada à cafeicultura. Nas seções seguintes abordaremos as múltiplas atividades exercidas pelos irmãos Armonde, iniciando pelo transporte de cargas destes homens do Caminho Novo.

3.1.1- Homens do Caminho Novo e Senhores de tropas,

Refletindo bem o Sr. Barros verá o quanto poupa em dinheiro, trabalho, e risco de vida, verá o quanto é interessante vir as fazendas por condutor que se esmere em comprá-las e conheça de fazendas. Eu tenho loja em Mariana e tenho no Rio bom correspondente. Em mim sempre achará inteireza e prontidão ao seu serviço (...)
Honório José Ferreira (grifo nosso).³⁸⁶

O verbete em destaque no texto acima é expressão inequívoca de uma das atividades exercidas pelos irmãos Armonde, e, provavelmente, uma das mais lucrativas por eles realizadas. Com suas vidas dedicadas ao transporte de cargas,

³⁸⁵ CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província: elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2007, p. 165.

³⁸⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 17 de janeiro de 1822.

riquezas construídas nas estradas, os Armonde se preocuparam com o aperfeiçoamento das vias terrestres. Mariano José Ferreira Armonde empreendeu um plano de melhorias das estradas da Província Mineira;³⁸⁷ Marcelino e outros irmãos Armonde se dedicaram aos trabalhos de construção da Estrada Nova do Paraibuna (1836, questão que será retomado no capítulo 4.1) e Mariano Procópio levou a cabo a construção da Estrada União & Indústria (concluída em 1861).³⁸⁸

A leitura dos livros dos viajantes não deixa dúvidas das agruras que era trafegar pelo Caminho Novo nos séculos XVIII-XIX. Às condições geográficas e naturais difíceis de vencer somavam-se a escassez de pousos que oferecessem qualidades adequadas para que os homens descansassem da labuta diária. Pelo caminho enfrentava-se os perigos da geografia acidentada e de animais peçonhentos, além das intempéries. Os homens e a animais eram muito exigidos.³⁸⁹ Mas a família Armonde desde que se instalou nas Minas Gerais, na primeira metade do século XVIII, habituou-se a trafegar e a ganhar a vida transpondo a estrada que unia as Minas Gerais ao Rio de Janeiro – o Caminho Novo, construído e fins do século XVII e início do século XVIII por Garcia Rodrigues Paes.

A primeira notícia concreta sobre as atividades de tropeiros dos Armonde remonta a 1751, ano em que faleceu o velho Francisco Ferreira Armonde. Por

³⁸⁷ Cf. Decreto imperial 1031, de 07 de agosto de 1852, in: [HTTP://www.cetem.gov.br/publicacao/cts/ct2008-048000.pdf](http://www.cetem.gov.br/publicacao/cts/ct2008-048000.pdf) [acessado em 01 de novembro de 2009].

³⁸⁸ BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**, op. cit., p. 58.

³⁸⁹ Para uma compilação da descrição dos viajantes a respeito das viagens das tropas pelo Caminho Novo ver: GUIMARÃES, Elione Silva. *Tropas e tropeiros na Minas Gerais oitocentista: Francisco Garcia de Mattos, um tropeiro na Zona da Mata mineira*. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas**. Conservatória, 2005, Cd-rom.

esta época, seu filho Manoel Ferreira Armonde encontrava-se tropeirando com oito muares pertencentes a seu pai, além dos seus próprios animais,³⁹⁰ enfrentando as adversidades do Caminho Novo. Mais de cinquenta anos depois, os netos do velho Francisco Ferreira Armonde possivelmente foram donos de tropas de primeira grandeza³⁹¹ e freqüentemente cruzavam o Caminho Novo transportando os mais variados produtos entre as Minas Gerais e o Rio de Janeiro, conduzindo as próprias tropas, pessoalmente ou por seus empregados. Da Corte traziam tecidos, sal, ferragens e negros. De Minas Gerais levavam queijos, doces, toucinhos, ouro, couros, tecidos de algodão, poaia e café. Com este comércio angariaram riquezas, amizades, poder e nobreza.

No capítulo dois vimos que alguns dos irmãos Ferreira Armonde – Flávio e Lino –, no censo de 1831, foram qualificados como tropeiros. Honório, que assina a carta que iniciou esta seção, foi então classificado como negociante, estabelecido em Mariana. Nove anos antes, já estabelecido com comércio em Mariana, procurando demonstrar as vantagens de seus serviços, ele se apresentou a Manuel de Barros Araújo (comerciante em Passagem de Mariana) como condutor. O texto demonstra, ainda, a diversidade de suas atividades e as vantagens de seus contatos com os comerciantes da Corte. Os serviços que oferecia, note-se, extrapolavam o de simples condutor.

³⁹⁰ **MRSJDR.** Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751, p. 10. Cf. capítulo 1.

³⁹¹ As tropas constituíam-se de lotes de animais, cada lote variando entre sete e onze bestas. As tropas mineiras em geral formavam-se de nove cargueiros. As tropas com mais de três lotes de animais eram consideradas de primeira grandeza. Cf. GOULART, José Alípio. **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil.** Rio de Janeiro: Conquista, 1961 e GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação: Família, trabalho, terra e conflito** (Juiz de Fora – Minas Gerais, 1828-1928). São Paulo: Annablume – Juiz de Fora: FUNALFA, 2006, pp.199-206.

Na seqüência deste capítulo verificamos que Honório José Ferreira Armonde foi, de fato, dentre os irmãos, o que, até 1835, mais se fez presente na documentação acumulada no acervo particular da família, como condutor e intermediário para a aquisição dos produtos no Rio de Janeiro, que seriam distribuídos aos vendedores de Minas Gerais. Nestas atividades ele cuidava não somente dos interesses da família como de diversos outros comerciantes e fazendeiros mineiros, como atestam as contas de *deve e haver* que serão exploradas neste capítulo.

Atuando como comissário e condutor para Manoel de Barros Araújo, em 1826, Honório José encaminhou correspondência ao cliente na qual justificava não poder atendê-lo naquele momento, enviando os produtos solicitados de Mariana, onde Honório tinha casa de negócio, para Passagem, onde Manuel de Barros tinha seu comércio. Honório dizia que não podia mandar os dois barris de vinho solicitados porque estava sem tropas, somente tinha dois lotes de bestas. Ele informou que em sua casa tinha cargas que deviam ir para o Rio de Janeiro e as tropas estariam de volta em agosto, e só então, se o cliente desejasse algo, poderia atendê-lo.³⁹²

Não foi possível determinar o tamanho das tropas que os Armonde possuíam e nem o quantitativo dos homens empregados nas mesmas. Mas sabemos que não obstante possuírem as próprias tropas, eles contratavam serviços de outros condutores durante todo o período analisado nesta pesquisa. Recuperamos uma relação de algumas das pessoas que prestaram serviços de

³⁹² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência encaminhada por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 22 de junho de 1826.

tropeiros para a família, 68 indivíduos aproximadamente,³⁹³ seja na condição de empregados, seja como condutores independentes, sem que possamos discriminá-los na totalidade.

**QUADRO 3.1-
Condutores/Tropeiros que trabalharam para os Ferreira Armonde**

NOME	FUNÇÃO
Antônio Coelho de Souza	Condutor?
Antônio Francisco de Albuquerque	Condutor
Antônio Joaquim	Condutor
Antônio Joaquim Rodrigues	Condutor?
Antônio José Bernardino	Tropeiro
Antônio José de Castilho	Condutor
Antônio José Teixeira	Conduziu cobre para Marcelino
Antônio Lopes de Faria	Condutor
Antônio Pereira	Tropeiro
Antônio Rodrigues de Oliveira	Condutor?
Antônio Xavier Ribeiro	Tropeiro
Bento José da Silva	Condutor
Floriano José da Costa	Condutor
Francisco Garcia de Mattos	Tropeiro
Inácio José de S.[ouza]	Tropeiro
Jacó da Costa Pereira	Condutor
João Antônio dos Santos	Condutor?
João Carlos Vas.	Condutor?
João de Souza Cardoso	Condutor?
João Manoel	Condutor
João Manoel da Silva	Condutor
João Manoel da Silveira	Condutor
João Manoel de Souza	Tropeiro
Joaquim Garcia	Condutor
Joaquim José Fernandes	Condutor?
Joaquim Manoel de Oliveira Bastos	Condutor.
Joaquim Pacheco	Tropeiro
Joaquim Rodrigues da Costa	Condutor?
José Antônio Rodrigues	Condutor?
José da Costa Barbosa	Condutor
José de Souza da Cunha	Condutor?
José Gracia Per ^a de Faria	Condutor
José Joaquim Damasceno	Tropeiro-
José Jorge da Silva	Condutor
José Leandro	Camarada de tropa
José Luiz da Silva Vianna	Condutor
José Mendes Ferreira	Condutor

³⁹³ Do quadro 3.1 constam 68 linhas, mas alguns poucos podem estar repetidos por estar o nome incompleto, isto é, Mariano José e Mariano José Pires talvez sejam a mesma pessoa.

NOME	FUNÇÃO
José Moutinho	Condutor
José Rodrigues de Souza	Tropeiro
José Simões Pereira	Condutor?
José Vicente	Condutor
Leonardo José do Vale	Tropeiro,
Lino Per. Bze	Tropeiro
Lourenço Pinto	Tropeiro
Manoel Antônio da Silva Campolina	Condutor?
Manoel Antônio Pinheiro	Condutor?
Manoel da Silva Espíndola	Condutor
Manoel Duarte Firmino	Condutor
Manoel Gonçalves Loures	Condutor
Manoel Jacintho de Faria	Condutor
Manoel Joaquim	Conduziu
Manoel Pinheiro Faria	Condutor
Manoel Pinto da Silva:	Condutor
Manoel Rodrigues da Costa	Condutor
Manoel Soares do Couto	Condutor
Mariano José	Camarada da Tropa de Floriano José da Costa
Mariano José Pires	Condutor
Modesto	Condutor
Modesto Rodrigues de Faria	Tropeiro
Pedro Ferreira Gomes	Condutor
Ponciano Teixeira	Condutor?
Rufino	Condutor?
Serafim	Condutor
Serafim José da Cunha	Condutor?
Serafim Pereira de Souza	Condutor
Severino Moreira	Condutor?
Valentim Mendes Ferreira	Condutor

Nota: quando anotei “Condutor?” Foi conclusão minha, nos demais casos está conforme a fonte.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Lista elaborada a partir da leitura do conjunto da documentação. 1816-1850.

Da relação acima, para além dos nomes, pouco se pôde explorar para esta pesquisa. O que afirmamos com certeza é que da lista constam pessoas de diferentes condições sócio-econômicas. O tropeiro Francisco Garcia de Mattos, que conduziu cargas para os Armonde por longos anos, foi senhor de muitas terras e homens.³⁹⁴ Valentim Mendes Ferreira consta da documentação como

³⁹⁴Cf. GUIMARÃES, Elione Silva, *Tropas e Tropeiros na Minas Gerais oitocentista*, op. cit. —. *Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação*, op.cit.

“camarada” de Honório José Ferreira Armonde, tendo trabalhado para ele durante todo o período analisado, até sua morte. Floriano José da Costa também foi condutor dos produtos de Marcelino por longa data, não sendo possível afirmar se atuava independente ou se era empregado dele. Alguns dos nomes da lista não eram de senhores de tropas, mas sim de empregados dos tropeiros, a exemplo de Mariano José, camarada da tropa de Floriano José da Costa e Leandro José, também camarada de tropa sem podermos precisar para quem trabalhava. Alguns destes homens realizaram empréstimos com Marcelino José Ferreira Armonde, dentre os quais Floriano José da Costa, evidenciando a pluralidade das relações estabelecidas entre eles.

Na fazenda Santa Ana (Santana do Deserto), propriedade de Marcelino José Ferreira Armonde administrada por seu genro Cândido Ferreira da Fonseca, no de 1856, havia 65 animais muares e cavalares. Dos 165 cativos da propriedade nove foram arrolados como tropeiros. A propriedade contava com 165 mil cafeeiros de diversas idades e 3.000@ de café em tulha. Estes dados indicam que a fazenda possuía a própria tropa, que conduzia o café para o Rio de Janeiro.³⁹⁵

A produção bibliográfica acerca dos tropeiros³⁹⁶ já destacou que a relação estabelecida entre eles e os fazendeiros para os quais conduziam os produtos era uma relação de confiança mútua. No caso analisado, os condutores levavam para

³⁹⁵ Retomarei a discussão sobre a fazenda Santa Ana e a administração de Cândido Ferreira da Fonseca no cap. 4.2, embora seja necessário fazer algumas menções à fazenda e seu administrador ao longo deste capítulo. As informações foram obtidas em: **AHUFJF**. Fundo Benjamin Colucci – inventário de Cândido Ferreira da Fonseca. Inventariante Camila Francisca de Assis. 1856, caixa 12-B.

³⁹⁶ Dentre outros, cf. GOULART, José Alípio. Op. cit.; LENHARO, Alcir. Op. cit.. RIBAS, Rogério de Oliveira. **Tropeirismo e Escravidão – um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840 - 1888**. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba, UFPR, 1989; SCHNOOR, Eduardo, op. cit; GIL, Tiago Luis. **Coisas do Caminho. Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009.

a Corte não somente os produtos (poaia, café, queijos, toucinhos etc.), mas também metais e valores em dinheiro que seriam depositados com os comissários do Rio de Janeiro. Eles também conduziam valores para arcar com os pagamento das taxas cobradas ao longo da estrada, como os quintos por exemplo.

É necessário destacar que não obstante a longa cadeia de endividamento que se ramificava dos comissários da Corte para seus similares provincianos, estendendo-se aos comerciantes e vendeiros, a documentação analisada nesta pesquisa demonstra que parte significativa destes endividamentos se funda não como uma dívida propriamente dita, mas sim como um depósito de mercadoria para venda futura deixados em consignação aos “atravessadores”.³⁹⁷ Assim, a cadeia desta dinâmica econômica somente se realiza quando o produto é lançado em um mercado mais amplo, no caso o Rio de Janeiro, numa relação similar à descrita por Marx para a Inglaterra

Na Inglaterra, há muitas pequenas cidades fabris, cujos habitantes não possuem capital suficiente para transportar os seus produtos industriais até aos remotos mercados, onde encontrariam procura e consumidores. Os comerciantes figuram aqui como simples agentes de negociantes mais ricos, que vivem em algumas das maiores cidades comerciais.”³⁹⁸

Em outras palavras, o comerciante realizava o produto no grande mercado, e ao realizá-lo recebia a sua comissão e se tornava depositário de seu cliente. Portanto, como observa John Schulz...

de um modo geral, entretanto, a agricultura atuou mais como geradora de recursos para depósitos em bancos [em nosso caso específico seriam os

³⁹⁷ A respeito dos comissários e de seu papel na cadeia de crédito e débito do comércio cf. **Stein**, Stanley J. *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba*. Tradução de Edgard Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

³⁹⁸ MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo. Editora Martins Claret Ltda. 2006 p.93.

comerciantes e comissários do Rio de Janeiro e também das Minas] ou compra de bônus do que como tomadora desses empréstimos.³⁹⁹

A estrada utilizada pelos condutores e comerciantes em estudo foi o Caminho Novo. A documentação analisada evidencia que ao longo desta rota os fazendeiros e comerciantes estabeleceram uma longa rede de trocas, vigilância e reciprocidade que permitia e facilitava o funcionamento das transações, inclusive socorrendo-se financeiramente se necessário. A carta que Marcelino José Ferreira Armonde encaminhou ao primo Francisco da Costa Lage, morador em Matias Barbosa, em dezembro de 1817 é ilustrativa destas relações. Marcelino estava no Rio de Janeiro e a tropa de Floriano José da Costa seguiu na frente conduzindo para Minas Gerais as suas cargas, provavelmente tecidos. Marcelino solicitou ao primo que suprisse as necessidades do condutor, se necessário fosse: Em Matias Barbosa – na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro – estava localizado o Registro do Caminho Novo ou Registro de Matias Barbosa, que segundo Felipe Rodrigues de Oliveira foi “o mais importante e o mais rendoso de todos os registros do Brasil”⁴⁰⁰. Marcelino estava se precavendo caso o condutor tivesse necessitasse de mais dinheiros para pagar as taxas do referido registro. Na carta, o comerciante de Barbacena dizia ao “primo e amigo” que

o portador desta é o senhor Floriano José da Costa, condutor das minhas cargas. Caso lhe falte algum dinheiro para os quintos eu por esta me obrigo a satisfazer-lhe por estes dias que por aí hei de passar, e pretendo ser aí até 18 ou 19 do corrente.⁴⁰¹

³⁹⁹ SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição: 1875-1901**.-São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel,1996.

⁴⁰⁰ OLIVEIRA, Felipe Rodrigues de. Op. cit., p. 94.

⁴⁰¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência expedida por Marcelino José Ferreira Armonde para Francisco da Costa Lage, 08 de dezembro de 1817.

Quando se contratava os serviços de condutores os produtos eram preparados com antecedência para serem carregados quando a tropa chegasse, tudo acordado previamente. A tropa contratada faria o percurso acordado no tempo ajustado, como se observa da correspondência seguinte:

Ilmo Sr. C^{el} Marcelino José Ferreira
S[ua] C[asa]. 28 de 10^{bro} de 1845
Meu amigo e Senhor
Tive o prazer de receber a de V^aS^a datada de 21 do corrente e do seu conteúdo respondo que estou pronto para estar na fazenda de V^aS^a nos dias marcados, e no terceiro dia do mês de janeiro próximo há de passar a tropa nessa cidade e é por isso que V^aS^a pode ter o cal pronto e mais alguma coisa que V^aS^a houver de mandar.⁴⁰²

Assim como os produtos deveriam estar preparados para a chegada da tropa, os ajustes para os carretos dos serviços de terceiros deviam ser combinados com antecedência. Em maio de 1844 Inácio José encaminhou correspondência a Marcelino José Ferreira Armonde, consultando-o sobre o seu interesse em contratar sua tropa para os serviços do ano em curso,

I^{mo} Sr. Coronel Marcelino Ferreira de Armonde
Bonfim, 17 de maio de 1844
Lembra-me que V^aS^a no ano passado falou a meu irmão Antônio José Bernardino para ir com minha tropa e dele conduzir de sua fazenda cafés para o Rio. Quero saber de V^aS^a se para a safra deste ano ainda não tem tratado tropas quantas cheguem para a condução do dito, desejo mencione entre estas a minha tropa, e neste caso com aviso de V^aS^a por certo expedirei a tropa.⁴⁰³

Quando contratavam os serviços dos tropeiros, os fazendeiros eram responsáveis em garantir a embalagem das mercadorias da melhor maneira

⁴⁰² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 28 de dezembro de 1845.

⁴⁰³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 17 de maio de 1844.

possível. Em janeiro de 1850 Manoel Inácio Barbosa escreveu a Antônio José Ferreira Armonde pedindo ajuda para resolver problemas de embalagem das mercadorias para uma tropa que ele estava esperando. Primeiramente justificou que o seu estado de saúde o impedia de ir tratar pessoalmente e acertar o valor da compra de um novilho que havia feito. Em seguida, solicitou a Antônio José que arranjasse com um vizinho capim de qualidade e a bom preço para os embalar as mercadorias para tropa que estava para chegar.

Agora tenho precisão de 30 ou 40 feixes de capim de cangalha⁴⁰⁴ para reparo da tropa que aqui vem trazer sal e chega já por estes cinco dias. Me informaram que o Sr. Ponciano, aí seu vizinho de ponte, costuma ter capim muito bom e barato, ou que não tenha agora pronto pode aprontar. Rogo-lhe fazer o favor, falar com ele sobre este obséquio, ou esta apresentar-lhe a fim de que me arranje o dito capim em chegando a tropa lá mando buscar, aqui na cidade além de ser ruim é caro, espero resposta e até breve.⁴⁰⁵

A documentação também nos fornece uma idéia dos gastos com os carretos. Em dezembro de 1818 o comissário no Rio de Janeiro pagou R\$ 53\$850 pelo frete de 67@ e 10 libras de toucinho e R\$ 38\$400 por 48 @ de algodão, correspondendo a \$800 a arroba.⁴⁰⁶ Em março de 1830 pagou R\$ 1\$500 por cada arroba de café. O aumento do custo do transporte por arroba de produtos, entre 1818 e 1830, foi de 87%. Estes valores naturalmente estavam a cargo do fazendeiro/comerciante mineiro que enviava o produto para a Corte.

⁴⁰⁴ João Dornas Filho informa que “A fim de diminuir a pressão dessa cangalha, forram-se internamente com capim seco, de longas folhas estreitas e que é estendido bem por igual; põe-se por cima desse colchão de capim um coxim feito de esteiras e cobre-se este com um pano de algodão”. DORNAS FILHO, João: **Tropas e Tropeiros**, in: <http://www.asminasgerais.com.br/Zona%20da%20Mata/Biblioteca/Personagens/Tropeiros/TROPA S.htm>.

⁴⁰⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência recebida por Antônio José Ferreira Armonde, 11 de janeiro de 1850.

⁴⁰⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Recibos de produtos transportados para o Rio de Janeiro. 09 de dezembro de 1818 e 20 de março de 1830.

Muito mais que de carretos e comércio atacadista (negócios de grosso) construíram os Armonde sua fortuna. Dentre as muitas atividades que exerceram estavam as criatória e as agrária, e para exercê-las, eles adquiriram terras e, à medida que enriqueceram, expandiram suas propriedades, da mesma forma que Marx apontou para Birmingham:

É possível aos capitalistas utilizar as suas economias em muitos ramos da produção e aplicá-las ainda na produção agrícolas, industrial e comercial. Os seus interesses tornam-se deste modo multilaterais [XVI] e os conflitos entre os interesses da agricultura, indústria e comércio atenuaram-se e fundiram-se.⁴⁰⁷

3.1.2- Senhores de terras: criadores e agricultores

As atividades agrárias e criatórias dos Armonde, já fartamente demonstradas no capítulo dois, também fizeram parte das práticas de Marcelino José Ferreira Armonde, e alguns dos detalhes do cotidiano destas atividades podem ser recuperados na documentação em apreço. Inicialmente convidamos o leitor a relembrar a discussão elaborada no primeiro capítulo. Ao analisarmos o inventário de José Ferreira Armonde, tio e padrinho de Marcelino José Ferreira Armonde, vimos que ele vendeu, às vésperas de sua morte, em 1812, praticamente todos os seus bens aos sobrinhos Simplício e Marcelino, dentre os quais as fazendas Cachoeira e Matos Gerais, seus animais e escravos.

⁴⁰⁷ MARX, Karl. op. cit., p. 95.

Em dezembro de 1813, portanto cerca de um ano após a compra, Marcelino José Ferreira Armonde relacionou os gastos que fez na fazenda Cachoeira, em sociedade com o irmão Simplício e, de certa forma, os resultados de seu investimento em terras, homens e animais. O curioso é que este documento indica que a tia Ana Maria de Jesus, mulher de José Ferreira Armonde – o tio de quem Simplício e Marcelino haviam comprado a fazenda Cachoeira –, permaneceu morando na propriedade e dela obtendo rendimentos, sendo a propriedade aparentemente administrada pelo sobrinho Marcelino José Ferreira Armonde. Isto sugere que os sobrinhos realizaram algum tipo de acordo informal com a tia, o qual garantiu a sua permanência na propriedade. Isso aponta que, conforme desconfiou a justiça por ocasião da transação, a venda foi só de fachada ou “fantástica”.

Há dois documentos com as anotações dos gastos realizados por Marcelino José Ferreira Armonde na fazenda Cachoeira no ano de 1813, com pequenas alterações num e noutro. Aparentemente em um deles as anotações serviram de rascunho, que foram passadas a limpo, embora curiosamente os dois tenham sido preservados. A título de hipótese devo considerar a possibilidade de que uma das anotações tenha sido realizada para demonstrar os negócios reais entre a tia e os sobrinhos e a outra para ser publicizada, se necessário. As informações estão reproduzidas na tabela 3.1.⁴⁰⁸ Para evitar repetir os dois documentos, coloquei os dados contidos no segundo entre colchetes; as duas

⁴⁰⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Despesas da fazenda da Cachoeira. 02 de dezembro de 1813.

anotações riscadas estavam assim no documento que suponho ser o rascunho e a alínea em negrito foi suprimida do segundo documento.

**TABELA 3.1-
Despesas de Marcelino José Ferreira Armonde na Fazenda Cachoeira – 1813**

CONTA CORRENTE DE DINHEIROS MEU QUE DISPENDI COM A FAZENDA DA CACHOEIRA A QUAL COMPREI DE SOCIEDADE COM SIMPLÍCIO JOSÉ FERREIRA 02 DE DEZEMBRO DE 1813	
Paguei a siza dos escravos	77\$000
Paguei a décima de um ano [da compra da fazenda]	40\$000
Paguei ao Padre Francisco Pereira da Cunha	50\$000
Paguei ao Alferes José Francisco dos Santos pela escritura de casas e procurações bastantes	8\$450
Pelo que me ficou devendo meu padrinho [dinheiro despendido em Vila Rica com o senhor José Ferreira dado pelo C. José Bento Soares]	37\$019
Pelo que paguei pela escritura [a José Francisco dos Santos, pela 2ª escritura]	2\$560
Pelo que paguei de reconhecimento e distribuição	1\$240
Dei ao Padre Francisco Pereira da cunha para o seu pagamento	40\$246
02 caixas compradas ao Novato a 1\$200 [Ao Antônio Lopes] [quando estiveram para descerem para o Rio]	2\$400
2 ditas compradas ao Penna 1\$600 [Ao Penna]	3\$200
32 cravos para ferrar o burro grande	\$240
Pelo que paguei ao vigário de resto do enterro [do meu padrinho]	8\$000
Dei ao Capitão José Antônio Teixeira a Conta de 1 crédito	150\$000
Dei ao Manoel Machado Coelho que os deu ao Anastácio Leite pela carta que se acha com recibo	80\$000
Dinheiro que dei para uma besta, a quantia tornei a entregar a minha tia por ela precisar dela e ser dela [Ao José Ferreira no Rio de Janeiro por uma besta a qual entreguei a Cª]	20\$000
Dinheiro que dei ao dito [José Ferreira] de 4 bruacas de sal as quais se gastaram na casa de minha tia dei ai dito	12\$000
Dinheiro que dei ao próprio que foi com cartas [ao Rio, últimas que não podiam marcar despacho e gastos]	4\$000
Dei ao próprio dirigido pelo Homem que foi levar os escravos [ao Rio] e não tendo dinheiro dei para o dito comer	\$960
Dinheiro que dei ao Garcia como conta dos [ileg.] órfãos [ao tutor dos Órfãos do falecido Garcia por mando do mesmo Juízo]	160\$000 [158\$978]
	439\$778
Dinheiro que paguei ao Manoel da Costa Silva como consta da conta	29\$763
Dinheiro que dei ao Mariano que embarcou para inteirar uma conta como consta da carta [Dinheiro que dei ao Mariano para dar ao Senhor José Ferreira quando embarcou segunda vez, para inteirar certa conta como consta da Carta]	126\$000
Dinheiro que dei ao negro Joaquim quando voltou com Domingos Gomes a fazer [ileg.] família	2\$4000
Dei ao Simplício que foi a São João saber do [ileg.] que veio pela relação e despesas de autos dos Miranda	3\$000
Dei ao crioulo para despesas de relação como consta de recibos	100\$000
Pelo que paguei ao boticário como se vê das receitas [Ao Ferraz]	13\$440
1 e 1/2 covados de baetas escuras que veio de São João [para minha tia]	1\$125
Abato os 60\$ que Vicente Alves levou em gado	60\$000
Pela escritura que paguei ao Cofre dos Órfãos em Barbacena do falecido Garcia	300\$000

Pelo crédito que me deve Manoel Esteves	165\$000
Dei a Domingos Espíndola pelas terras do alto da serra	90\$000
Dei a Vicente Mendes por 4 dias que trabalhou na Cachoeira	1\$2000
Dei ao Capitão José Antônio Teixeira por resto do credito	157\$500
	1:497\$980
Justa esta quantia e do resto passou credito, torna a dever, 12 de fevereiro de 1817	
Juros que paguei pelas escrituras no cofre dos Órfãos passada aos herdeiros do Garcia em outubro de 1816	33\$235
A Cezário de custas para entrar este dinheiro no cofre	1\$200
Pelo credito que paguei ao Dionízio Nery - resto	12\$000
	46\$435

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Despesas da Fazenda da Cachoeira. 02 de dezembro de 1813.

A relação reproduzida na tabela 3.1 demonstra que Marcelino José Ferreira Armonde realizou despesas para legalizar a situação da transação, como os pagamentos de escrituras, siza dos escravos, procurações e outras custas. Também pagou dívidas contraídas por ocasião da morte do tio e padrinho José Ferreira Armonde, como os gastos com a botica e o enterro, além das dívidas, que, conforme já vimos no primeiro capítulo, fizeram parte da negociação feita na ocasião da morte de José Ferreira Armonde. Isto é, Simplício e Marcelino compraram os bens do tio e negociaram o parcelamento das dívidas. No caso, constavam entre os credores de José Ferreira Armonde, que estão presentes na relação da tabela 3.1, Manoel Esteves, os órfãos do Garcia (Manoel Garcia), o padre Francisco Pereira da Cunha, o Coronel José Antônio Teixeira e as contas da botica. Observe-se que consta do quadro que foram pagos R\$ 40\$000 de dízimos,⁴⁰⁹ o que nos autoriza a afirmar que o rendimento oficial da fazenda durante o ano foi de R\$ 400\$000.

⁴⁰⁹ “Os dízimo [corresponde a 10%] cobrados em nome da Igreja, incidiam sobre tudo o que se produzia nos domínios Ultramarinos: a madeira, o açúcar, o tabaco, a aguardente, o algodão, a pesca, o gado em pé e até mesmo sobre os porcos e as galinhas (dízimo de miunças).” COSTA, Wilma Peres. *A fiscalidade e seus avessos*, In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças & SILVEIRA,

É relevante ressaltar que na lista de gastos elaborada por Marcelino José Ferreira Armonde constava a presença do “senhor José Ferreira”. Creio tratar-se do Capitão José Ferreira Armonde, que nas discussões dos capítulos anteriores figurou como acusado de assassinar Manoel de Sá Fortes Bustamante e andar homiziado pelas bandas do Sul do Brasil. Outro dado que julgo relevante são as informações que coloquei entre colchetes, por figurarem em apenas uma das cópias dos documentos. Note-se que a maioria destes dados são exatamente os relativos a José Ferreira e à tia Ana Maria.

Outros documentos de prestação de contas da fazenda Cachoeira deixam mais evidentes que Ana Maria de Jesus, a viúva de José Ferreira Armonde, continuou recebendo os produtos da fazenda Cachoeira, ou pelo menos uma parcela dos mesmos. Em 1814 – tabela 3.2 – novamente temos duas versões de uma mesma prestação de contas.⁴¹⁰ Os dados confirmam que na fazenda Cachoeira criava-se animais de transporte para a venda e também gado. Quanto aos recibos anotados na parte de baixo da tabela, creio que são relativos a empréstimos feitos com recursos da fazenda Cachoeira.

Marco Antônio (orgs.) . **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF:CAPES, 2007, pp. 127-148.

⁴¹⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Despesas da fazenda da Cachoeira. 09 de agosto de 1814.

**TABELA 3.2 –
Despesas de Marcelino José Ferreira Armonde na Fazenda Cachoeira – 1814**

9 DE AGOSTO DE 1814- DINHEIRO QUE TENHO EM MEU PODER PERTENCENTE A MINHA TIA ANA DA CACHOEIRA	
Dinheiro que recebi de 2 escravos que vendi	200\$000
Recebi do Patrício de 6 bestas de - 4 de 2 anos e 2 de um ano	66\$000
Recebi de Gonçalo Gomes Barreto de resto de potros pertencentes a Cachoeira	42\$000
Recebi de 6 cargas de farinha de trigo vendidas [na cidade] – 5\$700	34\$200
Recebi pelo Joaquim pardo pela conta que despendi com José Antônio Teixeira [em 28 de março]	150\$000
Recebi do pardo Joaquim em dinheiro [em 3 de abril]	50\$000
Recebi do Joaquim Ferreira [Armonde] a conta de 126\$000 [que recebeu no embarque]	136\$000
[de Vicente Alves Moreira de gado da cachoeira]	60\$000
Acréscimo de M ^{el} 158\$978 para 160\$000	1\$022
	679\$222
Devem-me	1:496\$980
Passou 2 créditos desta quantia	814\$758
Assistiram a ajustar esta conta com minha tia Leandro Pereira Bahia e Vicente Mendes, entregando eu à dita todos os recibos e créditos e mais clarezas constantes desta minha conta, passou-me a dita minha tia dois créditos do resto da conta infra, sendo separados o da dívida de órfãos por correr juros hoje. Cachoeira, 22 de novembro de 1815	
Dinheiro que tenho recebido do C. Miguel Antônio de Almeida por mão do C. Joaquim Manoel de Oliveira Bastos	
Primeiro recibo	92\$000
2º abril 7 de 1819	40\$000
3º janeiro 20 de 1820	16\$000
4º abril 21 de 1820	40\$000
5º março 19 de 1821	40\$000
6 março q3 de 1823	40\$000
	268\$000
7º recebido no crédito de 20 de março de 1822 e por mim recebido a 15 de novembro de 1825	30\$000
8º dinheiro no crédito a 11 de outubro de 1825 e por mim a 15 de novembro	20\$160
soma	318\$160

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Despesas da fazenda da Cachoeira. 09 de agosto de 1814.

A prestação de contas reproduzida na tabela 3.3 foi a última que encontramos a respeito dos negócios relativos à fazenda Cachoeira envolvendo os irmãos Armonde e a tia Ana Maria de Jesus. Estes documentos de prestação de contas, somados às informações constantes da partilha amigável realizada por Constança Raimunda da Silva, a nora de Ana Maria de Jesus e mulher do Capitão

José Ferreira Armonde, em 1838, analisada no primeiro capítulo, me levam a concluir que de fato a venda dos bens do tio José Ferreira Armonde para Simplício e Marcelino em 1812 foi fantasiosa.

**TABELA 3.3 –
Dinheiros despendidos com a Fazenda Cachoeira e
dinheiros recebidos de créditos-1817-1825**

DINHEIRO QUE DESPENDEI COM A CASA DA CACHOEIRA DEPOIS QUE FIZEMOS CONTAS COM A FALECIDA MINHA TIA ANNA MARIA DAS QUAIS ME PASSOU DOIS CRÉDITOS, OS QUAIS AGORA OS ENTREGO AO SENHOR MANUEL RIBEIRO NUNES 12 DE FEVEREIRO DE 1817	
Juros que paguei no cofre dos órfãos pela escritura a que eu estava obrigado, pertencendo esta dívida a casa da Cachoeira	33\$235
Ao escrivão dos ditos por custas para entrar esta quantia como se vê do recibo, que entrego	1\$200
Ao Neves resto de dízimos como se vê do crédito que entrego	12\$000
	46\$435
DINHEIRO QUE RECEBI DO SENHOR JOAQUIM MANOEL DE OLIVEIRA BASTOS POR CONTA DE UM CRÉDITO QUE É DEVEDOR MIGUEL ANTÔNIO DE ALMEIDA À CASA DA CACHOEIRA	
1º recibo que se acha no dito crédito	92\$000
2º dito em abril , 7 de 1819	40\$000
3º idem janeiro 20 de 1820	16\$000
4º idem abril 21 de 1820	40\$000
5º idem março 13 de 1821	40\$000
6º idem, março 13 de 1823	40\$000
7º recibo no crédito a 20 de maio de 1822, e por mim recebido a 15 de novembro de 1825	30\$000
8 passado no crédito a 11 de outubro e recebido por mim a 15 de novembro de 1825	20\$160
	318\$160
Dei a cópia desta Dezembro de 21 de 1836	

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Despesas da fazenda da Cachoeira 21 de dezembro de 1836.

As evidências apontam que os primos Simplício e Marcelino ajudaram o Capitão José Ferreira Armonde a se evadir e depois disto administraram a fazenda Cachoeira por algum tempo, fizeram empréstimos à tia e pagaram as dívidas do tio, mas de tudo foram ressarcidos. Os recibos pagos por Marcelino José Ferreira Armonde ao Capitão João da Silva Moirão, de despesas feitas com

o primo José Ferreira Armonde em Vila Rica – imagem 3.1 – também constitui evidência da ajuda da família ao Capitão em momento de necessidade.

IMAGEM 3.1 –
Recibo de contas pagas a João da Silva Moirão - 1810

Conta q' pagui pelo Sr. J. Ferreira Armonde

Tobillute de Jose Pinto - 404800
 Dog' Consta de Recibo do Moirão - 514876
 Dog' dei a J. da Silva no Camdorio - 24560
 Dog' dei ao Moirão do corio da
 Cartas q' vieram do Rio - 51

Soma 944236

Barra 11:754
 10:890
 10:938
 20:637
 12:525
 10:171

Prata 76:930
 64:535
 141:465

Soma 944536
 141465
 Soma 2364001

Fico entregue de 3000000 de mil
 oitocentos, e setenta e seis reis por mês
 de S. Morullino For. Armonde, q. me
 deu o S. Cap. Jose For. Armonde de
 emprestimo. Da R. 5.0 For. de Jo. Moirã
 em 5.1.1810.

João da Silva Moirão

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibos diversos, 05 de fevereiro de 1810.

Já em 1817, o que se verifica pelos dados das tabelas 3.2 e 3.3, tudo estava quitado, embora o recibo final tenha sido passado somente em 1836, provavelmente logo depois da morte de Ana Maria de Jesus. Lembro aos leitores que em 1838, quando Constança Raimunda fez partilha com seus filhos, foram divididas as fazendas Cachoeira e Matos Gerais, exatamente as mesmas que em tese haviam sido vendidas aos irmãos Simplício e Marcelino. O recibo da tabela 3.3. foi entregue a Manoel Ribeiro Nunes, casado com Carlota Teotônia, filha do Capitão José Ferreira Armonde. Quanto à fazenda Matos Gerais, não encontrei informações de que os irmãos Simplício e Marcelino a tenham administrado, possuído ou dela se desfeito.

Podemos afirmar que Marcelino José Ferreira além de administrar a fazenda Cachoeira, e talvez ter sido senhor de parte dela, teve outras propriedades. Infelizmente a não localização de seu inventário impossibilitou precisões a respeito de suas unidades agrícolas. O certo é que por volta de 1804 a família já possuía terras em Mathias Barbosa,⁴¹¹ e que em 1829 Marcelino comprou uma porção de terras, composta de duas sesmarias,⁴¹² todas de matas virgens, nos fundos da Fazenda de Simão Pereira. Estas terras estão localizadas no atual município de Santana do Deserto, na Zona da Mata mineira, na divisa de Minas Gerais com o Rio de Janeiro. É importante destacar que as terras desta localidade pertenceram a Barbacena até 1850,⁴¹³ e com a emancipação de Santo

⁴¹¹ **MRSJDR**, remedição de terras, 1837.

⁴¹² Uma sesmaria de terras possuía 225 alqueires.

⁴¹³ Santana do Deserto era parte do território de Simão Pereira, que pertenceu a Barbacena. Em 1850 Juiz de Fora se emancipou de Barbacena e em 1858 Santana do Deserto tornou-se distrito de Juiz de Fora, permanecendo assim até 1923. COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas**

Antônio do Paraibuna, atual Juiz de Fora, Santana do Deserto passou a fazer parte de Juiz de Fora, e foi um de seus distritos mais prósperos na produção de café e concentrador de cativos.⁴¹⁴

Não é inverossímil supor que o objetivo da aquisição de 1829 fosse a expansão dos cafeeiros, pois em 1822 já encontramos Marcelino José exportando café.⁴¹⁵ Também é possível que Marcelino estivesse interessado em possuir reserva de terras em matas para expansão futura. Ou ainda, que quisesse investir em terras em uma área em expansão agrícola. Nestas paragens Marcelino assentou seus genros, José de Cerqueira Carneiro e Cândido Ferreira da Fonseca, que aparentemente administram as fazendas por ele montadas, denominadas Cachoeira e Santa Ana.

A esposa de José Cerqueira Carneiro faleceu em 1839, encerrando a parceria entre Marcelino e o genro. Quanto a Cândido Ferreira da Fonseca, ele fez prosperar a fazenda de Santa Ana, que supomos pertencer a Marcelino e passou

Gerais. Com estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: imprensa Oficial do Estado, 1970. As alterações administrativas ocorridas nas Minas Gerais tornam necessária uma rápida explicação. A Comarca do Rio das Mortes (com sede em São João del Rei) foi criada em 1714. Em 1830 a referida Comarca sofreu a primeira alteração, sendo-lhe retirados os termos de Barbacena e Baependi, que formaram, juntamente com o município de Pomba, a Comarca do Paraibuna. Em 1870 a sede da Comarca do Paraibuna passou a ser Juiz de Fora, e compunha-se de Juiz de Fora e Rio Preto. Esta explicação é necessária para que se compreenda que, inicialmente, tanto os lugares que se tornaram Barbacena (1791) quanto Juiz de Fora (1850), pertenceram à Comarca do Rio das Mortes, assim como a futura Juiz de Fora pertenceu a Barbacena até 1850. Com a emancipação de Juiz de Fora (1850), Santana do Deserto, onde se localiza a Fazenda Santa Sophia, passou a pertencer a Juiz de Fora.

⁴¹⁴ GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativeiro: Juiz de Fora, segunda metade do século XIX.** São Paulo: FAPEB (Fundo de Apoio à Pesquisa na Educação Básica), Annablume, 2006, p. 185. A respeito da economia escravista da Zona da Mata e de Juiz de Fora conferir: ANDRADE, Rômulo Garcia de. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco: Zona da Mata de Minas Gerais, século dezenove.** (Tese de Doutorado), São Paulo: USP, 1995.

⁴¹⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Joaquim José Gomes de Barros & Cia, 21 de julho de 1822.

por sucessão à Camila, esposa de Cândido.⁴¹⁶ Também nas cercanias Marcelino adquiriu as terras que deram origem às Fazenda Saudade – em Penha Longa Mar de Espanha, também na Zona da Mata mineira (divisa com Santana do Deserto) – e Santa Sofia (Santana do Deserto).

Os negócios com o café desenvolveram-se muito bem, e seus filhos e genros prosseguiram as atividades de Marcelino, principalmente a produção de café nas fazendas Santa Sofia, Santa Ana e Saudade. A fazenda Santa Sofia, que passou por herança a Camilo Maria Ferreira, o Conde de Prados, em 1872, possuía 245 cativos.⁴¹⁷ O outro filho, Honório Augusto, foi proprietário da fazenda Saudade, também produtora de café. Cabe lembrar que a partir de 1856 Juiz de Fora assumiu o posto de principal município cafeeiro das Gerais, posição mantida até a década de vinte do século passado.⁴¹⁸

Em 1845, quando foi realizada a partilha dos bens dos pais de Marcelino José, Francisco e Felizarda, ele recebeu R\$ 27:486\$684, distribuídos conforme a tabela 3.4.

⁴¹⁶ Voltarei a esta questão no cap. 4.2.

⁴¹⁷ GUIMARÃES, Elione Silva. **Violência entre parceiros de cativo**, op. cit, p. 185.

⁴¹⁸ PIRES, Anderson. op. cit., 1993. CARRARA, Ângelo. **A Zona da Mata mineira: Diversidade Econômica e Continuismo (1839 – 1909)**. (Dissertação de Mestrado) Niterói: PPGHS/UFF, 1993; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira – 1780-1870**. (Tese de Doutorado), PPGH/UFF Niterói, 1999; ALMICO, Rita de Cássia da S. **Fortunas em Movimento: Um estudo sobre a transformação da riqueza. Juiz de Fora, 1870/1914**. Dissertação de Mestrado, UNICAMP/Campinas, 2001.

TABELA 3.4 –
Relação dos bens herdados por Marcelino José Ferreira Armonde no
inventário de seus pais - 1845

Bem	valor	descrição
Escravos	7:390\$000	16 escravos (13 homens e 3 mulheres)
Terra/ benfeitorias	9:571\$428	Parte da Fazenda Gerais (5:000\$000) e parte na Moinhos (4:571\$428)
Dividas “falidas”	802\$040	
Dividas ativas	2:369\$900	Na dívida de José Joaquim Alves
Gado vacum	3:282\$300	64 vacas solteiras e 48 parideiras, 8 bois de carros, 59 bezerros, um tourinhos e 11 novilhos)
Gado cavalari/ muar	104\$000	10 poldros
Dinheiro	2:346\$586	
Outros	1:620\$430	
Total		R\$ 27:486\$684

Fonte: AHMPAJS. inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Maria Francisca de Assis, 1845.

Note-se que na tabela 3.4 estão inclusos partes das fazendas Barros Gerais e Moinhos, além de gado vacum. Todavia, esta partilha aconteceu somente cinco anos antes da morte de Marcelino José Ferreira Armonde, quando ele já havia construído um sólido patrimônio, incluindo a formação das fazendas cafeeiras na Zona da Mata mineira. Fortuna esta constituída em grande parte a partir das atividades de prestamista, conforme demonstraremos na seção a seguir.

3.1.3 – Dinheiro a prêmio e outros créditos

Além das atividades criatórias e agrícolas, ficou evidente nas tabelas 3.2 e 3.3 que Marcelino José Ferreira Armonde também emprestava dinheiro a juros para uma gama diferenciada de pessoas. Em 1813-14 Marcelino tinha cerca de 29 anos e provavelmente os negócios que fariam dele uma das grandes fortunas

mineira estavam apenas começando. Vimos que seu pai faleceu em 1814 e que as evidências indicam que os bens continuaram em comum até a morte de sua mãe em 1845, embora cada um dos irmãos Armonde, além dos negócios familiares, tinham seus interesses particulares. Portanto, Marcelino, tocava a administração da fazenda Cachoeira, em sociedade com o irmão Simplício ou, o que é mais provável, administrando a propriedade para a tia, ao mesmo tempo em que empreendia os próprios negócios. O fato é que ele multiplicou seus lucros emprestando dinheiro, o que permitiu que ele aplicasse os ganhos na diversificação dos negócios e no comércio de mercadorias e homens, expandindo seus interesses para além da Província de Minas Gerais. Aos poucos, ele estabeleceu uma complexa cadeia de créditos, na qual, pelo menos inicialmente, ele tanto pegava empréstimos quanto realizava outros. Em outras palavras, fazia o dinheiro movimentar.

Rafael Freitas Santos ao analisar o mercado e as práticas creditícias na Comarca do Rio das Velhas setecentista concluiu que em Minas Gerais desenvolveu-se uma grande variedade de práticas de crédito. Para o autor, concordando com Silveira,⁴¹⁹ a carência de circulação monetária forjou uma solução prática, “‘efetivou como uma nova moeda, no conjunto das transações diárias, a palavra escrita ou falada’ que coexistiu com a circulação de outras moedas, principalmente do ouro em pó”.⁴²⁰ Esta palavra, escrita ou falada, estava baseada em uma relação de confiança, alimentada pelo conhecimento pessoal,

⁴¹⁹ SILVEIRA, Marco Antônio. Op. cit.

⁴²⁰ SANTOS, Rafael Freitas. op. cit., p. 47. A respeito da moeda e finanças colonial cf. LEVY, Maria Barbara. História Financeira do Brasil Colonial. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978; CARRARA, Ângelo Alves. **Administração fazendária e conjunturas financeiras da capitania de Minas Gerais 1700-1808**. Working paper 01-07.

que sustentava a cadeia de dívidas. O autor argumenta, ainda, que a precariedade de moedas circulantes acabou favorecendo os comerciantes de grosso trato, detentores de liquidez e de mecanismos de financiamento,⁴²¹ o que se aplica ao caso dos irmãos Ferreira Armonde.

A tabela 3.5 apresenta um demonstrativo dos dinheiros recebidos dos devedores de Marcelino José Ferreira Armonde em setembro de 1816 e outubro de 1817. Nele verificamos créditos de pequena monta, tanto no que diz respeito aos valores individuais quanto ao total.

**TABELA 3.5-
Relação dos dinheiros recebidos dos devedores de
Marcelino José Ferreira Armonde -1816**

Conta de Dinheiro recebido dos devedores do Sr. Marcelino José Ferreira	
25 de setembro de 1816	
Manoel Pinto Vilar	12\$000
Joaquim [Ponello]	10\$000
Manoel Rodrigues de Araújo	128\$000
João Evangelista	25\$600
Joaquim [Panello]	25\$840
José Antônio Lage	12\$000
Manoel Antônio Lima	12\$800
	227\$040
12 de outubro de 1817 –	
Manoel Pinto Villar	6\$080
José Antônio Lage	12\$800
Tenente Luiz Antônio Lima	58\$000
	76\$880
	303\$920
Pela lista do Mariano importam os créditos que estão em poder do senhor Antônio Carlos entrando esta forma acima 2:596\$000	

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Anotações dos negócios de Marcelino José Ferreira Armonde, 25 de setembro de 1816.

Os créditos relativamente modestos da listagem reproduzida na tabela 3.5 iriam se avolumaram em pouco tempo, à medida que os negócios de Marcelino José Ferreira Armonde cresceram e se expandiram. Rafael Freitas Santos

⁴²¹SANTOS, Rafael Freitas. op. cit., p. 47-53.

observou que a escassez de moedas nas Minas setecentistas explica-se, em parte, por serem estas empregadas nos pagamentos dos gêneros importados, o que provocava o seu escoamento para os portos litorâneos. Outras eram deslocadas para os núcleos de abastecimento. E conclui que

Isso significa que as moedas circulavam – embora em um circuito restrito no qual os comerciantes acabaram se tornando os destinatários finais das moedas existentes, já que estavam em condições de exigir que o pagamento pelas mercadorias por eles trazidas fosse feito em dinheiro líquido. A precariedade na circulação monetária, portanto, acabou favorecendo os comerciantes. Não qualquer comerciante, mas aqueles de grosso trato.⁴²²

Creio que a lógica não foi muito diversa para o século XVIII e mesmo para o XIX. Estudando os homens de negócios do Rio de Janeiro de meados do século XIX, Márcia Naomi avaliou que a ausência de instituições bancárias ou de crédito tornou o capital comercial uma importante fonte de financiamento pessoal e para outros comerciantes.⁴²³ Para a autora, os negociantes promoveram o desenvolvimento de um sistema de crédito “baseado em recibos e letras de crédito”. De um modo geral, essas atividades eram anotadas em letras ou ‘papéis de crédito’, algumas vezes registradas em cartórios, outras, em ‘cartas de crédito particulares’ (“clarezas”). Para o século XIX muitas vezes os “papéis de crédito” passados pelos ricos comerciantes e/ou fazendeiros funcionaram como uma “carta

⁴²² SANTOS, Rafael Freitas, op. cit. p. 53.

⁴²³ KUNIOCHI, Márcia Naomi. op. cit. Neste mesmo sentido, cf: FURTADO, op. cit. SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. ARAÚJO, Luiz Antônio. **Em Nome de Deus e dos Negócios: Direitos e Tributos Minas Setecentistas (1730-1789)**. Niterói: PPGH/UFF, Tese de Doutorado, 2008; FRAGOSO, João. & MARTINS, Maria Fernanda. *Grandes Negociantes e Elite Política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880*. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003; GIL, Tiago Luis, op. cit., (especialmente os capítulos 8 e 10).

de crédito”, que circulava também como uma espécie de moeda que podia ser transferida de uns para outros.⁴²⁴ Não obstante, observo que as mercadorias, como o café e a poaia, também eram moedas de troca.⁴²⁵

A palavra **crédito** é definida nos dicionários de Economia como “transação comercial em que um comprador recebe imediatamente um bem ou serviço adquirido, mas só fará o pagamento depois de algum tempo determinado”. Podendo ou não envolver apenas dinheiro,⁴²⁶ o **crédito** envolve duas noções fundamentais: “**confiança**, expressa na promessa do pagamento, e **tempo** entre a aquisição e a liquidação da dívida”.⁴²⁷ Tais noções são fundamentais para a compreensão das relações entre os indivíduos, credor e devedor, inseridos numa sociedade onde pertencer a um grupo e/ou a uma **família** é o elemento estruturador da sociedade.⁴²⁸

Neste mesmo sentido, Rita Almico destaca que nas sociedades com baixa circulação monetária havia uma demanda por empréstimos, sendo fundamental a circulação de informações que permitissem “saber a quem pedir e a quem emprestar”. Isto é, para os que necessitavam de recurso era essencial saber quem dispunha de recursos para emprestar e para os prestamistas era fundamental ter

⁴²⁴ Esclareço que para esta pesquisa não levantei os livros de notas dos cartórios, que me dariam uma idéia dos negócios dos Armonde registrados nos mesmos, apenas estou trabalhando com as anotações preservadas no acervo particular.

⁴²⁵ É importante destacar que, face ao entesouramento e/ou escassez da moeda de prata, nos séculos XVI e XVII, o açúcar e outras mercadorias funcionaram como moedas. A respeito da moeda e sua circulação cf. LIMA, Fernando G. Cerqueira. *Uma Análise Crítica da Literatura Sobre a Oferta e a Circulação de Moeda Metálica no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 35, N. 1, pp. 169-201, janeiro-março de 2005. www.scielo.br/pdf/ee/v35n1/v35n1a06.pdf; LEVY, op. cit.

⁴²⁶ SANDRONI, Paulo (org.). **Dicionário de Economia**. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Ed. Best seller, 1989, p.72.

⁴²⁷ Idem, p. 72.

⁴²⁸ BERTRAND, Michel. op. cit., p. 116

informações que permitissem avaliar os riscos do empréstimo, tais como os bens de que dispunham para garantir a dívida e a “reputação do eventual devedor”.⁴²⁹

Esta relação de confiança e de pertencimento a um grupo ou família, de que tratam os autores citados, está explícita na correspondência encaminhada pelo Capitão Francisco da Costa de São Tiago⁴³⁰ a Marcelino José Ferreira em 21 de agosto 1817. São Tiago, que assina como “primo”, avisa a Marcelino que recebeu uma oferta para emprestar a juros de 10% uma certa quantia que estava cedida a Marcelino. Mas ressalva que preferia deixar o valor com o primo, caso ele aceitasse pagar juros de 8%. O documento demonstra, também, que Marcelino, nesta época pegava dinheiros a juros e os emprestava a outros, provavelmente recebendo juros mais altos. Na lateral da carta ficou anotado que a partir de três de setembro [1817] passou a correr o empréstimo com juros de 8% - imagem 3.2.⁴³¹

Neste caso, a relação de confiança e de parentesco por certo foi facilitadora da transação. São Tiago, além de primo, já realizava empréstimos para Marcelino. Ele preferia emprestar ao parente perdendo um pouco no valor dos juros, mas confiante de que receberia sem problemas os prêmios combinados e o principal.

⁴²⁹ ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **op. cit.**, 2009, *passim*.

⁴³⁰ FRANCISCO DA COSTA DE SÃO TIAGO era administrador do Registro do Caminho Novo em Matias Barbosa. **APM**, Fundo Casa dos Contos, cx 54, rolo 517, 15/04/1785, Carta de Francisco da Costa de São Tiago para Carlos José da Silva. Cf. tb. OLIVEIRA, Felipe Rodrigues, *op. cit.*, p. 106.

⁴³¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA DE SANTA SOFIA**. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira, 21 de agosto de 1817. Não consegui estabelecer os laços familiares entre Marcelino e Francisco da Costa de São Tiago.

IMAGEM 3.2-

Carta de Francisco de São Tiago para Marcelino José Ferreira Armonde - 1817

Simão, Am. do C.
Matthias 21. de Ag. 1817

Menos que, se me offerece por effeito
ir. que; temas no seu poder, just. de lo
p. 100; agora nova m. in. piedem repa
ta, e como eu: só não vou o em. l. e. d.
motivo p. q. defalo n. i. s. q. m. quer
em primeiro lugar q. não tenho muito
gosto, tanta a sim, m. q. quer a d. f. e. a
com. e. l. e. d. e. q. repa. b. n. e. p. a. d. a
ponder a q. m. e. p. e. d. e. d.

Estimo q. contida
passar f. e. d. e. a. s. u. a. p. o. r. e. i. n. s. a. q. u. a. n.
de corr. veras. s. e. d. e.

Dodia 3 de Vlt.
bona 3 de Vlt.
Simão m. am. do C.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA DE SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira, 21 de agosto de 1817.

No período imperial não havia um tratamento normativo regulador da cobrança da taxa de juros. Segundo André Rodrigues Ramos, o Alvará de cinco de maio de 1810 “possibilitava dar dinheiro ou outros fundos a risco para o

comércio marítimo, pelo prêmio que fosse ajustado, sem restrições de qualquer sorte”,⁴³² e, ainda, que a

Lei de 24 de outubro de 1832 que tornou livre a estipulação da taxa de juros ou prêmio de dinheiro, desde que avençados por escrito, sendo tal orientação também recepcionada pela Codificação Comercial de 1850 que mantendo a liberdade de estipulação proibiu apenas o anatocismo (...) i. e. a incorporação dos juros vencidos ao principal.⁴³³

O autor prossegue afirmando que até 1916 (com o Código Civil), estava “proclamada a liberação da taxa de juros em nosso período imperial, que somente encontrava limites nas forças do mercado”. Norberto Oya acrescenta que a Lei de 24 de outubro de 1832 dispôs que “os juros seriam de 6% ao ano, nas hipóteses de condenação em juízo, quando não houvesse taxa convencionada”. Posteriormente, o Código Comercial (1850 - artigo 248) “autorizou o uso de juros, mesmo que não estipulado”, assim como

A Consolidação das Leis Cíveis de Teixeira de Freitas de 1858 (arts. 361-363) e as Consolidações Cíveis de Carlos de Carvalho de 1899 (arts. 876 e 1.133) reproduziram que os juros legais seriam de 6% ao ano, valendo igualmente o mesmo percentual, quando não houvesse convenção.⁴³⁴

⁴³² RODRIGUES, André Ramos. “Da evolução normativa da limitação de juros no Brasil e a necessidade constitucional de instaurar-se uma nova etapa”. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, 11, 30/11/2002, [Internet], http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4961. [acesso em 05 de novembro de 2009].

⁴³³ Idem.

⁴³⁴ OYA, Norberto. **Limitação da taxa de juros real era de aplicação condicionada à edição de lei complementar**. Procurador do Estado de São Paulo Especialista em Direito Constitucional, elaborado em janeiro de 2009. In <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12350> maior portal jurídico do Brasil. [acessado em 30 de outubro de 2009].

Assim, o termo “dinheiro a prêmio”, tão comum na documentação do século XIX, diz respeito aos juros. E o verbete “juros da lei”, para o mesmo período, é uma referência aos juros de 6% estabelecidos pela legislação acima referida. Na prática, observamos a variação dos prêmios cobrados pelos Armonde, o que ficou bastante claro ao tratarmos do inventário de Mariano José Ferreira Armonde, no capítulo anterior, no qual nos deparamos com juros que iam 6% até 18% ao ano.

A carta que José Rodrigues Costa, morador em São Lourenço, encaminhou a Marcelino José Ferreira Armonde em fevereiro de 1844, indica que o prestamista de Barbacena tinha por praxe cobrar juros de 10% ao ano.

Como um meu amigo a quem V^aS^a tem emprestado dinheiro a prêmio me disse que V^aS^a emprestava a 10% eu lembrei-me importuná-lo em 8 ou 10 contos, podendo ser que é para a compra de uns escravos que pretendo comprar para a lavoura do café que com os quais tenho não posso acudir a colheita no tempo próprio e tenho perdido alguns e tenho plantado mais café que me apertando mais na colheita para fazer melhor compra lembra-me tirar o dinheiro a premio a saber por tempo de 4 anos porque neste tempo ainda tenho pagamentos da fazenda que comprei a José Basto a minha compra foi de duas sesmarias eu daqui a um mês pouco mais ou menos é que pretendo fazer a dita compra se puder ser mande-me resposta pelo portador para eu ir pelo dinheiro e para o que prestar aqui me tem ao seu dispor como quem preza.⁴³⁵

Pelo teor da carta observa-se que o missivista aproveita a oportunidade para pedir o empréstimo, deixando evidente que estava a par dos juros praticados pelo prestamista, e, ao mesmo tempo, informava sobre suas posses. Pela carta sabe-se que ele era senhor de uma fazenda com duas sesmarias de terras e também era possuidor de alguns escravos. Além disso, cultivava café. O dinheiro

⁴³⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 15 de fevereiro de 1844.

solicitado seria empregado na compra de negros para ampliar o potencial de sua propriedade. Todas estas informações têm o objetivo de apresentá-lo junto ao possível credor como pessoa confiável e capaz de saldar suas dívidas. A carta também expressa a *circulação da informação* a que alude Almico, uma vez que José Rodrigues da Costa faz referência a um amigo a quem Marcelino já havia emprestado dinheiro.

Um ano antes, em 1843, Luiz Maria Vidal também recorreu a Marcelino José Ferreira. Ele era comerciante estabelecido em Remédios – localidade situada no Campo das Vertentes, imediações de Barbacena – e estava de viagem para o Rio de Janeiro, onde ia buscar sortimentos. Precisando de um empréstimo de R\$ 400\$000 por um período curto, dois ou três meses, solicitou a Marcelino José Ferreira Armonde que lhe emprestasse o valor e que o prêmio fosse “o mais cômodo possível”.⁴³⁶

No mesmo ano, o próspero fazendeiro Manuel do Valle Amado⁴³⁷ escreveu ao barbacenense solicitando recursos para aplicar em melhorias de sua fazenda União, provavelmente da região de Matias Barbosa, onde a família possuía propriedades, rogando-lhe o...

favor seguinte: eu tenho grande precisão de 3:000\$000 réis pelo tempo de um ano, pois não tenho podido aprontar o meu engenho de socar até esta data me obriga a recorrer a V^aS^a, pois estou com três colheitas em casa sem ter tido meios de as aprontar e só agora é que estou dando começo a

⁴³⁶ Idem, 09 de setembro de 1843.

⁴³⁷ Trata-se de Manoel do Vale Amado [Júnior], filho de outro de mesmo nome, que foi presidente da Câmara de Juiz de Fora no período 1857-1860. Cf. BASTOS, Wilson de Lima. **Tenente Coronel Manoel do Valle Amado**, in: <http://www.ihgjf.com.br/rev2-79.htm>. No caso, o Manoel do Vale Amado pai foi administrador do Registro do Caminho Novo ou Matias Barbosa, onde permaneceu por 18 anos e onde posteriormente assentou seu filho Francisco do Vale Amado. Cf. OLIVEIRA, Felipe Rodrigues, op. cit., p. 79-80 e 106.

minha obra de Engenho. Caso tenha lugar o obséquio pedido com resposta de V^aS^a irei a sua presença advertindo que até meados do mês seguinte [escreve-me] a tempo. Conto com o seu favor, ficando sempre pronto a mostrar-lhe que sou.

Francisco de Paula Lima,⁴³⁸ outro rico fazendeiro da Zona da Mata mineira, também solicitou empréstimos a Marcelino José Ferreira Armonde. Em 1844 Paula Lima estava na Corte tratando de sua saúde, mas sem se descuidar dos negócios. De lá ele escreveu ao prestamista mineiro

Como me é preciso demorar por aqui a tratar de minha saúde, tenho lembrado-me que posso ter alguma ocasião de fazer algumas compras de escravos mais vantajosa, e como não viesse preparado para isso por ter recebido dinheiro algum da estrada e nem exportado o café que deixei colhendo, por isso vou importunar ao meu amigo para emprestar-me seis a oito contos pagando o mesmo premio que tenho pago, com a condição porém que no caso que não ache os referidos escravos não necessito de quantia alguma, de maneira que desejo mande ordem para aqui dar-me essa quantia no caso de eu procurar e terei mais este favor a dever-lhe, pois não desejo contrair dívida alguma que não seja em sua mão (grifos nosso).⁴³⁹

Em relação aos créditos, há que se considerar, também, a transferência de confiança, que leva alguém a emprestar a um terceiro, mesmo que desconhecido, abonado por uma pessoa de sua relação, funcionando como uma espécie de fiador moral. Este foi o caso, de Vital Antônio de Campos, que em 1844 solicitou um dinheiro, no caso R\$ 2:600\$000, para um amigo. Embora o numerário fosse para um terceiro, Vital Antônio pediu a Marcelino para “servi-

⁴³⁸ Francisco de Paula Lima era neto de José Ayres Gomes, considerado o “potentado da Mantiqueira”, senhor de inúmeras propriedades nas Minas Gerais. Paula Lima casou-se primeiramente com Maria Cândida de Lima (sua sobrinha) e segunda vez com Francisca Benedita de Miranda Lima, filha do Visconde de Uberaba. Ao falecer, em 1865, o comendador Francisco de Paula Lima deixou um monte mor estimado em R\$ 647:552\$400. Cf. FREIRE, Jonis. **Escravidão e família escrava na Zona da Mata oitocentista**, UNICAMP: Campinas-SP, 2009, pp. 43-44.

⁴³⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA DE SANTA SOFIA**. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 10 de agosto de 1844.

lo”.⁴⁴⁰ No mesmo ano, o genro Cândido Ferreira da Fonseca escreveu ao sogro solicitando um empréstimo para seus irmãos

meus manos Damaso e Marcelino pedem-me para escrever a Vm^{ce} que tendo eles ocasião de comprarem alguns negros por se acharem mais em conta em Cantagalo, desejam saber se Vm^{ce} pode emprestar 8:000\$ para ambos os dois.⁴⁴¹

Os últimos documentos transcritos colocaram em cena um terceiro personagem, o intermediário entre o prestamista e o potencial devedor. Mas nos casos identificados os intermediários eram amigos e/ou parentes dos indivíduos que desejavam o empréstimo.⁴⁴² O tempo estabelecido para o pagamento das dívidas, em geral quatro anos, por vezes se tornava bastante longo, pois, a princípio, elas podiam ser renovadas. Quando o devedor não saldava o empréstimo ou não o renovava o credor procurava meios de receber. A documentação não deixa dúvidas de que nestes momentos Marcelino José Ferreira Armonde primeiramente intervinha pessoalmente, procurando solução por meios amigáveis e/ou advertindo mais seriamente o devedor a respeito de suas obrigações. Quando não obtinha sucessos acionava os “fiadores”, os cobradores e até a justiça.

⁴⁴⁰ Idem, 19 de março de 1844.

⁴⁴¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA DE SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira de Cândido Ferreira da Fonseca, 29 de outubro de 1844.

⁴⁴² Rosental identificou em seus estudos sobre a França a presença de intermediários financeiros nas transações de créditos, mas eles realizavam milhares de empréstimos, o que não nos parece se aplicar aos casos identificados na documentação analisada. Cf. ROSENTHAL, Jean-Laurent. *Credit markets and economic change in Southeastern France 1630-1788*. In: **Explorations in Economic History**. 30, 1993, citado por ALMICO, Rita de Cássia da Silva, tese de doutorado, p. 159.

Foi assim que em 1845 ele se dirigiu a Antônio Correia Lima cobrando-lhe uma dívida vencida havia quatro meses. Na carta Marcelino argumentou estar se preparando para ir ao Rio de Janeiro e precisando muito do valor que lhe era devido para realizar “certos arranjos” e que não seria cobrado o prêmio sobre os quatro meses correspondentes ao atraso. Ele advertiu ao credor que se ele não quitasse a dívida então seria necessário recorrer ao Coronel Custódio Ferreira Leite, futuro Barão de Aiuruoca, fazendeiro em São João Nepomuceno.⁴⁴³

Antônio Correia Lima não atendeu aos apelos de Marcelino José Ferreira Armonde, que encaminhou, então, um pedido de ajuda a Ferreira Leite no sentido de receber a dívida. Não ficou claro na correspondência em que circunstâncias o dinheiro foi emprestado, mas o fato é que o mesmo se deu a partir de uma carta de Custódio Ferreira Leite, possivelmente uma carta de apresentação. O devedor não honrou o compromisso de pagamento da dívida, sendo o principal de R\$ 1:800\$000. Em resposta Custódio Ferreira Leite escreveu ao comerciante de Barbacena que “muito me admira o comportamento deste homem, tanto em receber tamanha quantia como em não satisfazer a tempo”.⁴⁴⁴ Ferreira Leite pediu a Marcelino que mandasse cobrar novamente ao Lima, e que ele faria o mesmo, tanto pelo correio como também mandaria que fossem atrás dele. E acrescentou que

eu lhe hei de satisfazer como era de meu dever já e já, mas não posso porque não posso contar senão com os meus cafés (...), portanto, lhe rogo de favor que espere até que eu possa mandar algum café para baixo para satisfazer esta quantia e V^aS^a tem ocasião de me avisar se poderei

⁴⁴³ Cf. GUIMARÃES, Elione. **Terra de preto**, op. cit., p. 90-91.

⁴⁴⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 21 de junho de 1845.

dar no Rio de Janeiro a sua ordem a alguma pessoa, senão a mandarei mesmo a sua cidade.⁴⁴⁵

Ao pé da carta consta que Marcelino José Ferreira Armonde remeteu a clareza para Custódio Ferreira Leite, por mão do tropeiro Florentino José da Costa, em 26 de maio de 1846. Ou seja, quase um ano separa a carta e o envio do documento de dívida passado pelo Lima. Provavelmente neste meio tempo tanto Marcelino quanto Ferreira Leite tentaram em vão receber a referida dívida e, na impossibilidade, o barbacenense mandou, no momento oportuno, após o fazendeiro ter enviado seu café para o Rio de Janeiro, atendendo à solicitação do fazendeiro ilustre, o título de cobrança.

Após receber a clareza, Custódio Ferreira Leite novamente se dirigiu a Marcelino, em carta de agosto de 1846, em resposta a outra recebida do negociante. Ferreira Leite alegou que a carta lhe fez ver

o quanto tem feito a fim de receber do Lima o que V^aS^a generosamente lhe emprestou (...) e muito sinto eu ter sido o principal motor desses incômodos e mil vezes lhe agradeço tanto as suas muitas contemplações comigo como mais o favor de não levar o primeiro contratado junto a vara.⁴⁴⁶

Ferreira Leite deu ordens ao seu sobrinho Luciano Leite para pagar a dívida no Rio de Janeiro, mas solicitou a Marcelino que esperasse mais 15 dias antes de mandar a cobrança, pois ele estava mandando na manhã seguinte 400@ de café para o Rio de Janeiro, a qual iria juntar-se a outras 5.000@ que para lá já mandara. O fazendeiro de São João Nepomuceno lamentou não ter ainda

⁴⁴⁵ Idem.

⁴⁴⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 02 de agosto de 1846.

conseguido comprar o algodão vendido por Marcelino para a sua gente (escravos), mas alegou que nos últimos tempos só tinha feito para pagar dívidas alheias. Por fim, pediu mais um favor ao barbacenense, que ele continuasse a cobrar a dívida ao Lima como se fosse sua, pois “em sabendo que eu lhe paguei, nunca mais me paga, ele sendo apertado paga”.⁴⁴⁷ Esta afirmação, todavia, não nos parece possível, pois havia mais de um ano que Marcelino tentava receber a dívida. Ferreira Leite disse que também a ele o Lima devia R\$ 2:000\$000 e que não obstante as cobranças, o mesmo nem resposta lhe dava. Marcelino abriu mão de receber os prêmios da dívida.

O que o caso narrado nos permite concluir é que havia uma razoável segurança nas relações de risco que circundavam o crédito. Foi a transferência da confiança que Marcelino depositava na pessoa e nos bens de Custódio Ferreira Leite que o levaram a emprestar a considerável quantia de R\$ 1:800\$000 ao indivíduo recomendado por Ferreira Leite. Provavelmente se Marcelino acionasse o homem na justiça este teria bens que garantiriam a quitação da dívida. Mas havia também a certeza de que Ferreira Leite abonaria a dívida, mantendo a palavra implícita que empenhou ao apresentar o conhecido que solicitou o empréstimo. Portanto, se o Lima quebrou a palavra empenhada e não cumpriu com as suas obrigações, o mesmo não fez Ferreira Leite, que honrou seu nome e pagou pelo indivíduo que havia moralmente abonado.

Marcelino José Ferreira Armonde era enérgico ao cobrar suas dívidas. É o que concluímos da leitura da carta de Antônio Coelho Miranda, expedida em

⁴⁴⁷ Idem.

março de 1844. Neste caso não temos a correspondência que Marcelino lhe enviou, somente sua resposta, mas o teor da mesma não deixa dúvidas de que o prestamista havia sido duro com ele.

Depois de dar algumas providências para cumprir com o meu dever, apenas fica-me a esperança de prometer a V^aS^a o pequeno pagamento de R\$ 4:000\$ e assim mesmo só o poderei realizar em fins de abril próximo até princípios de maio. Ficando dependendo da suma [condição] de V^aS^a conceder-me mais uma reforma somente para a total satisfação do meu débito. Não tem V^aS^a que me advertir, para não considerar a V^aS^a importuno para comigo; eu sei avaliar o sacrifício de V^aS^a como meu credor, pois que me tem tratado como eu o não merecia, também rogo a V^aS^a não me repute omissa para com os meus deveres (...) (grifos nosso).⁴⁴⁸

Não obstante as evidentes relações de solidariedade familiares demonstradas ao longo do texto, quando se tratava de negócios, também os parentes prestavam contas e eram chamados a cumprir suas obrigações. Dominciano Alves Garcia, que na correspondência se dirige a Marcelino como “primo” – embora estas relações de consideração que levavam as pessoas a se chamarem “primos” fossem bastante extensas – em setembro de 1846 respondeu a uma carta de Marcelino da seguinte forma:

Ilmo Sr. C. Marcelino José Ferreira
Caramby, 21 de dezembro de 1846
Meu respeitável primo e Sr.
Esta é a segunda carta que lhe escrevo em resposta das que tenho recebido de V^aS^a sobre a cobrança de seu dinheiro, o que muito me tem afligido o ainda não ter todo em minhas mãos o que por todo o mês de janeiro próximo o hei de estar em essa cidade a fim de lhe indenizar principal e prêmios segundo o que V^aS^a me determinar nas suas por eu não ter entrado com os prêmios vencidos foi motivo eu não receber participação quando V^aS^a foi para o Rio de Janeiro pois quando chegou a receber já foi no fim de três meses esta mesma venda por Antônio

⁴⁴⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 06 de março de 1844.

Gonçalves, morador no Rio Pardo, além disso foi a compra de 11 escravos sendo 6 comprados ao Sr. Chagas do Passatempo e 5 do Sr. José Lourenço de Castro e que já dei para este pagamento 3:500\$000 rs. e ainda 1:700 @ de café para ser aplicado a estes restos de pagamentos o que o resto do que devo ao José Lourenço de Castro e ao Sr. Capitão Antônio Marques Pereira e para esse senhor já tenho para fevereiro ser embolsado e ao Chagas neste corrente mês fica embolsado e é o que tenho a conformar e lhe peço [desforce] esta falta por ser com estima (grifos nosso).⁴⁴⁹

Os créditos cedidos por Marcelino José Ferreira Armonde variaram de valores relativamente pequenos, conforme os que estão registrados na tabela 3.5, até quantias mais avultadas, como a solicitada por Cândido Ferreira da Fonseca para seus irmãos comprarem escravos ou a dívida de José Eugênio Teixeira Leite (filho de Francisco José Teixeira, Barão de Itambé, e sobrinho de Custódio Ferreira Leite, Barão de Aiuruoca),⁴⁵⁰ de 1846, no valor de R\$ 10:000\$000.⁴⁵¹ As intempéries e outros reveses da sorte estão presentes nos documentos dos devedores que justificam os atrasos nos pagamentos, a exemplo das correspondências encaminhadas por Francisco de Paula Lima e por José Eugênio Teixeira Leite, ambas de 1846:

Imo Sr. Coronel Marcelino José Ferreira
Cachoeira, 24 de setembro de 1846

Meu amigo e senhor, a compra de alguns escravos que me eram indispensáveis para acudir a colheita do café concorreu para eu não ter podido aprontar o importe do prêmio que devia ter remetido em dia do vencimento, mas confiando no seu préstimo vou pedir-lhe esperar até o

⁴⁴⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 21 de setembro de 1821.

⁴⁵⁰ A respeito da família Teixeira Leite cf. MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Os Teixeira Leite trajetórias e estratégias familiares, em Vassouras, no século XIX. Anais do VI Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 7ª Conferência Internacional de História de Empresas*. Conservatória: ABPHE, 2005.

⁴⁵¹ Estes valores são bastante significativos, para que se tenha um parâmetro, remeto às pesquisas de Rita Almico, sobre padrões de riqueza em Juiz de Fora. Para a autora R\$ 10:000\$000 era considerado para o período próximo a 1870 uma “pequena fortuna”. Cf. ALMICO, Rita de Cássia da Silva. op. cit., 2001.

fim de dezembro, tempo este que espero ter exportado alguns cafés para esse pagamento, e nesse tempo se quiser receber no Rio é dar ordens a quem há de entregar, com sua resposta sobre o que deliberar, Francisco de Paula Lima⁴⁵²

Imo Sr. Coronel Marcelino José Ferreira
Gironda, 21 de novembro de 1846

Aproveitando a vinda do Ilmo Sr. Cap. Ribeiro por ele remeto a V^aS^a 1:000\$0000 para pagamento do prêmio do ano que se vence em janeiro próximo futuro, e não tendo vendido o café colhido e nem feito cobranças, não posso efetivar nem pagar os 10:000\$000 já, o que farei logo que seja-me possível, ou quando V^aS^a o exigir.

Peço a V^aS^a releve-me o não ter escrito a V^aS^a sobre este negócio, isso aconteceu em razão de algumas ocorrências um tanto desagradáveis.⁴⁵³
José Eugênio Teixeira Leite

Os negócios de Marcelino José Ferreira Armonde abrangiam dos empréstimos de maior vulto, concedidos e afiançados por pessoas possuidoras de muitos bens e/ou de prestígio junto ao prestamista até as solicitações e concessões para pessoas pouco abonadas. Aparentemente os negócios de Marcelino contemplavam todas as classes sociais. Os créditos que ele fornecia sustentavam desde a montagem parcial das unidades produtivas (construção de engenhos, compra de escravos) até as necessidades básicas da sobrevivência cotidiana. Em janeiro de 1846 um homem desesperado recorreu a ele em busca de solução para os males que lhe afligiam. Embora eu não saiba se o empréstimo foi concedido, vale a pena conhecer os clamores de Silvestre Martins do Couto para tentar sensibilizar Marcelino.

⁴⁵² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Francisco de Paula Lima em 24 de setembro de 1846.

⁴⁵³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José Eugênio Teixeira Leite, 21 de novembro de 1846.

Ilmo Sr. Coronel Marcelino José Ferreira Armonde,
Barbacena, 29 de janeiro de 1846

Meu Senhor,

Estimo que esta vá achar V^aS^a com saúde, pois é o meu desejo.

Como meu sogro, o sr. Faustino, muda-se para as Mercês e quer me levar e eu esteja devendo uns [biquinhos] e mesmo estou de todo nu e a minha família por isso ajoelho a seus pés pedindo pelo santíssimo sacramento por tudo quanto há de sagrado pela alma de seu pai, emprestar-me 50\$000 para este arranjo. V^aS^a hipotecar um escravinho que tenho, e se de tudo V^aS^a não quizer assim valer-me com uma esmola para mim fazer alguma roupa e minha mulher e meus filhos, para o que lhe peço V^aS^a há de achar no Reino da Glória com Maria Santíssima, pois sim não necessito do que lhe peço falem a vista neste instante para sempre e Deus falem na hora da morte, por isso meu pai espero pela sua misericórdia me há de acudir, que desejo favor lhe beijará as mão de agradecido.⁴⁵⁴

Quando necessário acionava-se um cobrador para tentar receber as dívidas de difícil solução. Portanto, havia, também, uma rede de relacionamentos para a realização das cobranças. Nestes casos o cobrador recebia uma porcentagem sobre o valor cobrado. Em 1836 Marcelino José Ferreira Armonde emprestou a José Antônio Anacleto, morador em Campo Belo (Campo das Vertentes – Sul de Minas) a quantia de R\$ 450\$000, que seriam pagos em quatro pagamentos iguais de R\$ 125\$000 por ano e na falta os juros da lei (6%). O credor realizou o pagamento da primeira parcela parcialmente, em 1836. Nos anos seguintes – 1837, 1838 e 1839 – pagou somente os juros. Depois disto, tornou-se inadimplente. Marcelino acordou então com Manoel Joaquim Dias, em 1848, para realizar a cobrança do restante do principal e juros relativos ao período de setembro de 1839 a dezembro de 1848. Ficou acordado que o cobrador teria

⁴⁵⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Silvestre Martins do Couto, 29 de janeiro de 1846.

direito a R\$ 100\$000 sobre o valor de R\$ 541\$855, que importava o restante da conta.⁴⁵⁵

Receber as dívidas nem sempre era fácil. Naturalmente era um negócio de risco, mas, conforme vimos, um risco calculado; o prestador sabia que o devedor possuía recursos para quitar o empréstimo, nem que fosse, em última instância, se desfazendo de seus bens. Em 1822 Antônio Marques, caixeiro de Marcelino José Ferreira Armonde, escreveu ao patrão que se achava na Rocinha do Medeiros (Santo Antônio do Paraibuna, depois Juiz de Fora), prestando contas de suas obrigações em Barbacena. Na carta ele comentou que

A Francisco Dias já lhe tenho falado sobre o que ele aqui lhe deve e não tem dado nada, e julgo que não cumprirá o que tratou com vm^{ce} (...) e de cobranças avultadas nada tenho recebido, nem o Moreira do Piau e nem outros têm dado nada.⁴⁵⁶

Nos anos quarenta do oitocentos Marcelino José Ferreira Armonde teve dificuldades para receber as dívidas contraídas por um certo Coronel Souto (do Rio de Janeiro) e um tal de Andrade (do Paraíba). Tendo acionado seu representante comercial na Corte para realizar a cobrança. José da Silva Carvalho em 1843 lhe escreveu:

eu não me descuido do Coronel Souto, que ainda se acha doente, não será mal mandar outra carta, visto que ele não deu ainda solução a outra, exigindo resposta daquela, vamos a ver se assim e com boas maneiras se faz alguma coisa, pois de outra sorte nada se fará.⁴⁵⁷

⁴⁵⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Documentos relativos a empréstimos. 01 de setembro de 1835.

⁴⁵⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Marques Pereira da Silva, 02 de outubro de 1822.

⁴⁵⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA,** correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde e José da Silva Carvalho, 31 de dezembro de 1843.

Nas cartas seguintes ele continuou com frequência informando sobre o seu insucesso em receber a dívida e das promessas sucessivas que lhe fazia o Coronel Souto em pagá-las, acrescentando nesta ocasião que “eu duvido que ele cumpra sua palavra”. As tentativas em receber a dívida continuaram e em 1844 Silva Carvalho noticiou as dificuldades na cobrança visto que o Coronel estava “doente dos olhos e de cama”. E neste mesmo ano escreveu “lembrei-me que seria bom que daí escrevesse ao deputado José Pedro de Carvalho a fim de que ele falasse ao Presidente; pode ser que por esta via se tenha algum resultado sobre o Coronel Souto”.⁴⁵⁸ Na impossibilidade de receber a dívida por bem, Silva Carvalho sugeriu a intervenção do deputado e depois Conselheiro José Pedro de Carvalho, ou seja, até o prestígio e o conhecimento político poderiam ser acionados.

Mas aparentemente Marcelino não quis se valer do conceito junto ao deputado para receber a dívida. Em 1846, além do Coronel Souto, Silva Carvalho tentava receber também a dívida de um certo Andrade e lamentava-se: “do Coronel Souto e Andrade nada”.⁴⁵⁹ Em maio de 1847 Silva Carvalho participou a Marcelino que havia se encontrado com a viúva do Souto e ela lhe informara que o inventário do falecido marido estava em andamento e “que logo que o concluísse procuraria pagar os seus credores” e o Andrade... nada.⁴⁶⁰

⁴⁵⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde e José da Silva Carvalho, 09 de fevereiro de 1844, 19 de fevereiro de 1844, 30 de junho de 1844, 31 de dezembro de 1844.

⁴⁵⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde e José da Silva Carvalho, 21 de março de 1846.

⁴⁶⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde e José da Silva Carvalho, 10 de maio de 1847.

No caso do Coronel Souto, parece que a morte do mesmo encaminhou a questão para o fim. Provavelmente neste momento o prestamista mineiro deve ter se apresentado como credor ao espólio e justificado sua dívida, pois em abril de 1849 Costa Carvalho deu a seguinte notícia “assim sobre a dívida do finado Souto estou a espera que se extraia a sentença para ver o que se recebe, disse-me o procurador que estava a dívida justificada”.⁴⁶¹

Quanto ao tal Andrade, acredito que seja o alcunhado por Silva Carvalho de o “seu devedor do Paraíba”. Neste caso, em agosto de 1847 encontrou-se uma solução, pois o comerciante da Corte escreveu para Marcelino “muito estimei (sic) saber que se arranhou com o seu devedor do Paraíba e que fosse como desejava”.⁴⁶²

O Andrade em questão era Antônio Rodrigues de Andrade França, proprietário da fazenda Paiol em Paraíba (Paraíba do Sul). Este indivíduo tinha uma dívida com Marcelino, contraída em tempo ignorado, mas que conhecemos a partir de 1843 quando ele se dirigiu ao prestamista justificando os atrasos no pagamento. Nesta carta ele disse que a dívida já estava vencida havia muito tempo, mas que não a podia quitar por não ter se prevenido com a colheita do ano e também por “ter tido eu a desgraça de perder minha mulher, e me ter sido forçoso fazer algumas despesas.” Andrade conta suas desventuras para apelar para “bondade” do prestamista e que ele se dignasse a...

⁴⁶¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde e José da Silva Carvalho, 20 de abril de 1849.

⁴⁶² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde e José da Silva Carvalho, 20 de agosto de 1847.

esperar até exportar os cafés desta colheita, e logo que eu tenha algum na corte mandarei embolsar a V^aS^a, senão de todo do meu crédito, ao menos o prêmio, e parte do principal, V^aS^a tenha paciência, não se enfade comigo, pois que as circunstâncias assim o permitirem e o meu desejo é só pagar a quem devo e muito principalmente a V^aS^a que tem tido tanta bondade para comigo.⁴⁶³

Mesmo não tendo conseguido quitar a dívida a tempo, Andrade estava preocupado com a palavra empenhada, e tentou apresentar seus motivos e sensibilizar o emprestador. Ao mesmo tempo em que mobilizava os comissários do Rio de Janeiro para receberem por ele, Marcelino também se movimentava. Em 28 de fevereiro de 1846 o Andrade lhe escreveu novamente. Embora o documento esteja bastante danificado, as partes legíveis permitem saber que o devedor igualmente se lamentava dos azares, doenças e colheitas ruins que o impediam de saldar suas dívidas e reafirmava seu interesse de pagar aos seus devedores, principalmente ao barbacenense.⁴⁶⁴

Embora em 1847, no documento acima citado, José da Silva Carvalho parabeneze Marcelino para a solução encontrada para o caso, a dívida só foi parcialmente quitada em 1849. Possivelmente as partes entraram em acordo e realizou-se uma reforma. O primeiro documento de 1849 relacionado ao caso é um recibo que registra que o caixeiro de Marcelino, Antônio Marques, recebeu de José Antônio Barroso de Carvalho a quantia de R\$ 4:810\$072, relativo à dívida do Capitão Antônio Rodrigues de Andrade França.⁴⁶⁵ O segundo documento é uma

⁴⁶³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Rodrigues de Andrade França, 12 de junho de 1843.

⁴⁶⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Rodrigues de Andrade França, 28 de fevereiro de 1846.

⁴⁶⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, recibos diversos, 24 de junho de 1849.

correspondência de Costa Carvalho, na qual ele informa que “recebi do Carvalhinho o crédito, procuração e conta que estava em seu poder relativo ao Andrade França do Paraíba, agora esperemos que lhe venha.”⁴⁶⁶ A carta indica que então o negócio caminhava para uma solução e o tal Carvalhinho devia ser o cobrador e procurador nomeado para receber a dívida no Paraíba. Por fim, ainda em 1849, há um terceiro documento, uma carta de Andrade para Antônio Marques comunicando-lhe que seu tio, o Barão do Tinguá,⁴⁶⁷ havia se oferecido para lhe emprestar todo o montante correspondente às suas dívidas, para que ele as quitasse, constituindo-se em seu único credor. Andrade comunicou que o tio só estava esperando receber os documentos de todos os credores para realizar os pagamentos, e pediu paciência, caso houvesse pequeno atraso na solução combinada.⁴⁶⁸

Além dos grandes fazendeiros, Marcelino também realizou empréstimos para pessoas que lhe prestavam serviços, a exemplo de Florentino José Ferreira, homem que foi condutor dos seus produtos para a Corte. Florentino contraiu alguns créditos com Marcelino, como demonstrado na tabela 3.6. O documento em questão trata de três créditos passados a Florentino José, entre os anos de 1835 e 1841, além das dívidas que Marcelino pagou para ele de uma dívida de que era credor Francisco da Costa Lage (primo de Marcelino José Ferreira Armonde), no valor de R\$ 6:600\$000, além de um prêmio pago ao mesmo, de R\$

⁴⁶⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde e José da Silva Carvalho, 31 de agosto de 1849.

⁴⁶⁷ Primeiro Barão do Tinguá. Pedro Correia e Castro falecido em 1869, cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Bar%C3%A3o_do_Tingu%C3%A1 [acessado em 29 de novembro de 2009].

⁴⁶⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Antônio Marques pereira da Silva de Antônio Rodrigues de Andrade França, 25 de julho de 1849.

1:000\$000. Sendo o valor do débito R\$ 11:124\$000, em novembro de 1841, o devedor pagou módicos R\$ 124\$000, passando-se novo crédito equivalente ao restante da dívida – renovação da dívida.

Por certo Marcelino José Ferreira Armonde tinha certeza das possibilidades de Florentino José Ferreira em quitar suas dívidas. Primeiramente ele era empregado ou prestador de serviços para o negociante, sendo condutor de suas cargas. Além disso, ele com certeza possuía algum patrimônio. Em 1837 ele havia comprado 10 escravos a Marcelino José Ferreira Armonde, cada um avaliado nesta ocasião em R\$ 340\$000.⁴⁶⁹ Em 1846 Florentino vendeu umas terras para pagar suas dívidas. Foram vendidos 260 alqueires de terras e mais as benfeitorias além de um “pasto que foi do Silvério”. Tudo isto avaliado em R\$ 13:000\$000. Descontadas as dívidas restou um saldo de R\$ 1:973\$708.⁴⁷⁰

Pode-se concluir pela documentação analisada que a não quitação de um débito não era, necessariamente, impedimento para a renovação da dívida e/ou a constituição de outros créditos. Outra questão que a documentação deixa evidente é que os empréstimos concedidos por Marcelino José Ferreira Armonde atingiram uma extensa área da província de Minas Gerais e, como veremos à frente, chegaram aos grandes comissários da Corte.

⁴⁶⁹ ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, recibos diversos, 05 de maio de 1837.

⁴⁷⁰ ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, recibos diversos, 26 de maio de 1846.

TABELA 3.6 –
Divida de Florentino José Ferreira com Marcelino José Ferreira Armonde, 1841

BARBACENA, 7 DE NOVEMBRO DE 1841	
DEVE O SENHOR FLORENTINO JOSÉ FERREIRA COM MARCELINO JOSÉ	
resto	95\$080
1º crédito pp. a 15/08/1835	710\$000
prêmio deste 6% ao ano – um ano	42\$600
2º crédito pp. a 24/06/1837	3:000\$000
prêmio deste de 24/07/1840 a 14/11/1841	470\$000
3º crédito pp. a 13 de maio de 1841	132\$000
sua dívida que paguei ao senhor Francisco da Costa Lage	6:600\$00
prêmio de um crédito do dito do sr. Lage 1:000\$000 de 16/01/1841 a 16/11/1841 – 10 meses	75\$000
Resta	11:124\$680
Recebi	124\$680
passou-me crédito em data de 14/11/1841	11:000\$000

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Florentino José Ferreira com Marcelino José Ferreira Armonde, 07 de novembro de 1841.

Os empréstimos a juros fizeram parte da vida de Marcelino José Ferreira Armonde até a sua morte em janeiro de 1850. Mesmo diversificando seus negócios, com a cafeicultura e o comércio de negros, ele jamais abandonou as atividades de “capitalista”.

TABELA 3.7-
Relação de haver das contas de Marcelino José Ferreira Armonde - 1840

CONTA DE MARCELINO JOSÉ FERREIRA COM OS SENHORES - HAVER			
JULHO DE 1840			
CONTA	NOME	DATA	VALOR
138	Joaquim Garcia de Mattos	08/06	1:919\$982
139	José Fagundes do Nascimento	18/06	205\$324
140	Domingos Ferreira Alves	27/08	335\$662
141	Antônio Ferreira	02/09	307\$284
142	Joaquim Garcia de Mattos	10/09	1:564\$062
143	José Marques da Silva	12/09	803\$346
144	Francisco Borges Pedrosa	22/09	534\$748
145	Francisco Xavier Ribeiro	22/09	472\$114
146	Francisco Luis de Medeiros	23/09	723\$842
147	José Alves Vieira	06/10	376\$160
148	Francisco Lourenço Ribeiro	06/10	321\$030
149	Bernardo Ferrão de Abreu	06/10	522\$758
150	Francisco Lourenço Ribeiro	22/10	462\$253
151	Francisco José	22/10	175\$186
152	José Pereira	22/10	604\$835

153	José Alves Vieira	22/10	478\$840
154	Antônio da Costa Pereira	27/10	566\$998
155	Joaquim Mendes Ferreira	14/11	741\$960
156	José Mendes Vieira	14/11	483\$258
157	Domingos Alves Ferreira	03/12	405\$456
1841			
CONTA	Nome	DATA	VALOR
158	Domingos Ferreira Alves	02/02	189\$124
159	Francisco Luiz de Medeiros	25;02	594\$345
160	Joaquim Garcia de Mattos	03;03	1:211\$457
161	José Cypriano de Campos	17/03	713\$750
162	Salvador Francklin de Medeiros	29/03	182\$352
163	Joaquim Garcia de Mattos	28/04	929\$736
164	Leonardo José do Valle	28/04	858\$879
165	José Pinto de Oliveira	28/04	853\$477
166	Francisco da Costa	28/04	522\$677
167	Joaquim Garcia de Mattos	28/05	977\$904
167	Dinheiro recebido de uma letra de Torreato	28/05	100\$000
167	Dinheiro recebido de Joaquim Garcia de Mattos	28/05	200\$000
168	Dinheiro por Leonardo José do Valle	29/05	352\$649
	Juros em frente	29/05	451\$64? ¹
Soma		20:173\$08?¹	

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Marcelino José Ferreira Armonde, 07 de novembro de 1840.

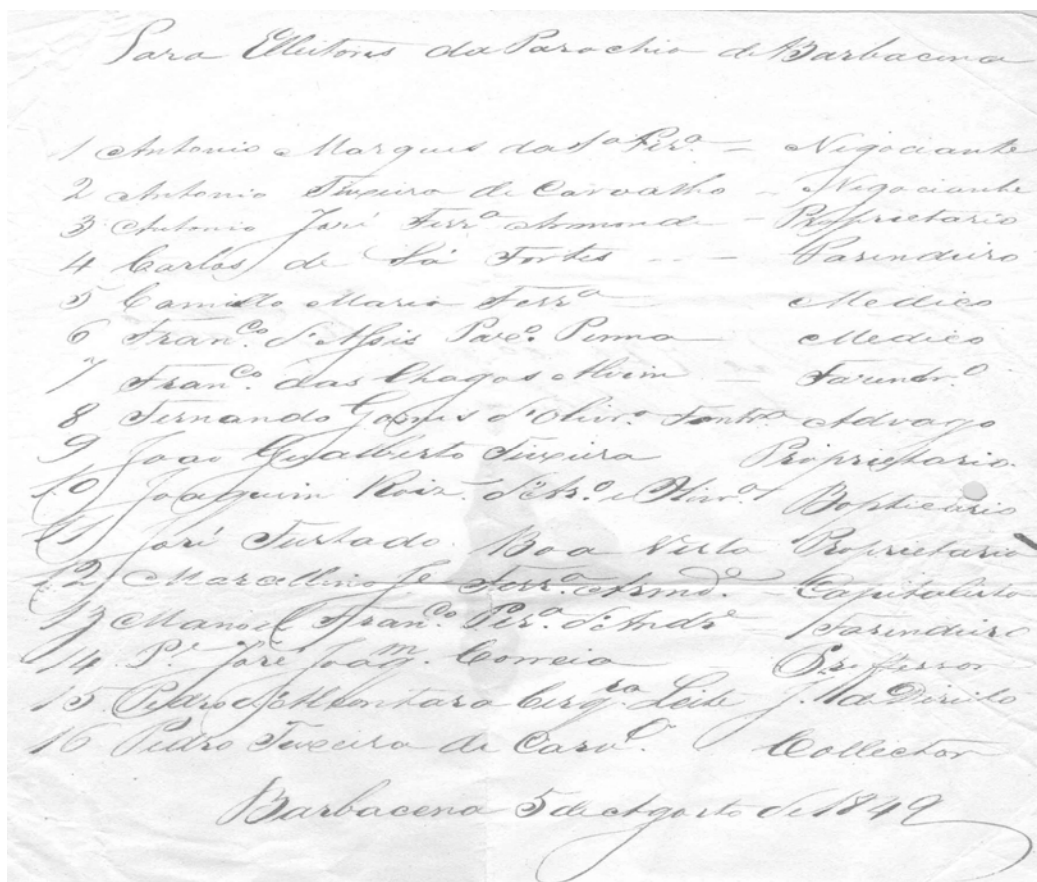
1- O último número destas sentenças estavam ilegíveis.

O rol representado na tabela 3.7 nos dá uma idéia do volume dos empréstimos empreendidos por Marcelino José Ferreira. A lista é relativa aos anos 1840-1841. No acervo particular da família foi encontrada somente a lauda reproduzida abaixo, mas observem que há uma coluna que denominamos “conta”, que contém um número seqüencial. No caso o primeiro número da lista é o 138, o que indica a existência de outras 137 contas, e note-se que ao passar para o ano de 1841 a numeração não foi reiniciada. A tabela 3.7, quando comparada com a tabela 3.4, deixa claro o aumento tanto dos valores individuais quanto do valor total do monte emprestado.

Na lista de eleitores para a paróquia de Barbacena de 1849 – imagem 3.3, ano que antecedeu à sua morte, Marcelino José Ferreira Armonde consta da

relação exatamente como “capitalista” (cf. nº12). No mesmo documento seu irmão Antônio José Ferreira (cf. nº 3) foi qualificado de proprietário e o filho Camilo Maria Ferreira (cf. nº 5) como médico. Já o caixeiro de Marcelino, Antônio Marques da Silva Pereira, aparece como negociante (cf. nº 1).

**IMAGEM 3.3 -
Lista para eleitores da Paróquia de Barbacena – 1849**



Fonte: ACERVO PARICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Lista de Eleitores da Paróquia de Barbacena, 1849.

Sheila Faria, no seu trabalho sobre Campos na virada do século XVIII para o XIX, constatou a formação de longas cadeias de endividamento, que se ramificavam dos comissários da praça mercantil do Rio de Janeiro aos grandes

negociantes do interior e desses aos pequenos comerciantes locais, aos proprietários agrários, estendendo-se aos homens livres pobres.⁴⁷¹ Um grupo restrito mantinha a liquidez do mercado regional, emprestavam e investiam na produção agrária, algumas vezes exercendo as duas atividades. Outros estabeleceram alianças, de compadrio ou familiares, com os comissários do Rio de Janeiro, a quem, muitas vezes, encarregavam de cobrar as dívidas.⁴⁷²

Stanley Stein, no clássico trabalho sobre Vassouras, um dos pioneiros a trabalhar com as redes de poder entre as famílias cafeicultoras, nota que este foi o caso da família Teixeira Leite (de Vassouras, com ramificações em Minas Gerais e São Paulo), que não só manteve estreitos laços com a comunidade financeira do Rio de Janeiro, como também muitos dos seus membros atuaram como comissários e banqueiros, como foi o caso do Barão de Vassouras e o Banco Comercial e Agrícola (1858-1861).⁴⁷³

Foi assim também com a família Ferreira Armonde. Em 1818 José Francisco de Mesquita, do Rio de Janeiro, solicitou a Marcelino José Ferreira Armonde que cobrasse em seu nome um crédito ao falecido Custódio de Araújo

⁴⁷¹ FARIA, Sheila, op. cit. Essa cadeia de crédito/débito já tinha sido identificada por Larissa Brown no comércio de cabotagem entre o Rio de Janeiro e sua hinterlândia. Esta tese foi reforçada pelos trabalhos de João Frago e Antônio Carlos Jucá Sampaio. Cf. BROWN, Larissa V. **Internal Commerce in a colonial economy: Rio de Janeiro and it's hinterland, 1790-1822**. University of Virginia, 1986 (Thesis of Doctorate).

⁴⁷² FARIA, Sheila. op. cit., pp. 178-205.

⁴⁷³ STEIN, Stanley J. op. cit. p. 43. A respeito do Banco Comercial e Agrícola cf. GUIMARÃES, Carlos Gabriel. *O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola*. **Anais do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Curitiba: ABPHE/UFPR, 1999. Cd-rom; MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Os Teixeira Leite: trajetórias e estratégias familiares em Vassouras, no século XIX. **Anais do V Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Conservatória: ABPHE, 2005. Cd-rom.

Padilha e sua mulher, pois ia se proceder ao inventário. Ao mesmo tempo, ele se colocava à disposição de Marcelino para servi-lo no Rio de Janeiro. O documento informa que o resto deste crédito era de R\$ 707\$005.⁴⁷⁴ Mesmo procedimento teve Constantino Dias Pinheiro, comerciante e traficante de negros do Rio de Janeiro,⁴⁷⁵ em 10 de junho de 1818, que vale a pena conhecer na íntegra, pois explicita a cadeia de favores e negócios estabelecidas entre os comerciantes da corte e do interior.

Sr. Marcelino José Ferreira,

Rio 10 de junho de 1818

Meu amigo e senhor, por Manoel Pinheiro Faria remeti tudo quanto vm^{ce} me havia pedido como verá do recibo e conta junta na importância de R\$ 211\$045, que estimarei vá tudo a seu gosto. Ontem recebi a sua de dois do corrente e nela me fala sobre a Apelação do João da Costa Frz. [Ferraz] a qual não chegou neste correio, o que lhe posso assegurar é que deve contar que nisso e tudo quanto for de servi-lo sempre me achará pronto, e conte que há de haver toda a vigilância porque encarreguei isso a um bom amigo e que sabe. C [rubrica de Constantino]

O João da Costa Frz. me mandou uma procuração bastante para eu me encarregar de mandar agitar pela a parte dele e eu não quis aceitar pelas razões que não ignora de amizade. Incluso remeto um crédito pertencente a Francisco Gonçalves da Silva Campos de que é devedor Antônio da Silva Calheiros da quantia de R\$ 397\$280 passado em 7 de julho de 1797 para vm^{ce} me fazer o favor de cobrar o que puder deste magamão para o que remeto o crédito e procuração bastante e tudo que a este respeito fizer eu o avalio em muito mais do se fosse coisa minha. C [rubrica de Constantino].

Estimarei que tenha saúde e muitas felicidades como quem é.

Seu amigo e obrigado

Constantino Dias Pinheiro

(Levei para o Rio de Janeiro o Crédito e a procuração para entregar ao senhor Constantino em novembro de 1818. Ferreira) [anotação na lateral].⁴⁷⁶

⁴⁷⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 20 de abril de 1818.

⁴⁷⁵ Cf. Listagem nominal dos traficantes de escravos entre a África e o porto do Rio de Janeiro, atuantes entre 1811 e 1830, In: FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em Costas Negras**: uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 281.

⁴⁷⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde e Constantino Dias Pinheiro, 10 de junho de 1818.

A carta revela as relações de amizade de Marcelino José Ferreira Armonde com um grande comerciante do Rio de Janeiro, os negócios e as trocas de favores entre eles. Ao mesmo tempo em que o comerciante do Rio de Janeiro demonstra estima preferencial por Marcelino, em detrimento de Ferraz, ele fornece-lhe mercadorias, cuida de seus assuntos na Corte e solicita uma retribuição de favores, no caso a cobrança de um crédito de longa data e difícil de receber. O crédito em questão pertencia a um terceiro, Francisco Gonçalves da Silva Campos, provavelmente outro cliente de Constantino Dias Pires. E a anotação de Marcelino José Ferreira Armonde na lateral da carta nos indica que ele se empenhou na cobrança.

Algumas vezes para garantir a cobrança das dívidas feitas para terceiros era necessário negociar. Em 1841 Marcelino José Ferreira Armonde realizou uma cobrança a Joaquim Ferreira Neto, devedor do Tenente Bento Pereira da Costa. Ao prestar contas ao Tenente, Marcelino lhe disse que “para poder persuadir a um irmão [dele] a pagar-me foi necessário abater-lhe 10\$000 réis, e assim mesmo pagou de duas ou três vezes”.⁴⁷⁷ Note-se que a dívida ao final foi quitada por um irmão e ainda assim com desconto e parcelada. Ao final, de um débito de R\$ 57\$000 foi possível receber R\$ 47\$000.

Os Armonde reproduziam na Província mineira relações semelhantes às que mantinham com os comerciantes da praça do Rio de Janeiro, inclusive atuando como banqueiros, o que era bastante comum no interior da Província. Os

⁴⁷⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 10 de maio de 1841.

documentos relacionados aos empréstimos e créditos já analisados são exemplares neste sentido. A tabela 3.8 reproduz uma lista dos dinheiros a prêmio emprestados por Marcelino José Ferreira Armonde “até o dia 28 de fevereiro de 1836”, todos com juros de 9% ao ano.

A tabela 3.8 foi reproduzida conforme o original. A primeira coluna corresponde ao número atribuído ao documento, a segunda à data em que o crédito foi cedido, a terceira ao valor do crédito e a quarta ao valor dos juros no período correspondente.

**TABELA 3.8 –
Dinheiros emprestados e premio por Marcelino José Ferreira – 1836**

DINHEIRO A PREMIO DE 9% ATÉ O DIA 28 DE FEVEREIRO DE 1836			
RECIBO N. 1	04/03/1835	5:453\$680	485\$452
IDEM 2	11/03/1835	268\$134	23\$404
IDEM 3	30/04/1835	1:687\$388	126\$484
IDEM 4	15/05/1835	500\$000	35\$630
IDEM 5	23/05/1835	996\$000	69\$010
IDEM 6	06/07/1835	1:788\$700	102\$764
IDEM 7	02/08/1835	2:600\$000	134\$630
IDEM 8	04/07/1835	1:518\$000	84\$458
IDEM 9	07/09/1835	2:000\$000	850\$808
IDEM 10	20/09/1835	1:2004000	47\$638
IDEM 11	13/09/1835	280\$000	10\$598
IDEM 12	06/11/1835	3:000\$000	84\$328
IDEM 13	10/04/1835	400\$000	31\$956
IDEM 14	03/13/1835	3:5000\$000	75\$082
IDEM 15	11/02/1836	1:500\$000	6\$287
		26:691\$902	1:404\$529

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Marcelino José Ferreira Armonde, 25 de fevereiro de 1836.

Se por um lado emprestavam dinheiro a juros para fazendeiros, comerciantes e outros mineiros, por outro, os irmãos Armonde também mandavam dinheiros para ser colocado a prêmio com os comerciantes do Rio de Janeiro e lhes abria linhas de crédito. Estes dinheiros não raro foram fundamentais para a

manutenção dos negócios dos comissários da Corte, o que nos autoriza a dizer que deve-se relativizar as afirmações de que os comerciantes mineiros, em geral, estão subordinados financeiramente aos comissários da Corte. Rafael Freitas Santos também questiona esta dependência ao afirmar que

Entretanto, é impossível imaginar que os comerciantes mineiros estavam completamente subordinados economicamente às grandes casas comerciais externas à Capitania. Possivelmente eles auferiam significativos lucros nessas transações – embora uma parte dele fosse utilizada, de fato, para saldar suas dívidas. Se, por um lado, “era hábito os comerciantes atacadista do Rio de Janeiro, Bahia e Portugal adiantarem estoques, ou emprestarem dinheiro, para os comerciantes nas Minas, criando laços de endividamento”; por outro, “os grandes atacadistas estabelecidos em Minas tornaram-se importantes linha de crédito interno, o que fez com que o pequeno comércio recorresse a esses em busca de financiamento”. Dessa forma, é possível pensar que, mesmo subordinados, em parte, às casas comerciais cariocas e/ou metropolitanas, teria havido a possibilidade de acumulações regionais por parte de alguns comerciantes mineiros – muito embora com uma margem de lucro bastante inferior àquelas conseguidas pelos comerciantes litorâneos. Além disso, os comerciantes mineiros não só faziam a ligação com o litoral, mas também entre os mercados regionais – onde eram produzidos gêneros necessários ao abastecimento da população das Minas. Nesse sentido, o capital mercantil nas Minas Gerais teria desenvolvido seus próprios “homens de grossa aventura”, ainda que em proporções bem menores, que financiaram o consumo da Capitania por meio de atividades creditícias.⁴⁷⁸

No caso dos Ferreira Armonde não hesitamos em afirmar que eles não somente eram detentores de capital mercantil capaz de financiar as atividades mercantis no interior da Província mineira como, também, possuíam cabedal para financiar parcialmente a manutenção de algumas importantes casas comerciais do Rio de Janeiro.

⁴⁷⁸ SANTOS, Rafael Santos, op. cit., p. 45.

Ao analisarmos os bens de Mariano José Ferreira Armonde destacamos que ele possuía R\$ 58:972\$614 a prêmio na casa comercial de Antônio José Moreira Pinto. Com o mesmo Antônio José Moreira Pinto, Marcelino José Ferreira Armonde possuía R\$ 20:000\$000 em conta corrente. Em 1845 Moreira Pinto encontrava-se doente e Herculano Ferreira Paes, antigo sócio do negociante da Corte, quis comprar a Casa Comercial. Ele escreveu a Marcelino José a quem informou que quando se retirou da sociedade fez a proposta de compra a Moreira Pinto, procurando fazê-lo ver que sozinho e doente não teria condições de tocar o negócio, mas não chegaram a acordo. Nesta ocasião, estando novamente negociando com o ex-sócio a venda da Casa Comercial, Herculano dirigiu-se a Marcelino querendo saber se “Vm^{ce} consentirá que eu continue com os 20:000\$000 réis de sua conta que a sociedade tem a juros”. Ele também desejava saber se Marcelino poderia suprir mais à Casa Comercial ou se iria exigir o pronto pagamento da quantia.⁴⁷⁹ Herculano Ferreira Paes apresentou ao negociante de Minas a situação da Casa Comercial, alegando que

Apesar de termos muitas dívidas perdidas, o Sr. Moreira Pinto, faz-me um abatimento que equivale com superabundância, e me dá prazos muito longos para os módicos pagamentos que a ele tenho de fazer, porém, como tenho também de pagar à praça o que deve a sociedade e não posso contar com segurança com as cobranças que tenho de fazer, pois que raro é o freguês que hoje paga no tempo, por isso é que me quero prevenir com vm^{ce}.⁴⁸⁰

Creio que Marcelino José Ferreira Armonde entrou em acordo com Herculano Ferreira Paes, uma vez que há correspondências posteriores a 1845

⁴⁷⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira de Herculano Ferreira Paes, 07 de março de 1845.

⁴⁸⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira de Herculano Ferreira Paes, 07 de março de 1845.

dos negócios entre ambos, o que também pode-se observa da conta de *deve e haver* entre Marcelino e José da Silva Carvalho, reproduzida na tabela 3.9.

Além do dinheiro em conta corrente a juros na Casa Comercial de Moreira Pinto, tão importante para a sustentação dos negócios do comerciante da Corte, Marcelino José Ferreira Armonde fez empréstimos vultosos para José da Silva Carvalho, também comerciante na praça comercial do Rio de Janeiro.

Os negócios de Marcelino José Ferreira Armonde com José da Silva Carvalho remontam pelo menos à década de trinta do oitocentos. A tabela 3.9 nos dá uma idéia do volume destes negócios no ano de 1848.

**TABELA 3.9 –
Conta de Marcelino José Ferreira (Barbacena) com
José da Silva Carvalho (Rio de Janeiro), 1848**

BARBACENA, 12 DE JULHO DE 1848 CONTA DE MARCELINO JOSÉ FERREIRA – JOSÉ DA SILVA CARVALHO – RIO DE JANEIRO	
CONTA	VALOR
350	1:266\$424
351	935\$862
352	836\$560
353	924\$592
354	1:314\$420
355	819\$140
356	1:184\$073
357	823\$857
358	845\$203
359	800\$960
360	819\$544
361	800\$606
362	557\$070
363	622\$790
364	836\$713
365	889\$443
366	858\$728
367	932\$779
368	914\$480
369	590\$356
370	831\$611
371	869\$704
372	916\$758
carta de 31/12/1847-prêmio	900\$900
carta de 19/02/1848, décima da fazenda	1:539\$592
carta de [sem data] de 1848, que recebeu do Azevedo	632\$708
carta de 15/04/1848, dito Cerqueira Leite	520\$352
carta de 5/06 dito recebido do Azevedo	533\$840

carta de 20;06 dito dito dito	530\$352
373	869\$266
374	233\$979
375	933\$840
376	919\$438
377	882\$434
378	450\$678
379	679\$250
380	875\$886
381	900\$000
	32:265\$650
A DEDUZIR-SE	
dinheiro que deu ao desembargador Francisco de Paula Cerqueira Leite	3:000\$000
idem ao mariano Procópio Ferreira Lage	698\$720
idem importe dos pesos para a fazenda	17\$440
idem a Herculano Ferreira Pais	500\$000
importe dos pregos	11\$300
dinheiro que recebemos de José Martins de Azevedo em 31/08	1:000\$000
	29:038\$196

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José da Silva Carvalho, conta de deve e haver, 12 de julho de 1847.

Não foi possível precisar em que momento o crédito a José da Silva Carvalho foi concedido, mas em dezembro de 1843 José da Silva Carvalho dirigiu-se ao prestamista de Minas solicitando um prazo maior para pagar sua dívida. Após dar as notícias sobre o preço do café, Silva Carvalho tocou no assunto relativo à sua dívida

Meu amigo, vence hoje o meu crédito da quantia de dez contos de réis, a não lhe fazer tortura, e podendo ser desejava que me esperasse outro ano, até acabar um [biquinho] que me falta, a poder ser é favor que me faz e que juntarei ao muito já recebido...⁴⁸¹

A reforma da dívida com certeza foi realizada, não somente por um ano, pois nas correspondências seguintes o negociante José da Silva Carvalho por diversas vezes anunciou que estava depositando o prêmio de sua dívida, no valor de R\$ 600\$000, o que nos leva a inferir que pelo empréstimo estavam sendo cobrados juros de 6% ao ano. Mesmo reformando a dívida, Marcelino

⁴⁸¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA,** correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José da Silva Carvalho, 31 de dezembro de 1843.

aparentemente observou ao comissário da Corte o favor que lhe fazia, pois Silva Carvalho lhe escreveu que “muito lhe agradeço o favor e franqueza, eu não abusarei dela”.⁴⁸²

Após a morte de Marcelino José Ferreira Armonde, em janeiro de 1850, seu filho Camilo Maria Ferreira assumiu os negócios do pai e certamente encaminhou correspondência a todas as pessoas com as quais Marcelino havia tido negócios. Por esta razão Silva Carvalho solicitou a Camilo que o avisasse de suas ordens com antecedência, para que ele pudesse se prevenir. Ele informou a Camilo que

V^aS^a há de ter visto minha correspondência, saber que além de 20:000\$000 que devo por dois créditos e que vencem a juros de 9% ao ano tenho que de pagar os juros de prêmios de 1/2% ao mês desde o mês de novembro do ano passado de outra igual quantia de 20:000\$000 réis até V^aS^a dar destino a esta última quantia, pois assim tinha convencionado com seu virtuoso pai de saudosa memória, e para não estar esta quantia morta, sem vencimento nenhum, eu espero poder sempre dar cumprimento às ordens de V^aS^a, mas também espero que V^aS^a terá contemplação que lhe merecer.⁴⁸³

Esta última carta de Silva Carvalho deixa evidente que sua dívida com Marcelino José Ferreira Armonde era de R\$ 40:000\$000.

É importante destacar que Honório José Ferreira encaminhou para o Rio de Janeiro diversas remessas de dinheiro, para si, seus irmãos e seus clientes. A tabela 3.10 permite uma idéia das transações que Honório José realizou com

⁴⁸² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José da Silva Carvalho, 09 de fevereiro de 1844.

⁴⁸³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Camilo Maria Ferreira de José da Silva Carvalho, 14 de fevereiro de 1850.

Moreira Pinto entre os anos de 1828 a 1835, e mesmo com lacunas acreditamos representar a diversidade dos negócios financeiros dos Armonde.⁴⁸⁴

**TABELA 3.10 –
Conta corrente dos dinheiros e metais de Honório José Ferreira
Armonde Com Antônio José Moreira Pinto 1828-1835**

RIO DE JANEIRO - CONTA DO SENHOR HONÓRIO JOSÉ FERREIRA COM ANTÔNIO JOSÉ MOREIRA PINTO	
PRODUTO	VALOR
23 de janeiro de 1828	
dinheiro em prata	391\$000
prêmio no mesmo em 50%	195\$520
dinheiro em prata	51\$640
prêmio no mesmo em 50%	25\$820
Barras [de ouro]	834\$903
prêmio na mesma a 106%	884\$997
pesos espanhóis (1.800)	37\$800
moedas de 4 libras	6\$000
dinheiros ditos com falta de 54 grãos	12\$812
prêmios de 80%	61\$449
moedas de 4 libras	220\$000
dinheiro com falta de 36 grãos	11\$208
prêmio nos mesmos de 80%	184\$966
dinheiro dos papeis conforme a conta	48\$600
dinheiro que recebi em notas	3:450\$000
03 de julho de 1828	
dinheiros em prata	305\$200
prêmio de 58%	177\$016
1 barra	70\$366
prêmio de 120%	84\$439
ouro em moeda	8\$000
prêmio de 90%	7\$200
27 de janeiro de 1828	
dinheiro em prata	416\$800
prêmio de 45%	187\$560
dinheiro por mão de Marcelino José Ferreira- 21 de junho	1:000\$000
dinheiro do Ex ^{mo} Marcos Antônio Monteiro de Barros e ordem de José Fernandes Viannas – 28 de junho	380\$000
dinheiro por mão de Valentim	1:000\$000
24 de novembro de 1828	
dinheiro que me remeteu Vicente Monteiro de Mor ^{es} em prata	144\$000

⁴⁸⁴ Parte da documentação que compõe o acervo particular da Fazenda Santa Sofia foi cedida ao Museu Imperial por um dos descendentes. Esta documentação não supriria a totalidade das falhas documentais do acervo, mas ajudaria a minorá-las. Todavia, não foi possível pesquisar o acervo devido às dificuldades impostas pela instituição para acesso à mesma, tais como limitação do horário de pesquisa, impossibilidade de reprodução de séries documentais (seja pela instituição ou particular).

dinheiro que me remeteu Izac da Silva Meneses	100\$000
prêmio de 44%	156\$262
dinheiro em notas que me remete o Monteiro	274\$000
dinheiro do Izac	159\$040
29 de julho de 1829	
dinheiro em prata	511\$635
prêmio de 85%	434\$885
dinheiro em moeda de 4 [ileg.]	369\$000
falta de 78 grãos	1\$950
prêmio de 124%	488\$622
dinheiro em moedas	3\$000
Prêmio	2\$8000
dinheiros em meia doblas	32\$000
falta de 24 grãos	\$600
Prêmios	50\$000
dinheiro em prata por Valentim Mendes	61\$810
prêmios de 85%	52\$538
10 de abril de 1829	
uma meia dobra que vendi	17\$000
11 moedas de 4 [libras de reis]	44\$000
prêmio de 125%	55\$000
uma dita de ...	1\$000
prêmio de 125%	1\$250
Prata	100\$000
prêmio de 92%	92\$000
	665\$450
03 de setembro de 1829	
por uma letra que me remeteu e foi pago a vista – 20 de março de 1829	140\$000
dinheiro em notas e vários metais que recebi por mão de Valentim Mendes – 10 de abril	665\$450
dinheiro em notas que recebi por José de Souza Cunha -11 de abril	2:956\$000
dinheiro em notas que recebi de Constantino Dias Pinheiro – 11 de abril	208\$965
dinheiro em notas que recebi por Joaquim José Fernandes – 30 de abril	908\$000
por uma letra que me remeteu sobre Vendome & Cia, que foi paga a vista – 19 de maio	150\$000
por uma dita sobre Luiz Moretz Sohn, a 20 dias a vista, que foi aceita hoje – 19 de maio	3:000\$000
por duas ditas sobre Vendome V & Cia. a 10 e 15 dias vista, cujas foram aceitas hoje, 9 de junho	780\$000
dinheiro em notas e vários metais que recebi por mão de Antônio Coelho de Souza – 29 de julho	2:171\$392
dinheiro em prata e 53 @ de café que recebi por mão de Valentim Mendes – 11 de agosto	315\$740
dinheiro em notas, prata, ouro e barras que recebi pelo dito – 13 de outubro	7:297\$451
13 de outubro de 1829	
dinheiro em prata	2:180\$160
prêmio de 87%	1:896\$740
dinheiro em moedas de 4 [libras]	40\$000
prêmio de 120%	48\$000
Barras	816\$057

prêmio de 165%	1:346\$494
dinheiro em notas	970\$000
02 de junho de 1830	
dinheiro em prata	54\$480
prêmio de 112%	61\$282
1 moeda de ouro	6\$4000
prêmio de 175%	11\$200
1 dita de	4\$000
prêmio de 145%	5\$800
	143\$169
07 de junho de 1830	
pelo dinheiro que me remeteu seu mano Antônio José Ferreira Armondes – 18 de janeiro	1:339\$000
por uma letra que me remeteu a meu favor sacada em mariana em 3 do corrente por Henrique Lebet sobre Vandomi & Cia a 60 dias vista que foi aceita hoje – 18 de fevereiro	1:000\$000
por uma letra que me remeteu a meu favor sacada em Macaúbas a 15 de fevereiro próximo passado por Eduardo Oxenford sobre Guilherme Young & filhos, Naylor, Irmãos & Cia a 8 dias vista precisos, aceita hoje – 1 de março	2:000\$000
por três letras que me remeteu a meu favor sacadas em Macaúbas no 1 do corrente por Eduardo Oxenford sobre Guilherme Young & filhos, Naylor, Irmãos & Cia de cuja soma creditei por ordem sua R\$ 2:901\$751 em conta de seu mano Joaquim José Ferreira Armondes sendo o restante – 20 de abril	8:215\$249
por uma letra que me remeteu a meu favor sacada na imperial cidade de ouro preto a 20 de maio próximo passado por Ezequiel Moretz Sohn sobre Samuel Irmãos & Cia a 30 dias vista que foi aceita em 29 do passado – 1 de junho	1:400\$000
dinheiro por mão de Manoel Francisco da Silva Costa	1:426\$000
por uma letra que me remeteu a meu favor sacada na imperial cidade de ouro preto a 20 de maio próximo passado por Ezequiel Moretz Sohn sobre Samuel Irmãos & Cia a 15 dias vista que foi aceita em 9 do corrente – 1 0 de julho	2:037\$750
idem uma dita sacada em Macaúbas por Henrique Lebet sobre Vendome & Cia a 10 dias vista e	300\$000

10 de novembro de 1830	
dinheiro em prata	90\$000
prêmio de 127%	114\$300
4 barras de ouro no valor de	236\$535
prêmio de 216%	510\$915
20 1/8 uma porção de ouro velho que ainda não vendi por ser preço que me ofereceram 3.400 reis – vendido por	10\$000
31 de dezembro de 1831	
notas do banco que me remeteu na sua carta de 31 de julho próximo passado – 1 de agosto de 1830	20\$000
por uma letra que me remeteu sobre Luiz Moretz Sohn a 20 dias vista – 29 de agosto de 1830	48\$710
liquido de 53 sacas de café que me remeteu por Valentim Mendes Ferreira – 7 de setembro	323\$500
dinheiro que recebi de um meio bilhete da loteria a beneficio da imigração portuguesa, n. 840 – 20 de setembro	16\$000
liquido que me remeteu por Valentim Mendes Ferreira em cuja quantia incluo r\$ 70\$000 por quanto vendi 20/8 de ouro velho – 10 de novembro	5:360\$964
dinheiro em notas por Antônio Francisco de Albuquerque – 14 de dezembro	600\$000
10 de fevereiro de 1830	
dinheiro em prata de sua conta	288\$540
dinheiro em prata de conta corrente do Valentim	184\$660
prêmio de 130%	615\$550
dinheiro em notas por mão de Valentim Mendes Ferreira	340\$000
14 de abril de 1831	
letra que me mandou contra Vandome & Cia sacada por Henrique Libert que pagou no vencimento. 1830 – dezembro 6	882\$000
12 de junho de 1831	
dinheiro em prata	61\$500
prêmio de 113%	69\$495
17 de junho 1831	
1 barra de ouro no valor de	265\$396
1 dita	61\$066
1 dita	43\$901
prêmio de 195%	761\$207
28 de abril de 1832	
dinheiro em prata	320\$800
prêmio de 35%	114\$800
idem prata miuda	32\$980
prêmio de 25%	8\$245
dinheiro em notas	350\$00
05 de janeiro de 1835	
dinheiro que recebi da caixa da Amortização (sic) prêmio de sete apólices pertencentes a Prudêncio Pereira de Sales – 30 de outubro de 1833	168 \$000
importância de 4 apólices que recebi de José Francisco de moura & cai pertencentes a Prudêncio Pereira de Sales vendida a 53% - 30 de outubro de 1833	848\$000
dinheiro que lhe creditei por ordem de Antônio Júlio de Souza Novaes – 24 de janeiro de 1834	108\$673
idem por mão de Bernardo José de Figueiredo e ordem de José	4:000\$000

Justino Carneiro – 31 de janeiro de 1834	
dinheiro por mão de Flávio José Ferreira por ordem de Antônio Ferreira Armondes – 6 de maio de 1834	1:5000\$000
importância de uma letra que me remeteu sacada por Francisco de Paula Santos & Cia sobre José Fernandes Oliveira Penna & Cia a 30 dias de vista e paga hoje – 13 de setembro de 1834	2:232\$000
idem de uma dita sacada por Francisco de Paula Santos & Cia sobre José Fernandes de oliveira Penna & Cia a 50 dias de vista	1:100\$000

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 1828 a 1835 – Foram isoladas nesta tabela somente os ativos constantes do quadro.

Através da tabela 3.10 sabemos que de Minas Gerais os Armonde, entre 1828 e 1835, através de Honório José, mandaram para Antônio José Moreira Pinto, que estava na Corte, e que funcionou como um “banqueiro” dos Armonde. Para o Rio de Janeiro foram encaminhados dinheiros em prata, dinheiro em ouro, dinheiro estrangeiro, dinheiro em notas, barras de ouro, ouro em pó, ouro velho e letras. Diversos valores foram creditados a favor dos irmãos – Marcelino e Antônio – e para diversas outras pessoas (cf. tabela 3.10). Entre essas pessoas e firmas com negócios com os Armonde, destacamos o negociante inglês Eduardo Oxenford e a firma inglesa Guilherme Young. Eduardo Oxenford era um negociante inglês, que chegou no Brasil depois de 1808, e foi morar em MG. Teve importantes ligações com famílias ilustres de MG como os Nogueira da Gama e do Barão de Catas Altas. Foi acionista e diretor das firmas de mineração Imperial Brazilian Mining Association (IBMA), que “comprou” a mina de Congo Seco, e da National Brazilian Mining Association⁴⁸⁵ e teve fazendas em Minas Gerais.⁴⁸⁶ A

⁴⁸⁵ Informações retiradas de SILVA, Fábio Carlos da. **Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: a Companhia Inglesa de Macaúbas e Cocais 1828-1912**. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1997. A respeito dos negociantes e firmas inglesas na mineração em MG conferir também LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

⁴⁸⁶ APM. Carta de Eduardo [Oxenford] ao coronel João José Lopes Mendes Ribeiro sobre o pedido de ajuda para cobrança de quantias decorrentes da venda de sua fazenda em Sabará. 8/07/1815. CC - Cx. 75 – 20029.

firma inglesa Guilherme Young & Filhos era uma importante firma de importação e exportação inglesa, credora do Erário Régio do Estado do Brasil em 1821 e outros.⁴⁸⁷

Os Armonde também pagavam e recebiam os juros de suas contas com os comissários da Corte, a exemplo do documento reproduzido na tabela 3.11, relativo ao ano de 1833 a 1835 e 3.12.

**TABELA 3.11-
Conta dos juros que Honório José Ferreira Armonde pagou a
Antônio José Moreira Pinto, 1833-1835**

CONTA DE JUROS QUE ME DEVE O SENHOR HONÓRIO JOSÉ FERREIRA – A SABER DEVE		
descrição	Capital e amortização	Juros no período
importância de juros de sua conta de 1 de agosto de 1833 ate 31 do mesmo mês 1 mês a 6% ao ano sobre R\$ recebi em 31 de agosto de 33	12:070\$944 209\$978 11:800\$900	60\$350
idem dito dito desde 1 de setembro do mesmo ano até 30 de outubro 1 mês a 6% ao ano a saber R\$ recebi em 30 de outubro	11:800\$900 1:016\$000 10:844\$966	59\$300
idem dito dito desde 1 de novembro ate 10 de dezembro - 1 mês e 10 dias sobre a quantia acima recebi em 10 de dezembro de 33	97\$087 10:793\$279	36\$360
idem dito dito desde de 10 de dezembro ate 24 de janeiro de 1834 – um mês e 14 dias sobre a quantia acima recebi em 24 de janeiro	108\$073 10:684\$606	39\$138
idem dita dita desde 24 de janeiro ate 31 do dito, 7 dias sobre a quantia acima recebi em 31 de janeiro	4:000\$000	12\$400
importância de juros vencidos desde 31 de janeiro de 1834 ate 24 de fevereiro do mesmo a no a 6% - 24 dias sobre a quantia acima recebi em 31 de janeiro (sic)	63\$117	26\$736
idem, dito dito desde 24 de fevereiro ate 6 de maio – 2 meses e 12 dias sobre a quantia acima recebi em 6 de maio	1:500\$000 5:121\$117	39\$446

⁴⁸⁷ Informações fornecidas pelo Prof. Carlos Gabriel Guimarães.

CONTA DE JUROS QUE ME DEVE O SENHOR HONÓRIO JOSÉ FERREIRA – A SABER DEVE		
idem, dito de dito desde 6 de maio ate 13 de setembro – 4 meses e 7 dias sobre a importância acima recebi em 13 de setembro	2:232\$000	108\$393
	2:889\$117	
idem dito dito desde 13 de setembro ate 21 de outubro – 1 mês e 8 dias sobre a quantia acima recebi em 21 de outubro	1:100\$000	18\$293
	1:789\$117	
idem dito dito desde 21 de outubro até 21 de janeiro de 1835, 3 meses sobre a quantia acima		96\$836
soma		541\$519
Antônio José Moreira Pinto		

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1835.

TABELA 3.12-
Conta corrente de Marcelino José Ferreira Armonde (Barbacena) com Manoel Machado Coelho (Rio de Janeiro), 1836-1838

RIO DE JANEIRO – CONTA CORRENTE DE MARCELINO FERREIRA, DE BARBACENA, COM MANOEL MACHADO COELHO - HAVER		
data	descrição	Valor/juros
09 de fevereiro de 1836		
29/02/1836	R\$ 24:8904827 - prêmio de 8% ao ano vencidos [danificado] – 4 meses e 7 dias desde 26/10/1835 até 29 de fevereiro de 1836	2:684\$111
23 de junho de 1837		
29/02/1836	dinheiro que ficou em meu poder na data a margem	20:000\$000
	prêmio desta quantia desde 29/02/1836 ate 07/03/1836 – 7 dias a 8%	31\$110
	dinheiro de 19:773\$200 desde 8/03 ate 9/04 – 1 mês a 8%	136\$215
	dinheiro de 19:402\$099 desde 10/04 ate 4/06 – um mês e 25 dias a 8%	237\$131
	de 19:172\$599 desde 5/6 ate 27 de agosto – 2 meses e 22 dias a 8%	349\$368
	de 18.943\$099 desde 28/08 ate 5/11 – e meses e 8 dias a 6%	214\$887
	de 18:700\$099 desde 6/11 de 1836 ate 4 de fevereiro de 1837 – 2meses e 29 dias a 6%	277\$383
	de 18:422\$899 desde 5/02 ate 22/05 – 3 meses e 17 dias a 6%	328\$539
	de 18:092\$599 desde 23/05 ate 20/06 – 28 dias a 6%	84\$431
24 de julho de 1838		
12/07/1837	dinheiro que recebi por mão de Antônio José Moreira Pinto	297\$000
23/11/1837	idem que recebi do mesmo	532\$500
28/11/1837	idem da mesma forma	547\$500

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Marcelino José Ferreira Armonde com Manoel Machado Coelho, 1836-1838.

A análise do conjunto da documentação indica que depois de 1835 Honório José deixou de se fazer presente na Corte com a mesma frequência, talvez por ter assumido cargos políticos em Mariana. O fato é que após esta data avolumam-se as correspondências e as contas de *deve e haver* em nome de Marcelino José Ferreira Armonde, que aparentemente passou a conjugar a administração dos negócios em Minas com as viagens e contatos diretos na Corte. A documentação particular acumulada, mais especificamente as correspondências com os comerciantes do Rio de Janeiro, demonstram que Marcelino sempre gerenciou os negócios a partir de Barbacena. Era ele e/ou seu caixeiro que faziam os pedidos de mercadorias, era a ele que os comissários informavam sobre a cotação dos produtos e a situação política do país. Mas antes de 1835 eram os outros irmãos, principalmente Honório, quem prioritariamente faziam as viagens e tratavam dos negócios na corte. A carta de Joaquim José Gomes de Barros & Cia – imagem 3.4 – , de primeiro de agosto de 1822 é uma das muitas evidências desta afirmação.

A carta é uma resposta a outra encaminhada por Marcelino José Ferreira Armonde, na qual o comerciante mineiro solicitava o envio de tecidos. O negociante da Corte comunicou já ter atendido ao pedido, que foi mandado por Honório José Ferreira Armonde, e avisou sobre o valor da conta, que acompanhou a remessa. Infelizmente embora o acervo particular da Fazenda Santa Sofia seja muito significativo a maior parte das contas de *deve e haver* dos comerciantes, que originalmente acompanhavam as correspondências, se perderam, a exemplo da citada na carta de Gomes de Barros.

IMAGEM 3.4 -
Carta de Joaquim José Gomes de Barros para
Marcelino José Ferreira Armonde-1822

Senr Caffé Marcelino José Ferreira
Recd São P de Agosto 1822

Exadíssimo Amigo Senr. Recbemos aua estimada de 22 de
Julho, com amintat das fazendas que nos pede, e aas lhe remitemos p
sua mano. O Honor, como vira da conta inclusa, importando
R\$ 1271,7297, que estimaremos chuqum as alvares. e aão de sua agraço. Na
nossa scripta em 21 de Julho, lhe avisamos do producto do caffè. Dizeja
mostre muito boa saúde, e tudo quanto lhe pertence, pois que senhor com
sincerid, e estima.

Devem.

Amo. Bro. Br.

Joaq. José Gomes de Barros

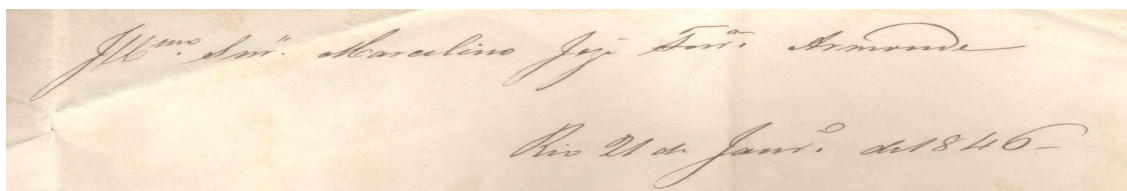
Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Joaquim José de Barros e Cia, 21 de agosto de 1822.

As relações comerciais algumas vezes extrapolavam para as relações de parentesco. Longos anos de contatos comerciais geraram amizades, interesses mútuos e considerações que algumas vezes resultaram em laços de parentesco, como o apadrinhamento de filhos e mesmo casamentos. O Comendador Tristão Ramos da Silva com quem Marcelino José Ferreira Armonde manteve negócios pelo menos entre 1823 e 1850, em algumas correspondências chama o barbacenense de “compadre”, isto em razão do mineiro ser padrinho de um filho

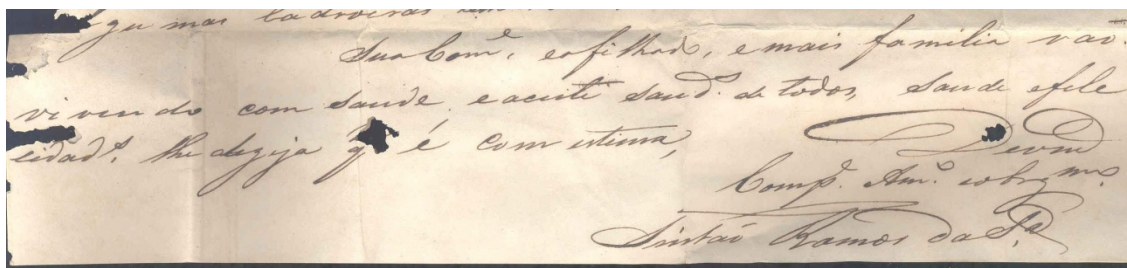
do comendador, Marcelino Ramos da Silva, cujo nome é uma homenagem ao barbacenense – cf. imagem 3.5.⁴⁸⁸ Em seis de agosto de 1844 Tristão Ramos escreveu ao Barbacenense, que aparentemente havia retornado da Corte para Minas por aqueles dias, convidando-o para ser padrinho de seu filho

Meu amigo e Senhor
Estimo fizesse feliz viagem e com boa saúde.
No dia dois do corrente teve minha senhora mais um menino, tudo com muita felicidade. Peço ao meu amigo queira aceitar a mais um criado e afilhado.
Muito estimorei a continuação de sua boa saúde.⁴⁸⁹

**IMAGEM 3.5 –
Carta de Tristão Ramos da Silva para
Marcelino José Ferreira Armonde - 1846**



M. José Ferreira Armonde
Rio de Janeiro 21 de Jan. de 1846



Sua bem. e família, e mais família vão.
viverão com saúde, e acito saúde de todos, saúde e fé
cidade, e deseja que é com estima,
Comp. Am. e obz. m.
Tristão Ramos da Silva

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 21 de janeiro de 1846.

⁴⁸⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva. No acervo constam documentos desde 1823 até 1850, ano em que Marcelino faleceu. O documento citado é de 21 de janeiro de 1846. Marcelino Ramos da Silva, filho de Tristão Ramos da Silva e Joaquina Luiza de Oliveira, nasceu no Rio de Janeiro em 02 de agosto de 1844. Ele foi engenheiro e dedicou-se, principalmente, à construção de ferrovias. Deu nome a um município do Rio Grande do Sul. http://plataforma12.blogspot.com/2006_11_12_archive.html. [acessado em 12 de outubro de 2009].

⁴⁸⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 16 de agosto de 1844.

Considerando a documentação preservada, foi a partir do final da década de 10 e início década de 20 do oitocentos que os negócios dos Armonde no Rio de Janeiro se intensificaram, pois data deste período os documentos que tratam mais amiúde da compra de mercadorias no Rio de Janeiro. E as correspondências demonstram que os irmãos Armonde estavam completamente envolvidos nos negócios. Creio que Simplício, Honório e Mariano eram os responsáveis por acompanhar as tropas, em ocasiões em que negócios mais avultados exigiam a presença de um deles. Também estavam presente quando necessário escolher fazendas. O sobrinho Mariano Procópio Ferreira Lage foi sócio da Firma Ferreira Lage e Cunha, no Rio de Janeiro, de onde ajudava a gerenciar os negócios da família.⁴⁹⁰ Mais tarde, em período que foge a nossa análise, os Armonde formariam uma sociedade comercial no Rio com a família Mello Franco, constituindo a Firma Mello & Armonde, que também se tornou uma empresa familiar.

Dentre os muitos documentos que demonstram o envolvimento dos irmãos Armonde associados em negócios, temos a carta de Antônio José Murtinho, nela constatamos a presença de Honório José Ferreira Armonde que levaria remessas de dinheiro e mercadorias do Rio de Janeiro para Barbacena, e de Mariano José Ferreira, que posteriormente remeteria as mercadorias que ficaram faltando.

Sr. Marcelino José Ferreira
Rio de Janeiro, 20 de julho de 824
Amigo e Snr.
Junto tem vm^{ce} a conta das fazendas que pelo Snr. Honório José Ferreira lhe remeti, sendo o sua imp^e depois dos abatimentos das fazendas vm^{ce} me mandou em dr^o que pelo m^{mo} me remeteu como consta da mesma

⁴⁹⁰ BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**: op. cit.

conta de R\$ 751\$407, os quais estimarei muito que tudo esteja ao seu gosto tanto em preço como em qualidade dos gêneros pela boa escolha que o mesmo seu mano fez;

Não poderão ir os chapéus por estarem caros e em algumas lojas que os tinham e como eu na m^{ma} ocasião comprei 6 caixões, q^e o posso servir melhor tanto em preço como em qualidade por este motivo resolvi-me a mandá-los com as primeiras fazendas que o Snr. Seu mano Mariano remeter, o que estou persuadido será breve não recebendo ordem sua para o contrário.

Nada mais sem e oferece dizer-lhe que só q disponha da minha vontade em ocasiões do seu serviço, sou de Vm^{ce} Amigo e obrigado
Antônio José Murtinho.⁴⁹¹

3.1.4- Sortimentos para as vendas de Minas Gerais

A diversificação dos negócios dos Armonde incluía a compra de sortimentos para comerciar. Na Corte eles adquiriam variados produtos para serem revendidos em Minas Gerais – nas vendas de Barbacena e de Mariana, e distribuídos para comerciante de todo porte do interior. Para Minas os comerciantes enviavam fazendas, chapéus, ferros, vinhos e cervejas, bacalhau e outros do gênero – que melhor podem ser considerados pela tabela 3.13.

⁴⁹¹ **ACERVO PARTILCULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde, 20 de julho de 1824.

TABELA 3.13-
Produtos enviados do Rio de Janeiro por Antônio Moreira Pinto para
Minas Gerais, para Honório José Ferreira Armonde – 1827- 1834

PRODUTOS ENVIADOS DO RIO DE JANEIRO POR ANTÔNIO JOSÉ MOREIRA PINTO PARA HONÓRIO JOSÉ FERRERIA ARMONDE	
Produto/data	VALOR
feito de 3 coletes que por sua ordem paguei – 28 de setembro de 1827	3\$366
importância das fazendas que me comprou debaixo da firma HF* conforme a conta – 23 de janeiro de 1828	1:501\$592
idem – 23 de janeiro de 1828	405\$925
idem das miudezas – 23 de janeiro de 1828	225\$190
1:2 rama de papel de peso marcado – 23 de janeiro de 1828	3\$600
Soma do ano	2:139\$673
23 de janeiro de 1828	
1 fardo de murim super f. de 37 V ^{as} [varas?]	18\$000
1 par de sapatos	3\$520
6 lenços bordados ricos	6\$000
1 peça de murim	6\$400
3 peças de algodão americano V ^s 87	16\$530
1 barretina para j.	14\$000
2 barretinas para p.	18\$400
1 chapéu armado	16\$000
1 lenço	\$280
2 ditos finos	\$900
1 dito azul	\$320
1 chales para seu compadre	3\$200
2 taxos grandes com 48 libras	28\$800
6 [cs – [covados?]] de pano verde	13\$200
1 de veludinho verde	2\$500
1 de cassimira preta	\$960
6 1/2 [cs] de chita	3\$640
7 [cs] dita francesa	4\$200
1 [cs] de tostão branco	1\$200
¼ [cs] de seda	2\$400
½ dúzia de lenços brancos	4\$000
2 ½ [cs] de pano azul fino	9\$000
2 [v ^s] de cadarço verde	\$120
1 p ^s [peça] de seda fina	15\$000
1 chapéu de peso de 7/2 libras	4\$500
remédios	7\$000
Soma parcial	200\$070
04 de julho de 1828	
2 camisas	2\$4000
2 coletes	1:120

PRODUTOS ENVIADOS DO RIO DE JANEIRO POR ANTÔNIO JOSÉ MOREIRA PINTO PARA HONÓRIO JOSÉ FERRERIA ARMONDE	
Produto/data	VALOR
2 chapéus	\$240
1 esteira	\$120
Soma parcial	3\$880
09 de agosto 1929	
5 fardos que por sua ordem lhe remeti – 5 de abril de 1828	441\$440
fazendas que por sua ordem lhe remeti- 25 de junho	4:016\$284
Soma parcial	4;457\$724
19 de novembro de 1828	
caixote n. 1 – 12 chapéus de sol de panamá [HF]	25\$200
1 p. de cadarços de lã vermelho [hf]	1\$800
1 dúzia de canivetes de penas [hf]	3\$600
1 resma de papel almaço 1ª classe	4\$200
1 [ileg.] de peso marcado	5\$000
1 pipa de vinho Anadia	100\$000
25 barris para o mesmo	25\$000
6 ½ quartilhos de aguardente para o mesmo	1\$340
24 libras de manteiga	9\$600
24 rolhas	12\$800
1 caixote de chapéus de sol	\$120
1 embrulho de papel	#100
3 1/8 varas de enrº [encarnado?]	1\$750
1 barrica com farinha	13\$500
2 @ de dita de linhagem	\$560
1 barrica de louças com cabeças	1\$280
Soma parcial	205\$500
19 de novembro de 1928	
12 copos de água	1\$920
12 bandejas	5\$040
40 copos da quarta partida	3\$600
1 [copo xato] para viagem	\$400
1 caixote	\$320
2 [algar] de mesa branca	13\$600
3 dúzias de pratos rasos	
2 dúzias de pratos fundos	
12 dúzias de pratos de sobremesa	
2 cobertas	
1 saladeira	
6 travessas sortidas rasas	
1 travessa de forno	
1 barrica	\$400
Soma parcial	25\$280

PRODUTOS ENVIADOS DO RIO DE JANEIRO POR ANTÔNIO JOSÉ MOREIRA PINTO PARA HONÓRIO JOSÉ FERRERIA ARMONDE	
Produto/data	VALOR
22 de novembro de 1828	
40 garrafas de vinagre [preto]	13\$600
8 ½ medidas de aguardente do Rio	7\$225
8 ¾ ditas de vinagre	3\$130
2 barris para as mesmas	2\$000
4 medidas de g[]	3\$840
25 libras de manteiga	10\$000
1 caixote de passas	4\$000
1 capa	\$200
24 cocos da Bahia	2\$400
1 [] nozes	3\$200
1 barrica de bacalhau	9\$000
1 pipa de vinho figueira, digo Anadia	160\$000
25 barris para os mesmos	25\$000
65 [quartos] de aguardente para os mesmos	1\$360
24 libras de manteiga	9\$600
24 rolhas	12\$8000
Soma parcial	267\$3550
03 de setembro de 1829	
256 libras de cera que lhe remeti pelo dito-5 de fevereiro de 1829	184\$960
por fazendas – 11 de abril	760\$765
uma corrente e sin ^{es} de relógio que lhe remeti por Lino J. F – 4 de maio de 1829	206\$000
por fazendas que lhe remeti por João Manoel de Souza – 30 de junho	1:435\$751
por fazendas que lhe remeti por Valentim Mendes – 24 [danificado]	1:236\$032
por fazendas que le remeti por João Manoel de Souza 27 [danificado]	464\$536
por fazenda que lhe remeti por João C ^{io} V ^{as} – 20 de novembro	512\$480
Soma parcial	4:800\$524
07 de junho de 1830	
1 cx de 128 libras de cera de 3 [em libras]	102\$400
1 pipa de vinho Anadia	108\$000
25 barris para o mesmo	25\$000
um dito para ¾ medidas de vinho branco	7\$000
1 dito para o dito	1\$000
1 dito para ½ medida de genebra	8\$160
1 dito para o dito	1\$000
1 [cunhete] de folha de Flandres	27\$000
2 libras de mercúrio	5\$600
1 pipa de vinho Anadia	108\$000
2 ditas de 14 ¾ medidas de vinagre	7\$080
2 ditas para o dito	2\$000
1 caixote de sabão 14 libras	2\$240

PRODUTOS ENVIADOS DO RIO DE JANEIRO POR ANTÔNIO JOSÉ MOREIRA PINTO PARA HONÓRIO JOSÉ FERRERIA ARMONDE	
Produto/data	VALOR
2 caixas de cera de 3/4	209\$600
2 caixas e [cabeças] nas mesmas	216\$960
Soma parcial	831\$040
07 de junho de 1830	
por fazendas que lhe remeti por Antônio Lopes de Faria, marca HF – incluindo 150\$000 em cobre, com o prêmio de 30% que entreguei ao condutor para quintos – 4 de janeiro	5:752\$611
por fazendas que lhe remeti por seu mano Antônio Ferreira Armonde – 13 de fevereiro	4:488\$955
por ferragens e molhados que lhe remeti pelo dito condutor, marca f. – 1 de março	1:598\$950
por fazendas que lhe remeti por Severino Moreira marca [borrado] – 16 de julho	4:307\$607
Soma parcial	16:148\$123
14 de dezembro de 1830	
fazendas, ferragens e molhados que lhe remeti por Valentim Mendes Ferreira com a marca HF- 24 de agosto de 1830	4:871\$075
por uma tipografia que lhe remeti por Manoel Caetano Martins – 9 de outubro de 1830	282\$000
300 folhinhas de reza pelo mesmo conduto – 16 de outubro de 1830	120\$000
fazendas pelo referido condutor – 27 de outubro de 1830	454\$800
2 dúzias de papel de peso que lhe remeti por ordem de Torquato Claudiano de Moraes – 4 de dezembro de 1830	12\$800
Soma parcial	5;740\$675
21 de janeiro de 1835	
importância de uma peça de morim que por sua ordem lhe remeti por José de Souza Cunha – 5 de outubro de 1833	11\$000
idem do resto das fazendas que de minha conta recebeu de Pedro Cláudio Dinamarquês 11 de janeiro de 1834	90\$330
Soma parcial	101\$330
SOMA TOTAL DO MOVIMENTO	34:921\$524

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 1828 a 1835 – considerando somente os ativos constantes do quadro.

A tabela 3.13 apresenta produtos que podem ter sido adquiridos para consumo pessoal ou para atender ao pedido de um cliente ou parente, visto que às vezes foram fornecidos itens em pequenas quantidades. Apesar de não ter ficado preservado no acervo particular os livros-caixa da Casa de Negócios, e nem

outros documentos que diretamente tragam uma relação dos produtos que a mesma fornecia, as informações contidas nas cartas de *deve e haver*, reproduzidas na tabela 3.13 representam uma amostragem dos sortimentos.

Os comerciantes da Corte, através da correspondência, mantinham os Armonde informados a respeito dos preços das mercadorias e dos problemas que envolviam o seu comércio. Em março de 1829 Antônio José Moreira Pinto escreveu a Marcelino José Ferreira Armonde para dizer-lhe que

A informação que presentemente lhe posso dar do preço das fazendas é que todas geralmente estão caríssimas. Baetas do Finnie 1ª [classe] a 800 réis, Madapolões ordinários 4.800. Alguns americanos ordinários entre 160, [ileg.] 220 Baetoens não há cousa capaz e os que há querem um preço extraordinário e por estes artigos pode facilmente regular os mais.⁴⁹²

Em novembro do mesmo ano, ele novamente mandou notícias para Barbacena a respeito da carestia e do comércio das fazendas, informando que

Agora já se não compra fazenda a torto e a direito como de antes se compravam, porque os ingleses exigem o seu pagamento logo, sendo este o motivo porque muitas das lojas de atacado que existiam se acham inteiramente desortidas (sic), fazendo agora negócios quem tem fundos sólidos, que possa comprar as fazendas a dinheiro.⁴⁹³

Da mesma forma que Honório José possuía uma conta corrente e tratava de seus negócios com Moreira Pinto na Corte, outros fazendeiros e comerciantes mineiros possuíam contas-correntes com ele, que em Minas, conforme já tratamos, atuava também como um banqueiro e comissário. Um destes comerciantes foi Manuel de Barros Araújo, estabelecido em Passagem de

⁴⁹² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 31 de março de 1829.

⁴⁹³ Idem, 20 de dezembro de 1831.

Mariana, e com ele Honório José manteve negócios pelo menos desde 1822. A carta que Honório José mandou para Manoel de Barros em janeiro de 1822 nos permite conhecer um pouco mais sobre estas relações.

Sr. Alferes Manoel de Barros Araújo

Passagem, 17 de janeiro de 1822

Meu amigo e senhor.

Remeto pelo meu camarada Valentim Mendes as fazendas pedidas nas peças []. Estimarei cheguem a sua satisfação em tudo e por tudo. Vm^{ce} não ignora que estão as fazendas presentemente caras, e falta de gêneros, e queira ficar persuadido que foram compradas por aquele preço como se estivesse vm^{ce} presente e como comprou por si Paulo José de Souza, que estivemos juntos, e outros.

Da conta junta verá vm^{ce} estar a restar 920\$774 que os pode entregar ao camarada, e ele passará os recibos que vm^{ce} vir forem necessários, assim como querendo continuar pode vir conta de todos os gêneros que faltarem e o dinheiro, que se faz muita vantagem, e sendo infeliz posso estar cá de volta até fim de março.

Refletindo bem o Sr. Barros verá o quanto poupa em dinheiro, trabalho, e risco de vida, verá o quanto é interessante vir as fazendas por condutor que se esmere em comprá-las e conheça de fazendas. Eu tenho loja em Mariana e tenho no Rio bom correspondente.

Em mim sempre achará inteireza e prontidão ao seu serviço

Desejo-lhe saúde perfeita e toda a sua ilustre família, certificando lhe o afeto estimo que preso ser

Honório José Ferreira⁴⁹⁴

O teor da carta, que já foi parcialmente explorado em outra seção, não deixa dúvidas de que Honório José Ferreira, além de possuir a própria Casa de Negócios em Mariana, realizava serviços de condutor e comissário para terceiros na função de atacadistas. Assim, trazia as mercadorias encomendadas, além de fazer-lhes outros favores na Corte. Pelos argumentos de Honório José concluímos que Manoel de Barros, por ocasião desta correspondência, era um cliente novo, talvez esta tenha sido a primeira transação comercial entre eles, pois Honório

⁴⁹⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 17 de janeiro de 1822.

José procurava fazer-lhe ver as vantagens de contratar um condutor experiente, com conhecimento no ramo de negócios e com bons contatos no Rio de Janeiro.

A carta estava acompanhada de uma relação dos produtos e dos gastos para transportá-los, incluindo o valor do carroto. Por ele sabemos que Manoel de Barros adquiriu 11 fardos de fazendas, (2331\$299), dois caixões com remédios (163\$707), um caixote de cera e cetim (85\$875), uma caixa de louças (15\$240), molhados (74\$410), ornamentos de mesa (30\$000). Além dos produtos pagou-se pelas embalagens (2\$760), pelo quinto (83\$583) e pelo carroto (123\$900).⁴⁹⁵

Honório José Ferreira convenceu Manuel de Barros Araújo das vantagens de tê-lo como condutor e agenciador de seus negócios na Corte, pois felizmente existe no acervo algumas das cartas que Honório José encaminhou para Manuel de Barros, como a acima descrita, o que contribuiu para a pesquisa. Outro produto que Honório José ferreira conduzia para Minas era o sal, e Manoel de Barros Araújo era um de seus fregueses. Em agosto de 1824 Honório José escreveu a Manoel de Barros dizendo que estava remetendo as fazendas encomendadas e que junto ia o sal, o qual “vai carregado a 4.800, preço porque tenho largado aos meus fregueses por aqui, porém, se não for do seu agrado, ponha-lhe o preço que lhe parecer.”⁴⁹⁶ Note-se que o cliente tinha a liberdade de pagar pelo produto outro preço, se não achasse justo o que estava sendo cobrado, evidência das fortes relações comerciais existentes entre ambos.

⁴⁹⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 17 de janeiro de 1822.

⁴⁹⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 20 de agosto de 1824.

TABELA 3.14-
Conta de deve de Manoel de Barros Araújo com
Honório José Ferreira Armonde – 1827

DEVE O SENHOR MANOEL DE BARROS ARAÚJO EM CONTA CORRENTE COM HONÓRIO JOSÉ FERREIRA ARMONDE	
DEVE	VALOR
Fatura de ferragens compradas a Constantino Dias Pinheiro em 21 de abril de 1827	184\$595
Idem p ^a Demétrio José Ferreira a José Antônio Moreira em 21 de abril de 1827	137\$800
Manoel Machado Coelho em 23 de abril de 1827	29\$120
Idem a Joaquim José Gomes de Barros em 21 de abril de 1827	2:115\$094
Idem por saldo a Joaquim José Gomes de Barros s/c segundo o recibo	42\$610
Pela fatura de louça a José da Silva Marato em 20 de abril de 1827	11\$950
4 barris de vinho anadia (8\$450 por barril)	33\$800
Por 15 1/4 c ^s de damasco sortido por sua encomenda a [MNN]	36\$600
por carroto de 358\$ libras de poaia conduzida pela minha tropa em setembro de 1826 (\$040 a libra)	14\$320
idem de 469 libras dita em março de 1827 (\$040 a libra)	18\$750
Carreto de 50@ e 7 libras de café conduzido em março de 1827	64\$280
Pelo engano de dois selos que se acharam falsos em sua ultima remessa e deduz-se 4%	1\$844
Quinto de 1 cx de remédios , 1 caixa de ditos, 1 caixote de cera, 1 forno de ferro, 2 cargas de chumbo, 1 dita de aço, 1 bacia grande, 1 cx de louças, 1 dita de garrafas, 1 ancorete de vinho, 1 dita de [vinagre], 8 fardos de fazendas, 2 cx de chapéus	63\$333
Quinto de 2 cx de remédios de Demétrio José Ferreira e caixotinho	7\$734
Carreto de 13 volumes retrós referidos	71\$500
Idem de 5 cargas	13\$750
Idem de 4 1/2 cargas	5\$5000
Total	2:852\$580
Produto	VALOR
De dinheiro que recebi pelo sr. Valentim em março de 1827	2:727\$543
Liquido rendimento de 358 libras de poaia em setembro de 1826	304\$300
Idem de 469 libras em março de 1827	469\$000
Idem do que vendi em caminho	1\$000
Pelo rendimento de 50 @ 7 libras de café remetido em março de 1827 e vendido	156\$682
Total	3:658\$525
Balanço	VALOR
Balanço a seu favor que fica em meu poder para comprar escravos	802\$945
MARIANA, 25 DE MAIO DE 1827	

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Conta de Deve e Haver ente Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 25 de abril de 1827.

A conta corrente de Honório José Ferreira Armonde com Manoel de Barros Araújo, reproduzida na tabela 3.14, demonstra as relações comerciais

entre ambos e também a reprodução no interior da província de Minas Gerais dos mesmos tipos de relações que os comerciantes mineiros mantinham com os comerciantes da Corte.

Assim como se estabeleceram relações de parentesco ou compadrio entre os comerciantes das Províncias e os da Corte, estas mesmas relações também se reproduziram no interior da Província. Em carta de maio de 1827, Honório dirige-se a Manoel de Barros como “compadre e amigo”.⁴⁹⁷ As relações comerciais e de amizade entre os dois comerciantes perduraram até a morte de Manoel de Barros, ocorrida no dia 28 de maio de 1828. Ao escrever para Honório José comunicando-lhe a morte do marido, a viúva também avisou-lhe que as bacias de cobre e as peças de casimira que ele havia mandado para que seu marido vendesse por sua conta não estavam tendo boa saída e que ele poderia mandar buscar os produtos quando quisesse.⁴⁹⁸

Esta última carta nos informa que além de comprar na corte os sortimentos necessários para a casa comercial de Manoel de Barros Araújo, vender seus produtos (poaia e café), comprar negros para ele, provavelmente para revenda, Honório José deixava em consignação alguns de seus produtos na casa de negócios do amigo e compadre no arraial de Passagem.

As tropas que do Rio de Janeiro vinham carregadas com produtos sortidos, de Minas Gerais haviam partido com os produtos da terra: doces, queijos, toucinho, poaia e café, conforme veremos na próxima seção.

⁴⁹⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 26 de maio de 1827.

⁴⁹⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 09 de julho de 1828.

3.1.5- Produtos exportados para o Rio de Janeiro:

a) Produtos diversos: subsistência, couros, solas e outros

De Minas Gerais os Armonde mandavam para o Rio de Janeiro produtos os mais variados, que isolei nas tabelas abaixo para melhor dimensionarmos sua importância e diversidade. A produção dos irmãos em suas fazendas, analisadas no capítulo dois, já nos proporcionou uma idéia, agora confirmada pelas contas de *deve e haver*, dos produtos por eles exportados. De suas fazendas e das de seus clientes, eles levavam para a Corte doces, queijos e toucinhos – Tabela 3.15.

TABELA 3.15
Produtos diversos mandados de Minas Gerais para o Rio de Janeiro
Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde
com Antônio José Moreira Pinto, 1827-1829

OUTROS PRODUTOS		
28/09/1827	115 libras de doce de frutas	23\$000
08/01/1828	392 queijos declaro que se abateram 8 queijos no total que era de 400	129\$360
23/01/1828	115 libras de doce de frutas	23\$000
28/01/1828	64 jacazes dom toucinho – 213 @ e 16 libras	546\$560
12/04/1828	8 jacas com toucinho 30 @ e 28 libras	103\$740
12/04/1828	700 queijos	245\$000
30/06/1828	300 queijos	177\$000
30/06/1828	2 jacazes com 8@ e 14 libras de toucinho	40\$500
09/09/1828	39 ½ 2 de toucinho	445\$360
24/11/1828	11 @ e 29 libras de toucinho (IM)	57\$150
13/10/1829	94 10/12 dúzias de chicotes	189\$666
13/10/1829	197 medidas de azeite de mamona	126\$080
soma		2:106\$416

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 1828 a 1835 e outros recibos – considerando somente os ativos constantes do quadro.

Embora da tabela dos produtos exportados não conste nenhuma remessa de algodão, couro e solas, nas correspondências trocadas com os comerciantes isto fica bastante evidente. Em 21 março de 1824 Antônio Fernandes Pereira

140 réis (\$140) a vara, o melhor preço alcançado – imagem 3.6.⁴⁹⁹

**IMAGEM 3.6 –
Carta de Antônio Fernandes Pereira Carvalho
para Marcelino José Ferreira Armonde - 1824**

[illegible]

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Fernandes Pereira Carvalho, 21 de março de 1824.

499 **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Fernandes Pereira Carvalho, 21 de março de 1824.

Sr. Marcelino José Ferreira
 R.º 19 de Fevereiro 1891.
 Tenho por. a Sua de 16 de Corr. fluente no seu
 conteúdo. Teve-me de Sua Loja como veri. da
 lembrança junta sua qual peço a Comissão na forma
 da Sua ordem, e que não farias, Senão tivesse recebido tam-
 to tempo, e não por, e preciso por um me dizer que não ter-
 ra como Sua Loja, sendo o lig. de 513,435 or.
 tendo-se feito antes de 510,430 or. Sendo a dife-
 rença a meu favor de 950. que fizão com o valor com sua
 Contas. M.ª
 M.ª estamarei que Senão esqueça da minha am-
 uosa da, que vem a Ser a parte de humano, sendo a
 boa coisa de Sua q. e passa a meu lado, e a
 Crisólito.
 He o q. por ora tenho a dizer de, q. dependa
 de quem te estivermos.
 Seu Am. m.º
 Ob.º v.º do Ob.
 Constantino Dias Pinho

Constantino Dias Pinheiro, em fevereiro de 1821, anunciava a Marcelino José Ferreira que havia feito venda das solas, sendo o líquido R\$ 4:515\$350, descontada a comissão, que foi de R\$ 4\$950 – imagem 3.7.⁵⁰⁰ Em novembro de 1824 Tristão Ramos da Silva confirmou ter recebido a remessa de couro que Marcelino José Ferreira Armonde mandou para vender no Rio de Janeiro. Em

319

março de 1827 ele novamente escreveu ao comerciante de Minas Gerais sobre a cotação do algodão em pano e na mesma declarou que ainda não havia comercializado as solas. Alguns dias depois, em primeiro de abril, ele informou ter vendido as solas “pelo mais que pude”.⁵⁰¹

b). Produtos de Exportação: poaia

Um dos principais produtos enviados de Minas Gerais para o Rio de Janeiro foi a poaia, também conhecida como ipecacuanha ou ipeca. Esta planta muito comum na Mata Atlântica brasileira, é uma espécie medicinal, já conhecida pelos indígenas, cuja raiz era usada como vomitório e contra picadas de cobras venenosas. No século XIX a poaia alcançou grande valor comercial, em razão da sua aceitação e utilização na Europa, para onde era exportada. Segundo Warean Dean, “na virada do século XIX, o Rio de Janeiro exportava cerca de quatro toneladas dela por ano”.⁵⁰²

⁵⁰¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira de Tristão Ramos da Silva, 20 de novembro de 1824, 22 de março de 1827 e 01 de abril de 1827.

⁵⁰² DEAN, W. A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo, Companhia da Letras, 1996, p. 147. Ver tb. JOSÉ, Oiliam. Marlière, **O Civilizador**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958 e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ipecacuanha> [consultado dia 30 de outubro de 2009].

TABELA 3.16
Poaia mandada de Minas Gerais para o Rio de Janeiro – 1827-1831

POAIA		
25/05/1827	líquido rendimento de 358 libras de poaias em setembro de 1826	304\$300
25/05/1827	68 libras de poaia em rama	210\$800
25/05/1827	99 libras de poaia de 3ª classe	262\$350
25/05/1827	452 libras de poaias em rama	1:310\$800
25/05/1827	469 libras de poaias em março de 1827	469\$000
28/09/1827	239 libras de poaia em rama – 6 de dezembro de 1827	645\$300
28/09/1827	99 libras de poaias em rama 3ª [classe]	262\$350
28/09/1827	278 libras de poaia em rama – 6 de dezembro de 1827	77\$400
28/09/1827	68 libras de poaia em rama	210\$800
06/12/1827	276 libras de poaias em rama	778\$400
06/12/1827	239 libras de poaia fina	645\$300
24/11/1828	198 [libras] de poaias	613\$800
31/12/1828	398 libras de poaia- 14 de abril de 1828	1:154\$200
02/06/1830	204 ½ @ de poaia ¹	818\$000
12/06/1831	714 libras de poaia	2:856\$000
12/06/1831	84 libras da dita mais fina	344\$400
17/06/1831	350 libras de poaias	1:452\$500
17/06/1831	77 ½ libras dita mais fina	333\$250
TOTAL	4.671 Libras ou 2.152,39 kilos	12:748\$950

Nota: Embora esteja bastante nítido no documento o termo @, creio que houve um erro, a intenção era grafar libra. Cheguei a esta conclusão comparando o preço da libra de poaia nos anos próximos, em outros recibos. Portanto, na análise do quadro considerarei 204 ½ libras de poaia (Cf. imagem 3.8)..

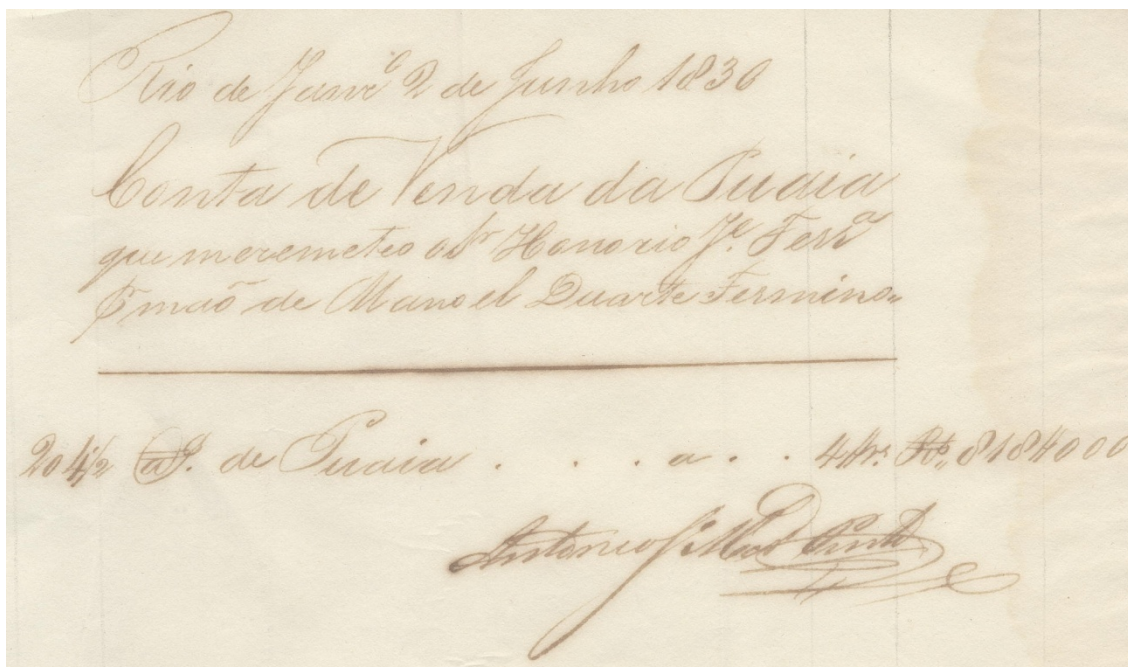
Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 1828 a 1835 e outros recibos – considerando somente os ativos constantes do quadro.

Considerando o volume da poaia transportada entre 1827 e 1831 – tabela 3.16 acima, e lembrando ao leitor que há falhas na documentação, portanto os dados expressos na tabela não correspondem ao volume de poaia que eles comercializaram, mas sim ao que pode ser recuperado nas fontes que ficaram preservadas, e transformando o peso em libras (uma libra equivale a 0,46080 quilos)⁵⁰³ para quilos, temos 4.670 libras ou 2.151,936 quilos. Ou seja, em cinco anos os Armonde mandaram para a Corte mais de duas toneladas de poaias,

⁵⁰³ Cf. SIMONSE, Roberto C. **História Econômica do Brasil**, 1500-1820, São Paulo- Rio de Janeiro- Recife – Bahia- Pará- Porto Alegre: Cia Editora Nacional, tomo 2, 2ª ed., 1944.

metade do que o Rio de Janeiro exportava em um ano, considerando dos dados de Warean Dean.

IMAGEM 3.8-
Conta de venda da poaia remetida por Honório José Ferreira Armonde – 1828



Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Honório José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 02 de junho de 1830.

As poias que os Armonde levavam para ser comercializada no Rio de Janeiro não lhes pertenciam necessariamente, pelo menos não em sua totalidade. Por isto, temos que relativizar seus lucros, pois da mesma forma que os comissários da Corte, eles ganhavam comissão sobre o produto vendido. Em primeiro de dezembro de 1824 Maximiano José Pereira, filho de José Pereira de Souza, de Rio Novo, um dos exploradores da poaia consignada aos Armonde, escreveu a Marcelino José Ferreira Armonde a carta seguinte:

Ilmo Sr. Capitão Marcelino Ferreira Armondes
Rio Novo, primeiro de dezembro de 1824
Meu Senhor, remeto a vm^{ce} 118\$000 em prata e algum cobre, vai em notas 18\$000 que vem a ser 136\$000; em poaia que vm^{ce} leva de meu pai vai 17 libras minhas, o que render é para se ajuntar com esse bocado a ver se chega para vm^{ce} me fazer o favor de comprar uma negra e essa desejo que seja boa e que não seja muito pequena. Se o dinheiro não chegar e vm^{ce} não puder inteirar, então, nesse caso, venha mais pequena alguma coisa.
Feliz por mandar-me como seu
Obrigado
O dinheiro é o que vai em um saco azul, se faltar da conta dos 118\$000 já vm^{ce} sabe que foi do meu, isso é para não haver equivocação.
Maximiano José Pereira⁵⁰⁴

A carta em questão é bastante significativa porque Maximiano José Pereira além de mandar sua poaia, juntamente com a do pai, para ser enviada para o Rio de Janeiro pelos Armonde, também remete dinheiros em prata e algum cobre. Como vimos, mandar dinheiros de toda espécie para ser trocado na Corte era outra atividade dos Armonde. Observe-se, também, que o produto obtido com a venda da poaia de Maximiano, somado aos valores que ele mandava para Marcelino, deveriam ser empregados na compra de uma escrava, atividade que os Armonde também exerciam – comerciantes de negros.

Na correspondência que Honório José Ferreira Armonde mandou para Manoel de Barros Araújo, entre 1822 e 1828, já parcialmente analisadas na seção anterior, percebemos estas mesmas relações e vislumbramos outras questões. Principalmente percebemos através da correspondência a cadeia das relações que da Corte transmutavam e se estendiam para as Províncias.

⁵⁰⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Maximiano José Pereira, 01 de dezembro de 1824.

Em fevereiro de 1825 Honório José escreveu para Manoel de Barros dando-lhe conta de que “a nossa poaia foi bem vendida, e se tiver mais alguma mande-me também dizer”. Em agosto do mesmo ano ele reitera o pedido.⁵⁰⁵ Mas este mesmo produto, bem vendido em 1825, não teve a mesma sorte no ano seguinte. Em março de 1826 ele encaminhou correspondência a Manoel de Barros na qual relatou

Vai a conta da venda da poaia, que muito custou a vender e como se demorou a sua venda confundiram-se as marcas, de maneira que entre os senhores verão o melhor meio de separar, que não haja prejuízos as partes. Inda continua a desgraça de tal gênero, o melhor será não ir enquanto não houver melhoramento.⁵⁰⁶

Pela carta percebe-se que Manoel de Barros Araújo além de mandar sua poaia para a venda, encaminhava junto outras “marcas” (fornecedores). A demora na venda do produto provocou a mistura entre as marcas e Honório José pediu ao cliente que resolvesse o problema com os demais fornecedores, sem que nenhum deles saísse prejudicado. Ele também orientou o negociante, da mesma forma que os comissários do Rio de Janeiro faziam com ele, a esperar que o preço melhorasse antes de mandar novo carregamento do gênero.

⁵⁰⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 25 de fevereiro de 1824, 20 de agosto de 1824..

⁵⁰⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 15 março de 1826

c) Produto de Exportação: café

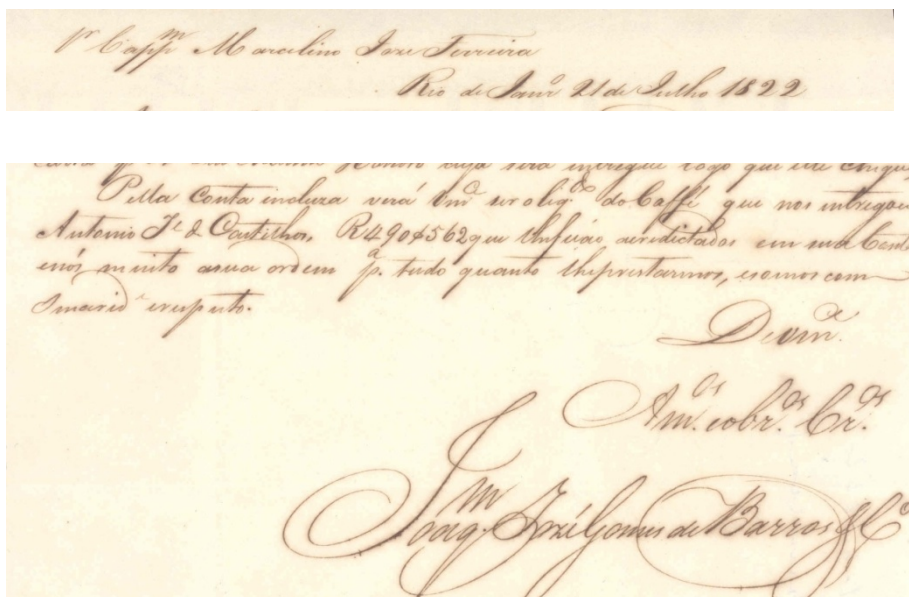
Não sabemos exatamente quando os irmãos Armonde iniciaram a sua produção e exportação de café. Mas é certo que em 1822 Marcelino José Ferreira Armonde já comercializava o produto para si, produzindo-o ou comprando-o em Minas Gerais para revenda no Rio de Janeiro. Certamente também comerciava cafés que recebia a título de pagamento dos dinheiros que emprestava. Em 21 de julho de 1822 Joaquim José Gomes de Barros & Cia, comerciante da Corte, comunicou ter mandado para Minas Gerais os tecidos que Marcelino José Ferreira Armonde havia encomendado e que também havia feito a venda do café e creditado em sua conta o líquido da venda.⁵⁰⁷

Embora não seja possível recuperar o montante do café que os Armonde mandaram para o Rio de Janeiro na segunda metade do século XIX, a tabela 3.17 apresenta uma amostragem desta exportação para o período 1827-1835. Novamente lembro ao leitor que há falhas na documentação, portanto, esta tabela foi elaborada com base nas contas de *deve e haver* de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto. Observo que nem todo o café mandado foi produzido pelos Armonde, mas foram por eles conduzidos para a Corte. As letras entre (parêntes) que seque algumas das remessas correspondem às firmas dos produtores, mas nem sempre elas ficaram anotadas e também não é possível afirmar a quem pertencem, a não ser em alguns raros casos (por

⁵⁰⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Joaquim José Gomes de Barros & Cia. 21 de julho de 1822.

exemplo, HF e MF que creio ser Honório Ferreira e Marcelino Ferreira, forma como os dois assinam alguns documentos do período).

**IMAGEM 3.9 –
Carta de Joaquim José Gomes de Barros para
Marcelino José Ferreira Armonde - 1822**



Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Joaquim José Gomes de Barros & Cia. 21 de julho de 1822.

**TABELA 3.17
Café exportado para o Rio de Janeiro
Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José
Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro e outros recibos, 1828 a 1835**

CAFÉ		
25/05/1827	pelo rendimento de 50 @ e 7 libras de café remetido em março de 1827 e vendido	156\$682
04/09/1827	14 @ e 27 libras de café (2.200) (I.M)	47\$500
04/09/1827	40 @ de grãos [de café] (F)	128\$000
04/09/1827	3 sacos pequenos com ditos – 2@ e 10 libras (HF)	7\$400
04/09/1827	13 @ e 1 libra de café (IF)	41\$700
04/09/1827	11 @ e 3 libras [de café] (F)	35\$500
09/09/1827	28 sacos com 112 @ e 9 libras de café	366\$036
28/09/1827	importância do café que por sua ordem vendi conforme conta de venda que lhe remeti – 4 de dezembro de 1827	258\$820
Total 1827	322,923@	1:041\$638

12/04/1828	1 sacas com café 3 @ e 13 libras [H]	7\$902
12/04/1828	11 sacas de café [IF]	102\$152
12/04/1828	10 sacas com café 41 @ e 3 libras	95\$337
30/06/1828	107 @ e 21 libras de café	303\$600
03/07/1828	430 ½ @ de café	1:334\$550
03/07/1828	101 ½ @ do dito	324\$800
09/09/1828	110 arrobas e 16 libras de café	243\$100
24/11/1828	7@ e 3 libras de café (M)	17\$025
24/11/1828	6@ e 26 libras (A)	16\$350
24/11/1828	6 @ e 4 libras (G)	14\$700
24/11/1828	5@ e 25 libras (F)	13\$875
24/11/1828	63 @ e 12 libras de café (IM)	152\$100
		2:625\$491
10/04/1829	73 @ de café	175\$200
29/07/1829	53@ de café	201\$400
13/10/1829	27 12/32 @ de café	90\$337
		466\$937
20/03/1830	8 sacos de café	96\$681
09/09/1830	53 sacas de café com 203 @ e 4 libras	650\$000
10/11/1830	847@ de café de primeira qualidade	4:023\$250
14/12/1830	103 @ e 42 libras de café de primeira sorte	450\$587
14/12/1830	67 @ e 2 libras do dito de 2 sorte	221\$306
31/07/1830	por 871 @ de café que me remeteu por Valentim Mendes para vender por sua conta que foi vendido por 3.850 reis – 22 de fevereiro	3:122\$350
31/07/1830	líquido de 8 sacas de café que me remeteu por João Manoel de Souza- 20 de março	49\$690
		8:613\$864
10/02/1831	737 @ de café da 1ª série	3:353\$350
24/03/1831	801 @ de café de 1ª série	3:844\$800
31/12/1831	líquido de 28 sacas de café que me remeteu – 20 de setembro	196\$236
31/12/1831	líquido que me remeteu por Valentim Mendes Ferreira em cuja quantia incluo R\$ 70\$000 por quanto vendi 20/8 de ouro velho – 10 de dezembro	5:360\$964
31/12/1831	líquido de 53 sacas de café que me remeteu por Valentim Mendes Ferreira – 7 de setembro	323\$500
31/12/1831	líquido de uma porção de café 1 e 2 qualidade pelo mesmo condutor como da consta que lhe remeti	570\$913
		13:649\$763
11/03/1832	80 sacos de café	1:376\$250
28/04/1832	31 sacos totalizando 112@e 26 libras	434\$328
		1:810\$578
TOTAL DO CAFE	4.600,648@ ou 67.839,315 quilos	21:805\$669

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 1828 a 1835 e outros recibos – considerando somente os ativos constantes do quadro.

A conta de deve e haver de José da Silva Carvalho com Marcelino José Ferreira também é ilustrativa da sua exportação de café durante um ano – tabela

3.18. A conta apresenta a relação dos cafés que este comissário recebeu e vendeu entre maio de 1836 e junho de 1837, além de 24 barris de azeite de mamona e 36 arrobas de toucinho. De acordo com o documento foram exportados 1.200 sacas de café, correspondendo a 4.600,648@) ou 67.839,315 quilos, pelos quais se pagou R\$ 17: 929\$956.

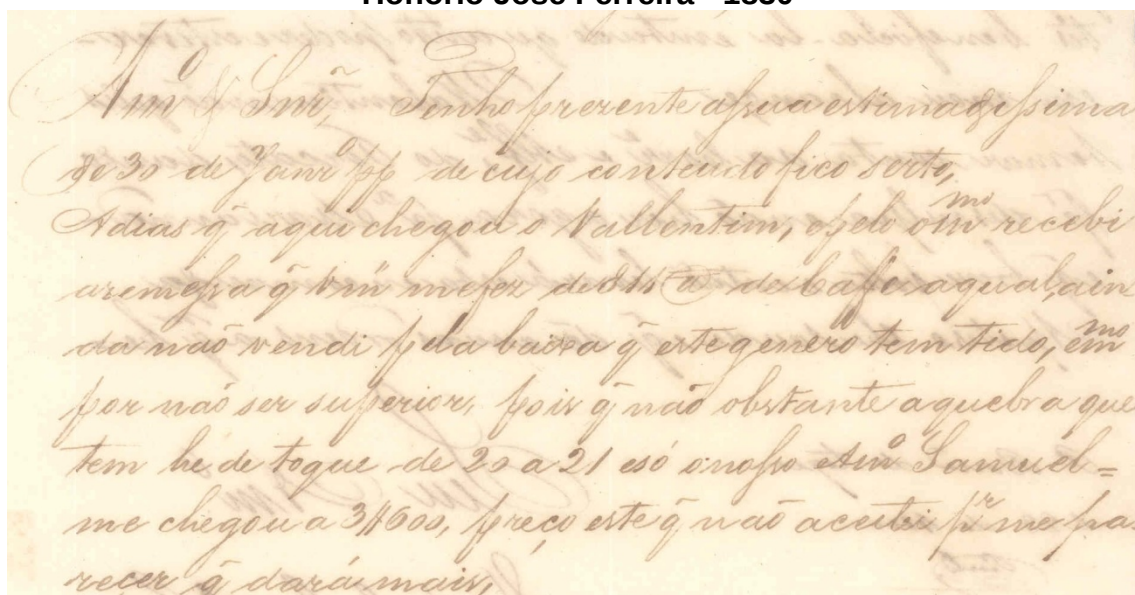
**TABELA 3.18-
Conta de Marcelino José Ferreira Armonde com
José da Silva Carvalho – 1836**

DEVE O ILMº SENHOR MARCELINO FERREIRA EM CONTA COM JOSÉ DA SILVA CARVALHO		
DATA	DEVE	VALOR
25/06/1836	Assinatura do “cronista”	2\$000
15/09/1836	Dinheiro a Antônio José Moreira pinto	2:000\$000
01/10/1836	Idem a Jacó da Costa Pereira	189\$760
17/10/1836	Idem a Manoel Germano Henriques	200\$000
17/10/1836	Assinatura do “cronista”	2\$000
23/10/1836	Dinheiro a Jacó da Costa Pereira	120\$000
12/11/1836	Idem a Lino José Ferreira	500\$000
26/05/1837	Idem a Jacó da Costa Pereira	190\$000
03/06/1837	Assinatura do “cronista” ate o fim de junho	4\$000
23/06/1837	Dinheiro que entreguei hoje para saldo	15:202\$394
	Soma	18:490\$134
Haver		
DATA	Produto	Valor
05/05/1836	Liquido de 20 barris de azeite	66\$158
25/08/1836	Idem de 86 sacas com café por Jacó da Costa Pereira	1:330\$343
03/09/1836	Idem de 114 sacas por Manoel Antônio da Silva Campolina	1:517\$552
10/09/1836	idem de 92 sacas por Jacó da Costa Pereira	1:446\$296
12/09/1836	Idem de 74 sacas por Joaquim Rodrigues Costa	933\$672
27/09/1836	Idem de 36 sacas por José Mendes Ferreira	463\$777
04/10/1836	Idem de 152 sacas por Jacó da Costa Pereira	2:180\$847
06/10/1836	Idem de 94 sacas por Rufino	1:187\$642
18/10/1836	Idem de 42 sacas por Ponciano Teixeira	336\$604
18/10/1836	Idem de 56 sacas por João Antônio dos Santos	717\$844
25/10/1836	Idem de 58 sacas de José Moutinho	720\$214
25/10/1836	Idem de 42 sacas por Monteiro	506\$358

DEVE O ILMº SENHOR MARCELINO FERREIRA EM CONTA COM JOSÉ DA SILVA CARVALHO		
DATA	DEVE	VALOR
29/10/1836	Idem de 88 sacas por Jacó da Costa Pereira	1:314\$267
17/11/1836	Idem de 23 sacas por José Rodrigues de Souza	237\$220
20/02/1837	Idem de 36 sacas de açúcar por José Antônio Rodrigues	394\$120
10/03/1837	Idem de 36 sacas de café por José Mendes Ferreira	451\$230
10/03/1837	Idem de 36 @ de dois jacazes com toucinho e 4 barris de azeite por Antônio Rodrigues de oliveira	494\$040
22/03/1837	Idem de 53 sacas com café por José Simões Pereira	631\$951
12/05/1837	Idem de 32 ditos por Manoel Rodrigues Costa	468\$208
26/05/1837	Idem de 94 ditas por Jacó da Costa Pereira	1:594\$958
15/06/1837	Idem de 28 ditas por Antônio Rodrigues de Oliveira	335\$775
		17:601\$154
Rio de Janeiro, 23 de junho de 1837 José Da Silva Carvalho		

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José da Silva Carvalho, 23 de junho de 1837.

**IMAGEM 3.10 –
Carta enviada por Antônio José Moreira Pinto para
Honório José Ferreira - 1830**



fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, correspondência recebida por Honório José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 09 de fevereiro de 1830.

Os comissários do Rio de Janeiro mantinham os Armonde informados a respeito das cotações do café e das questões relativas ao comércio do produto,

como as altas e baixas nos preços dos mesmos. A carta da imagem 3.10, enviada a Honório José em nove de fevereiro de 1830, dá notícias sobre os preços do café, que estavam ruins e de seus esforços para vendê-lo pelo melhor preço.

Mas as notícias enviadas da Corte para Minas Gerais, a respeito do preço do café, nem sempre eram ruins para os comerciantes mineiros. Em 20 de dezembro de 1830 Antônio José Moreira Pinto comunicou a Marcelino José Ferreira Armonde que o preço do café havia subido, em razão de temporais nas ilhas inglesas que haviam provocado perdas humanas e certamente destruído as plantações. Se por um lado a situação ficou ruim para os ingleses, por outro, para os produtores e comerciantes brasileiros havia motivos para comemorar. Moreira Pinto aconselhou Marcelino José a comprar e colher o mais que pudesse, pois o gênero teria bom preço no ano.⁵⁰⁸

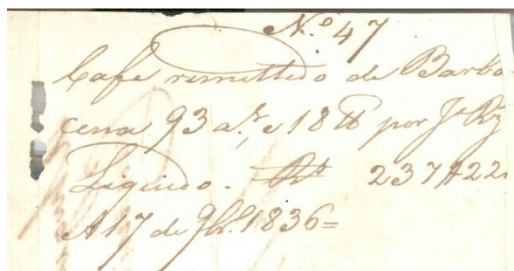
O câmbio achava-se a 26 ou 15 a 20 dias passados, e com as notícias que vieram da Europa, tem subido a 30, em consequência do café estar ali dando 7.500 a 8.000 réis e por isso também aqui subiu e se tem vendido muito a 530, ficando vm^{ce} certo que este gênero este ano há de dar muito dinheiro em consequência dos grandes temporais que houveram nas Ilhas da Inglaterra, em que pereceram 4.000 e tantas pessoas, de onde se exportavam muito café, sou, portanto, de opinião se vm^{ce} puder comprar ou colher na sua fazenda, bastante, que de certo há de fazer bom negócio.⁵⁰⁹

Os recibos de café enviados para o Rio de Janeiro, também fornecem ricas informações, a exemplo do constante da imagem 3.11, frente e verso de uma

⁵⁰⁸ Na correspondência dos comerciantes da Corte com os mineiros abundam informações sobre a situação política do país e algumas vezes da Europa, este tema será abordado no capítulo 4.1.

⁵⁰⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 09 de fevereiro de 1831.

Conta de Venda de 28 Sacas com bafes q' n'uebi porba



Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, recibos de conta de café enviado por Marcelino José Ferreira Armonde para o Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1836.

A grande produção de café das fazendas mineiras necessitava de um outro comércio, o de homens, que garantia expansão e a produção abundante da rubiácea de Minas Gerais. E estes também foram comercializados pelos Ferreira Armonde

3.1.6- Comércio de Negros

No capítulo dois, quando abordamos a trajetória de cada um dos irmãos Armonde, já adiantamos que eles estavam entre os grandes traficantes de escravos do Rio de Janeiro para Minas Gerais. Segundo Fábio Pinheiro os irmãos Marcelino, Honório, Simplício, Marino, Lino, Joaquim e Antônio traficaram 917 cativos, entre 1809-1830 (cf. tabela 2.11).⁵¹⁰

⁵¹⁰ PINHEIRO, Fábio W. A. op. cit., 2007, p. 136. O autor considerou somente as remessas superiores a 20 cativos.

As contas de *deve e haver* e a correspondência entre os Armonde e os comerciantes da Corte ajudam a complementar os dados apontados por Fábio Pinheiro. A tabela 3.19 contém uma relação dos escravos encaminhados para Minas Gerais na conta de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto. Note-se na tabela 3.19 que os cativos eram mandados por diferentes condutores, como Valentim Mendes, Antônio Joaquim Rodrigues, Manoel Duarte Firmino e o irmão Antônio José Ferreira Armonde. Os valores incluem não somente o preço dos cativos, mas também as despesas realizadas com os mesmos, o que detalharemos oportunamente.

TABELA 3.19
Escravos mandados do Rio de Janeiro por Antônio José Moreira Pinto
para Honório José Ferreira Armonde em Minas Gerais – 1828-1835

DATA	DESCRIÇÃO	VALOR
23/01/1828	idem dos escravos e despesas	10:482\$940
04/07/1828	2 moleques novos e despesas	753\$680
03/09/1829	por 3 negros novos e despesas feitas com os mesmos que por ordem sua entreguei a Valentim Mendes – 03 de fevereiro de 1829	897\$920
03/09/1829	uma negra nova e despesas com a mesma feitas que lhe remeti por Antônio Joaquim Rodrigues-1 de junho	444\$920
07/06/1830	uma negra nova e despesas com a mesma	491\$500
31/07/1830	19 escravos novos que lhe remeti por seu mano Antônio Ferreira Armondes – 16 de janeiro	8:170\$000
31/07/1830	por uma negra nova e vários gêneros que lhe remeti por Manoel Duarte Firmino incluindo as despesas feitas com a dita negra- 9 de junho ¹	1:142\$580
21/02/1835	importância de duas negras talabardeiras (sic) que lhe havia consignado – 30 de outubro	440\$000
TOTAL		21:680\$960

Nota: Este item não foi considerado na soma por incluir “vários gêneros”.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 1828 a 1835

Segundo Fábio Pinheiro, Antônio José Moreira Pinto era um dos mais destacados comerciantes de escravos da praça mercantil do Rio de Janeiro no

século XIX e ele foi um dos principais fornecedores de escravos para os irmãos Armonde. A respeito dos negócios de Moreira Pinto com os Armonde, Fábio Pinheiro nos informa que

Envolvido desde 1816 nos grandes despachos, [Marcelino José Ferreira Armonde] negociou a compra de escravos em duas oportunidades com Antônio José Moreira Pinto, uma em 1828, quando adquiriu 62 cativos e a outra em 1829, na aquisição de 70 almas, ou seja, em dois anos, Moreira Pinto vendeu 132 escravos para Marcelino (...) Moreira Pinto estava entre os dez maiores negociantes do tráfico para Minas. O mais interessante dessas relações é o fato de Antônio José Moreira Pinto não ter negociados escravos somente com Marcelino, mas com os outros componentes dos Ferreira Armond. Em 12 de dezembro de 1826, o dito afiançou Simplício no despacho de 93 escravos para Minas, dois anos depois também abonou Honório na remessa de 35 almas, em 1829 vendeu 60 cativos para Joaquim José e no ano de 1830 vendeu mais 38 para Lino José. Temos, então, uma constatare conexão mercantil entre os Ferreira Armond e Antônio José Moreira Pinto.⁵¹¹

Pela afirmação de Fábio Pinheiro, Marcelino negociava com negros desde 1816, tendo estabelecido negócios com Moreira Pinto em 1828. Mas parece-nos que antes disso Moreira Pinto já procurava estabelecer o comércio negreiro com Marcelino José Ferreira Armonde, pelo menos é o que indica a carta de janeiro de 1825 que Moreira Pinto encaminhou para Marcelino José Ferreira Armonde dando-lhe uma notícia ruim para os seus negócios.

Tenho a dar-lhe a triste notícia de que o Bergantim Lisboa, que mandamos ao Porto de Ambris, foi a pique no dia 26 do mês passado, 120 léguas do mar do Rio de Janeiro, e que felizmente se salvaram 138 cativos e a tripulação do Navio, por causa de uma embarcação inesperada que apareceu no conflito maior, que já não contavam salvar-se ninguém, por causa de que abriu por baixo um grande rombo.

⁵¹¹ PINHEIRO, Fábio W. A. "Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809- c.1830". **Anais do Seminário de Diamantina**, 2008. http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A078.pdf, p. 16-17.

Como tendo seguro ainda não sinto tanto o prejuízo que venho a ter, o lucro avultado que podia ganhar, como a lamentação que me causa não se poderem salvar aquelas vidas, trazendo dois mortos até aquela ocasião, e a melhor gente possível.⁵¹²

Creio mesmo que os negócios negreiros de Marcelino José Ferreira com Moreira Pinto foram iniciados em 1828. Neste ano ele novamente dirigiu-se ao barbacenense para falar de negócios do tráfico. Pela carta parece-me que até então ou Moreira Pinto ainda não havia comercializado negros com Marcelino, embora fizessem outros negócios, ou se os vendeu foram negros de Moreira Pinto em sociedade com outros traficantes.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 1828

Amigo e Senhor,

Como tenho grande vontade que o meu amigo faça um dia negócios em negros comigo, por isso tenho a dizer-lhe que para 16 ou 20 de dezembro pretendo que esteja aqui a minha embarcação que vem de Cabinda e como ela é só minha é a razão porque convido o meu amigo afim de que mande ir uma partida pois que tanto na escolha como em preços eu hei de servir o meu amigo.

Espero que sem falta mande buscar ou vm^{ce} mesmo desça que de certo fará comigo bom negócio.

O capitão me assegura ser muito boa gente em toda a extensão da palavra.

(...)

Penso que já saberá que em 29 de outubro aqui entrou de Cabinda o Brigue Feliz União em que sou interessado nele e segundo penso será muito bom negócio apesar de que ainda tenho em ser duzentos e tantos por falta de compradores pois que a gente é do melhor possível.⁵¹³

Em março de 1829 Moreira Pinto comunicou a Marcelino que recebeu os R\$ 3:400\$000 que ele lhe mandou para aplicar na comprar de negros. É possível

⁵¹² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 21 de janeiro de 1825.

⁵¹³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 20 de novembro de 1828.

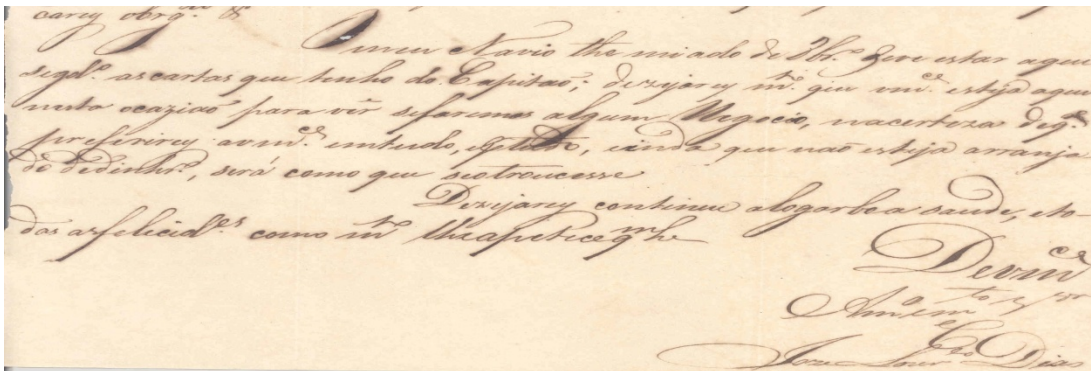
que seja a estes negócios que Fábio Pinheiro se refere ao nos informar que em 1828-1829 Marcelino comprou a Moreira Pinto 132 cativos.

Além de Moreira Pinto, os irmãos Armonde negociaram negros com outros comerciantes ligados ao tráfico transatlântico, dentre os quais José Lourenço Dias.⁵¹⁴ Fabio Pinheiro informa que José Lourenço Dias era natural e morador de Minas Gerais e que entre 1811-1830 também atuou no tráfico entre a África e o porto do Rio de Janeiro. Em carta datada de 21 de setembro de 1822, encaminhada por José Lourenço Dias para Marcelino José Ferreira Armonde, verificamos o prestígio do negociante de Barbacena junto ao traficante. No documento Lourenço Dias pede aos irmãos Simplício e Marcelino para serem seus procuradores em causa que Francisco Leite e Pedro Teixeira pretendiam mover contra sua sogra. Na sequência, ele comunicou a Marcelino José Ferreira Armonde que seu navio estava para chegar com um carregamento de cativos e que ele daria preferência ao barbacenense, mesmo que ele ainda não estivesse com o dinheiro.⁵¹⁵

⁵¹⁴ FLORENTINO, Manolo. Op. cit., p.281. Ver tb, PINHEIRO, Fábio W. A. op. cit., 2008, p. 2.

⁵¹⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José Lourenço Dias, 21 de setembro de 1822.

IMAGEM 3.12-
Carta de José Lourenço Dias para
Marcelino José Ferreira Armonde – 1822



FONTE: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José Lourenço Dias, 21 de setembro de 1822.

Os Armonde com certeza fizeram negócios com o carregamento em questão, pois há no acervo documental um recibo datado de três de novembro de 1822. Neste documento José Lourenço Dias atesta ter recebido de Simplício José Ferreira parte de uma conta de 16 escravos novos, vendidos a R\$ 179\$200 cada um, num total de R\$ 2:867\$200. A parcela foi quitada por Marcelino José Ferreira Armonde, que pagou R\$ 800\$000, ficando uma dívida do restante.⁵¹⁶

Constantino Dias Pinheiro foi outro que realizou negócios do tráfico com os Armonde. Em 30 de janeiro de 1825 felicitou Marcelino pelos bons negócios que este havia feito com os negros.⁵¹⁷ Os grandes traficantes da Corte disputavam os bons compradores, e os Armonde eram sem dúvidas excelentes clientes. Uma carta enviada em 1830 por Moreira Pinto para Honório José Ferreira Armonde nos

⁵¹⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, recibos relativos a escravos. 03 de novembro de 1822.

⁵¹⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Constantino Dias Pereira, 30 de janeiro de 1825.

permite vislumbrar a complexidade dos negócios do tráfico e, também, das relações dos irmãos Armonde entre si, uma vez que o documento menciona Honório, Antônio, Mariano e Marcelino. Moreira Pinto comprou e aprontou negros para mandar para os quatro irmãos Armonde

Rio de Janeiro, [espaço em branco] janeiro de 1830

Sr. Honório José Ferreira

Deve a Antônio José Moreira Pinto

19 escravos novos – 425\$-----8:075\$000

Lucro que tive por os pagar a vista 5\$-----95\$000

Total -----8:170\$000

N. B.

Fui sabedor no ato em que apartei os negócios para seu mano Mariano da armação do Constantino que vm^{ce} lhe tinha encomendado 10 escravos bons; e como eu tendo de apartar 60 conforme seu mano Antônio queria, apenas tendo apartado 40 a muito rigor, levando seu mano mais 10 da mesma armação para seu mano Marcelino, e por isso estava resolvido a não irem os 10 de sua conta.

A vista disto resolvi-me com seu mano Antônio ir ao Lazareto comprar a sua gente a qual comprei e lhe remeto.

Esta compra foi bastante favorável aos seus interesses pois que lhe remeto gente muito melhor que a do Machado e por menos preço, visto que os de seus manos foram a 455\$.

A vista disto espero fique satisfeito, não levando a mal o lucro que tirei nos mesmos atendendo a que os paguei imediatamente para os obter por este preço.

Pelo seu mano Antônio recebi a quantia de 1:339\$ que fica lançada em sua conta.

Não lhe mando por extenso a conta dos direitos e mais as despesas por irem incluídas com os de seu mano a quem vm^{ce} deverá pagar estas.⁵¹⁸

Honório José Ferreira Armonde ficou satisfeito com o negócio, pois em carta datada de fevereiro, portanto cerca de um mês após a carta acima transcrita, Antônio Moreira Pinto respondendo a Honório José, disse-lhe que não aceitava os R\$ 10\$000 que o cliente lhe oferecia a mais sobre cada um dos

⁵¹⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Constantino Dias Pereira, [s/dia] de janeiro de 1830.

negros que havia lhe mandado. Ele acrescenta que sua intenção foi somente beneficiar a conta [o cliente] no que fosse possível.⁵¹⁹

Além dos escravos comprados no Rio de Janeiro os irmãos Armonde também compravam cativos na Província Mineira (tráfico intra-provincial). Em 22 de dezembro de 1822 Domingos Antônio Salvador passou um documento de venda do escravo Francisco cabra, de idade entre nove e dez anos, que ele possuía livre e desimpedido, por R\$ 250\$000 para Marcelino José Ferreira. A venda foi feita a vista, tendo o vendedor declarado que recebeu no ato.⁵²⁰

Quando agrupamos os negócios com negros entre Honório José Ferreira e Antônio Moreira Pinto, na tabela 3.19, ficou registrado que, no geral, os valores incluíam o preço dos negros e das despesas dos comissários com o envio das “peças de ébano” para Minas Gerais. Somente três vezes estas despesas foram detalhadas na documentação pesquisada, e a reproduzimos nas tabelas abaixo. As despesas da tabela 3.20 incluíam dois pares de roupas para cada negro e as despesas com os despachos.

Na tabela 3.21 as despesas estão mais detalhadas. Ela diz respeito a 35 negros que foram comprados e enviados para Minas Gerais, sendo 29 homens e seis mulheres. Para cada cativo do sexo masculino foi adquirido um colete e uma camisa riscada. Para as negras um macaquinho, uma camisa branca e uma saia. Para cada um deles um chapéu de palha. Pão, banana e carne seca para a

⁵¹⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Constantino Dias Pereira, 09 de fevereiro de 1830.

⁵²⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, recibos de compra e venda de escravos, 22 de dezembro de 1822.

alimentação. A tabela registra ainda os direitos e as agências para os despachos dos cativos.

TABELA 3.20-
Despesas com compra e envio de negros para Minas Gerais – de
Antônio José Moreira Pinto para Honório José Ferreira Armonde – 1828 (1)

COMPRA DE ESCRAVOS E DESPESAS COM OS MESMOS	
04 de julho de 1828	
2 moleques novos	740\$000
2 camisas	2\$4000
2 coletes	1:120
2 chapéus	\$240
1 esteira	\$120
despacho	9\$800
	753\$680
07 de junho de 1830	
1 negra nova	480\$000
1 camisa para a mesma	\$500
2 [cs] de baeta	1\$200
1 macaquinho	1\$000
1 saia	\$800
despesas com agencia	8\$000
soma	491\$500

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 1828 a 1835

TABELA 3.21-
Despesas com compra e envio de negros para Minas Gerais – de
Antônio José Moreira Pinto para Honório José Ferreira Armonde – 1828 (2)

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1828	
O Sr. Honório José Ferreira comprou a Antônio José Moreira Pinto	
13 negros novos – 300\$	3:900\$000
5 ditos – 290\$	1:450\$000
17 ditos – 285\$	4:845\$000
35 no total	10:195\$000
DESPESAS	
4 Balaíos	2\$880
35 chapéus e palha	5\$600
Pão e bananas	1\$120
3 @ de carne seca – 3:840	11\$520
Direitos de 35 negros – 4:900	171\$500
Agência ao despachante	2\$640
29 coletes - 560	16\$240
29 camisas riscadas - 700	20\$300
6 ditas brancas - 750	4\$500
6 saias - 700	44\$200
6 macaquinhos – 800	4\$800
1 peça de baetas	42\$000
	287\$950
TOTAL – NEGROS + DESPESAS	10:482\$940

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, comerciante no Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1828.

Os escravos comprados no Rio de Janeiro pelos Armonde eram revendidos em Minas Gerais aos lotes ou unidade. Algumas vezes os cativos eram encomendados, como vimos ao tratar do caso de Maximiano Pereira, que vendeu a poaia e mandou dinheiros em metais para Marcelino, solicitando que com o montante apurado ele lhe comprasse uma negra. Em 1824 Honório José encaminhou correspondência para seu cliente Manoel de Barros Araújo, de Passagem, personagem com o qual já nos deparamos ao analisarmos os negócios dos Armonde com as fazendas e outros produtos vindos do Rio de Janeiro. Na carta, Honório dizia ao cliente que

espero que me mande o dinheiro dos fregueses que querem escravos tudo quanto puder arranjar, bem como a cerca [da] encomenda dos moleques, haja de me explicar as qualidades que quer, e o senhor Valentim que passe recibo do dinheiro que receber dos sujeitos. Espero em outubro próximo chegue uma embarcação de fregueses meus, onde costuma vir sempre boa gente e farei todo o possível a que fiquem bem servidos (grifos nosso).⁵²¹”

Note-se que Honório estava aguardando uma embarcação de seus fregueses, o demonstra o volume de seus negócios com o comércio de negros. Na seqüência da carta, além de relacionar alguns produtos, como “bixas” (brincos) e vestidos que foram mandado para o comerciante de Passagem vender, Honório diz ao cliente que não arrumou cargas para o regresso, e que se Manoel de Barros conseguisse-lhe bastante encomendas de escravos, amenizaria a ausência de cargas da volta. E mais, que Manoel de Barros podia dizer aos compradores de negros que o “lucro são tão somente 30\$”.⁵²² Portanto, o documento esclarece-nos que os muitos negros que os Armonde traziam do Rio de Janeiro não raro vinham com destino certo. A carta nos dá, também, uma idéia do lucro obtido por cabeça vendida que, pelo menos nesta remessa de 1824, foi de R\$30\$000.

Em 1827 Manoel de Barros deixou o produto da vendas de seus artigos, que creio ser a poaia, pois ele era uma das pessoas que mandavam este produto para a venda no Rio de Janeiro por intermédio de Honório, para que ele comprasse cativos. O dinheiro em questão correspondia a R\$ 792\$305. Em maio do dito ano Honório José informou ao cliente que estava de volta da Corte, mas

⁵²¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 20 de agosto de 1824.

⁵²² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 20 de agosto de 1824.

“não pude efetuar a compra de escravos nesta ocasião por estarem muito caros e maus em qualidade”.⁵²³ Nos meses seguintes, Honório mandou algumas cartas para Manuel de Barros, para as quais não obteve resposta, perguntando-lhe se queria que o dinheiro que estava em seu poder para a compra de escravos fosse empregado em sortimentos para a loja e em 10 maio novamente lhe escreveu dizendo que o preço dos escravos havia caído em R\$ 50\$000 e que as fazendas continuavam caras, mas havia chegado sortimento delas, e reinquiria o freguês a respeito de em qual produto queria que seu dinheiro fosse empregado – escravos ou tecidos.⁵²⁴

Nas ultimas cartas encaminhadas, Honório sempre pedia notícias da saúde do cliente e amigo. No dia nove de julho de 1828 uma carta de Passagem lhe daria as esperadas informações a respeito do estado de saúde de Manoel de Barros e do destino que deveria ser dado ao dinheiro que estava em seu poder havia mais de um ano. A correspondência, assinada por Maria Felizarda da Silva, mulher de Manoel de Barros, comunicava o falecimento do comerciante de Passagem, ocorrido no dia 28 de maio (1828). Maria Felizarda dizia a Honório que diante do acontecido não queria que ele empregasse o dinheiro que estava em seu poder na compra de negros, e sim que o entregasse ao genro, Antônio João de Freitas.⁵²⁵

Algumas clarezas constantes do acervo nos dão uma idéia dos negócios com escravos em Minas Gerais. Os negros comprados no Rio de Janeiro foram,

⁵²³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 26 de maio de 1827.

⁵²⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 10 de maio de 1828.

⁵²⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência expedida por Honório José Ferreira Armonde para Manoel de Barros Araújo, 09 de julho de 1828

também, comercializados entre os próprios irmãos. Em abril de 1827 Antônio José Ferreira Armonde passou uma clareza de dívida para o irmão Simplício José Ferreira correspondente à compra de 24 cativos, no valor de R\$ 6:696\$600. A dívida deveria ser paga em dois anos. No verso do documento constam os recibos das cotas, realizados em 18 de março de 1828 e em 03 de março de 1829, com média de preço de R\$ 279,025 por pessoa.⁵²⁶

Em 26 de fevereiro de 1826 José Carneiro de Andrade comprou uma cativa, que recebeu a seu contendo “tanto em preço quanto em bondade”, a Antônio José Ferreira Armonde por R\$ 360\$000. A cativa seria paga em quatro pagamentos iguais e anuais, em “dinheiro metal e na falta os seus juros”⁵²⁷

Depois de 1830 a documentação raramente faz menção a compra de escravos no Rio de Janeiro. Provavelmente com a proibição do tráfico em 1831 os negócios negreiros diminuíram. Na tabela 3.22 consta a remessa de duas escravas em 1835 e na correspondência não localizei mais cartas tratando deste comércio. Não estou afirmando com isto que os Armonde tenham deixado de comercializar cativos, mas somente que escasseou os registros da importação de negros da Província do Rio de Janeiro. Registro, porém, que em 1844-45 (tabela 3.24) Marcelino José menciona ter comprado 40 cativos no Rio de Janeiro, o que pode ter sido para renovação e ampliação do plantel de suas fazendas cafeeiras na Zona da Mata mineira. Todavia, um comércio em menor proporção continuou. Em 1832 Manoel Antônio Teixeira, Luiz Inácio da Silva e José Joaquim Gomes de

⁵²⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, recibos de compra e venda de escravos, 06 de abril de 1827.

⁵²⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, recibos de compra e venda de escravos, 15 de março de 1826.

Barros mandaram, cada um deles, um cativo, por Marcelino José Ferreira para serem vendidos em Minas Gerais.⁵²⁸

Além da compra de escravos fora da província, também havia os negócios intraprovinciais. Em outubro de 1847 Antônio Coelho Martins de Mariana escreveu para Antônio José Ferreira Armonde em Barbacena dizendo-lhe que a fazenda do vizinho Antônio Fernandes iria à praça (leilão) por ordem do dono que estava para Portugal. Dentre os bens a serem leiloados havia “muito bons crioulos de todo porte, se quiser que arremate alguns para vm^{ce} mande-me dizer até quanto chega”.⁵²⁹

3.1.7- Marcelino José Ferreira Armonde: a consolidação de uma fortuna

A análise empreendida ao longo deste capítulo, no que diz respeito especialmente a Marcelino José Ferreira Armonde, demonstra a diversidade de suas aplicações, o que lhe permitiu a acumulação de uma imensa riqueza. O viajante inglês Richard Burton, que passou por Barbacena por volta de 1867, comentou que “na última geração, o Barão de Pitangui [Marcelino José Ferreira Armonde] ganhou 400.000 libras no comércio; a indústria não oferece, hoje, perspectivas de tais fortunas”⁵³⁰ A crer nesta informação, a fortuna acumulada por

⁵²⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, recibos de compra e venda de escravos, 28 de julho de 1828 e 30 de julho de 1828.

⁵²⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência recebida por Antônio José Ferreira Armonde, 02 de outubro de 1847

⁵³⁰ BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho**. São Paulo: Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976, p. 84.

Marcelino José Ferreira Armonde está entre as maiores não apenas de sua localidade, mas também do Império. Afonso Alencastro Graça Filho, que estudou a economia sanjoanense (1831-1888), informa que as principais riquezas dos negociantes grossistas sanjoanenses se nivelavam com a de grandes comerciantes do Rio de Janeiro.⁵³¹ O autor elenca riquezas, para São João Del Rei, na faixa de 32.401 libras inglesas (Francisco José Dias, falecido em 1849), 36.122 libras inglesas (João Antônio da Silva Mourão, falecido em 1866 e citado no início deste capítulo), dentre outros, comparáveis com as destacadas por João Fragoso para o Rio de Janeiro: 26.725 libras inglesas, de Manoel Moreira Lório, e as 39.598 libras inglesas de Marcolino Antônio Leite. Citando Pierre Verger, Alencastro enfatiza que os comerciantes de São João del Rei só não teriam alcançado fortunas como as do topo da elite carioca ou baiana, a exemplo de Joaquim Pereira Marinho, que deixou 500.000 libras inglesas ou o Conde de São Salvador, que deixou 217.143 libras inglesas. Cabe lembrar, ainda que em 1845 quando se realizou o inventário da mãe de Marcelino José Ferreira Armonde, Felizarda Maria Francisca de Assis, que consideramos uma fortuna familiar (cf. capítulo dois), o mesmo somou um monte mor correspondente a £ 90.506,610.

Além de todas as atividades de Marcelino José Ferreira Armonde comentadas neste capítulo cabe ainda dizer que ele também investiu em apólices da dívida pública. Foi em fins de 1845 que o comerciante de Minas resolveu consultar os comissários e conselheiros da Corte sobre as vantagens desta aplicação. Para informar-se a respeito e adquirir as apólices o barbacenense

⁵³¹ GRAÇA FILHIO, Afonso Alencastro. Op. cit., 2002, p. 83-84.

encarregou o negociante e compadre Tristão Ramos da Silva. Em carta de dezembro de 1845 Tristão Ramos dizia a Marcelino,

Sobre a compra que deseja fazer de apólices da dívida pública do governo, com muito gosto me encarregarei de comprar seguindo em tudo sua ordem.

O melhor tempo de as comprar é fevereiro e junho, depois do dividendo pago.

Quanto à segurança e garantias das apólices, penso que será melhor que a moeda papel circulante.

Julgo que faz bem em empregar em apólices o que tem espalhado por diversos, talvez com mais riscos (grifos nosso).⁵³²

O diálogo teve prosseguimento em janeiro de 1846. Pelo teor da carta de Tristão Ramos o compadre resolveu-se pelo negócio. Em 21 de janeiro ele escreveu a Marcelino,

Fico certo na remessa que tenciona fazer para a compra de apólices da dívida pública, em tudo seguirei sua ordem; as apólices depois dos juros baixaram a 72, mas agora estão firme em 74, é de supor que não subam, pela grande falta de dinheiro que tem havido por desconfiança de algumas casas e mesmo pelas [grandes] somas que tem ido para as províncias do Norte.⁵³³

Antes de encerramos esta seção chamo a atenção do leitor para as tabelas abaixo. A primeira delas – tabela 3.22 – é relativa ao ano de 1833. A tabela foi elaborada a partir de um documento praticamente idêntico a ela, que não estava acompanhado de correspondência ou qualquer outro documento. A partir dos dados, somados às leituras de outras correspondências, sabe-se que de tempos em tempos, Marcelino José Ferreira realizava viagens ao Rio de Janeiro para

⁵³² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde com Tristão Ramos da Silva, 26 de dezembro de 1845.

⁵³³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde com Tristão Ramos da Silva, 21 de janeiro de 1846.

tratar de seus negócios. Nestas oportunidades recolhia os lucros da Casa de Barbacena, recebia dívidas e alguns valores dos negócios no Rio de Janeiro. Aparentemente o bruto recolhido na viagem de julho de 1833 foi R\$ 17:413\$258.

**TABELA 3.22-
Dinheiros recebidos dos negócios de
Marcelino José Ferreira Armonde – 1833**

VIAGEM DE JULHO DE 1833 – DINHEIROS RECEBIDOS	
Da Casa de Barbacena	4:510\$000
1 Recibo de Tristão	1:000\$000
Antônio José Ferreira Armonde	670\$000
Antônio Dias Tostes	2:000\$000
José Damazo Da Costa	338\$000
Miguel Pinto Braga	960\$000
José de Azevedo	300\$000
Salustiano Severo Da Silva	100\$000
Gaveta de Dentro	412\$000
Antônio José Moreira Pinto	19\$000
Tristao Ramos da Silva	938\$000
Por Mao do Antônio B ^{es}	2:081\$000
José [Pereira] dinheiro em cobres 141\$	
Bernarda – dito 2\$700	
Do Candido de Mantimentos	847\$000
De Roberto	104\$000
J. de Custódio	101\$990
João Custódio e mais troco	12\$090
Marcelino José de Santana	[13\$000]
Floriano por mão de Joaquim Manoel	350\$000
Antônio Marques pelo José Rodrigues	1:313\$000
Tristão Ramos do P ^e Miguel	282\$960
De José da Silva Carvalho	1:000\$000
	17:413\$258

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, anotações dos negócios de Marcelino José Ferreira Armonde, [s/d] julho de 1833

As anotações para o mês seguinte, agosto de 1833, demonstra que todo o dinheiro recebido foi aplicado conforme a tabela 3.23, sem que possamos explicar as razões pelas quais ele abateu os R\$ 4:000\$000.

TABELA 3.23-
Dinheiros despendido com os negócios de
Marcelino José Ferreira Armonde – 1833

DINHEIRO DESPENDIDO EM AGOSTO DE 1833	
A José Rodrigues dos aluguéis	150\$000
Roupa do negro	2\$000
Receita de cobres	110\$125
Sino	31\$600
Ferro	13\$000
A Moreira Pinto	2:000\$000
A José Maza Maninho	2:000\$000
A bilhete da loteria para Almeida	20\$000
1 taxa	8\$000
1 par de estribos	6\$000
A José Rodrigues de Souza por [deveres]	100\$000
A Tristão	1:337\$935
Do Moreira Pinto	3:732\$095
Machado	18\$640
Mazato	198\$030
Vasconcellos	857\$731
Mancinho	570\$035
De uniformes	126\$100
Antônio Gomes	278\$870
Miudezas	17\$280
Dinheiro que recebi	21:325\$401
Abato os 4:000\$000	— 4:000\$00
	----- 17:325\$401

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, anotações dos negócios de Marcelino José Ferreira Armonde , [s/d] julho de 1833

As anotações dos anos 1844-1845 para os rendimentos e gastos dos negócios de Marcelino José Ferreira Armonde expressam o crescimento dos mesmos. Verificamos que o volume tanto dos dinheiros recibos como dos distribuídos cresceu em quase três vezes – tabela 3.24. Também este documento foi reproduzido conforme o original e peço ao leitor que observe a alínea “soma total da entrada no livro 2º”. À sua frente consta o expressivo valor R\$ 253:880\$892. É possível que este valor corresponda à soma geral das aplicações de Marcelino José ferreira. Em seguida ele anota os rendimentos para o período 1844-45: da Loja de Barbacena, da fazenda administrada pelo genro Cândido

Ferreira da Fonseca, dinheiros aplicados a prêmio, remessas feitas pelos comissários do Rio de Janeiro. Quanto aos gastos, os mesmos estão constituídos de sortimentos para a Loja de Barbacena, gastos com a viagem e note-se a compra e despesas com negros. desta anotação consta a aquisição de 40 cativos.

TABELA 3.24-
Dinheiros recebidos e despendidos com os negócios de
Marcelino José Ferreira Armonde – 1845

06 DE OUTUBRO DE 1845 RENDIMENTOS DA FAZENDA DE AGOSTO DE 1844 A 06 DE OUTUBRO DE 1845 = 2:281\$520		
SOMA TOTAL DA ENTRADA NO 2º LIVRO		253:880\$892
Idem, dinheiro de despesa , dito de dinheiro inclusive abaixo		14:754\$411
1 negro para o feitor Manoel	500\$000	5\$05\$800
2 ½ c ^s de baeta	2\$000	
1 camisa de baeta	1\$600	
1 chapéu	\$200	
Despesas de passagens e comidas	2\$000	
Despesas feitas pelo compadre Cândido de agosto de 1844 a 6 de outubro de 1845, como do borrador fls. 54	467\$760	
Receita do ferro de 4 qq e 23 libras a 9\$	38\$260	
Dinheiro do Tristão de remédios e 2 tachos	130\$040	
1 caixote com louça	14\$400	
Receita do roupa de negros, baeta e chita	199\$400	
Despesas feita com os negros novos ate a fazenda	77\$480	
Todas as despesas		15:260\$211
CONTA DO COMPADRE CÂNDIDO		
Recebeu de mantimentos e mais gêneros	2:281\$520	1;813\$600
Despendeu com despesas da fazenda	467\$760	
Poldros e uma novilha e dinheiro recebido do falecido Lauriano		300\$000
1 crédito que paguei ao José Lourenço que entrego hoje		2:400\$000
1 dinheiro que paguei ao Martinho Alves de Souza por sua ordem		98\$750
1 siligote e [ileg.] como da conta		35\$680
Custo de sua patente do posto de capitão		39\$200
Pela assinatura da história da revolução de 1842"		8\$000
Dinheiro que recebeu de José Domingues da Silva		1:745\$61
Recebeu hoje em dinheiro por saldo		874\$683
		7:316\$083
VIAGEM DE 28 DE AGOSTO DE 1845 – DINHEIRO RECEBIDO		
dinheiro levado de Barbacena		5:243\$000
recebi di Netto do Kágado		440\$000
idem de Joaquim Antônio Ferreira pelo Carvalho		8;000\$000
idem de Francisco Alves pelo Joaquim Gualberto		2:350\$000
idem de Manoel Machado Coelho pelo dr. Monteiro		1:001\$000
idem da viúva do falecido Moreira Pinto		699\$064

ide recebido de carvalho por saldo	26:101\$513
idem dinheiro recebido por vários, pelo carvalho	5;130\$513
	48:764\$679
DINHEIROS DISTRIBUÍDOS	
Em Barbacena para gastos de [comidas]	29\$000
Idem m ^s na cidade do rio	26\$000
Idem ao Martinho pelo compadre Cândido	98\$750
Idem ao Ottoni por conta do padre Gonçalo	4:000\$000
Idem do bote e seges	10\$000
Idem receita de Herculano	234\$440
Idem dinheiro do Martinho Alves da Silva	42\$960
Idem Antônio Alves Pinto de ferro	38\$260
Idem do Maiato, de louças	18\$600
Idem do Peixoto, ourives	128\$610
Idem do Amarantes	20\$000
Idem do Tristão	165\$120
Ide 4 [betes] de rapé	4\$800
Idem de Manoel Velho Da Silva	22\$030
Idem para Simplício e Damaso	5:000\$000
Idem para o compadre Cândido	814\$000
Idem da passagem dos negros para a ponte do caju	8\$000
Idem sustento no José Maria	10\$000
Idem custo de 40 moleques a 500\$	20:000\$000
Idem dinheiro que se [ache]	16\$505\$000
Idem ao Herculano por conta de José Damaso	1:500\$000
Idem dinheiro gasto em [caminho]	29\$889
SOMA	48:764\$649

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, anotações dos negócios de Marcelino José Ferreira Armonde, 06 de outubro de 1845.

Mesmo não tendo localizado o inventário de Marcelino José Ferreira Armonde acredito ter demonstrado fartamente que as informações de Richard Burton têm razão de ser e que é bastante verossímil acreditar que a fortuna de Marcelino José Ferreira Armonde tenha sido superior a 400.000 libras – ou R\$ 1.422:000\$000.

Além dos dados demonstrados ao longo do capítulo, observo que após a morte de Marcelino José, quando os comissários foram acionados por Camilo Maria Ferreira para colocá-lo a par dos negócios do pai, Tristão Ramos da Silva prestou contas de R\$ 157:286\$640. Destes, R\$ 148:479\$800 eram para aplicação

em ações da dívida pública – imagem 3.13. Soma-se a isto os R\$ 40:000\$000 de que era devedor José da Silva Carvalho e os R\$ 20:000\$000 que estavam em conta corrente a juros na Casa sucessora de Antônio José Moreira Pinto (com Herculano Ferreira Paes). Isto tudo sem considerarmos as dívidas em Minas Gerais e as propriedades agrárias com suas terras, benfeitorias, cafeeiros, escravos e animais e a próspera casa Comercial em Barbacena, além dos imóveis urbanos e provavelmente alguns bens rurais em Barbacena.

No capítulo 4.2, quando discutiremos as relações familiares de Marcelino José Ferreira, demonstrarei que os dados documentais indicam que seu genro Cândido Ferreira da Fonseca, casado com Camila Francisca de Assis, administrava as terras da fazenda Santa Ana, que acredito ser propriedade de Marcelino. Ouso dizer que Cândido, por cabeça de sua esposa, foi herdeiro desta propriedade. Quando Cândido faleceu, em 1855, seu monte partilhável somou R\$ 676:099\$348. Embora eu não possa afirmar com exatidão, acredito que parte considerável deste monte corresponda à herança que Camila recebeu nos bens do pai. Além de Camila, Marcelino tinha mais dois filhos, Camilo e Honório, que – segundo as leis vigentes – receberam bens em valores iguais ao deixado para a irmã. Em outras palavras, se minhas considerações estão corretas, chegamos aqui às 400.000 libras, aproximadamente, que Richard Burton atribuiu à fortuna de Marcelino José Ferreira Armonde.

IMAGEM 3.13 –

Carta enviada por Tristão Ramos da Silva para Camilo Maria Ferreira -
1850

1

Demonstração dos Dinheiros em meu poder
pertencentes ao falecido T. Marcellino José Tomara
Romão; a saber

Quantia q. dispou em meu poder para compra
d'Apólicas da Divida publica, como do speculo q.
foi fei em principio de Setembro de 1848 . . . 148.373\$820

Depos. recebida do Sr. Antunes Marques da
Silva, egracia em 31 de julho de 1849 . . . 2.000\$000

Idem recebido do T. João Marciano Corrêa Leite . . . 4.105\$980

148.479\$800

Juro na q. de 148.373\$820, desde 2 de Jan. de 1849 a
30 de Junho, quatro por cento . . . 5.694\$950

Idem dito em 2.000\$000, desde 31 de julho a
31 de Dezembro de 49, 5 mezes, e o mesmo . . . 33\$330

Idem dito em 4.105\$980, desde 15 de No-
vembro a 31 de Dezembro de 1849, 16 mezes . . . 20\$520

Idem dito em 148.479\$800, desde 2 de Jan. de
1850 a 25 de Abril de 1850, 3 mezes e 23 dias, 4% . . . 2.078\$710

Idem dito em 148.479\$800, desde 25 de Abril
athe 30 de Junho de 1850, 2 mezes e 5 dias, 4% . . . 979\$330

157.286\$640

Abateu entregue ao T. Marianno Luc. Corrêa Lago, f.º . . . 40.000\$000

117.286\$640

L. E. D. C. Rio de Janeiro, vinte e junho 1850. Tristão Ramos da Silva

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, correspondência recebida por
Camilo Maria Ferreira de Tristão Ramos da Silva, 30 de junho de 1850.

CAPÍTULO IV

COTIDIANO E PODER NA MINAS GERAIS OITOCENTISTA – O CASO DA FAMÍLIA FERREIRA ARMONDE

4.1- Cotidiano e poder na segunda metade do oitocentos

“A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico.”⁵³⁴

Marcelino José Ferreira Armonde – cuja trajetória tem sido o fio condutor para discutirmos aspectos da vida econômica, sócio-política e familiar neste terceiro capítulo – viveu e atuou em Minas Gerais da primeira metade do oitocentos. Estes foram anos marcados por muitas e profundas transformações conjunturais. Dentre outros, destacamos a chegada da Corte portuguesa (1808), a abertura dos portos às “nações amigas”, a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves (1815), a volta de Dom João para Portugal (1821), a independência do Brasil (1822), a primeira Constituição brasileira (1824), a abdicação de Pedro I (1831), as regências (1831-1840) e suas muitas rebeliões – período considerado por Francisco Iglésias a fase “mais agitada e fascinante” na vida nacional⁵³⁵ –, o “fim do tráfico negreiro” (1831), a emancipação de Dom Pedro II (1840) e a aparente tranquilidade do segundo reinado. Enfim, uma série de acontecimentos que não tem lugar discutirmos com profundidade nesta pesquisa. Todavia, estes fatos foram vivenciados pelos personagens em análise e alguns deles condicionaram suas vidas e influenciaram seus negócios. Nesta medida, parte dos homens que viveram estes fatos emitiram suas impressões e as deixaram registradas nas correspondências pesquisadas.

⁵³⁴ HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 17

⁵³⁵ IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil: 1500-1964**. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 145.

Ao analisar as cartas trocadas entre Francisco Pinheiro, comerciante português, e seus agentes comerciais nas Minas Gerais, entre 1712-1744, Júnia Furtado observou que

Nessas correspondências circulavam as mais diferentes notícias, desde as que se interessavam diretamente à atividade comercial, como contas, análise de mercado, balanço e acertos financeiros como as que se referiam às impressões do dia-a-dia da sociedade. (...) Ao narrar acontecimentos rotineiros, sem interesses outros que não os imediatos, tocavam, indiretamente, nos grandes fatos políticos e econômicos que agitavam o seu tempo, cujos efeitos eram sentidos na ordenação da vida. (...) Além disso, eram fundamentais para reproduzir os laços sociais e políticos de maneira informal e, por isto, procuravam ordenar os homens e confiná-los numa rede de dependência e reciprocidade (grifos nosso).⁵³⁶

A primeira seção deste capítulo tem por objetivo discutir como Marcelino José Ferreira Armonde e os indivíduos que com ele conviveram perceberam e registraram alguns dos principais acontecimentos que marcaram a História do Brasil da primeira metade do século XIX. Afinal, estes acontecimentos rotineiros, assim como os grandes episódios políticos e econômico interessavam e, muito, os homens da província.

4.1.1- O cotidiano em “bem traçadas linhas”

Como comerciante de grosso trato e de negros, Marcelino José Ferreira Armonde relacionou-se com os grandes negociantes da praça comercial do Rio de Janeiro, com os quais estabeleceu contactos para tratar de seus negócios. Eles o mantinham informado sobre as cotações da libra e dos metais e de outras

⁵³⁶ FURTADO, Júnia, op. cit., p. 22 e 59.

mercadorias e para Minas Gerais mandavam notícias dos acontecimentos políticos fundamentais – a movimentação da tropa portuguesa para o retorno do príncipe regente a Portugal, a Guerra de Independência na Bahia, a situação na Espanha e Portugal, o movimento da tropa sublevada na capital do novo Império etc.⁵³⁷

Os principais informantes de Marcelino José Ferreira Armonde foram Antônio Fernandes Vieira de Carvalho, Antônio José Moreira Pinto (comerciante e traficante), Tristão Ramos da Silva e José da Silva Carvalho. Além de informarem a Marcelino José Ferreira Armonde dos movimentos políticos do Brasil, também o colocavam a par das notícias internacionais que cotidianamente chegavam com os navios que atracavam nos portos do Rio de Janeiro. Marcelino José Ferreira Armonde foi um homem preocupado em se manter bem informado, assinando as principais folhas que circulavam no país, como o *Jornal do Comércio*, o *Pharol Paulistano*, *O Cronista*, *A Aurora Fluminense*, dentre outros.⁵³⁸ Naturalmente o que estes homens nos legaram são migalhas de suas impressões a respeito dos principais acontecimentos da História do Brasil, o que não faz delas informações de somenos importância.

Datam do início da década de vinte do século XIX as correspondências dos comerciantes do Rio de Janeiro com Marcelino José Ferreira Armonde. Em 1820 teve início em Portugal a Revolução Constitucionalista do Porto, exigindo as cortes de Lisboa o retorno de Dom João a Portugal. A repercussão deste movimento no Brasil provocou agitações. Em 30 de dezembro de 1820 Antônio

⁵³⁷ ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. Op. cit., p. 13.

⁵³⁸ Informações obtidas nas correspondências e contas de deve e haver do **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**.

Fernandes de Carvalho – que suponho ser caixeiro de Joaquim José Gomes Barros & Cia. – escreveu para Marcelino informando a respeito de valores depositados em seu haver e sobre o envio de fazendas para Minas Gerais. Na carta ele comentou que os negócios andavam difíceis, principalmente para quem queria se iniciar no ramo. Aproveitando a oportunidade, comentou a respeito das agitações em torno da volta do Príncipe Regente a Portugal.

Amigo, por estar estes dias todos aqui muito ocupado com o balanço não tenho tido tempo de sair fora e as novidades que há ignoro, porém em pelo seguinte correio lhe participarei; dizem que o Príncipe vai embora e andam todos a oporem-se afim dele não ir; amanhã a horas de sair o correio verei algum papel para lhe mandar; porém eu estou desconfiado que não venha a haver alguma novidade ainda por via dessas constituições em segundo o que dizem (grifos nosso).⁵³⁹

Nos anos seguintes, a movimentação em torno da volta do príncipe regente, das representações brasileiras para as Cortes de Lisboa e a repercussão dos fatos políticos sobre a economia, embora nem sempre explícitos, continuaram na pauta dos comerciantes. Em 20 de janeiro 1822 Vieira de Carvalho avisou a Marcelino Armonde que as fazendas continuavam caras e ruins, e o desaconselhava a ir até a Corte para realizar compras “não só pela falta de sortimentos, mas sim também por certas novidades que tem por cá havido e espera-se haver, as quais perguntava (sic) Vm^{ce} a Constantino Dias Pinheiro que de tudo sempre sabe e tem todas os papeis modernos”.⁵⁴⁰ A carta em questão foi escrita pouco após a declaração do “fico” – ocorrido no dia nove de janeiro. Os

⁵³⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Fernandes Vieira Carvalho, 30 de dezembro de 1820.

⁵⁴⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Fernandes Vieira Carvalho, 20 de janeiro de 1822.

acontecimentos promoviam reações diversas no mercado, tanto que um mês depois Vieira de Carvalho pintou um panorama que dava sinais de melhora

Amigo, já está isto por cá um sossego graças a deus e já baixaram as [danificado] as fazendas de cor; porém o artigo baetas, como na falta, estão caras, e de agora por diante é que há de ir aparecendo alguma coisa é que os ingleses andem (sic) mandar algumas coisas, por hora o que há está caro e falta de muitas coisas.⁵⁴¹

Diretamente, nas cartas preservadas, não há notícias sobre a revolta anti-portuguesa na Bahia e nem a respeito da independência do Brasil, somente comentários similares ao acima citado, como as variações dos preços dos tecidos e dos metais, o sossego ou sua ausência, e informações evasivas sobre as “novidades”.

Novas referências explícitas aos acontecimentos políticos nas cartas trocadas entre Marcelino José Ferreira Armonde e os comerciantes da Corte aparecem em 1825, quando Tristão Ramos da Silva lhe comunicou que

Aproveitando a ocasião lhe participo que a província de Montevideu está em desordem, o brigadeiro Furtuoso Ribeiro largou a farda do Império com comendas e hábitos e pegou na da pátria e não quis mais demorar-se, saiu a campo aonde lhe tem reunido mais tropas do partido e quer atacar a cidade para expulsar as nossas tropas que se acham dentro, e se fala que por estes três dias embarcam três batalhões desta corte para o dito fim e tempo de sofrer alguns incômodos e o negócio parado por enquanto existir semelhantes desordens
Enfim meu amigo, ânimo e volta para Deus a saldar-nos.⁵⁴²

Dois meses depois Tristão Ramos da Silva não tinha notícias sobre a Guerra da Cisplatina, mas tinha outra boa novidade; “El Rei de Portugal

⁵⁴¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Fernandes Vieira Carvalho, 20 de fevereiro de 1822.

⁵⁴² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 21 de maio de 1825.

reconheceu a independência do Brasil, [danificado] com a chegada do embaixador teremos a certeza e as condições do que foi reconhecida”.⁵⁴³

Em março de 1824 foi outorgada a primeira Constituição do Brasil e nos anos seguintes foi instalada a Assembléia Legislativa. Brasil e Inglaterra discutiam o fim do tráfico negreiro enquanto as batalhas com a Argentina na disputa pela região Cisplatina continuavam. Tudo isto influenciando sobre os preços das fazendas e seu sortimento, provocando variações no câmbio e nos ânimos dos negociantes.

Em outubro de 1827 Tristão Ramos da Silva deu satisfações a Marcelino,

Não tenho aprontado as suas encomendas porque tudo tem estado cada vez mais caros (...). As coisas cada vez estão mais feias, agora até estamos com o porto bloqueado, todas as embarcações mercantis que saem são tomadas, enfim, Deus os queira socorrer com a sua divina providência.⁵⁴⁴

À medida que a poeira abaixava e crescia a credibilidade na Constituição e no Governo, Tristão Ramos da Silva novamente deixou registradas as suas impressões:

Sobre novidades nada de novo que lhe possa asseverar, quanto ao nosso Exército do [danificado] – por ora estão se reunindo com mais vontade por terem mais confiança no seu chefe, portanto consta que tudo está em boa ordem.

O nosso governo marcha com mais crédito porque os ministros são constitucionais e tudo se vai arranjando: que a constituição vai ganhando mais raiz, enfim o diabo não será tão feio como alguns pintam e demais disso as notícias que tem chegado da França faz muito para o Brasil.

O dinheiro de cobre está baixando, hoje está 12% e talvez por dia já corra seu premio por ter havido providencias – a prata está de 45 a 47 –

⁵⁴³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 11 de julho de 1825.

⁵⁴⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 11 de outubro de 1827.

ouro também está regulando o mesmo. As fazendas continuam caras, escravos nada.⁵⁴⁵

Em março de 1828 os boatos sobre uma vitória do Brasil na Cisplatina estavam na boca do povo, embora outros, como Tristão Ramos da Silva se mostrassem desconfiados “por ora não há novidade alguma, tem ocorrido alguma notícia que no sul houve uma ação em que as tropas imperiais ficam vitoriosas, porém outros dizem vice-versa, a minha opinião é que por ora não houve nada e se houve ainda se não sabe”.⁵⁴⁶ Em seguida, ele informou ao barbacenense a respeito da cotação do cobre, prata, ouro em barra e em pó e comentou sobre o preço das fazendas. Finalizou a carta com sua opinião pessoal a respeito dos acontecimentos “veremos o fim desta comédia se Deus nos der vida e saúde, na França dizem houve grande novidade o que tudo é favorável ao Brasil para nos afirmar a nossa Constituição, que jamais nunca deixará de existir.”⁵⁴⁷

A Guerra da Cisplatina e sua repercussão sobre a economia permaneceu sendo assunto para Tristão Ramos em abril, quando a paz já se acertava, mas ele continuava cético

Nesse corre por certo que a paz com Buenos Aires está a se concluir, dizem que se está a espera do pacote inglês que vem de Buenos Aires que neste pacote vem os agentes da paz – eu queria ver primeiro para crer, desconfio que será como da outra vez – também com notícias que o nosso exército no sul ganhará uma ação – esta notícia não é oficial, enfim, perto estamos a ver o resultado.
Quanto ao câmbio e aos sortimentos para as lojas,

⁵⁴⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 11 de janeiro de 1827.

⁵⁴⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 12 de março de 1828.

⁵⁴⁷ Idem.

(...) tem baixado alguma coisa – o ouro também tem baixado – os efeito café, açúcar, algodão – principalmente café se se fizer a paz há de baixar muito e tudo mais a proporção, as fazendas também vão fazendo alguma pequena diferença a proporção, por ora nesta não há mais novidades, tudo está em sossego, estou ansioso pela reunião da assembléia.⁵⁴⁸

Em suma, a paz e o sossego nem sempre eram bons para os negócios.

O ano de 1829 foi bastante conturbado, pelo menos assim o entendeu Tristão Ramos da Silva, que ao longo do ano mostrou-se preocupado com os rumos da política e de sua influência obre os negócios e deixou registrado que “tem havido alguns boatos e falatórios porém tudo é como tem sido até aqui, portanto, a nada se podem dar crédito”,⁵⁴⁹ “por ora tudo vai bem mal, os ágios sobre metais são excessivos e continuarão”⁵⁵⁰. Antônio José Moreira Pinto comungava com Tristão Ramos sua preocupação sobre o câmbio: “Não sei quando terão limites semelhantes câmbios”.⁵⁵¹ Nos meses seguintes, Tristão Ramos continuou manifestando suas preocupações e esperanças, lamentando que se Deus não acudisse todos estariam perdidos, pois a “corda vai ficando estirada”.⁵⁵² E ainda,

por ora não há novidades, apesar de que todos os dias aparecem ameaças de infelicidades para este pobre pais, por aqueles mesmos que o [devoram] porém não desanimemos, ele um dia conhecerá suas forças e sua oposição para se livrar das garras dos ingratos. (...) Amanha dizem principia a Assembléia com seus trabalhos, dizem outros que não, por

⁵⁴⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 11 de abril de 1828.

⁵⁴⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 21 de janeiro de 1829.

⁵⁵⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 01 de fevereiro de 1829.

⁵⁵¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 18 de fevereiro de 1829.

⁵⁵² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 20 de fevereiro de 1829 e 02 de março de 1829.

faltarem a alguns senhores deputados, enfim veremos se isto mudará para melhor; alguns estão desconfiados que será o mesmo por que o mal é grande.⁵⁵³

Todas as agitações e preocupações que tomavam os povos culminaram no agitado ano de 1831, marcado pela “noite das garrafadas”, formação do “Ministério Brasileiro” e pelas manifestações populares ocorridas no Rio de Janeiro a favor da abdicação de Pedro I, que se concretizou no dia seis de abril. A partir daí formou-se a Regência Trina Provisória, e é Tristão Ramos da Silva novamente quem nos pinta o quadro destes acontecimentos:

Alguns acidentes ocorridos nesta, originados por facções aterradoras e que atrozmente nos preparara um véu de discórdia lutuosa, apresentamos um [ileg.] apreciável por norma das Associações Políticas, cujas [asserções] melhor evidencia a proclamação das duas Câmaras.

Pela demissão do Conciliatório Ministério o Povo, corajoso, armado e em grande concurso e postados no Campo da aclamação pugnavam desde a noite do dia 5 ao dia 7 do corrente pelo mencionado Ministério, que lhe era denegado. A tropa tomando a deliberação para a [ileg.] na pessoa do Sr D. Pedro de Alcântara, príncipe Imperial, hoje 2º imperador constitucional do Brasil.

Com esta regeneração as duas Câmaras reunidas no senado nomearam a regência provincial cujos membros são os senhores Caravellas, Francisco de Lima e Silva e Vergueiros, a qual providenciando adequadamente tem posto sombra a tranqüilidade, segurança individual, propriedade a tudo quanto se adere ao bem geral da Nação.⁵⁵⁴

Nos meses seguintes, formou-se a Regência Trina Permanente composta pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva e pelos deputados José da Costa Carvalho (futuro Marquês de Monte Alegre) e João Bráulio Miniz, e tendo como

⁵⁵³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 21 de março de 1829.

⁵⁵⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 10 de abril de 1831. A Regência Trina Provisória, 7/04/1831 a 17/07/1831, fora composta pelos Senadores José Joaquim Carneiro de Campos (Marques de Caravelas) e Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e pelo Brigadeiro Francisco de Lima e Silva.

liderança o padre Diogo Antônio Feijó, nomeado Ministro da Justiça. Criou-se a Guarda Nacional e o Brasil assinou a Lei de 07 de novembro de 1831 (conhecida como a “A lei para inglês ver”), que estabelecia o fim do tráfico negreiro sob certas condições.⁵⁵⁵ Tudo isto abalou os negócios e promoveu desconfianças e temor, conforme o trecho da carta abaixo:

os negócios estão [e estarão] de uma vez abatidos, as desconfianças continuam a fazer o seu efeito estragador. Os adotivos vivem [temoratos] a ponto de se precipitarem depois destes últimos acontecimentos de que vm^{ce} já estará ao fato pelos periódicos, o partido continua nas suas pretensões. O governo tem tomado todas as medidas de [danificado] província por tudo ter arranjado sem [canga] – parte da tropa esta desarmada e não remetendo os indevidos para suas respectivas Províncias e o plano do governo é desarmar toda a tropa e não haver mais desta gente por que fazendo uma estável [ileg.] quantos quizerem os ambiciosos, portanto tenho muita confiança no governo, se bem que julgo isto em [danificado] e não sei qual vira a ser o nosso governo, se o da Europa ou da América, Deus nos de aquilo que for melhor – as quebras continuam a ser funesto, estamos ansiosos por ter notícias da Europa a ver o que vem do Sr. D. Pedro – e da mexeriqueira (sic) Inglaterra, pois é quem aqui esta nos dando as cartinhas.⁵⁵⁶

A respeito dos escravos escreveu Tristão Ramos “Sobre os escravos até o presente ainda não descobrir, nos lugares indicados ninguém dá notícias”.⁵⁵⁷ E sobre a Guarda Nacional “Presentemente temos gozado de algum sossego

⁵⁵⁵ O Decreto de 7 de novembro de 1831, no seu artigo 1º, dizia que, “todos os escravos que entrarem no território ou portos do Brasil, vindos de fora, ficam livres”. As exceções eram: 1) Os escravos matriculados no serviço de embarcações pertencentes a país onde a escravidão é permitida, enquanto empregados no serviço das mesmas embarcações. 2) Os que fugirem do território, ou embarcação estrangeira, os quais serão entregues aos senhores que os reclamarem, e reexportados para fora do Brasil (...). Cf. BRASIL. **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831**. Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875, pp 182-185.

⁵⁵⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 01 de agosto de 1831.

⁵⁵⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 20 de agosto de 1831.

depois que se instalaram as Guardas Nacionais por isso me parece que continuará com melhoras o negócio”.⁵⁵⁸

Nos anos que se seguiram, os acontecimentos políticos mereceram pouca atenção dos comerciantes que se correspondiam com Marcelino, a não ser notícias a respeito de eleições, que serão comentadas em seção apropriadas, não mais deixaram registradas suas percepções dos fatos e a interferência destes nos negócios. Um dos raros momentos em que se manifestaram foi em janeiro de 1849, quando Tristão Ramos da Silva comentou que “vamos vivendo em paz”, mas já em setembro os ventos haviam mudado, pois ele então registrou que “o negócio está muito estremecido e muitas desconfianças, veremos o final da comédia”.⁵⁵⁹

Na Corte os ânimos estavam agitados e a repercussão da política influía nos negócios. Nas Províncias e Vilas a vida também seguia seu rumo, se estruturando e se movimentando em compasso com o que acontecia no resto do Império.

⁵⁵⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 20 de dezembro de 1831.

⁵⁵⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 05 de janeiro de 1849 e 15 de setembro de 1849.

4.1.2.- Riqueza e poder: trocas simbólicas e redes de sociabilidades

No correr do texto temos demonstrado que os Armonde dedicavam-se à produção, ao comércio e à especulação financeira. Paralelamente, no plano político, eles galgaram importantes participações no poder local, ocuparam cargos político-administrativos de relevo na Província, foram membros da Guarda Nacional e com influência junto à Corte. Para tanto, se utilizaram de uma extensa rede de poder pessoal, e fizera parte do grupo que estabeleceu qual de seus pares iria ocupar os principais cargos públicos.

No intuito de analisar a família Ferreira Armonde e seu grupo de influência e relações utilizarei o conceito de “redes de sociabilidades” tomado de Michel Bertrand, por sua vez baseada nas definições de S. Nadel e de J.C. Mitchell.⁵⁶⁰ Observo que as redes de sociabilidades que estão sendo analisadas são as do tipo *relações fragmentadas*, isto é, estruturada a partir de vários centros, qual seja todos os irmãos Ferreira Armonde.

Para melhor se compreender a análise deste capítulo, relembro ao leitor que Francisco Ferreira Armonde era filho de uma família de açorianos assentada nas Minas Gerais na primeira metade do século XVIII. Seus filhos e netos desempenharam atividades comerciais, agrárias, mineradora, financeira e política. Neste processo de “interiorização da metrópole”, aos poucos ampliaram os laços familiares, sociais, de compadrio e econômicos – transformando-se em colonos. Marcelino, nascido em Barbacena, juntamente com seus irmãos, ampliou seus

⁵⁶⁰ BERTRAND, Michel. op. cit., 1999, pp. 118-124. Cf. “Considerações Iniciais”.

negócios para os mais diversos rincões das Minas Gerais⁵⁶¹ e os estreitou na Corte.

Nas considerações iniciais deste texto, discutindo a produção historiográfica, observamos que João Fragoso, tomando por base o funcionamento da praça comercial do Rio de Janeiro, na virada do século XVIII para o XIX, preocupou-se com as formas de acumulação que perpassavam a economia colonial. O autor demonstrou que não obstante ser uma economia agro-exportadora, a economia colonial não se esgotava nestes elementos estruturais, e que gerou um mercado interno, de acumulação endógena, com dinâmica própria. Segundo Fragoso, as grandes fortunas estavam nas mãos dos comerciantes, principalmente dos de grosso trato. Todavia, o status estava nas mãos dos proprietários agrários.⁵⁶² Portanto estes negociantes “tenderam a abandonar o comércio, transformando-se em potentados de escravos e terras”.⁵⁶³

Há que se observar, que para o caso específico da família Ferreira Armonde, eles enriqueceram com as atividades agrárias e diversificaram os seus negócios em múltiplas atividades comerciais. Além de senhores de terras e de homens, os Armonde exerceram atividades de mercadores, traficantes de negros e financistas, tudo isto concomitantemente. Ao mesmo tempo, atuaram politicamente em Barbacena e na Província de Minas e, na quarta geração,

⁵⁶¹ Júnia Furtado observou as atividades comerciais dos mineiros se estendiam pelas diversas regiões das Gerais e também para outras Capitanias, principalmente Rio de Janeiro e Bahia, e, algumas vezes, chegavam ao Reino. FURTADO, op. cit., p. 122.

⁵⁶² FRAGOSO, João Luis Ribeiro. **Homens de grossa ventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

⁵⁶³ FRAGOSO, João. & MARTINS, Maria Fernanda. *Grandes Negociantes e Elite Política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880*. In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I)**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003., p. 143.

chegaram a atuar na Corte – principalmente com Camilo Maria Ferreira Armonde e Mariano Procópio Ferreira Lage. A respeito dessa relação comércio e política na colônia e no Império, Sérgio Buarque de Holanda notou que

as elites do Primeiro Reinado vêm mais da classe dos comerciantes urbanos do que da aristocracia rural. Negociantes ou filhos e genros de negociante que, em todo caso, deveram ao trato mercantil sua riqueza e prestígio, aparecem em quase todos os ministérios de D Pedro I.⁵⁶⁴

Embora Sérgio Buarque de Holanda tenha traçado uma relação de oligarcas de origem mercantil do tempo de D. Pedro I, seus descendentes de sangue ou compadrio prolongaram-se no poder até o segundo reinado. Neste sentido, João Fragoso e Maria Fernanda Martins ressaltam que o Conselho de Estado, que Joaquim Nabuco chamou de “o cérebro da monarquia”, reuniu, ao longo de sua história, os mais significativos nomes da política imperial.⁵⁶⁵ Nas palavras de João Fragoso e Maria Fernanda Martins,

os limites que separavam as fronteiras do mundo político e a área financeira no Brasil Imperial eram tênues para as elites. Pode-se afirmar alguns aspectos dessa integração a partir do comportamento social e econômico dos indivíduos envolvidos, suas carreiras, trajetórias e redes de sociabilidade e parentesco.⁵⁶⁶

As alianças político-econômicas estabelecidas entre as elites neste vasto território não conhecia fronteiras. Tais alianças, fez com que alguns trabalhos ressaltassem os papéis dessas famílias da elite na formação dos Estados na

⁵⁶⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sobre uma doença infantil da Historiografia*. In: **O Estado de São Paulo - Suplemento Literário**. 24 de junho de 1973. Classe para Sérgio Buarque é no sentido de “estilo de vida”, ou seja, no “habitus de classe” que seria desenvolvido tanto por Norbert Elias, quanto por Pierre Bourdieu, ambos baseados em Max Weber.

⁵⁶⁵ FRAGOSO, João & MARTINS, Maria Fernanda, op. cit., p. 154-155. É importante destacar que José Murilo de Carvalho denominou o Conselho de Estado como a “cabeça do governo”. Cf. CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem**: a elite imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: EDUFRRJ/Relume Dumará, 1996., pp. 327-358.

⁵⁶⁶ Idem, p. 154.

América Latina, e as destacassem das demais utilizando o conceito de **famílias notáveis**.⁵⁶⁷ Em outras palavras, chamamos a atenção para o fato de que as principais famílias da elite política e econômica possuíam ramificações e laços de parentesco e sociabilidades disseminados por entre as diversas províncias. Sérgio Buarque de Holanda já havia ressaltado, Riva Gorestein reforçou ainda mais⁵⁶⁸ e, João Fragoso e Maria Fernanda Martins aprofundaram a investigação sobre as redes parentais dos ocupantes de importantes cargos políticos do império. Os autores representaram as redes parentais a partir do grande comerciante Braz Carneiro Leão, a qual incluía a família Lima e Silva “... que se orgulhava de seus ilustres nomes na política, como os conselheiros Lima e Silva e o Duque de Caxias”⁵⁶⁹, e encontrava-se ligada por casamento aos Nogueira da Gama e Carneiro Leão, alguns importantes Conselheiros de Estado.

Luiz Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias era primo em sétimo grau de Marcelino José Ferreira Armonde; que por sua vez era tio de Mariano Procópio Ferreira Lage e pai Camilo Maria Ferreira. Mariano Procópio – do Partido Conservador – era amigo pessoal do imperador D. Pedro II, do qual conseguiu a concessão para a construção e a exploração da Estrada União & Indústria – a estrada de rodagem que ligava Juiz de Fora a Petrópolis, com o objetivo de facilitar o escoamento do café da Mata mineira para o Rio de Janeiro. Camilo

⁵⁶⁷ BALMORI, Diana, VOSS, Stuart F. y WORTMAN, Miles. **Las alianzas de familias y la formación Del país em América Latina**. Traducción de Dorothy Ling. México: Fundo de Cultura Económica, 1990.

⁵⁶⁸ GORESTEIN, Riva. **Comércio e Política**: o enraizamento de interesses mercantis portugueses no Rio de Janeiro (1808-1830). In: GORESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993, (cap. 5).

⁵⁶⁹ Idem, p. 159. A respeito de uma biografia do Duque de Caxias cf. SOUZA, Adriana B. de. **Duque de Caxias**: o homem por trás do monumento. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Maria Ferreira Armonde, do Partido Liberal, foi vereador da Câmara de Barbacena – da qual foi presidente – deputado provincial, duas vezes deputado a Assembléia Geral, Presidente da Província do Rio de Janeiro e Conselheiro de Estado.

Note-se que Mariano Procópio Ferreira Lage e Camilo Maria Ferreira Armonde atuavam por partidos diferentes. A este respeito Cid Rebelo Horta escreveu:

Liberais e Conservadores, entretanto, representavam afinal, a mesma classe dominante do patriarcado rural. A rigor não havia Partido Conservador ou Partido Liberal, o que existia eram famílias liberais e famílias conservadores, que dominavam nesse ou naquele distrito eleitoral. Era freqüente mesmo, como observa Afonso Celso, que as grandes famílias se dividissem em liberais e conservadores, mantendo intimidade entre si, embora integrassem facções políticas antagônicas.⁵⁷⁰

Quanto às famílias Nogueira da Gama e Carneiro Leão, objeto da pesquisa de Fragoso e Martins, elas estão disseminadas pela Zona da Mata mineira, e se interligam em relações políticas e pessoais com os Ferreira Armonde. Em suma, a intrincada rede de relações sociais/pessoais/econômicas/políticas, traçadas por Fragoso e Martins, bifurca-se e expande-se nas Minas Gerais.

O conceito de **elite** aqui utilizado ajusta-se ao definido por Wlamir Silva. Segundo o autor, no início do século XIX Minas Gerais possuía complexos grupos sociais, com destaque para os proprietários de terras e escravos e também os comerciantes, com diferenças significativas entre as classes. “Da classe dos proprietários adviriam às elites”. Esta havia iniciado sua atuação política entre a

⁵⁷⁰ HORTA. Cid Rebelo. “Famílias Governamentais de Minas Gerais”, in: **Segundo Seminário de Estudos Mineiros**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1956, p. 52-3, *apud* CUNHA, Alexandre Mendes, op. Cit., p. 78-79.

independência do Brasil e o primeiro reinado e já no período regencial destacava-se na direção da Província e da Nação. A elite mineira, portanto, constituía-se de proprietários e de indivíduos que com eles se identificavam e destacou-se pela sua capacidade intelectual e organizativa.⁵⁷¹ Marcos Andrade observa que além dos parâmetros econômicos deve-se considerar também o *prestígio, a inserção política, a ocupação de cargos públicos, civis e eclesiásticos e o acesso à escolaridade*.⁵⁷² Como escreveu Gramsci:

Se não todos [...] pelo menos uma elite deles deve possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, até o organismo estatal, tendo em vista a necessidade de criar condições mais favoráveis à expansão da própria classe; ou pelo menos deve possuir a capacidade de escolher os prepostos (empregados especializados) a quem confiar esta atividade organizativa...⁵⁷³

A par destas considerações, passaremos a analisar o poder da família Ferreira Armonde, considerando não somente sua atuação política, mas também a ramificação de seu poder no cotidiano.

⁵⁷¹ SILVA, Wlamir. "Toucineiros": breve taxonomia da elite política liberal-moderada mineira. In: RESENDE, Maria Leônia Chaves de & BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Caminhos Gerais: estudos históricos sobre Minas Gerais**. São João del Rei: UFSJ. 2005, pp. 87-119.

⁵⁷² ANDRADE, Marcos Ferreira, op. cit., p. 69. O conceito de elite utilizado por Andrade foi inspirado em Ilmar Rohloff de Mattos, **O tempo Saquarema: a formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994, p. 103-109.

⁵⁷³ GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999-2002, vol. 2, p. 16, *apud* SILVA, Wlamir, op. cit., p. 87.

4.1.3 - Atuação dos Ferreira Armonde na vida pública

4.1.3.1- Atuação Política

Não restam dúvidas de que os Ferreira Armonde pertenciam à elite política das Minas Gerais. Nos capítulos anteriores demonstramos que os irmãos Armonde participaram ativamente dos cargos públicos e do poder em Barbacena, Mariana e no governo da Província mineira. A respeito dos Ferreira Armonde, Maria Fernanda Vieira Martins comentou que...

Nas primeiras décadas do século seguinte [XIX] a família já parecia totalmente envolvida com os cargos e poderes locais, pois há registros de que um certo Honório José Ferreira Armonde era presidente da Câmara Municipal de Mariana em 1835⁵⁷⁴, Simplício José Ferreira Armonde, juiz de paz do distrito do Curral Novo, termo de Barbacena, em 1831, e João Ferreira Armonde, proprietário e fazendeiro na divisa com a freguesia vizinha de Formiga, em 1830⁵⁷⁵. Com a criação das assembleias provinciais pelo Ato Adicional de 1834 outro membro da família, Mariano José Ferreira Armonde, elegeu-se como representante da região em 1835, pelo Partido Liberal⁵⁷⁶.

Reiteramos, portanto, que Honório José Ferreira Armonde foi presidente da Câmara de Mariana (1835) e Mariano José Ferreira Armonde, segundo Wilson de Lima Bastos, foi vereador em Barbacena (1820), administrador do Correio de

⁵⁷⁴ **ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA** - Inventários da Seção de Códices. In: <http://www.ufop.br/departamentos/dehis/ahcmm/Codices-SubSerie> [acessado 01 de outubro de 2004].

⁵⁷⁵ Ver a lei provincial 533, que fixa os limites das freguesias a partir das terras de proprietários locais. Lei Nº 533 – De 10 de Outubro de 1851 In: <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/piacatuba/distrito.html>.

⁵⁷⁶ MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar**: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889). Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005, p. 179. Preservei as notas da autora nas citações anteriores. Quanto ao João Ferreira Armonde citado por ela, eu o desconheço.

Barbacena (1823) e Deputado Provincial (1835).⁵⁷⁷ Atribui-se a este último, também, a elaboração de um “plano de estradas” interligando as diversas regiões das Minas Gerais.⁵⁷⁸ José Joaquim Ferreira Armonde foi Juiz de Paz no ano de 1833.⁵⁷⁹

Marcelino José Ferreira Armonde ocupou também vários cargos públicos em sua localidade, mas antes de analisarmos a sua atuação política, vamos voltar ao ano 1809 e seguintes, e ao assassinato do Coronel Manoel de Sá Fortes Bustamante, atribuído ao Capitão José Ferreira Armonde, primo de Marcelino. Embora as motivações para este crime permaneçam nebulosas, Edna Resende apresentou duas hipóteses para o mesmo, a primeira, a de que teria sido uma “briga de família”, visto que Manoel Bustamante e José Ferreira eram co-cunhados; a segunda, política.⁵⁸⁰

Segundo Edna Resende Manoel Bustamante foi o presidente da primeira Câmara de Vereadores de Barbacena (criada em 1791) e, até sua morte, integrou a Câmara por oito vezes, sendo seis delas consecutivas. Na opinião da autora, Bustamante

dominava a preferência para exercer a representação na Câmara. Coincidência ou não, o fato é que somente depois de sua morte, os Armonde passaram a ter preeminência política. É tentadora, portanto, a hipótese da motivação política para o assassinato. O Coronel Manuel Bustamante devia ter grande prestígio político, ofuscando ou mesmo inviabilizando o acesso de outras famílias da região, mesmo as muito ricas e de ocupação antiga, como a família Armonde.⁵⁸¹

⁵⁷⁷ BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**, op. cit., p. 203.

⁵⁷⁸ Cf. Decreto imperial 1031, de 07 de agosto de 1852, in: [HTTP://www.cetem.gov.br/publicacao/cts/ct2008-048000.pdf](http://www.cetem.gov.br/publicacao/cts/ct2008-048000.pdf) [acessado em 01 de novembro de 2009].

⁵⁷⁹ RESENDE, Edna Maria, op. cit. p. 228.

⁵⁸⁰ RESENDE, Edna Maria, op. cit. p. 96.

⁵⁸¹ RESENDE, Edna Maria, op. cit. p. 98.

Portanto, Edna Resende acredita que o assassinato de Bustamante, atribuído a um grupo de pessoas, dentre as quais José Ferreira Armonde, revela disputas e tensões entre a elite local. E acrescenta que somente em 1822 (sic) os Armonde surgem no cenário político de Barbacena, quando José Joaquim Ferreira e o Capitão de Ordenanças Mariano José Ferreira Armonde “assinaram a representação encaminhada ao príncipe regente Pedro, propondo que Barbacena fosse a Capital do Reino do Brasil e de toda a monarquia”.⁵⁸²

Embora eu concorde com a autora que atribuir o assassinato de Bustamante à motivação política seja tentadora, não creio que ela seja verídica. Também não me parece ter sido motivado por briga familiar, pelo menos não uma desarmonia profunda. Basta lembrar que Bustamante foi testemunha do casamento de José Ferreira Armonde (1801); foi ele quem fez a indicação para a nomeação de José para o posto de Capitão da Companhia de Ordenanças (1798); e, sendo distribuidor de sesmarias, Bustamante concedeu terras aos Armonde (1791, 1794, 1798). Parece-nos que os laços familiares, de solidariedade e de reciprocidade entre as famílias Armonde e Bustamante eram bastante sólidos. A projeção política de Bustamante, por si só, não era obstáculo à ocupação de cargos públicos significativos pelos Armonde, visto que as Câmaras de Vereadores eram compostas de sete indivíduos e que vários outros cargos haviam para serem distribuídos e compartilhados por familiares e amigos. Sozinho Manoel Bustamante não poderia monopolizá-los, pelo contrário, para ter domínio político necessitava distribuí-los entre pessoas de sua influência – dividir o poder para dominar.

⁵⁸² RESENDE, Edna Maria, op. cit. p. 97.

O genealogista Paulo Luz atribui o assassinato de Manuel Bustamante imputado a José Ferreira Armonde às disputas de terras, embora também não tenham sido encontradas provas documentais para esta hipótese. Não se pode descartar, ainda, a possibilidade de que este conflito tenha sido momentâneo, isto é, uma discussão cujo calor redundou em ato impensado que resultou na morte de uma das partes. Manoel Bustamante e José Ferreira eram vizinhos; portanto, não descartamos uma briga de vizinhança, causada por desentendimentos rotineiros, como a invasão da plantação pelos animais, uma queimada que ultrapassou os limites, e outras do gênero. Por fim, temos que considerar que Carlos José da Silva, sogro de Bustamante e José Ferreira, faleceu em 1808, falido, e é possível que disputas motivadas pela sua morte tenham provocado o desentendimento entre os co-cunhados – o que confirmaria a hipótese de “briga familiar” apontada por Resende.

Mas é fato, nos anos 20 do oitocentos os Armonde ocuparam vários cargos públicos em Barbacena, conforme enunciado. Quanto a Marcelino José Ferreira Armonde, ele também ocupou cargos públicos em sua localidade. No início dos anos vinte ele foi eleito Juiz Ordinário do Termo de Barbacena. Segundo José Carlos Espíndola da Silva o Juiz Ordinário, até 1822, era eleito pelo Conselho e exercia, também, as funções de presidente da Câmara.⁵⁸³ Em correspondência que lhe dirigiu em janeiro de 1822, José Inácio Nogueira da Gama o parabenizou pela eleição.

⁵⁸³ SILVA, José Carlos Espíndola. **O acesso à justiça no Brasil: crises e propostas.** in: <http://64.233.163.132/search?q=cache:Aa4BQpqusS4J:www.cdr.unc.br/cursos/Direito/José.doc+SLVA,+Jos%C3%A9+Carlos+Esp%C3%ADndola.+O+acesso+%C3%A1+justi%C3%A7a+no+Brasil:&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> [acessado em 10 de novembro de 2009].

ouço dizer que o meu am.^o se acha Juiz Ordinário deste termo no presente ano, e assim também me disse o am^o o Sr. P^e. Lourenço; por este lhe dou meus parabéns, tendo estimado muito e muito a notícia não só pela amizade que lhe consagro, como porque a eleição recaiu muito e muito bem na sua pessoa.⁵⁸⁴

Mas tenho razões para crer que Marcelino não assumiu o encargo, uma vez que outra correspondência, de autor desconhecido, dá a entender que ele recusou o cargo a favor de Marcelino Gonçalves da Costa:

Parabéns da sua escusa de Juiz. Há muitas pessoas que gostam de tais prebendas o que parece mania. Vai o despacho do Ouvidor interino, que deve apresentar à Câmara para proceder a Eleição de Barrete. Vai a carta de usança do Sr. Marcelino Gonçalves da Costa.⁵⁸⁵

Ocupar cargos públicos representava, com certeza, consideração e prestígio. Mas é natural supor que exercer tais funções tinha um ônus. E, neste caso, nem sempre havia interesses em pagá-lo. Isto é o que indica a correspondência trocada entre Marcelino José Ferreira e os comerciantes do Rio de Janeiro no ano 1825. Pelo teor das cartas Marcelino mobilizou os amigos da Corte no sentido de conseguir ser destituído de encargos, que não nos foi dado saber qual era.

Em 10 de janeiro de 1825 Constantino Dias Pinheiro escreveu para Marcelino comunicando ter recebido a carta e os papeis que aquele lhe enviara para “tratar do seu particular” e disse que o faria “com a exatidão que a nossa amizade merece”.⁵⁸⁶ Nas correspondências seguintes, com frequência mais ou

⁵⁸⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José Ignácio Nogueira da Gama, 24 de janeiro de 1822.

⁵⁸⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de autor ignorado. 15 de janeiro de 1822.

⁵⁸⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Constantino Dias Pinheiro, 10 de janeiro de 1825.

menos quinzenal, Constantino não conseguiu avançar no sentido de conseguir solução para os interesses de Marcelino e em 21 de abril ele deu a seguinte notícia

O seu negócio veio no correio passado, e foi a consultar a Mesa do Desembargo do Paço, creio que com muito má informação, e por isso temos más esperanças, e creio que esta mesma decisão leva bastante tempo; eu farei por adiantar o mais possível e é o que por hora se me oferece dizer-lhe (grifos nosso).⁵⁸⁷

Sabe-se que a Mesa do Desembargo do Passo e da Consciência e Ordens, criada no Estado do Brasil pelo Alvará de 22 de abril de 1808,⁵⁸⁸ era um Tribunal Régio,⁵⁸⁹ e entre suas funções:

Eram concedidos os seguintes benefícios: nomeação de oficiais de justiça das comarcas (tabeliães, escrivães, porteiros, contadores dos tribunais da Corte); confirmação de juizes ordinários nas terras; passagem de certidões de autos de residência aos provedores, corregedores e juizes. A administração local era exercida, sobretudo, em termos de controlo da legalidade para a constituição das vereações das câmaras municipais.⁵⁹⁰

Além de Constantino Dias Pinheiro, outro negociante influente foi mobilizado. Trata-se de Manoel Machado Coelho,⁵⁹¹ que escreveu em abril de 1825, escreveu “Do mesmo senhor Honório [José Ferreira Armonde] saberá vm^{ce}

⁵⁸⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Constantino Dias Pinheiro, 21 de abril de 1825.

⁵⁸⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_24/alvar2204.htm

⁵⁸⁹ A respeito do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens Cf. SUBTIL. José. **O Desembargo do Paço (1750-1833)**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. 1996. In: LOPES, Walter de Matos. **A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus domínios Ultramarinos: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João (1808-1821)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/PPGH, 2007; NEVES, Guilherme Pereira das. **E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

⁵⁹⁰ Mesa do Desembargo. http://pt.wikipedia.org/wiki/Desembargo_do_Pa%C3%A7o [acessado dia 21 de novembro de 2009].

⁵⁹¹ No Almanack Laemmert de 1844, Manoel Machado Carvalho aparece como negociante nacional, com endereço na Rua de São Pedro, 46. **Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno bissexto de 1844 (primeiro anno)**. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843, p. 219.

o estado do seu negócio, que muito sentirei se não sair a seu favor”.⁵⁹² A solução favorável para o negócio, qualquer que tenha sido, não animava os intermediários.

Em maio Constantino Dias Pinheiro deu nova satisfação:

O seu negócio ainda se acha a consultar e me dizem que tem bastante demora, mas fica a meu cuidado promover o seu adiantamento ainda que me parece (sic) a decisão não será muito favorável em consequência das más informações que vieram.⁵⁹³

Embora as cartas não mencionem que “negócios particulares” são esses que perturbavam Marcelino a ponto de fazê-lo mobilizar os comerciantes do Rio de Janeiro, escrevendo-lhes com freqüência, acredito tratar-se de algum encargo público pelo teor das cartas que Manoel Machado Coelho e Constantino Dias Pinheiro lhe escreveram em 31 de maio e 21 de junho de 1825 respectivamente.

Marcelino se impacientou com a demora na solução do caso que havia encarregado Constantino Dias Pinheiro de resolver e apelou para Manoel Machado Coelho, solicitando-lhe que pedisse maior empenho ao amigo. Machado então lhe respondeu,

Fiz ver ao amigo Constantino o conteúdo da sua carta a respeito do seu requerimento, que ainda nada tem saído; ele diz que se acha no Desembargo, e do que houver o mesmo amigo diz participará a vm^{ce}, e faremos tudo quanto estiver de nossa parte a seu benefício; eles também agora o fizeram Tesoureiro da Câmara e por mais diligências que fez e outros fizeram não se pode escusar e há dias tomou posse do dito cargo, que na verdade nesta é de algum incômodo e responsabilidade (grifos nosso).⁵⁹⁴

⁵⁹² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Manoel Machado Coelho, 27 de abril de 1825.

⁵⁹³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Constantino Dias Pinheiro, 01 de maio de 1825.

⁵⁹⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Manoel Machado Coelho, 31 de maio de 1825.

Na Carta de Constantino Dias, escrita alguns dias depois, ele confirmou as afirmações de Machado e demonstrou desânimo na possibilidade de uma solução favorável para Marcelino...

Inda não desemburrou a consulta do Desembargo do Paço do seu negócio porque aquele Tribunal tem mesmo por costume demorar os negócios por uma eternidade e veja o meu amigo o melhor modo de se arranjar, porque não vejo remédio; e o mesmo me aconteceu a mim, a força sou Tesoureiro da Câmara, ao que impugnei desde janeiro e agora o remédio foi tomar posse e servir, bem contra a minha vontade. Fica-me o maior pesar possível por não poder de pronto servir nisto ao meu amigo, mas bem conhece que é por não estar ao meu alcance.⁵⁹⁵

Finalmente, em novembro de 1825, saiu a solução para o tal negócio e Constantino Dias Pinheiro anunciou “sou a dizer-lhe que já saiu contra vm^{ce}, por isso não terá o meu amigo remédio se não tomar posse por pouco tempo”.⁵⁹⁶ É provável que este cargo que Marcelino relutava em assumir seja o de presidente da Câmara de Barbacena, pois Paulo Ribeiro Luz nos informa que Marcelino José Ferreira Armonde foi presidente da Câmara Municipal de Barbacena nos períodos 1825 -1826 e novamente no triênio de 1845-1848.⁵⁹⁷ Ele foi também Juiz de Órfãos, nomeado em setembro de 1840 – imagem 4.1.

⁵⁹⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Constantino Dias Pinheiro, 21 de junho de 1825.

⁵⁹⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Constantino Dias Pinheiro, 30 de novembro de 1825.

⁵⁹⁷ LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit.

IMAGEM 4.1-

Nomeação de Marcelino José Ferreira Armonde para Juiz de Órfãos - 1840

O Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, Presidente da Província de Minas Gerais //

Faco saber a quantos este Diploma vierem, que sendo-me presente a proposta triplida da Camara Municipal da Cidade de Barbacina, nomeei o Cidadão Marcellino José Ferreira Armonde, Juiz de Orphãos da mesma Cidade e seu Termo, com todas as attribuições, que de direito lhe competirem, e que exercerá durante o prazo, prestando o juramento que manda a Lei perante a referida Camara. Pagou de Emolumentos da Secretaria do Governo a

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Documento de nomeação de Marcelino José Ferreira Armonde para Juiz de Órfãos, 19 de setembro de 1840.

É possível que Marcelino José Ferreira Armonde visse nos encargos políticos entraves ao pleno exercício de seus negócios. A documentação analisada demonstra que ele fazia viagens periódicas ao Rio de Janeiro, aparentemente pelo menos uma vez por ano, quando ia levar dinheiros dos lucros obtidos com sua venda e outros e tomar decisões a respeito da aplicação de seu dinheiro. Após ter assumido o encargo de Juiz de Órfãos, em setembro de 1840,

ele já em abril de 1841 solicitou uma licença de três meses para ir ao Rio de Janeiro tratar de seus negócios.⁵⁹⁸

Marcelino José Ferreira Armonde foi ainda nomeado quinto substituto de Juiz Municipal em 1846 – imagem 4.2 – e foi Tesoureiro da Casa do Troco do Cobre de Barbacena (1837). Esse último, tratava-se de um cargo nomeado pelo diretor dos pontos de troco das províncias, “com aprovação, na Corte do presidente do Tesouro (Nacional), e nas províncias, dos respectivos presidentes”.⁵⁹⁹ O prestígio de Marcelino junto ao governo provincial e na Corte se fez presente.

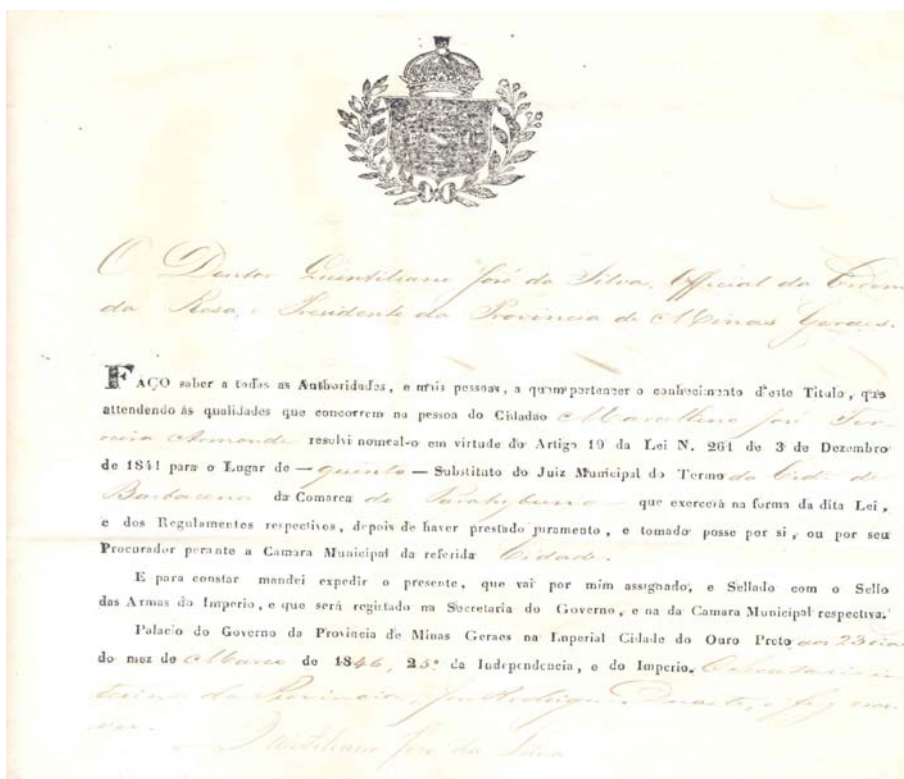
Além destes cargos ele provavelmente foi encarregado de participar de várias comissões. Uma delas foi a comissão nomeada para avaliar as obras de construção da Estrada do Paraibuna – estrada ligando a capital da Província Mineira ao Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do engenheiro Henrique Guilherme Fernando Halfeld. Marcelino José Ferreira Armonde, juntamente com João Gualberto Teixeira e Feliciano Coelho Duarte, foi incumbido de examinar o alinhamento do trecho da estrada entre Barbacena e a o lugar denominado “Queiroz” (nas imediações de Juiz de fora). Os cidadãos nomeados deveriam dar “parte ao governo do resultado de suas observações”.⁶⁰⁰

⁵⁹⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**, correspondência de Marcelino José Ferreira Armonde para Sebastião Barreto Pereira Pinto, presidente da Província de Minas Gerais, 15 de abril de 1841.

⁵⁹⁹ Artigo 53, capítulo IV, da Lei nº 53, de 6/10/1835. CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**. Tomo I. Brasília: ED. da UNB, 1983, p. 461. Essa lei fez parte de um conjunto de medidas tomadas pelo Governo da Regência para promover uma Reforma Monetária que promovesse a valorização do mil-réis. Cf. NOGUEIRA, Dênio. **Raízes de uma Nação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

⁶⁰⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Bernardo Jacintho da Veiga (Presidente da Província de Minas Gerais), 31 de agosto de 1831.

**IMAGEM 4.2 –
Nomeação de Marcelino José Ferreira Armonde para Juiz Municipal - 1846**



Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Documento de nomeação de Marcelino José Ferreira Armonde para Juiz Municipal, 23 de março de 1846.

Marcelino José Ferreira foi também arrematante da construção de um trecho da estrada – Tabelas 4.1 e 4.2, na qual empregou muitos de seus parentes (conferir os nomes em *italico*):

TABELA 4.1-
Despesas com a construção de trecho da Estrada do Paraibuna –
Janeiro de 1838

CONTA				
DE DESPESAS EM JORNAIS, COM FEITORES, TRABALHADORES E CARREIROS DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO DE 1837, EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA ENTRE A VILA DE BARBACENA E A PONTE DO PARAIBUNA, ESPECIALMENTE ENTRE A ROCINHA DE SIMÃO PEREIRA E A PONTE DO MENCIONAD RIO				
NOMES	N. DOS JORNALEIROS	N. DOS SERVIÇOS	VENCIMENTOS DIÁRIOS – R\$	TOTOAL DO IMPORTE
<i>Cândido Ferreira da Fonseca</i>	50	1109 1/2	640\$	709\$888
<i>Damaso Ferreira da Fonseca</i>	02	28 6/10	640\$	18\$304
<i>Domingos Antônio Lage</i>	20	312 6/10	640\$	200\$064
<i>Lino José Ferreira Armondes</i>	07	148 1/10	640\$	94\$784
<i>João Gualberto Teixeira</i>	05	59 4/10	640\$	38\$016
<i>Simplicio José Ferreira</i>	05	113 9/10	640\$	72\$896
<i>Anacleto Marcelina</i>	09	9 7/10	640\$	6\$208
<i>Francisco Manoel Duque</i>	02	33 8/10	640\$	21\$632
<i>Francisco da Costa Lage</i>	29	338 4/10	640\$	216\$576
<i>Manoel Gervásio</i>	02	32 4/10	640\$	20\$928
<i>Inocêncio</i>	02	19	640\$	12\$160
<i>João Antônio</i>	[ileg.]	10 9/10	640\$	6\$976
<i>Manoel Ferreira Armondes</i>	04	45 9/10	640\$	29\$376
<i>Manoel Ferreira Armondes (pedreiros)</i>	1	22 5/10	1\$000	22\$500
<i>Francisco Manoel Duque (dito)</i>	1	19 9/10	4800	15\$920
<i>Domingos Antônio Lage (carreto)</i>	1	5 6/10	3\$200	17\$920
<i>Francisco Manoel Duque (dito)</i>	1	14 7/10	3\$200	47\$040
<i>Francisco da Costa Lage (dito)</i>	2	22 9/10	3\$200	73\$280
<i>Francisco da Costa Lage (pedreiro)</i>	1	17 5/10	1\$000	17\$500
<i>Manoel Pereira da Silva Torres (ferreiro)</i>	O mestre e 2 ajudantes	14 5/10	4\$000	58\$000
<i>Feitor Marcos Elísio Pereira</i>	1	3	\$800	2\$000
<i>Dito Manoel Teodoro</i>	1	16	1\$200	19\$200
<i>Dito Damaso Ferreira da Fonseca</i>	1	23 5/10	1\$600	57\$600
<i>Administrador Simplicio José Ferreira</i>	1	-	mensalmente	70\$000
SERVIÇO ENTRE A ROCINHA DE SIMÃO PEREIRA E A PONTE DO PARAIBUNA 3 DE JANEIRO DE 1838			SOMA	1829\$168
ATESTO A EXATIDÃO DESTA CONTA Fernando Halfeld Engenheiro da Província de Minas Gerais				

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, documentos relativos à construção da Estrada do Paraibuna, 03 de janeiro de 1838.

TABELA 4.2
Despesas com a construção de trecho da Estrada do Paraibuna –
Fevereiro de 1838

DE DESPESAS EM JORNAIS, COM FEITORES, TRABALHADORES E CARREIROS DURANTE O MÊS DE DEZEMBRO DE 1837, EMPREGADOS NA CONSTRUÇÃO DA ESTRADA NOVA ENTRE A VILA DE BARBACENA E A PONTE DO PARAIBUNA, ESPECIALMENTE ENTRE A ROCINHA DE SIMÃO PEREIRA E A MENCIONADA PONTE				
NOMES	N. DOS JORNALEIROS	N. DOS SERVIÇOS	VENCIMENTOS DIÁRIOS – R\$	TOTOAL DO IMPORTE
Francisco Manoel Duque	16	367 8/10	640 R\$	235\$392
Domingos Antônio Lage	20	250 8/10	640 R\$	160\$512
<i>Lino José Ferreira Armondes</i>	07	160 3/10	640 R\$	102\$592
<i>Simplicio José Ferreira</i>	5	120	640 R\$	76\$800
Anacleto Marcelina	2	37 1/10	640 R\$	23\$744
<i>Manoel Ferreira Armondes</i>	4	98	640 R\$	62\$722
<i>Damaso Ferreira da Fonseca</i>	2	16 6/10	640 R\$	10\$624
Manoel Gervásio	1	21	640 R\$	13\$440
<i>Candido Ferreira da Fonseca</i>	51	701 1/10	640 R\$	448\$704
<i>Francisco da Costa Lage</i>	30	569 4/10	640 R\$	364\$416
Manoel Ignácio Barbosa	12	216 2/10	640 R\$	138\$368
João Gualberto Teixeira	9	124 6/10	640 R\$	79\$744
<i>Joaquim de Cerqueira Carneiro</i>	6	83 6/10	640 R\$	353\$500
<i>Marcelino Ferreira da Fonseca</i>	2	17	640 R\$	10\$880
José Antônio	1	23	640 R\$	14\$720
João Antônio	1	10 4/10	480	4\$992
Francisco Manoel Duque (pedreiro)	1	25 3/10	800	20\$240
Francisco da Costa Lage (pedreiro)	1	27	1\$000	37\$000
<i>Manoel Ferreira Armondes (pedreiro)</i>	1	27	1\$000	27\$000
<i>Manoel Pereira da Silva (ferreiro)</i>	O mestre com dois ajudantes, tenda e ferramenta	11	4\$200	44\$000
Domingos Antônio Lage (carreto)	1	9 6/10	3\$200	30\$720
Francisco Manoel Duque (carreto)	1	13 6/10	3\$200	43\$520
<i>Francisco da Costa Lage (carreto)</i>	1	11	3\$200	38\$080
<i>Feitor Damaso Ferreira da Fonseca</i>	1	14	1\$600	22\$400
Feitor Manoel Alves	1	20	1\$00	20\$000
Feitor Manoel Teodoro	1	23 5/10	1\$200	28\$200
<i>Administrador Símplicio José Ferreira</i>	1	Mensalmente		70\$000
01 DE FEVEREIRO DE 1838 Simplicio José Ferreira, administrador			SOMA	2172\$312
ATESTO A EXATIDÃO DESTA CONTA Fernando Halfeld Engenheiro da Província de Minas Gerais				

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, documentos relativos à construção da Estrada do Paraibuna, 01de fevereiro de 1838.

4.1.3.2.- O Comandante Supremo da Guarda Nacional do Termo de Barbacena

Os irmãos Armonde já ostentavam os títulos de honras militares, antes mesmo da criação da Guarda nacional em 1831. Na documentação trabalhada, os primeiros registros datam de 1819 em que Simplício José Ferreira⁶⁰¹ e Marcelino José Ferreira Armonde⁶⁰² figuram com títulos de “Capitão” de Ordenanças. Em 1827 Marcelino já era chamado de Coronel⁶⁰³ e Joaquim Ferreira Armonde⁶⁰⁴ também consta como Capitão em 1828, mesmo ano em que Honório José Ferreira Armonde surge como Alferes.⁶⁰⁵

É importante destacar que, mesmo com mudanças no tocante à maior centralização e concessão das patentes militares com a criação no Rio de Janeiro de “órgãos como o Conselho Supremo Militar, o Arquivo Militar e a Academia Real Militar,(...), que constituíram-se em base das instituições militares do País, com reflexos sobre a organização posterior, já no período independente”⁶⁰⁶, permaneceram as mesmas forças militares de defesa do Brasil desde o período colonial, a saber: Exército (1ª linha), Milícias (2ª linha) e Ordenanças (3ª

⁶⁰¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibos diversos, 07 de março de 1819.

⁶⁰² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de José Francisco de Mesquita, 20 de novembro de 1819

⁶⁰³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Marcelino Gonçalves da Costa. 02 de dezembro de 1827.

⁶⁰⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibos diversos, 27 de maio de 1828.

⁶⁰⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Honório José Ferreira Armonde por Maria Felizarda da Silva, 09 de julho de 1828.

⁶⁰⁶ WHELING, Arno e WHELING, Maria José. Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. **Da Cultura**, ano VIII, nº 14, p. 30. www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf

linha).⁶⁰⁷ Tal permanência, no caso das Ordenanças, significou o recrutamento dos oficiais entre as elites locais, no caso os Armonde, que por sua vez,

Aos oficiais dos terços de Auxiliares atribuía a lei, entre outros benefícios, o privilégio de *gozarem de todas as honras e preeminências de Capitães pagos* sendo, ainda, isentados de todo e qualquer encargo ou contribuição municipal. Seriam estes oficiais, de preferência, escolhidos dentre as pessoas mais *nobres e honradas* e, portanto, as mais capazes de exercerem o comando, *assim porque delles se deve esperar que, por serem de qualidade, e afazendados, acudam com maior vontade á defesa da sua Patria, e meu serviço*, e a quem melhor caberia receber as régias mercês.⁶⁰⁸

Com a criação da Guarda Nacional,⁶⁰⁹ em agosto de 1831, vamos encontrar os Armonde ocupando os principais postos, conforme já destacamos no capítulo dois. Em janeiro de 1832 o comerciante da Corte, Antônio José Moreira Pinto, que supria a venda de Barbacena com fazendas e outros sortimentos, encaminhou para Marcelino algum pano verde e dois figurinos da Guarda Nacional.⁶¹⁰

A Guarda Nacional foi criada num contexto conturbado da vida nacional – o período regencial – com a missão de “institucionalizar uma nova ordem legal e

⁶⁰⁷ Idem, p. 30

⁶⁰⁸ MELLO, Cristiane Figueiredo P. Os corpos de Ordenanças e Auxiliares sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR, pp. 32-33. A respeito das Ordenanças e as estratégias da elite colonial das MG colonial cf. COSTA, Ana Paula P. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006

⁶⁰⁹ A respeito da Guarda Nacional, cf. CASTRO, Jeanne Berrance de. A Guarda nacional. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo II Brasil Monárquico, 4º Volume Declínio e Queda do Império. 3ª edição. São Paulo: DIFEL, 1982, pp. 274-298; SOARES, Julio Cesar Fidelis. As unidades da Guarda nacional sediada em Resende no século XIX: a oligarquia em armas. <http://www.defesa.ufjf.br>

⁶¹⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 20 de janeiro de 1832.

administrativa”.⁶¹¹ A Guarda Nacional estava “subordinada aos Juízes de Paz, aos Juízes Criminais, aos Presidentes de Província e ao Ministro da Justiça”.⁶¹² Os serviços prestados eram gratuitos, muitas vezes custeados pelos próprios oficiais. Formava a Guarda Nacional as companhias de infantarias, compostas de 100 a 140 guardas nacionais. Nos municípios com numero de milicianos civis qualificados ativos superior a mil homens, formava-se a legião. O comando da legião ficava a cargo de um Coronel, maior posto na hierarquia da Guarda Nacional, nomeado pelo Presidente da Província. Este cargo recaía “sobre pessoa socialmente qualificada, em regra detentora de riqueza”.⁶¹³ As Guardas Nacionais, organizadas nos municípios possuíam a seguinte estrutura (imagem 4.3):

Seção de companhia, companhia, batalhão e legião. A primeira comandada por um tenente, a segunda por um capitão, a terceira por um tenente coronel e a última por um coronel. Este posto, conjuntamente com o de major, somente era preenchido por meio de nomeação do governo provincial; os demais eram preenchidos por eleição.⁶¹⁴

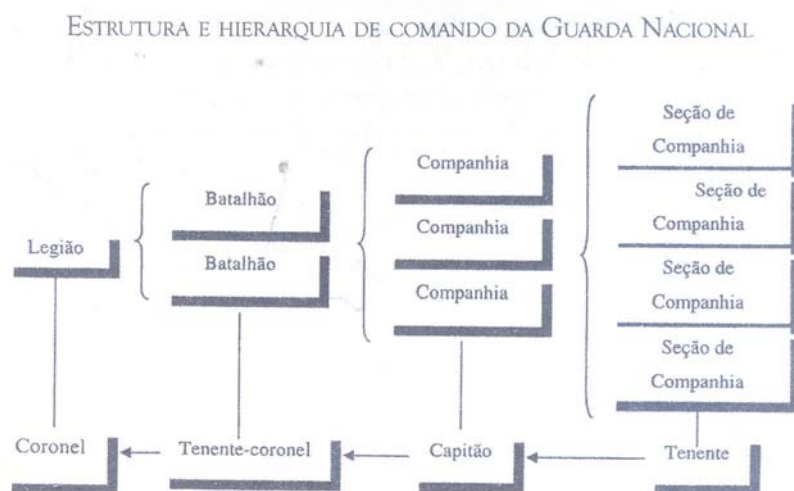
⁶¹¹ SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do Povo:** A Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850. São Paulo: FAPESP-Annablume, 2006, p. 32.

⁶¹² Cf. Coleção das Leis do Império do Brasil. Lei de 18 de agosto de 1831, artigo 18, apud SALDANHA, Flávio Henrique Dias, op. Cit. P. 32.

⁶¹³ FAORO, Raymundo. **Os donos do poder:** a formação do patronato político brasileiro. 5ª ed. Porto Alegre: Editora Globo, 1979, p. 621, apud SALDANHA, p. 79.

⁶¹⁴ SALDANHA, Flávio Henrique, op. cit, p. 78.

IMAGEM 4.3 – Estrutura e hierarquia de comando da Guarda Nacional



Fonte: SALDANHA, Flávio Henrique Dias, op. Cit., p. 79.

Marcelino foi Coronel Chefe da Legião da Guarda Nacional do Termo da Vila de Barbacena, e nesta função trocou correspondência com Francisco Terenciano Fortes, Capitão da 7ª Companhia da Guarda Nacional do Rio Preto, em 1834. Em carta de seis de maio Francisco Fortes solicitou a indicação de um instrutor para sua Companhia e indicou para tal o sargento Herculano Firmino e ainda...

Respeitosamente lembro a V^aS^a que requisiute ao Exmo Sr. Vice Presidente da Província algum armamento para esta Companhia que existe em um dos pontos mais importantes desta Província, com a divisão do Rio de Janeiro, portanto se faz mister que esteja em melhor posição para fazer respeitar este importante ponto, em circunstâncias tais que os facciosos daquela província com os desta podem tentar algum rompimento triste e achando-se a Companhia armada e instruída e firme nos Nobres sentimentos que em todos os Guardas se conhece em defesa da Constituição e Trono do Sr. D. Pedro Ihe não conseguirão os malvados por este ponto um só passo.⁶¹⁵

⁶¹⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Francisco Terenciano Fortes, 06 de maio de 1834

Alguns dias depois Francisco Fortes encaminhou nova missiva, além de reiterar os pedidos anteriores ele acrescentou que

Muito estimo que V^aS^a tomasse conta do comando dessa companhia, e estou muito certo que agora melhorará muito a uniformidade da Companhia e porque mesmo estou persuadido que toda a boa ordem e patriotismo dos nossos companheiros GGNN concorre muito da influencia e estima que eles têm no seu comandante, e mais certo estou que V^aS^a não poupará sacrifícios ao seu alcance a fim de se fardarem e estarem prontos ao serviço de nossa cara pátria, principalmente nesse distrito que é a divisa desta província e uma estrada por onde segundo dizem tem passado muitos faccioso de grandes crimes.⁶¹⁶

Na seqüência da carta ele requer do comandante que dê providências para que as armas que já haviam sido requisitadas ao Vice Presidente da Província fossem levadas e distribuídas entre os homens. O trecho em destaque demonstra tanto o prestígio e respeito de Marcelino quanto a contra partida que se espera de quem goza destas prerrogativas. Isto é, Francisco Fortes ao destacar que os GGNN serviriam com boa ordem e patriotismo pela consideração que tinham em seu comandante também, implicitamente, cobra ao mesmo que dê aos comandados condições de servir à Constituição e ao Imperador, fardando-os, instruindo-os e armando-os.

Marcelino José Ferreira Armonde participou da Revolução Liberal de 1842 e como os demais oficiais da Guarda Nacional que atuaram no movimento ao lado dos insurgentes, foi suspenso do Comando da Legião do Termo de Barbacena, pelo menos até 1844, quando o governo imperial decretou a anistia geral de todos os partícipes da rebelião. Depois da anistia, Marcelino voltou a ocupar a chefia da Guarda Nacional e seu prestígio pode ser atestado na carta

⁶¹⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Francisco Terenciano Fortes, 18 de maio de 1834.

que lhe escreveu João Paulo dos Santos Barreto, então Presidente da Província, já em novembro de 1844. A carta era resposta a outra que lhe mandara Marcelino solicitando a reorganização na Guarda Nacional de Barbacena. Além da reforma, Marcelino havia solicitado armas para seus homens.

Ilmo Sr. Marcelino José Ferreira Armonde

Ouro Preto 10 de novembro de 1844

Meu bom e respeitável amigo. Tendo presente a sua estimável recebida pelo correio de 8 do corrente a que passo a responder.

1º- Pelo correio de hoje receberá V^aS^a a decisão de todos os negócios pendentes relativamente a reorganização da Guarda Nacional de Barbacena, e por ela verá V^aS^a que pondo eu de parte todas as afeições particulares e até razões de parentesco, tendo só em vista o bem desta importante Província, e com especialidade desse município cedi às suas razões para dar-lhe a última prova da consideração que V^aS^a me merece, e de que é indubitavelmente digno.

2º- Que não havendo nesta capital armamento algum, exigi do Ex^{mo} Senhor Ministro da Justiça 300 armamentos completos de caçadores para serem quanto antes remetidos da Corte a V^aS^a, a quem avisarei com tempo para mandá-los conduzir, satisfazendo-se pelos cofres públicos toda a despesa dos transportes.

3º - Que deve-se sem perda de tempo proceder nesse município a necessária qualificação dos guardas, visto que não efetuou a mesma qualificação em tempo próprio.

Cercado como me vejo de mil objetos urgentíssimo e sem poder respirar com o peso enorme do trabalho, de maneira que não posso, como muito desejo, manter uma regular correspondência amigável com as pessoas a quem cordialmente estimo, deveria por certo ser taxado de omisso, porém peço que me desculpe atento ao que acima expresse.

Eu tenho alguma probabilidade de ir à Corte brevemente e desejo fervorosamente que a qualificação da Guarda Nacional e sua reorganização nesse município seja feita com toda brevidade para eu a poder confirmar por isso recomendo a V^aS^a toda a atividade neste importante negócio.

Não me sendo possível escrever aos nossos amigos dessa cidade e com particularidade ao Sr. João Gualberto, vigário Andrade, rogo a V^aS^a que me faça a eles recomendado, e que finalmente disponha com toda a franqueza de quem com toda a satisfação se assina.⁶¹⁷

⁶¹⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de João Paulo dos Santos Barreto, 10 de novembro de 1844.

Há dois recibos das armas que Marcelino José Ferreira Armonde repassou aos seus comandados no ano de 1845 – Quadros 4.1 e 4.2.

**QUADRO 4.1-
Relação de armas distribuídas na 2ª legião- 1845**

Relação das armas que foram distribuídas na 2ª Legião – Assis -	Armas novas	Armas velhas	correiaes
Entregues ao S. Mor Pedro Dias da Silva – Santa Rita	10	26	10
Idem ao Tem. Cel. Francisco Ribeiro de Assis – Chapéu D'Uvas	80	21	80
Idem ao capitão Manoel Ribeiro Nunes - Quilombo	30	20	30
Idem ao Sr. Cel. José Caetano Rodrigues Horta	100	15	100
somam	220	82	220
Recebi do Comandante superior Marcelino José Ferreira Armonde 220 armas novas com o seu competente correame. A Sr = 220 Patronas com cartucheira de folha = 220 correias para as ditas 220 bandoleiras para espingardas = 220 cinturões com cartucheiras, = 220 bainhas de baionetas com botões, = 220 guarda-feixos. Assim mais oitenta e duas armas usadas das que foram arrecadadas, tudo para distribuir pelos GGNN do meu comando BNN F [Ferreira - rubrica de Marcelino José Ferreira Armonde] Coronel Chefe da 2ª Legião			

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Documentos diversos sobre a Guarda Nacional. 16 de maio de 1845.

**QUADRO 4.2-
Relação das armas recebidas pertencentes à nação, 1845**

Barbacena, 16 de maio de 1845			
Relação das armas que vou recebendo pertencentes à nação – As seguintes	Armas em bom uso	Armas em mau estado	baionetas
Do Sr. Pedro Teixeira de Carvalho, Maio 14	30	9	18
Idem do Juiz de Paz do quilombo, Francisco Antônio da Fonseca, maio 16	24	2	17
Idem de João Ayres Gomes	1	2	17
Idem de Vital Antônio de Campos	1	3	3
Idem em poder de Pedro Dias da Silva	14	2	3
Idem de Manoel Fagundes do Nascimento	14	2	3
Idem em poder de Francisco de Paula Camillo	21	2	3
Idem em poder de Francisco Manoel Duque	15	2	7
Idem de Marcelino Gonçalves da Costa	1	2	7

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Documentos diversos sobre a Guarda Nacional. 16 de maio de 1845.

Além das armas, Marcelino conseguiu também cornetas para distribuir para os serviços de seus comandados.

Podendo V^aS^a duvidar se deve deixar ficar para uso da Guarda nacional sob seu comando as seus cornetas que lhe remeti por José Venâncio Ferreira, julgo dever declarar a V^aS^a que conquanto tivessem elas sido pedidas para o Ouro Preto, recomendou-me depois o Sr. Ministro da Justiça que as remetesse com o armamento para Barbacena e disto mesmo fiz ciência ao Exmo Vice Presidente da Província, sendo por isso fora de dúvida que V^aS^a pode distribuí-las para o serviço da guarda nacional se delas tiver precisão.⁶¹⁸

Marcelino José Ferreira Armonde manteve-se no Comando Superior de Guarda Nacional do Termo de Barbacena até 1846, quando, provavelmente já cansado das responsabilidades do encargo e sentido o peso da idade, quis passar o comando a alguém de suas relações e confiança. Para negociar o seu afastamento mais uma vez solicitou o auxílio dos amigos da Corte. Desta feita foi Tristão Ramos da Silva e os senhores Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça⁶¹⁹ e Antônio Paulino Limpo de Abreu,⁶²⁰ que o socorreram. Os dois últimos foram políticos de prestígio no Império.

⁶¹⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Herculano Ferreira Penna, 11 de junho de 1845.

⁶¹⁹ Nasceu em Mato Grosso (?) e faleceu no Rio de Janeiro em 1850. Foi presidente da Província da Paraíba (1828-1830), do Espírito Santo (1830-31) e do Rio de Janeiro (1849-1850). http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Get%C3%BAlio_Monteiro_de_Mendon%C3%A7a [acessado em 21 de novembro de 2009] e <http://64.233.163.132/search?q=cache:pXkfRkUfRbEJ:www.rio.rj.gov.br/arquivo/governantes.doc+Gabriel+Get%C3%BAlio+Monteiro+de+Mendon%C3%A7a&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> [acessado em 21 de novembro de 2009].

⁶²⁰ Nasceu em Lisboa em 1798 e faleceu no rio de Janeiro em 1883. “Foi Desembargador da Relação da Bahia, da Relação do Rio de Janeiro; Ministro Adjunto do Conselho Supremo Militar e do Supremo Tribunal de Justiça; Presidente de Minas Gerais. Durante a Regência de Feijó tornou-se um de seus principais auxiliares. Ocupou as pastas do Império, da Justiça e dos Estrangeiros em diversos períodos. Em 1848, foi convidado para Ministro da Fazenda, cargo que voltou a ocupar em 1855. Sendo curta a sua permanência como gestor das finanças, limitou-se à expedição de ordens e ao despacho do expediente. Senador por Minas Gerais (1847); foi Presidente do Senado por muitos anos. Aposentou-se como Ministro do Supremo Tribunal; cargo que ocupou de 1846 a 1848. Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário na Missão Especial do Rio da Prata em 1856. Assumiu a Presidência do Conselho e a pasta da Marinha em 1858. Foi Ministro

Pelas cartas juntas de nosso amigo Getúlio ficará ciente de todo que há passado a seu respeito; estou certo que se há de arranjar logo que venha sua resposta ou do Sr. João Gualberto e pode ficar certo que farei tudo que puder afim de seu sossego e em tudo como a sua vontade.⁶²¹

Interessado em deixar o comando da Guarda Nacional do Termo de Barbacena, Marcelino estava articulando para ser substituído por João Gualberto Teixeira de Carvalho, e os senhores Getúlio e Limpo estavam cuidando do arranjo:

Muito estimo que nosso amigo o senhor João Gualberto aceite o posto de Comandante superior, apesar de algum sacrifício, é necessário para não passar a quem não devem ocupar.

Logo que recebi a sua carta falei com o Sr. Getúlio que se prestou com muita prontidão. Também falei como Sr. Limpo.

A primeira barca que sair para o Rio Grande deve levar o decreto de sua demissão e da nomeação do Sr. João Gualberto para o Imperador assinar, por estes 15 a 20 dias estará pronto.⁶²²

Em março de 1846 tudo estava resolvido e Marcelino deixou o Comando Superior da Guarda Nacional do Termo de Barbacena, recebendo do Presidente da Província, Quintiliano José da Silva, os agradecimentos pelos serviços prestados,

segundo o aviso que me foi expedido pela secretaria do Estado dos Negócios da Justiça em data de dois do corrente; assim o comunico a

em seis Gabinetes." http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroll014.asp [acessão em 21 de novembro de 2009]. Cf. tb. SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas: Café e Poder na Zona da Mata mineira (1853-18930)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008, passim.

⁶²¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 15 de novembro de 1845.

⁶²² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 06 de dezembro de 1845.

V^aS^a para sua inteligência; agradecendo-lhe os bons serviços que prestou durante o tempo do referido comando.⁶²³

4.1.3.3 - Aspectos da Revolução Liberal de 1842 nas Minas Gerais

Como “homem bom” que era, Marcelino estava plenamente integrado à vida política regional e relacionava-se com os principais nomes do Partido Liberal, com os quais comungava suas idéias. Ele atuou na Revolução Liberal de 1842, juntamente com seus irmãos e filhos.⁶²⁴ Esta Revolução ocorreu nas Províncias de Minas Gerais e São Paulo e colocou em oposição “grupos liberais destas províncias ao governo central”.⁶²⁵ Segundo Luiz Fernando Saraiva, o movimento rebelde opunha-se ao governo provincial de Bernardo Jacinto da Veiga e “as perseguições políticas aos funcionários e representantes liberais e algumas das principais famílias mineiras foram os principais fatores que, na justificativa dos participantes, deflagrou o movimento”.⁶²⁶

A Revolta Liberal de 1842 foi uma reação às leis de restauração do Conselho de Estado e de Reforma do Código de Processo, proposta pelo recém criado Ministério Conservador (1841). Estas leis centralizadoras desagradaram às

⁶²³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida de Marcelino José Ferreira Armonde de Quintiliano José da Silva, 16 de março de 1846. O documento está danificado, só a metade inferior está preservada, impedindo o conhecimento do total de seu conteúdo, todavia, o objetivo do mesmo era, conforme a transcrição, agradecer a Marcelino pelos serviços prestados no tempo em que esteve no comando da Guarda Nacional do Termo de Barbacena.

⁶²⁴ MARINHO, J. A. **História da Revolução de 1842.** Brasília: UnB, 1978; PASCOAL, Isaías. **José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político, o Liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais.** *Varia hist.* [online]. 2007, v. 23, n. 37, pp. 208-222. ANDRADE, Martins. **A Revolução de 1842.** Rio de Janeiro: s/ editora, 1942. ALMEIDA, Aluísio de. **A revolução liberal de 1842.** Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

⁶²⁵ SARAIVA, Luiz Fernando. Op. cit, p. 32.

⁶²⁶ Idem, p. 53.

aristocracias provinciais, principalmente de Minas Gerais e São Paulo, onde ocorreram resistências dos liberais, contrários à dissolução da Câmara liberal e às leis que procuravam cercear seus poderes locais.⁶²⁷

O filho mais velho de Marcelino José Ferreira Armonde, Camilo Maria Ferreira, também atuou politicamente em Barbacena, onde foi Juiz de Paz e Presidente da Câmara.⁶²⁸ Entre 1840-1842 foi o redator de “O Eco da Razão”, folha de cunho liberal que circulou em Barbacena até o romper da Revolução Liberal de 1842.⁶²⁹ Segundo Edna Resende, em 1841 Camilo Maria Ferreira

foi eleito deputado a Assembléia Geral, mas não tomou posse em virtude da dissolução da mesma. Em 1842, teve participação ativa no movimento armado deflagrado em Barbacena, inclusive utilizando as páginas de seu jornal para mobilizar a opinião pública a favor do movimento.⁶³⁰

A Revolta teve início primeiramente em Sorocaba, São Paulo. Quando a notícia chegou a Barbacena lá já estavam os ex-deputados José Pedro Dias de Carvalho e o Cônego José Antônio Marinho, que para lá se dirigiram para tratar com o Tenente Coronel José Feliciano Pinto Coelho Costa (futuro Barão de Cocais). Os três, juntamente com o Coronel Marcelino José Ferreira Armonde, Tenente Coronel João Gualberto Teixeira de Carvalho e Camilo Maria Ferreira Armonde acertaram o início do movimento mineiro para o dia 10 de junho. No dia marcado “tocaram em rebate em Barbacena os sinos e as cornetas, e um batalhão

⁶²⁷ O Conselho de Estado punha limites ao poder do Imperador. Já a reforma do Código do Processo centralizava a ação judicial e policial, “punha-se fim à autonomia das influências locais, destruindo-se a estrutura partidária de baixo para cima, a partir do município e da província”, cf. MENDES JÚNIOR, Ricardo et. alli. **Brasil História – Textos & Consultas**, São Paulo: Brasiliense, 4ª Ed., 1983, p. 259.

⁶²⁸ RESENDE, Edna Maria, op. cit., p. 15.

⁶²⁹ VEIGA, José Pedro Xavier. **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998, p. 496.

⁶³⁰ RESENDE, Edna Maria, op. cit., p. 15.

da Guarda Nacional, postado em frente da Câmara Municipal, aclamou José Feliciano presidente da Província”.⁶³¹ Reunida a Guarda Nacional, da qual Marcelino Ferreira Armonde era o Comandante Supremo em Barbacena, e a Câmara, encaminharam ofício a José Feliciano convidando-o a se apresentar para prestar juramento e tomar posse. Assinaram o documento os senhores *Manoel Ribeiro Nunes, Camilo Maria Ferreira, Lino José Ferreira Armonde*, Francisco de Paula Camilo Araújo, Pedro Teixeira de Carvalho, Joaquim Rodrigues de Araújo.⁶³²

Os rebeldes instalaram um Governo provisório na cidade de Barbacena do qual foi presidente José Feliciano Pinto Coelho da Cunha, Secretário José Pedro Dias de Carvalho, Tesoureiro João Gualberto Teixeira de Carvalho e José Gonçalves Gomes de Souza, escrivão. O governo interino permaneceu em Barbacena por sete dias, período no qual expediu “avisos, nomeações e ordens”.⁶³³ Em 14 de junho de 1842 o presidente interino nomeou para Tenente Quartel Mestre da Primeira Legião de Guardas Nacionais do município de Barbacena ao senhor Antônio José Ferreira Armonde (imagem 4.4).⁶³⁴

⁶³¹ VEIGA, José Pedro Xavier, op.cit., p. 545.

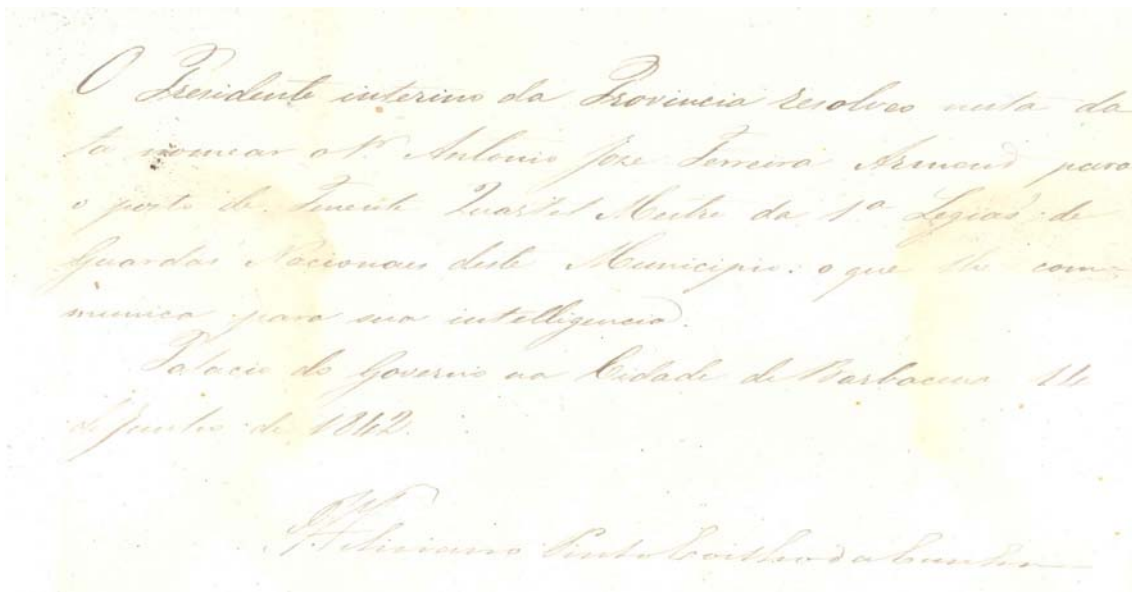
⁶³² VEIGA, José Pedro Xavier, **op. cit.**, p. 546.

⁶³³ VEIGA, José Pedro Xavier, **op. cit.**, p. 548.

⁶³⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Documentos relativos à Revolução de 1842, 14 de junho de 1842.

IMAGEM 4.4 –

Nomeação de Antônio José Ferreira Armonde para a Guarda Nacional – 1842



Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Documentos relativos à Revolução de 1842, 14 de junho de 1842.

Para arcar com as despesas urgentes da Província o Presidente interino autorizou a realização de empréstimos de quarenta contos de réis, com juros de meio por cento ao mês, segundo portaria de 11 de junho de 1842. Criou-se uma Recebedoria interina para arrecadar e distribuir os dinheiros públicos. Um dos emprestadores foi Antônio José Ferreira Armonde, que no dia 17 de junho de 1842 emprestou R\$ 800\$000 para a causa rebelde (imagem 4.5).⁶³⁵

⁶³⁵ MARINHO, J. A. **História da Revolução de 1842**. ed. Brasília, 1978, p. 82-83. **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Documentos relativos à Revolução de 1842, 17 de junho de 1842.

**IMAGEM 4.5 –
Clareza de empréstimo de Antônio José Ferreira Armonde para o governo
interino de Minas Gerais durante a Revolução de 1842**

Entrou na Contabilidade desta C. L. nob.º
dada por empréstimo para as despesas
das despesas da Provincia. e de
tudo foi servida e firmada com a
quantia de oito mil e trezentos e
quarenta e cinco por cento ao ano na
conformidade da Portaria e
coisa do Ex.º Presidente interino da
Provincia datada de 14 de Junho
de 1842, e por que o mesmo Sen.
he o encarregado de contratar este
empréstimo e de pagar o mesmo
de conhecimento que fica acen-
do no Livro respectivo a p. Bar-
barena 14 de Junho de 1842.

Assinado O Ex.º inter.
João Gualberto de Barros José de Almeida

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Documentos relativos à Revolução de 1842, 14 de junho de 1842.

Depois de sete dias os rebeldes deixaram Barbacena em direção a São João Del Rei, onde entraram sem resistência. Aos poucos, o movimento avançou para outras localidades mineiras. Segundo o Cônego Marinho, o Coronel Marcelino José Ferreira Armonde se negou a acompanhar os rebeldes quando eles deixaram Barbacena e “somente por este fato mostrava recuar da

revolução”.⁶³⁶ Após derrotar a revolta em São Paulo, seguiu para Minas Gerais, no intuito de reprimir os rebeldes, o “Barão de Caxias”.⁶³⁷

Durante o tempo da Revolução aparentemente os negócios de Marcelino José Ferreira Armonde estiveram paralisados, pois não encontrei documentos relacionados às suas atividades econômicas para este período. Em parte isto se explica pela situação de conflito reinante. Em setembro de 1842, de Ouro Preto, o então Barão de Caxias, respondeu a uma carta de Marcelino José Ferreira, que conforme já ressaltamos era seu primo em sétimo grau. Pelo teor da carta de Caxias sabe-se que Marcelino havia solicitado a Caxias que lhe conseguisse alguns passaportes para a Corte, ao que Caxias respondeu

Imo Sr Marcelino José Ferreira Armonde

Ouro Preto 2 de setembro de 1842

Recebi a carta que V^aS^a me fez o favor de dirigir e na qual solicitava alguns passaportes para poder seguir para a Corte. Muito sinto que minhas atribuições como General em Chefe me não autorizem a dar semelhantes passaportes, que só são facultados pelas autoridades civis; porém falando a semelhante respeito ao Ex^{mo} Sr. Presidente da Província, este me disse que não haveria dúvida em concedê-los, uma vez que V^aS^a os requeresse.

Muito agradeço os oferecimentos de V^aS^a, porém não posso afiançar se as operações militares me permitirão passar por essa cidade quando tenha de regressar ao Rio de Janeiro.

Sirvo-me desta ocasião para protestar consideração com que sou

De V^aS^a

Primo Sr. e C^o

Barão de Caxias⁶³⁸

⁶³⁶ MARINHO, J. A., op. cit, p. 281

⁶³⁷ A respeito da ação de Caxias na revolução de 1842 cf. SOUZA, Adriana Barreto de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

⁶³⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Documentos relativos à Revolução de 1842, 02 de setembro de 1842.

Como observou o Cônego Marinho em sua *História da Revolução de 1842* “não havia rebelde que não tivesse muitos padrinhos, isto porque um ou outro legalista lhe pedia para que consentisse a este ou aquele dos insurgentes alguma coisa das mais ordinárias”.⁶³⁹ Mas o prestígio do Barão de Caxias e de Marcelino José Ferreira Armonde não foram suficientes para conseguir o benefício solicitado. A carta de Feliciano Coelho Duarte para Antônio Marques demonstra que Marcelino encarregou o seu caixeiro de encaminhar carta ao presidente da província solicitando os passaportes, mas os mesmos foram negados, apesar do empenho e de algum benefício para Honório, segundo trecho em destaque no texto.

Ilmo Sr. Cap. Antônio Marques da Silva Pereira

Ouro Preto 15 de setembro de 1842

Entreguei a carta que me enviou ao Exmo Presidente, que disse-me não lhe era possível dar passaporte com que se comprometeu; que ele aconselhava que o meu amigo estando acautelado, d[eu] eu para suplicar ao Trono, implorando o perdão, e que requerendo mesmo por intermédio dele que lhe remetesse e que ele juntaria todas as reflexões favoráveis e que isto então qual jurado pela mesma promessa pode contar com o perdão e por outra forma não conseguimos isto foi sempre meu modo de pensar

Quanto ao Honório, eu daí havia escrito ao meu irmão a favor dele e este falou ao chefe de polícia e foi logo solto e dei a ele passaporte para se recolhesse.

Os filhos do Marques aí vai o que pude fazer é preciso tratar disso que então vou para ver o que se deve fazer, sinto que para justificar uns seja acusando a outros entretanto entregue o despacho para apresentar que vai ordem para eles seguirem

Entendo que o meu amigo pode demorar se em minha casa até eu voltar o que espero sair daqui 3^a para aí conversar

Seu []

F. C. Duarte⁶⁴⁰

⁶³⁹ MARINHO, J. A., op. cit, p. 277.

⁶⁴⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Documentos relativos à Revolução de 1842, 15 de setembro de 1842.

Creio que o Honório mencionado na carta seja Honório Augusto Ferreira Armonde, filho de Marcelino José. Em nenhum dos livros e documentos consultados há referência da participação deste jovem na Revolução de 1842, mas há menção de que os familiares dos revoltosos foram perseguidos, o que pode ter sido o caso. O certo é que Honório Augusto esteve preso durante a Revolução, como atesta a carta dirigida ao caixeiro de Marcelino, Antônio Marques, em abril de 1843. Na carta o rapaz solicitou o pagamento ao Coronel José Batista de Figueiredo, que havia suprido suas necessidades financeiras (dinheiro, uniformes, sustento) no tempo em que fora estudante em Ouro preto e também R\$ 318\$970 do “tempo em que estive preso”.⁶⁴¹

O movimento rebelde liberal de 1842 em Minas Gerais durou pouco mais de dois meses. As seqüelas para os Armonde constituíram-se da prisão de Camilo Maria Ferreira em Ouro Preto, juntamente com Teófilo Otoni, Cônego Marinho e Manoel de Mello Franco. O Cônego Marinho informa que

O Coronel Marcelino Armonde (...) homem constantemente pacífico, cuja fortuna e procedimento é uma garantia para a ordem pública, foi processado e chamado a juízo. (...) Depois de 20 de agosto o Coronel Marcelino José Ferreira Armonde, um dos distintos membros do partido chamado *rebelde*, entrou para os cofres públicos com dez contos de réis tomados daquela recebedoria.⁶⁴²

Não obstante os elogios do Cônego Marinho a Marcelino José Ferreira Armonde, ele não o poupou de suas críticas ferinas. Em fevereiro de 1846

⁶⁴¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Documentos relativos à Revolução de 1842, 15 de abril de 1843.

⁶⁴² MARINHO, J. A., op. cit., p. 281.

Firmino Rodrigues da Silva⁶⁴³ encaminhou correspondência a Marcelino José pedindo-lhe que desmentisse as calúnias que o cônego vinha fazendo a sua pessoa, acusando-o de ter despronunciado Marcelino em troca de benesses .

Como V^aS^a há de ter visto pelo [Publiager] que de minha parte lhe foi entregue por José bento, continua o Padre Marinho a caluniar-me declarando que V^aS^a deu-me um escravo de nome Domingos, por eu o haver despronunciado. [] isto V^aS^a haver-me asseverado e nem outra coisa podia eu esperar de sua honradez, que estava pronto a fazer [togas] as declarações em abuso da verdade, vim por esta rogar a V^aS^a a [] de declarar sob sua palavra da honra que firmará com juramento, se for preciso, que nunca me fez doação de coisa alguma, e sim vendeu-me um escravo por 600\$ meses depois de despronunciado, não por mim, mas pelo substituto do Juiz Municipal Francisco de Paula Lima.

A confiança que deposito na probidade de V^aS^a e a necessidade em que me acho de defender minha honra tão indignamente manchada por um homem que em conta nenhuma a [tocar] a probidade alheia por não confiar na própria obrigam-me a dar este passo.

Aproveito a ocasião para rogar a V^aS^a me proporcione [meios] em que eu possa mostrar quanto sou com estima e consideração

De V^aS^a

Firmino Rodrigues Silva

Os indivíduos aos quais foram imputadas responsabilidades pela rebelião de 1842 foram processados, julgados e finalmente, em março de 1844, anistiados. Para governar a Província após o movimento rebelde foi nomeado o ultraconservador Francisco José de Souza Soares e Andrea. Com o tempo, os ânimos se acalmaram e a vida voltara ao seu curso, integrando a todos na mesma ordem imperial,

Punha-se fim na região às resistências das facções liberais da aristocracia agrária local, que a partir daí procurariam integrar-se, embora às vezes

⁶⁴³ Nasceu em Niterói em 1816 e faleceu em 1879. Foi [juiz desembargador](#) da relação, juiz de direito de Ouro Preto, chefe de polícia, [deputado geral](#) e [senador](#) do [Império do Brasil](#) de 1861 a 1879. http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/senadores_biografia.asp?codparl=1640&li=11&lcab=1861-1863&lf=11 [acessado dia 21 de novembro de 2009] e http://pt.wikipedia.org/wiki/Firmino_Rodrigues_da_Silva [acessado no dia 21 de novembro de 2009].

lentamente, à ordem imperial; esta abria seus braços paternalisticamente aos filhos rebeldes desgarrados, porém 'filhos das boas famílias' que tinham lugar na restrita sombra protetora do império.⁶⁴⁴

4.1.4- Dar e receber favores:

4.1.4.1- A pratica do dom no cotidiano

Dar parece instituir simultaneamente uma *relação de mão dupla* entre aquele que dá e aquele que recebe. Uma relação de *solidariedade*, pois quem dá partilha o que tem, quiçá o que é, com aquele a quem dá, e uma relação de *superioridade*, pois aquele que recebe o dom e o aceita fica em dívida para com aquele que deu. Através desta dívida, ele fica obrigado e, portanto, encontra-se até certo ponto sob sua dependência, ao menos até o momento em que conseguir 'restituir' o que lhe foi dado (destaque no original).⁶⁴⁵

As palavras de Maurice Godelier a respeito da prática do dom ficou fartamente demonstrada no decorrer do texto. A família Ferreira Armonde, principalmente Marcelino, para o qual a documentação preservada é quantitativamente mais generosa, era detentora de grande prestígio, influência e poder, tanto econômico quanto político. Nas relações com seus credores e com seus fornecedores esta prática de dar e receber favores e bens materiais – expressão de solidariedade e superioridade, mas também de dependência – é bastante comum e presente nas relações tanto cotidianas quanto nas relacionadas ao poder.

Algumas vezes, elas se manifestam em pequenas deferências, como o cuidado em manter o comerciante de Barbacena informado sobre os melhores preços e tecidos, a exemplo da frase de Antônio Moreira Pinto em 1826: “não me

⁶⁴⁴ MENDES JÚNIOR, Ricardo at alli, op. cit., p. 261.

⁶⁴⁵ GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p. 23.

descuidarei em dar-lhe algumas notícias de alguma fazenda moderna de bom gosto”.⁶⁴⁶ Até manifestações mais exaltadas, como a feita pelo mesmo comerciante da corte em 1822. Nesta ocasião Marcelino mandou-lhe um pedido de tecidos e pelo mesmo portador que levou a solicitação foi o dinheiro para o pagamento dos produtos, o que levou Moreira Pinto a escrever ao cliente

Quanto ao amigo mandar o dinheiro pelo mesmo portador é vm^{ce} pensar que eu lhe não mandaria as fazendas; porém, pode estar certo que toda a minha loja que vm^{ce} me mandasse pedir, creia que logo a mandaria por conhecer o quanto lhe sou muito obrigado.⁶⁴⁷

As manifestações de deferência iam da troca de gentilezas às de bens materiais. Em 1818 José Inácio Nogueira da Gama prestou um favor a Marcelino José Ferreira Armonde. Sendo-lhe pedido para mandar, por venda, algum aguardente, ele atendeu ao comerciante, declarando que “eu lhe faço esta remessa mais para condescender com a sua vontade do que por interesse, porquanto estou com a tropa a colher minhas roças, no que estou atrasadíssimo”.⁶⁴⁸

Nogueira da Gama fez questão de registrar que, embora estivesse vendendo a aguardente, o fazia para servir a Marcelino, mais do que por interesse, pois o momento não lhe era apropriado para deslocar seus homens da colheita para o transporte. Em seguida, ele rogou-lhe favores – evidenciando a prática de conceder para obrigar à retribuição – 1) que Marcelino lhe conseguisse capins para reformar as cangalhas da sua tropa – bastante capim e bom; 2) o

⁶⁴⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 09 de agosto de 1826.

⁶⁴⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 20 de dezembro de 1822.

⁶⁴⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José Inácio Nogueira da Gama, 04 de junho de 1818.

pagamento de tributos relativos à compra de uma sesmaria que ele havia efetuado.

Mas para continuar com crédito, Nogueira da Gama aproveitou a oportunidade para oferecer um agrado a Marcelino, enviou-lhe “um naco de açúcar para o seu café”. Desculpou-se por não ser o produto de melhor qualidade, visto ser de safra passada, pois o da safra do ano ainda estava bruto. Arrematou dizendo que em outra oportunidade teria “gosto de lhe mandar melhor açúcar”.⁶⁴⁹

Em 1844 Pedro Amarantes também enviou um agrado ao comerciante mineiro. Na mesma carta ficou anotado o agradecimento de Marcelino

Pelo tropeiro que conduz as cargas do Sr. Dr. Victor Henault remetemos a Vm^{ce} uma barrica com cerveja, a qual lhe oferecemos e rogamos sirva-se aceitá-la em sinal de amizade, relevando a nossa ousadia.
Asseguram-nos que a qualidade é boa, estimaremos que assim seja.
Para tudo que nos achar prestáveis, ficamos ao seu dispor, desejando-lhe boa saúde e muitas felicidades por sermos com estima
De Vmce
Amigos e sempre obrigados
Pedro Lages Amarantes

Meu amigo e senhor,
(...). Hoje foi me entregue pelo senhor Victor da barrica de excelente cerveja com a qual se dignaram os meus amigos obsequiarem-me, eu a aceito com o devido apreço e muito me lisonjeio de viver em suas lembranças, lhes fico muito e muito obrigado.
Aqui me tem como sempre às suas ordens para quanto vir lhe possa prestar, desejando-lhe as minhas melhores felicidades, saúde e bem assim a tudo o mais que lhes pertencem por ser com antiga amizade e por estima.
De Vm^{ce}
Amigo Velho e muito obrigado
F[Ferreira – rubrica de Marcelino]

⁶⁴⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de José Inácio Nogueira da Gama, 04 de junho de 1818.

Algumas vezes as trocas de favores encadeiam complexas relações em que os favores transmutam de uns aos outros. Em 1825 Marcelino José Ferreira Armonde solicitou aos comerciantes do Rio com os quais negociava, Tristão Ramos e Moreira Pinto, que recebessem, acolhessem e ajudassem a João Medeiro Teixeiras. Um o abrigou e o outro se dispôs a ajudá-lo a resolver os assuntos que o levaram à Corte.

Fica nesta sua casa o Sr. Seu amigo João de Medeiros Teixeira, a quem me tenho oferecido o que lhe possa ser útil, e pode ficar certo hei de tratá-lo conforme as minhas posses.⁶⁵⁰
Fico encarregado do que me incumbiu a respeito ao dito Medeiros e farei aquelas diligencias que estiverem ao meu alcance.⁶⁵¹

Da mesma forma, Tristão Ramos acolheu em sua casa, por três meses, a Caetano José Machado que ficara este tempo na Corte.

O portador desta é o Sr, Caetano José Machado, seu recomendado em carta de 30 de janeiro do corrente ano, que esteve morando nesta sua casa e mais outro companheiro. Prestei ao mesmo Caetano tudo quanto estava ao meu alcance, o mesmo lhe fará ciente.⁶⁵²

As nesgas destas histórias demonstram a cadeia de favores que se formavam. Foi provavelmente em consideração a João de Medeiros Teixeiras e a Caetano José Machado, ou a alguém que por eles intercedeu, que Marcelino José acionou seus amigos e fornecedores do Rio de Janeiro para acolhe-los e ajudá-los na Corte. As relações dos comerciantes com o cliente rico, influente e do qual eles

⁶⁵⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 10 de agosto de 1825.

⁶⁵¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 11 de agosto de 1825.

⁶⁵² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 04 de março de 1844.

eram dependentes financeiramente (além de cliente, lembro que Marcelino era credor de Antônio Moreira Pinto) obriga-os a servirem prontamente ao cliente. O atendimento ao favor faz de Marcelino devedor de Moreira Pinto e de Tristão Ramos. Também tornam-se devedores dos comerciantes do Rio de Janeiro e do barbacenense os senhores Teixeira e Machado.

Quando Marcelino resolveu enviar o filho Camilo para estudar na Europa, ele também mobilizou os comissários do Rio de Janeiro que acionaram seus amigos no sentido de acertarem todo o necessário “conforme as minhas últimas, assim mais lhe remeti a carta que me enviou o meu amigo de São Paulo sobre seu menino e agora lhe rogo quando o quiser mandar queira participar para eu escrever”.⁶⁵³ Marcelino José manteve os filhos estudando fora, Camilo na França e Honório em Ouro Preto, ambos assistidos pelos amigos, ou amigos dos amigos. Da mesma forma, os Armonde também não se furtaram a zelar pelos filhos dos comerciantes do Rio de Janeiro, ou dos amigos e/ou clientes destes, conforme a carta de Moreira Pinto de 1829 para Honório José Ferreira Armonde deixa evidente:

Muito lhe agradeço o trabalho que toma pelo meu peque[no] e lhe rogo me informe o estado de saúde do mesmo e se lhe falta alguma coisa. Incluso encontrará a procuração do nosso Antônio Oliveira para receber seus dividendos da Sociedade Mineralógica da Passagem de Mariana e este lhe roga que cobrando o dividendo em cobre o deixe ficar em seu poder para suprir as despesas de seu menino e basta unicamente participar a quantia recebida.⁶⁵⁴

⁶⁵³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 20 de agosto de 1831.

⁶⁵⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Honório José Ferreira Armonde de Antônio José Moreira Pinto, 10 de julho de 1829.

As contas de *deve e haver* de Honório José com Antônio Moreira Pinto registram alguns dos gastos do mineiro com os filhos de clientes de Moreira Pinto do Rio de Janeiro, além dos gastos com os filhos do comerciante carioca, que estudavam nos colégios de Minas Gerais. Em 1831 ficou anotado o crédito de R\$ 773\$919 “pelas seguidas despesas que tem feito no imperial Seminário do Caraça por minha ordem a ser com os filhos de José da Cruz Castro Aguiar (R\$ 385\$647), com o de José Antônio de Oliveira e Silva (R\$ 338\$029)”.⁶⁵⁵ Em agosto de 1833 o comerciante da Corte creditou R\$ 209\$978 na conta de Honório por “duas contas que me remeteu de despesas que fizeram os meus recomendados no Caraça”.⁶⁵⁶

Os Armonde freqüentemente cuidavam por si ou seus representantes no Rio de Janeiro dos interesses de outros mineiros. Estes cuidados estão anotados tanto nos gastos registrados nas contas de *deve e haver* quanto na documentação trocada entre os comerciantes do Rio e os Armonde. Alguns exemplos destes favores são “despesas da profissão do hábito de Cristo do Reverendo Vigário Joaquim Leandro de Azevedo”;⁶⁵⁷ “a causa do Sargento-Mor Inácio José Rodrigues”;⁶⁵⁸ “despesas com as patentes de Tomaz Rodrigues Milagres”;⁶⁵⁹ e “pelas patentes de Luiz Vasco Cardoso”;⁶⁶⁰ com as “patentes de J. C. Seabra”.⁶⁶¹

⁶⁵⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, 31 de dezembro de 1831.

⁶⁵⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, 21 de janeiro de 1835.

⁶⁵⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, 28 de setembro de 1827.

⁶⁵⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, 21 de janeiro de 1835.

⁶⁵⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, 31 de dezembro de 1831.

⁶⁶⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, 18 de fevereiro de 1829.

⁶⁶¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Conta de Deve e Haver de Honório José Ferreira Armonde com Antônio José Moreira Pinto, 07 de julho de 1828.

Em Barbacena ou em Mariana, os Armonde também se prestavam a resolver os problemas burocráticos para os amigos, seja pagando suas taxas ou representando-os nas causas que moviam ou respondiam. Em novembro de 1837 Manoel Inácio de Mello e Souza escreveu a Marcelino informando que iria entregar ao seu caixeiro a

procuração em que falei e roguei a V^aS^a fazer tratar-me da causa com os intrusos na mesma sesmaria do [Antônio Pinto], desejo V^aS^a faça que os substabelecidos não demorem um só instante além dos prazos marcados na Lei, pois V^aS^a não ignora o transtorno que tais vadios tem causado; espero que satisfaça qualquer despesa que prontamente pagarei.⁶⁶²

4.1.4.2- A pratica do dom na vida pública

No início desta seção observei que os Armonde faziam parte de uma extensa rede de poder, pertencendo ao grupo que estabelecia qual de seus pares iria ocupar os principais cargos políticos – seja na localidade, na província ou no Império. Assim, discordo de Edna Resende que ao analisar a participação política de Marcelino José Ferreira Armonde argumentou que

Marcelino alcançou apenas uma projeção local, tendo sido chefe da Guarda Nacional. O primeiro Barão de Pitangui construiu, na verdade, as bases para a projeção nacional de seu filho Camilo Maria Ferreira, Conde de Prados.⁶⁶³

Esta afirmação representa uma verdade parcial. Creio que, para o caso específico de Marcelino José Ferreira Armonde, somente o desinteresse o manteve afastado dos cargos públicos provinciais e imperiais, tendo optado por

⁶⁶² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Manoel Inácio de Mello e Souza, 08 de novembro de 1837.

⁶⁶³ RESENDE, Edna Maria, op. cit., p. 47 e 158.

permanecer em sua localidade, atuando na mesma e cuidando de perto de seus negócios – multiplicando sua fortuna. No período, Barbacena era importante centro político de Minas Gerais, de lá ele se mantinha a meio caminho entre as capitais da Província e do Império, próximo de seus negócios, tanto os comerciais representados pela venda de Barbacena, quanto dos cafeeiros, nas imediações de Santana do Deserto, onde montou suas propriedades de café. De Barbacena ele se manteve em contato com homens de relevo na política mineira e nacional. É claro que sua herança imaterial – seu prestígio político e influência – abriram os caminhos para o filho e o sobrinho, Camilo Maria Ferreira (do Partido Liberal) e Mariano Procópio Ferreira Lage (do Partido Conservador). Afirimo que embora tenha optado por atuar somente na política local ele alcançou projeção provincial e nacional ao influir nos rumos da política, indicando, apoiando e usando seu prestígio para tornar vencedores aqueles que ele apoiava politicamente. O apoio político, aliás, era uma via de mão dupla, em que se apoiava hoje o candidato dos amigos para que amanhã eles apoiassem os seus.

Alexandre Mendes Cunha afirma que só depois da independência do Brasil é que se abriu espaço para a reprodução de uma elite política local, “capaz de, por exemplo, fazer corresponder a influência econômica com a influência política de um determinado grupo ou de determinada família”.⁶⁶⁴ Flávio Saldanha, remetendo às pesquisas de Jean Philippe Challandres, aponta que durante o período regencial três grupos políticos disputavam o poder:

- a) os “luso-brasileiros” – ligados à tradição e à monarquia portuguesa, menosprezo a D. Pedro;

⁶⁶⁴ CUNHA, Alexandre Mendes, op. cit., p. 179-180.

- b) o “bloco de Coimbra” – mesma formação socioeconômica dos primeiros, mas depositavam respeito e consideração por D. Pedro;
- c) “os nativista”: “congregaria indivíduos para quem o ideal de nação estaria associado com as dimensões de uma região ou, quando muito, de uma província”.⁶⁶⁵

Segundo Saldanha, a este último grupo pertenciam Teófilo Otoni, Evaristo da Veiga, Paula Sousa e Limpo de Abreu, os dois últimos dissidentes do bloco de Coimbra, e Vergueiro e Pedro Antônio da Costa Ferreira, estes trânsfugas do grupo luso-brasileiro.⁶⁶⁶ Note-se que Teófilo Otoni e Limpo de Abreu são parceiros políticos de Marcelino José Ferreira Armonde e que Evaristo da Veiga era redator do periódico *Aurora Fluminense*,⁶⁶⁷ folha assinada por Marcelino José. Deste grupo saíam os representantes do Partido Liberal, que segundo Raymundo Faoro “buscavam estruturar seu poder nas forças locais, certos de que da corte em cinzas, mas ainda fumegante, só viria o despotismo”.⁶⁶⁸ Em outras palavras, é necessário considerar que nos anos que se seguiram à independência estávamos em um Estado em gestação, em que os nacionais alicerçavam seu poder.

A influência política de Marcelino José Ferreira Armonde e o seu capital simbólico podem ser observados nas correspondências trocadas entre ele e os principais nomes da política mineira e imperial. A preocupação de Marcelino com os rumos da política no Brasil estão evidentes tanto nas cartas em que seus

⁶⁶⁵ SALDANHA, Flávio Henrique Dias, op. cit., p. 61.

⁶⁶⁶ Idem, p. 61.

⁶⁶⁷ Idem, p. 56.

⁶⁶⁸ FAORO, op. Cit., p. 303 apud SALDANHA, Flávio Henrique Dias, op. Cit., p. 65.

forneecedores comerciais lhe enviavam dando notícias gerais a respeito dos acontecimentos, quanto na assinatura de vários jornais de circulação nacional, que o permitia estar a par do que acontecia no país. As referências diretas à política, contudo, estão presentes a partir da carta de Tristão Ramos da Silva de 11 de dezembro de 1828. Tristão Ramos se diz feliz com o resultado das eleições em Minas, pois foram nomeados ...

para seus deputados homens probos e amantes da Constituição. Deus permita que aconteça o mesmo em todos os mais Colégios (...) Junto verá a lista dos deputados desta província, nunca se esperava que o povo tivesse tanta energia como teve na escolha de seus representante (...). Em São Paulo teve princípio no dia 8 deste mês, só para o fim ou princípios do ano é que se pode saber alguma coisa, logo que souber lhe farei ciente.⁶⁶⁹

Entre dezembro de 1828 e fevereiro de 1829 Tristão Ramos escreveu várias vezes para Marcelino, sempre informando que não lhe dizia os nomes dos deputados de São Paulo porque ainda não os havia. Somente em 20 de fevereiro ele mandou correspondência com a relação dos deputados paulistas.

Mas o prestígio político de Marcelino José Ferreira Armonde de fato cresceu após 1844. Observe-se que o ano é o mesmo da dissolução do segundo Gabinete Conservador e da volta de um Gabinete Liberal ao poder. Neste ano ele recebeu uma carta do Barão do Bonfim (José Francisco de Mesquita)⁶⁷⁰ pedindo apoio para os senhores Marquês de Itanhaem (Manuel Inácio de Andrade Souto

⁶⁶⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 11 de dezembro de 1828.

⁶⁷⁰ Nasceu em 11 de janeiro de 1790 em Congonhas do Campo, (Freguesia da Villa de Queluz, Bispado de Mariana-MG) e faleceu em 11 de dezembro de 1873. Capitalista abastado. http://www.genealogiafreire.com.br/khl/bio/José_francisco_de_mesquita.htm [acessado 21 de novembro de 2009].

Maior Pinto Coelho)⁶⁷¹, Bernardo Jacinto da Veiga⁶⁷² e Bernardo Belizário Soares de Souza.

Meu amigo e Senhor. Tendo de proceder-se nessa Província a eleição de um senador, sou bastante empenhado para que prevaleça a nomeação dos senhores Marquês de Itanhaem, Bernardo Jacintho da Veiga e Bernardo Belizário Soares de Souza.

O primeiro nome tem figurado sempre no país como uma notabilidade sem mancha, e o elevado cargo que exercia na Corte como tutor de Sua Majestade o Imperador durante sua menoridade, atesta o seu alto merecimento.

Os outros dois candidatos são igualmente bem conhecidos pelos sufrágios que já aí tem obtido em diferentes épocas eleitorais.

Recomendo pois a V^aS^a as três referidas pessoas para que por si e seus amigos nos diferentes Colégios obtenham uma favorável votação, esforçando-se V^aS^a como espero pelo bom resultado deste meu empenho, visto que devem encontrar todos as simpatias, cidadãos de tão reconhecido merecimento.

Contando com a sua amizade e favor acerca do exposto, sou com mui particular estima (grifos nosso).⁶⁷³

Observe-se que Bernardo Jacinto da Veiga para quem o Barão do Bonfim pedia o apoio de Marcelino José é o ex-Presidente de Província de Minas quando da revolução de 1842.

Em abril de 1844 Tristão Ramos da Silva escreveu para Marcelino José Ferreira pedindo seu apoio e proteção para Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça.

Rogo ao meu amigo a sua proteção por si e seus amigos a favor do Ex^{mo} Sr. Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, para que nas próximas

⁶⁷¹ Nasceu em Marapicu (RJ), em 05 de maio de 1782 e faleceu em 17 de agosto de 1867. Foi militar, fazendeiro e político. Foi tutor de D. Pedro II após a prisão de José Bonifácio em 1834. http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_In%C3%A1cio_de_Andrade_Souto_Maior_Pinto_Coelho [acessado em 21 de novembro de 2009].

⁶⁷² Nasceu no Rio de Janeiro em 20 de junho de 1802 e faleceu em 21 de junho de 1842. Foi deputado provincial, presidente da província de Minas Gerais no período 1838-1840 e 1842-1843. Combateu a revolução de 1842. http://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo_Jacinto_da_Veiga [acessado em 21 de novembro de 2009].

⁶⁷³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde do Barão do Bonfim, 20 de abril de 1844.

eleições de deputados possa obter o maior número de votos nesse Colégio; este meu recomendado é pessoa muito conhecida, amigo do Imperador e da Constituição; é digno de representar como deputado por essa importante Província de Minas. Conto certo com o seu favor, que terei em grande consideração (grifos nosso).⁶⁷⁴

Parece-me que havia algum acordo para que Camilo Maria Ferreira Armonde estivesse pelo menos na lista de candidatos, pois em setembro de 1844 João Paulo dos Santos Barreto,⁶⁷⁵ então presidente da Província de Minas Gerais, escreveu para Marcelino dizendo-lhe que

Creio que já V^aS^a terá aí recebido o resultado que da Corte veio definitivamente remetidos aos nossos amigos daqui; houve várias alterações no que estava feito, e conquanto me pareça muito boa esta última combinação, toda via não posso deixar de dizer-lhe que fico um pouco ressentido da mudança do senhor seu filho, pode bem ser que este mesmo fosse feito com inteligência dele.

Agora o que muito importa é que nenhuma outra alteração se faça porque não há mais tempo para se estar a mudar de acordo e a providir os nossos amigos de mais de 100 léguas de distância. Fica tranqüilo pelo que respeita a essa Comarca e outros mais lugares, porque V^aS^a me declara que se empenha de corpo e alma, sendo isto a melhor esperança que me poderia dar.⁶⁷⁶

Além dos pedidos de apoio aos candidatos, a correspondência também deixa evidente a deferência dos políticos ao comerciante barbacenense. Em 1844 João Paulo dos Santos Barreto, presidente da província de Minas Gerais preparando-se para deixar o cargo, escreveu a Marcelino

No dia 17 parto desta capital para a Corte e pretendo até 23 ou 24 achar-me nessa cidade, onde receberei suas ordens em despedida.

⁶⁷⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 04 de abril de 1844.

⁶⁷⁵ Nasceu no Rio de Janeiro em 28 de abril de 1788 e faleceu em 1864. http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Jo%C3%A3o_Paulo_dos_Santos_Barreto [acessado em 21 de novembro de 2009]. Foi duas vezes Ministro da Guerra (1846 e 1848)

⁶⁷⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de João Paulo dos Santos Barreto, 5 de setembro de 1844.

Estou persuadido que durante minha administração tive o maior cuidado em dar a V^aS^a provas de amizade e consideração e se em alguma coisa houve de minha parte alguma omissão, estou certo que me acreditará que não foi por intenção que por isso eu tivesse.

Amanhã toma posse da Presidência o nosso bom amigo o sr. Quintiliano José da Silva, ele deseja corresponder-se familiarmente com V^aS^a e eu lhe afiançei que o pode fazer francamente, por que sei quais são as qualidades invariáveis de V^aS^a⁶⁷⁷.

A carta expressa não somente a consideração de João Paulo dos Santos Barreto para com Marcelino como também prepara o terreno para que as mesmas relações de cooperação e reciprocidade fossem mantidas com o sucessor, Quintiliano José da Silva.⁶⁷⁸ Já em julho de 1845 o novo Presidente da Província, solicitou a Marcelino que usasse de seu prestígio para contribuir com um resultado positivo na eleição de Antônio Paulino Limpo de Abreu para deputado.

Na conformidade das ordens, que foram expedidas pelo Governo, tem o Colégio Eleitoral desta Província de reunir-se no dia 19 de outubro próximo futuro a fim de eleger um deputado que, na forma da Constituição, preencha a vaga, que na respectiva Câmara deixou o exmo Sr. Conselheiro Antônio Paulino Limpo de Abreu com que o honrou a confiança de SM o Imperador.

Desnecessário parece recomendar a V^aS^a a reeleição do sábio Ministro, que a tão pouco tempo sufragado pelos mineiros e elevado a seu primeiro representante mereceu constantemente por seus talentos, patriotismo e probidade ter a glória de ser o presidente da sua Câmara donde o tirou a escolha do Monarca, mas para o que se não julgue que sou indiferente em negócio de tanta importância, dirijo-me a V^aS^a para rogar-lhe que usando da bem merecida influência de que goza, empenhe todas as forças a fim de que o Sr. Limpo de Abreu tenha todos os votos no Colégio, ou Colégios, em que V^aS^a puder influir, ou por si, ou por seus amigos.

⁶⁷⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de João Paulo dos Santos Barreto, 15 de dezembro de 1844.

⁶⁷⁸ Nasceu no arraial de Curral del Rei (Freguesia de Sabará- MG), em 23 de dezembro de 1802 e faleceu em 1889. Foi presidente da Província de Minas Gerais de 1844 a 1847. http://pt.wikipedia.org/wiki/Quintiliano_Jos%C3%A9_da_Silva [acessado dia 21 de novembro de 2009].

Espero merecer-lhe este obséquio, ficando V^aS^a na certeza de que além do serviço que presta ao nosso país, faz particular favor (...) (grifos nosso).⁶⁷⁹

Não só os correligionários pediram apoio para a reeleição de Limpo de Abreu, ele também se dirigiu a Marcelino solicitando seu apoio e intervenção junto aos amigos. A carta de Antônio Paulino Limpo de Abreu – ex-companheiro de luta na Revolução Liberal de 1842 e ex-magistrado em São João del Rei – demonstra as relações entre ambos. Ao mesmo tempo em requer apoio para o sufrágio que iria ocorrer, ele agradece pelas felicitações recebidas por sua nomeação para o Ministério.

Acuso recebida a prezada carta de V^aS^a de 23 de junho findo e muito lhe agradeço os parabéns que me dá por me haver S. M. chamado para Ministro da Coroa.

Certo do dia marcado para eleição pela vaga que deixei na Câmara dos deputados, me apreço a agradecer-lhe também os seus esforços e o dos nossos amigos pela minha reeleição, a não contar com eles não deixaria um lugar para mim tão honroso qual o de representante da Nação pela Província de Minas Gerais.

Aqui fico como sempre às suas ordens e desejando ter ocasião de mostrar-lhe que sou⁶⁸⁰

Em 1846 na eleição para senador, novamente Marcelino foi lembrado pelos amigos. Desta feita foi Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça quem pediu apoio para a lista tríplice com os nomes de Antônio Paulino Limpo de Abreu, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha⁶⁸¹ e José Joaquim Fernandes Torres⁶⁸²

⁶⁷⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Quintiliano José da Silva, 01 de julho de 1845.

⁶⁸⁰ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Paulino limpo de Abreu, 08 de julho de 1845.

⁶⁸¹ Nasceu em Cocaís (MG) em 1792 e faleceu na mesma localidade em 1869. 1º Barão de Cocaís (1855), Coronel do Exército; Veador da Casa Imperial; Deputado-geral do Império pela província de Minas Gerais em quatro legislaturas sucessivas (1830-1848). Em 1842 foi aclamado governador interino de Minas Gerais; empresário da mineração, fundou a Companhia de Mineração Brasileira

Estimarei que tenha gozado saúde. Vai se proceder nessa Província a nomeação de um senador pela vaga que deixou o Conselheiro João Evangelista de Faria Lobato. Entre os nossos amigos se assentou que fossem contemplados na lista tríplice os senhores Antônio Paulino Limpo de Abreu, José Feliciano Pinto Coelho da Cunha e José Joaquim Fernandes Torres; é desnecessário dizer as boas qualidades destes senhores e os seus serviços, eles são bem conhecidos de V^aS^a e por isso espero que V^aS^a não duvidará trabalhar em favor destes candidatos, e conto com toda a votação desse Colégio (grifos nosso).⁶⁸³

E para a mesma vaga, também solicitou o apoio do barbacenense o senhor Barão de Sabará (Manuel Antônio Pacheco).⁶⁸⁴

Tendo de se proceder a eleição de um senador, que preencha a vaga deixada pelo finado conselheiro João Evangelista de Faria Lobato, e concorrendo na pessoa do exmo Conselheiro Antônio Paulino Limpo de Abreu, os necessários requisitos para bem desempenhar tão elevado emprego, não só pelos seus vastos e não vulgares conhecimentos parlamentares, e governativos, como por os serviços prestados a Nação desde a nossa emancipação política, o que ninguém ignora, é por isso que o proponho a V^aS^a e aos seus amigos a fim de que na dita eleição obtenha a totalidade de votos no Colégio desse município.

Inculcando a V^aS^a tão conspícuo cidadão nada mais faço do que apresentar-lhe os méritos personalizados para ser galoado (sic) com os sufrágios universais, não só para maior brilho da Câmara vitalícia como para a Glória dos amigos e sustentadores do sistema monárquico-constitucional. Certo pois do patriotismo de V^aS^a e confiado na sua bondade, conto que V^aS^a empregará todos os esforços e a sua bem conhecida influencia para que prospere a eleição de tão ilustre Candidato, o que é mister para a paz, tranqüilidade e segurança do nosso país, pelo que serei a V^aS^a eternamente grato.

Para quanto for do serviço de V^aS^a aqui me tem as suas ordens por ser com particular estima.⁶⁸⁵

da Serra de Cocais, em associação com os ingleses da National Mining Co. (1833) <http://genealogia.netopia.pt/1180/pessoas.php?id=1049699> [acessado dia 21 de novembro de 2009].

⁶⁸² Nasceu em Mariana em 1797 e faleceu em 1869. Foi deputado provincial, deputado geral, presidente de província, ministro do Império, ministro da Justiça e senador do Império do Brasil de 1862 a 1863. http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Joaquim_Fernandes_Torres [acessado dia 21 de novembro de 2009].

⁶⁸³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, 08 de julho de 1846.

⁶⁸⁴ http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Ant%C3%B4nio_Pacheco [acessado dia 21 de novembro de 2009].

Em 1849 na eleição para a escolha dos 20 deputados da Província, os políticos mineiros se articularam para garantir o sufrágio do grupo de seus interesses. Marcelino, já Barão de Pitangui (o primeiro), foi, como sempre, procurado pelos interessados, a exemplo de Antônio dos Reis Silva Rezende e Urbano dos Reis Silva de Rezende, Joaquim Candido [Passos] de Meirelles e também de outro interessado, cujo nome não foi identificado, segundo os documento abaixo transcrito:

Ilmo e Exmo Sr. Barão de Pitangui

Segundo a circular que recebemos dos nossos amigos Ottoni, Dias de Carvalho e Marinho, temos de organizar para Colégios a proposta aos 20 deputados desta Província, a fim de serem incluídos na chapa do nosso lado os que obtiverem a maioria dos sufrágios dos diferentes colégios consultados. Para tanto vamos recomendar-lhe a inclusão do nome do nosso amigo Olimpio Carneiro Viriato Catão,⁶⁸⁶ a fim de ser agora reparada a injustiça outrora feita de ser excluído da depu[ileg.] Contamos que V^aS^a concorrerá para que o seu nome seja incluído na proposta dos cidadãos influentes desse colégio e dos mais que lhe ficam próximos seus serviços são conhecidos e nos esperamos que V^a.Ex^{cia}. Nos fará a graça de tomar a seu cargo esta candidatura, certo de que lhe faremos outro tanto de algum seu recomendado (grifos nosso).⁶⁸⁷

E

Por ocasião de formarmos a chapa ou proposta dos 20 deputados por esta Província, a que somos convidados pela circular dos nossos amigos Ottoni, José Pedro e Marinho em data de 31 de março, eu vou rogar a V^a Ex^{cia} para que não deixe de ser incluído na proposta desse Colégio o nome de nosso amigo Olimpio Carneiro Viriato Catão, cuja aptidão e serviços são notórios a todos nós, pois eu tomo como minha a sua

⁶⁸⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça, 31 de agosto de 1846

⁶⁸⁶ Nasceu em Itabira do Campo, 1803 e faleceu no Espírito Santo em 1858. <http://engine.rodovid.org/wk/Person:5061> [acessado dia 21 de novembro de 2009].

⁶⁸⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio dos Reis Silva Rezende, 07 de abril de 1849.

candidatura e espero merecer-lhe este obséquio; para quando for do seu serviço achará pronto pois(...).⁶⁸⁸

E ainda,

Não tendo os nossos amigos aqui residentes, por convite de nossos aliados, querido tomar sobre si a responsabilidade da formação de uma chapa contendo os nomes dos candidatos que mais probabilidades ofereçam de ser eleitos deputados pela oposição à próxima legislatura, esperando que os nossos correligionários residentes na Província, que gozam nela de sua justa influencia, combinando entre si os nomes de 20 candidatos à Deputação, dentre os que mais dignos lhes parecessem do sufrágio dos mineiros, lhes enviassem até o fim de junho as listas de seus nomes para aqui serem apurados e remetidos para todas as partes da Província antes do dia designado para a eleição, e sabendo eu quanto pode V^a Ex^{cia} influir no animo de nossos co-provincianos para conseguir o triunfo de nossa opinião ousei apresentar-me a V^a Ex^{cia} para que no caso de julgar-me digno de continuar a representar nossa Província, sustentando os nossos princípios e correndo todos os perigos, a que estão sujeitos os amigos da liberdade e portanto do país, se digna de influir para que meu nome seja um dos que mereçam ser inscritos na lista que deve vir do seu distrito eleitoral, na certeza que será para mim de grande satisfação, quando dificuldade haja em minha reeleição, que outro mais digno do que eu, venha concorrer com suas luzes, patriotismo e firmeza de princípios para o triunfo da causa, porque pugnamos.⁶⁸⁹

Parece-nos que por volta de 1848-49 Marcelino José Ferreira Armonde abandonou o Partido Liberal para apoiar os Conservadores, pelo menos é que a leitura da carta assinada por Antônio Barroso Pereira,⁶⁹⁰ datada de 1849, nos dá a entender:

Por esta ocasião lhe dou os parabéns de haver abandonado essa gente que teve a habilidade de o iludir por algum tempo, e de tornar a unir-se ao partido verdadeiramente Monárquico Constitucional do Brasil, eles agora

⁶⁸⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de s/i, 10 de março de 1849. Sem assinatura e sem envelope.

⁶⁸⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Joaquim Candido [Passos] de Meirelles, 6 de abril de 1849.

⁶⁹⁰ Nasceu em Paraíba do Sul em 1792 e faleceu em Petrópolis em 1862. Foi Barão e Visconde de Entre-Rios - um fazendeiro e político, proprietários de muitas fazendas na região de Três Rios. Foi vereador por Paraíba do Sul diversas vezes e sargento-mor de milícias. http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Barroso_Pereira [acessado dia 21 de novembro de 2009].

em Pernambuco tiraram a máscara e bem claramente manifestaram o que querem estabelecer entre nós, que são as delícias da anarquia e do comunismo, e agora depois do revés que sofreram alguns dentre eles voltam os olhos para essa Província de Minas, nossa cara pátria, que Deus permita abrir-lhes os olhos para verem o [2º] laço que lhes armam meia dúzia de ambiciosos sem prestígio, e só elevados por intrigas, o patronato que agora por que tornam a ver fugir-lhes o poder para o qual para nada prestam, que se torne a sublevar a Província como em 1842 para restituí-los às posições que não sabem exercer, seria isso irrisório se meus patrícios caírem em tal, pois que bem caro lhes tem custado a [primeira] experiência com o estrago que a província tem tido de então para cá.⁶⁹¹

Talvez por ter se desentendido com os interesses dos liberais, Marcelino tenha deixado de apoiá-los. Cabe lembrar que uma série de questões delicadas estavam em debate desde os anos anteriores, a exemplo da pressão inglesa pelo fim do tráfico negreiro e da lei de incompatibilidade do senado. A indicação de Chichorro da Gama para presidente da Província da Pernambuco, facilitando a ação dos liberais radicais (“praieiros”) e as agitações contra o poder dos latifundiários. Face a estes fatos, os conservadores declaravam que o governo de Chichorro favorecia a “anarquia”. Como latifundiário, comerciante negreiro e potentado local, Marcelino por certo desaprovava tais acontecimentos, que eram inversos aos seus interesses pessoais..

Rico e influente na sociedade mineira e brasileira da primeira metade do século XIX, Marcelino José Ferreira Armonde teve coroada a sua trajetória de sucessos e glórias ao ser nomeado Barão de Pitangui, passando a pertencer ao seleto grupo de pessoas que desfrutavam dos privilégios da Corte e do Imperador. Esta conquista ele pode ostentar a partir de 1848, quando recebeu o título de

⁶⁹¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Barroso Pereira, 04 de março de 1849.

Barão de Pitangui (o primeiro), conferido pelo decreto de 11 de outubro de 1848.⁶⁹² Sua riqueza e prestígio, assim como sua herança imaterial fez também de seus filhos, todos nascidos de uma mulher com a qual ele nunca se casou, nobres do império.

4.2- Bastardos Nobres: a família Armonde e a nobreza Imperial

Ilmo Sr. Juiz Municipal deste Termo

Diz Marcelino José Ferreira Armonde, proprietário e residente nesta cidade que tendo tido de uma mulher solteira, com quem não havia impedimento algum de parentesco para casar-se, e cujo nome se omite por decência, três filhos de nomes doutor Camilo Maria Ferreira, Camila Francisca de Assis, Honório Augusto José Ferreira, que alimentou e educou como próprios e legítimos competentemente, para que, como se nascidos fossem de legítimo matrimônio, possam suceder-lhe em testamento ou abintestado herdando os seus bens, receber doações, gozar todos os direitos, honras e privilégios, que por ventura o suplicante tenha, ou venha a ter, e que, conforme as Leis do Império, são outorgadas aos filhos legítimos (...) por isso como tais os reconhece na escritura que junto se oferece, implorando a concessão da legitimação, para que se sane qualquer defeito que por direito tolha, ou impeça aos seus referidos filhos de serem considerados tais, e gozarem todos os direitos e privilégios acima mencionados.⁶⁹³

O texto acima representa e legaliza o desejo de Marcelino José Ferreira Armonde, no ano de 1847, aos 62 anos, de legitimar e instituir legítimos herdeiros aos três filhos vivos, frutos de um longo relacionamento afetivo informal. Marcelino José Ferreira Armonde teve dez irmãos e uma irmã, em uma família em que o

⁶⁹² LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit. e ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto e. op. cit., 1988.

⁶⁹³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Escritura de perfilhação, 1847.

celibato foi predominante. De todos os seus irmãos somente Mariano José Ferreira e Manoel Inácio Ferreira se casaram perante a Igreja, e apenas o primeiro teve filhos do matrimônio. Quanto aos demais, se houve descendência ilegítima não podemos afirmá-lo, embora as verbas testamentárias de alguns dos irmãos de Marcelino José Ferreira Armonde contenham indicativos dessa possibilidade, conforme analisado no capítulo dois.

A mulher, cujo nome então se omitia “por decência”, já à época, não era segredo, sabia-se quem era. Seu nome era Possidônia Eleodora (ou Leodora) Marques da Silva, filha legítima do **Capitão** Joaquim Marques da Silva e sua esposa dona Floriana Augusta Menezes e Castro, nascida em Barbacena no dia primeiro de março de 1789 e falecida na mesma localidade em 1875.⁶⁹⁴

O pai de dona Possidônia, o Capitão Joaquim Marques da Silva, era natural da freguesia da Sé, no Rio de Janeiro, filho legítimo de Damião Marques da Silva e dona Joana Maria da Conceição.⁶⁹⁵ Sabe-se que ele morava em Barbacena pelo menos desde 1785, quando se casou com dona Floriana Augusta, no dia 24 de novembro.⁶⁹⁶ Joaquim Marques era homem de certa distinção, uma vez que ostentava o título de Capitão, e pode ser considerado um dos “nobres da terra”, visto que em 1791 ele estava entre os que assinaram o requerimento para a

⁶⁹⁴ **ARQUIVO DA CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE MARIANA**, Paróquia de Barbacena- MG - livro D-18, fls. 367v - Aos 12 de abril de 1789, foi batizada Possidônia, filha legítima de Joaquim Marques da Silva e de Floriana Augusta de Menezes. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. cit. e Descendentes de Capitão Joaquim Marques da Silva. Primeira Geração. <http://www.arvore.net.br/> [acessado em 04 de outubro de 2009].

⁶⁹⁵ **AHPAJS**- inventário de Joaquim Marques da Silva, caixa 66, nº de ordem 28, 1806.

⁶⁹⁶ Descendentes de Capitão Joaquim Marques da Silva. Primeira Geração. <http://www.arvore.net.br/> [acessado em 04 de outubro de 2009].

criação da Vila de Barbacena.⁶⁹⁷ Ele foi escrivão, conforme atestam os documentos de carta de doação de sesmaria que foram analisados nos capítulos anteriores, nos quais ele assina nesta condição.

A mãe de Possidônia, dona Floriana Augusta Menezes e Castro, nasceu no dia sete de agosto de 1765. Ela era filha espúria do padre Floriano Pitta de Castro e foi criança exposta em casa de terceiros. O casal Joaquim Marques e Floriana Augusta teve onze filhos, dos quais somente cinco sobreviveram ao pai, falecido em Barbacena no dia nove de julho de 1806.⁶⁹⁸ Eram eles: Balbina Bebiana da Silva (1787-1849) – casada com o Alferes João Furtado de Figueiredo – Possidônia Eleodora Marques da Silva (1789-1875), o Major Antônio Marques Pereira (1792-1862), Maria Carlota Inofreda de Castro (1798-1878) – que se casou com Martinho Gonçalves de Faria, filho natural de Violante Maria do Sacramento⁶⁹⁹ – e Francisco Marques da Silva.

Quando o Capitão Joaquim Marques da Silva faleceu, em 1806, ele deixou bens avaliados em R\$ 2:553\$753 (£ 781,355). Compunha a herança 11 escravos, dos quais sete tinham idades iguais ou inferiores a 11 anos, sendo que dos adultos três eram mulheres e um era homem; uma morada de casas ao lado da matriz, com quintal grande; alguns objetos de uso de ouro e prata; trastes de casa e créditos a receber. A situação da família, todavia, não ficou nada confortável. No inventário o escrivão declarou, em 13 de julho de 1806 que “Não

⁶⁹⁷ Cf. a lista dos assinantes esta em: REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (versão digital). Autos de criação da Vila de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes, vol. 1, ano 1896, jan.:Marc., fascículo 1: IMPRENSA Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto, p. 119-127, Cd. N. 001, pasta 01, imagens 66-70.

⁶⁹⁸ Descendentes de Capitão Joaquim Marques da Silva. Primeira Geração. <http://www.arvore.net.br/> [acessado em 04 de outubro de 2009].

⁶⁹⁹ **AHPAJS** - inventário de Joaquim Marques da Silva, caixa 66, nº de ordem 28, 1806.

quero nada pelas custas vencidas e as que se vencerem neste inventário pela pobreza da herança, na partilha se não atenda às referidas custas”.⁷⁰⁰ Em 1816 os filhos assinaram uma declaração que nada queriam receber dos remanescentes da terça deixada pelo pai, pois do inventário ficaram dívidas incobráveis.⁷⁰¹ Subtraídos as dívidas restaram R\$ 2:324\$348, cabendo à viúva meeira R\$ 1:162\$874 e recebendo cada filho, de legítima paterna, R\$ 229\$385.

A viúva foi a tutora dos filhos menores. Bibiana já estava casada quando o pai faleceu, Maria Carlota se casou em 1814 e Possidônia solicitou emancipação através de justificação de capacidade em 1809,⁷⁰² quando contava 20 anos. A jovem Possidônia requereu justificação de capacidade para “tomar conta do que lhe pertence e bem administrá-los”. Três testemunhas distintas juraram no processo, declarando reconhecer na justificante plena capacidade para gerir seus bens e sua pessoa, eram elas o Capitão Mor das Ordenanças do Termo Francisco José Alves Braga, o Alferes João Antônio Rodrigues e o Alferes Gregório José da Costa Ferreira.⁷⁰³

Em que circunstâncias Possidônia se envolveu com Marcelino José Ferreira Armonde e como foi o relacionamento entre eles pouco sabemos, mas com certeza não viviam juntos, embora não houvesse impedimento canônico para uma união legal existia um desnível econômico entre ambos, conforme se percebe da análise dos bens do pai de Possidônia.

⁷⁰⁰ Idem, fls. 13v.

⁷⁰¹ Idem, documento juntado.

⁷⁰² ⁷⁰² **AHPAJS** - Justificação de Capacidade, Justificante Possidônia Eleodora Marques da Silva, código 2SVC, caixa 56, nº de ordem 11, ano 1809.

⁷⁰³ Idem.

Na escritura de perfilhação que iniciou este capítulo Marcelino José Ferreira Armonde reconheceu e legitimou três filhos – Camilo, Honório e Camila –; mas além destes a relação com Possidônia lhe deu mais dois filhos, falecidos antes de 1847, Clotilde Francisca de Assis e Lino Ferreira de Assis. Camilo era o mais velho dos filhos de Marcelino José Ferreira Armonde e Possidônia Eleodora Marques da Silva. O menino foi exposto em casa de dona Felizarda Maria Francisca de Assis – mãe de Marcelino José Ferreira Armonde, portanto sua avó paterna – e foi solenemente batizado na Capela do Registro Velho, em Barbacena, pelo padre Francisco Ferreira Armonde (seu tio), no dia 14 de agosto de 1815, sendo seu padrinho Antônio Ferreira Armonde (seu tio).⁷⁰⁴ Também Lino, o mais jovem, foi criança exposta na casa do tio materno o Major Antônio Marques da Silva Pereira,⁷⁰⁵ que por longos anos foi caixeiro e administrador de Marcelino José Ferreira Armonde⁷⁰⁶ e que figura entre as grandes fortunas de Barbacena.⁷⁰⁷ Honório Augusto era afilhado do tio materno Antônio Marques Pereira.⁷⁰⁸

Embora tenham sido registrados como expostos na casa de parentes, Camilo na casa da avó e Lino na casa do tio paterno, as crianças voltaram a residir na companhia da mãe. No censo de 1831 – Quadro 4.3 – , com exceção de

⁷⁰⁴ **CÚRIA ARQUIDIOCESANA DE MARIANA**, Paróquia de Barbacena, microfilme 1252366, Livro Nº 2 (1813-1821) – Fl. 235 – Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. Cit..

⁷⁰⁵ RESENDE, Edna. Op. cit. p. 162.

⁷⁰⁶ Do acervo particular da fazenda Santa Sofia constam diversas correspondências em que Antônio Marques assina como caixeiro de Marcelino José Ferreira Armonde.

⁷⁰⁷ RESENDE, Edna. op. cit.

⁷⁰⁸ Em correspondência encaminhada a Antônio Marques, em abril de 1843, Honório o chama de padrinho. **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Correspondência enviada por Honório Augusto Ferreira Armonde a Antônio Marques Pereira da Silva, 15 de abril de 1845.

Camilo, o mais velho, os demais filhos de Possidônia e Marcelino se encontravam no fogo materno.

QUADRO 4.3-
Relação dos moradores no fogo de
Possidônia Eleodora Marques da Silva – 1831-1832

Listas nominativas de Minas Gerais, 1831-1832							
fogo	Relação com o chefe	raça	condição	idade	Estado civil	ocupação	nome
16	100	1	1	40	1	45	POCIDONIA LEODORA
16	370	1	1	13	1	45	CLOTILDE
16	370	1	1	12	1	0	CAMILLA
16	370	1	1	11	0	0	HONÓRIO
16	370	1	1	1	0	0	LINO
16	900	3	2	55	1	0	FELICIDADE
16	900	6	2	20	1	0	GRACIA
16	900	6	2	16	1	0	JOAQUIMNA
16	900	0	2	10	0	0	ERMENIA
16	900	6	2	10	0	0	CLEMENCIA
16	900	6	2	16	1	0	JOAQUIMNA
16	900	4	2	16	1	0	MERENCIANNA
16	900	4	2	12	0	0	RAIMUNDO
16	900	3	2	99	0	0	BRAZ

Fonte: Lista Nominativa de Habitantes do Termo de Barbacena, 1831-1832, consultada a partir da base de dados elaborada pela professora Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/UFMG.

Legenda:

Relação com chefe: 100- chefe do fogo; 370- enjeitados; 900- escravo.

Condição: 1- livre; 2- escravo.

Raça: 1- branco; 3- crioulo; 4- pardo; 6-africano.

Estado civil: 0- não consta; 1- solteiro.

Ocupação: 0- não consta; 45- costureira.

Observem que no Quadro 4.3, na Lista Nominativas de 1831, que o menino Lino contava apenas um ano de idade, o que indica que a relação entre Marcelino e Possidônia perfez, no mínimo, o período 1814-1830, uma vez que Camilo nasceu em 1815 e Lino em 1830. A ausência de Camilo no fogo da mãe se explica porque ele estava se preparando para ir estudar em Paris, para onde

seguuiu em maio de 1832. No censo de 1831 todos os filhos de Marcelino José Ferreira Armonde e Possidônia Eleodora da Silva, presentes no domicílio materno, constam com a condição de “enjeitados”. Possidônia e a filha Clotilde aparecem com a profissão de costureiras. A casa contava com a presença de nove cativos, um deles em idade bastante avançada, dos quais sete eram do sexo feminino.

Possidônia Eleodora da Silva faleceu em 1876 e deixou testamento solene, redigido em 1870.⁷⁰⁹ Seu inventário nos revela que ela soube administrar satisfatoriamente os bens que lhe ficaram da herança paterna – R\$ 229\$385. Por ocasião de sua morte, ela deixou um monte mor estimado em R\$ 43:707\$870. É verdade que havia muitas dívidas, algumas insolváveis, sendo o monte líquido de R\$ 4:687\$266.⁷¹⁰

No testamento, já nas primeiras linhas, ela declarou que “Sou solteira e tenho filhos, os quais são Camilo, Honório e Camila”.⁷¹¹ O nome do pai de seus filhos não foi mencionado. O testamento de Possidônia enuncia mistérios que não conseguimos decifrar. Dentre os legados, deixou uma apólice da dívida pública para o “patrimônio de Marcelino José Ferreira, estudante na Serra do Caraça. Declaro mais, que deixo a casa em que eu moro, com os terrenos respectivos que lhe fazem fundos, para a parda Emerenciana, mãe de Marcelino José Ferreira”. O Marcelino José Ferreira em apreço era pardo e fez-se padre, filho de Emerenciana, provavelmente a mesma “Merenciana” que consta da lista de família

⁷⁰⁹ **AHPAJS**, Testamentária. Testadora: Possidônia Leodora da Silva. Testamenteiro: Visconde de Prados. Código 1SVC, cx-58, ordem 5, 26 de abril de 1877.

⁷¹⁰ **AHPAJS**, inventário de Possidônia Eleodora da Silva, 1876, caixa 76, ordem 01, código 2 SVC.

⁷¹¹ **AHPAJS**, Testamentária. Testadora: Possidônia Leodora da Silva. Testamenteiro: Visconde de Prados. Código 1SVC, cx-58, ordem 5, 26 de abril de 1877.

de 1831-1832 (Quadro 4.3), então com 16 anos. Não nos foi possível saber se o nome foi uma homenagem a um benfeitor ou se revela relações íntimas. Mas este não é o único mistério do testamento de dona Possidônia, ela ainda nos legou outro enigma, deixou uma “carta de consciência”, que

se considerará como parte integrante deste meu testamento. As disposições que deixo nesta carta ficarão em segredo entre meu testamenteiro e meus filhos, durante a vida daquele, o qual providenciará no exato cumprimento dessas minhas disposições secretas como porém alguns de meus filhos se oponhas, o que não espero da amizade que me dedicaram em vida então quebrará [o silêncio e revelando o segredo] pois que a Justiça do Pais decidam como entenderem.⁷¹²

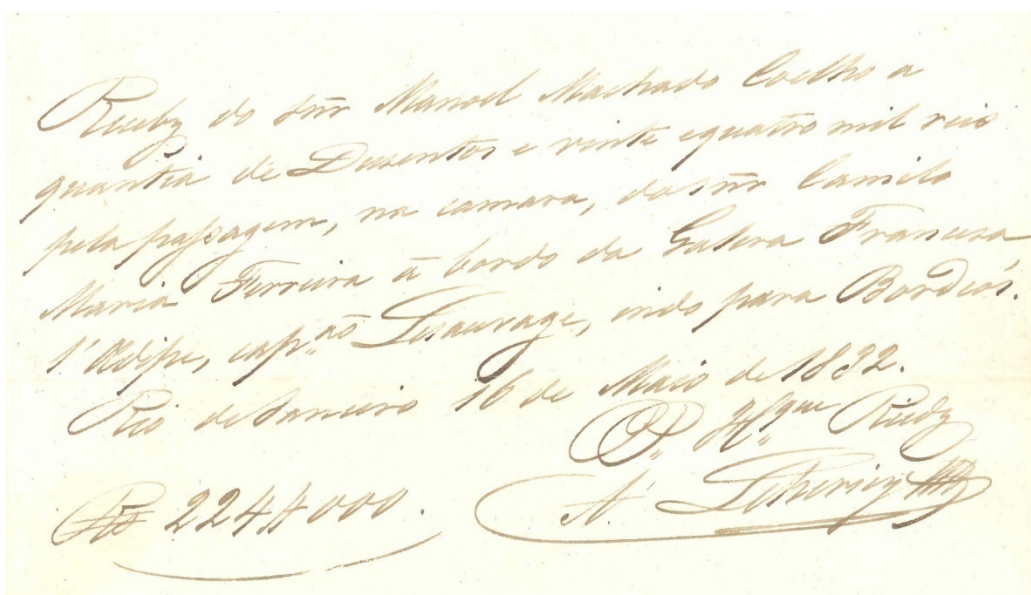
Provavelmente a carta justifique as razões dos legados para o pardo Marcelino José Ferreira e sua mãe Emerenciana, ou, quem sabe, dê explicações aos filhos a respeito de sua conduta. Creio que todos respeitaram o seu desejo constante da carta de consciência, uma vez que não há nenhum questionamento junto aos documentos que acompanham a testamentária e o inventário, mas é certo que o silêncio poderia ocultar escândalos que a ameaça velada da última frase deixaram suspensos.

Não restam dúvidas de que Marcelino José Ferreira Armonde de fato amparou, alimentou e educou os filhos. Primeiramente ele mandou os filhos homens estudar na capital da Província, depois os encaminhou para a Europa. Camilo foi para Paris, onde estudou medicina, e Honório Augusto foi para Roma, com a intenção de fazer-se padre. Alexandre Mendes Cunha observou que era bastante comum que os filhos da elite fossem introduzidos às primeiras letras com tutores ou professores particulares e depois davam continuidade aos seus estudos

⁷¹² Idem, fls. 4f/v.

em estabelecimentos conduzidos por religiosos, antes de seguirem para os cursos superiores na Europa ou nas escolas superiores no Brasil. No caso de Camilo Maria Ferreira, em 1831 ele estava estudando com o “poderoso político mineiro, Cônego Antônio José Ribeiro Bhering”.⁷¹³ Em maio do ano seguinte (1832), Camilo embarcou para a França, aos 17 anos, conforme atestam os recibos de sua passagem e da mesada que o representante comercial de Marcelino Ihe entregou (imagem 4.6 e 4.7).⁷¹⁴

**IMAGEM 4.6 –
Recibo da passagem de Camilo Maria Ferreira na galera francesa – 1832**



Recibó do Sr. Manoel Machado Coelho a
quantia de Duzentos e vinte e quatro mil reis
pela passagem, na camara, do Sr. Camilo
Maria Ferreira a bordo da Galera Francesa
l'Esper, cap. do Saurage, indo para Bordéus.
Rio de Janeiro 22 de Maio de 1832.
R\$ 224.000. O. M. de Berville

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibo, 22 de maio de 1832.

⁷¹³ CUNHA, Alexandre Mendes, op. cit, p. 163.

⁷¹⁴ ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibo, 22 de maio de 1832.

IMAGEM 4.7 –

Recibo de dinheiro para ser entregue a Camilo Maria Ferreira em Paris - 1832

Recibo do Sr. Manoel Machado Coelho a
Quantia de dois centos mil reis em notas do
Banco pelas mesadas que fui de mandar dar
em Paris ao Sr. Camilo Maria Ferreira,
e isto em conformidade da sua carta desta dia.
Rio de Janeiro 16 de Maio de 1832.
M. Machado Coelho
A. Thuriar

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibo, 16 de maio de 1832.

Logo após chegar a Paris Camilo Maria Ferreira escreveu ao pai, a quem chamou de “padrinho”, contando da viagem, de suas impressões, das saudades e pedindo aumento na mesada.

Meu Padrinho e Sr. do C.

Paris, 16 de Agosto de 1832

Primeiramente desejo saber da sua saúde, pois é a primeira coisa a que se inclinam os meus cuidados, pois me é mais apreciável que a minha vida.

E quanto a minha viagem foi a pior que se pode imaginar, até a mesma fome me perseguiu a ponto de gastar todo o dinheiro que trouxe para as minhas despesas em Bordô, por isso mesmo que estava a perto de 3 meses no mar, por causa do mau tempo que tivemos.

A peste aqui tem sido tão forte que só em Paris são mortos em pouco 200 a 300 mil almas.

E quanto ao sossego há algum por isso muito que aqui reinam os mesmos [partidos] que no Brasil.

A respeito de mesadas, o Sr. Machado pode dizer-lhe tudo que se há passado.

Muitas e muitas recomendações a minha mãe a quem eu escreverei por outra ocasião mais oportuna.

No mesmo lance-me a sua benção

Sou o seu f. do C[filho do Coração]

Camilo⁷¹⁵

O representante comercial que recebia as cartas de Camilo, as encaminhava para Marcelino José Ferreira Armonde e vice-versa e cuidava do envio do dinheiro para Paris era Manoel Machado Coelho, que viria a ser o marido de sua sobrinha Mariana – irmã de Mariano Procópio Ferreira Lage e filha de Mariano José Ferreira Armonde. Em missiva enviada a Marcelino José Ferreira Armonde no dia 21 de dezembro de 1832, Machado Coelho escreveu ao negociante barbacenense informando que havia recebido nova carta de Camilo, pedindo que a mesada fosse aumentada para 300 ou 350 francos e que lhe enviasse o valor o mais rápido possível. Machado Coelho opinou que 300 francos seriam justos, e que ele poderia providenciar o envio do dinheiro e prover para que houvesse sempre fundos em poder do correspondente na França, para que nada faltasse ao jovem estudante.⁷¹⁶ Em novembro do mesmo ano, Machado Coelho já havia consultado Marcelino a respeito do pedido de Camilo Maria sobre o aumento de mesadas e opinado que julgava que este acréscimo era necessário e que

me parece que o senhor Camilo não gastará mais do que o preciso. Contudo, V. Mercê dirá o que for de sua vontade, ele tem uma ordem, além da mesada para três mil francos que nesta pedi a Carlos Cornas,

⁷¹⁵ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Camilo Maria Ferreira, 16 de agosto de 1832.

⁷¹⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Manoel Machado Coelho, 21 de dezembro de 1832.

prevenindo não houvesse falta da casa aonde foi recomendado. Vejo o que Vossa Mercê diz de que estudantes não há dinheiro que lhes chegue.⁷¹⁷

Durante os anos em que Camilo Maria Ferreira estudou e viveu na França, entre 1832 e 1838, diversas remessas de dinheiro lhe foram feitas. O cambista no Rio de Janeiro foi Riedy Lory & Schericy e o pagante em Paris foi Opperman, sendo os recebedores das ordens de pagamento Monneron Dupin et fils, de Nantes. A remessa mais antiga localizada no acervo particular da família data de 13 de outubro de 1832, e corresponde a R\$ 206\$250, regulando o câmbio do franco.à razão de \$275 – ou seja, foram enviados 750 francos. A última remessa para a qual temos registro tem a data de 11 de dezembro de 1837, correspondendo a R\$ 532\$000 ou 900 francos.⁷¹⁸ Finalmente, há um recibo de Riedy Lory & Schericy para Manoel Machado Coelho, relativo às despesas de Camilo, provavelmente gastos com a passagem de volta e outros necessários para o seu retorno ao Brasil, no valor de R\$ 899\$300, com data de sete de junho de 1838.⁷¹⁹ A tabela abaixo (tabela 4.3) oferece uma idéia dos gastos de Marcelino José Ferreira Armonde com o filho Camilo entre os anos de 1836 a 1838. Observo que o montante constante do quadro não corresponde à totalidade dos gastos de Marcelino com os estudos do filho em Paris, uma vez que parte da documentação se perdeu.

⁷¹⁷ ALBUQUERQUE, Luiz Porto, op. Cit., Carta de Manoel Machado Coelho a Marcelino José Ferreira, [ileg.] novembro de 1832, p. 94.

⁷¹⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibo de Riedy Lory & Schericy (Rio de Janeiro) para Opperman (Paris) emitidos por Manoel Machado Coelho, 13 de novembro de 1813 e 11 de dezembro de 1837.

⁷¹⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibo de Riedy Lory & Schericy (Rio de Janeiro) para Opperman (Paris) emitidos por Manoel Machado Coelho, 07 de junho de 1838.

**TABELA 4.3 -
Conta de Marcelino José Ferreira Armonde com Manoel Machado Coelho
1835-1838**

DEVE O SENHOR MARCELINO FERREIRA, DE BARBACENA, EM CONTA COM MANOEL MACHADO COELHO, DO RIO DE JANEIRO		
DATA	DEVE	VALOR
24/01/1835	Supridas a seu filho Camilo Maria Ferreira em Paris, pagas a Riedy Lory & Schericy	263\$600
05/09/1835	Idem	224\$426
18/01/1836	Idem	227\$120
07/03/1836	Dinheiro que por sua ordem e conta paguei a Riedy Lory & Schericy por mesadas supridas em paris a seu filho o senhor Camilo Maria Ferreira	226\$800
09/04/1836	Idem como acima pago a Carlos Cornaz & Cia	371\$101
04/06/1836	Idem na mesma conformidade a Riedy Lory & Schericy	229\$500
27/08/1836	Idem	229\$500
05/10/1836	Idem	243\$000
04/02/1837	Idem	277\$200
22/05/1837	Idem	330\$300
12/07/1837	importe do suplemento mandado fazer em paris por Riedy Lory & Schericy a seu filho Camilo Maria Ferreira	297\$000
21/11/1837	Idem como acima	532\$500
27/11/1837	Idem como acima	547\$500
21/07/1838	Idem que entreguei a Riedy Lory & Schericy como da conta com recibo dos mesmos na qual vao abatidos r\$ 600\$000 que havia depositado em sua mão em 15/05/1832	299\$300
21/07/1838	Idem que entreguei ao Sr. Dr Camilo para suas despesas durante o tempo que aqui esteve	331\$230
SOMA		4:630\$077

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA, Contas de Deve e Haver de Manuel Machado Coelho, 09 de fevereiro de 1836, 23 de junho de 1837 e 24 de julho de 1838.

Camilo Maria Ferreira doutorou-se em medicina em Paris, no final do ano de 1837, defendendo a tese *Essai sur l'Etude de la Vie*.⁷²⁰ Em 1838 ciente de que Marcelino José Ferreira Armonde e sua irmã Clotilde estavam doentes, ele retornou ao Brasil.⁷²¹

Honório Augusto Ferreira (1820-1876) também foi educado às expensas de Marcelino José Ferreira Armonde. Os recibos preservados, relativos aos gastos com a sua educação, datam de 1840 a 1848. Por esta época Honório Augusto

⁷²⁰ Na biblioteca particular da Fazenda Santa Sofia há um exemplar da tese.

⁷²¹ ALBUQUERQUE, Luiz Porto. op. Cit. p. 16.

estudava no Colégio de Assumpção de Ouro Preto⁷²² e os recibos supriam pagamentos de livros, dicionários, cadernos, papéis, roupas, chapéus, calçados e remédios além do fornecimento de dinheiros.⁷²³

Cartas enviadas por Antônio Bispo, que acredito ser o reitor do Colégio em que Honório estudava, para Marcelino José Ferreira Armonde, no ano de 1848, demonstram que o negociante de Barbacena não estava nada satisfeito com os rumos dos estudos do filho Honório. Em cinco de janeiro de 1848 Antônio Bispo encaminhou a seguinte carta para Marcelino

Ilmo Marcelino José Ferreira Armonde

Respondo a sua de 25 do passado. Peço a V^aS^a que descanse inteiramente sobre o negócio da ordenação de seu filho. Na minha demora eu não quero outra coisa se não o seu verdadeiro bem. Sei que a necessidade de padre é muita e que V^aS^a tem desejo de o ver já dizer missa. Parece-me que os meus desejos não serão inferiores aos seus, mas também me lembro que se eu pisar as leis da Igreja que requerem certas demoras e mínima circunspecção em tal negócio, nem eu nem ele teremos a benção de Deus e aumentará então o número desgraçado dos maus padres. Rogo-lhe por que me deixe cobrar nesta parte sem o menor escrúpulo na esperança de que assim fazendo, terá V^aS^a o gosto de ver seu filho um sacerdote exemplar. Do contrário, não sei o que será. N^a S^a encha a V^aS^a e a ele dá sua graça e o encha de felicidade neste mundo e na eternidade. Sou

De V^aS^a, Servo

Antônio Bispo

Mariana, 5 de janeiro de 1848⁷²⁴

⁷²² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibos diversos relacionados aos gastos com a educação de Honório Augusto Ferreira, 13 de janeiro de 1841. O Colégio Assumpção foi criado em 1840 pelo padre português Leandro Rabelo Peixoto e Castro, sendo o primeiro Colégio do Governo na Província de Minas Gerais. O padre foi o criador do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, e seu objetivo era criar em Minas um colégio nos moldes do que havia criado no Rio, In: http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/pe_leandro.php [acessado em 10 de outubro de 2009].

⁷²³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibos diversos relacionados aos gastos com a educação de Honório Augusto Ferreira 1840-1848.

⁷²⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Carta de Antônio Bispo para Marcelino José Ferreira Armonde, 05 de janeiro de 1848.

A carta de Antônio Bispo nos deixa perceber que Marcelino José Ferreira Armonde estava ansioso com a demora do filho em se ordenar, afinal, ele havia ido para Ouro Preto com aproximadamente 20 anos para completar seus estudos e se fazer padre, e oito anos depois ainda não havia se ordenado. Talvez o rapaz não tivesse vocação, o que enchia Antônio Bispo de cautelas, procurando demonstrar ao pai que melhor era ir devagar do que contribuir para aumentar o número dos maus padres.

Em março do mesmo ano outra correspondência de Antônio Bispo para Marcelino informou que o rapaz seguiria para Roma com os cônegos Luiz Antônio dos Santos e João Antônio dos Santos, “com ordem de não dar um passo sem sua direção e conselho, nem jamais largar sua companhia.”⁷²⁵ Em dezembro de 1848 a comitiva ainda estava em Roma e Antônio Bispo pediu a Marcelino que confiasse aos seus representantes comerciais, por sua ordem, determinado valor para ser entregue ao cônego Santos.⁷²⁶ Mas o certo é que Honório não se fez padre. Acredito que após a morte de Marcelino, ocorrida no início de 1850, ele se viu desobrigado de cumprir a vontade do pai e se casou com Maria José Ferreira Lage, sua prima, filha de seu tio Mariano José Ferreira Armonde, com quem teve onze filhos.

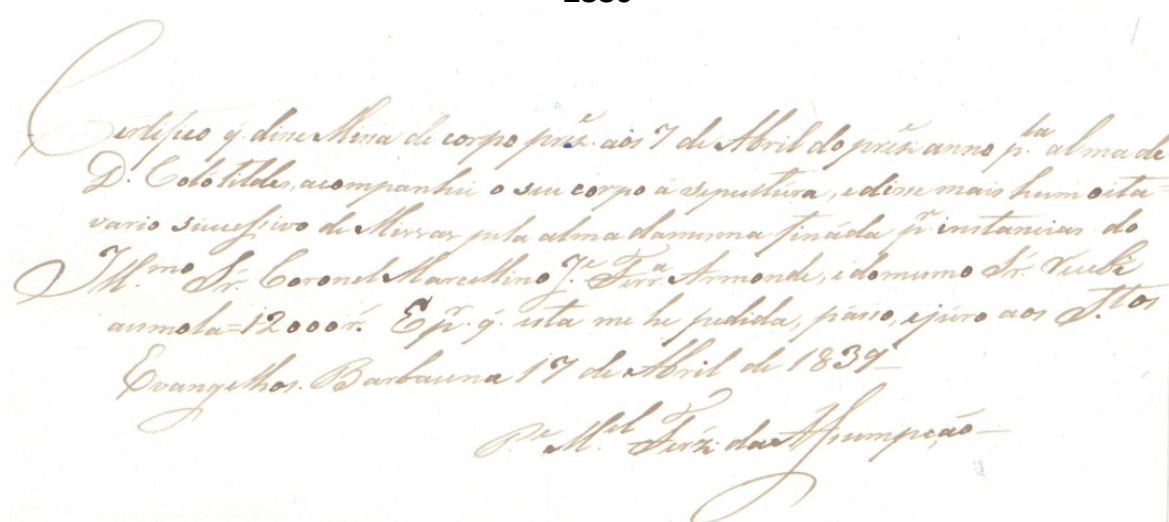
Marcelino José Ferreira Armonde também não se despreocupou de amparar e encaminhar as filhas. Clotilde Francisca de Assis, que nasceu por volta de 1818, se casou com Joaquim Cerqueira Carneiro. De sua vida pouco sabemos, mas sua morte nos revelou vestígios de sua curta existência. Clotilde faleceu em

⁷²⁵ Idem, 13 de março de 1848.

⁷²⁶ Idem, 30 de março de 1848.

sete de abril 1839, aparentemente na Fazenda do Engenho, portanto, aos 21 anos de idade. No acervo particular da Fazenda Santa Sofia constam os recibos com o seu funeral (imagem 4.8), tanto as despesas com velas, tecidos e linha quanto os gastos com a encomendação da alma, com as missas de corpo presente e de sétimo dia, e o pagamento de sua remissão para a Irmandade das Almas, da qual era irmã, tudo pago por Marcelino José Ferreira Armonde,⁷²⁷ que depois recebeu os valores do viúvo.⁷²⁸

**IMAGEM 4.8 –
Certificado de recibos de missas por alma de Clotilde Francisca de Assis –
1839**



Certifico q. deu-se a alma de corpo por 12.000 r. aos 7 de Abril do presente anno p. a alma de D. Colôtilde, acompanhando o seu corpo a sepultura, e deu mais hum outo vario sumario de Missas pela alma da mesma finada p. instancias do M. Sr. Coronel Marcelino J. Ferreira Armonde, e do mmo Sr. Visconde annua=12.000 r. E p. q. esta me he pedida, p. isso, e juro aos S.ros Evangelhos. Barbana 17 de Abril de 1839
M. José das Anunciação

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibos diversos relacionados aos gastos com o funeral de Clotilde Francisca de Assis, 17 de abril de 1839.

Uma cópia da partilha dos bens do casal Clotilde Francisca de Assis e Joaquim de Cerqueira Carneiro, que se encontra junto aos papéis da família, revela certas curiosidades. Na abertura do documento consta que...

⁷²⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibo das despesas com o funeral de Clotilde Francisca de Assis.

⁷²⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Partilha dos bens do casal Clotilde Francisca de Assis e Joaquim Cerqueira Carneiro, 05 de setembro de 1839.

Aos cinco dias do mês de setembro de 1839, neste sítio denominado Cachoeira, freguesia de Simão Pereira, aonde nós abaixo assinados como avaliadores e partidores por convite que se nos fez por parte de Marcelino José Ferreira Armonde e José Cerqueira Carneiro, aquele como herdeiro de sua filha falecida, Clotilde Francisca de Assis, e este como cabeça de casal da dita falecida, somos convidados para avaliar todos os bens e benfeitorias, escravos, criações, e trastes.(grifos nosso)⁷²⁹

Note-se que a partilha está datada de setembro de 1839, oito anos antes da perfilhação analisada no início desta seção, da qual Clotilde não consta por já ser falecida. No entanto, Marcelino José Ferreira Armonde figurava neste documento como “herdeiro de sua filha falecida”. Outros papéis do acervo particular revelam que após a morte da filha e antes da partilha Marcelino fez uma consulta aos advogados a respeito de transmissões de heranças. Embora nos documentos não constem nomes, inferimos que se trata de uma consulta a pedido de Marcelino a respeito dos bens deixados pela filha. É a proximidade das datas da morte de Clotilde, do teor e data da consulta e da partilha dos bens de Clotilde que nos levaram a acreditar tratar-se de uma consulta de Marcelino a respeito da herança dela. Foram consultados dois renomados advogados do Rio de Janeiro, A. J. Coelho Lousada e Alberto Antônio de Moraes e Carvalho,⁷³⁰ que emitiram pareceres a respeito do tema consultado.

⁷²⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Partilha dos bens do casal Clotilde Francisca de Assis e Joaquim Cerqueira Carneiro, 05 de setembro de 1839.

⁷³⁰ **Antônio José Coelho Lousada**, advogado português que viveu no Brasil. Em sua casa, em 1837, foi criada o Real Gabinete Português de Leitura (RGPL), no Rio de Janeiro. Cf. AZEVEDO, Fabiano Cataldo. **Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura** in: Ciência da Informação, vol.37 no.2 Brasília Mar./Aug. 2008, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652008000200002&script=sci_arttext&lng=pt [acessado dia 23 de outubro de 2009]. **Alberto Antônio de Moraes e Carvalho** nasceu em Vouzela no dia 22 de novembro de 1801 e faleceu em Lisboa em 15 de abril de 1878. Foi bacharel pela universidade de Coimbra e foi político liberal. Viveu e exerceu atividade de advogado no Brasil por algum tempo, depois de 1828, tendo retornado a Portugal em 1848. Cf. <http://pasteldevouzela.blogspot.com/2008/11/alberto-antnio-de-morais-carvalho.html> [acessado dia 23 de outubro de 2009].

No documento assinado por Lousada, ele respondeu da forma seguinte:

Perguntou-se se um sogro tendo dado a seu genro alguma terra e escravos quando casou sua filha podia esse genro chamar seu aquilo, que ele fez com o seu trabalho, e também aquilo que seu sogro lhe mandou fazer depois de casado, como casas e outros objetos.

Respondo que aquilo que o genro fez e plantou com o seu trabalho é seu e do seu casal, e consequentemente a todo o tempo que o mesmo casal se desmanche por morte dele genro ou de sua mulher deverão essas benfeitorias ou o seu valor partir entre a mulher e o marido, ou outros herdeiros destes; porque são (sic) uma propriedade sua, que ninguém lhe pode disputar.

Aquilo, porém que o pai deu a [ilegível] ao genro, ou aquilo que o sogro mandou fazer por gente sua, como são coisas que tem de vir a colação não podem por isso direito algum que sejam propriedade do genro e da filha, [estando] sucedendo a mesmo a filha sem filhos devem voltar ao sogro como propriedade sua que ele adiantou, não ficando para comunicar com o genro senão os frutos produzidos até o dia da morte, porque todos os mais são do sogro daquele dia por diante. E assim quando o genro houver de fazer o inventário por morte de sua mulher ele não deverá descrever nele aquilo que ele lhe mandou fazer durante o casamento, mas tão somente o que ele genro fizera durante o tempo do consorcio e o fruto que os bens dados para o casamento ou mandado fazer por o sogro produziram no tempo em que estiveram casados e do produto desse inventário ainda tem o genro de ar uma metade ao sogro como herdeiro de sua filha. Este o meu voto sobre o melhor.

Rio, 21 de agosto de 1839

Dr. A. J. Coelho Lousada

Atendendo em tempo direi que os escravos dados por sogro ao genro e que este vendeu deverá entrar ou voltar para o sogro no preço porque foram vendidos ou naquilo que valiam e seu valor de qualquer destes feitos constitui uma dívida do genro para com o sogro, dívida que ele genro deveria pagar ou com aquilo que tiver ou com dinheiro que se houver de outra parte, porque em todo o caso é dívida em que está para com o sogro.⁷³¹

O outro advogado, o Dr. Moraes e Carvalho teve o seguinte entendimento

Os escravos e mais objetos que Fuão deu a sua filha quando se casou e dos quais logo lhe fez entrega devem considerar-se como dados por uma doação entre vivos e, portanto, com transferência de domínio e posse, nesta hipótese pois, direi que neles comunicou o marido conforme a Ord.

⁷³¹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de A. J. Coelho Lousada, 21 de agosto de 1839.

Livro 4 titulo 46, visto que se casaram com escritura de dote e arras/ e portanto devem fazer parte do casal, reunindo-se a todos os outros bens que eram do marido ou que adquiriram para que devolvidos ao meio, pertença metade ao pai herdeiro da filha e outra metade ao genro como sua meação.

Note-se que falo no caso de ser valida a doação, pois se ela envolvesse nulidade, ou por falta de insinuação, sendo excessiva da taxa da Lei; ou por qualquer outro motivo então o doador poderia argüir essa nulidade.

O que o sogro mandou fazer ao genro sem declaração alguma, pode ser por aquele reclamada a fim de ser indenizado; e o que o genro fez, faz parte do seu casal. Este é o meu parecer, que sujeito a censura dos saberes.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1839

Alberto Antônio de Moraes e Carvalho⁷³²

Os pareceres dos advogados são ligeiramente diferentes, uma vez que o primeiro entende que aquilo que o pai deu à sua filha pertence a ele pai, devendo após a morte dela retornar ao doador (pai). Já o segundo compreende tratar-se de uma doação intervivos, pertencendo, portanto ao casal a totalidade do que foi doado. Ambos, porém, amparados pelas Ordenações Filipinas, compreendem que o pai é herdeiro da filha, tendo direito à metade de seus bens.

Na verdade, não sabemos o quanto os advogados consultados estavam inteirados dos detalhes da questão, como o fato de Clotilde ser filha natural, criada como enjeitada na casa de sua própria mãe, e que a mãe ainda era viva quando ela faleceu. O fato é que na partilha amigável constante do acervo particular analisado, apenas Marcelino e o marido de Clotilde figuram, o primeiro como herdeiro e o segundo como meeiro. Isto denota que Marcelino sempre tratou e considerou os filhos como se legítimos fossem e assim também a sociedade na

⁷³² **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Alberto Antônio de Moraes e Carvalho, 24 de agosto de 1839.

qual eles estavam inseridos. Interessante notar a ausência da mãe, Possidônia Eleodora da Silva, da condição de herdeira.

Pela partilha sabemos que o casal Clotilde e Joaquim Cerqueira Carneiro possuía 14 escravos, sendo três do sexo feminino e os demais do sexo masculino – cujas idades não foram mencionadas; 13.600 pés de café, com idades diferenciadas; algumas criações (éguas, vaca e porcos); paiol, moinho e monjolo; mantimento (milho, arroz e feijão) e mais alguns trastes. Nenhuma terra foi avaliada. O monte somou R\$ 8:730\$810, mas foi abatido R\$ 733\$490, valor de dívidas para com Marcelino José Ferreira Armonde (gastos com o funeral e empréstimos). Restou para a partilha R\$ 7:531\$910, cabendo R\$ 3:765\$955 ao meeiro e igual valor ao herdeiro.⁷³³

Aparentemente os bens, ou parte deles, que Marcelino José Ferreira Armonde havia doado para Clotilde, por ocasião do casamento, retornaram para o doador. Provavelmente foi uma doação informal, o pai deve ter cedido ao casal uma porção de terras para se instalarem e escravos para iniciarem a produção de cafeeiros. As terras em questão compunham a fazenda Cachoeira, ou parte dela, local onde foi realizado o termo de abertura da partilha. A fazenda da Cachoeira ficava em Simão Pereira, então pertencente ao termo de Barbacena, e que depois de 1850 passaria a pertencer à recém criada Vila de Santo Antônio do Paraibuna, posteriormente chamada de Juiz de Fora. Simão Pereira foi um dos distritos do município de Juiz de Fora no qual se registraram as maiores produções de café na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século passado.

⁷³³ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Partilha dos bens do casal Clotilde Francisca de Assis e Joaquim Cerqueira Carneiro, 05 de setembro de 1839.

A outra filha de Marcelino e Possidônia, Camila Francisca de Assis, foi batizada em Barbacena no dia sete de novembro de 1809 e faleceu em Mar de Espanha em 25 de abril de 1892. Ela casou-se pela primeira vez com Cândido Ferreira da Fonseca, no início da década de trinta do oitocentos.⁷³⁴ Cândido nasceu por volta de 1802 e era tetraneto de Francisco Ferreira Armonde o velho.⁷³⁵ Ou seja, Candido e Camila (bisneta do mesmo Francisco) eram primos distantes (sétimo grau).

Após o casamento com a prima, Cândido Ferreira da Fonseca passou a morar e administrar a fazenda Santa Ana, nos arredores do atual município de Santana do Deserto (divisa com Levy Gasparian – Rio de Janeiro). O teor das correspondências encaminhadas por Cândido Ferreira da Fonseca para Marcelino José Ferreira Armonde, transcritos abaixo, indicam que a fazenda Sant Ana pertencia a Marcelino e era administrada por Cândido.

Meu compadre, senhor e amigo

Santa Ana, 3 de dezembro de 1839

(...) Aqui veio um filho do Garcia pedir carga para antes do Natal, para 50 bestas, mas não está mais pelo trato que fez com vm^{ce} de 700 réis; eu disse-lhe que sim, que contasse com a carga, mas que tinha escrito a vm^{ce} sobre o carroto; por aqui estão a 800 réis e já outros pagam mais; vm^{ce} manda-me dizer o que devo seguir. (...) A roça vai indo com bom princípio, está apendoando; as criações vão indo bem; os capados logo que passe o

⁷³⁴ Calculei que Camila e Candido se casaram no início dos anos 1830 porque quando Candido faleceu, em 1855, o filho mais velho do casal tinha 21 anos. Cf. **AHUFJF**, Fundo Benjamin Colucci, inventário post-mortem de Cândido Ferreira da Fonseca, Id. 156:1856, caixa 12 B.

⁷³⁵ **ARQUIVO FORUM DR GERALDO ARAGÃO FERREIRA (FME)** - Mar de Espanha-MG. Livro de testamento de Josefa Maria da Assumpção, n.º 4, 1865; **AHUFJF**, Partilha dos bens de Josefa-Id: 231, cx: 20B, 1861; **FME**, Inventário de Josefa Maria da Assumpção, Caixa : 032, 1866; Resumo do inventário de João Ferreira da Fonseca in Projeto Compartilhar, op. cit. [acessado em 12 de outubro de 2009]. Cândido Ferreira da Fonseca era filho de Josefa Maria da Assumpção e João Ferreira da Fonseca, neto materno de Joana Maria da Conceição e de Francisco Ribeiro Nunes, bisneto materno de Ana Maria de Jesus e Pedro Paiva Coimbra e tetraneto de Francisco Ferreira Armonde e Ângela Maria da Conceição Camela. Seus irmãos eram Thomaz Ferreira da Silva, Maria Victória de Jesus, Simplício José Ferreira da Fonseca, Bernardina Carolina de Jesus, Joana Maria, Damaso Ferreira da Fonseca e Marcelino Ferreira da Fonseca.

Natal ira aparecendo algum comprador, já pode ir vendendo, alguns têm já procurado, mas ainda não quis vender, a espera que acudam mais ao peso; nada mais me lembro de lhe dizer.⁷³⁶

Meu Compadre, amigo e senhor
Santa Ana, 29 de outubro de 1844
(...) por aqui vai tudo indo bem, alguns doentes que tem havido vão ficando bons, a negra que estava mal ainda continua com inflamação, mas já acho melhor; o negro das feridas na perna mostrava ir melhorando, porém, acho que com remédio que acabou de tomar não ficará bom, nada mais me lembra.⁷³⁷

Meu compadre, amigo e senhor
Santa Ana, 16 de novembro de 1846
Pelo compadre Honório recebi as suas que me satisfez pela certeza de sua saúde como lhe desejo. Por aqui vamos passando até o presente sem maiores incômodos, não tem havido enfermidades que dê maior cuidado, só sim que continua a seca; amanhã faz 8 dias que aqui choveu e anteontem mal apagou o pó. Os capados vão engordando bem, mais ainda tem três bastante pestiados (sic); a obra das senzalas julgo esta semana fica acabada e barreada; o carapina fez a mudança do moinho, que foi preciso alargar mais o cômodo para caber o ventilador que também por estes dias fica acabado; e mesmo o conserto dos pilões do engenho fica toda a madeira aparelhada é só assentar.⁷³⁸

Reforça esta tese um documento do acervo particular da Fazenda Santa Sofia relativo aos “rendimentos da fazenda de agosto de 1844 a 06 de outubro de 1845”, no valor de R\$ 2:281\$520. Além dos rendimentos e gastos da fazenda, o documento contém outras anotações de *deve e haver* da conta de Cândido Ferreira da Fonseca com Marcelino José Ferreira Armonde, a exemplo das

⁷³⁶ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA..** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira de Cândido Ferreira da Fonseca, 03 de dezembro de 1839

⁷³⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA..** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira de Cândido Ferreira da Fonseca, 29 de outubro de 1844.

⁷³⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA..** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira de Cândido Ferreira da Fonseca, 16 de novembro de 1846.

despesas para a aquisição da patente de capitão (cf. tabela 4.4).⁷³⁹ Além de cuidar da propriedade para o sogro, Cândido empreendia seus próprios negócios, não era um simples administrador.

**TABELA 4.4 -
Rendimentos da Fazenda Santa Ana -1844-1845**

06 DE OUTUBRO DE 1845		
RENDIMENTOS DA FAZENDA DE AGOSTO DE 1844 A 06 DE OUTUBRO DE 1845 = 2:281\$520		
CONTA DO COMPADRE CANDIDO		
recebeu de mantimentos e mais gêneros	2:281\$520	1;813\$600
despendeu com despesas da fazenda	467\$760	
poldros e uma novilha e dinheiro recebido do falecido Lauriano		300\$000
1 crédito que paguei ao José Lourenço que entrego hoje		2:400\$000
1 dinheiro que paguei ao Martinho Alves de Souza por sua ordem		98\$750
1 siligote como da conta		35\$680
custo de sua patente do posto de Capitão		39\$200
pela assinatura da história da revolução de 1842"		8\$000
dinheiro que recebeu de José Domingues da Silva		1:745\$61
recebeu hoje em dinheiro por saldo		874\$683
SOMA		7:316\$083

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Rendimentos da Fazenda de agosto de 1844 a outubro de 1846.

É possível que Marcelino tenha cedido as terras para o jovem casal iniciar a vida. Da Fazenda Santa Ana Cândido Ferreira da Fonseca mandava notícias sobre as cargas de café, o estado da roça, a saúde da família e dos escravos, os preços dos carretos... e esperava as ordens do sogro. Observe-se que ele trata Marcelino de compadre, e assim também a Honório. Embora eu não tenha levantado os registros de batismo dos filhos de Candido Ferreira da Fonseca, é verossímil supor que Marcelino e Honório tenham sido padrinhos deles. A correspondência de Cândido Ferreira da Fonseca também demonstra a presença freqüente de seus irmãos nas atividades desenvolvidas na fazenda, principalmente Damaso Ferreira da Fonseca e Marcelino Ferreira da Fonseca –

⁷³⁹ Na verdade o documento parece ser o fragmento de um balanço da receita e despesa de Marcelino José Ferreira, incluindo as contas de Cândido Ferreira da Fonseca.

ambos casados com netas do capitão José Ferreira Armonde, filhas de Carlota Teotônia da Silva. A correspondência também nos permite acompanhar a rotina de uma diversificada unidade produtiva – tais como os cuidados com o café, com as roças (a mencionada na carta era provavelmente de milho), com a criação (os porcos). As melhorias na propriedade também foram registradas, a exemplo da ampliação das senzalas, as obras com o moinho e com o compartimento para colocar o ventilador – sem dúvida uma propriedade moderna e bem equipada para o seu tempo.

Edna Resende, que também analisou o inventário de Cândido Ferreira da Fonseca, comenta que ele foi próspero fazendeiro e que já nos anos iniciais da montagem da cafeicultura na Zona da Mata mineira, quando faleceu, era senhor de muitos cafeeiros e escravos. Além disso, 42,37% de sua fortuna correspondia a empréstimos a terceiros e ele também investia em ações da Companhia União & Indústria e da Estrada de Ferro Dom Pedro II.⁷⁴⁰

Cândido Ferreira da Fonseca faleceu no dia 10 de agosto de 1855, deixando viúva e nove filhos com idades que iam de 21 anos a um mês. Embora o inventário de Marcelino José Ferreira Armonde não tenha sido localizado, as evidências indicam que a filha Camila herdou a Fazenda Santa Ana, uma vez que ela consta dos bens do casal Camila e Cândido por ocasião do inventário deste último. De acordo com o inventário, a Fazenda Santa Ana possuía duas sesmarias de terras ⁷⁴¹ e 18 alqueires de terras, 165.000 pés de café com idades diversas, 165 escravos (sendo nove tropeiros) e uma tropa com 50 bestas e mais outros 15

⁷⁴⁰ RESENDE, Edna. op. cit., p. 93.

⁷⁴¹ Uma sesmaria de terras tinha 225.

animais muares e cavalares, além de alguns bovinos e 80 carneiros. O monte partilhável foi calculado em R\$ 676:099\$348.⁷⁴² Parece-nos que parte significativa das dívidas ativas constantes do inventário de Cândido, também tenham sido herdadas de Marcelino. Camila permaneceu viúva por pouco tempo, em 16 de junho de 1858 ela contraiu segundo casamento com o Coronel José Ribeiro de Rezende, futuro Barão de Juiz de Fora.⁷⁴³

Camilo Maria e Honório Augusto, assim como a irmã Camila, foram herdeiros dos bens acumulados por Marcelino José Ferreira Armonde. Quando o comerciante barbacenense faleceu, em janeiro de 1850, Honório Augusto estava para a Europa (Roma) e Camila morava em outro distrito (Simão Pereira). Camilo Maria ficou na posse dos bens, conforme o trecho transcrito

Por morte do dito meu pai (...) como filho mais velho e presente, ficou na posse e cabeça de casal, e como tal é quem está administrando, dirigindo todos os bens e negócios pertencentes ao casal (...). Que o dito seu pai ainda em vida fez entrega ao justificante de todas as chaves, documentos e papéis relativos aos negócios e transações da casa, a fim de tudo tomar conta, bem como dos bens do casal, como efetivamente verificou-se.⁷⁴⁴

Assim como afiançamos que Camila herdou a Fazenda Santa Ana, montada por seu pai, administrada por seu marido Cândido, também afirmamos que Camilo Maria herdou as terras da Fazenda Santa Sofia (Santana do Deserto)

⁷⁴² **AHUFJF.** Fundo Benjamin Colucci – inventário de Cândido Ferreira da Fonseca. Inventariante Camila Francisca de Assis. 1856, caixa 12-B. Cândido Ferreira da Fonseca construiu, juntamente com outros fazendeiros, em suas terras, a Igreja em homenagem a Santa Ana, que depois foi doada ao distrito de paz de Santana do Deserto, criado em 1858.

⁷⁴³ **ARQUIVO DA CÚRIA DIOCESANA DE JUIZ DE FORA.** Livro de casamentos de Simão Pereira (1823-1863) - Aos 16 de junho de 1858. Cf. LUZ, Paulo Ribeiro, op. Cit.. A respeito do Barão de Juiz de Fora cf. GENOVEZ, Patricia Falco. **Os barões e os trlhos: a estrada de ferro União Mineira e os laços de sangue na Zona da Mata Mineira.** http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A090.pdf.

⁷⁴⁴ **AHPAJS.** Processo de Justificação de administração. Justificante Camilo Maria Ferreira, justificado Juízo Municipal, 1850. Caixa 40, ordem 20, 2ª SVC.

e que Honório Augusto herdou as terras da Fazenda Saudade (Penha Longa – Mar de Espanha). As três propriedades estavam na região cafeeira da Zona da Mata mineira, onde Marcelino vinha investindo em terras e na montagem de complexos cafeeiros.

A tabela 4.5 sintetiza os principais ativos constantes dos bens dos três irmãos. Para melhor compreendê-la alguns esclarecimentos são necessários. Consideramos o inventário de Cândido para registrar os bens de Camila e não o dela própria porque ela faleceu em 1892, portanto após a abolição, o que excluiria os cativos. Além do mais, parte dos bens que ela e Cândido acumularam já haviam sido entregues aos filhos do casal (legítima paterna), assim como ela havia amealhado parcela dos bens que lhe ficaram (na condição de meeira) dos bens do segundo marido. O inventário de Honório Augusto, aberto em 1874, só se encerrou na década de noventa, pois estava comprometido por muitas dívidas e os filhos eram menores. Camilo deixou testamento libertando todos os seus cativos, razão pela qual eles não foram avaliados.

**TABELA 4.5 –
Síntese dos bens dos filhos de Marcelino José Ferreira Armonde –
segunda metade do séc. XIX**

ATIVO	CANDIDO FERREIRA DA FONSECA (1º marido de Camila Francisca de Assis) – 1856 (1)		HONÓRIO AUGUSTO FERREIRA ARMONDE (II BARÃO DE PITANGUI)- 1874-1885 (2)		CAMILO MARIA FERREIRA (CONDE DE PRADOS) 1882 (3)	
	descrição	valor	descrição	valor	descrição	valor
ESCRAVOS	165	169:950\$000	90	61:500\$000	241	Não avaliados
TERRAS E BENFEITORIAS	2 Sesmarias de terras mais 18 alqueires – fazenda Santa Ana e benfeitorias	61:920\$000	520 alqueires Fazenda Saudade	129:000\$000	274 alqueires geométricos – Fazenda S. Sofia	100:310\$000
CAFEEIROS	165.000 pés e 3.000@ de café em coco	41:492\$000	360.000 pés	49:400\$000	270.000 pés	52:850\$000
MONTE MOR	676:596\$000		Não consta (1)		720\$673\$000	

Fontes:

- 1- **AHUFJF.** Fundo Benjamin Colucci – inventário de Cândido Ferreira da Fonseca. 1856, caixa 12-B.
- 2- **FME.** Inventário do Barão de Pitangui, 1874-1890, caixas 53 a 55.
- 3- **AHPAJS.** Partilha amigável dos bens de Camilo Maria Ferreira, 1885, caixa 61, ordem 21.

Nota:

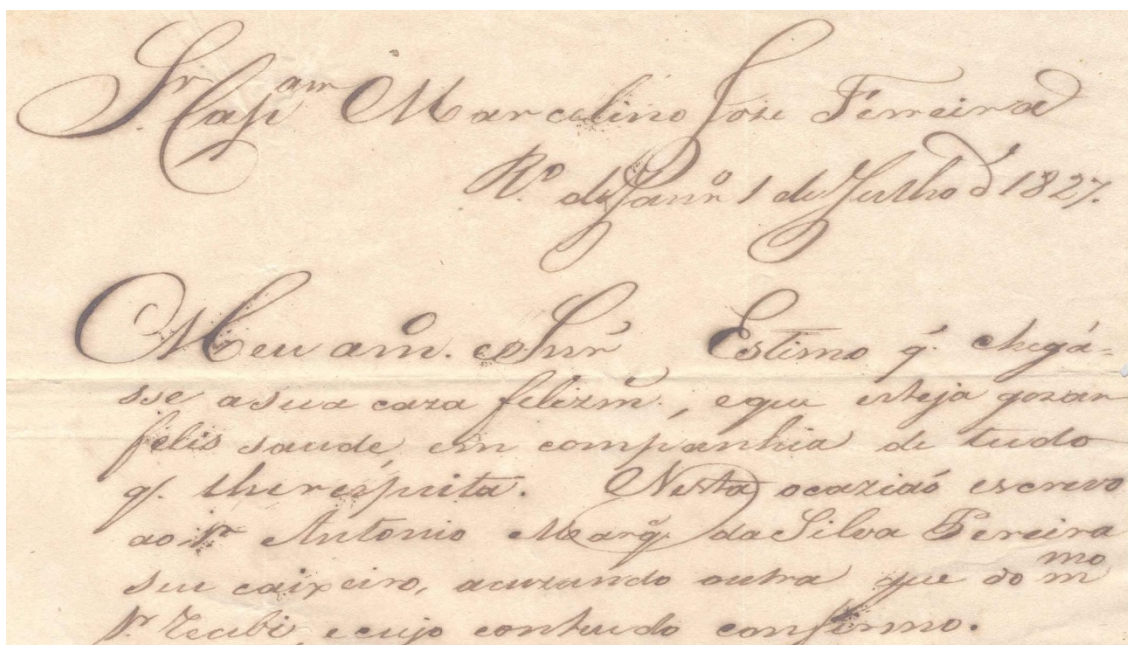
- 1- O inventário foi concluído no pós-abolição. Não foi apresentado um monte-mor para o período escravista.

Acredito que Marcelino José Ferreira Armonde não se preocupou em cuidar somente dos filhos, mas de certa forma, também participou do desenvolvimento econômico e social do irmão de Possidônia, Antônio Marques da Silva Pereira – que nasceu em 10 de novembro 1792 e faleceu em 20 de abril 1868.⁷⁴⁵ No acervo particular da Fazenda Santa Sofia há diversas correspondências encaminhadas por Antônio Marques da Silva Pereira para os irmãos Armonde e também constam vários recibos assinados por ele. Ele foi caixeiro e administrados dos negócios de Marcelino José Ferreira Armonde. O documento mais antigo que encontramos destas atividades prestadas por Antônio

⁷⁴⁵ Descendentes do Capitão Joaquim Marques da Silva. Primeira Geração. <http://www.arvore.net.br/> [acessado em 04 de outubro de 2009].

Marques da Silva Pereira para Marcelino José Ferreira Armonde data de 22 de outubro de 1822 (imagem 4.9) e perfazem todo o período estudado.⁷⁴⁶

**IMAGEM 4.9 –
Carta de Antônio Marques da Silva Pereira para
Marcelino José Ferreira Armonde– 1827**



Mr. Marcelino José Ferreira
Nº de Junho 1 de Junho 1827.

Meu am. Sr. Estimo q' chegá-
se a sua cara felicim., e que esteja gozando
felic. saúde, em companhia de tudo
q' lhe respita. Nesta occasião escrevo
ao Sr. Antonio Marq. da Silva Pereira
sua caixa, avisando outra que do m^o
p. recibi, e cujo conteúdo confirmo.

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Tristão Ramos da Silva, 01 de junho de 1827.

Em 1827 – trecho do documento da imagem 4.9 – Tristão Ramos da Silva (Comerciante na Corte) em correspondência enviada para Marcelino José Ferreira Armonde, nos informa que Antônio Marques era caixeiro do comerciante barbacenense. Em diversos outros documentos ele figura noticiando a Marcelino a respeito dos negócios, dos créditos, das compras realizadas para a casa

⁷⁴⁶ Neste caso estou considerando 1850, data para a qual me propus analisar a documentação do Acervo Particular da Fazenda Santa Sofia.

comercial. A carta enviada por ele a Marcelino José Ferreira em 12 de outubro de 1822 é ilustrativa de suas atividades e da relação estabelecida entre ambos.

Sr Marcelino José Ferreira
Barbacena, 12 de 8^{bro} de 1822

Meu Amo e Snr. Estimo fizesse feliz viagem e que tenha sempre saúde. Recebi uma sua e fico ciente de todo o seu conteúdo. No dia 6 aqui passou Francisco Mateus e não foi possível dar o dinheiro, reformou a fiança com 3000 @ de algodão que aqui deixou, assegurando-me a mim, aos mais fiadores, que sem falta alguma daí a 18 dias lhe daria o dinheiro no Rio, pois que da Paraibuna remetia um carregamento pelo Felismindo, por quem lhe mandaria pagar. Pelo Honório lhe remeti 200\$ em notas, e também já dei a Manoel Antônio os 350\$ o [dezimr^o] ficou de dar-me amanhã os 300\$ que lhos remeterei com mais algum que houver pelo primeiro condutor. Pela tropa de Lourenço Pinto remeti-lhe 382\$250 para o Matheus, e disse ao condutor da tropa que cobrou [recibo] de Manoel Inácio, que vm^{ce} não duvidava pagar-lhe algum carreto, pois foi isto, porque não vi jeito algum dos Sr. Alfredo Joaquim os mandar como tratou com vm^{ce}, e entendo o caso do condutor, remeterei o resto até completar a conta que me determinou.

José Furtado tratou comigo mandar-lhe dar 24\$ que é o que ele aqui deve. Aquele [credor] Francisco de Paula, camarada que foi de Manoel Antunes, que aqui deve 17\$190 [ileg.] também dar a vm^{ce} aí essa quantia até 25 deste .

Não tenho tido o ocasião de tirar receita de alguns gêneros que faltam aqui por andar muito barulhos com festas, porém lembro-lhe que baetas [femininas] [não li] e camurças, marroquins de cores e pelo outro correio tiver este..... verei o que mais falta para lhe mandar dizer.

Desejo a vm^{ce} perfeita saúde e muitas felicidades e que D.....

O sal para aí vai o combinado
Alguma coisa lhe falta
Por uma carta que lhe veio do
Barros e caixeiro deste vi o
Estado das fazendas de
Cores verdes e amarelas que
Por aí pouco ou nada
Preferem do preço antigo

Muito seu obrg^r e Fiel do C
Antônio Marq^s da S Per^{a747}

⁷⁴⁷ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida por Marcelino José Ferreira Armonde de Antônio Marques da Silva Pereira, 12 de outubro de 1822.

Responsável pela administração e contabilidade da casa comercial dos Ferreira Armonde, Antônio Marques da Silva Pereira recebia e cumpria os pedidos dos fregueses, a exemplo da solicitação feita por Francisca Maria dos Reis (imagem 4.10), cuja data ignoramos, que enviou um escravo para buscar aviamentos na loja. Da mesma forma, um certo Antônio, mandou buscar pelo portador, em 1841, três chapéus, dois pares de meia e um suspensórios (4.11).⁷⁴⁸

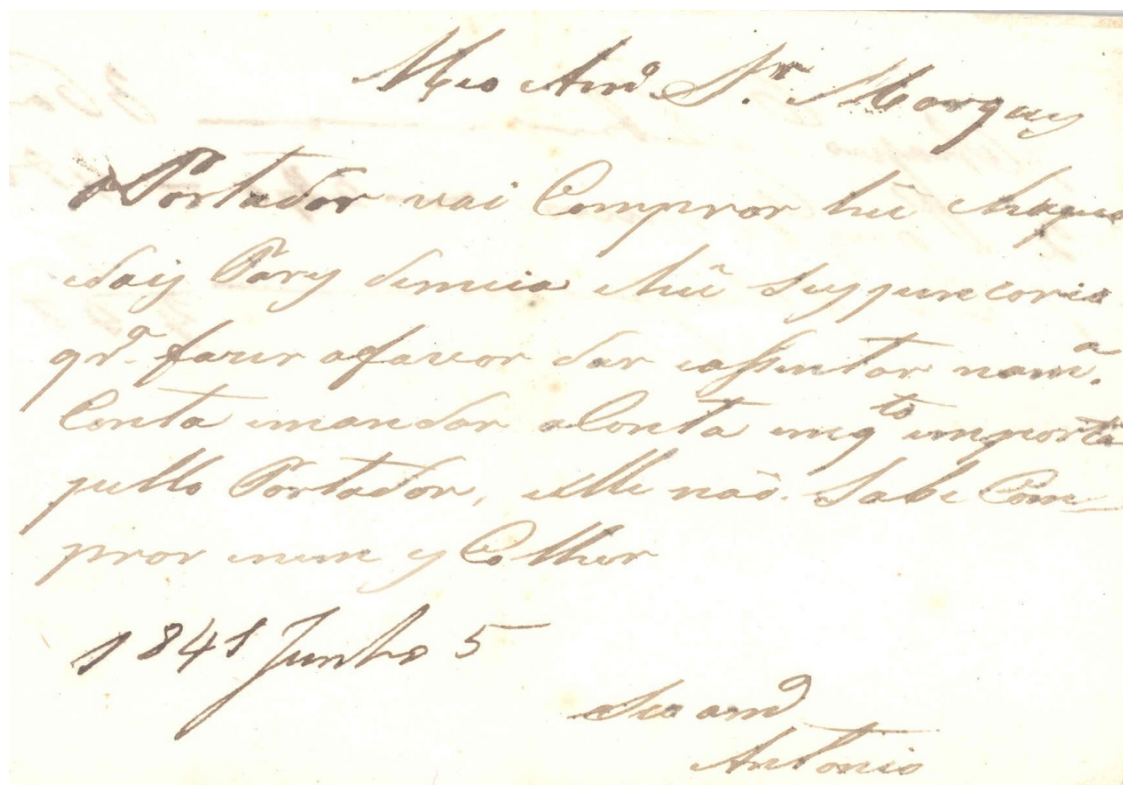
**IMAGEM 4.10 –
Solicitação de aviamentos feitos a Antônio Marques Pereira da Silva –
caixeiro da loja dos Armonde em Barbacena – (s/d)**

Ilmo. Sr. Antônio Marques
 Recebi de Sr. Francisca Maria dos Reis
 fazer a favor de mandados das roupas de Botões
 mais 2 D.ºs Correntes milhudos 8 Pares
 de grandes correntes amostra dos Botões -
 e ficar assim obrigado
 2 D.ºs Botões - 240
 2 D.ºs Correntes - 240
 8 Pares grandes - 160
 640
 Francisco Maria dos Reis

ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibos passados Antônio Marques da Silva Pereira, s/d.

⁷⁴⁸ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Recibos passados por Antônio Marques da Silva Pereira, s/d e 05 de junho de 1841.

**IMAGEM 4.11 –
Solicitação de aviamentos feitos a Antônio Marques Pereira da Silva –
caixeiro da loja dos Armonde em Barbacena – 1841**



Meu Amigo Sr. Marques
 O Portador vai Comprar três sacos
 de Açúcar de cana e três sacos de café
 gr.º. favor a favor de ser o portador nome.
 Conta mandor a conta em q^{ta} ingorta
 pelo Portador, elle não. Sabe Com
 prar um y Colher
 1841 Junho 5
 Antonio

ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Recibos passados Antônio Marques da Silva Pereira, s/d e 05 de junho de 1841.

Antônio Marques cuidava, também, de fazer pedidos aos fornecedores do Rio de Janeiro, de receber, cobrar e enviar os dinheiros das dívidas (a exemplo da tabela 4.6). Enfim, era o responsável pelas atividades da diversificada venda dos Armonde em Barbacena e da escrituração e cobrança dos empréstimos que realizavam.

TABELA 4.6 –
Relação de compras feitas por Antônio Marques Pereira da Silva
a Tristão Ramos da Silva – 1843

RIO DE JANEIRO, 20 DE NOVEMBRO DE 1843 O SR. ANTÔNIO MARQUES D SILVA PEREIRA PARA O SR. MARCELINO JOSÉ FERREIRA A TRISTÃO RAMOS DA SILVA POR CONTA COMPROU	
86 libras de óleo de linhaça	23\$220
2 latas para os mesmos (1\$000)	2\$000
2 ½ @ de alfaiaze (sic) fino bom (5\$500)	13\$750
6 libras de verdete em pó (1\$0000)	6\$000
12 libras de vermelhão de sapateiro (0\$070)	\$240
6 libras de zarcão (\$160)	\$960
1 libra de flor de anil (\$160)	2\$300
4 libras de [ileg.] d'ouro (\$180)	\$720
8 libras de verde composto (\$360)	2\$880
4 libras de nanquim amarelo (\$500)	2\$000
6 onças de vermelhão fino (\$300)	\$800
8 onças de ROM (sic)	1\$600
1@ de oca	1\$760
1 libra de pó de sapateiro	\$200
1 @ de gesso	\$680
9 pares de fixas de suspender caixão (\$120)	1\$080
9 pares de botões (\$110)	\$990
3 brocas de ponta (\$300)	\$900
12 fechaduras de porta futasca (sic) (1\$200)	14\$400
2 fechos pedreses (\$200)	\$400
3 caixões (\$720)	2\$060
	80\$640
quinto (3\$000)	3\$000
carreto (14\$400)	14\$400
Recebemos oitenta mil seiscentos e quarenta réis, importância acima. Rio 24 de novembro de 1843 J. T. T. da S. José Thomas Ferreira	

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA. Contas de Deve e Haver de Tristão Ramos da Silva, 20 de novembro de 1843.

As atividades desempenhadas por Antônio Marques Pereira da Silva, a serviço dos Ferreira Armonde, os contatos e amizades tecidos no exercício da mesma, lhe renderam bons frutos. Em 1843 ele ostentava o título de capitão⁷⁴⁹ e

⁷⁴⁹ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.** Correspondência recebida Antônio Marques Pereira da Silva do por padre Joaquim Flauzino Moreira, relacionada a negócios do padre com Marcelino José Ferreira Armonde, 06 de junho de 1843.

quando morreu, em 1868, era Major. Segundo Edna Maria Resende, Antônio Marques contraiu vários empréstimos com a família Ferreira Armonde. No inventário da matriarca, Francisca Felizarda de Assis, ele devia R\$ 4:351\$227, e ao falecer, tinha dívidas com Lino Ferreira Armonde, o Barão de Pitangui⁷⁵⁰ e o Barão de Prados, estes dois últimos seus sobrinhos, filhos de Marcelino José Ferreira Armonde. Mas também deve ser registrado que os três deviam a Antônio Marques Pereira da Silva.

Edna Resende afirma que o Major Antônio Marques exercia atividades rurais e também possuía uma casa comercial na cidade de Barbacena, além de negócios com a Casa Ferreira Lage & Cunha, da qual era sócio Mariano Procópio Ferreira Lage. A autora considera Antônio Marques como uma das grandes fortunas barbacenenses, isto é, ao falecer seu monte-mor somava R\$ 101:468\$294.⁷⁵¹ O monte partilhável era de R\$ 84:760\$000.⁷⁵²

No meu entendimento, Antônio Marques Pereira da Silva, assim como seu pai, realizou atividades urbanas durante toda a sua vida, trabalhando como caixeiro e administrador da casa comercial de Marcelino José Ferreira Armonde. É verdade que de seu inventário consta a propriedade de 40 alqueires de terras de cultura no lugar denominado “Lavrinhas” e mais dois alqueires no lugar chamado Corredor, além de um pastinho de taipa e valo, tudo isto avaliado em R\$ 1:320\$000. Ele também possuía 19 animais muares e cavalares, duas vacas

⁷⁵⁰ Edna Resende acredita que o Barão de Pitangui em questão é cunhado de Antônio Marques, no caso Marcelino José Ferreira Armonde (I Barão de Pitangui). Na minha opinião trata-se de Honório Augusto Ferreira, sobrinho de Antônio Marques, filho de Marcelino e II Barão de Pitangui.

⁷⁵¹ Cf. RESENDE, Edna Maria, op. cit., p. 150-151 e Quadro II- RELAÇÃO DOS PROPRIETÁRIOS DO TERMO DE BARBACENA COM FORTUNA SUPERIOR A 50:000\$000 DE RÉIS, 1830-1888, nas páginas 318-330.

⁷⁵² **AHMPAJS.** Inventário post-mortem de Antônio Marques Pereira da Silva, 1868, caixa 99, ordem 15, código 1SVC.

velhas, uma vaca com cria, uma vaca solteira e uma vitela. Sua escravaria, totalizando oito cativos, era composta de cinco mancípios até 12 anos e três adultos, dois homens e uma mulher. Todavia, o grosso de seus bens era constituído pelas dívidas ativas de sua casa de negócios, além de R\$ 550\$00 em ações da Companhia União & Indústria, R\$ 870\$000 em apólices da dívida pública e R\$ 696\$909 em dinheiro na Casa Ferreira Lage & Cunha – somando R\$ 2:116\$909. Ele também possuía alguns imóveis na cidade de Barbacena: uma morada de casas no Largo da Matriz e armação de negócios, mais duas casas no mesmo lugar, uma posse também no mesmo lugar e sete partes de uma chácara na rua abaixo – os imóveis urbanos totalizavam R\$ 10:796\$800.⁷⁵³ Ao que parece Antônio Marques era um comerciante que iniciava suas aplicações no mundo rural, visto que 84,16% de seu monte líquido compunha-se de bens urbanos.

Parece que com a morte de Marcelino José Ferreira Armonde o seu ex-caixeiro Antônio Marques Pereira da Silva, tenha comprado aos herdeiros a casa de negócios que Marcelino possuía em Barbacena. Não temos muitas evidências para esta afirmação, mas é certo que ao falecer Antônio Marques tinha uma sortida casa de negócios no Largo da Matriz com uma extensa lista de clientes, cujas dívidas somavam juntas R\$ 58:423\$641. Dentre seus devedores encontramos figuras ilustres, como seus sobrinhos o Barão de Prados e o Barão de Pitangui, Lino Ferreira Armonde e Carlos de Sá Fortes (filho de Manuel Bustamante, supostamente assassinado pelo Capitão José Ferreira Armonde,

⁷⁵³ **AHMPAJS.** Inventário post-mortem de Antônio Marques Pereira da Silva, 1868, caixa 99, ordem 15, código 1SVC.

conforme tratado no capítulo um). Também faz parte do rol de devedores o populacho, a exemplo de Francisco, escravo do senhor Elias de Campos, Marcelino, escravo que foi do senhor Manoel Tomaz, a rapariga do senhor Ferraz, o Carlos que “toca órgão” e o Modesto sapateiro. Os valores das dívidas variavam de modestos réis a alguns contos de réis. Sua clientela não estava restrita a Barbacena, mas disseminada pelos seus arredores, como Gonzaga, Remédios e Quilombo. Note-se que a família Armonde consta entre os clientes de Antônio Marques, indicando que já não possuíam mais a casa de negócios.

Adquirindo a casa comercial que outrora fora dos Armonde ou simplesmente abrindo um negócio deste tipo, após os Armonde terem encerrado os negócios em Barbacena, o certo é que Antônio Marques herdou a confiança dos comerciantes da praça do Rio de Janeiro, que o conheciam de longa data tratando dos negócios de Marcelino José Ferreira Armonde. Ele também herdou os antigos clientes. Enfim, as relações clientelares que faziam prosperar os seus negócios já estavam estabelecidas.

Mas vamos voltar ao início da sessão e à escritura de perfilhação que abre o texto. Marcelino José Ferreira Armonde ao legitimar os filhos nomeou todos os parentes até o quarto grau, que, em tese, poderiam questionar sua vontade e reclamar direitos de herança, e declarou que todos estavam de acordo com a sua vontade, conforme texto abaixo.

Não tendo como não tem o suplicante herdeiros necessários, também não conta outros mais próximos do 4º grau por direito civil, a não serem seus irmãos padre José Joaquim Ferreira Armonde, Anna Quitéria Umbelina, Manoel Ignácio Ferreira Armonde, Antônio José Ferreira Armonde, Flávio José Ferreira Armonde e Lino José Ferreira Armonde, sua cunhada Maria José de Santa Anna, seu sobrinho Mariano Procópio Ferreira Lage, seu tio padre Lourenço Gonçalves Lage e seus primos José Damaso da Costa

Lage, Domingos Antônio Lage e dona Maria José Miquelina da Silva, casada com o comendador José Antônio da Silva Pinto, os quais são contentes na legitimação pedida, como consta dos documentos juntos, o que tudo, e o mais alegado, é verdade, que jura o suplicante, e para cuja prova oferece como testemunhas a Antônio José Valadares, Luis José de França, José Floriano de Castro e Joaquim da Costa Pereira Vidal, além das informações a que V^aS^a se dignar proceder, e a vista do que

P. a V^aS^a que mandando distribuir e autuar esta se lhe tome o seu juramento, e inquiridas as testemunhas, se proceda as mais diligencias para o fim de conceder-lhes os pedidos de legitimação e passar se cartas em o que

P.M^e

Marcelino José Ferreira Armonde.⁷⁵⁴

No acervo da Fazenda Santa Sofia constam cópias de algumas das procurações passadas pelos parentes relacionados declarando que estavam de acordo com a solicitação de Marcelino.

Em livro publicado em 1998 Maria Beatriz Nizza da Silva, **História da Família no Brasil Colonial**, estabeleceu uma ‘tipologia’ de famílias, dentre as quais há um tópico dedicado à família dos negociantes, chamado de ‘Negócios em Família’.⁷⁵⁵ Avaliando a produção historiográfica sobre o tema, a autora observou que “mais do que os outros tipos de famílias, a dos comerciantes apresenta especificidades que cumpre analisar em relação aos negociantes da Bahia e do Rio de Janeiro, pois os das demais capitanias ainda estão exigindo maiores pesquisas”.⁷⁵⁶

Pouco mais de uma década se passou e hoje, com a intensificação dos estudos **micro-históricos**, contamos com um conjunto de obras que abordam direta ou indiretamente algumas famílias de comerciantes mineiros. Silvia Brügger,

⁷⁵⁴ **ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA**. Escritura de perfilhação, 1847

⁷⁵⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Tipologias*. In: **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, pp. 51-144.

⁷⁵⁶ Idem, p. 107.

por exemplo, analisou as *estratégias familiares e as alianças matrimoniais* de algumas famílias sanjoanenses, acompanhando a importância dos arranjos conjugais em suas trajetórias, perseguindo três gerações. A autora observou as variações das riquezas através das gerações e por entre os diferentes ramos familiares. Dentre as famílias analisadas estão os Lobo Silva Rios e os Pinto Magalhães, dedicadas às atividades mercantis. Brügger corrobora com a tese de João Fragoso e Sheila Faria, de que na sociedade escravista brasileira havia diferença entre riqueza e prestígio. Em suas palavras: “Atividades que conferiam status – como as agrárias – tendiam a empobrecer as sucessivas gerações, enquanto outras, desprestigiadas socialmente, como o comércio, eram produtoras das maiores riquezas”.⁷⁵⁷

Creio, contudo, que o empobrecimento se dava não pela permanência nas atividades agrárias, mas pelo fracionamento das unidades produtivas e, logicamente, da divisão dos equipamentos necessários à produção. Isso levava parte dos herdeiros a empreenderem uma nova estruturação da fração da unidade produtiva original, que por ventura tenha ali sido reservado na herança, o que, com toda a certeza, consumia parte significativa da capacidade produtiva desse novo núcleo familiar. Conseqüentemente levava a um aparente empobrecimento comparativamente ao núcleo familiar original, representado pela sua unidade produtiva. Porém, há que se considerar que este último se fragmentou em vários outros núcleos que, somados, nos mostraria a real capacidade reprodutiva da unidade original.

⁷⁵⁷ BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. op. cit., 2007. Ver principalmente o cap. 4- *Estratégias familiares e alianças matrimoniais*, p. 221-281. Citação na p. 234.

Paula Chaves Teixeira também se dedicou a estudar os negócios entre a Província mineira e a praça comercial do Rio de Janeiro tendo como fio condutor o comerciante Gervásio Pereira Alvim (1850-1888), de São João Del Rei. A base de análise foi a documentação particular preservada pelos descendentes. A análise da documentação permitiu à autora recuperar informações acerca dos tratos mercantis entre a corte e a Província de Minas Gerais, a movimentação de contas e acertos de créditos, com destaque para a importância da família como elemento de inserção no comércio regional “porque a família, além de ostentar uma grande capacidade de criação de vínculos e redes de clientelas, revelou ser a base de identificação e sustentação dos indivíduos.”⁷⁵⁸ A família ajudava a expandir a rede clientelar.

Na prática havia formas múltiplas de arranjos familiares e de organização das unidades produtivas, como, por exemplo, a manutenção em comum das heranças, o que observamos para o caso da família analisada, quando da morte de Francisco Ferreira Armonde, pai, ocorrida em 1814, analisado no segundo capítulo. Por esta ocasião seus bens permaneceram em comum até a morte da esposa, em 1845, formando uma espécie de sociedade familiar.

Célia Muniz chama de “comunidade familiar” às famílias que se mantêm unidas em uma mesma propriedade, após a morte do pai ou da mãe, objetivando a manutenção e viabilidade da unidade produtiva.⁷⁵⁹ Neste sentido, Hellen Woortmann, observou que “para Chayanov a família é uma unidade econômica

⁷⁵⁸ TEIXEIRA, Paula Chaves. op. cit., 2009, p. 193.

⁷⁵⁹ MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Uma metodologia para o estudo de famílias de cafeicultores do Vale do Paraíba no século XIX. Anais do I Colóquio do LAHES*. Juiz de Fora: UFJF, 2005. <http://www.lahes.ufjf.br/publicacoes/Coloquio1%20PDF/Celia%20Maria%20Loureiro%20Muniz.pdf>, acessado em 22 de dezembro de 2008.

ocupada em reproduzir seus fatores de produção”.⁷⁶⁰ E Linda Lewin chamou a atenção para o estabelecimentos de jovens casais na parte da unidade produtiva dos pais do marido, que lhes era reservada para a herança, ou na parte recebida a título de dote cedidas pelos pais da noiva.⁷⁶¹ Também aqui encontramos semelhanças com a família estuda, quando analisamos as trajetórias das filhas de Marcelino José Ferreira Armonde, Clotilde e Camila, ambas assentadas com seus maridos em terras cedidas pelo pai. Outra opção eram as migrações, em busca de alianças fora do lócus de origem, que possibilitavam a montagem de novas unidades produtivas, evitando a fragmentação das propriedades.⁷⁶² Podemos sintetizar a questão com as palavras de Linda Lewin, “Do mesmo modo que a descendência, a residência não admitia regas firmemente consolidadas”.⁷⁶³

Marcos Andrade também analisou as relações entre família, negócios e poder (entre 1799-1850), contemplando o Sul da capitania de Minas Gerais. Os personagens estudados pelo autor construíram suas riquezas investindo nas atividades agropastoris e na comercialização de gêneros necessários ao abastecimento interno, negociados, principalmente, na praça mercantil do Rio de Janeiro. Para consolidar a proposta da pesquisa, o autor destacou a família Junqueira (fazendeiros/negociantes), analisando suas estratégias matrimoniais e alianças não-parentais objetivando consolidar seu poderio econômico e político.

⁷⁶⁰ WOORTMANN, Hellen F. op.cit., p. 30.

⁷⁶¹ LEWIN, Linda. Op. cit., p. 124.

⁷⁶² A respeito da manutenção da propriedade em comum, cf. GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro, op. cit., p. 118 e GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de preto**: op. cit.. Sobre as migrações em busca de novas oportunidades ver CASTRO, Hebe Maria Mattos de, *Cap. II: Um homem móvel*. In: **Das Cores do Silêncio**: os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995, p. 43-59.

⁷⁶³ LEWIN, Linda. Op. cit., p. 124.

Para tanto, acompanhou a trajetória dos filhos e de alguns netos do casal fundador da família em apreço.

Para além da produção sobre as Minas Gerais, chamo a atenção para os estudos de uma nova geração de historiadores que têm se dedicado sobre esta temática nas diversas regiões do Brasil, com destaque para as pesquisas de Fábio Kuhn e Mariana Muaze, ambas originalmente apresentadas como teses de doutorado na Universidade Federal Fluminense.

Kuhn se dedicou ao estudo das estratégias familiares, políticas e afirmativas das elites do sul da América Portuguesa, do século XVIII, com ênfase na rede de sociabilidade dos indivíduos. O autor privilegiou investigar a trajetória de três famílias de estancieiros estabelecidos em Viamão, procurando construir um modelo interpretativo das variáveis presentes nas estratégias familiares do grupo que ele chama de “gente da fronteira”. Kuhn partiu da análise dos inventários de três indivíduos considerados pioneiros da elite sul-rio-grandense: João Rodrigues Prates, Jerônimo de Ornelas e Francisco Pinto Bandeira.⁷⁶⁴

Mariana Muaze parte da história da abastada família Ribeiro de Avellar para resgatar as estratégias intra e extra-familiares de frações da elite imperial, no Rio de Janeiro, mais especificamente Paty do Alferes, região de Vassoura, na segunda metade do século XIX. Senhores de muitas terras e homens escravizados, os Ribeiro de Avellar se dedicavam aos negócios do café – plantio e

⁷⁶⁴ KUHN, Fábio. **Gente da Fronteira**: família, sociedade e poder no sul da América Português – século XVIII. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

comércio. A riqueza oriunda de seus negócios sustentou a abastança e o poder de três gerações.⁷⁶⁵

A recente produção historiográfica sobre família tem mostrado a multiplicidade dos arranjos familiares e mesmo que muitas vezes, inclusive entre indivíduos da elite, o casamento não foi a opção. Portanto, os resultados da pesquisa proposta, ao estudar as estratégias de relações interindividuais dos Ferreira Armonde, apontou as estratégias matrimoniais da família em apreço. Ou, conforme observou Mariana Muaze, que também trabalhou com variada documentação, incluindo cartas particulares e fotografias:

a própria noção de família, que pontua o objeto de estudo desta pesquisa, será definida a partir da 'descrição densa' das fontes selecionadas tendo em vista recuperar, na medida do possível, as teias de significados construídos e compartilhados socialmente.⁷⁶⁶

⁷⁶⁵ MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)**. Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

⁷⁶⁶ Idem, p. 29.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Os resultados do estudo empreendido nesta tese soma-se a outros que foram apresentados e discutidos ao longo do texto e que fazem emergir aspectos ainda pouco conhecidos dos pesquisadores das ciências humanas, seja pelas insuficiências de pesquisas existentes sobre o tema, seja pelo ineditismo das fontes pesquisadas. Isto é, são ainda escassos os estudos relativos a Barbacena, seja sob o aspecto econômico, político ou social. Também recentes e insuficientes são as pesquisas que se debruçam sobre as abastadas famílias mineiras setecentista e da primeira metade do XIX e, principalmente, sobre os comerciantes mineiros. O grosso dos estudos sobre a sociedade mineira ainda têm como tema a sociedade mineradora e, nas últimas décadas, a sociedade que emergiu da economia cafeeira.

Todavia, o que as pesquisa de Marcos Andrade, Silvia Brugger, Afonso Alencastro, Adriano Teixeira, Paula Teixeira e esta apontam é para a diversidade da economia mineira dos séculos XVIII e XIX para além do produto econômico então dominante (ouro ou café), demonstrando o seu dinamismo e a capacidade de articulação de sua elite. A atividade mineradora criou demanda e abriu espaço para o desenvolvimento, na Capitania de Minas Gerais, das atividades agro-pastoris, dinamizando o mercado interno e estimulando no desenvolvimento de núcleos urbanos, principalmente ao longo das estradas que ligavam o centro minerador ao centro econômico, político e exportador da Colônia e depois do Império do Brasil. Ao mesmo tempo, à medida que se desenvolviam as estruturas necessárias ao estabelecimento do Estado, principalmente a estrutura fiscalista,

os centros geravam demanda por produtos agro-pastoris necessários à manutenção das populações citadinas.

Foi exatamente neste contexto de estruturação do Estado que a família Ferreira Armonde aportou nas Minas Gerais e encontrou oportunidades para se fixar, apossar-se de terras e dedicar-se ao comércio, onde fariam fortuna, sem perder as oportunidades de diversificar seus investimentos e tecer alianças de parentesco, sociais e políticas que fariam deles senhores de terras e de homens, mercadores de negros, de poaia e de café – construindo e consolidando uma das maiores fortunas das Minas Gerais ainda na primeira metade do século XIX. Aproveitaram-se das oportunidades oferecidas por um mercado interno em franca expansão, com grande circulação de riquezas, que não deve ser reduzida à circulação fiduciária. Um mercado extremamente dinâmico que utilizou-se da própria circulação de mercadorias para se afirmar.

A vinda da Corte para o Brasil dinamizou ainda mais este mercado. Ao mesmo tempo em que aumentou a demanda pelos produtos de subsistências (agropastoris) gerou riquezas que possibilitou a formação de uma “nobreza da terra” enriquecida, estimulando o consumo por produtos europeus requintados. Em suma, desenvolveu-se nas Minas Gerais um mercado interno dinâmico, que possibilitou a expansão vertiginosa da mão-de-obra escrava e o crescimento significativo da população livre.

Cabe ressaltar, ainda, que as relações estabelecidas entre os grandes comerciantes mineiros com seus agentes na Corte eram reproduzidas no interior das Minas Gerais. E que os mineiros, ou pelo menos parte deles, não eram

somente dependentes de seus comissários na Corte, mas, em alguns casos pelo menos, eram eles que ajudavam a sustentar os negócios da Corte.

Em relação especificamente à família que serviu de parâmetro para a pesquisa, podemos afirmar que Marcelino José Ferreira Armonde, filho do rico comerciante e fazendeiro Francisco Ferreira Armonde e neto de outro de igual nome, um português pobre assentado na Comarca do Rio das Mortes no início do século XVIII, fez uma das maiores fortunas mineiras do século XIX – assim como seus irmãos. Sua riqueza e prestígio fizeram dele o Barão de Pitangui, em 1848. Seus filhos, todos frutos de “relações ilícitas” com Possidônia Eleodora da Silva, tiveram títulos de Nobreza. O mais velho, Camilo Maria Ferreira Armonde, foi Barão (1865), depois Visconde de Prados (1871) e Conde de Prados (1881). Honório Augusto Ferreira Armonde foi o segundo Barão de Pitangui (1861), este título ele conquistou em disputa com o irmão mais velho que também o desejou. A irmã Camila casou-se com José Ribeiro de Rezende, que foi o Barão de Juiz de Fora (1881). Ou seja, todos eles foram bastardos, ricos e nobres.

Assim, observamos que o famoso dito popular utilizado pela historiografia “avô rico, pai nobre e filho pobre” deve ser relativizado, pois dependerá sempre do ponto de vista, isto é, da geração a partir da qual se inicia a análise. No caso que privilegiei, analisando a partir do português Francisco Ferreira Armonde até seu neto Marcelino José Ferreira Armonde, teríamos a inversão do ditado para “avô pobre, pai rico e filho nobre”.

Finalmente, considero que esta tese apontou muitas possibilidades de pesquisa que permanecem em aberto. Ouso dizer que cada um dos capítulos

(e alguns subcapítulos) tem potencial para ser ampliado, desdobrado e aprofundado. Infelizmente o tempo não permitiu o grau de detalhamento que eles mereciam. Fica o desejo de que em pesquisas futuras seja possível completar as lacunas.

ANEXOS

ANEXO 1

LIQUIDAÇÃO DOS CREDITOS PERTENCENTES A TESTAMENTARIA DO FINADO ANTÔNIO JOSÉ FERREIRA ARMONDE

CREDITO INVENTARIADO	VALOR INVENTARIADO	VALOR COBRADO
Manoel Rodrigues de Souza	3:715\$896	4:367\$067
Victal Antônio de Campos	3:370\$000	3:370\$000
José Rodrigues Tosta	1:739\$656	1:739\$656
Antônio Netto Carneiro	605\$135	656\$970
Manoel Fagundes do Nascimento (Apresentou recibos)	1:929\$812	1:328\$273
Manoel Ignácio Ferreira Armonde	700\$000	700\$000
José Gonçalves Vilella	103\$321	149\$000
Francisco de Paula Maxado	408\$264	200\$00
Existe crédito por saldar		
Manoel Joaquim Dias	130\$000	
Existe credito para saldar		
Manoel Mattola de Miranda	37\$409	
Existe o credito e apresentou recibos só restam		5\$524
José Carneiro de Andrade (existe documentos)	122\$000	
Francisco Leite Ribeiro	805\$411	805\$411
Joaquim Alves de A[zevedo]	637\$670	
Apresentou recibos de mãos, só restam		575\$329
Joaquim Rodrigues Costa	1:777\$000	
Apresentou recibo de mão, só restam		1:591\$000
Manoel Gonçalves Pinto Bz ^a	1:791\$646	
Apresentou recibo de mão, só restam		1:113\$100
Manoel Gonçalves Barbosa	2:568\$418	4:444\$095
Francisco Teixeira Lopes	3:121:922	
Apresentou recibo de mão, só restam		3:066\$568
José Pereira Milheiro	1:820\$000	
Apresentou recibo de mão, só restam		429\$516
Antônio José Rodrigues	1:767\$476	1:936\$000
Francisco das hagas Werneck	2:429\$021	
Apresentou recibo de mão, só restam		1:314\$810
Manoel Joaquim do Nascimento	1:339\$715	1:368\$570
José Rodrigues dos Santos Loures	2:440\$490	
Apresentou recibo de mão, só restam		1:039\$880
Francisco de Paula Alves	1:069\$615	1:392\$270
Manoel Antônio da Silva Esquina	1:102\$488	1:200\$292
Elias Gonçalves Campos	315\$092	315\$386
Domingos José da Silva	207\$020	211\$016
José de Oliveira Gomes	305\$000	
Apresentou recibo de mão, só restam		195\$000
Francisco Antônio Serpa	166\$464	181\$181
Domingos Ferreira Coelho	110\$135	112\$133
d. Gertrudes Felizarda Nunes	1:625\$732	1:808\$000
Christovão José de Souza	469\$592	529\$193
Manoel José Alves	1:053\$464	1:060\$000
Antônio Bernardino Rodrigues	2:099\$864	2:313\$864
CREDITO INVENTARIADO	VALOR	VALOR

	INVENTARIADO	COBRADO
Florentino Antônio da Silva	1:868\$660	1:808\$660
Prudêncio Lourenço de Barros	883\$103	1:122\$970
Francisco José Maxado e José Luiz Maxado	1:018\$526	1:122\$284
Francisco das Chagas Alvim	3:000\$000	3:000\$000
Lourneço Bernardino Liquidou-se, só restava	4:320\$000	3:205\$398
João Correa Abrão	3:300\$000	3:781\$300
José Esteves dos Reis Apresentou recibo de mão, só restam	1:100\$000	1:036\$201
Antônio Maurício Rodrigues Valle	10\$000	10\$000
Manoel Moreira, abonado por Fortunato	25\$000	25\$000
Domingos da Costa Braga	23\$000	23\$000
Manoel Gonçalves Pinto	105\$000	105\$000
Francisco Alvim Machado	657\$240	657\$240
Antônio Fagundes do Nascimento Apresentou recibo de mão, só restam	769\$814	3:605\$398

Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL PROF. ALTAIR JOSÉ SAVASSI – PREFEITURA DE BARBACENA, inventário *post mortem* de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2, fls. 40-42.

RESUMO DAS DÍVIDAS

- importaram os créditos inventariados – 59:843\$561
 - “recibos de mão apresentados pelos devedores e Falência de José Fagundes do Nascimento” – 7:599\$975
 - mais abates [ileg.] de José de Oliveira Gomes, descrito duas vezes no inventário 1 em poder de Francisco Leite Ribeiro outro em poder de Manoel Fagundes do Nascimento, cujo credito é da quantia de 305\$000
 - Total a ser abatido – 7:904\$975
- FICOU LÍQUIDO – 51:938\$585

ANEXO 2

LISTA DA CRIAÇÃO PERTENCENTE A PONTE NOVA VENDIDA OU MORTA DESDE O DIA 4 DE FEVEREIRO DE 1852 ATÉ 1857 - CRIAÇÃO CAVALAR, MUAR E VACUM*

DATA	CRIAÇÃO INVENTARIADA	AVALIAÇÃO	A QUEM FOI VENDIDA	PREÇO DE VENDA	OBS
1852					
16/02	5 éguas solteiras	50\$000	Sr. Vital Ferreira Campos	60\$000	3 vacas solteiras não foram inventariadas
20/02	9 éguas solteiras	90\$000	Ao mesmo	90\$000	
20/02	5 éguas paridas	90\$000	Ao mesmo	90\$000	
28/02	8 éguas solteiras	80\$000	Ao mesmo	80\$000	
28/02	3 éguas paridas	54\$000	Ao mesmo	54\$000	
24/03	6 éguas paridas	60\$000	Honório Augusto José Ferreira	72\$000	
1857					
31/04	1 éguas lazã velha	16\$000	Joaquim Nopomuceno	18\$000	
31/04	1 éguas russa velha	20\$000	Ao pardo Leonardo	18\$000	
31/04	1 égua mascarada	16\$000	João José de Santa Ana	18\$000	
31/04	1 cavalo casto velho	30\$000	João Manoel Furtado	35\$000	
1852					
28/02	1 jumento	50\$000	Vital Ferreira Campos	50\$000	
28/02	1 jumento velho	20\$000	Ao mesmo	20\$000	
0305	2 jumentos inferiores	20\$000	Ana Quitéria Umbelina	60\$000	Não foram inventariadas
20/02	7 vacas falhadas	182\$000	José Ferreira Nunes	182\$000	
20/02	3 novilhas de 2 anos	60\$000	Ao mesmo	60\$000	
20/02	10 novilhas de 1 ano	100\$000	Ao mesmo	100\$000	
20/02	1 marruá novo	25\$000	Ao mesmo	30\$000	
20/02	6 vacas solteiras	156\$000	Manoel Ignácio de Barbosa	156\$000	
28/02	6 vacas paridas	168\$000	Manoel Ribeiro Nunes	168\$000	
28/02	4 novilhas de 2 anos	80\$000	Ao mesmo	88\$000	
28/02	6 novilhas de 1 ano	60\$000	Ao mesmo	72\$000	
22/03	1 boi cego	20\$000	Ao mesmo	21\$000	
22/03	1 vaca de refugo	26\$000	Não consta	28\$000	
17/04	12 novilhos de um ano	96\$000	Não consta	120\$000	
17/04	4 vacas de corte	80\$000	Não consta	92\$000	
17/04	2 vacas de corte	40\$000	Não consta	45\$000	

DATA	CRIAÇÃO INVENTARIADA	AVALIAÇÃO	A QUEM FOI VENDIDA	PREÇO DE VENDA	OBS
1853					
09/01	3 vacas de corte	60\$000	Jacinto Rodrigues Torres	60\$000	
09/01	3 vacas de refugo	78\$000	Ao mesmo	78\$000	
08/10	2 bois de carro para corte	60\$000		60\$0v	
08/10	5 vacas de corte	130\$000		100\$000	
08/10	6 vacas de corte	168\$000		126\$000	
1854					
17/02	7 rezes de refugo	182\$000		155\$750	
17/02	2 rezes de refugo	52\$000		44\$000	
17/02	4 rezes de refugo	104\$000		92\$000	
17/02	1 boi casto de corte	30\$000		30000\$	
1855					
13/03	1 vaca de refugo	26\$000	Quintiliano Antônio de Medeiros	30\$000	
13/03	11 vacas de refugo	308\$000	Ao mesmo	330\$000	
20/03	1 vaca solteira	25\$000	Manoel Antônio da Silva esquina	32\$000	
21/03	1 vaca de corte	26\$000	Domingos Francisco Lais (sic)	28\$000	
1856					
14/01	2 vacas para corte	56\$000	Ao mesmo	62\$000	
1857					
21/04	6 vacas paridas	168\$000	Ana Quitéria Umbelina	264\$000	
21/04	9 vacas paridas	180\$000	A mesma	400\$000	
25/04	6 bois de carro	180\$000	Lino José Ferreira armonde	276\$000	
25/04	2 bois de carro	16\$000	Ao mesmo	92\$000	
25/04	11 vacas avulsas	308\$000	Ao mesmo	391\$000	
25/04	3 vacas avulsas	78\$000	Ao mesmo	115\$000	
25/04	11 vacas avulsas	220\$000	Ao mesmo	419\$000	
27/04	2 vacas paridas	40\$000	José Simplicio de Souza Barreto	80\$000	
31/04	1 vaca velha e magra	28\$000	Domingos Francisco Lais	24\$000	
31/04	1 vaca parida	20\$000	Ana Quitéria Umbelina	44\$000	
31/04	1 vaca de refugo	20\$000	Domingos Francisco Lais	24\$000	

DATA	CRIAÇÃO INVENTARIADA	AVALIAÇÃO	A QUEM FOI VENDIDA	PREÇO DE VENDA	OBS
1853					
s/d	1 cavalo rufião velho	Não consta	Flávio José Ferreira Armonde	13\$000	Não foi inventariado
soma	210	4:233\$000		5:194\$750	

Fonte: ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL PROF. ALTAIR JOSÉ SAVASSI – PREFEITURA DE BARBACENA, inventário post mortem de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2, fls. 40-42.

* A tabela foi reproduzida conforme costa do inventário.

ANEXO 3

LISA DE PESSOAS QUE TROCARAM CORRESPONDÊNCIA COM OS FERREIRA ARMONDE

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
Agostinho Nunes M	18480608		
Anacleto Marcelina	18380301		
Anastácio Leite	1813120		
Angelo Mez.	18360803	Barbacena	
Antero José Lage Barbosa	18481026		
Antônio Barroso Ferreira	18481214		
Antônio Bispo	18480105		
Antônio da Fonseca	18290218		
Antônio Daniel da Costa	18460226 ^a		
Antônio de Castro Ribeiro	18410422		
Antônio de Faria Moreira (falecido)	18420107		
Antônio de Miranda	18130126		
Antônio de Sá Fortes	18400316		
Antônio dos Reis Silva Rezende	18470407		
ANTÔNIO FERNANDES [Vieira ou Pereira] Carvalho (patrício)	18201230	Rio de Janeiro	
Antônio Fernandes Pereira Correia	18271228		
Antônio Francisco dos [Reis] Barros	18470704		
Antônio João de Freitas	18281228		
Antônio João do Valle	18460420		
Antônio José de carvalho	18290331		
Antônio José de castro	181811sd		
Antônio José Monteiro Amarante	18480120	Rio de Janeiro	
Antônio José Pereira	18441108-2		
Antônio José Ribeiro Bhering	18440129		
Antônio Julio de Souza Novaes	18350121		
Antônio Lopes Coelho de Souza Bastos	118480418		
Antônio Moreira da Cruz	18310414		
Antônio Pinto Loures	18410623		
Antônio Ribeiro Maranhoso	18221211		
Antônio Rodrigues [conde]	18450423		
Antônio Rodrigues Nunes Junior	18470624-1v		
Antônio Teixeira da Carvalho	18240721		
Apolinário José Moura	18350121		
Barão de Caxias	18420902		
Bernardo José de Figueiredo	18340131		
Bernardo Pereira de Vasconcelos (senador)	18440520		
C.J. Cardoso	18280131		
Caetano Alberto Soares	18460121		
Caetano José Machado	18440304		
Constantino [pereira]	181811sd		
Coronel Souto	18431231		
Cristovam José de Souza	18470107		
Custódio Fagundes	18470705		
Defino Severiano dos Reis – sargento do corpo policial	18420218		
Demétrio José Ferreira	18270525		
Manoel Teodorico	18380301		
Domingos Antônio Lage	18380301		
Domingos Gomes	1813120		

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
Eduardo Oxenford	18300731		
Eduardo Rosa	18290218	Portugal	
Elias da Silva Espíndola	18390101		
Ezequiel Moretz Shon	18300731		
Fortunato Mendes Ferreira	18440102		
Francisca Antonia Ferreira	18460226 ^a		
Francisco de Araujo	18410203		
Francisco de Assis Rodrigues	18360419		
Francisco de Paula Andrade	18330810		
Francisco de Paula da Silva	18280131		
Francisco de Paula Santos & Cia	18350121		
Francisco de Paula Villas-Boas da Gama	18410711		
Francisco Gomes Martins	18460218		
Francisco Joaquim Marques Floriano	18350121		
Francisco José Coelho Vianna	18390824-2		
Francisco Machado Coelho	18210727		
Francisco Mariano de Oliveira	18280131		
Francisco Tereziano Fortes (Cap.)	18340506-2		
Francisco Vicente de Santana	18440119		
Geraldo Rodrigues de Aguiar (Cel.)	18450501		
Guilherme Yung & Filhos	18300731		
Henrique Coelho de Souza	18410711		
Henrique Libert	18310414		
Inácio José Rodrigues (Sargento Mor)	18350121		
Inocência	18380301		
Inocência José da Silva	18500101		
Isac da Silva Mendes	18281124		
J.C. Seabra	18280131		
J.L. de Azevedo	18280131		
Jacinto Pereira de Moraes e Castro	18280131		
Jerônimo José Espíndola	18320830		
João Antônio	18380301		
João Antônio Teixeira	18460802-2		
João Ayres Gomes	18450516		
João Batista Drumont	18490705		
João Correia Tavares	18340415		
João da Silva Cardoso	18220611		
João da Silva de Andrade	18470802		
João Ferreira da Silva	18451216		
João Gonçalves Gomes de Souza	18460228-2		
João Gonçalves Vianna	18450812		
João José Soares	18471215		
João Marciano Cerqueira Leite	18440327		
João Paulo dos Santos Barreto	18440905		
João Ribeiro Mendes	18460226-3		
João Silvério do Nascimento	18470408		
João Timóteo de Ar.	181811sd		
João Vital Barbosa	18430203		
Joaquim Antônio Ferreira	18461006		
Joaquim Cláudio	18130126-1v		
Joaquim de Araujo	18410203		
Joaquim Flauzino Moreira (padre)	18430606		
Joaquim Gualberto	18461006		
Joaquim José de A. Oliveira	18441024		
Joaquim José de Santa Ana	18410221	Rio Novo	
Joaquim José Luiz de Abreu	18450921 ^a		

NOME	DATA DA CORRESPON DÊNCIA	LOCAL	OBS
Joaquim Leandro de Azevedo (vigário)	18271228		
Joaquim Manoel (C).	18131202-3		
Joaquim Miz. da Costa	18450609		
Joaquim Manoel de Oliveira Bastos	18440927		
José Antônio Barroso de carvalho	18460225		
José Antônio da Silva e Moraes	18460308		
José Antônio de Magalhães	18291213		
José Antônio Ribeiro	18460226 ^a		
José baptista de Figueiredo	18460226 ^a		
José Baptista Muniz. De Souza Castellares	18390824-2		
José Bastos Pinto	18351124		
José Correa de Mendonça	18430906		
José de Souza Carvalho	18450609		
José Dias	18481030		
José Domingues da Silva	18461006		
José Esteves dos Reis	18481030		
José Eugenio Teixeira Leite	18461121		
José Fernandes de Oliveira Penna & Cia	18350121		
José Ferraz de Bambuhy	18450501		
José Ferreira Nunes	18360817		
José Francisco de Moura & Cia	18350121		
José Joaquim do Carmo	18290218		
José Justino Carneiro	18350121		
José Justino Pereira de Faria	18300731		
José Lopes de Azevedo	18480418		
José Lourenço	18461006		
José Lourenço de Castro	18450407		
José Lourenço Dias	18451229		
José Manoel DE OLIVEIRA			
José Manoel Ferreira	18460205		
José Mário da Cruz	18410624		
José Martins de Azevedo	18471019		
José Maximiano Velho	18450811		
José Mz. de Azevedo	18441114		
José Paulo dos Santos Barreto	18441110-1		
José Pedro Dias de Carvalho	18440421		
José Pereira Alvim	182411sd		
José Ribeiro de Rezende	18450106		
José Rodrigues Costa	18440215		
José Silvério da Mata	18440226		
José Simpliciano de Souza Barreto	18410203		
José Venâncio Ferreira	18450611		
José Vicente de Oliveira	18470102		
José Vieira da Silva	18441105		
Josefa Luiza de Figueiredo	18420930		
Justiniano José da silva	18460316		
Lauriano Leite	18460802		
Limonges	18281128	Tijuco	
Lino Bernardino dos reis	18421103		
Lino José Ferreira Armondes	18380301		
Lourenço de Castro	18460921		
Luciano Leite Ribeiro	18451229		
Luiz Moretz Shon	18271228		
Luiz Vasco Cardoso	18290218		
Manoel Afonso Lima	18220611		
Manoel Antônio Bezerra	183906sd		

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
Manoel Antônio da Silva	18360803	Barbacena	
Manoel Antônio de Amorim	18440527		
Manoel Caetano Martins	18311231		
Manoel Costa e Silva	1813120		
Manoel Dornelas da Costa	18441108		
Manoel Ferreira Armondes	18380301		
Manoel Furtado Campos	18450423		
Manoel Gervásio	18380301		
Manoel Gonçalves Pinto Barbosa	18461111		
Manoel Ignácio de Mello e Souza	18370707, 18371108		
Manoel José da Silva Canedo	18370920		
Manoel José Duarte Guimarães	181811sd		
Manoel José Moreira	18341228	Campos	
Manoel Máximo	18130126-1v		
Manoel Pereira da Silva Torres (ferreiro)	18380301		
Manoel pereira. Marques	18480224, 18480310		
Manoel Ribeiro de Souza (Capitão)	18290218		
Manoel Rodrigues Valle	18470701		
Manoel Teixeira de Souza	18420218		
Manoel Velho da Silva	18461006		
Marcelino Gonçalves da Costa	18450516		
Marcelino José da Costa	18470102		
Marcelino José de Santana	1833smsd		
Marciano Fernando Scotti	18430124		
Marciano de Azevedo Cout ^o	18460226 ^a		
Marcos Antônio Monteiro de Barros (senador)	18300731		
Maria Emerenciana Ribeiro	1824smsd		
Maria Joaquina	18290218	Portugal	
Martinho Alves de Souza	18461006		
Miguel Pinto Braga	1833smsd		
Manoel Pereira Assis Alvim	18490404		
Naylor, Irmãos & Cia	18300731		
Padre Bessa	18460205		
Paulo Estellita de Souza	18480130		
Pedro Alcântara Cerqueira Leite	18450610		
Pedro Bandeira de Souza Junior	18440421		
Pedro Claudio Dinamarques	18350121		
Pedro Dias da Silva	18450516	Santa Rita	
Pedro Gonçalves de Moura (herdeiro padre Faria)	18420107		
Pedro Lages Amarante	18441108		
Pedro Teixeira de Carvalho	18450516		
Prudêncio Lourenço de Barros	18470610		
Prudêncio Pereira Sales	18350121		
Reedy Lovy & Schuery	18360209	Rio de Janeiro	
Roberto Francisco dos Reis	18360803	Barbacena	
Romualdo José Monteiro	18221102	Vila Rica	
Salustiano Severo da Silva	1833smsd		
Samuel, irmãos & Cia	18300731		
Sebastião Policarpo Xavier Almeida	18450920		
Sebastião Rodrigues machado	18290218		
Serafim da Costa Souto	18490607		
Serafim Mariano Alz.	18371122		
Severino José do Nascimento Pereira	18450516	Ibertioga	

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
Silvester Magister	18430401		
Silvestre Jacinto Silva	18241120		
Silvestre Martins do Couto	18460129		
Silvestre Pacheco do Couto	18441024		
Simplício José Ferreira	18380301		
Souza Vasconcellos & Coelho Duarte	18450422		
Teotônio de Souza Guerra	18311231		
Theodolino Antônio Ferreira	18490215		
Thomas Rodrigues Milagres	18311231		
Teófilo Benedito Otoni	18460111b		
Torquato Claudiano de Moraes	18311231		
Venâncio José de Almeida	18380428		
Veríssimo Rodrigues Silva	18460204		
Vicente Alves	1813120		
Vicente Antônio dos Santos	18481029		
Vicente Martinho de Moraes (Tenente)	18240620		
Vicente Monteiro de Moraes	18281124		
Victor Henault	18441108		
Vigário Antônio Marques de S. Paio	18221211		
Vigário Miguel [Lawo] de Veiga	18470102		
Wandome & Cia	18310414		
João José Machado Rangel	18450326		Firma Ferreira & Machado
Francisco de Paula Camilo Araújo	18461018	Chapéu D'uvas	José Silva Carvalho entregou dinheiro a ele a mando Marcelino. Devia ao Marcelino
José Marcelino da Rocha Cabral	18450801	Mariana	advogado?
Vergueiros	18280520		"nosso amigo"
José Antônio da Silva Pinto (Barão da Bertioga)	18461116-3		"primo"
Francisco Gomes de Oliveira	18401019		2 sargento Comp. Cavalaria do Rio Preto
A.J. Coelho Lousada	18390821	Rio de Janeiro	advogado
Alberto Antônio de Moraes e Carvalho	18390824	Rio de Janeiro	advogado
Joaquim Antão Fernandes Leão	18440629		Advogado?
Pedro Affonso Pereira Pimentel	18450424		Afilhado de Marcelino
João de Medeiros Teixeira	18250810		Amigo de Marcelino
José Justiniano carneiro	18400806		Amigo do Honório, Honório devia a ele
Francisca Maria dos Reis	18430122		Antônio deixou legados para ela reler o texto quando fala dele
José Inácio Nogueira da Gama	18180604-1		Bom
José Inácio Gomes Barbosa	18470624	Queluz	c/c Marcelino
Antônio Marques da Silva Pereira	18441024		Caixeiro do Marcelino
José Leandro	18470602		Camarada de tropa
Gabriel Getulio Monteiro de Mendonça	18440704		Candidato a deputado recomendado por Tristão Ramos
Barnardo Belisário Soares de Souza	18440420		Candidatos a senadores
Bernardo Jacinto da Veiga	18440420		Candidatos a senadores
Marques de Itanhaem	18440420		Candidatos a senadores
Francisco Hermenegildo Rodrigues Valle	18450211		Cap. Companhia do Piauí
Luiz José de Souza	18401019		Cap. Da Cavalaria do Rio Preto

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
Francisco Antônio de Assis	18450713		Chama Marcelino de primo
José Francisco de Mesquitas (Comendador)	18191112	Rio de Janeiro	Cliente ?
José Gonçalves Horta	18191112		Cliente ?
Manoel Joaquim Dias	18350901		Cobrar credito
Augusto Cesar de Souza Freitas	18461031		Cobrar dividas Marcelino
Manoel Paulino Cardoso	18400010		Cobrou dividas para Honório
Joaquim Mendes ferreira	18460614		Cobrou dividas para Marcelino a Antônio Braga
José Joaquim da Costa Lima	18401019		Comandante Geral da Cavalaria do Rio Preto
José da Silva Carvalho	18311010		Comerciante RJ
José Lopes da Silva	18241221	Rio de Janeiro	Comerciante?
Constantino Dias Pinheiro	18210219	Rio de Janeiro	Comissário
Vicente de Assis Rodrigues	18380228		Compadre Antônio
Antônio Carlos Martins	18431106		Compadre do Honório ,Comprou umas casas do Honório
Antônio Coelho Martins	18420921		Compadre Honório, cuidou a pedido de Antônio de acertos após morte do compadre
Geraldo Gomes Barreto	18131202-3		Compro potros
Francisco Rodrigues	18350629		Comprou bestinhas ao Manoel
Antônio Machado	18271011		Comprou café de Marcelino no Rio
Manoel José de Andrade	18320311a		Comprou café do Honório no RJ
Maxwell Whrighte & Cia	18410329		Comprou café do Marcelino
José Carneiro de Andrade	18260226		Comprou escravo do Antônio José Ferreira
Quintiliano Mrz. Da Costa	18131202-3		Comprou escravos
Francisco Manoel de Souza	18320511	Mariana	Comprou fazendas ao Honório
Carlos de Sá Fortes	1840117		Comprou uma casa da Marcelino
Antônio Francisco de Albuquerque	18300919		condutor
Antônio José de Castilho	18240220		condutor
Antônio Lopes de Faria	18300731		Condutor
Bento José da [silva]	18201213		Condutor
Castilho	18240820-2		condutor
Florian José da Costa	18181209		condutor
Jacó da Costa Pereira	184312128		condutor
João Manoel	18220312		condutor
João Manoel da Silva	18280111		condutor
João Manoel da Silveira	18241120		condutor
Joaquim Garcia	18410505		condutor
José da Costa Barbosa	18271011		condutor
José Garcia Per ^a de faria	18360810		condutor
José Jorge da Silva	18271228		condutor
José Luiz da Silva Vianna	18311220		condutor
José Mendes Ferreira	18360810		condutor

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
José Moutinho	18360810		condutor
José Vicente	182722		condutor
Manoel da Silva Espíndola	18201213		Condutor
Manoel Duarte Firmino	18300602		condutor
Manoel Gonçalves Loures	18201213		Condutor
Manoel Jacintho de Faria	18271201		condutor
Manoel Pinheiro Faria	18180610		condutor
Manoel Pinto da Silva:	18220101 e		condutor
Manoel Rodrigues da Costa	18360810		condutor
Manoel Soares do Couto	18310619		condutor
Marn. José Pires	18201213		Condutor
Modesto	18221029		condutor
Pedro Ferreira Gomes	18220312		condutor
Serafim	18360810		condutor
Serafim Pereira de Souza	18360810		condutor
Valentim Mendes Ferreira	18220117		Condutor, camarada do Honório
Antônio Joaquim	18281201		Condutor, Comprou escravo de Honório
João Manoel de Souza	18310619		Condutor, tropeiro
Joaquim Manoel de oliveira bastos	18190201		Condutor; Devedor de Marcelino
Antônio Coelho de Souza	18290729		Condutor?
Antônio Joaquim Rodrigues	18290218		Condutor?
Antônio Rodrigues de Oliveira	18370310		Condutor?
João Antônio dos santos	18370623		Condutor?
João Carlos Vas.	18291231		Condutor?
João de Souza Cardoso	18220312		Condutor?
Joaquim José Fernandes	18291231		Condutor?
Joaquim Rodrigues da Costa	18370623		Condutor?
José Antônio Rodrigues	18370623		Condutor?
José de Souza da Cunha	18350121		Condutor?
José Simões Pereira	18370623		Condutor?
Manoel Antônio da Silva Campolina	18370623		Condutor?
Manoel Antônio Pinheiro	18290218		Condutor?
Ponciano Teixeira	18370623		Condutor?
Rufino	18370623		Condutor?
Serafim José da cunha	18201230		Condutor?
Severino Moreira	18300731		Condutor?
Antônio Dias Tostes	18220312		Conduziu cobre para Marcelino
Antônio José Teixeira	18220312		Conduziu cobre para Marcelino
Manoel Joaquim	18410624		conduziu gado Antônio para vender
Motta Jordão	18320910		Confeccionou fardos para as mercadorias
José Antônio Moreira	18310414		Conta corrente com Honório
Joaquim Manoel Alves	18461230		Conta corrente com Marcelino
Justino José Teixeira	18470103		Conta corrente com Marcelino
Manoel Machado Coelho	18370712	Rio de Janeiro	Conta corrente com Marcelino
José Caetano Rodrigues Horta	18451021		Coronel Chefe 2 Legião
José Gomes Pereira Alvim	18420228		Coronel da 1ª legião da

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
			Guarda nacional
Miguel Antônio de Almeida	18131202-3		Crédito
Antônio Lauriano de Castro	183906sd		Credito
Dionísio Neves	1813120		Credito
José Antônio Teixeira – Cap.	1813120		Credito
Pedro de Alcântara Costa	18430411		Credor do Honório
João José Fernandes Torres	18310414	SP?	Credor?
Francisco Caetano de faria	18430330		Compadre de Honório, que batizou seu filho Joaquim junto com d. Joanna Tereza de Jesus
José de Figueiredo (reverendo)	18400820		Cunhado do José Justiniano Carneiro
José Bonifácio de Souza Barrados (presbítero)	18430330		Cura de Mariana
José Antônio Anacleto	183708sd		Deixou sal para vender. devedor
José Miguel de Azevedo	18491205		Depositou dinheiro e conta de Marcelino com José da Silva Carvalho
Domingos Antônio Lage	18370123		Depositou dinheiro para Marcelino com José da Silva Carvalho, louvados bens Clotilde, Primo Marcelino. Pagamento a Marcelino
Manoel Ignácio de Barbosa	18370123		Depositou dinheiro para Marcelino com José da silva carvalho. Louvados bens Clotilde
José Damaso da Costa	18370622		Depositou valor com José da silva carvalho para Marcelino
José Pedro de Carvalho	18441231		deputado
Idelfonso Cerqueira Leite	18330715		deve
José Ribeiro de Almeida	18280527	Freguesia de Santa Rita	Deve a Joaquim José Armonde
Florentino José Ferreira	18370705		Deve a Marcelino; Condutor das cargas do Marcelino
Delfino Antônio de Amorim	18201213		Devedor
Francisco Dias	18221022		devedor
Izidoro Correia Tavares	18201213		Devedor
José Furtado	18221012		devedor
Manoel Antônio Lima	18201213		Devedor
Manoel Esteves	1813120		Devedor
Manoel Gomes Teixeira	183906sd		Devedor
Antônio da Silva Braga	18460417		Devedor a Marcelino
José Antônio Henrique	18300929-1v	Barbacena	Devedor a Marcelino
Francisco Ribeiro de Assis (Tenente)	18430114	Chapéu D'uvas	Devedor ao Antônio
Joaquim Alves de Araujo	18460616		Devedor ao Antônio
Vicente Ferreira Barbosa	18410807		Devedor ao Antônio
José Ribeiro Soares	18320509		Devedor ao Simplício
Francisco de Paula Lima	18430929		Devedor ao Marcelino
Pedro Assis [Muniz]	18450805		Devedor ao Marcelino
Manoel Augusto Pacheco Penna	18341031		Devedor ao Simplício

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
José Pedro da Costa	18441023		Devedor de Francisco da Silva maia
Manoel Francisco de Faria	18441023		Devedor de Francisco da Silva maia
Francisco José Coelho da Silva	18290218		Devedor de Marcelino
João Evangelista	18160925		Devedor de Marcelino José Ferreira Armonde
Joaquim Paulo	18160925		Devedor de Marcelino José Ferreira Armonde
José Antônio Lage	18160925		Devedor de Marcelino José Ferreira Armonde
Manoel Antônio de Lima	18160925		Devedor de Marcelino José Ferreira Armonde
Manoel Pinto Vilar	18160925		Devedor de Marcelino José Ferreira Armonde
Herculano Ferreira Paes & Cia	18460226		Devedor de Marcelino
Jacob de Souza Almeida	18460226		Devedor de Marcelino
Joanna Perpétua Guilhermina Pinto	18460226		Devedor de Marcelino
Camilo Pereira Marques	18460226		Devedor de Marcelino, FORNECEDOR
José Marques	18401006		Devedor do Antônio
Bento Pereira da Costa (tenente)	18410510		Devedor do Bento Pereira
Antônio Rodrigues de Faria	18311010		Devedor do Marcelino
José Antônio Marques	18311010		Devedor do Marcelino
José Rodrigues de Souza	18311010		Devedor do Marcelino, tropeiro
José Fernandes de Miranda	18311220		Devedor do Marcelino; Compadre do Honório
Manoel Fagundes do Nascimento	18450516		Devedor e compadre do Honório
Francisco Alves Machado	18460416		Devedor Marcelino
Manoel Ferreira Pereira de Andrade	18470726		Devedor Marcelino, compadre Marcelino
Francisco Antônio Correia	18460416		Devedor Marcelino
Narciso Xavier Ribeiro	18300809		Devedor a Joaquim Ferreira Armonde
Maximiano Pereira de Souza	18410221	Rio Novo	Devedor de Marcelino
José Pereira	18360419		Devia a Antônio
Marcelino Gomes da Fonseca	18360419		Devia a Antônio
Antônio Correia de Lima	18450407		Devia a Marcelino
Antônio de Pádua Ferreira Alvim	18441104		Devia a Marcelino
Antônio Rodrigues de Andrade França	18430612		Devia a Marcelino
Francisco de Paula Monteiro de Barros	18441128-2		Devia a Marcelino
Inocência da Costa Silva	184702sd		Devia a Marcelino
Francisco Alves de Araujo	18451223		Devia ao Antônio
Francisco de Almeida Ramos	18360419		Devia ao Antônio
Inácio Dias	18450212		Devia ao Antônio
Joaquim Antônio da Silveira	18360419		Devia ao Antônio
Joaquim Gonçalves de Oliveira	18470315		Devia ao Antônio
José Francisco de Almeida	18360419		Devia ao Antônio
Lucio Bernardino dos Reis	18470312		Devia ao Antônio
Antônio Benedito de Araújo	18470302		Devia ao Marcelino
Antônio da Costa Pereira	18400708		Devia ao Marcelino
Antônio Ferreira	18400708		Devia ao Marcelino
Bernardo Ferrão de Abreu	18400708		Devia ao Marcelino
Domingos Alves Ferreira	18400708		Devia ao Marcelino

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
Domingos Ferreira Alves	18400708		Devia ao Marcelino
Francisco Borges Pedrosa	18400708		Devia ao Marcelino
Francisco da Costa	18400708		Devia ao Marcelino
Francisco José	18400708		Devia ao Marcelino
Francisco Lourenço Ribeiro	18400708		Devia ao Marcelino
Francisco Luis de Medeiros	18400708		Devia ao Marcelino
Francisco Xavier Ribeiro	18400708		Devia ao Marcelino
João de Melo da Fonseca	18490811		Devia ao Marcelino
Joaquim da Costa Pereira Vidal	18450715		Devia ao Marcelino
Joaquim Garcia de Mattos	18400708		Devia ao Marcelino
José Alves Vieira	18400708		Devia ao Marcelino
José Antônio Pimentel	18471129		Devia ao Marcelino
José Cypriano de Campos	18400708		Devia ao Marcelino
José Dias Tostes	18471119		Devia ao Marcelino
José Fagundes do Nascimento	18400708		Devia ao Marcelino
José Joaquim Muniz	18470718		Devia ao Marcelino
José Marques da Silva	18400708		Devia ao Marcelino
José Mendes Vieira	18400708		Devia ao Marcelino
José Pinto de Oliveira	18400708		Devia ao Marcelino
Manoel Alves Moreira	18450501		Devia ao Marcelino
Manoel Pereira Assis Alvim	18360803		Devia ao Marcelino
Modesto Rodrigues de Faria	18480824		Devia ao Marcelino
Salvador Francklin de Medeiros	18400708		Devia ao Marcelino
Torreato	18400708		Devia ao Marcelino
Francisco de Paula Cerqueira Leite (desembargador)	18480331		Devia ao Marcelino
Antônio Anacleto	18480701		Devia Marcelino
João Gonçalves Vianna	18461031		Devia Marcelino
Manoel Pinto Nogueira	18311010		Devia Marcelino
José de Azevedo	18400602		Dinheiros depositados para Marcelino cm José da Silva Carvalho
Tito Antônio de Jesus	18400602		Dinheiros depositados para Marcelino cm José da Silva Carvalho
Francisco da Costa Lage	18400602		Dinheiros depositados para Marcelino cm José da Silva Carvalho. primo
Leandro Rebello Peixoto (Padre)	18410126		Diretor do Colégio Assumpção
José batista de Figueiredo (Cel.)	18430414	Ouro Preto	Emprestava dinheiro ao Honório augusto
Francisco da Costa de São Tiago	18170821		Emprestou dinheiro Marcelino
José Thomas Ferreira (Firma Ferreira & Machado)	18450326		Ex-sócio de Tristão Ramos, oferece serviços (Firma Ferreira & Machado)
Antônio Carlos	18451229		F
José de Almeida Vasconcelos	18200831	Rio de Janeiro	fazendas
Jacinto Ferreira de Carvalho	18461031		Fazendeiro estabelecido nas margens do Rio Kágado – devia Marcelino
Marcos Elisio Pereira	18380301		feitor
Custódio Ferreira Leite	18450621	S. João Nepomuceno	Fiador de Antônio Correia Lima

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
José da Luz da Costa Aguiar	18291231		Filhos Caraça proteção Honório
José Antônio de Oliveira e Silva	18311231		Filhos no Caraça proteção Honório
José da Cruz Castro Aguiar	18311231		Filhos no Caraça proteção Honório
José Silvério	1844smsd		Fornecedor de madeiras
Maximiniano José Pereira	18241201	Rio novo	Fornecedor poaia Comprou escravo
Antônio Alz. da Silva Pinto	18410623	Rio de janeiro	fornecedor
Manoel de Mello Velho da Silva	18440727	Rio de janeiro	fornecedor
José Pereira de Souza	18241201	Rio nOvo	Fornecedor poaia
Vicente Cordeiro	18431113		Fornecedor vidros
Francisco Vicente Soto Maior	18420702	Rio de Janeiro	Fornecedor?
Antônio Carlos de Assis Figueiredo	18410818		Fornecia dinheiro Honório Augusto
Simão Francisco da Silva	18340127		Forneceu alimento aos Honório
José Maya & Cia	18360227		Forneceu fazendas para Marcelino
Martinho Alves da Silva	18410120	Porto da Estrela	Forneceu gêneros para Marcelino
Custodio José de Carvalho	18400806-1v		Forneceu pedras para a igreja, devia ao Marcelino
José Vicente Cardoso	18370623	Rio de Janeiro	Forneceu vidros para Marcelino
Carlos Carneiro de Campos	18420410		Fornecia dinheiro Honório augusto
José Furtado de Figueiredo	18420501		Fornecia dinheiro Honório augusto
Narciso Tavares Coimbra (Sargento Mor?)	1841013		Fornecia dinheiro para Honório augusto
Antônio Carlos de Almeida	18201213		Fornecia sal
Joaquim de Cerqueira Carneiro	18390905		Genro de Marcelino
Cândido Ferreira da Fonseca	18221029		Genro; primo; administrador fazenda
Feliciano Pinto Coelho da Cunha	18420614		Gov. província nomeou Antônio Tenente Quartel Mestre da 1ª Legião de Guardas Nacionais
Francisco Bernardes Lopes de Aguiar	18340416		Honório Augusto comprou sua loja
João Correia Abram	18410624		la comprar animais do Antônio
Joaquim José de Santa Francklin	18410126		Inspetor do Colégio Assumpção
Manoel Basílio do Espírito Santo	18430413		Interessado chácara Rosário
Gomes Freire de Andrade	18430408		Interessado em comprar a fazenda Gualacho que havia sido de Honório, se diz amigo do falecido
Tristão Franco Pereira de Andrade	18430413		Interessado fazenda Gualacho
Marciano Ernesto Gomes Carneiro	18430413		Interessados chácara rosário
Vital Antônio de Campos	18390706		Intermediário venda

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
			fazenda da ponte, Compadre do Antônio
Candido Pluciano de Araújo	18450106		Irmão de Francisco de Paula Camilo de Araújo
Vicente Mendes	1813120		Jornaleiro –Caxoeira
Francisco Antônio da Fonseca	18450516		Juiz de Paz do Piau
Antônio Gomes Lima	18180424-1		Juros vencidos
Joaquim Teixeira Alves e C ^a	18180424-1		Juros vencidos
Manoel Rodrigues de Araujo	18180424-1		Juros vencidos
Manoel ventura Mor[eira?]]	18180424-1		Juros vencidos
Duarte Henriques da Fonseca Jr.	18410510		Levaria dinheiro para Bento Pereira
Domingos José dos Santos	18220131		Levou dinheiro para o Rio para Marcelino
Antônio José Moreira Pinto	18200720	Rio de Janeiro	Mandou fazendas
Joaquim Ferreira Netto	18410510		Marcelino cobrou dívida dele com o Bento Pereira
Francisco da Silva maia	18441023		Marcelino iria cobrar créditos para ele
José Floriano de Castro	18390408a		Missas do funeral de Clotilde
José Joaquim de Carvalho (padre) – Irmandade das Almas	18390502		Missas do funeral de Clotilde
José Roberto Dos Reis	18390408a		Missas do funeral de Clotilde
José Victorino dos Santos	18390408		Missas do funeral de Clotilde
Luiz José de França – Irmandade das Almas	18390526		Missas do funeral de Clotilde
Manoel Fernandes da Assunção (padre)	18390417		Missas do funeral de Clotilde
Manoel José de Oliveira (padre)	18390416		Missas do funeral de Clotilde
Miguel Francisco da Silva (padre) – Irmandade Senhora da Boa Morte	18390526		Missas do funeral de Clotilde
Eteneto Antônio Machado (padre)	18440111		Missas irmandade Boa morte, morte Joaquim Ferreira Armonde
Miguel Francisco da Silva (padre)	18440111		Missas irmandade Boa morte, morte Joaquim Ferreira Armonde
Casemiro Pereira dos Passos (padre)	18420329		Missas por Honório
Rosa Maria de Sena	18290218		Mulher de Sebastião Rodrigues machado
José da Silva Maiato	18390822	Rio de Janeiro	Negociante
Manoel de Barros Araujo	18220117	Passagem	negociante
Joaquim José Gomes de Barros & Cia	18220101	Rio de Janeiro	Negociante RJ
Tristão Ramos da Silva	18230411		Negociante RJ
Manoel Gerônimo Henrique	18300929		O pai (José Antônio Henriques) deve a Marcelino
Francisco Pereira da Cunha	18131202	Barbacena	Padre
Manuel Ferreira Pinto (falecido)	18420107		Pagamento a casa de
José Francisco dos Santos (alferes)	18131202		Pagamento de escrituras (escrivão?)
Domingos Espíndola	1813120		Pagamento terras serra acima

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
Muniz Feijó & irmãos	18480829		Pagou conta do Manoel Inácio Barbosa
Antônio Bernardino dos Reis (cônego)	18480113		Pagou resto conta Lucio Bernardino dos Reis
Manoel da Costa Barbosa	18410203		Parece que as filhas deste se casaram com Joaquim e Manoel de Araujo e Antônio cuidou dos papeis
José Pires Garcia	18371122		Parece que Marcelino comprou ou alugou um negro dele
João Alvim	18390706		Parece que era dono da fazenda da ponte que foi comprada pelos Armonde, creio que Antônio. Conta da loja
José Carlos da Câmara (Major de Brigada)	18420731		Passaporte para Lino transitar
Elias Mendes	18460419		Passou recibo a Marcelino como herdeiro da Caso Moinhos
Francisco Rodrigues da Costa	181200413	Retiro	Pede dinheiro ao Simplício
José Francisco de Mesquita	18180420d	Rio de janeiro	Pede Marcelino receber dividas
Barão do Sabará	18460831		Pedido apoio político vaga de senador para Limpo de Abreu
Vital Antônio e Cia	18440319		Pedido de empréstimo para um amigo
Barão do Bonfim	18440420	RJ	Pedido de votos para candidatos a senadores
Manoel do Valle Amado	18431008		Pedindo empréstimo
Antônio Paulino Limpo de Abreu	18410428		político
Cônego Marinho	18470407		político
José Joaquim Fernandes Torres	18460708		político
Urbano dos Reis Silva Rezende	18470407		político
João Evangelista de Faria Lobato	18460708		Político
José Feliciano Pinto Coelho da Cunha	18460708		Político
Quintiliano José da Silva	18450701		Político – pedido apoio
Manoel Gonçalves Fontes	183906sd		pólvora
Sebastião Barreto Pereira Pinto (marechal)	18400825, 18400919	Ouro Preto	Presidente da Província de MG
Silvestre Paulino de Castro (Sargento Mor)	18380210		Presidente do Troco [do cobre]
Damaso Ferreira da Fonseca	18221029		Primo
Manoel Ribeiro Nunes	18420616	Quilombo	primo
Marcelino Ferreira da Fonseca	18221029		primo
Dominciano Alves Garcia	18460921-1		Primo do Marcelino
Francisco José Gonçalves H.	18400708		Recebeu um credito de Marcelino
José Bernardino Pereira de Figueiredo	18350121		Recomendado de Antônio José Moreira Pinto no Caraça
José Bernardino dos Reis (tenente)	18491128		Reto de conta de Lucio Bernardino dos Reis
José Gonçalves Gomes e Souza	18460323		Secretário da Câmara de

NOME	DATA DA CORRESPONDÊNCIA	LOCAL	OBS
			Barbacena?
Justiniano da Costa pereira	18460420	Barbacena	Secretario interino da Sociedade Tipográfica
Mariano Procópio Ferreira Lage	18470510-2		sobrinho
Feliciano Coelho Duarte	18460420	Barbacena	Sócio da Sociedade Tipográfica; Comissão para examinar obras na E. Paraibuna
Antônio Francisco Pais Barroso	18450602	Pedro Alves	subdelegado
José Dias Vidal	18451229		Suicidou-se, filho de José Lourenço dias
João Eduardo Rodrigues Valle	18450211		Tenente da Companhia do Piauí
Joaquim Camillo de Brito	18480114		Tesoureiro da Irmandade dos Passos
João Gualberto Teixeira de carvalho	18420617		Tesoureiro da Sociedade Tipográfica. Presidente Interino da Câmara de Barbacena, Presidente Interino da Câmara de Barbacena; Comissão para examinar obras na E. Paraibuna
João Pereira Pimentel	18201016	São João	Tinha uma cona com Marcelino
Antônio Pereira	18490420		tropeiro
Antônio Xavier Ribeiro	18450611		tropeiro
Francisco Garcia de Mattos	18460416		tropeiro
João Manoel de Souza	18290710		tropeiro
Joaquim Pacheco	18480731		Tropeiro
Lino Per. Bz ^e	18431120		tropeiro
Lourenço Pinto	18221012		tropeiro
Leonardo José do Vale	18410329		Tropeiro, devia ao Marcelino
José Joaquim Damasceno	18160822		Tropeiro-condutor?
Domingos Antônio Salvador	18291222		Vendeu 1 escravo para Marcelino
Francisco Manoel Duque	18470901		Vendeu café para Marcelino
José Mor Lopes [Picado]	18320518-1v 18320830	Fazenda da Pureza	Vendeu gado do Antônio
Vasco Lourenço de Siqueira	18340916		Vendeu um escravo para Marcelino
Bernarda Maria de Jesus	18370827		Vendeu uma escrava para Marcelino
Feliciano Alexandrino Gomes	18320728	Rio de Janeiro	Vendeu uma escrava para Marcelino
José Joaquim Gomes Barroso	18320730	Rio de Janeiro	Vendeu uma escrava para Marcelino
Luiz Inácio da Silva	18320728-1	Rio de Janeiro	Vendeu uma escrava para Marcelino
Joaquim Caetano da Silva Guimarães	18411109		Vice diretor do colégio Assumpção
Paulo Granero	18450306		Vizinho (fazenda)
Joaquim Paes da Silva Tavares	18390612	Mariana	Conta corrente com Honório

Fonte: ACERVO PARTICULAR DA FAZENDA SANTA SOFIA.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Antônio Luiz Porto. **Formação e Apogeu da aristocracia rural em Minas Gerais — 1808-1888**. Rio de Janeiro: Xerox, 1988.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. 'Dar nomes aos brasileiros: Joaquins, Lycurgos, Rosalindas, Caios, Jeffersons e Bismarcks'. —. *Vida Privada e Ordem Privada no Império*. In: **História da Vida Privada no Brasil**: Império: a Corte e a modernidade nacional. Coleção dirigida por Fernando A. Novais, Volume Organizado por Luiz Felipe de Alencastro. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 53-59.
- ALMEIDA, Aluísio de. **A revolução liberal de 1842**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.
- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Uma Nobreza da Terra com projeto imperial*: Maximiliano de Oliveira Leite e seus aparentados. In: FRAGOSO, João Luís Ribeiro, ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (orgs.). **Conquistadores e Negociantes**: História de elites no Antigo Regime nos Trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 121-193.
- _____. *Trajetórias imperiais*: imigração e sistema de casamentos entre a elite mineira setecentista. In: ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de & OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (orgs.). **Nomes e Números**: Alternativas Metodológicas para a História Econômica e Social. Juiz de Fora: ED. UFJF, 2006.
- _____. Homens ricos em Minas colonial. In: BICALHO, Maria Fernanda & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de Governar**: idéias e práticas políticas no império português, séc. XVI a XIX. São Paulo: Alameda, 2005, p. 361-384.
- _____. **Homens ricos, homens bons**: produção e hierarquização social em Minas Colonial – 1750-1822. Niterói: UFF, Tese de Doutorado, 2001
- _____. **Alterações nas unidades produtivas mineiras**: Mariana, 1750-1850. Niterói: UFF, Dissertação de Mestrado, 1994.
- ALMICO, Rita de Cássia da Silva. **Dívida e Obrigação**: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX-XX. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2009.
- _____. **Fortunas em Movimento**: as mudanças ocorridas na riqueza pessoal — Juiz de Fora/1870-1920. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado.
- ANDRADE, Leandro Braga. **Senhor ou camponês?** Economia e estratificação social em Minas Gerais no século XIX. Mariana 1820-1850. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, dissertação de mestrado, 2007.
- ANDRADE, Marcos Ferreira, op. cit., p. 69. O conceito de elite utilizado por Andrade foi inspirado em Ilmar Rohloff de Mattos, **O tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.
- ANDRADE, Martins. **A Revolução de 1842**. Rio de Janeiro: s/ editora, 1942.
- ANDRADE, Rômulo Garcia. **Limites impostos pela escravidão à comunidade escrava e seus vínculos de parentesco**: Zona da Mata de Minas Gerais, século XIX. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 1995.

ARAÚJO, Luiz Antônio. **Em Nome de Deus e dos Negócios**: Direitos e Tributos Minas Setecentistas (1730-1789). Niterói: PPGH/UFF, 2008.

ARRUDA, José Jobson. **O Brasil no Comércio Colonial**. São Paulo: Ática, 1980; ——. *A produção econômica*. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **O Império Luso-Brasileiro**. 1750-1822. Lisboa: Estampa, 1986.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo. **Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura** in: *Ciência da Informação*, vol.37 no.2 Brasília Mar./Aug. 2008, http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652008000200002&script=sci_arttext&lng=pt, [acessado dia 23 de outubro de 2009].

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. **Os senhores da terra: família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855**. São Paulo: CMU/UNICAMP, 1997 (Coleção Campeniana).

BADDINI, Cássia Maria. **Sorocaba no Império**: comércio de animais e desenvolvimento urbano. São Paulo: Annablume, 2003.

BALMORI, Diana, VOSS, Stuart F. y WORTMAN, Miles. **Las alianzas de familias y la formación Del país em América Latina**. Traducción de Dorothy Ling. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**: sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 2ª ed., 1991.

BASTOS, Wilson de Lima. **Tenente Coronel Manoel do Valle Amado**, in: <http://www.ihgjf.com.br/rev2-79.htm>.

BERTRAND, Michele. *De la familia a la red de sociabilidad*. In: **Revista Mexicana de Sociologia**. Num.2. vol. 61. abril-junho de 1999.

BIRCHAL, Sérgio de Oliveira. **O mercado de trabalho mineiro no século XIX**. Ibmec MG working Paper – WP12, 2004, p. 11 <<http://www.ceae.ibmecmg.br/wp/wp12.pdf>>, [21 de fevereiro de 2009].

BLASENHEIN, Peter. *Uma História Regional: A Zona da Mata Mineira - 1870 / 1906*. In: **V Seminário de Estudos Mineiros**. PROEP/UFMG, Belo Horizonte, 1982.

BOSCHI, Caio César. **Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.). **Usos & Abusos da História Oral**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BOXER, Charles P. **A Idade de Ouro do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1963.

BROWN, Larissa V. **Internal Commerce in a colonial economy**: Rio de Janeiro and it's hinterland, 1790-1822. University of Virginia, 1986 (Thesis of Doctorate).

BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Minas Patriarcal**: família e sociedade (São João del Rei – séculos XVIII_XIX). São Paulo: Annablume, 2007.

BUESCU, Mircea. *300 anos de inflação*. Rio de janeiro: APEC, 1973.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Observações sobre o dossiê preparatório da discussão sobre o modo de produção colonial*. In: PARAIN, C. et. Al. **Sobre o feudalismo**. Lisboa: Estampa, 1973, p. 71-73.

———. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

———. **Escravo ou camponês?** O protocampesinato negro nas Américas (estudos Econômicos). São Paulo: Fipe/USP, 1983.

——— & BRIGNOLI, Héctor P. **História econômica da América Latina**. São Paulo: Graal, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem:** a elite imperial; Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: EDUFRJ/Relume Dumará, 1996.

CARRARA, Angelo Alves. *Rubricas e Rotinas Contábeis*, in: **Receitas e Despesas da Real Fazenda no Brasil, século XVIII**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2009.

———. **Ouro, Moeda e Mercado Interno:** Um Modelo Contábil da Economia de Minas Gerais, 1700-1808. Uma primeira versão foi apresentada na VIII Reunión Internacional de Historiadores de la Minería Latinoamericana, realizada entre 23 e 27 de março de 2004 em Guanajuato, México. Digitado, 2008.

———. **Contribuição para a História Agrária de Minas Geras, séculos XVIII-XIX**. [HTTP://HISTORIA DEMOGRAFICA.TRIPOD.COM/PESQUISADORES/ANGELO/](http://historia.demografica.tripod.com/pesquisadores/angelo/) [03/ de janeiro de 2010].

———. **Contribuição para a História Agrária de Minas Gerais - séculos XVIII e XIX**. Mariana: UFOP, 1999.

———. **Agricultura e Pecuária na Capitania de Minas Gerais (1674-1807)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

———. **A Zona da Mata Mineira:** diversidade econômica e continuísmo: (1835-1909). Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF, 1993.

———. **Administração fazendária e conjunturas financeiras da capitania de Minas Gerais 1700-1808**. Working paper 01-07.

CASTRO, Hebe Maria de. **Ao sul da história**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

———. **Das Cores do Silêncio:** os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil séc. XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Guarda nacional*. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II Brasil Monárquico, 4º Volume Declínio e Queda do Império. 3ª edição. São Paulo: DIFEL, 1982, pp. 274-298.

CAVALCANTI, Amaro. **O Meio Circulante Nacional (1808-1835)**. Tomo I. Brasília: ED. da UNB, 1983.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. **Perfeitos Negociantes:** mercadores das Minas setecentistas. São Paulo: Annablume, 1999.

COSTA, Ana Paula P. **Atuação de poderes locais no Império Lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2006.

COSTA, Wilma Peres. A fiscalidade e seus avessos, In: CHAVES, Cláudia Maria das Graças & SILVEIRA, Marco Antônio (orgs.) . **Território, conflito e identidade**. Belo Horizonte, MG: Argumentum; Brasília, DF:CAPES, 2007, pp. 127-148.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: imprensa Oficial do Estado, 1970.

CUNHA, Rui Vieira. *A Vida de Carlos José:* um servidor do Real Erário. **Revista da ASBRAP**, nº 3, 1996.

CUNHA, Alexandre Mendes. **Minas Gerais, da capitania à província:** elites políticas e a administração da fazenda em um espaço em transformação. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de Doutorado, 2007.

DEAN, W. A Ferro e Fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica Brasileira. São Paulo, Companhia da Letras, 1996.

DORNAS FILHO, João: **Tropas e Tropeiros**, in: <http://www.asminasgerais.com.br/Zona%20da%20Mata/Biblioteca/Personagens/Tropeiros/TROPAS.htm>.

DOSSE, François. **A História em migalhas:** dos Anais à nova história. São Paulo: Ensaios; Campinas, SP: ed. da UNICAMP, 1992.

ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os outsiders.** Rio de Janeiro: Zaar, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento:** Fortuna e Família no Cotidiano Colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FERREIRA, Antônio Carlos Lemos. **Devoção a Santo Antônio em Juiz de Fora – “O Santo Fuijão”.** Funalfa: Juiz de Fora, 2008.

FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX).* In: **Portuguese Studies Review**, 2002.

FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em Costas Negras:** uma história do Tráfico Atlântico de Escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX), Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Potentados coloniais e circuitos imperiais:* notas sobre uma nobreza da terra supracapitanias, no Setecentos. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo F.; CARDIN, Pedro; CUNHA, Mafalda Soares da. (orgs.). **Optima Pars.** Elites Ibero-Americanas do Antigo Regime. Lisboa: ICS. Imprensa de Ciências Sociais, 2005.

FRAGOSO, João. *Algumas notas sobre a noção de colonial tardio no Rio de Janeiro:* um ensaio sobre a economia colonial. In: **Locus:** Revista de História. Juiz de Fora, vol. 6, nº 1, jan-jun de 2000.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. **Homens de grossa ventura:** acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo como projeto:** mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Diadorim, 1993.

FRAGOSO, João. & MARTINS, Maria Fernanda. *Grandes Negociantes e Elite Política nas últimas décadas da escravidão – 1850-1880.* In: FLORENTINO, Manolo & MACHADO, Cacilda. **Ensaio sobre a escravidão (I).** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

FRAGOSO, João, GOUVEA, Maria de Fátima Silva e BICALHO, Maria Fernanda Baptista. *Bases da Materialidade do Império:* algumas das formas ultramarinas de acumulação de riquezas. **Penélope**, nº 23, 2000, pp. 67-88.

FREIRE, Jonis, **Escravidão e família escrava na Zona da Mata oitocentista**, UNICAMP: Campinas-SP, 2009.

FURTADO, João Pinto. **O Manto de Penélope.** História, mito e memória da Inconfidência Mineira de 1789-9. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FURTADO, Junia Ferreira. **Transitoriedade da vida, eternidade da morte**: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas Setecentistas. [HTTP://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/transitoriedadeda vidaaeternidadedamorteritos funebresdeforroselivres.pdf](http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/transitoriedadeda vidaaeternidadedamorteritos funebresdeforroselivres.pdf).

FURTADO, Júnia Ferreira. **Homens de Negócio**: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas. São Paulo: HUCITEC, 1999.

FURTADO, Celso. **Economia Colonial no Brasil séculos XVI e XVII**. São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2001 (2ª Parte, Capítulo 2, O Sentido da Colonização).

_____. **Formação Econômica do Brasil**, 11ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

GENOVEZ, Patrícia Falco. *Os Barões e os trilhos: a Estrada de Ferro União Mineira e os laços de sangue na Zona da mata mineira*. **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2008. www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A090.pdf.

GIL, Tiago Luis. **Coisas do Caminho. Tropeiros e seus negócios do Viamão à Sorocaba (1780-1810)**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2009.

GODELIER, Maurice. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GODOY, Marcelo Magalhães, RODART, Mário Marcos Sampaio e PAIVA, Clotilde. *Negociantes e Tropeiros em um território de contrastes: o setor comercial de Minas Gerais no século XIX*. **Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica (5:2003)** — Caxambu (MG). Anais/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica. Belo Horizonte: ABPHE, 2003, Cd-rom.

GODOY, Marcelo Magalhães. **No país das minas de ouro a paisagem vertia engenhos de cana e casas de negócio. Um estudo das atividades agroaçucareiras tradicionais mineiras, entre o setecentos e o Novecentos, e do complexo mercantil da província de Minas Gerais**. São Paulo. FFLCH/USP, Tese de doutoramento, 2004.

GOENDER, Jacob. **O Escravidão Colonial**. 4ed., São Paulo: Ática, 1985.

GOESTEIN, Riva e MARTINHO, Lenira Menezes. **Negociantes e Caixeiros na Sociedade da Independência**. Rio de Janeiro: Sec. Municipal de Cultura, 1993.

GOULART, José Alípio. **Tropas e Tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GOUVEA, Maria de Fátima. *Redes de poder na América portuguesa: o caso dos homens bons do Rio de Janeiro (1790-1822)*. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 18, nº 36, 1998, pp. 297-330.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A princesa do Oeste e o Mito da Decadência de Minas Gerais (São João Del Rei, 1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro Séculos de Latifúndio**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. O “Fidalgo-mercador” Francisco Pinheiro e o “Negócio da carne Humana”, 1707-1715. In: SOARES, Mariza de Carvalho (org.). **Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF, 2007, p. 35-64.

_____. **Bancos, Economia e Poder no II Reinado:** o caso da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Co., 1854-1866. Tese de Doutorado (História Econômica), 1997. São Paulo, USP/FFLCH.

_____. *O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola. Anais do III Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 4ª Conferência Internacional de História de Empresas.* Curitiba: ABPHE/UFPR, 1999. Cd-rom.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Terra de preto:** usos e ocupação da terra por escravos e libertos (Vale do Paraíba mineiro, 1850-1920). Niterói: EdUFF, 2009.

_____. **Múltiplos viveres de afrodescendentes na escravidão e no pós-emancipação:** Família, trabalho, terra e conflito (Juiz de Fora – Minas Gerais, 1828-1928). São Paulo: Annablume – Juiz de Fora: FUNALFA, 2006.

_____. **Violência entre parceiros de cativeiro:** Juiz de Fora, segunda metade do século XIX. São Paulo: FAPEB (Fundo de Apoio à Pesquisa na Educação Básica), Annablume, 2006.

GUIMARÃES, Elione Silva & GUIMARÃES, Valéria Alves. **Aspectos cotidianos da escravidão em Juiz de Fora.** Juiz de Fora: FUNALFA, 2001.

GUIMARÃES, Elione Silva. *Tropas e tropeiros na Minas Gerais oitocentista:* Francisco Garcia de Mattos, um tropeiro na Zona da Mata mineira. In: **Anais do VI Congresso Brasileiro de História Econômica e 7ª Conferência Internacional de Empresas.** Conservatória, 2005, Cd-rom.

HAMEISTER, Martha Daissou. *Notas sobre a construção de uma “identidade açoriana” na colonização do sul do Brasil ao século XVIII. Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, nº. 21/22, pp. 53-101, jan./dez. 2005.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992, p. 17

HENRIQUES, José Cláudio, **Matosinhos:** berço da cidade de São João del Rei <http://www.ograndematosinhos.com.br/downloads/CAP_TULO_1___DE_CASOS_A_HISTORIA_II.doc> [29 de janeiro de 2009].

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Sobre uma doença infantil da Historiografia.* In: **O Estado de São Paulo - Suplemento Literário.** 24 de junho de 1973.

IGLÉSIAS, Francisco. **Trajetória política do Brasil:** 1500-1964. 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

JOSÉ, Oiliam. Marlière, **O Civilizador.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1958 e <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ipecacuanha> [consultado dia 30 de outubro de 2009].

KUHN, Fábio. **Gente da Fronteira:** família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa – século XVIII. Tese de Doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

KUNIOCHI, Márcia Naomi. *Os negócios no Rio de Janeiro: crédito, endividamento e acumulação (1844-1857).* **Anais do Congresso Brasileiro de História Econômica (5:2003)** — Caxambu (MG). Anais/ Associação Brasileira de Pesquisadores em História econômica. Belo Horizonte: ABPHE, 2003, Cd-rom.

LACERDA, Antônio Henrique Duarte. *A evolução do patrimônio da família Ferreira Armonde através de três gerações (Comarca do Rio das Mortes – Minas Gerais,*

1751-1800). In: GUIMARÃES, Elione e MOTTA, Márcia. **Campos em Disputa: História Agrária e Companhia**. Annablume: São Paulo, 2007, p.63-86.

LANNA, Ana L. **A Transformação do Trabalho: A passagem para o trabalho livre em Minas Gerais 1870 – 1920**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1995.

LENHARO, Alcir. **As tropas da Moderação (o abastecimento da Corte na formação política do Brasil – 1808-1842)**. São Paulo: Símbolo, 1979.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros (do Caminho Novo à proclamação)**. Juiz de Fora: UFJF-FUNALFA, s/d.

LEVI, Giovanni. **A Herança Material: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Prefácio de Jacques Revel; tradução de Cynthia Marques de Oliveira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, Maria Barbara. **História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1977.

_____. **História Financeira do Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LEWIN, Linda. **Política e Parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia familiar**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

LIBBY, Douglas Cole. **Trabalho escravo e capital estrangeiro no Brasil: o caso de Morro Velho**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1984.

LIMA, Fernando G. Cerqueira. Uma Análise Crítica da Literatura Sobre a Oferta e a Circulação de Moeda Metálica no Brasil nos Séculos XVI e XVII. **Estudos Econômicos**, São Paulo, V. 35, N. 1, pp. 169-201, JANEIRO-MARÇO 2005. www.scielo.br/pdf/ee/v35n1/v35n1a06.pdf.

LIMA, João Heraldo. **Café e Indústria em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

LINHARES, Maria Yeda Leite. **História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)**. Brasília: Binagri, 1979.

_____. **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. **História da agricultura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Aspectos da influência dos homens de negócio na política comercial Ibero-Americana**. Rio de Janeiro: 1963.

LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 1998.

LOPES, Luciana Soares. *Alocação de Riqueza no Interior Paulista Oitocentista: o caso da Antiga Vila de São Sebastião do Ribeirão Preto, década de 1870*. **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambú - MG–Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

LUNA, Francisco Vidal e CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, 10: p.1-14. out. 1983.

LUZ, Paulo Ribeiro, **Material genealógico sobre a família Ferreira Armonde**, digitado, 2008.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. **A velha arte de governar: um estudo sobre política e elites a partir do Conselho de Estado (1842-1889)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2007.

MARTINS, Roberto Borges. **A transferência da Corte Portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais. Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira.** Diamantina: CEDEPLAR, 2008.

MARTINS, Roberto Borges. **A transferência da corte portuguesa para o Brasil: impactos sobre Minas Gerais**, <http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/diamantina_2008_2.php>, [24 de janeiro de 2009].

MARTINS, Roberto B. Slavery in a non-export economy: nineteenth century Minas Gerais revisited, **Hispanic American Historical Review**, 63 (3), ago.-1983.

—. **Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil.** Tese de Doutorado, Vanderbilt University, 1980.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** São Paulo. Editora Martins Claret Ltda. 2006.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós Mattoso. **Bahia, século XIX: uma província no império.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

—. **Bahia: a cidade de Salvador e seu mercado no século XIX.** São Paulo: HUCITEC, 1978.

—. **Ser escravo no Brasil.** 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

MELLO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo Tardio.** São Paulo: Brasiliense, 1982.

MELLO, Cristiane Figueiredo P. *Os corpos de Ordenanças e Auxiliares sobre as relações militares e políticas na América Portuguesa.* **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 45, p. 29-56, 2006. Editora UFPR, pp. 32-33.

MENESES, Avelino Freitas de. *Os Açores na colonização do Brasil: do descobrimento ao advento de Pombal.* **Ciênc. let.**, Porto Alegre, nº 41, pp. 9-34, jan./jun. 2007. <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras/publicacao.htm>>.

MENDES JÚNIOR, Ricardo et. alli. **Brasil História – Textos & Consultas**, São Paulo: Brasiliense, 4ª Ed., 1983 MENDES JÚNIOR, Ricardo et. alli. **Brasil História – Textos & Consultas**, São Paulo: Brasiliense, 4ª Ed., 1983.

MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. **O Império do Retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889).** Tese de doutorado. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2006.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. Os Teixeira Leite: trajetórias e estratégias familiares em Vassouras, no século XIX. **Anais do V Congresso Brasileiro de Pesquisadores em História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas.** Conservatória: ABPHE, 2005. Cd-rom.

MUNIZ, Célia Maria Loureiro. *Uma metodologia para o estudo de famílias de cafeicultores do Vale do Paraíba no século XIX.* **Anais do I Colóquio do LAHES.** Juiz de Fora: UFJF, 2005. <http://www.lahes.ufff.br/publicacoes/Coloquio1%20PDF/Celia%20Maria%20Loureiro%20Muniz.pdf>, acessado em 22 de dezembro de 2008.

NAZZARI, Muriel. **O desaparecimento do dote: mulheres, família e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900.** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

NEVES, Guilherme Pereira das. **E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil, 1808-1828.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

NOGUEIRA, Dênio. **Raízes de uma Nação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

NOVAIS, Fernando. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial**. 1777-1808. São Paulo: Hucitec, 1979.

NOGUEIRA, Denio. **Raízes de uma Nação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1988.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Aposseamento de terras no Brasil Colônia*. **Economia**, Brasília (DF), v. 7, nº 3, pp. 587-606, set/dez 2006.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. **Negócios de Família**: mercado, terra e poder na formação da agricultura mineira – 1780-1870. Bauru, SP: EDUSC; Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2005.

OLIVEIRA, Felipe Rodrigues. **Por homens e caminhos**: o contrato das entradas e o comércio nas Minas – 1762-1789. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, dissertação de mestrado, 2009.

OSÓRIO, Helen. *Comerciantes do Rio Grande de São Pedro*: formação, recrutamento e negócios de um grupo mercantil da América Portuguesa. In: **Revista Brasileira de História**, vol.20, n.39, São Paulo 2000, <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882000000100005&script=sci_arttext&tlng=en> [03 de janeiro de 2009].

_____. Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: **Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói: UFF – Departamento de História, Tese de Doutorado, 1999.

OYA, Norberto. **Limitação da taxa de juros real era de aplicação condicionada à edição de lei complementar**. Procurador do Estado de São Paulo Especialista em Direito Constitucional, elaborado em janeiro de 2009. In <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12350> maior portal jurídico do Brasil. [acessado em 30 de outubro de 2009].

PASCOAL, Isaías. **José Bento Leite Ferreira de Melo, padre e político, o Liberalismo moderado no extremo sul de Minas Gerais**. *Varia hist.* [online]. 2007, v. 23, n. 37.

PELAEZ, Carlos M. e SUZIGAN, Wilson. **História Monetária do Brasil**. 2ª ed. Brasília: UNB, 1981.

PINHEIRO, Fábio W. A. **O tráfico atlântico de escravos na formação dos plantéis mineiros, Zona da Mata c. 1809-c. 1830**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

PINHEIRO, Fábio W. A. “Os condutores de almas africanas: concentração e famílias no tráfico de escravos para Minas Gerais, c. 1809- c.1830”. **Anais do Seminário de Diamantina**, 2008. http://www.cedeplar.ufmg.br/seminarios/seminario_diamantina/2008/D08A078.pdf.

PINTO, Francisco Eduardo. *As Sesmarias da Comarca do Rio das Mortes nas nascentes do São Francisco*. **Anais da Associação Nacional de História - ANPUH**, XXIV Simpósio Nacional de História, 2007. São Leopoldo (RS).

PIRES, Anderson. **Capital Agrário, investimento e crise da cafeicultura de Juiz de Fora (1870-1930)**. Niterói: UFF/ICHF, Dissertação de Mestrado, 1993.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**, 13ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1973.

RESENDE, Edna Maria. **Ecos do Liberalismo:** ideários e vivências das elites regionais no processo de construção do Estado Imperial, Barbacena (1831-1840). Belo Horizonte: UFMG – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, tese de doutorado, 2008.

REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques (org.). **Jogos de Escalas**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REIS, João José. *O cotidiano da morte no Brasil oitocentista*. In: NOVAIS, Fernando A (coordenador geral da coleção); ALENCASTRO, Luiz Felipe (organizador do volume). **História da vida privada no Brasil: Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol.2, pp. 95-141.

RIBAS, Rogério de Oliveira. **Tropeirismo e Escravidão – um estudo das tropas de café das lavouras de Vassouras, 1840 - 1888**. Dissertação de Mestrado em História. Curitiba, UFPR, 1989;

RISCHITELLI, Augusto. **O Bairro Fabrício**. <http://www.arquivopublicouberaba.com.br/memoria/arquivo_08.pdf> [29 de janeiro de 2009].

RISTITUTE, Cristiano Corte. *Comércio e Tráfico de Escravos nas primeiras décadas do século XIX: novas percepções de duas fontes serais*. **Anais do II encontro internacional de História Colonial. Mneme – Revista de Humanidades UFRN**. Caiacó RN, v. 9, n. 24, set/out. 2008. Disponível em www.cerescaico.ufrn.br/mneme/anais [acessado em 10 de dezembro de 2009].

ROCHA, Maria Manuela Ferreira Marques. **Crédito privado num contexto urbano. Lisboa, 1770-1830**. Tese de Doutorado. Departamento de História e Civilização. Instituto Universitário Europeu: Florença, 1996.

ROCHA, José Joaquim da. **Geografia Histórica da Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais (CEHC), 1995, (mapas).

RODRIGUES, André Ramos. “Da evolução normativa da limitação de juros no Brasil e a necessidade constitucional de instaurar-se uma nova etapa”. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 11, 30/11/2002, [Internet], http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=4961. [acesso em 05/11/2009].

RODRIGUES, José Damião. *Entre duas margens: a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII*. **ARQUIPÉLAGO • HISTÓRIA**, 2ª série, VI (2002), pp. 225-245.

RODRIGUES, André Figueiredo. **Um potentado na Mantiqueira: José Aires Gomes e a ocupação da terra na Borda do Campo**. São Paulo: USP, Dissertação de Mestrado. 2002.

_____. **Estudo Econômico da Conjuração Mineira:** análise dos seqüestros de bens dos inconfidentes da Comarca do Rio das Mortes. São Paulo: PPGHS-USP, 2008.

ROSA, Rita de Cássia Viana, **Em terras nobres:** fragmentos do cotidiano da Fazenda Fortaleza de Santana sob a ótica de um inventário post-mortem – Juiz de Fora, 1870-1888. Monografia de Especialização. Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora, 2001.

ROWLAND, Robert. *Brasileiros do Minho: imigração, propriedade e família*. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (orgs.). **História da Expansão Português. Do Brasil para a África (1808-1930)**. Lisboa: Círculo de Leitores, v. 4, 2000, pp. 324-47.

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Os oficiais do Povo: A Guarda Nacional em Minas Gerais oitocentista, 1831-1850**. São Paulo: FAPESP-Annablume, 2006

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império. Hierarquias Sociais e Conjunturas Econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650 – c. 1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. **Crédito e circulação monetária na colônia: o caso fluminense, 1650-1750**. www.abphe.org.br/congresso2003/Textos/Abphe_2003_75.pdf.

_____. **Na curva do tempo, na encruzilhada do Império: hierarquização social e estratégia de classe na produção da exclusão (Rio de Janeiro, c. 1650-c. 1750)**. PPGH/UFF, Tese de Doutorado, 2000.

SANDRONI, Paulo (org.). **Dicionário de Economia**. Nova edição revista e ampliada. São Paulo: Ed. Best seller, 1989.

SANTOS, Rafael Freitas. **“Devo que Pagarei”**: sociedade, mercado e práticas creditícias na comarca do Rio das velhas, 1713-1773. Belo Horizonte: UFMG, Dissertação de Mestrado, 2005.

SARAIVA, Luiz Fernando. **O Império das Minas Gerais: Café e Poder na Zona da Mata mineira, 1853-1893**. Niterói: PPGH/UFF, Tese de Doutorado, 2008.

_____. **Um correr de casas, antigas senzalas: a transição do trabalho escravo para o livre em juiz de fora – 1870/1900**. Niterói: UFF, 2001.

SCHNOOR, Eduardo Cavalcanti **Na Penúria: o entrelace de negócios e famílias (Vale do Paraíba, 1770-1840)**. São Paulo: FFLCH/USP, Tese de Doutorado, 2005.

SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição: 1875-1901**.-São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo: Instituto Fernand Braudel, 1996.

SILVA, Ana Rosa Closet. Entre o lucro e a distinção. Uma aproximação ao significado de ser “elite” nas Minas gerais oitocentistas. **Almanack Braziliense**, nº 7, maio de 2008.

SILVA, Fábio Carlos da. **Barões do ouro e aventureiros britânicos no Brasil: a Companhia Inglesa de Macaúbas e Cocaís 1828-1912**. Tese de Doutorado em História Econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1997.

SILVA, José Carlos Espíndola. **O acesso à justiça no Brasil: crises e propostas**. in: http://64.233.163.132/search?q=cache:Aa4BQpqusS4J:www.cdr.unc.br/cursos/Dir_eito/José.doc+SILVA,+Jos%C3%A9+Carlos+Esp%C3%ADndola.+O+acesso+%C3%A1+justi%C3%A7a+no+Brasil:&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br [acessado em 10 de novembro de 2009].

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

SILVA, Tânia Maria Gomes. *Família e Historiografia*. **Politheia: Hist. e Soc. Vitória da Conquista**, v. 2, n. 1, p. 37-46, 2002.

SILVA, Wlamir. *“Toucineiros”: breve taxonomia da elite política liberal-moderada mineira*. In: RESENDE, Maria Leônia Chaves de & BRUGGER, Silvia Maria Jardim. **Caminhos Gerais: estudos históricos sobre Minas Gerais**. São João del Rei: UFSJ. 2005, pp. 87-119.

SILVEIRA, Marco Antônio da. **O Universo do indistinto: Estado e Sociedade nas Minas setecentistas (1735-1808)**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SIMONSEN, Roberto C. **História Econômica do Brasil 1500-1820**. 8ª ed.. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1978. (Coleção Brasileira, v. 10).

_____. **História Econômica do Brasil – 1500-1820**. IIº Tomo, 2 ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Bahia, Pará, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1944.

SLENES, Robert. **Na senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava — Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (Coleção História do Brasil), 1999.

_____. *Os múltiplos de porcos e diamantes: a economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. **Cadernos IFCH/UNICAMP**, 17.

SOARES, Julio Cesar Fidelis. **As unidades da Guarda nacional sediada em Resende no século XIX: a oligarquia em armas**. <http://www.www.defesa.uff.br>.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

SOUZA, Adriana B. de. **Duque de Caxias: o homem por trás do monumento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América Portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Sônia Maria. **Terra, família, solidariedade...: estratégias de sobrevivência camponesa no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

STANLEY, J. Stein. **Vassouras: um município brasileiro do café, 1850-1900**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

STEIN, Stanley J. **Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba**. Tradução de Edgard Magalhães. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STRAFORINI, Rafael. **No Caminho das Tropas**. Sorocaba (SP): TCM-Comunicação, 2001.

SUBTIL, José. **O Desembargo do Paço (1750-1833)**. Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa. 1996. In: LOPES, Walter de Matos. **A Real Junta do Commercio, Agricultura, Fabricas e Navegação deste Estado do Brasil e seus domínios Ultramarinos: um Tribunal de Antigo Regime na Corte de Dom João (1808-1821)**. Dissertação de Mestrado. Niterói: UFF/PPGH, 2007.

TEIXEIRA, Adriano Braga. **População, sistema econômico e poder na transição do século XVIII para o XIX em Minas Colonial – Barbacena (1791-1822)**. Rio de Janeiro: UFRJ/PGHS, Dissertação de Mestrado, 2007.

TEIXEIRA, Paula Chaves. **Negócios entre mineiros e cariocas: família, estratégias e redes mercantis no caso Gervásio Pereira Alvim (1850-1880)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, dissertação de mestrado, 2009.

_____. *Família e Negócios: as redes comerciais de Gervasio Pereira Alvim (1850-1880)*. **Anais do XIII Seminário sobre a Economia Mineira**. Diamantina: CEDEPLAR, 2008.

VENÂNCIO, Renato Pinto. *Caminho Novo: A longa duração*. In: **Varia História – Códice Costa Matoso (número especial)**. Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFMG, n. 21, jul. 1999, Belo Horizonte: Depto. de História da FAFICH-UFMG, 1985, p. 181-189.

VEIGA, José Pedro Xavier. **Efemérides Mineiras**. Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos Culturais. Fundação João Pinheiro, 1998.

ZEMELLA, Mafalda. **O Abastecimento da Capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1990.

WEBER, Max. **História Geral da Economia**. 2ª Ed. Tradução de Klauss Von Puschen. São Paulo: Centauro, 2006, pp. 252-255 (citação na p. 254).

WHELING, Arno e WHELING, Maria José. Exército, milícias e ordenanças na Corte Joanina: permanências e modificações. **Da Cultura**, ano VIII, nº 14, p. 30. www.funceb.org.br/images/revista/5_2q0t.pdf

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, parentes e compadres**. São Paulo: Hucitec: Edunb, 1995.

FONTES DE PESQUISA

1- Fontes Impressas

Almanak Administrativo Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro para o anno bissexto de 1844 (primeiro anno). Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1843.

Anuário Genealógico Brasileiro (Publicação do Instituto Genealógico Brasileiro), 1939.

AGASSIZ, Luís & AGASSIZ, Elizabeth Cary. **Viagem ao Brasil**, 1865-1866. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial 2000, Edição Eletrônica.

BRASIL. **Collecção das Leis do Império do Brazil de 1831.** Primeira Parte. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875

BURTON, Richard. **Viagem do Rio de Janeiro a Morro Velho.** São Paulo: Ed. Itatiaia, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

CÂMARA DOS DEPUTADOS – GOVERNO DE MINAS GERAIS. **Autos da Devassa da Inconfidência Mineira**, vol. I. Brasília – Belo Horizonte, 1976.

PIZARRO E ARAUJO, José de Sousa Azevedo. **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias annexas a jurisdição do Vice-rei do Estado do Brasil, dedicadas ao El Rei o Sr. D. João VI.** Tomo IX. Rio de Janeiro: Impressão Nacional, 1822.

POHL, Johann Emanuel. **Viagem no interior do Brasil.** Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.

MARINHO, J. A. **História da Revolução de 1842.** Brasília: UnB, 1978.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, ano XVIII, Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1913.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, versão digital. Revista do ano XX, 1924, pasta 20, imagens. 209-210. Cd-rom.

REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO, versão digital. Autos de criação da Vila de Barbacena na Comarca do Rio das Mortes, vol. 1, ano 1896, jan.:Marc., fascículo 1: IMPRENSA Oficial de Minas Gerais, Ouro Preto. Cd-rom.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Viagem pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil.** Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1974;

_____. **Viagem pela província do Rio de Janeiro e Minas Gerais**, Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975;

_____. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco.** Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.

SEIDLER, Carl. **Dez anos no Brasil.** Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980, p. 302, *apud* GRAÇA FILHO, op. cit., p. 75.

SPIX, Johann Baptist & MARTIUS, Carl. F. Philipp von. **Viagem pelo Brasil, 1817-1820.** Belo Horizonte: ed. Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981, 3 vol.

WALSH, Robert. **Notícias do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia. São Paulo: EDUSP, 1985.

2- Fontes na Internet

Alberto Antonio de Moraes Carvalho.
<http://pasteldevouzela.blogspot.com/2008/11/alberto-antnio-de-morais-carvalho.html>.

Álbum da Estrada União e Indústria. Apud: Vasquez, Pedro Karp. Álbum da Estrada União e Indústria. 2ª edição. Rio de Janeiro: Quadratim G, 1998. In: NOVAES, Adriano. Os Caminhos Antigos do Território Fluminense.
<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/06/oscaminhosantigos.pdf>.

Antonio Barroso Pereira.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Barroso_Pereira.

Antonio Paulino Limpo de Abreu.
http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroll014.asp.

Arquivo Público Mineiro (APM). Seção Colonial (SC),
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=31> [11 de novembro de 2007].

Arquivo Público Mineiro (APM). Casa dos Contos (CC), caixa 153, rolo 546, Barbacena, imagem 21508
<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=12

Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Mariana - Inventários da Seção de Códices. In: <http://www.ufop.br/departamentos/dehis/ahcmm/Codices-SubSerie>.

Barão de Sabará (Manuel Antônio Pacheco).
http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_Ant%C3%B4nio_Pacheco.

Barão do Bonfim (José Francisco de Mesquita).
http://www.genealogiafreire.com.br/khll_bio_José_francisco_de_mesquita.htm

Bernardo Jacinto da Veiga.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Bernardo_Jacinto_da_Veiga

Capitão Joaquim Marques da Silva. Primeira Geração. <http://www.arvore.net.br/>
Colégio Assumpção.
http://www.santuariodocaraca.com.br/peregrinacao/pe_leandro.php.

Contributo para traçar o perfil do público leitor do Real Gabinete Português de Leitura in: Ciência da Informação, vol.37 no.2 Brasília Mar./Aug. 2008,
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-19652008000200002&script=sci_arttext&lng=pt

Decreto imperial 1031, de 07 de agosto de 1852, in:
<HTTP://www.cetem.gov.br/publicacao/cts/ct2008-048000.pdf>.

Feliciano Pinto Coelho da Cunha.
<http://genealogia.netopia.pt/1180/pessoas.php?id=1049699>.

Firmino Rodrigues da Silva.
http://www.senado.gov.br/sf/SENADORES/senadores_biografia.asp?codparl=1640&li=11&lcab=1861-1863&lf=11.

Firmino Rodrigues da Silva.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Firmino_Rodrigues_da_Silva

Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Gabriel_Get%C3%BAlio_Monteiro_de_Mendon%C3%A7a [acessado em 21 de novembro de 2009].

Gabriel Getúlio Monteiro de Mendonça.
<http://64.233.163.132/search?q=cache:pXkfRkUfRbEJ:www.rio.rj.gov.br/arquivo/governantes.doc+Gabriel+Get%C3%BAlio+Monteiro+de+Mendon%C3%A7a&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>.

Informações genealógicas sobre a família Ferreira Armonde.
 <<http://archiver.rootsweb.com/th/read/AZORES/2005-05/1117156232>>

Inventário (1780) de Manoel Antunes Nogueira e sua mulher Rita Luiza Vitória de Bustamante Sá.
www.ograndematosinhos.com.br/downloads/Manoel%20Antunes_invetario.doc.

João Paulo dos Santos Barreto.
http://pt.wikisource.org/wiki/Galeria_dos_Brasileiros_Ilustres/Jo%C3%A3o_Paulo_dos_Santos_Barreto

José Joaquim Fernandes Torres.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Joaquim_Fernandes_Torres.

Lei Nº 533 – De 10 de Outubro de 1851 In: <http://www.arquivohistorico-mg.com.br/piacatuba/distrito.html>.

Mapa do Caminho Novo.
http://www.caminhonovorj.com.br/historia/historia_vcjaouviu.html#.

Marcelino José Ferreira Armonde. <http://www.arvore.net.br/>.

Marcelino Ramos da Silva.
http://plataforma12.blogspot.com/2006_11_12_archive.html.

Marquês de Itanhaem (Manuel Inácio de Andrade Souto Maior Pinto Coelho).
http://pt.wikipedia.org/wiki/Manuel_In%C3%A1cio_de_Andrade_Souto_Maior_Pinto_Coelho.

Mesa do Desembargo. http://pt.wikipedia.org/wiki/Desembargo_do_Pa%C3%A7o.

Olimpio Carneiro Viriato Catão <http://engine.rodovid.org/wk/Person:5061>

ORDENAÇÕES FILIPINAS. www.uc.pt/htj/proj/filipinas/ordenacoes.HTM.

Primeiro Barão do Tinguá. Pedro Correia e Castro falecido em 1869, cf. http://pt.wikipedia.org/wiki/Bar%C3%A3o_do_Tingu%C3%A1

Projeto Compartilhar, coordenado por Bartyra Sette e Regina Moraes Junqueira, <<http://geocites.yahoo.com.br/projetocompartilhar>>

Quintiliano José da Silva.
http://pt.wikipedia.org/wiki/Quintiliano_Jos%C3%A9_da_Silva.

Relatórios dos Presidentes da Província de Minas Gerais.
www.uchicago.edu/info/brazil/mina/html. Relatórios dos Presidentes de Província de Minas Gerais.

3. Fontes de Arquivos

3.1- Museu Regional de São João Del Rei

Inventário *post mortem* de Manuel Nunes da Cruz, 1747.
 Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1751.
 Inventário *post mortem* de Pedro Paiva Coimbra, 1755.

Inventário *post-mortem* de Rita Maria da Conceição, 1775.
Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde, 1814.
Prestação de Contas Testamentária de José Ferreira Armonde, 1821.
Testamento de Ana Maria de Jesus, 1813.
Testamento de João Alves de Araújo, 1816.
Remedição de terras, 1837.
Sesmaria de Francisco Ferreira Armonde, 1784.

3.2- Arquivo Histórico Municipal Prof. Altair José Savassi – Prefeitura de Barbacena

Inventário *post mortem* de Francisco Ribeiro Nunes, 1806, caixa 67, número de ordem 6.

Inventário *post mortem* de Joaquim Marques da Silva, 1806, caixa 66, nº de ordem 28.

Inventário *post mortem* de José Ferreira Armonde, 1813, caixa 186, ordem 24.

Inventário *post mortem* de Anna Joaquina da Silva, 1827, caixa 20, nº de ordem 18.

Inventário *post mortem* de Mariano José Ferreira Armonde, 1837, caixa 292, nº ordem 55.

Inventário *post mortem* de Francisco Ferreira Armonde e Felizarda Francisca de Assis, caixa 385, ordem 20, 1845.

Inventário *post mortem* de Honório José Ferreira Armonde, 1845, caixa 28, nº ordem 10.

Inventário *post mortem* de Antônio José Ferreira Armonde, 1852, caixa 71, nº ordem 2.

Inventário *post mortem* de Manoel Ignácio Ferreira Armonde, 1854. caixa 130, n. ordem 8.

Inventário *post mortem* José Joaquim Ferreira Armonde (reverendo), 1849, caixa 8, nº de ordem 11.

Inventário *post mortem* de Manuel Ribeiro Nunes, 1862, caixa: 2, Ordem 6.

Inventário *post mortem* de Carlota Teotônia da Silva, 1863, caixa 46, ordem 4.

inventário *post mortem* de Francisco Antônio Ferreira Armonde, 1863, caixa 28, nº de ordem 23.

Inventário *post mortem* de Flávio José Ferreira Armonde, 1864, caixa 118, n. ordem 4

Inventário *post mortem* de Ana Quitéria Umbelina de Barbosa, 1865, caixa 04, nº de ordem 12.

Inventário post-mortem de Antônio Marques Pereira da Silva, 1868, caixa 99, ordem 15.

Inventário *post mortem* de Lino José Ferreira Armonde, 1871, caixa 166, n. ordem 13.

Inventário de Possidônia Eleodora da Silva, 1876, caixa 76, ordem 01, código 2.

Traslado de inventário de Mariano Procópio Ferreira Lage, 1872. 1SVC. Cx. 122/23.

Partilha amigável de Carlota Teotônia, 1838, caixa 129, ordem 20.

Partilha amigável dos bens de Camilo Maria Ferreira, 1885, caixa 61, ordem 21.

Contas Testamentária. Testadora: Possidônia Leodora da Silva. Testamenteiro: Visconde de Prados. Código 1SVC, cx-58, ordem 5, 26 de abril de 1877.

Contas Testamentárias de Constança Cândida Raimunda da Silva, 1884. Caixa 68, ordem 4.

Justificação de Capacidade, Justificante Possidônia Eleodora Marques da Silva, código 2SVC, caixa 56, nº de ordem 11, ano 1809.

Justificação de Dívida, justificante: Simplício José Ferreira e outros; Justificada: Joana Maria da Conceição, 1817, cx. 174, nº de ordem 9.

Justificação de Dívida, justificante: Simplício José Ferreira; Justificada: Tereza Maria Duarte, 1821, caixa 170, nº de ordem 30.

Justificação de administração. Justificante Camilo Maria Ferreira, justificado Juízo Municipal, 1850. Caixa 40, ordem 20, 2ª SVC.

Processo de Medição de Sesmaria, 1798, caixa 127, ordem 15.

Processo de Medição de Sesmaria, 1798, caixa 157, ordem 17.

Notificação, caixa 49, ordem 14, notificação para depósito, cinco de agosto de 1809. Notificante: Juízo de Órfãos. Notificado: José Ferreira Armonde.

3.3- Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora

Fundo Benjamin Colucci – inventário de Cândido Ferreira da Fonseca. 1856, caixa 12-B.

Fundo Benjamin Colucci – inventário *post mortem* da Baronesa de Santana, 1870, caixa 055/6.

Fundo Benjamin Colucci – Partilha dos bens de Josefa- Id: 231, cx: 20B, 1861.

3.4- Fórum Dr. Geraldo Aragão Ferreira (Mar de Espanha – MG),

inventário *post mortem* de Joaquim José de Santana, 24 de junho de 1845.

Inventário do Barão de Pitangui, 1874-1890.

Inventário de Josefa Maria da Assumpção, 1866.

Livro de testamento de Josefa Maria da Assumpção, n º 4, 1865.

Prestação de Contas Testamentárias, 09 de dezembro de 1846.

4- Outras Fontes Pesquisadas

Arquivo Histórico de Juiz de Fora. Estatuto Provisório da Companhia União & Indústria. Rio de Janeiro: Tipografia Episcopal de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia. 1862.

Arquivo Histórico Ultramarino. Projeto Resgate relativo aos documentos de Minas Gerais, .

Lista Nominativa de Habitantes do Termo de Barbacena, 1831-1832, consultada a partir da base de dados elaborada pela professora Clotilde Paiva, do CEDEPLAR/UFMG.

Acervo Particular da Fazenda Santa Sofia. Correspondências e Documentos Diversos.

APM. Carta de Eduardo [Oxenford] ao coronel João José Lopes Mendes Ribeiro sobre o pedido de ajuda para cobrança de quantias decorrentes da venda de sua fazenda em Sabará. 8/07/1815. CC - Cx. 75 – 20029.